


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

JOÃO MACIEL DE ARAÚJO

**Seringueiros do Alto Acre no século XXI: Estado
desenvolvimentista e mudança sociocultural na
Amazônia brasileira**



ARARAQUARA – S.P.
2021

JOÃO MACIEL DE ARAÚJO

Seringueiros do Alto Acre no século XXI: Estado desenvolvimentista e mudança sociocultural na Amazônia brasileira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e Direitos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Medeiros Paoliello

Bolsa: PROPG-CAPES/FAPEAM

ARARAQUARA – SP

2021

A663s Araújo, João Maciel de
Seringueiros do Alto Acre no século XXI : Estado
desenvolvimentista e mudança sociocultural na Amazônia brasileira /
João Maciel de Araújo. -- Araraquara, 2021
409 p. : tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Renata Medeiros Paoliello

1. Seringueiros. 2. Desenvolvimento. 3. Reconhecimento. 4.
Amazônia. 5. Reserva Extrativista. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JOÃO MACIEL DE ARAÚJO

Seringueiros do Alto Acre no século XXI: Estado desenvolvimentista e mudança sociocultural na Amazônia brasileira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e Direitos

Orientadora: Prf^a. Dr^a. Renata Medeiros Paoliello

Bolsa: PROPG-CAPES/FAPEAM

Data da Defesa: 02/ 06 / 2021.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof^a. Dr^a Renata Medeiros Paoliello

Universidade Estadual Paulista – UNESP.

Membro Titular: Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion

Universidade Estadual Paulista – UNESP.

Membro Titular: Prof. Dr. Silvio Simione da Silva

Universidade Federal do Acre – UFAC.

Membro Titular: Prof. Dr. Fernando Michelotti

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

Membro Titular: Prof. Dr. Carlos Corrêa Teixeira

Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP.

Membro Suplente: Prof^a. Dr^a. Catia Grisa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Membro Suplente: Prof^a. Dr^a. Marisa Barbosa Araújo

Universidade Federal de Roraima – UFRR.

Membro Suplente: Prof^a. Dr^a. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Universidade Estadual Paulista – UNESP.

Local: Videoconferência

Aos seringueiros do Alto Acre, de ontem, hoje e amanhã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que tornaram este trabalho possível.

À minha companheira Líllian e aos meus filhos Davi e Maria Vitória, pela motivação, sem a qual não faria sentido qualquer esforço intelectual e físico. À meus pais e todos os meus familiares a quem, de uma maneira ou outra, este trabalho faz referências.

A todos os homens e mulheres que se dispuseram a colaborar com a pesquisa de campo, seja por terem cedido parte de seu tempo para as entrevistas, seja pela confiança de abrirem as portas de suas casas e instituições para que eu pesquisasse seus arquivos e vidas.

À direção do Instituto Federal do Amazonas, que me concedeu afastamento para qualificação. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, por meio da FAPEAM, no âmbito do Programa PROPG-CAPES/FAPEAM (Processo nº 88887.312498/2018-00), que me permitiu realizar as atividades de campo e a participação em eventos com certa comodidade. Agradeço também ao Institute of International Education pela ajuda concedida através do Alumni Awards, do International Fellowships Program, que contribuiu para a realização de viagens de campo.

À minha orientadora, Dr^a. Renata Paoliello, pela dedicação na leitura atenta deste trabalho e pela paciência no atendimento aos incontáveis relatórios que tive que produzir ao longo do período. Agradeço também às coordenadoras do PPGCSO, Dr^a. Ana Lúcia de Castro e Dr^a. Carla Gandini Giani Martelli, que atenderam com muita prontidão às minhas demandas.

A todos e todas, mais uma vez, OBRIGADO!

RESUMO

A ideia central do presente trabalho é que a partir do final do século XX os seringueiros do Alto Acre alteraram sua condição e obtiveram reconhecimento social, oportunizando a estabilidade territorial conquistada pela demarcação das Reservas Extrativistas, pela participação político-partidária no contexto de redemocratização do país e pelo estabelecimento de uma rede de lideranças comunitárias, tornando-se atores sociais e políticos ativos para a reconfiguração do campo político do Alto Acre. A manutenção de sua condição camponesa e da nova posição no espaço social do Alto Acre se deu nos limites de um processo marcado por descontinuidades, contradições, transformações e resistências na relação com o Estado e com diferentes forças que disputam a hegemonia a partir da imposição de projetos de desenvolvimento econômico baseados no domínio do território e dos recursos naturais. A partir de uma perspectiva que compreende as comunidades rurais como unidades formadas por diferentes grupos que se relacionam continuamente com agentes localizados em outros ambientes, a pesquisa ocorreu entre os anos de 2018 e 2020, referida aos Projetos de Assentamento Agroextrativistas Remanso, no município de Capixaba, Chico Mendes, no município de Xapuri, Santa Quitéria, no município de Brasiléia e Comunidade Rio Branco, na Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri, Acre. Foi realizada pesquisa bibliográfica, levantamento documental, observação e entrevistas junto a camponeses, moradores das cidades do Alto Acre e técnicos de ONGs e Governos.

Palavras – chave: Seringueiros. Desenvolvimento. Reconhecimento. Amazônia. Reservas Extrativistas.

ABSTRACT

The central idea of the present work is that, from the end of the 20th century, Seringueiros in Alto Acre changed their condition and obtained social recognition, giving opportunity to the territorial stability achieved by the demarcation of Extractive Reserves, by political-party participation in the context of the country's redemocratization and by establishing a network of community leaders, becoming active social and political actors for the reconfiguration of the Alto Acre political field. The integration of their peasant status and the new position in the social space of Alto Acre occurred within the limits of a process marked by discontinuities, contradictions, transformations and resistance in the relationship with the State and with different forces that dispute the hegemony from the imposition of economic development projects based on the domain of the territory and natural resources. From a perspective that understands rural communities as units formed by different groups that continuously relate to agents located in other environments, the research took place between the years 2018 and 2020, referring to the Remanso Agroextractive Settlement Projects, in the municipality of Capixaba, Chico Mendes, in the municipality of Xapuri, Santa Quitéria, in the municipality of Brasiléia and Comunidade Rio Branco, at the Chico Mendes Extractive Reserve, in Xapuri, Acre. Bibliographic research, documentary survey, observation and interviews were carried out with peasants, residents of the cities of Alto Acre and technicians from NGOs and Governments.

Keywords: Seringueiros. Development. Recognition. Amazon. Extractive Reserves.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Indicação da região do estudo	46
Gráfico 1	Volume de madeira autorizado para exploração no Acre por categoria de MFS – 2011/2018 (%)	92
Gráfico 2	Valores Referenciais Hectare por Regiões do Acre (R\$)	123
Gráfico 3	Variação Acumulada de Indicadores da Pecuária no Acre – 2001/2014 (%)	139
Gráfico 4	Movimentação de gado entre o Alto Acre e Rio Branco – 2012/2018 (cabeças)	144
Gráfico 5	Relação da evolução desmatamento/população Resex CM (1997 à 2018) - %	146
Gráfico 6	Movimentações Internas de bovinos no Alto Acre – 2012/2018 (cabeças)	165
Gráfico 7	Relação Ocupação Resexs e Desmatamento – 2011/2017 (%)	167
Fotografia 1	Sede do STR de Assis Brasil, com uma fotografia de liderança histórica na fachada	287
Fotografia 2	Seringueiros conversam após reunião comunitária na Resex CM em Xapuri	319
Fotografia 3	Reunião numa comunidade da Resex CM em Xapuri	305
Fotografia 4	Motocicletas estacionadas enquanto camponeses participam de reunião em Comunidade da Resex CM em Xapuri	323
Fotografia 5	Dupla de jovens em motocicleta trafega por Ramal no PAE Chico Mendes, em Xapuri	345
Fotografia 6	Residência de seringueiros no PAE Chico Mendes em Xapuri	345
Fotografia 7	Eletrodoméstico em cozinha de residência de seringueiros no PAE Chico Mendes, em Xapuri	359
Figura 1	Diagrama de uma Comunidade Extensa de Seringueiros no Alto Acre	343

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Resumo dos instrumentos estaduais de regulamentação da atividade madeireira no Acre a partir do governo da Frente Popular	87
Quadro 2	O PT na Política do Acre (1999 a 2018)	191
Quadro 3	Desempenho do PT em Eleições 1996 a 2016	226
Tabela 1	PAEs e RESEXs no Estado do Acre	121
Tabela 2	Estrutura fundiária de Xapuri incluindo Resexs	126
Tabela 3	Percentual de Religiões entre a população, segundo situação de domicílio	257

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEX	Cooperativa Agroextrativista de Xapuri
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CEDRFS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável
CEMACT	Conselho Estadual de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia
CENAFLO	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal
CFE	Conselho Florestal Estadual
CIFOR	<i>Center International for Forestry Research</i> (Centro Internacional para Pesquisa Florestal)
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAFLO	Comissão Nacional de Florestas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAJ	Comissão Permanente de Assuntos Jurídicos
COPIAI	Comissão da Política de Incentivos às Atividades Industriais do Estado do Acre
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERACRE	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre
COOPERFLORESTA	Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

FEM	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour
FETACRE	Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Acre
FPA	Frente Popular do Acre
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i> (Conselho para Manejo Florestal)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos
IFT	Instituto Floresta Tropical
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISA	Instituto Socioambiental
ITTO	<i>International Tropical Timber Organization</i> (Organização Internacional de Madeira Tropical)
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PA	Projeto de Assentamento
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PCA	Projeto Casulo de Assentamento
PDC	Plano de Desenvolvimento Comunitário
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre
PESACRE	Grupo de Pesquisas em Sistemas Agroflorestais do Acre
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANACRE	Plano Integrada de Desenvolvimento do Alto Acre
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPA	Plano Plurianual
PPG-7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROACRE	Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Acre
PROBOR	Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal
PRODES	Projeto PRODES – Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélites
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
PRÓ-FLORESTANIA	Programa de Apoio às Populações Tradicionais e de Pequenos Produtores
PROMANEJO	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PV	Partido Verde
PZ	Parque Zoobotânico
Resex	Reserva Extrativista
SAF's	Sistemas Agroflorestais
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia
SEAPROF	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEDENS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SFB	Serviço Florestal Brasileiro

SEF	Secretaria Estadual de Florestas
SEFE	Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
UFAC	Universidade Federal do Acre
WWF	<i>World Wildlife Fund</i> (Fundo Mundial para a Natureza)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Pressupostos teóricos e desenvolvimento da pesquisa	16
Metodologia, fontes e inserção no campo de pesquisa	34
Organização da tese	47
CAPÍTULO 1 – VERSÃO ECOLOGIZADA DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA: SERINGUEIROS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	50
1.1 Exploração de madeira em florestas tropicais na era da “sustentabilidade”	60
1.2 Seringueiros e exploração madeireira	68
1.3 Selo de garantia e discursos do mercado diferenciado para madeira comunitária	74
1.4 O processo de naturalização do manejo madeireiro comunitário em meio à exploração intensiva de madeira no Acre	81
1.5 O manejo madeireiro em Unidades de Uso Sustentável do SNUC	93
CAPÍTULO 2 – TRÊS DÉCADAS DE RESEXES NO ALTO ACRE: SERINGUEIROS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA	103
2.1 As Reservas Extrativistas contra a política de contrarreforma agrária no Alto Acre	106
2.2 Dinâmica do mercado de terras no Alto Acre no século XXI	122
2.3 Corrida pela terra e pecuária bovina de corte: por que os seringueiros criam gado?	132
2.4 A produção camponesa nas Reservas Extrativistas	147
2.5 O gado em Reservas Extrativistas, na prática	155
CAPÍTULO 3 – OS SERINGUEIROS DO ALTO ACRE E AS DISPUTAS POLÍTICAS NO CONTEXTO DAS RESEXES	172
3.1 Seringueiros, Partido e política no estado do Acre	177
3.2 Seringueiros, Partido e fóruns da sociedade civil: alianças e cumplicidade com governos federal e estadual	192
3.3 Seringueiros, Partido e intelectuais	203
3.4 Seringueiros, Partido e as disputas eleitorais no Alto Acre	217
CAPÍTULO 4 – “NO MATO E NA RUA”: COMUNITARISMO E FAMÍLIA APÓS A CRIAÇÃO DAS RESEXES	242
4.1 Seringueiros e comunitarismo e o comunitarismo seringueiro na política do Alto Acre: a gênese no comunitarismo cristão	250
4.2 Tensões políticas internas e estratégias políticas externas	272
4.3 A burocratização e os elementos da coesão comunitária	291
4.4 Direito à terra e mobilidade: dilemas e paradoxos da sucessão e reprodução social a partir das Reservas Extrativistas	317
4.5 As mulheres nas Reservas Extrativistas: breves notas sobre conquista de direitos	348

CONCLUSÃO	362
REFERÊNCIAS	373
APÊNDICES	
APÊNDICE A – GUIA PARA OBSERVAÇÕES DURANTE VIAGENS A CAMPO (2018/2019)	394
APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTAS CAMPONESES (2018/2019)	397
APÊNDICE C – QUADRO COM DISPOSITIVOS DE INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS (ICMS) À PECUÁRIA NO ACRE	398
APÊNDICE D - VARIAÇÃO NÚMERO DE FAMÍLIAS E INCREMENTO DO DESMATAMENTO EM ÁREAS RURAIS DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA (%)	404
APÊNDICE E - SEÇÕES ELEITORAIS CONSIDERADAS NA PESQUISA	405

INTRODUÇÃO

Esta tese versa sobre sujeitos de um grupo sociocultural cuja trajetória representa legitimamente os processos sociais que se desenrolam há aproximadamente um século e meio numa área da Amazônia brasileira, aqui tomada como uma fronteira. Nossa pesquisa buscou identificar e discutir mudanças socioculturais ocorridas a partir da segunda metade da década de 1990, após a criação de Reservas Extrativistas - Resexs na região do Alto Acre, dando ênfase às implicações políticas de sua organização em comunidades. Nosso objetivo é contribuir para a compreensão da direção, a profundidade, o ritmo e os processos que levaram a tais mudanças.

O trabalho procura demonstrar que após a criação das Resexs os seringueiros se constituíram em atores de alta relevância no campo político do Alto Acre. Assim o fizeram com base num comunitarismo muito singular, que despretensiosamente aqui nomeamos de “comunitarismo seringueiro”, que se fez articulando práticas costumeiras do universo cultural camponês, como as relações de parentesco, o partidarismo político e as vicissitudes democráticas e ambientais inerentes à contraditória noção (e medidas institucionais a ela associada) de desenvolvimento sustentável. Recorremos a aspectos históricos da posição dos seringueiros no espaço social do Alto Acre em tempos passados, apontando para contrastes com o período que se inicia no século XXI. Da mesma forma, buscamos expor as relações com os diversos atores com quem se relacionaram neste período e quais as implicações de tais relações na configuração do comunitarismo que vigorou no mencionado período. Portanto, a tese é de que um grupo normalmente classificado como “os de baixo” (pela academia e também em representações de diversos atores sociais), no decurso das últimas três décadas, oportunizando e ao mesmo tempo construindo ativamente forças políticas pela democratização (de direito a participação) em escala nacional, se refaz e se atualiza, incidindo na reconfiguração do espaço social em que está inserido.

Pressupostos teóricos e desenvolvimento da pesquisa

Múltiplos aspectos da experiência seringueira na Amazônia têm sido estudados pelas ciências sociais, através de diferentes abordagens e ênfases em diferentes categorias. De maneira geral, o registro identifica certo privilégio na escolha de abordagens que enfatizam isoladamente, ou mais ou menos articuladas, as seguintes chaves:

- Identidade: campesinato; trabalhadores rurais; povos e comunidades tradicionais;
- Movimentos sociais: sindicalismo; ambientalismo; direito ao território;
- Questão agrária: expropriação; reforma agrária; Reservas Extrativistas; desenvolvimento sustentável etc.

A título de ilustração quanto às diferentes posturas teórico-metodológicas em estudos sobre os seringueiros e o processo de criação das Resexs, tomemos alguns exemplos que derivam de pesquisas com a finalidade de produção de dissertações e teses, eventualmente gerando artigos disponibilizados em revistas e anais de eventos, ou na forma de livros. A contribuição destes autores, por mais divergentes que sejam em certos pontos, foram fundamentais para o delineamento de minha pesquisa, constituindo uma base de ideias nas quais me referencio e com as quais dialogarei, implícita ou explicitamente, ao longo da tese.

Especificamente sobre a região do Alto Acre, as análises de inspiração marxista, realizadas com base nos acontecimentos das décadas de 1970 e 1980, tratam o seringueiro enquanto “trabalhador rural”, que protagonizou um sindicalismo peculiar às regiões de expansão da fronteira agropecuária brasileira (COSTA SOBRINHO, 1992; PAULA, 1991). Outras análises, referidas à mesma região e periodização, detiveram-se na caracterização cultural do seringueiro e os processos que o levaram a ser sujeito de direito (ALLEGRETTI, 2002; ESTEVES, 2010)¹.

Allegretti (2002; 2008), ao analisar o processo de institucionalização das Reservas Extrativistas como política ambiental, numa perspectiva que dialoga com a vertente teórica dos novos movimentos sociais, dará ênfase ao espectro “ecologista” do modo de vida e conseqüentemente da “identidade” e do movimento de resistência dos seringueiros, que permitiu o estabelecimento de alianças decisivas entre o sindicalismo de trabalhadores rurais e outros “movimentos sociais”, notadamente o ambientalista, passando da clássica luta pela terra para a luta pelos recursos florestais, alinhando-se ao ideário do “desenvolvimento sustentável”, uma vez expressando sua indignação com as precárias condições de vida a que estavam submetidos. Para a autora, na articulação entre defesa de permanência na terra e acesso aos recursos naturais, portanto da questão fundiária e proteção ambiental, o movimento

¹ Os trabalhos de Elder Paula (1991) e Pedro Vicente Costa Sobrinho (1992) buscam realçar o sindicalismo dos trabalhadores rurais em sua relação com capital e Estado. O trabalho de Mary Allegretti (2002) é uma biografia de Chico Mendes, através da qual se analisa a trajetória dos seringueiros da Amazônia e como Chico Mendes incide sobre essa trajetória.

seringueiro, como novo protagonista do desenvolvimento sustentável, “[...] em um segundo momento, fundiu as duas tradições em um novo conceito, no qual a regularização da posse ficou subordinada à proteção do meio ambiente” (ALLEGRETTI, 2008, p. 51).

Por sua vez, Paula (2013), numa perspectiva marxista, conclui que no bojo das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, ou “desenvolvimento [in]sustentável”, como o autor prefere classificar, as organizações representativas dos seringueiros se renderam aos ditames hegemônicos do capitalismo do século XXI. O autor reconhece que, no final dos anos 1970, o seringueiro aparece como sujeito em vias de expropriação, mas que, como “classe, ou fração de classe” resiste e golpeia os interesses do “capital”, representado pela classe dos proprietários e outros agentes dominantes, através da inserção das Resexs no debate da “reforma agrária”, que representaria um projeto “contra-hegemônico”.

Na mesma linha de Paula (2013), Cláudia Cunha (2010) enfatizando a características da execução do Projeto Reservas Extrativistas – Projeto RESEX, no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, na Reserva Extrativista Chico Mendes – Resex CM, analisa o processo de institucionalização e implementação das Resexs pelo Estado brasileiro. Esta autora se baseia na concepção *gramsciana* de Estado integral, segundo a qual a “sociedade civil” é considerada arena de disputas na construção da “hegemonia”, mas que, paradoxalmente, a implementação do Projeto RESEX teria operado um enfraquecimento e perda de autonomia dos seringueiros na condução da gestão das Resexs.

Estes trabalhos se debruçam sobre períodos relativamente diferentes, com Allegretti (2002) focando as ações dos seringueiros entre 1970 a meados de 1990; Cunha (2010) a segunda metade dos anos 1990; e Paula (2013), o início da década de 2000. Embora os sujeitos sejam os seringueiros, as perspectivas apresentam pontos conflitantes e me conduziram à formulação de questões que emergem da dinâmica atual dos processos sociais em que estão envolvidos os seringueiros do Alto Acre. Por um lado, se coloca o desafio de compreender por que, se os seringueiros foram apresentados com identidade marcadamente ecologista, as gerações atuais aderiram à criação de gado nas reservas extrativistas. O que caracterizaria a perda de autonomia na gestão de seus territórios e a subordinação dos seringueiros ao proselitismo dos “mercadores da natureza” (PAULA, 2013; PAULA, 2013b), do discurso do desenvolvimento sustentável, se o manejo madeireiro comunitário, por exemplo, foi mínimo na Resex CM? Se os seringueiros foram capazes de resistir ao processo

de expansão do capital que os ameaçava expulsar nos anos 1970, por que prosseguiriam com certo entusiasmo no debate sobre o desenvolvimento sustentável e relativamente leais aos governos do PT do Acre, já que isso significaria aceitar um avanço do capitalismo contra eles próprios?

Em última análise, estas indagações provêm de inquietações devidas ao que Almeida (2004) havia notado como dual tendência conclusiva sobre a relação entre “povos tradicionais” e “discurso do desenvolvimento”, em estudos sobre resistência e defesa ecológica, que viam como únicos caminhos a estas populações: “[...] ou manter sua marginalidade como processo de resistência, ou aceitar uma integração passiva e manipulada nas estruturas de poder globais” (ALMEIDA, 2004, p.34). Em sua análise da região do Alto Juruá, no Acre, do período de 1982 a 1992, este autor aponta para a possibilidade de outros desfechos menos ortodoxos, pois reviravoltas “complexas e não planejadas” levaram a resultados que, antes de tudo, refletem os conflitos locais².

Os moradores das Resexs do Alto Acre expressam rotineiramente, em falas e ações, que o reconhecimento de seus direitos a estes territórios não está dissociado de sua busca por reconhecimento e legitimação na escala da sociedade local. Embora não seja de fato algo garantido infinitamente, o direito à terra foi conquistado com as Resexs, mas ao longo deste período se desenrolaram processos que revelam sua finalidade de manterem-se dignamente na terra, não mais distanciados dos núcleos urbanos como foram mantidos até meados dos anos 1990, mas podendo também transitar por onde acreditam que devam. Ou seja, são expressões que indicam, antes de tudo, uma busca ao exercício da liberdade (HONNETH, 2003).

A distribuição dos agentes e propriedades no espaço físico, conforme ensina Bourdieu (2013), indica a posição de agentes e grupos no espaço social, ou seja, nos diferentes campos que constituem esse espaço social. A reconfiguração do meio agrário e suas repercussões sobre o espaço social do Alto Acre, a partir da criação das Resexs e do debate em torno do desenvolvimento sustentável exige que se discuta a posição e práticas dos seringueiros neste novo cenário, sobretudo no que diz respeito ao espaço público, entendido como local das interações entre grupos com interesses divergentes, passível de apropriação como estratégia de afirmação e exercício de poder e de violência simbólica. Pierre Bourdieu (2013, p. 134) afirma que:

² Em perspectiva semelhante, numa escala geográfica que extrapola a Amazônia Ocidental, ver Hébette e Moreira(2008).

[...] uma divisão social objetivada no espaço físico, [...] funciona simultaneamente como princípio de visão e de divisão, como categoria de percepção e apreciação; em suma, como estrutura mental. E pode-se pensar que estruturas do espaço físico apropriado constituem uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem em sistemas de preferências e em estruturas mentais. Mais precisamente, a inscrição imperceptível, nos corpos, das estruturas da ordem social ocorre certamente, em grande parte, através dos deslocamentos e dos movimentos do corpo, das poses e das posturas corporais que essas estruturas sociais convertidas em estruturas espaciais organizam e qualificam socialmente como ascensão ou declínio, entrada (inclusão) ou saída (exclusão), aproximação ou distanciamento a um lugar central e valorizado [...] (BOURDIEU, 2013, p. 134).

Esta perspectiva contribui para, considerando as modificações profundas nas estruturas econômicas e políticas, a compreensão do envolvimento dos seringueiros, nas últimas três décadas, em questões mais amplas como o desenvolvimento sustentável, ou na política partidária, através das disputas eleitorais (municipais, estaduais e nacionais). Mas também contribui para a compreensão das práticas das gerações atuais, nascidas num contexto de Resexs, que indicam rompimento com a situação anterior do “seringal” tido como lugar hierarquicamente inferiorizado no contexto do Alto Acre. Conforme Bourdieu (2013), “o espaço social se encontra assim inscrito simultaneamente na objetividade das estruturas espaciais e nas estruturas subjetivas que são, em parte, o produto da incorporação dessas estruturas objetivadas” (BOURDIEU, 2013, p. 135).

Continuando o diálogo com estudos sobre a trajetória dos seringueiros do Acre, destacamos duas referências que, cada uma à sua maneira, inspiraram-nos na definição da perspectiva aqui adotada. Almeida (2004; 2012) questiona o caráter inexorável e essencial da história local esclarecendo que, com o colapso do mercado internacional da borracha da Amazônia, a partir da década de 1920, os seringueiros, com base na experiência camponesa nordestina, desenvolveram um modo de vida florestal, tornando-se “camponeses da floresta”. No processo de resistência à expropriação e exploração, a partir dos anos 1970, através da atuação de determinadas lideranças, articuladas em escala regional, nacional e internacional, mas estreitamente vinculadas às suas comunidades, os seringueiros construíram o improvável, ao utilizarem a margem de liberdade que ampliou o horizonte do possível, “[...] conquistaram não apenas direitos coletivos à terra, mas também a possibilidade de, sem deixar de ser seringueiros, tornar-se antes de tudo, cidadãos, políticos, gerentes de associações, professores e pesquisadores” (ALMEIDA, 2004, p. 49).

Ao considerar estudos da trajetória dos seringueiros sob a categoria de “populações tradicionais”, a partir dos anos 1990, enfatizando a relação dos seringueiros com o meio ambiente, Cunha e Almeida (2017) esclarecem que o ambientalismo pode designar tanto um

conjunto de práticas, como uma ideologia. Estas variações do ambientalismo podem se apresentar na forma meramente retórica, como ideologia sem prática; na forma de prática com ideologia, como geralmente se constata em culturas de povos indígenas derivadas de cosmologias próprias; e na forma de práticas conservacionistas sem ideologias, pelo fato de ser importante a adoção de certas técnicas que garantam a manutenção de certos recursos e consequentemente a reprodução social de determinado grupo. Mantendo certa distância de essencialismos e considerando as complicações de supor ser possível haver reprodução social de camponeses exclusivamente em bases retóricas, as evidências são de que os seringueiros do Alto Acre mantêm práticas conservacionistas, conforme constatado por Almeida (2012) em seu estudo sobre Colocações³.

Por sua vez, Silva (2004), ao discutir o desenvolvimento agrário no contexto da fronteira amazônica-acreana, caracteriza o campesinato, que estaria representado em dois grupos: o *camponês da lavoura*, constituído no processo de expansão da fronteira agropecuária a partir dos anos 1960; e o *camponês florestal*, constituído no bojo da expansão da empresa extrativista, sendo este grupo representado pelo seringueiro, um campesinato que se atualiza a partir da experiência nordestina migrante na Amazônia.

Silva (2004) esclarece que a terminologia “seringueiro” é utilizada como expressão de um posicionamento político, social e cultural, forjado no processo de luta pela terra nas décadas de 1970 e 1980, não se reduzindo a uma designação de ofício ou profissão (não se trata do seringueiro reduzido ao ofício de extrator de látex). Este autor entende que a luta pela terra no Acre estaria relativamente estável, com a criação das Resexs, e destaca a alternativa de empreendimentos produtivos coletivizados, com base na organização comunitária, como mecanismos que fazem frente à hegemonia do agronegócio no meio agrário do Acre. Compreende que as tentativas de imposição de propostas governamentais sobre as organizações camponesas, apesar de constituir um risco à autonomia dos camponeses, por vezes são assimiladas pelos agentes de maneira a produzir resultados em favor do campesinato.

³ A Colocação figurava no sistema de aviamento como unidade territorial básica, dispoendo de uma quantidade de árvores de seringueiras para a produção de borracha para o seringalista. Segundo Almeida (2012), com o colapso do mercado mundial da borracha amazônica, os seringueiros desenvolveram um modo de vida florestal na Colocação, de maneira que passaram a depender do mínimo de mercadorias produzidas fora desta unidade. A Colocação manteve-se como unidade referencial quando da criação de Resex, uma vez que sua indivisibilidade era o que possibilitava ao seringueiro viver como camponês florestal.

Embora situados em campos disciplinares diferentes e olhando para casos empíricos relativamente distintos, tanto Almeida (2004 e 2012), quanto Silva (2004), utilizam a categoria “camponês”, para expressar especificidades culturais dos seringueiros, em análises e conclusões que convergem, ao manterem o distanciamento de determinismos históricos e culturais e assim percebendo certas circunstâncias não planejadas, que levam o campesinato a ações que, em última análise, concorrem para alterações favoráveis à sua posição na dinâmica socioeconômica local e regional. Ambos os autores partem do pressuposto de que haveria um campesinato florestal, expressado pelo seringueiro, que se constitui anteriormente ao período da chegada da frente de expansão da fronteira agropecuária nos anos 1970. Constitui-se camponês no período em que se afrouxam as condicionantes do cativo da economia da borracha, quando experimentaram relativa liberdade em relação ao sistema de aviação.

Situamos os seringueiros no conjunto do campesinato brasileiro e trabalhamos com a ideia de “condição camponesa” tal qual discutiu Paoliello (2009) ao estudar o caso de remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, em São Paulo. Buscamos evidenciar as estratégias para manutenção da articulação do trabalho na terra para garantia de reprodução, mas extrapolando o aspecto produtivo (agrícola, extrativista, pecuário, etc.), agregando demandas de outras ordens, que podem ser mais afeitas a categorias de sujeitos comunitários geralmente tratados como coadjuvantes. A condição camponesa é forjada na articulação entre a inserção e as formas de relacionamento no contexto da sociedade na qual está inserido, segundo a referência dos próprios agentes, e os múltiplos aspectos que garantem sua reprodução familiar. Assim, analisar a condição camponesa do seringueiro, morador de Resex do Alto Acre, implica compreendê-lo não como um sujeito do passado, mas como um agente no tempo presente, que interage de determinadas formas, com determinados agentes externos a seu núcleo doméstico e que assim o faz devido ao que lhe confere a condição camponesa e para a garantia de manutenção de tal condição.

Alguns exemplos da condição camponesa sob esta perspectiva foram por nós presenciados durante pesquisa de campo: uma moradora do PAE Chico Mendes se dirige ao escritório da empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica, situado na cidade de Xapuri, para formalizar uma reclamação e pedido de solução para as constantes quedas de energia em sua residência; um morador da comunidade Rio Branco, na Resex CM, dirige-se ao banco para atualizar o cadastro que lhe possibilitará receber valores financeiros da CONAB relativos à política de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade; ou

ainda, um morador do PAE Santa Quitéria negocia a venda de três bezerros com um comprador de gado, pois precisa de dinheiro porque planeja presentear o filho com uma carteira de motorista, já que o rapaz está atingindo a maior idade, e dirigir motocicleta até a cidade é uma tarefa básica por ali, na atualidade.

A manutenção da condição camponesa, no entanto, não se reduz à relação do camponês com a sociedade “externa”, conforme os exemplos apresentados. Em todos estes exemplos, além das expectativas dos agentes em interação, subjazem perspectivas, trajetórias, vínculos diversos em cooperação e disputas e diferentes níveis de autonomia alcançados mediante a posição no espaço social. A condição camponesa, assim concebida, manifesta-se em todas as dimensões da vida social, não somente na produtiva. A terra, no entanto, é central como espaço de vida presente e futura, conforme Wanderley (2014), um patrimônio fundiário a ser legado para as gerações subsequentes. Nesse sentido, importa menos qual mercadoria o camponês e a camponesa produzem num determinado período, do que sua relação com a terra com vistas a garantir a ocupação de seus descendentes através do trabalho.

No caso específico dos seringueiros, apesar das designações atribuídas, inegavelmente originadas em processos próprios do campo burocrático (ou das políticas públicas, se preferível), como “comunidades e populações tradicionais”, a partir do final dos anos 1990, para além de submeterem-se às proposições que, apesar de não corresponderem totalmente a determinadas expectativas, vão ao encontro de suas aspirações de territorialidades, autonomias e perspectivas, os sujeitos assumem tais designações, uma vez que as mesmas constituem-se instrumentos de reconhecimento e podem viabilizar demandas históricas legítimas. Conforme assinalam Cunha e Almeida (2017) os sujeitos políticos se mostraram dispostos a dar substância a esta designação, assumindo-a como identidade.

As referências à noção de “comunidades tradicionais”, como uma concepção alternativa ao indivíduo, ou mesmo ao individualismo moderno, comumente parte do pressuposto de que, em sociedades tradicionais, o indivíduo estaria imerso no grupo e nas relações sociais, em contraposição ao individualismo da cultura moderna, portanto a salvo do contratualismo e do utilitarismo. Porém é necessário buscar as conexões e sentidos da relação que estes sujeitos estabelecem no espaço social, que, ao final, não se restringem à vida comunitária (segundo um entendimento reducionista), conforme percebeu Vincent (1987). Quais as relações entre pessoas, que tipo de pessoas, entre pessoas e a natureza, entre pessoas e objetos, na comunidade, na sociedade mais ampla etc.? No cotidiano são acionadas diversas

condições e papéis que ensejam expectativas variadas: de eleitor, de dirigente de associação, de pai, de vendedor de mercadorias, de mãe, de filho, etc.

Não sem percalços, contradições e ameaças, na passagem do século XX ao XXI, a comunidade se consolidou como instrumento fundamental para a manutenção da condição camponesa dos seringueiros do Alto Acre. Há, inegavelmente, diferenças consideráveis na concepção de comunidade quando se considera a trajetória iniciada nas CEBs, desembocando na “comunidade tradicional” que afirma o direito territorial, passando pelo sindicato, pelo partido e pela associação. Mas certamente, a comunidade, que dá conteúdo a essas instituições, constitui-se num diferencial da vivência dos seringueiros em seus territórios após inaugurada a fase do reconhecimento estatal de sua identidade e sua busca por afirmação no espaço social do Alto Acre. Certamente uma condição camponesa relativamente modificada, em relação às experiências camponesas no espaço social da fronteira agropecuária na Amazônia.

A noção de comunidade camponesa que embasa nosso estudo afasta-se de perspectivas que a concebem como agrupamentos constitutivos de um microcosmo, relativamente fechado, sendo as relações com o exterior basicamente resumidas à comercialização da produção para obtenção de renda monetária, portanto, uma concepção um tanto forçada de aproximação a um modelo ideal em estudos antropológicos (FELDMAN-BIANCO, 1987). Ou seja, concepções como estas supõem uma comunidade marcadamente diferenciada culturalmente, mas tendem a prender-se a vertentes economicistas que privilegiam a análise da dinâmica de produção e consumo das famílias camponesas. Estas perspectivas, em boa medida, foram determinantes em minha pesquisa para o mestrado em Desenvolvimento Regional, em que analisei os processos organizativos comunitários, portanto internos, relativos ao manejo madeireiro comunitário (ARAÚJO, 2013). Para esta tese, foi necessário desfazer-me desta concepção e reorientar o entendimento sobre comunidade.

Ao balizar o estudo de comunidades camponesas num olhar que as concebe como unidades parcialmente fechadas e homogêneas, tende-se a ofuscar questões políticas e majorando o aspecto econômico, da relação do homem com a terra, recorrentemente centrando-se na figura do patriarca, chefe-de-família, tende-se à indiferença quanto aos demais indivíduos que constituem a comunidade, comprometendo a compreensão dos processos sociais. Igualmente arriscado é buscar discutir o “campesinato”, como categoria

ampla, estritamente vinculada a questões políticas, aos movimentos de protesto e à relação com o Estado (VINCENT, 1987).

Pressupor que as comunidades camponesas são compostas de indivíduos, e direcionar o olhar para enxergá-los, a princípio sugere uma dissolução da própria unidade comunitária. Contudo, Vincent (1987) argumenta que análises pautadas numa suposta homogeneidade das comunidades obscurecem os processos de mudança social, visto deixarem de considerar categorias inteiras de indivíduos que constituem as sociedades rurais, como não proprietários de terra, mulheres, crianças e rapazes, lojistas, atravessadores etc. Enfocar a mobilidade social e geográfica e as relações estabelecidas por indivíduos destes grupos geralmente deixados de lado, libertando-se das análises restritas à relação do homem com a terra, permite observar a mudança contínua.

A mobilidade destes agentes, segundo Vincent (1987), constitui a essência da concepção de “sociedade agrária” como fluxo organizado. Desta feita, a autora acrescenta que a incorporação de contribuições da história e da economia política, extrapolando a análise do tempo e do espaço da unidade observada e a adoção da perspectiva dos “campos de atividade”, contribuem para dissolver as falácias parte-e-todo e topo-base, que levam a uma separação do campesinato em relação à atividade do Estado, e dão uma visão distorcida da política e do envolvimento dos camponeses com a política.

A concepção de comunidade camponesa da qual nossa análise pretende se afastar deriva e é, por vezes, reforçada, em discursos que julgam ser necessário acentuar uma diferença (tradições, crenças, manejo de recursos naturais etc.) para legitimar a reivindicação de determinados direitos. Esta concepção comumente estrutura discursos de políticos e militantes, mas às vezes norteia também o campo acadêmico, que, no caso dos seringueiros, por exemplo, esteve centrado em questões de viabilidade/debilidade da economia extrativa da borracha, num referente exclusivamente masculino⁴. Esta concepção decorre ainda da falta de separação entre observação e investigação (esta última permitindo averiguar a inserção destas comunidades em contextos mais amplos), cuja ausência tende a considerar os processos de mudanças sociais em termos sincrônicos e estáticos (VINCENT, 1987).

Durante minhas primeiras observações em campo e escuta das representações durante entrevistas e conversas informais, por exemplo, sobre suas frequentes viagens à cidade para a

⁴ Ellen Woortmann (1998) havia notado uma tendência dos trabalhos acadêmicos, centrados exclusivamente na imagem do homem, “do seringueiro”.

resolução de um conjunto diversificado de demandas (negócios, passeios, acesso a serviços públicos etc.), indicaram que não é razoável sugerir que os seringueiros estejam isolados atualmente. Ao considerar a comunidade como constituída por variados grupos de indivíduos, em interação constante com espaços “exteriores” à comunidade, estabelece-se a linha orientadora da presente análise, pois assim se permite a leitura de que as mudanças socioculturais as quais fazemos alusão, cuja raiz é inegavelmente a criação das Resexs, implica não somente na eliminação de certos grupos que faziam parte do “sistema seringal”⁵ (patrões, comboieiros, mateiros etc.), ou na mudança dos modelos de produção dos camponeses mas, sobretudo, devido a realçar aspectos que geralmente são invisibilizados em relação com os atores dos espaços citadinos no contexto do Alto Acre. Procuramos dar relevo à relação dos seringueiros com agentes dos espaços citadinos no contexto de Alto Acre, em contraposição a análises que tendem a privilegiar a compreensão das relações que seringueiros estabelecem, ou estabeleceram, com interlocutores situados em outras escalas, como “ambientalismo internacional”, elites políticas estaduais etc. Embora estas sejam fundamentais para a compreensão do que nos propusemos investigar.

Concepções enrijecidas de comunidade como uma unidade autocontida, aproximando-se do que Almeida (2007), acerca de estudos sobre o campesinato do Brasil, denomina *culturalismo agrário*, muitas vezes dão base a contestações das reivindicações de direito a reconhecimento, depreciando evidências de mudanças nos arranjos de parentesco e práticas religiosas, manejo de recursos naturais, entre outras, encontrados ao longo do tempo, como se tais mudanças fossem degenerativas da condição do *status* diferenciado do agrupamento em questão. Ou seja, esta perspectiva é facilmente introduzida em disputas, assumindo um caráter ambíguo, que tanto pode conferir reconhecimento e direitos, como ao sinal de mudanças, pode municiar os que se opõem ao reconhecimento dos direitos, conforme o que Sahlins (1997) classifica de ataque à cultura como demarcação de diferença. Ora, naquilo que é tido como agrupamento padrão, normal, majoritário ou maioria, ocorrem frequentemente mudanças radicais em indivíduos particulares (ou mais recorrentes) com o passar dos anos e os questionamentos à legitimidade destas mudanças são suavizados. Em boa medida, a condição de população tradicional, extrativista, seringueira, ou camponesa, assumidas pelos agentes, enredam argumentos essencialistas que os reprimem ao menor sinal de mudança de postura, de hábito, de práticas, em suma, de *habitus* (BOURDIEU, 2011a).

⁵ Para uma análise do Sistema Seringal que aqui buscamos extrapolar pela consideração de outros agentes que não os envolvidos diretamente no sistema de aviação, ver Esteves (2010).

Portanto, as noções que embasam nossa abordagem partem do pressuposto de que a manutenção da cultura de povos em contato com os instrumentos associados à modernidade reside justamente no modo específico como suas culturas se transformam (SAHLINS, 1997b). Neste sentido, inserimos nossa análise no debate sobre fronteira agropecuária, aqui tomada como uma formação social peculiar. Como lugar em que se procura destacar/classificar certo arcaísmo dos meios técnicos precedentes, confrontados aos meios técnicos de ponta do mais avançado capitalismo. Por exemplo, as estradas de barro, quase varadouros, em que circulam caminhonetes japonesas de tecnologia sofisticada baseada em inteligência artificial, etc.: uma formação social da estrada precária, como cenário para um sem número de relações dos agentes próprios desta formação. Na situação de fronteira aumenta a intercorrência destes contrastes e agravam-se os conflitos provenientes das intercessões entre diferentes agentes e perspectivas.

Frente a esta concepção de comunidade, buscando observar aspectos outros que não estritamente econômicos, uma vez que nos deparamos com a indicação de várias alterações do ponto de vista das práticas cotidianas das diferentes categorias de indivíduos (mulheres, crianças etc.), quando consideramos as quatro gerações com as quais convivemos (na história correspondem da 2ª à 5ª geração⁶), o que poderia então conferir coerência na designação dos seringueiros do Alto Acre como sendo camponeses, no século XXI? Este alargamento da concepção de comunidade, desprendido de quaisquer essencialismos étnico-culturais congelados no tempo, impõe que se faça uma discussão acerca da condição camponesa na atualidade da fronteira agropecuária. Buscamos realizar tal discussão aproximando-nos dos pressupostos da teoria dos campos.

A fronteira é um espaço social no qual se encontram diferentes grupos, dotados de diferentes visões de mundo e inclinações para a ação. Embora se possa objetar que uma visão de mundo prevaleça, entre os indivíduos haverá, em maior ou menor intensidade, influência das outras visões. A intersecção entre as diferentes perspectivas cria impasses em torno dos sentidos dos objetos que permeiam diferentes esferas da vida de um certo número de grupos e indivíduos, provenientes de espaços socioculturais diferenciados entre si, mas que precisam compartilhar o mesmo espaço geográfico. Assim, as opiniões divergentes, conflitantes, mas

⁶ Tivemos a oportunidade de conhecer pessoas das 5 gerações, considerando os mais idosos e as crianças. Como é sabido, embora o processo de ocupação dos seringais por migrantes se acentue já no final do século XIX, os nascimentos se iniciaram a partir da formação de famílias, por volta da década de 1920 (PORTO-GONÇALVES, 2003).

em certos casos convergentes, de um tanto de indivíduos "pertencentes" aos diferentes espaços socioculturais, leva ao estabelecimento de embates para imposição de sentidos.

Tais embates se darão no âmbito de campos específicos, nos quais cada grupo buscará impor o sentido a um objeto específico em disputa. Há de se determinar quais os critérios e práticas que levam os diferentes grupos, ou indivíduos, a participar da luta em um determinado campo como especialistas do campo – em contraposição ao profano. O fato é que diferentemente das instituições de disputa, ou cristalização do poder relacionadas à política (partidos, mandatos, assembleias, eleição etc), não há necessariamente uma escolha, uma representação em si. Os agentes pertencentes a um determinado espaço sociocultural apoiarão, concordarão, ou simplesmente não se oporão aos posicionamentos dos demais agentes do campo, cujas ideias defendidas aproximam-se às que eles julgam convenientes para ampliação de seu capital social, econômico, cultural e simbólico.

Há um fluxo de ideias que passam de um campo a outro, traduzidas de forma que ganham sentidos para um grupo, que a princípio não possuiria envolvimento com a ideia, ou mais, grupos que seriam prejudicados pela ideia, conformando a violência simbólica. Um exemplo aqui é a da presunção de uma inexorabilidade de uma marcha da modernidade, traduzida em sentenças tão rotineiras como as de: "o pessoal lá é do tempo que..."; ou "eles ainda fazem assim...", classificando práticas como formas atrasadas, mas que seriam extintas quando alcançadas pelo avanço técnico e tecnológico. A investigação empírica, porém, revela que esta suposta inexorabilidade não ocorre exatamente assim. Imaginemos que primeiro o barco com motor a combustão foi introduzido no cotidiano dos camponeses desta região, depois as motocicletas, os celulares e outros instrumentos, e nem por isso foram substituídas certas formas de se expressar, ou de explicar e de dar sentido ao mundo.

No contato entre indivíduos de diferentes grupos, na situação de fronteira, as populações já estabelecidas não se reduzem a meras receptoras de ideologias e de tecnologias, ou de equipamentos oriundos de outras formações socioculturais. Também não se conformam em serem somente supridoras de matéria prima, ou trabalho para o domínio tecnológico colonial. Elas aportam também conhecimentos que influenciam o fazer deste domínio, sobretudo em relação ao trato com a natureza, tão influente em suas práticas, que em muitos casos chega-se a dizer que essas formações são do mundo natural, pré-cultural. E mais, há coisas do conhecimento tecnológico colonial que contribuem com as populações estabelecidas, como vacinas e motores, por exemplo. Não entraremos no debate quanto a

características raciais que corresponderiam a cada uma destas formações socioculturais que entram em contato na situação de fronteira, mas, ao final, o empírico parece ratificar o que Sahlins (1997, p. 52) afirmou:

[...] Pois ao menos aqueles povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo o que lhes foi infligido. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo (SAHLINS, 1997, p. 52)..

A sobrevivência, no caso por nós estudado, claramente foi determinada pelo reconhecimento do direito ao território, conseguida, em última análise, pela reivindicação do direito à diferença. A nós parece difícil usar uma gramática multiculturalista para analisar as regiões de fronteira que foram alcançadas pelas rodovias e pela ideologia desenvolvimentista, pois, excluída a situação dos povos indígenas que ali já viviam, os demais grupos que se entrecruzaram o fizeram justamente porque é este o caso da situação de fronteira. Ou seja, é uma expansão da sociedade envolvente, mas na fronteira há, por excelência, uma situação de instabilidade no que concerne a uma hegemonia cultural. No caso desta região da Amazônia, o que havia, no momento da chegada das estradas e da economia da pecuária e todas as implicações que esta impõe sobre a terra, a floresta, etc., era uma sociedade cujos traços culturais mais singulares eram os costumes, perspectivas e representações forjadas pelo sistema seringal, que do ponto de vista do seringueiro em boa medida tem a ver com o universo sertanejo. Os grupos que chegaram, representando, grosso modo, a cultura majoritária/moderna, defrontaram-se com esta sociedade calcada no sistema seringal, que, por sua vez, era formada por grupos socialmente diferenciados e ordenados hierarquicamente.

Na fronteira, o contato entre a cultura estabelecida e a que está chegando, a princípio não permitiria dizer o que é majoritário ou hegemônico por um lado, e o que é minoritário por outro. Tentar fazer esta classificação pode reduzir a questão a termos de invasores para os que chegam, e atrasados, para os que já se encontram na área geográfica correspondente. Quem, num caso como o da fronteira agropecuária sobre a Amazônia, seria a minoria a ter direitos diferenciados para manutenção de sua cultura e modo de viver autonomamente? Parece que ao assumir que seriam os povos que já se encontravam, assume-se, de antemão, a legitimidade dos que chegam como grupo homogêneo portador da cultura aceitável como majoritária. Em boa medida esta perspectiva conferiu o direito diferenciado ao território para os seringueiros. Entretanto, ao longo dos anos 1990 e 2000, processou-se uma grande contradição, pois somente teriam sido reconhecidos direitos de alguns seringueiros, em algumas regiões, e muito mais pela condição estratégica de conservação ambiental do que por outro motivo.

Nesta tese, essa perspectiva evidencia ainda mais o quão singular teria sido o caso dos seringueiros do Alto Acre, pois estes estão exatamente na linha da frente de expansão da cultura representada pela pecuária, pelas rodovias, pelo capital, etc. Contudo, se o pleito a direitos diferenciados se fizer legítimo em razão do que seria minoria, que migram e formam comunidades em regiões de cultura diferente, o direito seria justamente para os “paulistas”⁷.

No caso dos seringueiros, esta fronteira, que emergiu como uma onda de dominação, expropriação, humilhação e destruição, avançando sobre o que ali estava (pois assim era concebida pelo autoritarismo dos governos militares que a planejaram e financiaram), com o esforço de resistência, somando -se, ao mesmo tempo que essa resistência tensionava a uma abertura política e articulava-se com o discurso do desenvolvimento sustentável, oportunizando o que foi possível e favorável do modelo chegante, tornou possível a sua permanência nesta parte da Amazônia (e não a sua destruição).

A região de fronteira, na qual os seringueiros reivindicaram um direito diferenciado, justificado por uma identidade cultural peculiar, em substituição ao restritivo direito que teriam como posseiros, é uma região relativamente diferente dos contextos em que se processam normalmente movimentos reivindicativos pautados no multiculturalismo. A fronteira, do ponto de vista teórico é uma região onde estão mais ou menos delimitadas e facilmente observadas as identidades culturais diferentes: o migrante e os estabelecidos; no caso da fronteira agropecuária na Amazônia, respectivamente, o pioneiro (colono migrante, mas também técnicos, burocratas e capitalistas) e o nativo (camponês, indígena, mas também famílias e elites políticas e comerciais tradicionais/“aristocracia” dos núcleos urbanos remanescentes do sistema de aviação⁸). Ou seja, os seringueiros fizeram uma transição entre uma identidade reconhecida pelos *outros internos* da fronteira, para uma identidade

⁷ “Paulistas” foi o termo com que se convencionou designar os imigrantes do centro-sul do país que se deslocaram para as regiões da frente de expansão da fronteira agropecuária na Amazônia, a partir dos anos 1960 (ESTEVEZ, 2011; VELHO, 2009; MARTINS, 1981).

⁸ O sistema de aviação/sistema seringal legou um grupo social composto de pessoas que ocupavam as funções públicas e da administração de comércios, que faziam funcionar localmente a burocracia necessária à economia da borracha. Este grupo, na prática membros oriundos de algumas famílias, estava situado nas cidades e invariavelmente era dele que saíam os quadros para ocuparem novos cargos públicos (em regra, demandas para serviços a eles próprios) e participação na política municipal. Como rótulo de distinção e pertencimento, estes agentes dão relevo a seus sobrenomes e se autotransformam como “famílias tradicionais”. Estas famílias tradicionais podem ser incluídas no que Silva (2001) classifica como “famílias de grife”. Quando dos eventos que indicam o início do estabelecimento da agropecuária na região, estas “famílias tradicionais” dominavam a política e administração pública local e desde então, com a inesperada insurgência dos seringueiros, tentam manter-se na política, tendo que disputar com os insurgentes e também com os políticos que mais se identificam como representantes da pecuária.

cujos elementos culturais teriam um reconhecimento valioso por parte de agentes situados geograficamente fora da fronteira.

Esta situação, que Allegretti (2008) interpreta como uma combinação entre a legitimidade social oferecida pelos seringueiros aos ambientalistas, com a força e poder político que os ambientalistas ofereceram aos seringueiros, foi seguida de insatisfação e em muitos casos reações furiosas dos outros atores locais (*outros internos*), cujos conflitos tiveram, e têm, que ser dirimidos, em parte, por meio de disputas eleitorais. Neste sentido, a ideia do desenvolvimento sustentável consistiu num trunfo em favor do capital simbólico dos seringueiros.

A sociedade xapuriense da cidade, por exemplo, e mesmo os pioneiros da fronteira agropecuária no Alto Acre, até hoje se mostram inconformados e não aceitam os seringueiros da maneira com eles foram reconhecidos por agentes situados fora da fronteira, como nos campos acadêmicos, jornalísticos, etc. Seringueiros (categoria eminentemente política), apesar de avaliados sob o prisma econômico, ambiental, ou social, deram resposta política àquilo que era um desdobramento de processo político, mas que por muitas circunstâncias e em muitos casos, era analisado como processo econômico. Constatar que houve uma resposta política e os seringueiros alcançaram o campo político com resultados objetivos e simbólicos, e se mantiveram no campo produzindo (mas também adquirindo direitos de acesso a bens públicos e elevando as condições de vida e retendo parte da família no campo), implica um elemento relativamente novo no que concerne ao lugar dos camponeses numa situação de capitalismo autoritário (VELHO, 2009), pois a reação dos seringueiros aos processos econômicos (decorrente de decisão política) não foi somente uma adaptação econômica.

Esta linha de interpretação filia-se especialmente ao que levanta Montero et al. (2011) sobre uma tendência, no caso brasileiro, ao reconhecimento de demandas de grupos historicamente marginalizados, através do acesso ao campo do direito, como linguagem própria no campo burocrático, portanto, na esfera do Estado, que busca realçar diferenças culturais como especificidades identitárias. Complementarmente, acompanhamos Paoliello (2006, p.65), quando afirma que é possível interpretar comunidades camponesas como “compartilhando com o mundo urbano um mesmo sistema de valores, e relacionando-se com ele, jurídica, política e economicamente, constituindo assim o contínuo rural-urbano”. Isto não significa que não buscamos observar evidências na atualização de certos valores morais ou de

honra, do *habitus* destes camponeses, na base do estabelecimento e condução de relações sociais.

É importante de antemão salientar que, não obstante uma necessária discussão sobre o lugar da comunidade na dinâmica social dos seringueiros, nesta análise daremos atenção secundária ao aspecto cultural das comunidades em si mesmas, de modo a destacar apenas certas regularidades sobre determinados aspectos nos quatro casos observados, recaindo a atenção principal sobre os mecanismos de interação entre os camponeses e o todo sociocultural e político no qual estão inseridos, sob o feixe de agentes e instituições que conformam redes imbricadas nos campos de poder, burocrático, econômico e outros que informam a noção de Estado desenvolvimentista à qual fazemos referência no título e, sobretudo, suas relações no espaço social do Alto Acre⁹. Assim, a análise recorre a uma série de normas como ponto de explicação, segundo a perspectiva de que o Estado, os atos de Estado, visam efeito sobre a realidade social. É neste sentido, também com base em Bourdieu (2014), que busco mostrar quais agentes foram determinantes na produção de certas normas jurídico-administrativas.

Analizamos o seringueiro sob o entendimento de que em si, a categoria seringueiro refere-se a uma identidade configurada socialmente (tendo outros agentes como mediadores culturais) para o embate político de um grupo camponês florestal e que as relações, as disputas e cooperações nas quais se envolveram, dão-se no plano simbólico, com recursos simbólicos de uma economia simbólica que dá sentido ao plano material.

Joan Vincent (1987) adverte, no entanto, que os estudos sobre o envolvimento dos camponeses com a política tendem a ignorar as condições estruturais, interpretando os resultados em nível do Estado como se fossem ações deliberadamente desejadas, ignorando que “as configurações sociais somente emergem de um amálgama de consequências

⁹ Uma característica das comunidades do Alto Acre deve ser destacada. O modelo de comunidades de seringueiros geralmente apontadas em estudos realizados na Amazônia Ocidental, como as do Médio Madeira, analisadas por Chaves (2011), ou as do Alto Juruá, estudadas por Pantoja et al. (2009), assim como outras que tivemos a oportunidade de conhecer no Médio Purus, consiste em aglomerações de núcleos domésticos às margens dos Rios, nas quais geralmente as residências são dispostas lado a lado formando pequenos povoados. No Alto Acre, as comunidades se tornaram muito mais uma referência política, para instalação de serviços públicos (Escolas e Assistência à Saúde) em localizações/colocações mais ou menos nucleares, em relação a um conjunto de Colocações, ou seja, as comunidades não são unidades mais povoadas do que as outras Colocações. Abordaremos a relevância e característica das comunidades do Alto Acre nos capítulos 3 e 4. A referência à comunidade (desde o ponto de partida no evangelismo, passando por delegacia sindical, associação e núcleo de base) no contexto de Alto Acre, tem um sentido também de suplantar a referência do sistema seringueiro (PORTO-GONÇALVES, 2003).

pretendidas e não pretendidas” (VINCENT, 1987, p. 376). Nesse sentido, buscaremos evidenciar o quadro em que estão inseridos os seringueiros, nos diferentes períodos do “Estado Desenvolvimentista”, a partir da menção a certos instrumentos legais, de maneira a evidenciar os contextos e agentes que conduzem à edição de Decretos, aprovação da Leis, da Resoluções etc. Ou seja, buscar focalizar “gente, tempo e lugar” (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 11).

A concepção de Estado que perpassa todo o trabalho assenta na proposição de Bourdieu (2011a, p. 97), para quem “o Estado é um x (a ser determinado)¹⁰ que reivindica com sucesso o monopólio da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente”. Nesse sentido, a dimensão simbólica é central em nossa tese, uma vez que, ao reconhecer essa propriedade, o Estado tanto incide sobre a objetividade quanto na subjetividade, quer dizer, nas mentes, “sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento” (BOURDIEU, 2011a, p. 98). Este pressuposto teórico nos leva a reconstituição de processos, a fim de revelar embates, articulações e desfechos que contribuíram para o estabelecimento de situações que no presente estão sob a aparência de natural, ocultando e fazendo esquecer que havia outros desfechos possíveis. Consideramos processos que derivam e são derivados do reposicionamento dos seringueiros em sua relação com o Estado, não somente o Estado diretamente para eles, mas o Estado quando visa beneficiar grupos como os fazendeiros.

Nossa pesquisa foi guiada pelo objetivo de compreender qual a participação dos seringueiros nos processos de transformações da região do Alto Acre após a criação das Resexs. Quais respostas os seringueiros têm dado frente a mudanças institucionais e econômicas ocorridas a partir da criação das Resexs? Para responder a esta questão, buscamos mapear as condições sob as quais se processa esta dinâmica, remetendo-nos à história e à estrutura econômica na qual estão inseridos. Nesse sentido, a relação dos seringueiros com os diferentes modelos do desenvolvimento foi colocada no centro da análise, sob a indagação de como os seringueiros, mantendo sua *condição camponesa*, relacionam-se com as diferentes expressões produtivas de cada um deles.

¹⁰ Bourdieu evita as definições substancialistas do Estado, mantendo a ideia de que este é um campo em disputa. Contudo, destaca que o Estado é interpretado como um princípio oculto da ordem social, também um princípio de produção e representação do mundo social. Numa definição provisória, Bourdieu (2014, p. 33-34) afirma que “o Estado, diria que o setor do campo do poder, que se pode chamar de ‘campo administrativo’ ou ‘campo da função pública’, esse setor em que se pensa particularmente quando se fala de Estado sem outra precisão, define-se pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima”.

Metodologia, fontes e inserção no campo de pesquisa

Em termos de temporalidade, o presente estudo buscou situar-se no período em que se inicia a criação das Resexs no Alto Acre. Contudo, esta referência temporal exige recuos, sempre que seja necessária a compreensão de determinados fatos com raízes em processos anteriores.

Esta tese coloca-se como desdobramento da pesquisa realizada durante o mestrado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Acre, cursado entre 2011 e 2013. O recorte empírico para a tese manteve as comunidades dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAEs estudadas durante o mestrado, sendo acrescentada a Comunidade Rio Branco, situada na Resex CM, no município de Xapuri. A dissertação de mestrado investigou processos “internos” do arranjo organizacional das comunidades dos PAEs para a execução de Planos de Manejo Madeireiro Comunitários.

A região que dá base à pesquisa consiste na zona de influência da rodovia BR-317, no Alto Acre, que, neste estudo, considera os municípios de Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil, estado do Acre, numa área da frente de expansão da fronteira agropecuária sobre a Amazônia Ocidental¹¹. O lócus das observações são comunidades de camponeses situadas em Projetos de Assentamento – PAEs e Resex CM, a saber: Comunidade São Luiz do Remanso, no PAE Remanso, município de Capixaba; Comunidade Chora Menino, no PAE Chico Mendes e Comunidade Rio Branco, na Resex CM, no município de Xapuri; e Comunidade da Aurora, localizada no PAE Santa Quitéria, município de Brasiléia. Nestes lugares, vive a maioria das pessoas com quem tive contato e que referenciaram a tentativa de compreensão do desenrolar dos processos aqui analisados.

Estas quatro comunidades, amostras de uma Amazônia que a partir dos anos 1970 está recortada por estradas de rodagens e em certos períodos do ano o verde dá lugar ao tom cinza e avermelhado da espessa nebulosidade de fumaça e poeira, compartilham características representativas da trajetória dos seringueiros do Alto Acre. Na prática, os PAEs são as

¹¹ Na classificação do IBGE, o município de Capixaba não está agrupado aos demais municípios, que correspondem à microrregião de Brasiléia. Entretanto, o mesmo integra este bloco, no que concerne ao recorte do Território da Cidadania do Alto Acre e Capixaba. A constituição deste Território, no âmbito de uma política do Governo Federal, em 2005, em grande medida foi animada pelas administrações petistas na região, à época. Cabe destacar, ainda, que, assim como Epitaciolândia (cujo território originou-se de desmembramentos de Brasiléia e Xapuri), este município foi criado em 1994 com parte de seu território derivado do município de Xapuri, razão pela qual utilizo esta referência espacial, visto que os embates iniciais do movimento seringueiro compreendiam toda esta região.

primeiras áreas destinadas às Resexs, reivindicadas pelo movimento seringueiro do Acre (PAULA, 1991; ALLEGRETTI, 2002). Inicialmente sob a designação de Projetos de Assentamento Extrativistas, esta modalidade de assentamento está sob a responsabilidade jurídico-administrativa do INCRA, cumprindo, portanto, com a premissa do movimento seringueiro de que a Resex era a “reforma agrária do seringueiro”, naquele momento não vinculando-se a uma política de conservação ambiental (ALEGRETTI, 2002).

Os três PAEs que consideramos neste estudo são especificamente os primeiros a serem criados no Brasil: PAE Remanso, então pertencente ao município de Xapuri, em junho de 1987; o Santa Quitéria, no município de Brasiléia, em junho de 1988; e o Chico Mendes, então integralmente no município de Xapuri, em março de 1989¹². Em 1990 foi criada a Resex CM, que se distribui nos municípios de Sena Madureira, na região do Rio Iaco, Rio Branco, no Baixo Acre e, sobretudo, Capixaba, Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Epitaciolândia, no Alto Acre. Nos anos seguintes, paralelo ao debate que a partir de 1992 vincularia definitivamente as Reservas Extrativistas à política ambiental (ALEGRETTI, 2002), foram criados novos PAEs, no âmbito do I Plano Nacional de Reforma Agrária, tanto no Acre como em outros estados do Brasil¹³. Nesta tese o termo “Resexs” é utilizado para designar os PAEs e a Resex CM, juridicamente vinculada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Ao longo do trabalho será demonstrado que a interação dos seringueiros com estes dois mundos do campo burocrático estatal (o que trata da Reforma Agrária e o que trata do SNUC), repercutirá de maneira diferente na relação dos seringueiros com o Estado, o que por si só, ratifica a ênfase ao aspecto relacional como força motriz da tecitura do espaço social.

As áreas definidas para a pesquisa têm importância simbólica na história do movimento seringueiro do Acre. O PAE São Luiz do Remanso foi a primeira Resex oficialmente reconhecida; os PAEs Santa Quitéria e Chico Mendes derivam de dois episódios que por sua projeção pública, em circunstâncias trágicas, forjou os principais nomes do

¹² Uma parte do Projeto está situada no município de Epitaciolândia.

¹³ Cabe reforçar a informação que há uma diferença jurídica entre as categorias Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs) e Reservas Extrativistas. Os PAEs, conforme mencionado no projeto de pesquisa original, foram criados e estão sob a gestão do INCRA e as Reservas Extrativistas, criadas e inicialmente sob a responsabilidade do IBAMA, foram posteriormente assumidas pelo ICMBio. Em razão de ambas terem sido produto da mobilização dos seringueiros, neste trabalho nos referimos apenas a Reservas Extrativistas. Esta diferenciação será melhor discutida nos capítulos 2 e 3.

movimento seringueiro, conforme registra a historiografia: Wilson Pinheiro e Chico Mendes, duas lideranças que embora apresentassem abordagens e estratégias de luta diferentes, foram firmes na condução do movimento que tiraria da obscuridade política os trabalhadores rurais do Acre; e a Comunidade Rio Branco por ter sido a região de um dos enfrentamentos que, por sua repercussão na imprensa, trouxeram a público os desmandos de autoridades locais e a determinação com que os seringueiros lutavam contra a expropriação: o conflito com a Fazenda Nazaré, do frigorífico Bordon.

A explicitação da delimitação geográfica da pesquisa é crucial em nosso estudo à medida que aqui consideramos as diferenciações entre as microrregiões do Acre, do ponto de vista econômico, social, político e cultural (os resultados da atuação política dos seringueiros são diferentes em cada microrregião), mas também ambiental e ecológica (a espécie Castanheira – *Bertholletia Excelsa*, por exemplo, não ocorre no Vale do Rio Juruá). No Alto Acre, a partir da criação das Resexs se sobrepõem propostas de três modelos de desenvolvimento, como superação de um modelo que estruturou as relações sociais durante aproximadamente um século: um modelo gestado e iniciado durante os governos militares e pautado na integração do Acre ao Centro-sul, através da produção de carne bovina (que no período por nós estudado é um contradiscurso oficial); o segundo, baseado no discurso do desenvolvimento sustentável cujas ações vinculadas à ideia de manejo florestal possuem interface direta com os territórios dos seringueiros; e ainda um terceiro, discursivamente próximo ao segundo, mas vinculado a políticas federais voltadas à Agricultura Familiar e Populações Tradicionais (que apoia a produção extrativista através de subsídios).

Para os agentes que historicamente dominaram o campo desenvolvimentista, num momento de rearranjo da composição e cuja tendência a partir deste período foi uma polarização entre as duas novas propostas, havia uma verdade compartilhada: a de que o modelo pautado no extrativismo da borracha deveria ser dissolvido. Os que não abandonaram por completo esta ideia da produção de borracha foram justamente os seringueiros, que buscavam um protagonismo nesta economia que lhes fora negado por um século no sistema de cativeiro do aviamento.

Quanto aos dois modelos que mais disputaram a hegemonia junto ao governo do Estado do Acre, o primeiro pressupõe a atração de migrantes para o adensamento populacional, o segundo se contrapõe justamente por ver neste movimento uma ameaça de destruição dos recursos naturais que são base para setores do comércio internacional. O fato é

que há uma disputa nesta sobreposição e este trabalho pretende acompanhar os seringueiros num dos locais mais emblemáticos desta disputa, cujas causas e consequências refletem as linhas de forças e principais debates da esfera pública internacional e, sobretudo, nacional. O modelo do desenvolvimento sustentável surge da crítica ao da expansão da fronteira agropecuária (agora nomeado agronegócio). Mas quando emerge o modelo do desenvolvimento sustentável, as bases que estimularam a pecuária se encontravam em avançado estágio, visto terem sido conduzidas autoritariamente pelo Estado.

Nesse sentido, a pesquisa se move buscando evidenciar mudanças nas práticas dos seringueiros em âmbito interno e externo às comunidades, decorrentes de sua relação com as diferentes vertentes do desenvolvimentismo nesta região da Amazônia. Um dos objetivos de nossa pesquisa é analisar a dinâmica dos diferentes modelos, evidenciando seus impactos objetivos e simbólicos sobre a gestão e uso das reservas extrativistas nas últimas duas décadas e os desdobramentos de tais impactos para o conjunto da sociedade regional. Para tal é necessário buscar compreender os fatores que atuaram no sentido de favorecer, ou se opor a cada uma dessas vertentes; em que medida os três modelos influenciam a posição dos seringueiros no espaço social do Alto Acre, especialmente no que se refere ao campo político. E ainda, buscaremos analisar as práticas nas relações comunitárias evidenciando as influências de cada matriz.

Antes de continuar é necessário ter clareza de que as discussões e observações aqui apresentadas não significam dizer que os seringueiros constituem um todo sociocultural homogêneo. As afirmações aqui contidas dizem respeito ao que foi possível observar e ouvir, mas, de maneira nenhuma, são as exceções do que vem acontecendo na área em que se deu a pesquisa.

Como resultado do confronto entre pesquisa bibliográfica, narrativas difundidas pela mídia e observações durante a pesquisa para o mestrado e em outras oportunidades, surgiram diversas questões que me motivaram a busca pelo aprofundamento da compreensão da situação dos seringueiros do Alto Acre. Os seringueiros teriam sucumbido aos governos do PT? Os seringueiros teriam perdido a autonomia sobre gestão/uso das reservas extrativistas com o avanço do capitalismo verde e da ideologia do desenvolvimento sustentável? Os seringueiros seriam meros elementos folclóricos do Governo da Floresta? As lideranças seringueiras teriam sido cooptadas por ONGs e pelo Governo da Floresta? Com o enfraquecimento da produção de borracha nativa, as Resex se transformaram em áreas rurais

comuns? Em assentamentos rurais iguais aos demais? Os seringueiros seriam somente guardiões da floresta que vivem na miséria devido à rigorosa legislação ambiental que suplantou a ideia de Reserva Extrativista como luta por reforma agrária? Diante desta miríade de questionamentos buscamos identificar quais os instrumentos de organização dos seringueiros após a criação das reservas extrativistas e como esta organização se processou.

Partimos do pressuposto de que a postura do pesquisador deve ser, antes de tudo, determinada pela busca em apreender estruturas e mecanismos que incidem sobre a construção e reprodução do espaço social, portanto, indo além das diferenças mais pitorescas apanhadas na superficialidade (BOURDIEU, 2011a). Nesse sentido, esforçamo-nos para situarmo-nos numa posição que não visa exclusivamente o macrosocial, ou o microssocial. Consideramos observações que dizem respeito a processos macro, como as descrições da dinâmica econômica mundial e nacional que engendram as forças que compelem à adoção da pecuária de corte como fonte de renda; com observações micros sociais, como as do direito de uma mulher à justiça, ambas considerando a dimensão histórica dos processos. Agindo desta maneira, procuramos captar elementos que tanto escapam ao curioso pelos exotismos, quanto escapam ao olhar nativo (BOURDIEU, 2011a).

Além da pesquisa bibliográfica, cujas referências foram parcialmente apresentadas nesta introdução, o trabalho de pesquisa exigiu que se processe um levantamento documental, realização de entrevistas e observações diretas.

a) Levantamento documental

O recurso ao levantamento documental se deu em razão da busca de informações sobre a história e para a evidenciação do processo de configuração das condições objetivas, nas quais estão inseridos os seringueiros do Alto Acre na atualidade. Assim, demos atenção relativamente especial à emergência de certas normas jurídico-legais, de vários períodos e esferas político-administrativas, que, emanados do Estado [desenvolvimentista], são elementos fundamentais no processo de instituição de certos aspectos da realidade e, especificamente sobre o que tratamos neste trabalho, são atos de Estado que ao mesmo tempo em que exprimem disputas de sentidos na emergência de categorias como desenvolvimento sustentável, populações tradicionais, manejo sustentável, conservação, etc., autorizam e impõem novas práticas aos agentes imbricados nos diversos campos do espaço social.

Grande parte das Leis e Decretos, Instruções Normativas, Portarias, Resoluções etc. foram obtidas através das páginas oficiais dos órgãos na internet, ou Diários Oficiais, e outras

requisitadas diretamente ao respectivo órgão, como Conselho de Meio Ambiente e Conselho Consultivo da Resex CM. Também foram levantadas e examinadas cópias de Atas de reuniões, Relatórios técnicos de órgãos públicos e ONGs, memórias de eventos etc. Em relação a esses, além dos dados disponibilizados na internet pelas instituições, oportuneizei um acervo pessoal com documentos digitalizados, obtidos durante pesquisa de campo realizada em 2011/2012, nos escritórios do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, em Rio Branco (AC) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Complementarmente, recorri ao rico acervo do Instituto Socioambiental – ISA disponibilizado a consulta aberta através da internet, a partir de dezembro de 2017.

São utilizadas estatísticas de banco de dados de órgãos governamentais, em muitos casos apresentadas de maneira combinada entre mais de uma fonte, como INCRA, IBGE, IBAMA, INPE, e do próprio TSE, de maneira a gerar variáveis que contribuem para a fundamentação das análises. Nesse sentido, importa destacar que algumas séries temporais apresentadas ao longo do trabalho, foram estabelecidas de maneira condicionada às bases dos dados publicadas pelos órgãos.

b) Visitas às comunidades

Entre dezembro de 2017 e outubro de 2018 viajei com certa frequência aos municípios do Alto Acre, para a realização de entrevistas, participação em reuniões e visitas a moradores dos PAEs Remanso e Santa Quitéria e da comunidade Rio Branco, na Resex CM. À exceção das visitas aos moradores, que exigiram planejamento com antecedência e se deram tão logo as condições de trafegabilidade nos ramais se fizeram mais favoráveis (entre abril e julho de 2018), outras viagens à Brasiléia e Xapuri, deram-se mediante a oportunidade de agendas de reuniões de Sindicatos, associações e Cooperativas. Neste período visitei os municípios de Assis Brasil e Capixaba uma única vez. Em janeiro de 2019 viajei ainda ao município de Boca do Acre, no estado do Amazonas, ocasião em que fiz entrevistas com pessoas que acompanham o universo camponês e indígena do município, situado na parte amazonense da rodovia BR-317.

Além de se darem a partir do contato com pessoas que eu conhecia, em razão de ter frequentado estas áreas anteriormente (entre meados dos anos 1990 e o final da década de 2000 e depois por ocasião da pesquisa de mestrado, entre 2011 e 2013), as visitas às comunidades obedeceram a seguinte dinâmica: partia da sede do município com destino a hospedar-me (pernoitar) na casa de um comunitário, com quem havia combinado com

antecedência e, durante o dia, percorria (de motocicleta) moradias de outras famílias, observando e fazendo entrevistas.

No PAE Santa Quitéria estive durante o mês de maio de 2018 e em junho, estive no PAE Remanso, ou São Luiz [do Remanso]. Em Santa Quitéria, hospedei-me na casa de Chico Assis, que mora na Colocação Arraial, dividida entre ele, o irmão e um sobrinho. No Remanso, hospedei-me na casa de Maria das Dores, que mora na Colocação Escondido, onde duas de suas filhas também fizeram morada. Na Comunidade Rio Branco não houve período de estadia, com pernoite. As duas visitas realizadas àquela comunidade (uma em abril e outra em julho de 2018) foram vinculadas a reuniões nas quais participei devido à articulações com a Associação dos Moradores e Produtores da Resex CM de Xapuri – AMOPREX e com o ICMBio. Entretanto, estas visitas proporcionaram entrevistas e observações em Colocações próximas ao núcleo comunitário, na Colocação Rio Branco, do Seringal Floresta. Por outro lado, os eventos que acompanhei na cidade de Xapuri, proporcionaram o encontro com moradores desta comunidade.

Em situações casuais, na circulação pelos municípios, encontrei com moradores de outras comunidades de seringueiros destas áreas, com quem estabeleci conversas informais, às vezes propondo a realização de entrevista. Nestes casos, inicialmente eu apresentava os objetivos da pesquisa e documentações que atestavam minha condição de pesquisador (como declarações da Universidade e autorizações de órgãos), bem como esclarecia a natureza da participação e apresentação dos Termos de Autorizações relativos ao entrevistado.

Em 2016 houve uma modificação e a Associação de Pequenos Produtores Rurais Fé em Deus, associação mais vinculada à comunidade do Chora Menino, passou a ser a detentora do CCDRU do PAE Chico Mendes. O Chora Menino é um núcleo mais distante da sede do município de Xapuri, o que ensejou a reprogramação da visita ao PAE Chico Mendes, pois a viagem até o local da sede da Associação Fé em Deus demanda um pouco mais de tempo e recursos do que havia inicialmente previsto para maio e junho de 2018, quando visitei as demais comunidades. Julguei mais prudente adiar a visita a esta comunidade para 2019, pois na medida em que se intensificam as atividades de campanha eleitoral (agosto e setembro de 2018), “o tempo da política” (PALMEIRA, 2010), muitas vezes a presença de desconhecidos (e talvez, principalmente de conhecidos) numa área com o significado histórico e político como esta, podem ocorrer especulações que repercutem na forma como as pessoas acolhem,

ou não, uma iniciativa de pesquisa como a nossa¹⁴. Esta viagem ocorreu no mês de setembro de 2019, oportunizando o restante do período de melhora nas condições das vias de acesso.

c) Entrevistas

Conforme mencionado, participei de reuniões e visitas a moradores dos PAEs Remanso e Santa Quitéria e da comunidade Rio Branco, na Resex CM, proporcionando a realização de entrevistas. Também foram utilizadas inúmeras entrevistas e materiais jornalísticos e cinematográficos com relação aos temas aqui abordados, disponíveis em acervos de jornais e na plataforma Youtube.

À exceção das visitas aos moradores, que exigiram planejamento com antecedência e se deram tão logo as condições de trafegabilidade nos ramais se fizeram mais favoráveis (entre abril e julho de 2018), outras viagens à Brasiléia e Xapuri, mediante a oportunidade de agendas de reuniões de Sindicatos, associações e Cooperativas. Neste período, além dos municípios do Alto Acre, visitei o município de Boca do Acre (AM), no Baixo Acre, onde se inicia (ou finda) a parte trafegável da BR-317. Durante as viagens foi possível entrevistar dezenas de pessoas (em torno de setenta) e participar de reuniões de Cooperativas, associações, STR, do CNS etc. O Apêndice B apresenta um roteiro com a estrutura básica utilizada na realização de entrevistas com camponeses. Com as demais categorias, as entrevistas foram circunstanciais e se deram com base em assuntos mais específicos a cada um dos entrevistados, sem que houvesse um roteiro padrão.

Em muitos casos, sobretudo nas entrevistas ocorridas nas comunidades camponesas, mas também naquelas junto a agentes governamentais e dirigentes de associações, como Raimundo Moreira em Santa Quitéria, e Raimundo Oliveira (Mundico) em Remanso, acredito ter facilitada a comunicação com os entrevistados, em virtude da proximidade social e

¹⁴ Conforme se sabe, Chico Mendes morou por muitos anos numa Colocação por nome Lago, no Seringal Cachoeira (PAE Chico Mendes), onde vivem primos seus. Um dos motivos alegados pelo fazendeiro que confessou o ter assassinado diz respeito a negociação de uma Colocação de um seringueiro, por ele comprada desmatar e fazer pasto para gado. A comunidade interviu para que o negócio fosse desfeito e o fazendeiro atribuiu a responsabilidade da intervenção a Chico Mendes. Por seu valor simbólico, ao longo de seu envolvimento com PMFS esta comunidade contribuiu política e tecnicamente de forma decisiva para a discussão sobre manejo madeireiro em comunidades de Resexs, em parte, através da militância em favor desta atividade empreendida por lideranças locais, contratadas pelo governo. O envolvimento da comunidade com o manejo madeireiro conferiu apoio de diversas agências de cooperação, tais quais SUFRAMA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Comitê Amazônia *Brianza* da Itália. Em 2001, o plano de manejo vinculado a AMPPAE-CM, foi o primeiro projeto de manejo florestal comunitário, ou de pequena escala, certificado pelo FSC no Brasil. A centralidade do PAE Chico Mendes para a execução de projetos ligados ao Desenvolvimento Sustentável motivou críticas da utilização da imagem de Chico Mendes na promoção do governo da floresta, como marketing, somado ao fato de o núcleo do movimento seringueiro mais influente na política partidária local encontrar-se em Xapuri (ARAÚJO, 2013).

familiaridade com aquele espaço social, que, segundo Pierre Bourdieu (2008b) figuram como condições básicas para uma comunicação não violenta. Evidentemente, esta familiaridade, embora auxilie no estabelecimento de um diálogo fluente e evite eventuais intervenções inoportunas ou constrangedoras, já que possuo um conhecimento prévio das relações e conflitos de uma dada comunidade, não garante que não haja violência simbólica e que todos os contatados e tudo o que o obtive foi o mais adequado e fiel. Mas acompanhamos Comerford (1999) quando diz que uma “semelhança de *ethos*” pode ajudar a inserção no campo pesquisado, ao mesmo tempo em que exige esforço redobrado de observação, distanciamento e relativização.

Buscamos narrativas de memória coletiva nas entrevistas, contemplando a escuta de uma geração capaz de realizar comparativos entre o presente e o passado. Ou seja, valorizamos a ideia da consideração a eventos que se sucedem, em diferentes lugares e com pessoas que participam, mas que não se contêm em si mesmos. São partes de um processo contínuo. Este princípio observa também a intenção de identificar eventos, lugares e pessoas que se encadeiam, mas procuramos escapar de uma fixação política, e também acadêmica, de que existiria uma “idade heroica”, nos diferentes termos, pois entendemos que representações desta natureza, sugerem que o que sucede um evento, um lugar, etc., tem menor importância, ou até mesmo, negaria as expectativas da idade heroica.

Há, no entanto, de se reconhecer as limitações das entrevistas para o alcance das perspectivas dos agentes (em alguns temas, e com alguns sujeitos, mais que outros). Perguntas pontuais, contingentes, buscando uma objetividade, que às vezes traz opiniões de ocasião, formuladas de improviso, por vezes com usos de termos que não seriam utilizados pelo entrevistado fora do contexto de entrevista. Ou ainda, mesmo se tivesse mais tempo para formulação, refletir sobre o tema, a resposta possivelmente seria outra. Ou seja, há um risco de utilizar representações que de fato não condizem com a perspectiva do entrevistado sobre aquele assunto. Expressar opiniões sobre algo em determinadas circunstâncias pode ser sensivelmente diferente das representações que de fato existem com base em reflexões mais aprofundadas sobre aquilo, que por vezes sequer faz parte do repertório de reflexões do sujeito. Por isso a utilização de observações das práticas dos agentes.

Bourdieu et al. (2010) advertem que geralmente qualquer pessoa estará disposta a responder qualquer coisa, para qualquer pergunta, oferecendo, muitas vezes, respostas superficiais, o que denuncia, portanto, a necessidade do pesquisador se desprender da ideia de

que todas as respostas, conceitos e teorias para a explicação do que pesquisa estaria no campo empírico, ou, pior ainda, nas falas dos sujeitos pesquisados.

Para além destas ressalvas relativas aos limites da entrevista, não descarto a possibilidade destes limites serem mais ampliados, em razão de minha relação pessoal e profissional na região do Alto Acre. É, por exemplo, muito provável que ex-dirigentes sindicais (como Rosildo Rodrigues e Leide Aquino) tenham emoldurado minha posição, para além de um pesquisador, de estudante de doutorado. Por isso, no tocante às entrevistas, tentei ampliar meus informantes para além destes dirigentes, conversando com outros que não os já conhecidos, apesar destes terem sido fundamentais para a realização da pesquisa de campo. Mas também posso ter uma posição emoldurada pela condição de nativo da região, descendente de pessoas que viveram e vivem, inter-relacionaram-se e inter-relacionam-se com agentes situados em diferentes posições nos campos que constituem o espaço social do Alto Acre.

d) Participação em reuniões comunitárias e de organizações dos seringueiros

Tive a oportunidade de apresentar a pesquisa, de maneira sucinta, em uma reunião na comunidade Rio Branco (em abril de 2018) e reunião na Comunidade Samaúma (na Resex CM de Xapuri, em julho de 2018)¹⁵, bem como na Assembleia da Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – COOPERFLORESTA (em janeiro de 2018) e Assembleia da AMOPREX (em março de 2018), as duas últimas realizadas na sede do STR de Xapuri, e em reunião do Conselho Deliberativo da Resex CM, realizada na cidade de Rio Branco (em maio de 2019).

Quanto a minha inserção no campo da pesquisa, sem maiores pretensões, junto-me a Neves (2009) ao analisar a produção acadêmica a respeito do campesinato brasileiro. Para esta autora, um dos fatores que conduziram ao aumento da produção acadêmica nos anos recentes sobre o campesinato foi o crescimento do número de pesquisadores para os quais um dos motivos determinantes que os levou a dedicarem-se ao estudo destas populações seja justamente o fato de eles próprios serem oriundos de famílias camponesas. Sou neto de seringueiros e filho de ex-seringueiros. Nasci e vivi os primeiros anos de minha infância num “pedaço” de uma Colocação que meu avô cederá para que meu pai cortasse algumas estradas de seringa a fim de sustentar a família cuja formação iniciava. O seringal no qual nasci

¹⁵ A Comunidade Samaúma, localizada às margens do Rio Espalha, em Xapuri, não compõe diretamente as comunidades da pesquisa, mas se encontra na Resex CM.

atualmente é uma das fazendas localizadas ao longo da BR 317 entre Rio Branco e Xapuri, de onde nos anos 1980 foi expulsa para Rio Branco e Xapuri boa parte de minha ascendência paterna, inclusive meu pai. De outra parte, cresci em contato com a família de uma irmã e um irmão de minha mãe, moradores do campo até hoje em Xapuri.

Esta socialização me marcou as referências quanto ao mundo e ao trabalho e quanto ao que o trabalho representa para o mundo na perspectiva camponesa. Acometido de poliomielite com um ano e quatro meses de vida, ainda no local onde nasci, recordo que a partir dos sete anos de idade meus tios e minhas avós, à sua maneira, vibravam com meu desempenho escolar (que nunca passou de mediano), já que sabiam que minha limitação de locomoção dificultaria muito minha sobrevivência pelo trabalho no campo, conforme a experiência lhes ensinara que todos da família historicamente fizeram, e que seria mais aconselhável eu partir para outro setor. Mas mesmo vivendo na cidade de Xapuri, a partir dos 4 anos de idade, meu vínculo com o universo camponês nunca se rompeu: através das férias no seringal, da peregrinação anual para o pagamento da promessa feita por meus pais a São João do Guarani¹⁶ por eu ter sobrevivido à paralisia infantil e das constantes temporadas que passava com minha avó materna na colônia de meu tio, mais próxima à Xapuri, onde eu convivía com trabalhadores e testemunhava as mudanças que se delineavam. Na adolescência decidi fazer um curso técnico profissionalizante em agropecuária e fui para um internato estadual (colégio agrícola) na zona rural de Rio Branco, no intuito de aprender técnicas modernas para auxiliar meu tio na produção. Quando concluí o curso, retornei e, na segunda metade dos anos 1990, me envolvi em projetos das organizações dos seringueiros de Xapuri, onde permaneci até o ano 2000. Em seguida passei a morar em Rio Branco e a acompanhar várias organizações ligadas ao campesinato no Acre, na Amazônia e no Brasil em geral, até 2010.

Observações realizadas durante minha experiência profissional na década de 1990 e início das 2000, indicavam que a vida das pessoas nas comunidades e mesmo em Xapuri, ou Brasília, apresentava certo distanciamento daquilo que os agentes do campo discutiam com intensidade nos fóruns voltados à questão do desenvolvimento (expressão do que Pierre Bourdieu chama de *illusio*, própria dos profissionais do campo). Além destas impressões, a

¹⁶ São João do Guarani é um santo consagrado não pelo Vaticano, mas pela devoção de seringueiros e ex-seringueiros de Xapuri. João foi um seringueiro que, após diversos dias em convalescência, faleceu numa Colocação chamada Guarani, onde anos mais tarde se ergueu uma pequena capela que serve para as celebrações anuais, para onde se dirigem milhares de romeiros em agradecimento a milagres e graças recebidas pela intercessão do santo seringueiro. Além de São João do Guarani, no Alto Acre celebram-se em romarias também outras santas populares locais, não canonizadas, como Santa Raimunda do Bom Sucesso em Assis Brasil e Santa Euricléia em Brasília. Sobre religiosidade entre seringueiros do Acre ver: Assis (2012).

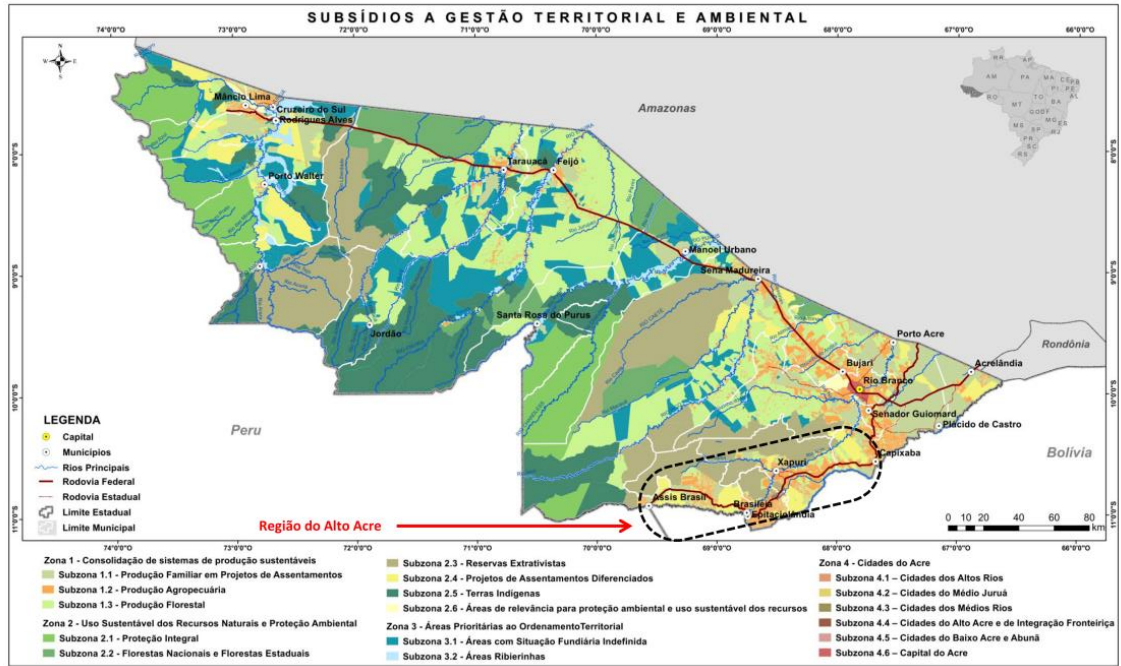
experiência de minha infância e adolescência em Xapuri, nos anos 1980 e 1990, permitiu-me testemunhar o ambiente do espaço social da época, no qual “naturalmente” se definiam o lugar e o destino do seringal [e dos seringueiros] na sociedade regional: um lugar subalternizado, fadado à extinção¹⁷. Não obstante a persistência de preconceitos de pessoas das cidades em relação aos seringueiros, é inegável que estas previsões foram contrariadas, tornando-se então, tal feito, objeto a ser investigado.

A afirmação dos seringueiros, ou seja, sua nova posição no espaço social do Alto Acre dá-se concomitantemente a uma série de mudanças que se operam nos âmbitos produtivo, organizacional e representativo, de hábitos alimentares, de modificação de padrões da moradia, de religião, de relações intra e interfamiliares, intra e intercomunitárias, de modificações/modernização das vias de transporte e comunicação etc., para os quais concorreram uma série de agentes e relações sociais.

Na base deste reconhecimento está a liberdade obtida pela conquista da terra e o acesso a certos direitos e bens, uns diretamente ligados à condição de beneficiários da reforma agrária, outros ligados à condição sócio-histórica, a partir do processo de redemocratização do país, no início dos anos 1980, no qual os seringueiros tiveram notável participação, uma vez que suas lutas contribuíram na composição de uma gramática que fundamentou a agenda das forças progressistas daquela conjuntura. Os processos protagonizados pelos seringueiros nos últimos 20 anos, que se incorporam às gerações mais jovens do presente, são resultado da luta simbólica na qual ocorreu a transmutação de capitais em vários campos (BOURDIEU, 2010), reconfigurando o espaço social do Alto Acre.

¹⁷ Tal perspectiva é comprovada nos jornais da época e nos relatos das gerações mais velhas. Essa desvalorização das pessoas que viviam no seringal, a discriminação e o preconceito eram também o que denunciava Chico Mendes quando vereador em Xapuri (GRENZER, 2013).

Mapa 1. Indicação da Região do Estudo



Mapa do Documento Referencial de Elaboração do Mapa de Subsídios para a Gestão Territorial e Ambiental do ZEE-Acre, Fase III – 2018.

Organização da tese

A tese está estruturada em quatro capítulos: os primeiros são dedicados à apresentação do contexto em que os seringueiros estão inseridos na passagem do século XX para o XXI. Os dois últimos capítulos realçam as práticas dos seringueiros em processos “externos” e “internos” à suas comunidades.

Cada capítulo é iniciado com a descrição de um episódio em que se evidenciam elementos para os quais se buscará reconstituir os processos sociais que teriam permitido sua concretização, abordando e inter-relacionando diferentes aspectos e agentes. Todos os episódios e consequentemente todos os capítulos são evidências da tese aqui contida, qual seja: mudanças socioculturais no Alto Acre, a partir da atuação política dos seringueiros, em suas diferentes frentes, após a criação das reservas extrativistas. As descrições se dão com base na apresentação de um episódio passado, cuja narração se dá pela articulação de fontes documentais, material de imprensa, depoimentos de entrevistados e da observação do pesquisador; ou a partir da descrição de um episódio observado na pesquisa de campo¹⁸.

Assim, o primeiro capítulo discute o envolvimento dos seringueiros no processo de instituição do manejo comunitário madeireiro em Resexs, como uma atividade que expressa os pressupostos ideológicos do Desenvolvimento Sustentável e no qual os seringueiros participaram diretamente; e o segundo capítulo analisa as transformações na dinâmica agrária regional, a partir da discussão sobre a continuidade do processo de expansão da fronteira agropecuária, mais detidamente quanto a pecuária bovina de corte e suas implicações sobre o trabalho e a dinâmica no uso da terra/território das Resexs.

Na segunda parte, o terceiro capítulo enfatiza a participação dos seringueiros nos processos políticos mais amplos e as disputas político-eleitorais em municípios do Alto Acre em particular; o quarto capítulo evidencia mudanças no que toca às relações

¹⁸ Na nota de rodapé 50 de "Onde está a antropologia?", Peirano (1997) discute a pertinência metodológica da utilização de eventos reveladores/incidentes reveladores para a análise em ciências sociais, no seguintes termos: "Se hoje Geertz (1995:16) é cético em relação ao *"fateful incident"*, muitos consideram imprescindível estabelecer os "incidentes reveladores" que geram a etnografia (Fernandez 1990). Sally Falk Moore segue a trilha do "drama social" de Victor Turner para propor o reconhecimento de "momentos diagnósticos" e Luc Boltanski define *"les grands moments"*. No Brasil, o recorte etnográfico de "casos" e "eventos rituais" (Bezerra 1995; Teixeira 1997) mostra o rendimento analítico desse tipo de abordagem; o foco em "reuniões" (Comerford 1996) permite delicadas análises, assim como as eleições presidenciais em pequenos municípios alcançam resultados abrangentes (Chaves 1993; 1996). Os exemplos são muitos: comícios (Palmeira 1994; Palmeira e Heredia 1995); posseção (Velho 1994); obtenção de documentos e debates acadêmicos (Peirano 1986; 1992a:cap.7). Em Elias (1996) o exemplo dos duelos é brilhante e, na literatura, Virginia Woolf cunhou o esplêndido *moments of being* (Woolf 1985)". (PEIRANO, 1997, p. 95/96).

comunitárias no interior das Reservas Extrativistas e como estas organizações coletivas são utilizadas na relação dos seringueiros com o espaço público do Alto Acre. Também neste capítulo destacamos mudanças nas configurações do ambiente doméstico/familiar, especialmente nas relações com as Colocações e das famílias em outros ambientes. Por mais que haja um entrelaçamento entre o que será discutido, em cada capítulo desenvolveremos a análise a partir do recorte de um aspecto específico.

O trabalho privilegia o poder simbólico, na medida que este poder, a conjugação de diversos tipos de capitais, apesar de ser predominantemente produzido pelos grupos dominantes econômicos e politicamente, em sucessões geracionais, por sua luta em monopolizar os meios de produção de sentidos, foi também produzido pelos seringueiros do Alto Acre. A ampliação de capital simbólico dos seringueiros naquele contexto, influenciou determinadamente as práticas de agentes de diversos campos, de onde emergiu uma realidade inicialmente improvável, no sentido de que os seringueiros/camponeses, passaram a outra posição (relativamente mais favorável) no espaço social.

Os seringueiros ampliaram capital simbólico, a partir de embates objetivos, cujos efeitos ganharam amplitude na dimensão simbólica, incidindo sobre a dimensão material, numa espécie de espiral entre simbólico e material (prático-simbólico). Ou seja, atos que tiveram um resultado simbólico que lhes foram relativamente favoráveis. Isso chama a atenção para a importância das lutas simbólicas, cujos resultados podem ser tão contundentes e concretos quanto as lutas de contato físico. Seringueiros da década de 1980 levaram a esses resultados a partir da construção de conexões e articulações com diversos grupos (igreja, indígenas, cientistas, partido, ambientalistas, burocratas, no Acre e fora dele) em vários campos de maneira a ampliar capital social, econômico, cultural e simbólico.

Temos clareza de que nosso trabalho toca, de maneira superficial, em vários temas que atualmente interpelam as ciências sociais na busca de compreensão da sociedade mundial, mas, sobretudo, brasileira: questão ambiental, desenvolvimento, democracia, diversidade cultural. Acreditamos, entretanto, que este trabalho contribuirá com estudos sobre condição camponesa em áreas de expansão da fronteira agropecuária, do alargamento da fronteira capitalista nesta região da Amazônia, na qual se garantiu a permanência na terra, conferindo aos seringueiros grande relevância econômica e cultural em espaços que antes lhes eram negados. Os seringueiros compreenderam que, dadas às circunstâncias, deveriam produzir também o que é produzido pela classe patronal e não outra mercadoria. Nos marcos de seu

sistema de valores e visões de mundo, mantiveram e aprimoraram mecanismos que lhes dão autonomia em relação ao trabalho e luta para contornar limitações impostas pela legislação ambiental e pela *doxa* do seringueiro ecologista que lhes quis impingir uma “folclorização”¹⁹.

Este estudo fornece referências que podem ajudar na compreensão do que vem ocorrendo em outras áreas da Amazônia Ocidental, uma vez que aponta para a necessidade de se garantirem terras e políticas que permitam a manutenção de populações nativas situadas nas zonas geográficas afetadas pelas estradas, ao invés de deixá-las serem expulsas violentamente por especuladores e grandes projetos agropecuários concentradores de terras, inchando as cidades que já são precárias. No Alto Acre, malgrado as contradições e ambiguidades (quando se ler o processo a partir da década de 1990 na chave do marxismo revolucionário, ou do ecologismo, ou mesmo da pauta identitária de leitura vulgar) o caso dos seringueiros oferece referências para camponeses de outras regiões para onde se move a fronteira agropecuária na Amazônia. Trata-se, no limite, de um projeto político e econômico que depende de que as pessoas permaneçam na terra contra um projeto que visa a concentração da terra e a devastação do meio ambiente.

¹⁹ Utilizamos o termo “folclorização” para ressaltar uma imagem caricatural com que buscou-se idealizar o seringueiro ao longo dos últimos anos, sobretudo representando-o como o seringueiro extrator de látex do período da empresa seringalista.

CAPÍTULO 1 – VERSÃO ECOLOGIZADA DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA: SERINGUEIROS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na reunião do Conselho Deliberativo da Resex CM, em maio de 2019, em Rio Branco, um engenheiro florestal fez uma exposição sobre o histórico, estágio atual e expectativas em torno do manejo madeireiro comunitário na referida Resex. Uma parte da apresentação foi dedicada a falar da exploração ocorrida em 2018, na Comunidade Dois Irmãos, localizada em Xapuri, com sua especificidade em torno do que seria “comunitário”, pois, na prática se dá na Colocação de cada família, onde se destina uma área para o manejo, ao invés de definirem uma área coletiva, na qual a exploração se daria e se dividiriam os valores obtidos com a venda da madeira igualmente entre os participantes²⁰. Entre os presentes, antigas lideranças dos seringueiros avaliavam o processo em termos mais amplos, dos entraves da legislação e da falta de envolvimento da comunidade. Seria “urgente a necessidade de envolver os comunitários no processo”, assevera um dos participantes da reunião que acompanhou o processo nas Comunidades Rio Branco e Dois Irmão, sendo ele morador desta última. Esta frase sobre o envolvimento dos comunitários é curiosa, visto que há mais de 20 anos os seringueiros do Alto Acre têm envolvimento com manejo comunitário. Mas é também reveladora de que a prática não condiz com o planejado, nem com o que se difunde publicamente.

Consciente ou não, o jovem engenheiro, na função de técnico de uma cooperativa de “manejadores”, ao se apresentar para uma plateia atenta composta de técnicos do ICMBio, lideranças presidentes de associações de seringueiros e membros do novo governo estadual que tomava pé da situação, naquele momento encarnava os resultados de duas décadas de franco incentivo governamental ao manejo madeireiro entre comunidades tradicionais do Acre: filho de seringueiros, oriundo da Resex CM, fez o curso técnico florestal na Escola da Floresta e, na sequência, engenharia florestal na UFAC. A publicação da Fase II do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – ZEE, em 2010, apresentava justificativas a ações que induzisse a situações como a protagonizada pelo engenheiro na reunião do

²⁰ Existem outras experiências de Manejo Florestal Comunitário Madeireiro em UCs de Uso Sustentável na Amazônia brasileira, que seguem as mesmas normativas, envolvem basicamente os mesmos atores institucionais (órgãos públicos, agências de cooperação internacional, ONGs etc.), mas se dão em contextos e bases operacionais diferentes dos que se dão no Acre. Há, por exemplo, os casos da Flona do Tapajós e Resex Verde para Sempre, no Pará, estudados por Pacheco (2017), nas quais o envolvimento das comunidades com a extração madeireira se dá por circunstâncias diversas e o Manejo Florestal Comunitário ocorre em formato diferente do praticado nas comunidades do Acre.

Conselho Deliberativo, como uma normalização/naturalização do envolvimento dos seringueiros com a comercialização de madeira.

Na seção da publicação do ZEE Fase II, destinada a discutir a economia florestal do Acre, são apontadas as necessidades de ampliação da área a ser manejada, através da inclusão de Resexs, assim como a demanda pela formação de pessoal qualificado, através da Escola da Floresta e do curso de engenharia florestal da UFAC. A performance do engenheiro naquela reunião do Conselho Deliberativo da Reserva Chico Mendes, configurava-se, portanto, numa síntese da ambivalência da estreita relação dos seringueiros com o a versão de desenvolvimento sustentável apresentada pelos governos da Frente Popular do Acre – FPA: se por um lado, o altivo jovem de linguajar técnico estava alinhado aos interesses do governo, de madeireiros e do mercado de madeiras tropicais, por outro, seria ele próprio o seringueiro falando de uma posição que quatro décadas atrás seria impossível vislumbrar não fosse pelo seu engajamento (e de duas gerações que o precederam) ao discurso do desenvolvimento sustentável.

Como é sabido, os seringueiros são um grupo de descendentes da mestiçagem entre populações indígenas amazônicas e sertanejos (ALMEIDA, 2004; SILVA, 2004, PORTO-GONÇALVES, 2008; ESTEVES, 2009; TEIXEIRA, 2019), forjado no ciclo econômico da borracha, que se campesinizou (ALMEIDA, 2004; SILVA, 2004) e esteve à margem do campo político e das instituições administrativas (ALLEGRETTI, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2003) da peculiar história política do Acre (TOCANTINS, 2001; CRAVEIRO COSTA, 1998), quando, em meados dos anos 1970, em função de serem diretamente afetados pelas obras de estradas e especulação fundiária, condição para implantação do modelo de desenvolvimento através do alargamento da fronteira agropecuária, iniciaram a organização de Comunidades Eclesiais de Base, fundaram Sindicatos Rurais (COSTA SOBRINHO, 1992; PAULA, 1991; PORTO-GONÇALVES, 2003), foram determinantes na fundação do PT no Acre (FERNANDES, 2019), aproximaram-se do movimento ambientalista internacional e propuseram a criação de Reservas Extrativistas (ALLEGRETTI, 2002, PORTO-GONÇALVES, 2003).

A partir de 1999 seguiram-se duas décadas de uma estreita e inédita relação entre seringueiros e os governos do Acre, que tinham à frente políticos do PT, aproximando-os ainda mais do ideário do desenvolvimento sustentável. Já no oitavo dia útil dos 20 anos de governo da coligação FPA, a Lei Estadual nº 1277, de 13 de janeiro de 1999, recebida com

entusiasmo por lideranças políticas, militantes da causa socioambiental e milhares de famílias espalhadas nos seringais do estado do Acre, representou o ato inaugural que insinuava uma modificação no *status* socioeconômico do estado do Acre. As outras duas Leis Ordinárias constantes no primeiro pacote remetido à Assembleia (que suspendeu o recesso a pedido do governo) tratavam de questões mais administrativas do aparelho burocrático. Assim, a Lei 1277/1999, a Lei Chico Mendes, instituiu a “subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta”, no dizer da redação formal, o “subsídio da borracha”²¹, no dizer dos seringueiros.

Também do dia 13 de janeiro de 1999, o Art. 70 da Lei Complementar nº 63 autorizava o Poder Executivo a criar uma “Agência Estadual de Florestas e Extrativismo”, vinculada à Secretaria de Estado da Produção, estrutura técnico-administrativa responsável pelo “Desenvolvimento Econômico Sustentável” do Acre, no modelo formulado pelo novo governo. Passados poucos dias daquela data, os elevadores e corredores do moderno edifício sede do extinto Banco do Estado do Acre – Banacre, em pleno centro de Rio Branco, passaram a ser frequentados intensamente por lideranças sindicais e comunitárias de áreas de Resexs do Acre, que buscavam, junto à Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo, informações sobre o subsídio da borracha. Para os meses seguintes, o governo manteria o entusiasmo socioambientalista em alta.

É curioso, e em nossa tese fundamental, notar que além das duas Leis mencionadas, ainda em 13 de janeiro de 1999, a Lei Complementar nº 61 criou a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM, que será a responsável pela difusão do discurso oficial do “Governo da Floresta”. De acordo com Bourdieu (2014), além de consistir num ato de manifestação da concentração de recursos simbólicos pelo Estado, o discurso oficial, proferido publicamente, é ato de nomeação e instituição.

A FEM produziu e veiculou um discurso que sugeria total imbricação entre o governo da FPA e os povos da floresta. Tal discurso gravitava em torno da noção de “Florestania”, uma das marcas registradas do governo e que suscitará as críticas mais ferrenhas por parte de

²¹ A medida representou um estímulo à produção da borracha natural que somou-se à subvenção federal, prevista na Lei nº 9479, de 12 de agosto de 1997, com a diferença de que o benefício seria repassado diretamente aos produtores, através de suas organizações. Medidas como estas, podem ser inócuas se não são articuladas com outras intervenções estatais no e fora do setor beneficiado. Em palestra baseada numa das análises mais bem conceituadas sobre a matéria, no I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, o historiador Roberto Santos foi hostilizado pelos seringueiros que ali se encontravam, pois colocara a situação de inexpressividade e competitividade praticamente nula da borracha da Amazônia.

dissidentes (lideranças, artistas, intelectuais) deste grupo político, mas também das forças políticas opositoras. Moraes (2008) define o discurso oficial coordenado pela FEM como uma iniciativa de criação de uma “acreatividade” que, sob a justificativa de inserir a narrativa “dos de baixo”, agregaria à identidade acreana as lutas de populações indígenas e seringueiros em defesa de seus territórios, a partir dos anos 1970. Para isso, muitas vezes veiculava materiais de imprensa (mas também rádio e TV públicas) que mostravam longínquas localidades rurais e aldeias indígenas, a partir da cobertura das viagens do Governador Jorge Viana, dando-lhe um tom messiânico e buscando justificar o *slogan* “Governo da Floresta” (PINHEIRO, 2009). Retomaremos a discussão sobre Florestania no capítulo três.

Mas paralelamente às medidas que entusiasmaram os defensores do extrativismo e da causa socioambiental, naquele primeiro mês o governo inicia ações que atendem aos interesses dos grupos que o discurso oficial buscava fazer crer que teriam sido vencidos: os pecuaristas. A Lei nº 1.282, de 25 de janeiro de 1999 estabeleceu uma série de obrigatoriedades relacionadas à vacinação contra doenças que afetam o gado bovino. A Lei nº 1.289, de 7 de julho de 1999, dá as bases de um sistema de inspeção e fiscalização sanitária e industrial de produtos de origem animal, atendendo às expectativas dos pecuaristas que buscavam acesso a novos mercados. Em dezembro de 1999, a Lei 1.308, que versa sobre infrações e sanções, e a Lei 1.311, que cria gratificação a servidores do serviço de fiscalização e inspeção, avançava na consolidação do arcabouço legal do serviço de inspeção sanitária animal. Assim, no primeiro mês do governo da FPA são estabelecidas as bases do que permearia as duas décadas que se seguiram, com implicações materiais e simbólicas à realidade não somente dos seringueiros, mas de toda a sociedade acreana.

No início do segundo mandato de Jorge Viana, a Lei 1.478, de 15 de janeiro de 2003 consolidou a estrutura burocrática relacionada à pecuária bovina, com a criação do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF²², e em maio de 2005 o estado é reconhecido como zona livre de febre aftosa com vacinação. As medidas sanitárias, aliadas à manutenção de benefícios tributários, contribuíram para a expansão da pecuária bovina de corte sobre o Acre em geral, mas o Alto Acre em particular, conforme será melhor abordado

²² A respeito da estrutura administrativa estadual de franco apoio à pecuária, cabe dizer que os governos do PT operaram seguindo a mesma lógica observada na organização do governo federal no período: uma secretaria voltada à agricultura familiar (a SEATER-GP/SEAPROF) e outra vinculada à classe patronal (SEAP). Neste sentido, os dirigentes destas secretarias geralmente eram nomes apoiados, ou mesmo indicados, pelas organizações representativas da classe correspondente. O IDAF, inicialmente vinculado à SEAP, durante certo período foi dirigido por uma liderança da pecuária no Acre.

no capítulo 3 desta tese. Em última análise, as ações iniciadas ainda no primeiro governo do PT no estado, culminaram com o reconhecimento do Acre, pelo Ministério da Agricultura, como área livre de febre aftosa sem vacinação, compondo o reduzido grupo de unidades federativas brasileiras (AC, RO, PR, RS e alguns municípios de AM e MT) a atingir este *status* sanitário em agosto de 2020, abrindo novas perspectivas de mercado que desestabilizaram o abastecimento interno de carne bovina, já que os criadores elevaram as exportações.

Em contrapartida, no segundo mandato do governo do PT, a estrutura político-administrativa de apoio ao extrativismo, que estivera a cargo da SEFE no primeiro mandato, foi alocada na Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar – SEPROF, pois, com a transformação da SEFE em SEF, Secretaria Estadual de Florestas, a “Floresta” passou a referir-se à produção madeireira, e o “Extrativismo” foi inserido na temática da produção familiar rural, juntamente com a agricultura de pequena escala. A mudança neste ponto do arranjo governamental é sintomática da posição secundária à qual paulatinamente passaria a produção extrativista nos anos subsequentes²³.

Em retrospecto, pode-se afirmar que os primeiros quatro anos dos governos do PT no estado do Acre se caracterizaram pela internalização do antagonismo irremediável das duas principais forças sociais e políticas do meio agrário acreano. Enquanto a produção do extrativismo da borracha se esvaía e os seringueiros relutavam, o desenvolvimentismo das últimas duas décadas, no Acre, esteve colocado a partir de dois projetos apresentados como opostos (apesar de, segundo Almeida (2016), em última análise, desenvolvimento significar acumulação): um projeto pautado na integração do Acre à fronteira agropecuária brasileira, a partir da pecuária bovina de corte, projeto este gestado e iniciado pelos governos militares; e um projeto desenvolvimentista de assimilação de ideais socioambientais: o desenvolvimento sustentável. Ambos incluem medidas na esfera dos governos federal. Resta-nos interrogar como os seringueiros articularam e reagiram diante das duas propostas concorrentes em termos de uso da terra e recursos naturais.

A partir desse panorama, este capítulo discutirá o envolvimento dos seringueiros com o desenvolvimentismo abrigado sob a ideologia do desenvolvimento sustentável, segundo o

²³ Dados da pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, do IBGE, indicam que no período de 2011 a 2017, a produção de borracha natural no Acre acumulou queda de 90,63%. Comparada com Amazonas, Pará e Rondônia, a produção de borracha do Acre foi a que mais se reduziu.

modelo que o PT do Acre elegeu. A partir da análise da controversa tentativa de introdução do manejo madeireiro em Resexs (ARAÚJO, 2013), traçaremos a trajetória desta relação buscando evidenciar linhas de forças mais amplas e o que marcou cada período em termos de postura e ações do governo, dos seringueiros e de outros grupos envolvidos. Conforme assinala Bourdieu (2011a), a noção de *trajetória* consiste numa série de posições sucessivamente ocupadas, mas, para sua utilização, deve-se considerar não somente o grupo eleito como sujeito, mas tem-se que reconhecer os demais grupos imbricados e “os diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 2011a, p. 82). O resgate terá como pano de fundo a análise dos processos que levam os seringueiros a tomar parte no campo do desenvolvimentismo, notadamente no que se refere ao desenvolvimento sustentável, para o qual as Resexs seriam territórios emblemáticos, assim como o modo de vida dos seringueiros enquanto população tradicional.

Em linhas gerais, as ideias sobre o desenvolvimento assumem caráter normativo, que chegam a divergir conforme veremos mais adiante. À semelhança de Alcoreza (2010) e Ribeiro (1992), em nossa análise, compreendemos o desenvolvimentismo como um campo, que, nos termos de Bourdieu (2014), são espaços concorrenciais constitutivos da realidade do mundo social. Campos são espaços onde ocorrem relações objetivas entre agentes (indivíduos e coletividades) e instituições distintamente posicionados, com uns dominantes e outros dominados. Seguindo ideias (*doxa*) e regras (*nomos*) aceitas como verdadeira por todos, os agentes empreendem uma luta para manter ou modificar esta estrutura de posições de um determinado campo, a partir da tentativa da imposição de sua visão sobre o próprio campo. Os agentes e instituições de um campo estão também posicionados em outros campos, e sub-campos, que se inter-relacionam (BOURDIEU, 2010; 2014;).

O capital do campo desenvolvimentista é o desenvolvimento, enquanto um conjunto difuso de ideias normativas que levariam ao incremento do volume de bens materiais produzidos e tornados acessíveis aos indivíduos de uma dada formação social. O campo do desenvolvimento, em outros momentos chamado de progresso, incorpora as estruturas preexistentes do campo econômico, mantendo-se influenciado por este último. Nesse sentido o campo do desenvolvimentismo relaciona-se muito especialmente com os campos econômico, político, acadêmico e jornalístico, além de outros, como se sobressaiu no caso do Acre o campo educacional. Paradoxalmente, os seringueiros ingressam no campo

desenvolvimentista, passando a agentes relevantes no debate, no momento em que emerge o “desenvolvimento sustentável”, derivando da crítica às ideias que moviam o desenvolvimentismo preconizado no modelo de expansão da fronteira agropecuária, segundo as quais, por exemplo, grupos como os seringueiros deveriam ser suprimidos da atividade econômica e do espaço social como um todo, precisamente porque deveria ser implementado o desenvolvimento a partir da pecuária, antagônica à produção de borracha natural.

Pode-se dizer que os seringueiros entram no campo desenvolvimentista pela mesma porta que ingressaram os ambientalistas. Allegretti (2008) entende que os seringueiros ofereceram um componente social aos argumentos dos ambientalistas e estes conferiram o poder político do qual os seringueiros não dispunham. Hébette e Moreira (2008), por sua vez, defendem que esta aproximação, que ao fim e ao cabo defende o meio ambiente, constitui-se na “incrível utopia seringueira”, que é revolucionária, e em torno da qual se cruzam camponeses e cientistas, a rigor, cada um portando lógicas próprias e distintas para a conservação dos recursos naturais. A respeito das lutas ininterruptas travadas entre agentes dominantes e agentes dominados num determinado campo, Bourdieu (2010), recorrendo ao exemplo das relações historicamente estabelecidas entre intelectuais e classe operária, explica que podem se estabelecer alianças relativamente duradouras entre frações dominadas das posições dominantes e grupos dominados.

O campo desenvolvimentista não se autonomiza totalmente do espaço social, e não se fecha totalmente em si mesmo, não se isola, pois, à semelhança do campo político e do campo religioso, por exemplo, há uma clientela a reportar-se em última instância. Os agentes “iniciados” no campo mantem um vínculo com os “profanos”, aqueles que não estão diretamente inseridos no campo, mas que a dinâmica do campo repercute sobre suas práticas. Por isso a tolerância das pessoas que vivem nas comunidades não se exauriu, fazendo com que elas mantivessem certa audiência aos inúmeros técnicos que passaram a frequentar intensamente as comunidades em nome do desenvolvimento sustentável.

É necessário, de antemão, assinalar que a intenção do capítulo não é realizar uma avaliação de qualquer governo que seja, tampouco sugerir que a produção extrativista foi extinta, ou que os governos abandonaram totalmente ações de apoio a esta produção. O que ficará evidenciado é que as expectativas iniciais em torno da produção madeireira entre seringueiros, no modelo de desenvolvimento sustentável, não foram concretizadas nestes vinte anos, apesar do discurso ter operado efeitos simbólicos inegáveis. No plano da

argumentação desta tese, este capítulo exprimirá totalmente suas implicações ao ser complementado pelas análises constantes no capítulo dois, que, por sua vez, mostrará que o modelo de desenvolvimento pautado na expansão da fronteira agropecuária não foi sobrepujado com a eleição do PT, e que o mesmo traz implicações quanto ao modo de vida dos seringueiros em suas Resexs. Buscamos apontar elementos que indicam que a luta dos seringueiros por afirmação nos territórios é também luta pela terra das sucessivas gerações.

A primeira reação ao tratar da relação do desenvolvimento com a Amazônia é justamente observar que este tem sido traumático para as populações que a habitam. A inserção dos seringueiros no campo do desenvolvimentismo, enquanto agentes, inicia-se nos anos 1970. Num primeiro momento, através das denúncias dos efeitos das medidas tomadas a partir das concepções de desenvolvimento que embasavam a exógena e pragmática intervenção governamental na região amazônica. As críticas dos seringueiros aos planos econômicos dos governos militares se articularam a correntes teóricas e movimentos sociais que havia algum tempo contestavam um suposto consenso (ou um senso comum, uma *doxa* do campo) de tomar como sinônimos o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Posteriormente, a percepção sobre o modo de vida dos seringueiros, a baixa entropia de suas atividades produtivas na relação com o meio ambiente, passaram a servir de inspiração em formulações sobre alternativas à visão fechada e mais comum de desenvolvimento até então vigente (ALMEIDA, 2012). No documento final do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, realizado em Brasília, em outubro de 1985, os seringueiros expõem suas considerações a respeito do desenvolvimento. O documento apresenta sessenta e três pontos com os quais os seringueiros se posicionam frente ao Estado e a sociedade civil, nas seguintes temáticas: I Desenvolvimento da Amazônia; II Reforma Agrária; III Política para a Borracha; IV Política de Abastecimento; V Saúde; VI Educação e Cultura; e VII Aposentadoria e Assistência para os Soldados da Borracha e Seringueiros. A seguir, reproduzimos os pontos referentes ao tema Desenvolvimento da Amazônia:

1. Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem (sic) a natureza;
2. Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica;
3. Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (PLANACRE, POLONOROESTE, Asfaltamento da BR-364 e outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução;
4. Reivindicamos que todos os projetos e planos incluam a preservação

das matas ocupadas e exploradas por nós seringueiros; 5. Não aceitamos mais projetos de colonização do INCRA em áreas de seringueiras e castanheiras; 6. Queremos uma política de desenvolvimento que venha apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicam ao extrativismo, bem como às culturas permanentes e às outras culturas de seu interesse, e que preserve as florestas e os recursos da natureza. Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta (Resolução 1º CNS, 1985, p. 1 – Grifos nossos).

De início, não havia por parte dos seringueiros qualquer pretensão de formulação de caráter mais abstrato a respeito do desenvolvimento, e o que realmente importava naquele momento era denunciar que, o que para os formuladores e parte da sociedade nacional era interpretado como desenvolvimento, genericamente chamado de “progresso” por políticos e agentes que pensam estratégias de expansão capitalista, aos seringueiros significava expropriação, expulsão, humilhação e toda sorte de efeitos que demonstravam claramente que o que estava em curso, mobilizando instituições e indivíduos, não os levava em consideração (PAULA, 2013; ALMEIDA, 2004; SILVA, 2004).

Vale revisitar também o documento final do 2º Encontro Nacional dos Seringueiros e 1º Encontro dos Povos da Floresta, que unia seringueiros e indígenas, realizados em março de 1989 em Rio Branco, três meses após o assassinato de Chico Mendes. O documento contém vinte e sete pontos que expressam as perspectivas e reivindicações dos participantes dos Encontros (ocorridos concomitantemente), organizados em cinco temas: Política de Desenvolvimento para os Povos da Floresta; Reforma Agrária e Meio Ambiente; Desenvolvimento, Saúde e Educação; Política de Preços e Comercialização; e Violência e Direitos Humanos. Reproduzimos os pontos do primeiro tema:

1. Modelos de desenvolvimento que respeitam o modo de vida, as culturas e tradições dos Povos da Floresta sem destruir a natureza e melhorando a sua qualidade de vida; 2. Participação do processo de discussão pública de todos os projetos governamentais nas florestas habitadas por índios e seringueiros, bem como outras populações extrativistas, além das associações e entidades representativas dos trabalhadores; 3. Garantias para prever e controlar os impactos desastrosos dos projetos já destinados à Amazônia, e paralização imediata dos projetos que causem danos ao meio ambiente e às populações amazônicas; 4. Informação sobre políticas e projetos para a Amazônia, e subordinação dos grandes projetos a prévia discussão no Congresso Nacional, com participação de entidades representativas das populações afetadas (Documento Final 1º Encontro dos Povos da Floresta, 1989, p. 1 – Grifos nossos).

Não obstante constar como principal diferença o fato desta segunda manifestação pública dos seringueiros ter sido dada em conjunto com indígenas, aí se reafirmam questões levantadas anteriormente e se destaca que, para eles, o desenvolvimento deve não somente ser

da Amazônia, e preconizam a existência de modelos de desenvolvimento que possam contemplar os Povos da Floresta.

Em última análise os enunciados carregam as especificidades de cada contexto e perspectivas daqueles que os formularam e aprovaram e de mudanças de ordem geracional, mas não se pode negar que esses dois documentos contêm enunciados que balizaram o discurso dos seringueiros ao longo das últimas três décadas. Sobretudo, os homens de uma geração intermediária das comunidades (aqueles que nasceram antes da criação das Resex, mas se tornaram pais de família já no contexto de Resex), passaram a se orientar, ou, no mínimo, incorporaram a noção de desenvolvimento (desenvolvimento sustentável, vale dizer) em suas representações ao longo deste período. Os mais velhos e os mais jovens não demonstram serem tão influenciados pelo discurso do desenvolvimento, embora os mais novos, em alguma medida, tenham suas práticas marcadas, às vezes a seu contragosto, pela noção de desenvolvimento sustentável. Os mais velhos, por sua vez, não são indiferentes ao desenvolvimento, que se apresenta como um discurso cujo conteúdo seria minimizado frente às suas práticas anteriores, estas sim, revestidas de conteúdo sustentável.

O manejo madeireiro comunitário esteve no cerne do discurso do desenvolvimento sustentável que o governo estadual direcionou aos seringueiros do Acre, sob a justificativa de contribuir para a conservação das Resexs, que estariam ameaçadas pelo avanço da pecuária. Neste capítulo discutiremos como a exploração madeireira foi inscrita no rol de medidas associadas ao discurso do desenvolvimento sustentável e qual a participação dos seringueiros neste debate. O resgate terá como pano de fundo a análise dos processos que culminaram com a exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, no ano de 2014, visto que, além de controverso, tal evento representou a concretização de uma política exibida pelo governo estadual como importante instrumento de combate ao desmatamento e geração de renda em Resexs. O manejo madeireiro em Resexs do Acre implicou, portanto, em uma das faces do desenvolvimentismo enredado na gramática da sustentabilidade.

Analisar, neste ponto, a regulamentação do manejo madeireiro comunitário em Resex do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, deve-se ao fato deste processo tentar fazer com que, não só os seringueiros, mas as populações tradicionais de maneira geral, legitimem os interesses dos grupos dominantes não somente na atividade madeireira, mas no campo econômico de maneira mais ampla. Apesar de suas implicações simbólicas e prejuízos a outras formas de diversificação da produção nestas áreas, ao longo destes vinte anos, o

manejo madeireiro comunitário não se firmou como o governo estadual planejara, pois os camponeses desenvolveram mecanismos e práticas que se opuseram a tal proposta.

1.1 Exploração de madeira em florestas tropicais na era da “sustentabilidade”

A exploração madeireira teve posição central na política econômica dos governos da FPA. Talvez este fato não se deva exclusivamente pela formação de engenheiro florestal de Jorge Viana (o primeiro Governador da FPA), mas porque o cerne do que se configuraria como alternativa ao desmatamento assentaria na formulação e implementação de uma economia de base florestal, não raro postulada no discurso oficial como “vocação do Acre”. Esta perspectiva tem como marco técnico o “Zoneamento Ecológico-Econômico: indicativos para a gestão territorial do Acre”, Fase I, publicado pela Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, em 2000. O ZEE do Acre remonta ao Plano de A o Definitiva, previsto como condicionalidade imposta ao governo brasileiro, no âmbito do empréstimo do BID para a pavimenta o da rodovia BR-364, trecho Porto Velho/Rio Branco.

Na prática, a publica o que orientou a formula o de parte das políticas dos governos do PT, consistia numa sele o de estudos alinhados   gramática do desenvolvimento sustentável, patrocinados, ou selecionados, por organiza es civis da base do governo e organismos internacionais de coopera o. Mas o ZEE foi também resultado de concerta o política, conforme declarou Jorge Viana na apresenta o do documento, quando refere-se   incorpora o do “Zoneamento Real – o Zoneamento que a história realizou”²⁴. Tanto   assim, que, na publica o de 2000, e nas fases subsequentes (Fase II publicado em 2010 e Fase III em andamento no ano de 2019), não há previsões de qualquer altera o no ordenamento territorial que afetasse as áreas onde concentram-se as atividades que mais interessam aos grupos mais capitalizados²⁵.

²⁴ O Volume III do referido documento (Indica es para a gestão Territorial)   destinado   orienta es de consolida o, expansão e cria o de novas unidades territoriais, segundo os diferentes usos do solo e dos recursos naturais. Neste sentido, o documento traz mapas temáticos de caráter prospectivo, ao que tudo indica, elaborados por diferentes equipes, em diálogo com os setores da sociedade civil envolvidos com tal temática. Quando se deparam os mapas com “Indicativos para cria o de novos PAEs e RESEXs”, com o “Indicativos para agricultura familiar e empreendimentos de médio e grande porte”, por exemplo, se verifica que há sobreposi o de áreas, ou seja, que as mesmas áreas aparecem com indica es distintas, segundo o mapa em que aparecem.

²⁵ Uma das principais medidas no reordenamento territorial influenciadas pelos indicativos do ZEE Fase I foram a cria o do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório criado em 2008, com 485.319 hectares, que removeu seringueiros do interior da floresta para áreas próximas   rodovia BR-364, com a finalidade de realizar concessões florestais   empresas.

A grande ênfase que o documento dá à atividade madeireira (no livro Volume III – Indicativos para a Gestão Territorial) despertou diversas críticas entre a intelectualidade e parte de movimentos sociais do estado que tinham outras expectativas quanto à orientação econômica dos governos da FPA. Neste documento, as Reservas Extrativistas figuram como “Áreas de Reservas de Produção”, sendo incluídas, apesar de com restrições, no estoque para exploração madeireira (as áreas consideradas restritas representavam em torno de 20% do total estimado como potencial a ser explorado), e por isso uma das tarefas do governo consistiria na criação de instrumentos jurídicos que permitissem a atividade nestas UCs, conforme foi declarado em artigo no Documento Síntese do ZEE Fase II, em 2010²⁶, sobre a importância estratégica de iniciar o manejo madeireiro na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Apesar da relativa facilidade com que os governos do Acre pautaram a atividade florestal, está em curso uma tendência mais global em relação às medidas de ajustes à exploração madeireira. Scholz (2002) esclarece que desde o início da década de 1980 o mercado internacional da madeira está passando por mudanças profundas que restringem a competitividade dos países produtores de madeira tropical. No bojo dessas mudanças figura o interesse de conservar as áreas florestadas, obrigando os países produtores de madeira tropical a mudar seus padrões de uso da floresta a médio ou longo prazo.

A ITTO pretendia forçar os países-membros a introduzir métodos sustentáveis de manejo florestal até o ano 2000, mesmo tendo esta iniciativa fracassado por várias razões (políticas, tecnológicas e econômicas); O FSC, uma associação internacional de empresas e ONGs interessadas em promover a certificação ecológica de empresas florestais, elaborou princípios e critérios para essa certificação (SCHOLZ, 2002, p. 26).

O que tem se chamado “manejo florestal sustentável” compreende a exploração seletiva de espécies madeireiras nativas da Amazônia, com a finalidade de serem comercializadas segundo a demanda de determinados mercados, e não deve ser confundida com a produção/cultivo de madeira ou a extração de produtos florestais não-madeireiros, embora, no caso brasileiro, estes últimos sejam incluídos na definição legal (Lei Federal 11.284/2006). Para Francis E. Putz (2005) é elementar não confundir manejo florestal sustentável (MFS) com técnicas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR), tampouco com o objetivo de garantir exploração madeireira de rendimento sustentável (EMRS). Para este autor “não há como provar que uma floresta é manejada sustentavelmente, mas o MFS deve ser

²⁶ ARGUELLES, M. Indicativos para a Gestão de Florestas Públicas no Acre. In.: ACRE, Governo do Estado. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2 ed. Rio Branco: SEMA/IMAC, 2010. pp. 146-151.

sempre um objetivo para o qual aqueles que manejam florestas devem empenhar-se quando usam técnicas de EIR e outros tratamentos silviculturais necessários para obter uma EMRS e outros objetivos do manejo” (PUTZ, 2005, p. 39).

Antes de tudo, é necessário ter a clareza que a definição da exploração madeireira classificada como “sustentável” está a cargo do aparelho de Estado, como instância com atributo de nomeação, de classificação (BOURDIEU, 2014). Numa tendência internacional, a partir dos anos 1990, especialmente em decorrência dos acordos firmados no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de 1992, estabeleceu-se uma série de normas e instrumentos que objetivam o controle e modernização da atividade florestal madeireira, com vistas à otimização e prolongamento do suprimento mundial de madeira. Em linhas gerais a influência das ações internacionais está centrada na elevação da capacidade de conhecimento e monitoramento das florestas, no ordenamento territorial com vistas a sua proteção e na normatização da atividade madeireira (FAO, 2012). Nesse debate destaca-se a relevância das florestas tropicais, que representam em torno de 1,66 bilhões de hectares, dos quais 907 milhões de hectares encontram-se na América Latina e Caribe (BLASER e SARRE et al., 2011). Segundo o Serviço Florestal Brasileiro, em 2018 estimava-se em 510 milhões de hectares a área florestal total do país, dos quais 98% seriam de florestas naturais, sendo que deste montante aproximadamente 67% estavam na Amazônia (SFB, 2019).

Mas a intenção dos governos de ajustarem seus planejamentos para a exploração do potencial madeireiro da região amazônica não é exclusividade dos fóruns que passaram a discutir o setor sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. O II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979) - já instituíu o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), para qual o Acre consistia num Polo Agropecuário e Madeireiro, um dos componentes para a “ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste”. O documento do II PND estabelece a:

Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia, objetivando principalmente, transformar a exploração madeireira numa atividade planejada, institucionalizada e permanente. Tal política compreende: Racionalização da exploração madeireira da região, deslocando-se a ênfase para a exploração de florestas de terras firmes (viabilizada pela construção dos novos eixos viários). Adotar-se a o Sistema de Florestas de Rendimento, condicionando-se os projetos às exigências de regeneração conduzida e reflorestamento (com espécies nobres), de modo a permitir a exploração permanente da floresta, renovada

continuamente e evitar a atividade de devastação ora existente. (BRASIL, 1974, p. 66)²⁷

O ordenamento, e em alguns casos o reordenamento jurídico-legal da atividade florestal para extração de madeira nos países que dispõem de florestas tropicais, a partir dos anos 1990, além de receberem apoios através do estabelecimento de acordos e termos de cooperação técnica e financeira entre países, ou com os Bancos Internacionais como BIRD e BID, em grande medida são determinados pelos debates, recomendações e até aporte técnico e financeiro oriundos de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO)²⁸ e, especialmente, a Organização Internacional de Madeiras Tropicais – *The International Tropical Timber Organization* (ITTO)²⁹. Na seara do manejo florestal sob a ótica do desenvolvimento sustentável, o programa de maior influência com atuação na Amazônia brasileira foi o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal – PROMANEJO, efetivamente iniciado em 1999, no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais³⁰. Prevendo o estímulo à atividades de manejo madeireiro comunitário, no organograma deste programa, além do IBAMA, seu executor, envolveram-se, com aporte técnico e/ou financeiro: KFW (*Kreditanstalt für Wiederaufbau*), RFT (*Rain Forest Trust*), DFID (*Department for International Development*), GTZ (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Ainda em 1989 foi estabelecida uma parceria entre a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC e a ITTO através da execução do projeto: “Projeto Acre: A integração da base florestal desenvolvimento na Amazônia Ocidental”³¹. O referido projeto

²⁷ Lei 6151 de 4 de dezembro de 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6151.htm

²⁸ A FAO é o organismo internacional pioneiro com atuação na área florestal no Brasil e na Amazônia em especial, sendo a promotora de uma série de Inventários Florestais realizados na região entre 1956-1961 através da Missão FAO na Amazônia.

²⁹ Criada em 1986, a ITTO congrega 36 países produtores de madeira tropical (da Amazônia somente a Bolívia não é membro). Nestes países encontra-se cerca de 80% da área total de florestas tropicais. Sob o Convênio Internacional das Madeiras Tropicais, no âmbito da ITTO, estão tanto os produtores quanto os principais países consumidores (37 países) de madeira tropical. Disponível em: http://www.itto.int/es/about_itto/. Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

³⁰ VERÍSSIMO, A. **Influência do Promanejo sobre políticas públicas de manejo florestal sustentável na Amazônia**. Brasília – Ministério do Meio Ambiente, 2005.

³¹ Mais informações em: The Acre Project: An ITTO action to promote sustainable management of forests and development in the Amazon. Technology Foundation of the state of Acre. Governo do Estado do Acre. Rio Branco: 1992; e Ex-post evaluation Report. ITTO Project PD 94/90 Rev. 3(I). The Integration of Forest-based Development in the Western Amazon – Phase II – Technology for Sustainable Utilization of Raw Forest Materials (Brazil). ITTO: 2009.

,com valor em torno de USD\$ 3,5 milhões, foi executado em duas fases com vários aditivos, sendo finalizado em 2004, mobilizando várias pesquisas na Floresta Estadual do Antimary, no município de Bujari. A propósito da criação e aparelhamento da FUNTAC, nos anos 1980, Paula (1991) diz que algumas lideranças seringueiras do período, então contrárias à atividade, acreditavam que a finalidade era a exploração dos recursos madeiráveis da região.

Além de uma quantidade considerável de Leis, Decretos, Instruções Normativas, Portarias e toda sorte de normas que assegurariam parâmetros “sustentáveis” na exploração de madeira nativa, a partir dos anos 1990 foram criados ou reconfigurados os órgãos de controle ambiental e introduzidos instrumentos modernizadores do controle e gestão dos territórios florestais do país. Estas modificações, expressas em normas expedidas pelos governos federal e estaduais, foram articuladas e consolidadas com a edição e aprovação da Lei 11.284/2006, que dispõem sobre a criação de Florestas Públicas para a concessão a empresas madeireiras e institui o Serviço Florestal Brasileiro , no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (curiosamente, então sob o comando de Marina Silva, que anteriormente apresentava objeções a iniciativas desta natureza) e de maneira especial com os capítulos VII e VIII da Lei 12.651/2012, que reformou o Código Florestal.

A princípio, é imprescindível termos a clareza de que o termo “manejo” surge neste contexto da emergência da problemática ambiental e suas implicações sobre a economia, justamente na busca de atenuar a tensão existente entre a conservação dos recursos ambientais e a atividade humana. No caso brasileiro, em que pese o SNUC apresentar-se inovador ao introduzir um conjunto de modalidades de áreas protegidas onde a atividade humana é permitida, como é o caso das Resexs, de Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, Lobão (2006) demonstrou que a adoção do termo “manejo”, no âmbito desta política ambiental, constitui justamente um elemento que leva a substituição do uso tradicional dos recursos pelas populações que nelas vivem, por uma intervenção mais contundente de perspectivas e atores externos na definição das funções e regras que regem as condutas aceitáveis nestas unidades. Estas UCs de Uso Sustentável, em alternativa às Unidades de Conservação Integral, encontram-se no cerne da questão que divide e ao mesmo tempo une, ambientalistas e desenvolvimentistas, que muitas vezes negam os sujeitos que vivem nestes territórios como parte ativa do debate.

De maneira geral, o termo “manejo” sugere gestão, gerenciamento, direção, administração. Nesse sentido, cabe refletir de quem tem sido a competência para fazer

“manejo florestal”? Qual o imperativo do manejo no âmbito das áreas habitadas se não a predominância de uma lógica a servir aos outros, que não moram em seu interior? Gerenciar para garantir o sustento ou a demanda de quem? O que se conclui das inúmeras normas, viagens, intercâmbios, manuais e cartilhas relacionadas ao manejo florestal comunitário, geradas ao longo de duas décadas, é que, ao contrário do que se proclama, há uma tendência a subordinar os modos de vida e conhecimentos das populações tradicionais aos imperativos mercadológicos.

Visto que as discussões em torno do manejo madeireiro em territórios destinados a moradores de tradição extrativista têm forte relação com as modificações ou introduções normativas ligadas à legislação ambiental, antes de prosseguirmos a análise, é importante esclarecer algumas diferenças existentes entre os instrumentos abrangidos sob a nomenclatura burocrática “Plano de Manejo”³²:

- O termo “Plano de Manejo”, sem adjetivos, é utilizado na Lei 9.985 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de UCs da Natureza – SNUC. No artigo 2º da referida Lei, Plano de Manejo é definido como: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”. O Plano de Manejo neste caso refere-se ao instrumento que deve nortear as ações que visam garantir que se alcancem os objetivos para os quais foi criada a Unidade de Conservação de Uso Sustentável do referido SNUC, dentre as quais estão as Reservas Extrativistas.
- O “Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas”, refere-se a documento específico desta modalidade de Unidade de Conservação (adaptado à definição acima referida) e, como expressão de metodologia (o caráter participativo), deve seguir as orientações contidas na Instrução Normativa Nº 01 do ICMBio, editada em setembro de 2007, onde está prevista a responsabilidade institucional do ICMBio e o envolvimento dos moradores da Unidade. A instituição do Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas, prevista na lei do SNUC recebeu críticas por

³² Lobão (2006) analisa as implicações da determinação do SNUC de que as Reservas Extrativistas tenham um “Plano de Manejo”, em oposição ao Plano de Utilização, que anteriormente a instituição do SNUC era o documento base de ordenamento da gestão destas Unidades, elaborado fundamentalmente a partir das perspectivas de seus moradores.

parte de lideranças extrativistas e especialistas, que compreenderam que este desqualificava o Plano de Utilização – P.U. concebido pelo movimento seringueiro como instrumento legítimo de gestão da Reserva Extrativista no início dos anos 1990 (CUNHA, 2010).

- Já o “Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS”, conforme define o Decreto nº 5.975 de 30 de novembro de 2006, é documento técnico que pode ser somente madeireiro, não-madeireiro, ou de uso múltiplo, cujas categorias formais de domínio podem ser: individual, empresarial ou comunitário. Trata-se de documento técnico a ser aprovado pelo órgão ambiental competente³³ e executado em etapas mediante a execução de Planos Operativos Anuais – POA, condicionantes ao recebimento de uma Autorização para Exploração – AUTEX correspondente a cada ano³⁴. A regulamentação de PMFS na Amazônia está prevista na Instrução Normativa Nº 05, em complementaridade à Instrução Normativa Nº 04, ambas do Ministério do Meio Ambiente, editadas em dezembro de 2006. Na região amazônica, os parâmetros técnicos para exploração madeireira devem observar o conteúdo da Resolução Nº 406, de fevereiro de 2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. A elaboração de PMFS comunitário, para exploração de madeira em Reservas Extrativistas deve obedecer ainda à Instrução Normativa – IN nº 16 editada pelo ICMBio em agosto de 2011. Na prática, a diferença específica trazida pela IN nº 16 do ICMBio diz respeito à definição deste órgão como competente para a expedição da Autorização Prévia à Análise do PMFS – APAT, e aprovação do próprio PMFS que, nas outras áreas, deve ser feito pelo IBAMA ou órgão estadual responsável pela aplicação da política ambiental, no caso do Acre, IMAC³⁵.

Um exemplo hipotético que ilustraria o complexo relacionamento entre as diferentes definições burocráticas e exigências implicadas no termo “Plano de Manejo” seria o de uma

³³ Na Resolução conjunta CEMACT/CFE 003 de 12/08/2008 há uma definição quanto ao que seria PMFS e estabelecido o IMAC como órgão competente para o licenciamento no Estado do Acre.

³⁴ Especificamente sobre PMFS em Reserva Legal, é importante lembrar que a Resolução conjunta CEMACT/CFE 002 de 25 de março de 2010, preteriu o capítulo IV da IN 04 do MMA, de 11/09/2009, que estabelece diretrizes e orientações para PMFS em áreas de Reserva Legal, alegando que a Resolução conjunta CEMACT/CFE 003 de 12/08/2008 é mais “restritiva que a federal”.

³⁵ Assim como a IN nº 01 ICMBio, que versa sobre os procedimentos para elaboração de Plano de Manejo Participativo, a IN nº 16 ICMBio refere-se à modalidade Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS (com o acréscimo de Floresta Nacional), para, em seu caso, dispor sobre as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior destas áreas. A IN prevê a exigência de anuência do Conselho Deliberativo da Resex para aprovação da APAT.

comunidade que habita uma Reserva Extrativista do Sistema de UCs. Para a exploração de madeira, a comunidade depende de que sua Reserva Extrativista possua um *Plano de Manejo Participativo*; neste, deve estar explícito que naquela Unidade a exploração de madeira está permitida; sendo o caso, a comunidade necessita que seja elaborado um *Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS* que, no âmbito do ICMBio, com base na IN nº 16/2011, é chamado *Plano de Manejo Comunitário*.

Trata-se, portanto, de um processo oneroso, complexo, burocrático, lento³⁶ e conflitante com as práticas socioculturais dos seringueiros e mesmo das formas e sentidos do relacionamento dos seringueiros com a natureza desenvolvidas ao longo dos anos. Entretanto, as próprias normas oficiais estabelecem as competências exigidas para a consecução dos objetivos próprios do campo burocráticos, ou seja, o Plano de Manejo Participativo da Resex tem a responsabilidade institucional de um técnico do ICMBio, e o PMFS para exploração de madeira deve ser assinado por um engenheiro/a florestal. Ou seja, uma comunidade de reserva extrativista na Amazônia, se optar por esta atividade produtiva, torna-se altamente dependente de pessoal especializado, "externo" à comunidade. Estas normas são, portanto, práticas colonialistas que pressupõem o conhecimento tradicional como inferior, ou incapaz³⁷ (ARAÚJO, 2013). Nenhuma das comunidades que aqui estudamos (embora a maioria não estando em UCs) tomou a iniciativa, ou custeou as despesas relativas à elaboração de Planos de Manejo, ou de Certificação Florestal.

Para Diegues (2000, p. 2)³⁸, “existem diferenças entre as formas pelas quais as populações tradicionais produzem e expressam seu conhecimento sobre o mundo natural e aquelas que foram desenvolvidas pela ciência moderna. Essas diferentes visões se refletem no uso de conceitos desenvolvidos e aceitos por esta última, como o de recursos naturais,

³⁶ Embora a experiência na Resex Chico Mendes tenha sido o caso piloto que determinou esta sequência, ali o processo levou cerca de 12 anos, mesmo com os custos de tramitação assumidos por Governos e ONGs.

³⁷ Deve-se ressaltar que a discussão sobre conhecimento tradicional ganha espaço em escala mundial, a partir da Convenção da Diversidade Biológica que em seu art. 8(j) solicita aos Estados-membros da convenção que "de acordo com sua legislação nacional, respeitem, preservem e mantenham o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e o uso sustentado da diversidade biológica e que promovam sua aplicação mais ampla com o assentimento e envolvimento dos detentores desses conhecimentos, inovações e práticas e encorajem o compartilhar equitativo dos benefícios resultantes da utilização desses conhecimentos, inovações e práticas". (BRASIL, 2000). Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/cdbport_72.pdf. Acesso em 25 de julho de 2019.

³⁸ Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cienciabio.pdf>. Acesso em 9 de abril de 2018.

biodiversidade e manejo”. Reconhecer a importância do conhecimento tradicional na gestão dos recursos naturais teria que partir da aceitação governamental.

1.2 Seringueiros e exploração madeireira

Fundamentalmente, a utilização dos recursos naturais pelos seringueiros se dava numa base técnica desenvolvida sob a lógica da subsistência familiar e reprodução social e, nesse sentido, estaria garantido o baixo impacto sobre a floresta (ALMEIDA, 2012). Vale lembrar que este elemento contribuiu para realçar uma identidade que conferiu a possibilidade dos seringueiros projetarem-se politicamente e manterem o enfretamento e críticas relacionadas às medidas adotadas pelo governo brasileiro a partir da década de 1960, em sua promoção da ampliação da fronteira agropecuária através da substituição da floresta pela formação de pastagens para criação de gado bovino (PAULA, 1991; SILVA, 2004; ESTEVES, 2010).

À época da emergência do movimento seringueiro, ilustrava-se a capacidade do seringueiro para o adequado cuidado com os ecossistemas florestais que passava a ser cobrado pelo movimento ambientalista e grande parte da sociedade urbana em escala mundial. Os principais exemplos de tal cuidado seriam o processo da coleta de látex para a produção de borracha e da castanha do Brasil, capazes de gerar renda para as famílias sem a retirada da floresta. Do ponto de vista não monetário, ou de menor relevância monetária, o seringueiro utilizaria ainda a caça, a pesca e outras espécies da flora amazônica para sua alimentação e cura de doenças, sem, contudo, fazer uso de maiores quantidades de espécies de madeira (ALMEIDA, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2003).

No que se refere especificamente ao debate em torno da atividade madeireira, no início dos anos 1990, o CNS se somou às organizações da sociedade civil que pressionavam o governo brasileiro a tomar medidas contra a exploração indiscriminada de mogno. Em 1994, o CNS subscrevia uma carta da “Coalizão contra o corte predatório de madeira”, enviada ao ministro do meio ambiente, exigindo que o governo brasileiro votasse pela inclusão do mogno no chamado Apêndice II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e da Flora Silvestre – CITES, em reunião realizada em novembro daquele ano, em Fort Lauderdale, na Flórida. A carta, redigida pelo Greenpeace Brasil, fazia uma análise da atividade madeireira na Amazônia e mencionava a necessidade de criação de mecanismos de controle. Assim como outros países que vendiam mogno no comércio internacional, o Brasil não foi favorável à inclusão no Apêndice da CITES, sob o argumento de que seriam tomadas medidas no sentido da exploração racional de madeiras tropicais.

Este controverso episódio sobre o mogno da América Latina e o Apêndice II da CITES, de certa forma representou um estímulo ao debate sobre a formulação de instrumentos de controle da extração e comercialização de espécies de madeiras tropicais da Amazônia, incluindo as pressões exercidas sobre as áreas protegidas. Desta feita, independentemente dos diferentes posicionamentos assumidos pelas várias ONGs, detentoras de um *know how* tecnocrático que as fazia muito influentes na esfera da sociedade civil, seria muito difícil conceber uma posição de indiferença por parte das lideranças do CNS frente à exploração madeireira, naquele contexto. A partir deste período, embora sem que houvesse formulações mais acabadas do que viria a ser, intensificam-se as referências ao “manejo sustentável de florestas”, como forma de combater a ilegalidade da indústria madeireira.

Em 1995 Pedro Ramos, representando o CNS, figura como um dos consultores da equipe que formulou a quarta versão do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia – PROMANEJO, sob responsabilidade do IBAMA e que substituiu o Projeto Flonas (Florestas Nacionais), no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais. A reformulação do Projeto Flonas ocorreu em virtude dos atores envolvidos considerarem necessária a ampliação da abrangência das ações destinadas ao reordenamento e regulamentação da atividade florestal na Amazônia. Cabe destacar que a equipe de especialistas, responsáveis pela elaboração e coordenação do PROMANEJO, constituía-se de agentes que a partir de então foram figuras proeminentes no debate do manejo florestal madeireiro nas duas décadas subsequentes.

Os pressupostos da iniciativa deixam claro tratar-se, preponderantemente, de uma adequação às tendências do mercado internacional de madeira tropical. Complementarmente, a iniciativa buscava garantir que a totalidade deste recurso fosse colocada à disposição de tal mercado, como indica a explícita referência ao que teria sido a negligência do “potencial do manejo florestal por populações tradicionais” (IBAMA, 1995, p. 6). Chamamos a atenção para o fato de no documento constar que o público alvo das áreas prioritárias, para o componente “Iniciativas Promissoras, nos Vales do Acre e do Purus, Estado do Acre”, seriam pequenos produtores (colonos) e madeireiros. Tais prioridades foram definidas em *workshop* realizado em Santarém(PA), no qual havia representantes do Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA, ONG que protagonizou as primeiras iniciativas de manejo madeireiro em

Projetos de Assentamento Agroextrativistas do Acre (PAE Porto Dias e PAE Remanso)³⁹. Desta intensão, decorre parte do sensacionalismo característico da divulgação de ações voltadas ao manejo madeireiro em comunidades do Acre. Obviamente, a sentença sobre a negligência ao potencial “manejador” das populações tradicionais, queria chamar a atenção para o fato destas populações passarem a ter direitos sobre seus territórios, como as Resexs.

No caso dos seringueiros do Acre, a relação com a madeira era basicamente de uso e não de troca. As edificações necessárias à sua moradia e instalações exigidas em suas atividades produtivas, tais como paióis agrícolas e defumador de borracha, eram erguidos utilizando: na estrutura, madeira não-nobre (segundo o mercado deste produto) de espécies de médio e pequeno porte, às vezes proveniente da regeneração (capoeira) de seus antigos roçados de cultivo agrícola; na cobertura, palhas de espécies de palmáceas; e no revestimento (assoalho e paredes), da madeira de uma palmácea chamada paxiúba. Aliás, a paxiúba era a espécie que mais supria as necessidades de madeira das construções do seringueiro, uma vez que as técnicas de beneficiamento e preparo para uso (fosse em ripas, ou em “panos”) dispensava ferramentas mais sofisticadas, podendo ser feita com facão e machado.

O uso da madeira entre os seringueiros, para a confecção de pequenas embarcações que serviam aos deslocamentos à cidade ou à pescaria, obviamente era mais restrito àqueles que se encontravam às margens dos rios principais e seus afluentes navegáveis. Fora estes usos, havia também a retirada de sapopemba⁴⁰, de alguma espécie para uma tábua de lavar roupa, troncos para confecção de pilões, onde se descascavam o arroz e o milho, e galhadas que servissem para lenha diária para o fogão de barro e a fornalha do defumador de borracha.

No início da década de 1990, Woortmann (1998), ao estudar um seringal na região do Rio Abunã, em Plácido de Castro, no Acre, notou a postura dos seringueiros em relação à floresta, em especial a atividade madeireira. Após relatar as práticas ilícitas utilizadas por

³⁹ Inicialmente com financiamento do BID, o CTA promoveu o Manejo Madeireiro no PAE Remanso, através de projeto que tinha parceria com o CNS. Além do manejo madeireiro, o projeto envolvia outras atividades: a promoção da piscicultura e o manejo de produtos florestais não-madeireiros. Durante o segundo mandato do PT no Acre, o CTA era um importante centro técnico de promoção do manejo madeireiro comunitário. Nesse período havia uma disputa entre técnicos do CTA e da SEF (alguns oriundos dos quadros do próprio CTA) para hegemonizar a relação com seringueiros envolvidos com o manejo madeireiro. O CTA articulou a criação Grupo de Produtores Florestais Comunitários – GPFC, em 2002 e a SEF, articulou a criação da COOPERFLORESTA, em 2005.

⁴⁰ Sapopemba é a denominação da parte das raízes de algumas espécies de árvores que apresentam as raízes desenvolvidas acima da superfície do solo. "Sapopemba" é um nome Tupi que significa "raiz angulosa, com protuberâncias", através da junção dos termos *sapó* ("raiz") e *pem* ("anguloso, com protuberâncias").

madeireiros para introduzir madeira do Acre no mercado do centro-sul do país, a autora explica que:

Espécies com alto valor de troca para o seringalista podem ser percebidas pelo seringueiro pelo seu valor de uso. Este pode ser dado pelo uso direto (frutos para consumo), como matéria prima para a confecção de canoas, ou de maneira mais indireta: são espécies cujos frutos atraem caça em certas épocas do ano, importantes, pois, para melhorar as condições nutricionais da família (WOORTMANN, 1998, p. 36/37).

Antes da frente de expansão da fronteira agropecuária, raramente era abatida uma árvore de grande porte para uso do seringueiro, ou sua comercialização. Este tipo de árvore somente era abatido, a golpes de machado, quando da abertura de áreas de roçados para o cultivo agrícola e, geralmente, dada a inexistência de ferramentas ou equipamentos apropriados ao pré-beneficiamento e à dificuldade de transporte, acabavam sendo consumidas pelo fogo.

Sendo assim, até a abertura da rodovia BR-317 e simultânea chegada de madeireiros e serrarias, o seringueiro mantinha certa indiferença quanto ao valor econômico que tinha o montante de madeira⁴¹ existente nas áreas de floresta das Colocações em que vivia. O que não quer dizer que estes estivessem indiferentes ou não possuíssem conhecimento sobre as espécies madeireiras. Além do mais, explicou-nos Reginaldo Silva, do município de Xapuri⁴², o seringueiro emprega conhecimentos distintos dos daqueles da engenharia florestal para identificar espécies de madeira e classificar seus usos e funções. Quando precisa de madeira para alguma construção, o seringueiro identifica a espécie mais indicada (se para alicerces fixados ao solo, será uma espécie; se para locais expostos às intempéries, outra espécie etc.) e, se for o caso, aguarda a estação, ou período lunar mais adequado ao abate da árvore, de maneira que sua durabilidade de tempo e resistência a ataques de pragas será maior. Reginaldo, confirmando o que notou Woortmann (1998), explicou que muitas espécies arbóreas, comercializáveis sob a lógica do mercado, geralmente eram preservadas pelo seringueiro em razão de seus frutos alimentarem animais silvestres, o que significa manutenção de caça nas proximidades.

⁴¹ O termo “madeira”, entre os seringueiros do Alto Acre, refere-se à árvore de seringueira (*Hévea Brasilienses*).

⁴² Reginaldo, de 37 anos, nasceu na região da comunidade Dois Irmãos, Resex Chico Mendes, em Xapuri. Fez o Curso Técnico Florestal na Escola da Floresta e atualmente possui uma Colocação no Seringal Boa Vista, na região da comunidade Rio Branco, mas passa a maior parte do tempo na cidade, onde colabora com a administração municipal. Reginaldo candidatou-se a vereador pelo PT em Xapuri nas duas últimas eleições, sendo, na última eleição, o terceiro candidato a receber mais votos pela legenda, embora não tenha sido eleito.

Também a castanheira e, sobretudo, a seringueira, figuravam como valorizadas e priorizadas no cuidado dos seringueiros para com a floresta. Além de observarem práticas de extração que não exauzem a produtividade da seringueira, alternando e observando a frequência e a forma com que são “riscadas as madeiras”⁴³, a definição das áreas a serem abertas para a implantação de seus roçados para cultivo agrícola buscavam minimizar o número destas árvores a serem abatidas (ou seja, evitavam colocar roçados em áreas com maior densidade destas espécies). Não raro, a seringueira apresenta-se como sagrada, como o demonstra o Pai Nosso do Seringueiro, frequentemente “rezado” em reuniões e eventos públicos, ou ainda, uma representação como figura materna, a ser venerada e preservada, conforme constatou Teixeira (2019).

Por fim, as árvores, enxergadas como madeira (mercadoria) por madeireiros e outros agentes que debatem o “manejo florestal”, constituíam-se elementos da mais alta relevância na produção do conhecimento do seringueiro sobre a ecologia do local onde está inserido. Da observação sobre a ocorrência de determinada espécie de árvore, em determinado local (em maior ou menor quantidade), os seringueiros sabem que espécies animais para a caça estão naquela área, que espécie de aves, de roedores, quais animais agem como dispersores/plantadores ao de sementes, etc. As árvores (e plantas de maneira geral) também estão associadas ao conhecimento astronômicos, de calendário, da hidrologia do lugar e da cura de doenças do corpo e da alma entre os seringueiros⁴⁴.

Portanto, é inegável que devido às suas condições materiais e pelas exigências dos seringalistas e seus regulamentos, pela observação e a comparação com o meio sertanejo e ensinamentos obtidos no contato com indígenas amazônicos, ao longo dos anos, o seringueiro desenvolveu certas práticas produtivas que conduziram à manutenção prolongada da cobertura florestal nativa e suas funções ecológicas, se comparadas com a substituição desta por pastagens exóticas (OLIVEIRA, 1991; ESTEVES, 2010, TEIXEIRA, 2019). Por outro lado, especificamente quanto ao debate sobre madeira como fonte geradora de renda para os seringueiros, além das até então pressões e tormentos causados aos seringueiros pelos madeireiros, pois o corte seletivo de madeiras prenunciava que em seguida viria a aniquilação

⁴³ São feitas algumas referências quanto ao formato da “bandeira”, área do tronco destinada ao risco (incisão) da lâmina da faca no córtex da árvore de seringueira, por onde flui o látex. Por dia é feito um risco e a bandeira é previamente preparada para os sucessivos riscos ao longo do ano. Ao final do período, a bandeira apresentaria diferentes formatos, como o bico de papagaio no embutidor da tigela.

⁴⁴ Em nossa pesquisa, pudemos verificar as semelhanças entre os conhecimentos demonstrados pelos seringueiros do Alto Acre e aqueles registrados na Enciclopédia da Floresta (CUNHA e ALMEIDA (Orgs.), 2002), entre seringueiros do Alto Juruá.

de seringueiras e castanheiras para formação de pastagem (WOORTMANN, 1998), sabe-se que o debate sobre “manejo florestal” foi colocado, de maneira controversa, somente ao final dos anos de 1980, mas de maneira muito secundarizada, já que à época, além desta atividade identificar-se como uma das causas da expulsão violenta dos seringueiros de suas Colocações, o direito aos territórios ainda não estaria assegurado⁴⁵.

Isto posto, apesar da resistência das populações indígenas e camponesas no final do século passado, e início deste, terem forçado o debate internacional sobre a economia florestal passar a considerar o “conhecimento tradicional”⁴⁶, e, portanto, as comunidades locais, quanto à gestão das florestas tropicais através do ordenamento florestal de base comunitária (FAO, 2012), não se deve associar o “manejo florestal madeireiro sustentável”, experimentado por estas comunidades do Alto Acre, como decorrentes da original experiência seringueira do tempo passado, visto que estas comunidades não utilizavam a madeira como mercadoria. O chamado Manejo Florestal Sustentável consiste em práticas referenciadas pela lógica de acumulação capitalista, via mercados, e respaldado num arcabouço normativo criado por atores sociais historicamente envolvidos com o setor madeireiro e assegurado pelo Estado.

Conforme mencionamos, em relação às Reservas Extrativistas vinculadas ao SNUC, o marco jurídico que efetivamente permite a exploração de madeira foi oficialmente instituído através da Instrução Normativa nº 16 do ICMBio, de 4 de agosto de 2011, e a primeira exploração de madeira sob esta regra se deu em 2014⁴⁷, na comunidade Rio Branco, na Reserva Extrativista Chico Mendes, apesar de em alguns PAEs do Acre, esta atividade se desenvolver, a título de experimento, desde o final da década de 1990.

Do ponto de vista da formação e trajetória dos moradores, os PAEs, são as primeiras Resexs oficialmente reconhecidas, uma vez que, tratou-se de regularização fundiária de quem já habitava a área; as Colocações e sua configuração e características espaciais foram

⁴⁵ Durante nossa pesquisa de campo, localizamos um relatório de um Seminário organizado pelo IEA, em Curitiba, que falava sobre utilização de madeira na composição de renda.

⁴⁶ O tema do Congresso Mundial realizado na Indonésia em 1978 foi “as florestas para as pessoas” e ajudou a impulsionar um movimento conhecido como “silvicultura social”, “atividades florestais comunitárias” ou “atividades florestais participativas”. A ideia básica se resume no título de um programa de orientação prática da FAO nas décadas de 1980 e 1990, denominado “os bosques, as árvores e as pessoas” (FAO, 2012).

⁴⁷ Alguns PMSF Comunitário em Resex Federais aprovados pelo ICMBio nos últimos 2 anos: Área de 25.287,38 Ha, na *Resex Verde para Sempre*, Estado do PA (Portaria ICMBio 827 – 26/09/2018); Área de 28.930,16 Ha, na *Resex Tapajós Arapiuns*, Estado do PA (Portaria ICMBio 223 – 22/05/2019); Área de 6.295,15 Ha, na *Resex Mapuá*, Estado do PA (Portaria ICMBio 499 – 11/09/2019); Área de 82.933,55 Ha, na *FLONA Tapajós*, Estado do PA (Portaria ICMBio 511 – 17/09/2019); Área de 19.195,76 Ha, na *Resex Arióca Pruanã*, Estado do PA (Portaria ICMBio 139 – 19/02/2020); Área de 12.289,22 Ha, na *Resex Verde para Sempre*, Estado do PA (Portaria ICMBio 140 – 27/02/2020).

preservadas; adotou-se a Concessão Real de Uso como instrumento jurídico de reconhecimento do direito de uso⁴⁸; foram elaborados Planos de Utilização com regras e acordos para conservação dos recursos naturais e gestão do território através das Associações etc. O que mostrou-se diferente foi que as áreas de Reservas Extrativistas do SNUC, no caso do Acre, possuem dimensões bem maiores que os PAEs e a vinculação institucional é outra, ou seja, uma divisão no campo burocrático.

Chamamos a atenção para o fato de neste aspecto prevalecer o que Bourdieu (2014) aponta como uma das propriedades do Estado: o de produtor de princípios de classificação. No caso das Resexs vinculadas ao SNUC, houve maior restrição em relação ao manejo madeireiro, pois não havia o chamado marco legal relativo a esta atividade; no outro caso, o manejo foi inserido não porque fazia parte da tradição dos moradores, ou porque causa baixo impacto ambiental, mas antes porque vários agentes vinculados à exploração madeireira oportunizaram a falta de impedimentos legais. O princípio do poder de classificação do Estado, neste caso, está também na orientação das instituições representativas ou vinculadas ao socioambientalismo, que se fizeram mais presentes nas Resexs do SNUC do que nas áreas vinculadas à reforma agrária. Nestas últimas o desmatamento é relativamente maior do que na Resex CM, porém menor do que em outras modalidades de projetos de assentamento do INCRA.

1.3 Selo de garantia e discursos do mercado diferenciado para madeira comunitária

Embora fuja ao objetivo deste trabalho avaliar detalhadamente a apregoada coerência e viabilidade do manejo madeireiro, deve-se considerar que as exigências legais dos procedimentos técnicos que garantiriam sua “sustentabilidade ecológica”, no estudo de Carvalho (2009) revelam-se extremamente especulativas e imprevisíveis, quando consideram-se os ecossistemas amazônicos. No aspecto da “sustentabilidade social”, que segundo os princípios da teoria acadêmica sobre o desenvolvimento sustentável seria capaz de promover a justiça social (SACHS, 2009), em um estudo sobre os marceneiros no Alto Acre, revelamos (ARAÚJO, 2011) que o manejo madeireiro estaria lançando um número considerável de trabalhadores pobres à criminalidade, uma vez que os privou do acesso a matéria-prima da qual dependiam.

⁴⁸ Apresentaremos mais informações sobre o instrumento de Concessão Real de Uso no capítulo quatro.

Do ponto de vista econômico, os camponeses avaliam que não há qualquer atratividade no modelo que se experimentou nas comunidades do Acre. Em primeiro lugar porque lhes escapa o controle da comercialização da madeira, que na verdade é explorada a partir de contrato prévio com uma empresa, cuja negociação era intermediada, se não totalmente determinada, por agentes do governo. O segundo fator criticado pelos camponeses refere-se ao preço pago (CARVALHO, 2009; AZEVEDO & ASSREUY, 2012; ARAÚJO, 2013). Mesmo quando a responsabilidade do processo de exploração fica a cargo da COOPERFLORESTA, o preço é estipulado pelas empresas, de maneira que não há diferenciação de valores, segundo cada espécie. Entretanto, sabe-se que após o mínimo de beneficiamento, as diferentes espécies passam a interessar a diferentes segmentos do mercado de madeira tropical e os preços se elevam e variam conforme a espécie. Neste sentido, o manejo madeireiro tal qual se tentou colocar, para os seringueiros neste início de século, foi o que mais se aproximou do velho sistema de aviamento do qual os seringueiros querem distância: apresentavam uma empresa a quem todos da comunidade estariam obrigados a vender, pelo preço que a empresa decidisse pagar.

Na prática, pagou-se ao camponês um preço único para todas as espécies, geralmente justificado, no argumento das serrarias ou madeireiras, de que o custo de abate, transporte, baixo volume explorado etc., seria muito maior do que em outras modalidades de manejo. Na verdade, na maioria dos casos somente a tramitação do licenciamento e depois a propaganda era de natureza comunitária. A exploração e a apropriação dos resultados eram direcionadas a determinadas empresas madeireiras que o governo queria fazer crer serem “parceiras” da comunidade. Esta situação chegou ao extremo em certas áreas do PAE Porto Dias, no município de Acrelândia, onde os madeireiros propunham aos camponeses que negociassem o plano de manejo em si, como se fosse um título mobiliário. Esse tipo de negociação também foi cogitado por marceneiros de Brasiléia em relação a Comunidade da Aurora, no PAE Santa Quitéria e os camponeses rejeitaram.

Os camponeses afirmam que o preço pago pela madeira esteve abaixo de R\$ 100,00/m³. Na exploração realizada nas Comunidades Rio Branco e na região do Dois Irmãos e Palmari, ambas na Resex CM, em Xapuri, tanto em 2014, quanto em 2018, o preço pago pelo metro cúbico esteve em torno de R\$ 60,00, o que é considerado extremamente baixo pelos camponeses. Diante do domínio das madeireiras e serrarias em relação ao preço pago ao

camponês, um dos instrumentos que buscou deixar a atividade mais atrativa foi a adoção da certificação florestal.

Seria uma iniciativa na linha do que vislumbraram Cunha e Almeida (2017), ao dizer que o alinhamento das populações tradicionais a organismos internacionais como ONU, Banco Mundial e ONGs internacionais (para além de suas relações com fazendeiros e madeireiros locais), inaugurariam uma nova posição destas populações na economia, ao passo que sairiam de fornecedores de matérias primas para um quarto tipo de mercadoria:

[...] elas pularam a segunda geração de mercadorias com valor agregado industrial, e mal passaram pelos serviços ou mercadorias de terceira geração para diretamente participar da economia da informação - as mercadorias da quarta geração - por meio do valor agregado do conhecimento indígena e local [...]. Elas entraram no mercado emergente dos 'valores de existência, como a biodiversidade e as paisagens naturais: em 1994, havia compradores que pagavam por um certificado de um metro quadrado de floresta na América Central, mesmo sabendo que nunca veriam esse pedaço de terra. (CUNHA e ALMEIDA, 2017, p. 280).

Os autores não se referem ao caso específico da venda de madeira certificada, ou mesmo aos seringueiros do Acre, mas, em linhas gerais, elaborações como estas pautaram a ação de vários agentes que no Acre discutiram a valorização econômica dos recursos naturais. Este ideal se manifestava em expressões que buscavam comprovar “o valor da floresta em pé”, em oposição aos que defendem o desmatamento para crescimento econômico. Mas esta linha de raciocínio foi capturada pela lógica do que se chama “economia verde”, cujo ápice no caso do Acre é o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA, lançado em 2010 pelo governo estadual (PAULA, MORAIS e SILVA, 2015).

Os organismos de certificação buscam a sensibilização do mercado consumidor de madeira através dos chamados “selos verdes” que diferenciariam a madeira oriunda do “bom manejo” daquele que se limita a cumprir com as determinações legais. Segundo a FAO (2011), existem mais de 50 programas de certificação no mundo, muitos dos quais se englobam nas duas principais organizações do gênero para o setor florestal, a saber: Programa de Reconhecimento de Sistemas de Certificação Florestal – *Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes* (PEFC)⁴⁹; e Conselho de Manejo Florestal – *Forest Stewardship Council* (FSC), este último com atuação nas comunidades do PAE Remanso e Chico Mendes através de certificadoras por ele acreditadas.

⁴⁹ No Brasil, a política do PEFC é adotada pelo Programa Brasileiro de Certificação Florestal – CERFLOR. Detalhes em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp>. Acesso em 31 de julho de 2019.

Em estudo realizado no estado de São Paulo, principal destino consumidor da produção de madeira da Amazônia, com base em informações de 2001, Sobral et al. (2002), observaram que a certificação florestal da madeira amazônica despertaria interesse mais decisivo somente nos setores de móveis finos, de luxo e casas pré-fabricadas, ou seja, entre um público de classe média alta que consumiria em torno de 4% da madeira da região naquele estado. A certificação é tratada pela maioria das empresas do setor madeireiro apenas como *marketing ecológico*. Assim, pois, parece ser a principal motivação para a utilização por parte da Laminados Triunfo, empresa instalada no Acre, que com a crise mundial teria cancelado sua certificação que lhe servia para abertura do mercado do Reino Unido⁵⁰.

Importante destacar que, a exemplo dos principais consumidores de madeira da Amazônia em outras regiões, uma parcela importante dos consumidores de madeira no Alto Acre, os marceneiros, desconheciam questões relacionadas a certificação, com alguns confundindo com a madeira oriunda de áreas de plano de manejo (ARAÚJO, 2011). Estudos sobre o mercado de madeira amazônica revelam quão complexa é a teia de interesses por trás do fomento à extração desta matéria-prima para a reprodução ampliada do capital. Neste particular, cabe salientar que, longe de serem concorrentes, a produção de madeira (reflorestamento) que domina extensas áreas de terras em monocultivos nas regiões centro-sul do país, em alguns setores, realiza uma associação direta com a madeira nativa extraída da região Amazônica, como por exemplo na produção da indústria moveleira.

Em trabalho sobre a avaliação dos impactos da certificação socioambiental sobre comunidades do Acre que, em 2007, envolveu um total de 6 comunidades situadas em PAEs, Lima et al. (2008) concluíram que em relação a questões ambientais, a certificação FSC tinha impactos incipientes sobre as comunidades, uma vez que num plano comparativo, as ações realizadas pelos diversos atores governamentais e não governamentais nas outras comunidades (sem certificação florestal) envolvidas com o manejo de madeira, produzem resultados semelhantes às que buscavam a certificação. O mesmo estudo indica que, do ponto de vista econômico, a certificação não produziria qualquer impacto no retorno financeiro, apesar de alguns produtores reconhecerem que a certificação elevaria as

⁵⁰ A Laminados Triunfo foi denunciada ao Ministério Público do Acre em 2011, devido a sua prática de exploração madeireira prejudicar posseiros da região do Riozinho do Rola (Seringais São Bernardo e Vai-se-Vê). Acreditamos que embora representantes da empresa tenham nos informado em entrevista realizada em 2012 que a mesma teria cancelado sua certificação por iniciativa própria, a certificação tenha sido suspensa em razão das denúncias. Contudo, como possuidora da certificação de cadeia de custódia, a empresa se beneficiaria de legislação tributária estadual que reduz o valor do preço mínimo da pauta de exportação de madeira proveniente de comunidades certificadas que a empresa comprava do PAE Chico Mendes, em Xapuri.

possibilidades de mercado consumidor. Entretanto, o estudo revela que o principal diferencial entre comunitários certificados e não-certificados consiste no nível de informações quanto ao funcionamento do manejo florestal, estando os primeiros em vantagem. .

O tempo despendido pelas comunidades e demais atores envolvidos (governos, técnicos de ONGs, cooperativa) não era somente destinado a viabilizar a manutenção do *status* de “certificada” pela comunidade, mas também para a produção de estudos que têm envolvimento com este tema. Isto significava reuniões, que se materializavam mediante o gasto com combustíveis e recursos humanos. O estudo de Lima et ali. (2008) denunciam os problemas de comercialização, sobretudo o recebimento dos valores, pelos quais passaram os camponeses ligados à associação Vicente de Melo, no Santa Quitéria e por alguns do PAE Remanso. Nesse sentido, por mais que a certificação pudesse ter alguma finalidade para os demais atores envolvidos no processo de extração da madeira⁵¹, para os camponeses ela apresentava-se mais como uma imposição de regras do que como um diferencial de preço ou indução de práticas de conservação supostamente mais adequadas do que as que eles tradicionalmente utilizam.

O mercado de madeiras tropicais consiste num campo com grande quantidade de agentes sociais, distribuídos nas diversas atividades que se iniciam com o processo de mapeamento de áreas disponíveis para o abate de árvores, e terminam com o consumidor final de componentes da construção civil, móveis e adornos luxuosos, numa quase sempre extensa distância geográfica entre estes dois polos. No caso da madeira certificada proveniente de comunidades camponesas da Amazônia, este mercado é marcado por relações assimétricas entre produtores e empresas madeireiras, produtores e consumidores finais e assim por diante. Em boa medida as regras deste mercado deveriam ser orientadas pelos parâmetros sociais e ambientais da certificação de áreas de manejo (sob responsabilidade dos comunitários) e da cadeia de custódia (de responsabilidade das indústrias).

Embora não seja o único, o selo do *Forest Stewardship Council – FSC* (em português Conselho de Manejo Florestal), criado em 1993, é o mais abrangente em matéria de

⁵¹ Um dos incentivos fiscais à atividade madeireira no Acre foi reduzir o preço mínimo da pauta de exportação para a tributação de ICMS sobre produtos certificados por organismos internacionais, oriundos de manejo florestal de origem comunitária. Por exemplo, a Portaria SEFAZ Nº 408 de 14 de dezembro de 2004, fixa o preço mínimo de blocos em R\$ 150,00/m³ e Blocos e Pranchas Serrados por Motosserra em R\$ 120,00/m³, portanto, sem a distinção de espécie e com valor bem abaixo dos preços mínimos de produtos não-certificados. Esta medida estimularia as empresas que compravam a madeira certificada dos PAEs Chico Mendes, Remanso e Porto Dias, a adquirirem um certificado de cadeia de custódia FSC.

certificação florestal no mundo. Contudo, o FSC não é uma certificadora, mas um organismo internacional, constituído de diferentes Câmaras compostas por representantes de diferentes segmentos industriais, associações de consumidores, associações de produtores, profissionais que prestam serviços ao setor, centros de pesquisas, governos, etc., que definem parâmetros socioambientais a serem seguidos nos processos de exploração, cultivo e beneficiamento. O FSC credencia certificadoras para monitorarem e avaliarem os processos produtivos dos postulantes a terem seus produtos com o selo FSC. Na prática, as certificadoras, através de pessoal com formação acadêmica afeita aos parâmetros, visitam áreas de manejo, observam atividades de exploração florestal, entrevistam diferentes atores envolvidos, verificam documentos e emitem pareceres quanto à concessão e manutenção, ou não, da certificação. No caso da Amazônia brasileira, uma certificadora credenciada pelo FSC foi o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA.

Dados do IMAFLORA⁵², tomando o ano de 2011 como referência, indicavam que 68% da madeira certificada proveniente da floresta amazônica brasileira se destinava ao mercado internacional, sendo somente 2% destinada ao mercado local. Cerca de 80% da madeira certificada exportada passa por um processamento mínimo e segue como produto de baixo valor agregado, na forma de madeira serrada. Ou seja, resta claro que o consumidor deste produto compreende um público de rendimento relativamente mais elevado e que não está na Amazônia. Tanto é assim que a partir da primeira certificação de madeira de manejo comunitário, os camponeses foram levados a várias partes do mundo, para participarem de rodadas de negócio e exposições em Feiras Nacionais e Internacionais de produtos certificados, enquanto trabalhadores de pequenas movelarias e marcenarias dos municípios da região do Alto Acre agiam clandestinamente para poder ter acesso à madeira.

A introdução do manejo madeireiro em Resexs possibilitou a discussão sobre o estabelecimento de um *mercado diferenciado de madeira tropical certificada*. Conforme mencionado anteriormente, a certificação florestal, largamente incentivada por grupos profissionais vinculados a organismos com reconhecido *know how* nesta área, vai ao encontro de interesses de nichos de mercados, compostos por consumidores preocupados com o impacto ambiental da produção de madeira. Por sua vez, a madeira proveniente de áreas “manejadas” por seringueiros, ou comunidades tradicionais, representaria uma fatia de mercado composta por consumidores ainda mais dotados de consciência ambiental e social,

⁵² Relatório “Acertando o Alvo 3: desvendando o mercado de madeira amazônica certificada FSC”.

associando suas decisões de compra à responsabilidade ecológica e justiça ambiental e dispostos a pagar um *sobrepreço* por isso. Tanto é assim que em 2011 o FSC lançou um selo específico, chamado *FSC Comunitário*.

Contudo, em consulta ao *site* da Bolsa de Madeira Responsável⁵³, uma plataforma de negociação de madeiras legalizadas e certificadas da Bolsa de Valores Ambientais BVRio (criada em 2011), e que propicia a integração entre vendedores e compradores de madeira de todo o mundo, observa-se que o volume ofertado de madeira proveniente de manejo madeireiro em comunidades tem baixa representatividade. Por outro lado, das 56 propostas de compras abertas em fevereiro de 2018, nenhuma delas colocava como pré-requisito que a madeira fosse oriunda de manejo comunitário. Da parte das propostas de venda, num total de 74 de todo o mundo, somente 6 eram de madeira oriunda de manejo comunitário, todas do Brasil. O volume das propostas de manejo comunitário é relativamente pequeno, sobretudo se considerarmos aquelas de produtos previamente beneficiados, que num total de 4, somavam 150m³, em detrimento de uma proposta de venda na forma de toras que seria de 40.000m³. Quanto ao preço, as propostas variam de R\$ 2.820,00 (dois mil, oitocentos e vinte reais) a US\$ 1,300.00 (hum mil e trezentos dólares) o metro cúbico, na forma de deck e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) o metro cúbico, em toras.

Em abril de 2019, não havia oferta de madeira certificada, manejada por comunidades do Brasil. Neste mesmo período, o total de ofertas era 86, de todo o mundo, nenhuma de manejo comunitário; havia 69 propostas de compra de madeira certificada, em todo o mundo, nenhuma exigindo que fosse madeira de origem comunitária; de 262 propostas de compra de madeiras em todo o mundo, a preferência/condicionalidade por madeira tropical não chegava a 30. Vale lembrar que, do lado brasileiro, quem opera as negociações nestas plataformas já não são os camponeses, mas as serrarias, exportadores e outros agentes.

Ainda com base na Bolsa de Madeira Responsável, observa-se que as demandas dos compradores exigem certas características que dificultam a participação dos camponeses, segundo a forma com que se realizou o manejo madeireiro em comunidades do Acre, como por exemplo, a necessidade de regularidade mensal na oferta do produto e preferência por certas espécies. Por outro lado, o número de empresas beneficiadoras de madeira e movelarias certificadas para cadeia de custódia, no estado do Acre, indicam que houve uma campanha muito forte para certificação que, por sua vez, estaria baseada nas expectativas de que

⁵³ Para acessar o site da Bolsa de Madeira Responsável: <http://www.bvrrio.org/static/madeira.html>

houvesse uma adesão maior de comunitários para o manejo florestal⁵⁴. Em 2018, nenhuma das comunidades detentoras de plano de manejo comunitário no Acre mantinha sua certificação. As comunidades dos PAEs Remanso, Porto Dias, Chico Mendes não cumpriram as recomendações constantes nos relatórios de auditorias, que constataram uma série de "não conformidades", e sua certificação foi suspensa.

Portanto, os seringueiros ingressaram num ambiente no qual as regras estavam previamente definidas. No tocante ao mercado de madeiras e à certificação, especificamente, os parâmetros socioambientais estavam dados, estipulados fora das comunidades. Os seringueiros deveriam ajustar-se às regras, que tanto no caso dos critérios e indicadores ambientais, quanto no das prescrições de ações corretivas para as não-conformidades detectadas pelos auditores da certificadora, apresentam certas imposições que contrariam suas expectativas de vida, formas de enxergar o mundo e relacionamento entre os camponeses.

Muitos camponeses que se envolveram com essa atividade avaliam que a forma como estão estruturadas as normas de licenciamento e operacionalização da exploração madeireira em comunidades só favorece as madeireiras e serrarias. Há uma crítica ao fato de que se decomponha o processo de licenciamento em Planos Operativos Anuais, pelo fato de que, no desenho atual, o volume total previsto para o período é explorado de uma única vez, na ideia de safra, como para produtos agrícolas. Na opinião dos camponeses, a exploração deveria se dar na medida da necessidade do morador da área, e da demanda do mercado local de madeira. Está evidente que as normas das quais derivou esta forma de exploração visavam atender os interesses das madeireiras, que na prática eram as que se apropriavam da madeira dos seringueiros.

1.4 O processo de naturalização do manejo madeireiro comunitário em meio à exploração intensiva de madeira no Acre

Até aqui temos reconstituído o percurso onde agentes historicamente ligados à exploração de madeira, como peritos do campo do desenvolvimento, em sua versão da sustentabilidade (ecologizada), logram transformar um problema privado, daqueles que dependem do setor madeireiro, num problema considerado legítimo, como problema social universal. A demarcação de territórios florestais de reconhecimento aos povos da floresta leva

⁵⁴ Em 2010, a COOPERFLORESTA, que inicialmente tinha como critério trabalhar unicamente com madeira certificada, projetava ter 90.000 hectares de floresta sob manejo florestal comunitário madeireiro certificado, até o ano de 2013. Meta que definitivamente não foi atingida.

a esta aproximação entre seringueiros e madeireiros (engenheiros, empresários etc.). Esta operação de naturalização do manejo madeireiro em comunidades, que engendrou estruturas institucionais dedicadas à sua promoção, decorre deste *modus operandi* de construção coletiva da realidade social. Conforme indica Bourdieu (2010, p 37),

[...] foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas, resoluções, etc. para aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema privado, particular, singular, se tornasse num problema social, num problema público, de que se pode falar publicamente [...] num problema oficial, objeto de tomadas de posição oficiais e até mesmo de leis ou decretos (BOURDIEU, 2010, p. 37).

O processo de democratização política, concomitante ao surgimento do manejo madeireiro comunitário nos termos da técnica científica, conferiu um ambiente para cuja elucidação contribuem as observações de Bourdieu (2010). Certamente os processos de planejamento e definição de medidas burocráticas que influenciaram a realidade dos povos da Amazônia durante os governos militares, decorriam de movimentos, petições, associações etc., mas de grupos que àquela altura eram julgados como legítimos para decidirem em nome de todos, o que não incluía os seringueiros ou indígenas. Nesse sentido, a *comissão burocrática* (BOURDIEU, 2010; 2014), muitas vezes com a participação de representantes dos seringueiros, mas todos eles com a participação dos agentes do setor madeireiro, teve lugar de destaque na formulação de vários instrumentos normativos.

Antes de passarmos à análise dos processos que deram origem às normas sobre a exploração madeireira, é importante salientar que as iniciativas abrigadas sob a terminologia “manejo florestal comunitário” não teve somente a intenção de introduzir a atividade madeireira entre as comunidades extrativistas do Acre. Houve um debate relativamente robusto, mas atualmente enfraquecido, em torno do manejo florestal de uso múltiplo. Durante a década de 1990 o movimento seringueiro, então através do CNS, articulou-se com a Universidade Federal do Acre – UFAC, sobretudo com o Parque Zoobotânico, e outras organizações não governamentais como o Grupo de Pesquisa em Sistemas Agrofloretais do Acre – PESACRE, e fomentou um debate sobre os produtos florestais não-madeireiros⁵⁵.

⁵⁵ Aproveitamos o tema do não-madeireiro para mencionar o que em âmbito federal foi uma das iniciativas mais relevantes referente ao apoio aos produtos extrativistas. Refere-se à Política Nacional de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM Bio, cuja possibilidade deu-se a partir da Lei 11.755 de 2008 que permite a subvenção direta ao produtor. A implementação está a cargo da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB que estipula o preço mínimo de produtos do extrativismo. Contudo, apesar de ter elevado o montante dos recursos, a exemplo de outros instrumentos, tem se mostrado demasiado burocrática para acesso dos produtores. Entre 2015 e julho de 2019 foram repassados R\$ 1.049.196,98, correspondente à

Estas organizações, inicialmente com o apoio da Prefeitura de Rio Branco, quando da primeira gestão do PT (1993-1997), criaram a Feira de Produtos da Floresta – FLORA. A décima segunda e última edição da FLORA deu-se em 2007. Portanto, a noção de manejo que permeava o processo de discussão e mobilização para a realização da FLORA não se reduzia à madeira, mas buscava visibilizar trabalhos então realizados pelo grupo de instituições que a organizavam, em torno de produtos como essências florestais, artesanato e produtos de SAFs. As iniciativas em torno da FLORA se mostravam alinhadas à ideia de diversificação da produção extrativista, manifestada por lideranças de seringueiros nos anos 1980, em várias ocasiões. Chico Mendes e Osmarino Amâncio, por exemplo, tinham como estratégia a parceria com a comunidade científica, com a universidade, para a pesquisa sobre a biodiversidade da floresta, a fim de desenvolverem alternativas de renda aos extrativistas.

Contudo, em nível estadual a perspectiva da diversificação da produção extrativista foi se tornando cada vez mais secundária para o governo. Sobre produtos florestais não-madeireiros, uma das poucas ações destinadas à regulamentação diz respeito à Resolução nº 001 de outubro de 2001, cria uma Comissão Técnica Temporária (um ano), no âmbito da Câmara de Ciência e Tecnologia do CEMACT, para definir critérios técnicos e procedimentos de licenciamento para o acesso aos recursos florestais não-madeireiro. A constituição da Comissão refletia o conjunto de instituições com experiências e projetos relacionados à produção não-madeireira. Nos anos 1990 havia propostas polêmicas como a de criação de animais silvestres para comercialização de carne. Mas a maioria centrava-se em iniciativas de implantação de SAFs, extração de produtos como copaíba e “vinho” de jatobá, manejo de abelhas nativas etc., sendo que algumas têm lugar em comunidades da reserva extrativista.

Dotado do imperativo de classificação sobre o que seria “sustentável”, o arcabouço normativo faz diferenciações entre os procedimentos para extração de madeira nativa da Amazônia; entre manejo comunitário e individual; bem como entre o manejo comunitário realizado em áreas de assentamento do INCRA e o manejo comunitário realizado em UCs de Uso Sustentável. Do ponto de vista cronológico, as normativas foram criadas na ordem das diferenciações aqui apresentadas. Ou seja, a regulamentação se deu no sentido de garantir que todas as áreas de floresta com disponibilidade de madeiras com valor de mercado fossem legalmente habilitadas para a exploração, mesmo daqueles territórios que em tese estariam

subvenção sobre a comercialização de aproximadamente 310 toneladas de borracha extrativista do Acre. Com informações de: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>. Acesso em 31 de julho de 2019.

sob domínio das populações extrativistas, o que, considerando as áreas federais, incluindo as Resex do SNUC, atingiria em 2010 o total de 128 milhões de hectares (SFB, 2011).

Especificamente sobre a regulamentação do manejo florestal comunitário, na esfera federal, uma das ações de maior relevância deu-se no âmbito da Comissão Nacional de Florestas – CONAFLOR, através da criação do Grupo de Trabalho – GT para o Manejo Florestal Comunitário. A CONAFLOR tinha a finalidade de apoiar a implementação do Programa Nacional de Florestas e, apesar de criada no ano de 2000, portanto durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a redação do Decreto 4864 de dezembro de 2003 (Marina Silva como ministra do Meio Ambiente) dá nova forma a sua composição, que passa a contar com quarenta integrantes: quinze do governo federal; seis da sociedade civil; cinco dos órgãos estaduais de meio ambiente; seis dos setores produtivos da área florestal; quatro de ONGs de movimentos sociais, sendo um por bioma (indicado pelo Fórum Brasileiro de ONGs); e três de instituições de pesquisa científica.

O GT sobre manejo comunitário foi criado em agosto de 2007, a princípio a partir da provocação de um grupo de organizações que, reunidas em julho daquele ano em Rio Branco, durante a Conferência Internacional sobre Manejo Comunitário, elaborou uma carta ao Ministério do Meio Ambiente reivindicando tal feito. O GT possuía vinte e três integrantes entre representantes do Governo Federal (num total de sete), de setores ligados à economia florestal, governos estaduais, ONGs e representações de extrativistas (CNS – CNS) e indígenas (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB). Este GT articulou as entidades que havia algum tempo já trabalhavam para a ampliação do manejo florestal madeireiro na Amazônia brasileira, como o WWF Brasil e o Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA do Acre.

O produto final do GT foi uma proposta de fomento ao manejo comunitário (tanto madeireiro como não-madeireiro), consolidada através da edição do Decreto 6.874 de 2009, que institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. As referências aos debates que gerariam tal Decreto orbitavam em torno de pesquisas empreendidas por organizações não governamentais, cujo lócus, em mais de uma delas, seriam as comunidades São Luiz do Remanso e Cachoeira⁵⁶. Ou ainda como referências

⁵⁶ Um exemplo é a publicação apoiada pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID e Embaixada do Reino dos Países Baixos: AMARAL, Paulo e AMARAL NETO, Manuel. **Manejo**

estavam os depoimentos de pessoas engajadas na realização do manejo nestas comunidades que, em alguns casos, foram levadas a Brasília para participarem em reuniões do GT.

Na prática, o GT funcionou através da deficitária e desigual articulação de cada integrante para com os respectivos setores a quem, em tese, estaria representando e dos próprios integrantes que também, em tese, possuiriam alguma afinidade institucional entre si. Durante as reuniões realizadas em Brasília tinham maior proeminência os que dessem o mote do debate e para tal possuíssem proposta previamente elaborada, seguindo os pressupostos técnicos do pragmatismo exigido pelo campo burocrático (BOURDIEU, 2014). É importante notar que a composição e atividades do GT sobre manejo florestal ilustra muito bem o que acontece quanto à atuação política dos seringueiros do Acre ainda nos anos 1990, mas se acentua sobremaneira a partir da primeira década do século XXI.

A composição e desdobramentos do GT de Manejo Florestal Comunitário, além de ser decisivamente conduzida por um viés tecnicista que visava assegurar os interesses particulares de alguns grupos participantes, ao mesmo tempo servindo à ratificação do que estava previamente colocado como finalidade pelo governo federal, e neste sentido estaria com a participação efetiva de representantes de comunidades comprometida, constituía-se também num espaço de informações privilegiadas, de oportunidades de intercâmbios e não raro reposicionamento institucional dos agentes que o integravam. Há casos de profissionais que atuavam como assessores de comunidades da Amazônia, inclusive no Acre, entre elas São Luiz do Remanso, que participaram do GT como representantes de ONGs e mais tarde ocuparam posições, ou prestaram consultoria a projetos da cooperação entre FAO e Serviço Florestal Brasileiro. Nesse aspecto se apresenta claramente o que Bourdieu (2014) destaca como um dos fundamentos da autonomização dos campos, que é a de garantia de manutenção da estrutura que permite a existência dos agentes do próprio campo.

Complementarmente aos resultados do GT de Manejo Florestal Comunitário na esfera federal há um destaque também para os trabalhos de formulação dos procedimentos de elaboração e execução de planos de manejo para exploração de recursos madeireiros em UCs de Uso Sustentável (Resex, RDS e Flona), culminando em agosto de 2011 com a edição da Instrução Normativa nº 16, do ICMBio. O processo, iniciado em 2010, esteve a cargo da Coordenação Geral de Florestas Nacionais, da Diretoria de UCs de Uso Sustentável e

Populações Tradicionais, do ICMBio que, não obstante o amplo arcabouço normativo então existente sobre manejo, buscou solucionar o vazio jurídico (BOURDIEU, 2014) relativo à exploração madeireira nestas unidades, conforme discutiremos na seção 3.5.

A este respeito, cabe registrar que a dimensão ambientalista, que sobressaiu como característica dos seringueiros no interior do debate sobre desenvolvimento, constituiu-se como um campo de influência não desprezível. Há verdadeiros nichos, pequenos coletivos, que, invocando uma especialidade, legitimada por títulos e por um currículo que se autoconstrói (a formação de peritos em elaboração e gestão de projetos de cunho socioambiental, assessoria à sistemas produtivos agroecológicos etc.), e dada à proximidade com certas lideranças políticas em determinados momentos, mantém presença mais constante do que as próprias lideranças nos fóruns de discussão de matérias de interesse dos camponeses.

Este *staff* socioambiental (profissionais do campo) caracteriza-se pela hierarquização, multiplicidade setorial e geográfica, cujos agentes intermediários transitam de um cargo em diretoria de uma prefeitura, por exemplo, a uma prestação temporária de serviço em projeto de ONG internacional. No topo se encontram agentes com notável experiência em captação de recursos e perícia no campo burocrático. Tanto os do topo, quanto os de posições intermediárias, não raro ocupam cadeiras em conselhos de gestão de políticas afeitas aos povos tradicionais. A parte inferior desta hierarquia absorve lideranças que através do conhecimento prático e influência junto às comunidades, também se especializam na participação em projetos socioambientais (agentes de mobilização local, auxiliares de campo, como guias, mateiros etc.). Os diferentes agentes, com habilidades e reconhecimento para assumirem tarefas vinculadas a projetos socioambientais, estabelecem redes de contatos interligando as diferentes posições. Conforme observou Ribeiro (2008), o campo do desenvolvimento tem na formação de redes de conexão “inter-territorial” e na influência das relações interpessoais, um de seus pilares de sustentação e reprodução.

O caso do manejo madeireiro enquanto política estatal, apesar de não ser o único, é exemplar. Vários agentes que discutiam a exploração madeireira, ainda nos anos 1990, vieram a ocupar posições de destaque na formulação da Lei de Gestão de Florestas e no próprio Serviço Florestal Brasileiro – SFB e instituições correlatas nas esferas estaduais. Como exemplo, citamos o caso do engenheiro florestal Virgílio Viana, pesquisador da ESALQ/USP, que além de liderar uma pesquisa no desenvolvimento de um “modelo sustentável” (a

jardinagem florestal participativa) de exploração de madeira no PAE Chico Mendes, mais tarde atuou como gestor público no estado do Amazonas.

O campo se autonomiza a tal ponto que as ações e processos internos dizem respeito somente aos *profissionais* que o constituem. A constância dos agentes dominantes em determinado campo é demonstração de que a luta pela manutenção perpetua certas práticas (BOURDIEU, 2014). Praticamente não surgiram novas organizações que se poderiam classificar como socioambientais (ONGs) e quase não surgiram novas pessoas nos quadros das que existiam no Acre há pelo menos duas décadas. Igualmente, o repertório, os pontos de vista e problemáticas em torno das quais se debate, praticamente não se renovaram ao longo das últimas três décadas. Muitas organizações passaram por altos e baixos (dependentes que são de recursos financeiros, têm sua manutenção determinada ao sabor da cooperação internacional ou de convênios com governos), mas as que se mantêm atuantes buscam a identificação com uma linha de ação, que orienta a formação dos sucessores, o que significa dar continuidade a determinadas perspectivas. Da parte de organizações representativas dos camponeses (como Associações de moradores de Resex), a renovação percebe-se maior.

Em âmbito Estadual, de certa forma na vanguarda da regulamentação da atividade madeireira, diga-se de passagem, foram criadas normativas que assegurassem os interesses do setor madeireiro. Cabe anotar que, entre 1997 e 2017, o volume de madeira em toras extraído do Acre, cresceu 94,94% segundo dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, do IBGE, na Amazônia ficando atrás somente do estado de Rondônia.

Abaixo, apresentamos um quadro resumido das principais normas editadas a partir de 1999, por ocasião do início do governo da FPA, que declaradamente ajustaria a máquina governamental a uma política de fortalecimento da atividade madeireira.

Quadro 1. Resumo dos instrumentos estaduais de regulamentação da atividade madeireira no Acre a partir do governo da Frente Popular

Norma	Ano	Dispositivo
Decreto 503	06 de abril de 1999	Institui o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico – Econômico do Estado do Acre
Lei 1.358	29 de dezembro de 2000	Institui o Programa de Incentivo Tributário para Empresas, Cooperativas e Associações de Produtores dos Setores Industrial, Agroindustrial, Florestal, Industrial Extrativo Vegetal e dá outras providências
Lei 1.359	29 de dezembro de 2000	Autoriza o poder público a dispor, através de sua administração direta e indireta, de bens móveis e imóveis de sua propriedade, de forma vinculada a

		aplicabilidade da política de incentivo as atividades industriais, visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre. ⁵⁷
Lei 1.361	29 de dezembro de 2000	Dispõe sobre a política de incentivos as atividades industriais do Estado do Acre e dá outras providências
Decreto 4.198	01 de outubro de 2001	Aprova o regulamento da Lei 1.361, que dispõe sobre a política de incentivos às atividades industriais do Estado do Acre
Lei 1.426	27 de dezembro de 2001	Cria o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas e cria o Conselho Florestal Estadual e dá outras providências.
Lei 1.460	3 de maio de 2002	Cria o Programa de Apoio as Populações Tradicionais e Pequenos Produtores – Pró-Florestania ⁵⁸
Decreto 8.452	14 de agosto de 2003	Estabelece a estrutura e composição do Conselho Florestal Estadual e regulamenta Fundo Florestal (a composição do CFE é alterada posteriormente)
Lei 1.904	5 de junho de 2007	Institui o Zoneamento Ecológico – Econômico do Estado do Acre.
Decreto 4.966	18 de janeiro de 2010	Aprova o regimento do Conselho Florestal Estadual
Decreto 5.507	15 de julho de 2010	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável

Fonte: ACRE – Aleac (<http://www.aleac.net/>) e ACRE– PGE, 2019. Organizado pelo autor.

A edição destes instrumentos permitiu a institucionalização de incentivos à atividade madeireira no estado do Acre, articulando o licenciamento ambiental, o fomento produtivo (com doações de terrenos para instalação de indústrias e oferta de crédito bancário) e o incentivo fiscal ao setor.

No tocante ao estabelecimento das diretivas e normativas técnicas de operacionalização das etapas do manejo, a criação do Conselho Florestal Estadual – CFE, em sua estratégica e prática associação com o Conselho Estadual de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia – CEMACT, constituiu-se no fórum que permitiu aos maiores interessados na atividade, estipularem os limites e condicionantes para a exploração, transporte e outras

⁵⁷ A exemplo de outras leis constantes neste Quadro 1, a Lei 1359 foi alterada reiteradas vezes no decorrer destes anos, como que para ajustar-se a interesses específicos. Uma das alterações mais significativas se deu através da lei 2576 de 13 de julho de 2012, permitindo que os bens doados, ou em regime de concessão, possam ser hipotecados.

⁵⁸ Apesar do nome, na prática, nas áreas de comunidades moradoras dos territórios com potencial florestal, o PRÓ-FLORESTANIA esteve vinculado ao desenvolvimento das metas da Secretaria Executiva de Floretas – SEF e as comunidades eram induzidas a acessarem os recursos, proveniente de empréstimo do BID, para a elaboração de planos de manejo.

tarefas, de maneira a adequar o arcabouço normativo às suas condições, através da expedição de Resoluções e outros instrumentos precários de controle estatal⁵⁹. Vejamos algumas decisões tomadas no âmbito dos Conselhos de Meio Ambiente e Conselho de Florestas.

No ano de 2008, as pautas e atividades relacionadas ao Manejo Madeireiro tiveram lugar de destaque no âmbito dos Conselhos Estaduais. A Resolução Conjunta CEMACT/CFE nº 001 de maio de 2008, instituiu Comissão Temporária de Normatização das Atividades de Manejo Florestal Sustentável, no âmbito da Câmara Técnica de Meio Ambiente – CTMA, para estudos que apresentem proposta de Normativa sobre o Licenciamento dos Planos de Manejo Florestal Sustentável, ressaltando uma pretensa especificidade do estado do Acre, no tocante ao manejo comunitário e empresarial. Nesta comissão participariam inicialmente FIEAC, FAEAC, CTA, SOS AMAZONIA, COOPERFLORESTA e ASIMANEJO, mas a composição foi alterada pela Resolução nº 002, retirando CTA, COOPERFLORESTA E ASIMANEJO, e dilatando o prazo para 60 dias, com efeitos retroativos. Ou seja, a comissão inicial não concluiu o trabalho e na prorrogação, foram retiradas as listadas.

Em agosto de 2008 são publicadas as Resoluções Conjuntas CEMATC/CFE nº 003, 004 e 005, dispendo, respectivamente, sobre normas relativas a licenciamento, monitoramento e a fiscalização das áreas objetivo de manejo florestal do estado do Acre; sobre Documento de Origem Florestal – DOF; e sobre procedimentos técnicos e administrativos para homologação e autorização à instalação de pátio externo para estocagem de madeiras de planos de manejo e desmatamento. Em abril de 2010 é publicada a Resolução 002 de 25 de março de 2010 com a qual os Conselhos resolvem manter diretrizes, orientações e parâmetros para o licenciamento de Planos de Manejo, previstos na Resolução conjunta 003 de agosto de 2008, em detrimento da IN 04 do MMA, de setembro de 2004, sob o argumento que a “norma estadual é mais restritiva que a federal”. Cabe destacar que entre os “considerandos” da Resolução CEMACT/CEF Nº 003 de 2008, não há menção a IN 04 do MMA, ao que tudo indica, lapso devido à urgência que os conselheiros atribuíam à aprovação de uma norma estadual. Na mesma resolução, menciona-se agora a resolução do CONAMA 406, de fevereiro de 2009.

A princípio sem relação direta com o Manejo Madeireiro há uma medida do CEMACT que indica a influência da classe patronal sobre as administrações estaduais. A

⁵⁹ Conforme já mencionamos o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural *Florestal* Sustentável é uma peculiaridade do Acre e de alguma maneira é estratégico para os interesses do setor florestal, visto que aí se discutem as políticas públicas de apoio a produção familiar.

Resolução CEMACT nº 008, de agosto de 2008, institui a Comissão Permanente de Assuntos Jurídicos – COPAJ, no âmbito da Câmara Técnica de Meio Ambiente daquele Conselho. Define-se como funções da COPAJ a análise e emissão de pareceres sobre recursos e normativas afeitas as atribuições do CEMACT.

Na composição inicial da COPAJ constavam: Procuradoria Geral do Estado do Acre – PGE; Ministério Público do Estado do Acre – MPAC; SEMA; OAB; e FIEAC⁶⁰. A Resolução CEMACT nº 001 de fevereiro de 2009, altera a composição da COPAJ: Procuradoria Geral do Estado; IBAMA (incluído); SEMA; OAB; FIEAC; FAEAC (incluído). Em outubro de 2010 a Resolução CEMACT nº 006 volta a modificar a composição: PGE; SEMA; OAB; FIEAC; FAEAC. Desta vez através de Portaria SEMA/CEMACT 001 de 13 de fevereiro de 2012 (publicada no Diário Oficial do Acre em 15 de fevereiro de 2012, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2011): PGE, SEMA, OAB, FIEAC, FAEAC, MPAC. Na prática, a COPAJ passou a ser uma instância suplementar para recursos por crimes ambientais, na qual com frequência ingressavam processos envolvendo madeiras. Nesse sentido, a “dança das cadeiras” que tentamos demonstrar deve-se ao fato dos integrantes buscarem uma composição na qual o consenso fosse conseguido do modo mais fácil possível.

No processo de difusão e afirmação da retórica do “manejo florestal sustentável”, de maneira complementar às determinações da legislação e ao aparelho de estado responsável por sua efetivação, encontram-se os organismos oficiais e não governamentais que numa frente promovem a formação dos quadros humanos dotados da competência técnica e científica para a atuação no setor e, em outra, buscam a criação/sensibilização do mercado.

No tocante à formação de pessoas, houve desde a introdução de cursos de graduação em instituições públicas, ou pesquisas de órgãos como a EMBRAPA⁶¹, até treinamentos com duração rápida, destinados a seringueiros/manejadores ou trabalhadores do setor florestal. Neste aspecto destaque-se a dedicação de alguns intelectuais ligados à engenharia florestal cuja produção acadêmica faz a defesa da exploração madeireira por comunidades

⁶⁰ A titular da vaga da FIEAC na COPAJ era uma empresária do setor madeireiro, que mesmo tendo sido multada por infrações ambientais, em 2020, portanto na gestão de Gladson Cameli, do PP, foi nomeada como diretora no Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC.

⁶¹ Uma das maiores contribuições técnicas que facilitam a propagação de planos de manejo sustentável, pois, segundo consta, reduz os custos de execução, diz respeito a tecnologia MODEFLORA, desenvolvida pela EMBRAPA a partir de pesquisas e testes realizados no Estado do Acre.

seringueiras⁶². O trabalho junto a mercados consiste na utilização de meios midiáticos e na criação de organismos aparentemente não governamentais que atestam a qualidade “sustentável” da produção, tais como os sistemas de certificação florestal.

Um exemplo concreto da estratégia de formação de pessoas consiste na criação, no ano 2000, do curso de Engenharia Florestal, chegando a ser a graduação com maior oferta de vagas anuais (130), distribuídas nos *campi* da Universidade Federal do Acre – UFAC em Rio Branco e Cruzeiro do Sul e do Programa de Residência Florestal, criado em 2006 pelo Governo do estado, concedendo bolsas de aperfeiçoamento para engenheiros florestais recém-formados. Ainda sob responsabilidade de órgão de governo estavam os cursos técnicos ofertados pela Escola da Floresta, voltado a estudantes que concluíam o ensino médio, inclusive com previsão de vagas específicas para pessoas de comunidades de Resexs⁶³.

ONGs também cumpriram a função de formação de pessoas nesta área, seja com recursos obtidos junto aos órgãos do governo brasileiro ou bancos, sejam agrupadas em consórcios de abrangência regional e apoiadas por organismos internacionais como o *Center International for Forestry Research* - CIFOR. Além destas iniciativas, uma das mais importantes referências com o intuito de formar pessoas para a implementação do manejo madeireiro, foi o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal – CENAFLO, com sede em Brasília, criado em 2003 no âmbito do IBAMA.

Por fim, como instrumento de convencimento, de naturalização do manejo madeireiro entre seringueiros, houve a contratação de lideranças camponesas pela SEF, ou por ocasião de projetos executados por ONGs. Além de estabelecer uma interlocução entre seringueiros e as Secretarias do Governo responsáveis pela política de expansão da atividade madeireira, o

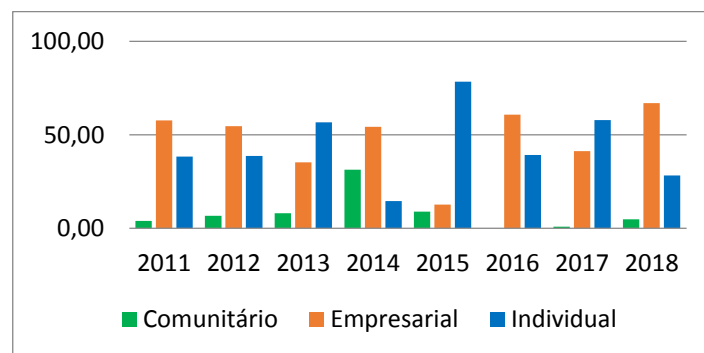
⁶² Um dos exemplos da defesa da exploração de madeira por comunidades seringueiras pode ser encontrado na produção de artigos de Écio Rodrigues, encontrados no sítio da Associação Andiroba: <http://www.andiroba.org.br/>.

⁶³ Os Cursos Técnico Florestal, na modalidade subsequente ao ensino médio, e Engenharia Florestal da UFAC, assim como as bolsas de Residência Florestal, foram apoiados com recursos captados no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Sustentável do Acre, ou mesmo articulados junto a órgãos do Governo Federal. Sobre o investimento em capacitação para a economia florestal no Acre, a Escola da Floresta e o curso de engenharia florestal são medidas que correspondem a outros cursos da UFAC, em outros momentos, que refletiam as forças que dominavam, ou pelo menos controlavam o Estado e almejavam impor um modelo econômico. Assim, houve a oferta do curso de Tecnologia em Ciências Agrárias na modalidade em Heveicultura, na Ufac, no ano de 1977. A última turma foi concluída em 1991. A graduação em Engenharia agrônoma em 1982, ano em que também se cria o Colégio Agrícola em Rio Branco. Em 2008, já num contexto de franco domínio da pecuária, a graduação em Medicina Veterinária.

“coordenador do manejo”, geralmente, era um agente de prestígio e respeito, com posição privilegiada nas redes de relacionamento internas e externas à comunidade.

Se partirmos da ideia de que, até meados dos anos 1990, a exploração madeireira em reservas extrativistas era uma atividade quase impensada chegamos à conclusão de que qualquer ação visando introduzi-la configura-se uma violência contra os moradores destas áreas. Porém, diante do volume de madeira retirado nas últimas duas décadas, concluímos que o manejo madeireiro em comunidades teve mais uma função de publicidade na tentativa de abertura de mercados para as demais modalidades de exploração madeireira no Acre, conforme demonstra o gráfico abaixo. Em 2012, a dirigente de uma entidade patronal do setor madeireiro, declarou em entrevista a Araújo (2013, p. 156), que o “comunitário é a cereja do bolo”, indicando que àquela altura havia interesse entre a classe empresarial, pois quem firmasse uma “parceria” com comunidades para exploração de madeira em seu território, teria um diferencial concorrencial.

Gráfico 1. Volume de madeira autorizado para exploração no Acre por categoria de MFS – 2011/2018 (%)



Fonte: Divisão de Manejo Florestal do IMAC, 2018. Organizado pelo Autor.⁶⁴

O Gráfico 1 refere-se ao volume autorizado, o que não quer dizer que foi efetivamente explorado, o que ocorre com relativa frequência nos Planos Comunitários. Por exemplo, o ano de 2014, no gráfico, é o que apresenta maior volume Comunitário na série, justamente devido

⁶⁴ Tomando como referência o período de 2011 a 2017, cujos dados são disponibilizados pelo IBGE, há uma diferença de 12,09%, no total da produção de madeira em tora, entre as informações fornecidas pelo IMAC e as disponibilizadas através do banco de dados Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, do IBGE. Os números do PEVS indicam que a produção foi maior que os números do IMAC. Esta diferença se deve ao fato de os dados do IMAC aqui utilizados se referirem à autorizações para estes períodos, enquanto os dados da PEVS, referem-se ao declarado como efetivamente explorado, o que eventualmente, inclui explorações de autorizações de anos anteriores. Os dados da PEVS indicam que a produção saiu de 1.678.788m³ no período de 1997 a 2003 para 3.272.652m³ no período de 2011 a 2017, um incremento de 94,94%. Utilizando os mesmos parâmetros, constatamos que a produção de borracha acumulou queda de 90,63% no mesmo período.

a exploração na Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri, mas somente 31,48% do volume autorizado foi efetivamente explorado.

Certamente, parte do que é classificado pelos órgãos estatais como Empresarial e Individual, implica várias formas de violência contra camponeses que se encontram nas imediações das áreas das quais saíram os 2.999.658,55m³ de madeira no período observado, como no caso das comunidades dos Seringais São Bernardo e Vai-se-Vê, na região do Riozinho do Rola, em Rio Branco⁶⁵. Mas considerando o nível de importância que os sucessivos governos do Acre deram ao manejo madeireiro em comunidades e as ações empreendidas no sentido de colocar à disposição do mercado a madeira dos territórios oficialmente destinados aos seringueiros, o gráfico revela o quanto os moradores destas áreas rejeitaram a proposta e o volume da madeira retirada ficou bem aquém dos 20% do estoque que, segundo o ZEE Fase I e II, encontrava-se disponível nestas áreas. A COOPERFLORESTA, por exemplo, declara ter comercializado 55 mil metros cúbicos de madeira em 8 anos.

1.5 O manejo madeireiro em Unidades de Uso Sustentável do SNUC

A seção 1 do Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2011, traz a publicação da IN 16 nº do ICMBio, de 04 de agosto de 2011. A IN deveria encerrar um controverso debate acerca da legalização da exploração madeireira em UCs de Uso Sustentável, do SNUC. Mas ao que tudo indica tal debate ainda não está totalmente encerrado.

Em termos territoriais, a área de Xapuri, onde ocorreu a retirada de madeira sob Plano de Manejo Comunitário, corresponde a 1,93% da extensão da Reserva Chico Mendes. Quando soma-se à área do Plano de Manejo Comunitário de Brasília – que foi elaborado, mas até o momento sem a retirada de árvores – a área sob Plano de Manejo Comunitário Madeireiro atinge 3,10% de toda a Reserva, o que é relativamente inexpressivo, se considerarmos que o desmatamento nesta Reserva não ultrapassa 7% do total da área. A atividade de manejo madeireiro em comunidades concentrou-se nas regiões do Baixo⁶⁶ e Alto Acre. Entre 2011 e

⁶⁵ Há anos os moradores desta região reivindicam a criação de uma Resex, como forma de regularizar sua permanência no local, onde alguns moram desde que nasceram. Ali, deu-se um exemplo nítido de opção dos governos estaduais, em detrimento do interesse comunitário, quando buscou neutralizar a reivindicação da criação da Resex, em favor da continuidade da execução de um Plano de Manejo em terras de que um fazendeiro alega ser proprietário. Segundo camponeses da região, o fazendeiro, que teve seu nome divulgado na lista suja do trabalho escravo no ano de 2014, usou violência e ameaças contra quem se opusesse à formulação do plano de manejo e depois da exploração, à época realizado pela empresa Laminados Triunfo.

⁶⁶ A exemplo da classificação do IBGE, para o governo do Acre, o município de Capixaba encontra-se no Baixo Acre.

2014, por exemplo, 87,50% das 40 operações autorizadas para exploração anual eram de Planos Comunitários situados no Alto Acre.

Não se pode negar que o processo de exploração madeireira nos territórios extrativistas do Alto Acre se deu na base da imposição e violência, mas apesar de toda a estrutura institucional criada para a exploração de madeira em Resex, sob a iniciativa e articulação do governo do Acre, os seringueiros distinguiram com clareza e autonomia entre o que lhes seria mais favorável. No caso de Brasiléia, muitos moradores das 35 Colocações que perfazem uma área de aproximadamente 11.300 hectares, dos Seringais Porvir, Filipinas e Porongaba, na Resex CM, embora haja um Plano de Manejo Madeireiro aprovado pelo Conselho Deliberativo da Resex em 2013, afirmam que o fator decisivo para que não se levasse a termo a exploração de madeira (não foi abatida uma árvore através de PMFS), teria sido o baixíssimo preço ofertado pelas madeireiras interessadas.

Em Assis Brasil foi elaborado plano de manejo madeireiro comunitário para retirada de madeira em regiões da área sob concessão da AMOPREAB; contudo, o posicionamento dos moradores (até 2019) é de que, diferentemente do que ocorreu em Xapuri, não deve ser retirada madeira em tora da Resex,. Os camponeses também pensam que deve haver um meio que permita o aproveitamento de toda a árvore abatida. Em grande medida, tal posicionamento deve-se à influência de um seringueiro da Resex CM, da área de Assis Brasil, que fez o curso técnico florestal, na Escola da Floresta, e lá, além de obter conhecimentos relativos a esta atividade, teve a oportunidade de visitar a área manejada no PAE Remanso e outras, onde constatou que a metodologia utilizada por madeireiras, com anuência do governo, gerava forte impacto ecológico e desperdício de matéria⁶⁷.

Vimos que a introdução do manejo madeireiro contraria um dos elementos fundamentais da emergência da identidade dos seringueiros como populações tradicionais, a saber, o do conhecimento tradicional. Diferentemente da extração de castanha, que embora quando colocada no mercado contraria os fundamentos e costumes de utilização deste recurso por parte dos seringueiros⁶⁸, a extração de madeira exige a introdução de arranjos tecnológicos de base eminentemente científica sob uma voraz racionalidade econômica. Tal

⁶⁷ Vale dizer que as reflexões deste seringueiro influenciaram na edição da Resolução Nº 12 do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes, em 2008.

⁶⁸ Eles a consomem na forma de “leite”, produto de um processo de trituração artesanal da amêndoa *in natura* e da adição de água. O “leite de castanha” é utilizado como tempero no preparo de carnes de caça, feijão, cuscuz, mingaus etc. No mercado, no entanto, a castanha é vendida na forma desidratada artificialmente.

processo de subsunção do saber seringueiro foi evidenciado na análise de Francisca Mesquita (2009) no seu trabalho sobre o manejo no PAE Chico Mendes. Portanto, trata-se de uma incoerência incluir este chamada manejo madeireiro no repertório argumentativo que justificaria o seringueiro no *status* de população tradicional.

O manejo florestal, historicamente desenvolvido pelo seringueiro, baseia-se na reduzida utilização de insumos e materiais externos à Colocação (ALMEIDA, 2012). Ao contrário do que ocorre no manejo madeireiro, cuja dependência da utilização de combustíveis fósseis, por exemplo, é tremendamente alta. Nesse sentido apresenta-se uma segunda incoerência: o manejo madeireiro estaria sendo qualificado no mesmo portfólio de projetos que defendem os mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD, que, em última análise, são instrumentos financeiros que aceitam que uns comprem o direito de poluir e degradar o ambiente. Além do manejo madeireiro, Perez (2018) identificou ainda o Programa Florestas Plantadas e Bolsa Verde, como políticas do governo do Acre para Resexs, sob a lógica da produção racionalizada da “floresta em pé”.

Uma análise de Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, Plano Operacional Anual – POA e Relatório Pós-Exploratório, elaborados em razão da retirada de madeira em comunidades do Acre, além de demonstrar o caráter meramente formalístico destes instrumentos, revela o papel e o poder de decisão dos diferentes atores envolvido nas operações. Os Planos de Manejo são documentos que variam de 60 a 100 páginas e seu conteúdo consiste em informações específicas (em torno de 16% a 45% do documento) e informações de caráter mais gerais quanto a legislação, premissas ecológicas, operacionais e socioeconômicas, que, aliás, não raro demonstram tratar-se de cópias fiéis umas das outras⁶⁹. Em certa medida, a negligência quanto ao rigor técnico na formulação dos documentos que supostamente dariam garantia científica quanto a viabilidade da exploração de madeira sob os pressuposto do manejo florestal sustentável, ocorre devido ao fato de que a análise técnica era realizada por órgão do governo estadual que, em última análise, deveria evitar maiores

⁶⁹ Analisamos os PMFS da Associação Vicente de Melo, no PAE Santa Quitéria, elaborado em 2008; PMFS da Associação Fé em Deus, no PAE Chico Mendes, elaborado em 2008; e PMFS da AMOPREX, na Resex Chico Mendes (área de Xapuri), com elaboração datada de 2011. Nos chamou a atenção uma referência feita ao “PAE Equador” nos PMFS da Fé em Deus e Vicente de Melo, como tratando-se dos PAE Chico Mendes e Santa Quitéria, respectivamente, ou seja, um flagrante da prática do “copia e cola” por parte do profissional que assina como responsável técnico dos dois PMFS. Outrossim, estes dois PMFS, embora apareça como tendo o mesmo responsável técnico foram elaborados por empresas de nomes diferentes: Fé em Deus pela empresa Tecnologia e Manejo Florestal – TECMAN e Vicente de Melo pela Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental da Amazônia – EKOAR

exigências, visto que a exploração de madeira consistia numa política promovida também pelo governo do Estado. Em meados da década 2000 o Governo do Acre criou o Escritório de Manejo, uma espécie de mutirão técnico para acelerar a análise dos processos e o licenciamento de planos de manejo protocolados no órgão ambiental.

Ainda em relação a evidências contidas nos PMFS que denunciam as contradições do manejo de madeira, chamamos a atenção para o que seriam as competências dos comunitários, segundo estes planos que, seguindo o regulamento construído para viabilizar a exploração de madeira⁷⁰, encontram-se devidamente aprovados pelo órgão ambiental. Os documentos afirmam a possibilidade de contratação de “mão de obra local” desde que passe por critérios, tais como “oferecer qualidade de serviço superior ou igual a da mão-de-obra externa” (TECMAN, 2011, p. 14). Ora, buscando as diferentes profissões envolvidas no processo de elaboração e execução de PMFS, com facilidade podemos deduzir que à “mão de obra local” restam poucas opções de emprego. Igualmente, ao observarmos a prescrição de marcas de fabricantes de máquinas pesadas, ou de acordo com os organogramas constantes nos PMFS onde estão expostas a “ordem hierárquica da equipe de inventário” e “ordem hierárquica da equipe de exploração”, claro está que há outros grupos muito mais interessados na introdução desta atividade junto às comunidades de camponeses do Acre do que os próprios camponeses.

A análise do processo de formulação da IN nº 16/2011 do ICMBio demonstra uma construção distante da vivência dos camponeses, visto o teor tecnocrático e os fóruns das reuniões, as comunicações e contribuições à Minuta via *e-mails* e as reuniões em Brasília, mas ao mesmo tempo é muito próxima das comunidades aqui consideradas visto que os PAEs, notadamente Chico Mendes e Remanso, embasaram experiências de alguns defensores desta medida, e também porque a partir delas legalizou-se a atividade nas UCs de Uso Sustentável.

Durante a apresentação da Minuta da IN nº 16/2011, em reunião realizada em Brasília, em 21 de setembro de 2010, ocasião em que foi criado um Grupo de Trabalho para fins de adequação desta norma, foi destacada a expectativa de moradores da Resex CM e a crença de que tal atividade seria alternativa à criação de gado. Àquela altura, apesar de ser mencionada “forte expectativa regional” por parte de moradores da Resex Ituxi em Lábrea, Resex Verde para Sempre, no Pará e da FLONA Purus, na região do Mapiá-Inauini, no Amazonas, cabe

⁷⁰ Ver Instruções normativas e resoluções citadas ao longo do trabalho.

anotar que somente a AMOPREX, organização formalmente responsável pelo manejo nas comunidades Rio Branco e Dois Irmãos, em Xapuri, havia protocolado um pedido de manejo madeireiro em Resex do SNUC, então junto ao IBAMA. Este fato, sem dúvida é um reflexo do ambiente institucional voltado a esta atividade no Acre durante a primeira década deste século e mais, da relação de lideranças camponesas de Xapuri com os governos do PT.

No processo de formulação da IN, observa-se a falta de clareza e sobreposição de atribuições, que ao final revela a trama burocrático-institucional na qual os seringueiros estiveram envolvidos por várias ocasiões ao longo destes anos: de um lado, um dos participantes do processo sugere que a discussão da IN seja remetida ao CONAMA (para que este Conselho formulasse uma resolução), de outro, alguém sugere que a questão seja remetida ao CONDRAF, visto tratar-se de produção familiar.

Como clara demonstração de atenção aos interesses das empresas madeireiras, não obstante toda a responsabilização das organizações dos moradores das UCs, identificadas na Instrução Normativa como Detentora do PMFS, o documento prevê a terceirização das atividades de exploração, propriamente ditas, o que deu margem para que as madeireiras e serrarias se tornassem as verdadeiras donas do processo, e o alheamento dos camponeses, uma vez obtidos os documentos autorizativos.

Durante o período de consulta pública, a Minuta recebeu comentários distintos: pessoas vinculadas à gestão de UCs recomendaram a inclusão de garantias ao reconhecimento de certas especificidades socioculturais e geográficas; gestores do ICMBio destacaram a sobrecarga de trabalho que seria gerada, retirando do IBAMA a atribuição para licenciamento e monitoramento; e ONGs fizeram críticas contundentes. O ISA se colocou explicitamente contrário, classificando como uma atitude perversa, uma vez que houve naquela instituição o entendimento de que vários fatores e dificuldades das comunidades levariam à “criação de conflitos, desagregação comunitária e desaparecimento da cultura extrativista”, caso essa atividade fosse autorizada nestas UCs. Também o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, do Amazonas, através da coordenadora do Programa de Manejo Florestal Comunitário, faz ponderações e atenta para a burocratização que será trazida pela IN, em detrimento de uma medida que viabilizasse o uso tradicional da madeira, em contexto de mercado local, dos municípios da Amazônia.

Houve, por parte dos responsáveis pela condução do processo, um cuidado especial em garantir o envolvimento do GTA, CONTAG e CNS na reunião para discutir as

contribuições da consulta pública realizada em junho de 2011, em Brasília. Nesta ocasião, o representante da AMOPREX, declara aos demais que o processo de manejo estava avançado no Acre, especialmente na Resex CM e solicita que se inclua nos “considerandos” da Minuta, a observância às INs MMA nº 04 (sobre concessão de Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável – APAT) e nº 05 (sobre procedimentos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável na Amazônia) de 2006, garantindo que se aproveite integralmente o trabalho de Plano de Manejo já em curso em Xapuri.

Dadas as diferentes posições decorrentes das interpretações dos estatutos relativos às UCs de Uso Sustentável e às próprias populações tradicionais, o processo ficou marcado por embates entre a Procuradoria do ICMBio e a Coordenação responsável pela formulação da IN. Isso fica especialmente explícito quanto a impasses sobre destinação de recursos financeiros resultantes da atividade. A posição da Procuradoria era de que tais recursos deveriam ser destinados ao ICMBio, uma vez tratassem-se de terras públicas, cabendo somente uma parcela cuja destinação seria definida pelo Conselho Gestor da Unidade. Nesse sentido, escancaram-se, inclusive no campo burocrático, as contradições inerentes à exploração madeireira neste tipo de UC.

A Coordenação argumentou que deve-se partir do princípio de que a atividade madeireira seria tradicional das famílias moradoras de RESEX e RDS, para que se garanta a destinação da totalidade dos recursos oriundos da comercialização da madeira aos comunitários. Argumento contestado pela Procuradoria, que mais de uma vez afirmou não ser esta atividade tradicional, visto que se quer implantar. Sobre este ponto, diz uma nota emitida pela Coordenação, deve ser esta atividade considerada tradicional, visto que assim, tal como outras atividades desenvolvidas pelos comunitários (caça, pesca, coletas, não é cobrado dos comunitários pagamento ao ICMBio. Para sua defesa da IN nº 16/2011, a Coordenação justificou seu posicionamento lembrando que uma vez permitida exploração comercial de madeira esta se somaria a outras políticas públicas que incentivam atividades geradoras de renda para populações tradicionais, nomeadamente: Política e Plano Nacional de Promoção de Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade; Política de Garantia de Preços Mínimos; Programa Nacional de Florestas; Programa Mais Ambiente e Programa Bolsa Verde.

A dinâmica da discussão sobre Manejo Madeireiro Comunitário no âmbito do Conselho Deliberativo da Resex CM revela que esta fora, antes de tudo, um processo

conflitivo, no qual, de um lado, situavam-se algumas lideranças de Xapuri, compartilhando um discurso em grande medida formulado pelo governo estadual, que através da Secretaria de Florestas, pressionava para integrar o Conselho desde 2006 (esta secretaria foi admitida em outubro de 2008), e de outro, os demais integrantes do Conselho que, por convicções (contrárias ao manejo madeireiro, como o STR de Xapuri) ou desconhecimento da matéria (como representantes da Funasa), geralmente demonstravam precaução e tom moderado durante os debates e deliberações.

Previsões da Lei que institui o SNUC atribuem alta importância para o Conselho Deliberativo de Resex que, no caso da Resex CM, dada sua dimensão e situação geográfica, interfere em praticamente todas as atividades do meio agrário do Alto Acre. É atribuição deste Conselho conceder anuência para a implantação e consolidação de Projetos de Assentamento do INCRA que estejam na zona de amortecimento⁷¹ da Resex, ou ainda, autorizar o IBAMA, e/ou órgão estadual, a prosseguir com análises e licenciamento para Planos de Manejo Madeireiros Privados que aí estejam situados⁷².

Este tema entrou na pauta da primeira reunião Ordinária realizada em agosto de 2005, ainda na forma de comunicado sobre a apresentação de “Projeto de Manejo Madeireiro” ao IBAMA, impossibilitado de prosseguir com a análise devido à falta de referências jurídicas. Na primeira reunião Extraordinária, em janeiro de 2006, expressa-se a urgência na aprovação dos planos de manejo madeireiro já protocolados por comunidades de Xapuri (Dois Irmãos e Rio Branco, que iniciaram a discussão em 2003/2004), pois estas teriam, inclusive, conseguido recursos para a certificação da madeira a ser explorada. Pretensiosamente, vale dizer, os interessados no manejo madeireiro queriam que fosse acelerado o processo de elaboração do Plano de Manejo Participativo da Unidade de Conservação, que respaldaria o licenciamento da exploração madeireira.

O Plano de Manejo Participativo da Unidade de Conservação atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência para aprovação de Planos de Manejo Madeireiro, o que concretizou-se, em bases mais políticas do que técnicas, mas não livre de tensões, em reunião

⁷¹ Segundo o inciso XVIII do art. 2º da Lei do SNUC (Lei 9985/2000), zona de amortecimento são áreas do “entorno das UCs, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

⁷² Esta exigência, até os dias de hoje não totalmente observada ou compreendida pela população do Alto Acre, gerou uma quantidade razoável de processos a serem apreciados pelo Conselho, sobretudo obras públicas e empreendimentos privados apoiados com recursos de crédito bancário, de maneira que para agilizar a tramitação das Anuências, durante a 6ª Reunião Ordinária, em outubro de 2009, foi aprovada a criação de uma Câmara Técnica composta por SEMA, UFAC, SEAPROF, CNS e IBAMA.

Ordinária de março de 2007, com efeitos limitados, visto que em 2010 este assunto persiste como ponto ainda não resolvido, para insatisfação (e certa irritação) de técnicos da SEF e lideranças de Xapuri.

Diante do avanço das discussões para a elaboração de Planos de Manejo para exploração madeireira em comunidades da Resex CM (Comunidades Dois Irmãos e Rio Branco, em Xapuri e Comunidade Filipinas em Brasiléia), após intenso debate durante sua quinta Reunião Ordinária, o Conselho Deliberativo da Resex CM se posicionou através da expedição das Resoluções nº 11, 12 e 13, de 31 de outubro de 2008.

A Resolução Nº 11/2008, em muito influenciada pelas notícias dos fortes e negativos impactos sobre a floresta e animais, observados nas experiências de manejo madeireiro em comunidades de PAEs da região, determina que se priorize tração animal nos casos de remoção de madeira proveniente da execução de Planos de Manejo; a Resolução nº 12/2008 determina que a madeira oriunda da execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo passe por processos de beneficiamento, ou pré-beneficiamento, proibindo a saída de madeira em toras daquela Reserva; e a Resolução nº 13/2018, determina que o mínimo de 20% da madeira de tais Planos destine-se ao suprimento do mercado dos municípios onde se dê a exploração. Em suma, as três resoluções têm claramente a intenção de evitar que ocorram na Resex CM, os mesmos problemas detectados e amplamente criticados pelos moradores de PAEs, onde a atividade ocorria desde o final dos anos 1990.

Em 2012, já com a participação da SEF, COOPERFLORESTA e CTA, estrategicamente posicionadas como entidades integrantes do Conselho Deliberativo e diante da ofensiva motivada pelo que os representantes destas instituições entendiam ser um processo moroso, a proibição de saída de madeira em toras (Resolução nº 12/2008) foi revogada, justificando-se pela exigência do mercado interessado na madeira da Resex. Esta revogação revela que no caso do manejo madeireiro na Resex CM, o Estado, Ong's e alguns dirigentes de entidades de representação dos seringueiros, agem contrariando a lógica da “naturalização” da sociedade, que permeia a gestão conservacionista de UCs no Brasil, conforme apontou Teixeira (2005). Neste caso, assim como em todo o processo de discussão da aprovação do Plano de Manejo para as Comunidades Rio Branco e Dois Irmãos, que ensejou a aprovação de uma Instrução Normativa de abrangência nacional, prevaleceu a lógica de benefício ao setor madeireiro. Esta lógica é a que permeou todo o debate em torno

de medidas classificadas como de promoção do desenvolvimento sustentável no Estado do Acre, conforme buscamos mostrar ao longo deste capítulo.

Em 2014, após mais de dez anos de discussão e tentativa de convencimento de seringueiros na Resex CM, foi explorado um volume de 4.092m³ de madeira, do total autorizado de 12.998m³, no município de Xapuri, numa avaliação que apontou erros técnicos de Inventário Florestal. Durante a 14^a reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Resex CM, realizada dia 27 de abril de 2015, em Rio Branco, foi apresentado relatório de vistoria do ICMBio em áreas onde se deu a exploração. A avaliação de técnicos do ICMBio e demais participantes da reunião, inclusive representantes de comunidade, foi negativa em todos os aspectos: infraestrutura de acesso, escoamento e armazenamento; técnicas de abate; envolvimento da comunidade; e resultados econômicos (R\$ 60,00/m³). Não obstante essa avaliação negativa, aqueles que nas reuniões do referido Conselho, ao longo dos anos, empenharam-se na defesa do Manejo Madeireiro Comunitário na Reserva Chico Mendes, minimizaram as avaliações, tomando os resultados como ponto de partida, para aprender com os erros da primeira experiência. Entre os comunitários a experiência também não foi satisfatória, e não à toa, a segunda exploração se deu somente quatro anos depois⁷³.

O plano de manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes é de agosto de 2011 (segundo o próprio documento, como uma segunda tentativa), sob a titularidade da AMOPREX, com outorga de procuração à COOPERFLORESTA; no mesmo consta que a APAT foi emitida em 22 de julho de 2011. O plano prevê uma área de 18.772,74 hectares, distribuídas entre sessenta e duas famílias (designados concessionários), em quarenta e nove Colocações (várias delas foram divididas em mais de uma família), distribuídas em cinco seringais, a saber: Floresta, Sibéria, Albrácia, Palmari e Dois Irmãos.

A área total abrangida pelo Plano de Manejo é de 22.537,71 hectares, sendo deste 3,37% convertida em pastagens/desmatada, e a área imobilizada para o manejo (18.772,74) corresponderia a 83,29%; além disso sobrariam 5,29% de APP. O Plano prevê uma média de 82,205 m³/ha, correspondendo a 21,80 árvores por hectare, o que daria 1.543.217,213m³, no total de espécies comerciais. No que concerne ao que o documento chama de “estoque

⁷³ O Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário da AMOPREX foi aprovado em novembro de 2011 e a exploração se deu em 2014. Em julho de 2017, a Portaria nº 476 ICMBIO atualizou a aprovação e estabelece Termos e Condições a serem atendidas para que seja realizada a segunda exploração. Em 2018 foi realizada a segunda Exploração do Plano de Manejo Florestal Comunitário em Xapuri, mas até o momento não dispomos de dados com resultados.

remanescente” para aquelas árvores que não teriam o diâmetro mínimo permitido (35 cm), a lógica é a mesma e o volume muito aproximado; porém aí estão incluídas seringueiras e castanheiras, o que demonstra, no mínimo, uma falta de coerência deste tipo de instrumento técnico. Com base na legislação estipula-se exploração de no máximo de 15 m³/hectare, num ciclo de 25 anos, o que garantiria a sustentabilidade ecológica da atividade.

Por fim, cabe anotar que, apesar do até então inexpressivo uso comercial de madeiras pelos camponeses da região na chegada da frente de expansão agropecuária e do reduzido uso de madeiras de lei no cotidiano dos seringueiros, e apesar da formulação de um arcabouço legal, conduzido pelos agentes historicamente vinculados à exploração de madeiras tropicais, sob o discurso do desenvolvimento sustentável, a adesão dos seringueiros da Resex CM foi relativamente incipiente. Contudo, deve-se registrar que o uso e comercialização de madeiras tropicais alterou-se consideravelmente entre os seringueiros, ganhando maior importância. Isto deve-se tanto na esfera do uso de madeiras, com maior acesso a máquinas de motosserras, que permitem um beneficiamento prévio para uso em construções de obras, quanto na comercialização clandestina. Neste aspecto, associam-se a exploração madeireira e a atividade pecuária bovina: os camponeses têm especial atenção com algumas espécies de madeira que são muito utilizadas para a construção de cercas e currais, como a itaúba, amaralerão, quariquara e até a castanheira⁷⁴.

⁷⁴ De certo expressando uma lógica economicista, esta situação pode ser ilustrada com o caso da itaúba. Esta espécie caracteriza-se pela durabilidade e resistência à deterioração, o que a faz adequada para utilização como estacas em cercas de arame para divisão de pastagens. Neste sentido, os seringueiros passaram a dar especial atenção às árvores desta espécie, bem como de outras consideradas de lei, quando da abertura de roçados. De grande porte, não são raros os casos em que uma árvore rende até 200 estacas para cerca, que são utilizadas pelo próprio seringueiro, ou mesmo alimentam um mercado clandestino, cujos consumidores são outros seringueiros, ou camponeses e fazendeiros da região. No período de realização de visitas de campos uma estaca era comercializada por até R\$ 20,00 (vinte reais) a unidade.

CAPÍTULO 2 – TRÊS DÉCADAS DE RESEXES NO ALTO ACRE: SERINGUEIROS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA

O mês de junho, marcado como período em que o verão amazônico se faz avançado e os ramais nas áreas rurais são cobertos por densas nuvens de poeira, tornou-se um mês de grande movimentação nos seringais de Xapuri, na expectativa da realização da Exposibéria. Moradores da reserva extrativista Chico Mendes, de outras áreas rurais e de municípios da região, acorrem a um tradicional bairro popular chamado Sibéria, à margem esquerda do Rio Acre, em frente à sede do município de Xapuri, para a festa de aniversário da localidade, transformada em exposição agropecuária a partir do ano de 2015. Organizado pela associação de moradores, a programação da Exposibéria tenta replicar o modelo da Exposição Agropecuária que desde 1973 realiza-se anualmente em Rio Branco, a Expoacre, que no Alto Acre também conta com uma versão realizada em Capixaba (Expocapixaba), Epitaciolândia (Expolândia) e até na cidade de Cobija (Expopando), na Bolívia. Nas semanas que antecedem os *shows* musicais, competições de rodeios, leilões e outros atrativos deste tipo de festa já comuns em todo o país, as tensas negociações entre camponeses e compradores de gado se acentuam, uma vez que a maioria por ali almeja dispor de dinheiro para consumir e, se possível, fazer negócios durante a festa.

Embora algumas pessoas envolvidas com o movimento seringueiro se mostrem incomodadas com o fato de muitos jovens da reserva Chico Mendes comparecerem trajados de *cowboys*, a Exposibéria é uma expressão da nova realidade vivida no Alto Acre das últimas duas décadas. Aliás, não obstante adotarem uma propaganda que destaca uma suposta preponderância de atividades econômicas dissociadas da pecuária bovina, os ex-Governadores Jorge Viana e Tião Viana, não se privaram de participar da celebração do agronegócio. Durante seus mandatos, em mais de uma oportunidade, os dois irmãos compareceram, vestidos a caráter e montados a cavalo, ao lado de líderes ruralistas, na cavalgada de abertura da Expoacre. Segundo dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, do IBGE, o gado bovino está presente em 73,80%, dos 7.243⁷⁵ estabelecimentos rurais do Alto Acre.

⁷⁵ Há entre o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e o Censo Agropecuário do IBGE uma divergência de dados sobre a quantidade de unidades. Pelo primeiro, o total de imóveis rurais da região estaria em torno de 4.494. Ao cruzarmos as informações do SNCR com o SIPRA (relatório de março de 2017), que, por força da Portaria Interministerial nº 13 MMA e MDA, de setembro de 2002, a partir de 2003 incluiu também os moradores de UCs como beneficiários da Política Nacional de Reforma Agrária, tendo acesso aos programas de créditos voltados a este público (Crédito Implantação, PRONAF etc.), verificamos que não constam no SNCR as 209 famílias assentadas do PAE Remanso, 35 do PAE Equador, 86 do PAE Chico Mendes, 74 do PAE Porto

Conforme mencionado no capítulo anterior, além da questão ambiental, de conservação da floresta amazônica, tema central em muitos fóruns nacionais e internacionais, no âmbito regional e local, a criação de Reservas Extrativistas é permeada pela problematização do aspecto econômico. Ou seja, esta inovação no regime de posse e uso da terra representaria uma medida estreitamente relacionada a um novo padrão desenvolvimentista (ALMEIDA, 2001), o desenvolvimento sustentável, cujos princípios buscariam solucionar os passivos ambientais e sociais gerados pelo modelo do desenvolvimento capitalista até então vigente. O questionamento mais contundente teria sido justamente dos seringueiros do Acre (ALLEGRETTI, 2002; ALMEIDA, 2004). Nesse sentido, a criação de gado bovino em Resexs do Alto Acre é um dos elementos centrais das controvérsias em torno desta modalidade de UC, já que os seringueiros se levantaram justamente contra a expansão desta atividade, que os ameaçava expulsar da terra.

Pantoja et al. (2009), ao analisar a introdução e expansão da criação de gado entre os seringueiros da Reserva Extrativista Alto Juruá, no município de Marechal Thaumaturgo, também no Acre, observou que o auxílio de Programas governamentais socioassistenciais teria proporcionado um pequeno excedente no custeio das despesas domésticas, convertido a investimento em gado, uma vez que a venda de bezerros ou vacas poderia suprir as necessidades da família em caso de precisão, já que o extrativismo de borracha não é capaz de o fazer como outrora.

Por sua vez, Narahara (2012) em seu estudo sobre uma comunidade localizada no Médio Iaco, município de Sena Madureira, na bacia do Purus, também constata os sentidos econômicos de subsistência que os seringueiros dão à prática da pecuária bovina. No Alto Acre, a lógica por trás da criação de gado pelos seringueiros também é a de encontrar um substituto para a debilidade da produção de borracha, ou agrícola, ou mesmo da insuficiência

Rico, e as 2175 da Resex Chico Mendes, além de parte do PAE Santa Quitéria. Estão fora ainda as 114 famílias assentadas no PA Tupá, em Xapuri e 262 do PDS Porto Carlos, em Brasília. Em teoria, somente constariam no SNCR, aqueles assentados cujos Projetos de Assentamentos estariam emancipados e os lotes já foram “titulados”, porém nos deparamos com situação em que o assentado consta no SIPRA (relatório do Painel de Assentamentos dezembro de 2017) sob o status de “assentado”, mas já consta também no SNCR como proprietário. Certamente, tanto as informações do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, como principalmente os dois bancos de dados do INCRA, que aqui utilizamos (SNCR e SIPRA), não são precisos. Porém, acreditamos que os dados do Censo, neste aspecto, se tornam mais próximos da realidade, pois, conforme verificamos no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE, atualizado por ocasião do Censo Agropecuário 2017, em muitos casos são considerados, inclusive, os locais onde houve fracionamento de Colocações, nas quais tem lugar mais de um núcleo doméstico, com agregados que não são reconhecidas pelo INCRA. Também em relação ao tamanho do rebanho bovino há divergências. Segundo matéria do jornal do acre 2ª edição, de 02 de junho de 2019, com dados da Federação da Agricultura do Acre – FAEAC, o Estado do Acre possui um rebanho de 3,3 milhões de cabeças de bovinos, patrimônio de R\$ 4,7 bi, com 21 mil criadores.

da renda obtida com a comercialização de castanha e outros produtos extrativistas, para suprir as despesas com novas demandas de consumo.

Documentos antigos e relatos de pessoas mais velhas indicam que até os anos 1980, havia um verdadeiro esforço dos governantes para que o Acre fosse, ao menos, autossuficiente na produção de carne bovina. João Alberto Masô, delegado do Ministério da Agricultura no Acre, em Relatório referente ao ano de 1911, reproduzido por Loureiro (2008), revela que àquela altura, nos meses de alto volume dos rios, como janeiro, importava-se gado do Baixo Amazonas e em de setembro e outubro ingressavam em território brasileiro grandes rebanhos de gado trazidos da Argentina e Bolívia. Mais tarde, no final da década de 1940, impressiona a audácia do Governo que transportava gado bovino em aviões, de Minas Gerais a Rio Branco. No final dos anos 1960, o próprio governo adquiria matrizes bovinas em outros estados, para fomentar a produção pecuária no Acre.

A escassez na oferta do produto não se restringia a Rio Branco, mas também nos municípios do Alto Acre, onde era raro conseguir um quilo de qualquer que fosse o corte de carne bovina. Os dois açougues de Xapuri no início da década de 1980, por exemplo, cumpriam também um refinado filtro sociológico pelo qual os cortes de carnes nobres eram reservados àquelas pessoas com maior posição na sociedade. Com a abertura das rodovias e interligação do Acre ao Centro-sul do país, a operação se inverteu e o Acre passou à condição de exportador de carne, estando a partir da década de 2010, entre as 15 unidades da federação com maior rebanho e maior quantidade de abates anuais. Dados da Pesquisa da Pecuária Municipal, do IBGE, indicam que o rebanho bovino no Acre em 1997 era de 862.534 e em 20 anos apresentou o maior crescimento entre os estados brasileiros: 231,40%.

Mas não é possível compreender a expansão da pecuária bovina de corte e sua adoção nas áreas de Resexs do Alto Acre sem situa-la como componente do processo de expansão da fronteira agropecuária iniciado nos anos 1970, no qual estão inseridos diversos agentes, posicionados em diferentes escalas e buscando responder a contingências de ordem interna e externa à região. Nesta parte do trabalho, procuraremos demonstrar este cenário e suas implicações sobre as configurações sociais e econômicas do Alto Acre, especialmente no que se refere às Resexs e às pessoas que nelas vivem.

Esta região ingressa no século XXI profundamente marcada pelo avanço do agronegócio da pecuária bovina de corte. Com uma área de 17.595,48Km², o IBGE estimava

que o Alto Acre possuiria uma população de aproximadamente 81.770 habitantes, em 2018. Em 2010 a região teria 67.459 habitantes, dos quais a população rural corresponderia a 36,5%, percentual maior do que a média do Acre para a área rural que é de 27,4%.

2.1 As Reservas Extrativistas contra a política de contrarreforma agrária no Alto Acre

Casas improvisadas são muito comuns às margens da BR-364 no Acre, num trecho entre Manoel Urbano e Feijó, que divide os vales do Purus e do Juruá. Este tipo de moradia é mais raro no Alto Acre, onde também é diferente o aspecto fundiário, ao longo dos últimos 20 anos, envolvendo seringueiros, conforme é possível verificar na dinâmica das fases do ZEE e os dados sobre assentamentos do INCRA, indicando que o Alto Acre possui certa singularidade. Há conflitos por terra no Alto Acre, conforme aflorou o Cadastro Ambiental Rural – CAR e seu efeito de estimular medidas judiciais de ambas as partes: posseiros com ações de *usucapião* e proprietários com ações de reintegração de posse. Mas não se tem notícias de conflitos que foram resolvidos com o posicionamento do Estado em favor da classe patronal⁷⁶. Diferentemente do que ocorreu em outras microrregiões, como no Seringal Mercês, ou nos Seringais São Bernardo, Cachoeira e Vai-se-Vê, em Rio Branco, das Glebas Mary e Floresta, na divisa entre Boca do Acre e Porto Acre, ou mesmo na criação das Florestas Estaduais na região do Rio Gregório.

A criação de Resexs, bem como outras modalidades de áreas protegidas, representaria uma mudança no arranjo das ações (nem que fosse formalmente) que os governos projetavam e implementavam na região amazônica desde o final dos anos 1960. Além da criação de uma estrutura viária que permitisse a interligação da região com os centros nacionais de acumulação econômica, no caso do Vale do Rio Acre, o arranjo de ações que estava em curso deveria viabilizar a produção de madeira e de carne bovina, o que implicava na concentração da terra e no desmatamento para formação de pastagem (PAULA, 2013). Além do investimento estatal, desde o orçamento do governo federal para abertura de estradas até a

⁷⁶ No final de 2017 eclodiu um conflito envolvendo a Fazenda Vista Alegre, situada no limite da Reserva Chico Mendes. Segundo consta, o fazendeiro, um dos nomes recorrentes da Lista Suja do Trabalho Escravo daquele ano (constou também na de 2014), teria grilado 700 ha pertencentes a 4 Colocações do Seringal São Pedro, em Xapuri, passando a intimidar os seringueiros, inclusive ateando fogo na casa de um deles. Há relatos de que o fazendeiro, que também é proprietário de um frigorífico instalado em Xapuri, com financiamento do BNDES, no qual houve denúncias de que abatia gado de áreas embargadas por infrações ambientais, ao longo de anos teria ampliado a área da fazenda, via judicial, de 2 mil para 5 mil hectares. O detalhe é que o juiz que lhe deu reiterados ganhos de causa nas ações que ampliaram sua área, após aposentar-se passou a advogar para o fazendeiro, justamente em ações contra os posseiros. De outra parte, o fazendeiro aparenta muita proximidade ao governo, inclusive com familiares à frente de órgãos da administração estadual. Nesse caso, trata-se mais de um caso de influência pessoal.

concessão de isenção de tributos municipais na instalação de lojas de insumos para a produção e abertura das fazendas (então motosserras, arames para cercas, lonas para barracos de peões etc.), na perspectiva daqueles que à época dirigiam as esferas do campo burocrático, este processo seria conduzido por um tipo humano que não o nativo (ALLEGRETTI, 2002).

Os elementos distintivos mais relevantes do modelo de desenvolvimento da fronteira agropecuária, da modernização conservadora, estão representados na alteração da base produtiva, do uso da terra, com o gado substituindo a extração de látex; e também na modernização dos meios de comunicação e transporte de pessoas e mercadorias. São basicamente estes dois elementos que buscamos evidenciar como vetores das transformações das últimas duas décadas.

Conforme mencionamos no capítulo 1, os seringueiros ingressam como agentes do processo de desenvolvimento com o início do processo de integração do Acre ao Brasil por vias rodoviárias. Trata-se de um processo violento que, ao interligar dois pontos, afirma-se transformando a paisagem, o que neste caso significa romper com modos de vida das populações que se encontram numa das extremidades do trajeto. A dinâmica deste tipo de mudança é determinada pela necessidade de quem estiver no ponto mais moderno (nos termos dos valores da sociedade capitalista), chegar e instalar-se no ponto atrasado (lógica da frente pioneira). Assim pode ser concebido o Alto Acre como fronteira, segundo os pressupostos de Oliveira (2016): fronteira como interconexão de regiões diferentes.

Neste sentido, é fundamental ter mente uma diferença do Alto Acre em relação a outros municípios situados às margens de rios de grande porte (Purus, Juruá, Madeira), que também estão localizados na área amazônica de expansão da fronteira agropecuária a partir dos anos 1970. Nos municípios situados às margens dos grandes rios, como Boca do Acre no Rio Purus, Humaitá, no Rio Madeira, Cruzeiro do Sul no Rio Juruá, parte dos seringueiros que foram expulsos dos seringais, passaram a ocupar-se da pesca, ou de serviços associados à pesca e transporte náuticos⁷⁷. Ou seja, foram expropriados pelo processo de modernização, mas, de alguma maneira, mantiveram-se vinculados a sistemas de produção e modos de vida identificados como tradicionais.

Do ponto de vista histórico este processo se inicia marcando o afastamento do Acre em relação a Belém e Manaus, de integração ao centro-norte, para a integração ao centro-sul,

⁷⁷ No caso de Humaitá deve-se destacar ainda o garimpo no Rio Madeira como atividade que passou a ocupar boa parte dos camponeses que foram expropriados.

simbolizado, sobretudo, por São Paulo. Não à toa, os que estavam no Acre designavam genericamente os que chegavam naquele período como “paulistas”, que Paula (2013) diz serem identificados como “agentes do progresso”.

Apesar de relativamente reconfigurado, esse processo não se esgotou, de maneira que, como afirmou Silva (2004), há uma sobreposição entre frente pioneira extrativista (do ciclo da economia da borracha) com a frente pioneira agropecuária. Nesse contexto, os seringueiros do Alto Acre, uma vez conquistadas as áreas de reservas extrativistas, têm se mantido no meio agrário e vivenciado singularmente o processo de integração do Acre ao Brasil rodoviário, que não se reduz às rodovias principais, mas se estende a toda uma rede de vicinais e ramais. Paradoxalmente, parte dessa rede rodoviária se deve à presença dos seringueiros como agentes em diversos campos, fazendo com que o itinerário principal seja o de partir do lugar "atrasado" ao moderno, voltando ao "atrasado" conforme sua conveniência. Esse movimento é especialmente simbolizado por seus usos de motocicletas e das furtivas viagens à cidade. Contudo, a cada ano o desafio de manterem-se em suas áreas se agiganta.

Matéria publicada no jornal Folha de São Paulo em 5 de dezembro de 1973 (Série Os Pioneiros do Oeste I – Acre: liberdade com a rodovia do soldado, assinada por José Aparecido, enviado especial) aborda o papel das estradas na integração do Acre a São Paulo. O repórter afirma que havia a presença de São Paulo em tudo no Acre: das lojas a automóveis. Mas havia, sobretudo, *paulistas*⁷⁸ discutindo a compra de terras e abertura de fazendas para produção de gado bovino de corte, tendo sido estes atraídos pelo chamado do governo do Acre sob o *slogan* “produzir no Acre e exportar pelo Pacífico”. Muito claramente a matéria, talvez com algum exagero, coloca o papel subalterno que caberia ao acreano durante este processo de modificação da dinâmica econômica regional, a quem se mostravam promissoras as ocupações de engraxate (sobretudo para as crianças), ou garçom para servir os *paulistas*, em ambientes como o Bar Rio Branco.

Mas, se colocarmos a matéria do jornal Folha de São Paulo em suspeição, em função do demasiado etnocentrismo, a imagem de uma sociedade em formação, cuja hierarquização supunha já naturalizadas as posições onde deveriam estar os diferentes agentes envolvidos, também era apresentada, em tom de denúncia, pelo jornal O Varadouro, “um jornal das

⁷⁸ Na verdade, a maioria paulistas e paranaenses, mas de outros estados também.

selvas” como autodesignava a equipe editorial (COSTA SOBRINHO, 2011), ou a voz “dos de baixo”, como diz Porto-Gonçalves (2003)⁷⁹.

No período de criação das primeiras reservas extrativistas no Alto Acre, além do grande número de seringueiros expulsos da terra, havia também uma infraestrutura instalada e em pleno funcionamento para o desmatamento e formação de pastagens em grandes e médias propriedades, fruto da colonização e da grilagem. De fato conduzido pelo que se convencionou chamar *paulistas* (ESTEVES, 2010), este processo envolvia diferentes tipos de capitais econômicos e milhares de trabalhadores nas fazendas e serrarias, fossem migrantes, fossem seringueiros convertidos a peões do trecho. A esta altura processava-se uma inversão da lógica vigente durante o período da empresa seringalista, na qual a floresta, ou mais especificamente as seringueiras, eram o recurso que conferia valor ao território, mais do que a propriedade da terra em si (TEIXEIRA, 2019; OLIVEIRA, 2016).

Nesse sentido a propriedade privada da terra, condição para obtenção de subsídios financeiros e fiscais governamentais para instalação de fazendas, ocupava o centro de atenção e da cobiça. Segundo Elder Paula (2013), na década de 1970, os incentivos financeiros para implantação da pecuária, e a abertura de créditos para financiamento do extrativismo da borracha, fomentaram a especulação fundiária que ocasionou uma valorização de 2.000% (sobretudo nas áreas próximas às rodovias) no mercado de terras no Acre, entre 1973 e 1977.

O papel central do Estado no “Capitalismo Autoritário”, conforme explica Otávio Velho (2009), é de impor certas regras que tornam a política mais determinante que os fatores econômicos na expansão da atividade produtiva. A exemplo de outras regiões da Amazônia nas quais ocorreram aberturas de estradas, ao longo da rodovia BR-317 (que liga Boca do Acre (AM), nas margens do Rio Purus, a Assis Brasil (AC), na fronteira com o Peru e Bolívia)⁸⁰, os seringueiros estiveram submersos numa rede de interesses constituída por

⁷⁹ A primeira edição do jornal O Varadouro, criado por iniciativa de Dom Moacyr Grechi, é de maio de 1977, e até dezembro de 1981 publicou 24 números (COSTA SOBRINHO, 2011; PORTELA, 2009). Conforme declaram no primeiro número, a intenção era dar voz ao povo do Acre. Assim, o grupo organizador, bem como colaboradores (intelectuais, artistas, políticos etc.) denunciaram a violência sofrida por índios, seringueiros, camponeses migrantes do centro-sul, moradores da periferia de Rio Branco e outras cidades, violência sexual a que eram submetidas as mulheres na sociedade da época, a exploração de seringueiros brasileiros na Bolívia, entre outros temas que não eram noticiados nos jornais de então, que viam com entusiasmo a pecuarização, inerente ao modelo de desenvolvimento traçado para o Acre. O Varadouro também foi meio de denúncia de manobras politiquieiras, de difusão das lutas do povo por democracia, da resistência e dos modos de vida das populações que habitam a floresta amazônica.

⁸⁰ Neste trecho, com extensão de quase 600 km, as únicas áreas que não foram totalmente desmatadas para formação de pastagem, figurando como verdadeiras ilhas verdes, são: duas Terras Indígenas Apurinã, localizadas no município de Boca do Acre (AM), 5 Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAEs e a Resex CM.

grileiros, pretensos empresários, agentes públicos de conduta ética duvidosa e outros grupos de trabalhadores rurais oriundos do centro-sul. Parte desta rede estava imbuída da “limpeza da área” (COSTA SOBRINHO, 1992). Ou seja, tal rede deveria funcionar no sentido de retirar os seringueiros daquelas terras cuja titularidade incerta expressava um século de ocupação instável e dependência política e administrativa do Acre em relação ao governo central.

Entre os instrumentos que respaldaram a ação do governo federal nas ações discriminatórias e destinação de terras no Alto Acre, no âmbito de planos voltados à integração e desenvolvimento econômico elaborados durante a ditadura militar, tem especial importância o Decreto-Lei 1.164, de 1º de abril de 1971, que declara indispensáveis à segurança e desenvolvimento nacionais as terras situadas numa faixa de 100 Km em cada lado das rodovias federais na Amazônia Legal. Este Decreto, complementado pela propaganda do governo estadual (do Acre, mas também do Território Federal de Rondônia⁸¹) para atração de migrantes, combinado com o Decreto nº 67.557, de 12 de novembro de 1970 e, sobretudo, mais tarde o Decreto 75.295, de 27 de janeiro de 1975, ambos determinando e delimitando áreas prioritárias para fins de reforma agrária, além de expressarem o caráter autoritário que recaía sobre os seringueiros, favoreceria toda sorte de fraude, corrupção e violência.

Mas a ação do Estado, no capitalismo autoritário, durante a ditadura militar, interferiu também nos negócios de especuladores e investidores em agropecuária, como no caso da companhia Novo Acre Colonizadora Ltda. O Decreto nº 75.295, de 27 de janeiro de 1975, tornou a área onde se situa o Seringal Barra, no município de Xapuri, como prioritária para Reforma Agrária, forçando que a colonizadora desfizesse contrato de compromisso de compra e venda, celebrado em 3 de janeiro de 1975 e restituísse valores investidos. De sorte que 15 anos depois o seringal Barra foi desapropriado no processo de criação da Resex CM.

Um dos resultados das medidas de regularização fundiária impostas à região reflete-se no Censo de 1991 que indica redução de 20,2% da população rural do Alto Acre durante a década de 1980. O Censo de 2000 indica recuperação de 30% na proporção da população rural, em relação à urbana, nos municípios da região, provavelmente devido à criação de

⁸¹ Na contramão do que ocorria no Brasil de um modo geral, entre os anos de 1970 e 1980, a população rural do Território Federal de Rondônia cresceu 7,20%, registrando 262.457 pessoas (53,53% da população do Território), dado o contingente de migrantes atraídos pelos Projetos de Incentivo à Colonização – PIC. Muitas famílias que saíram de suas terras de origem (PR, ES, MG etc.) com destino a Rondônia, mais tarde se deslocaram (e se deslocam atualmente) para o Acre e Sul do Amazonas.

projetos de assentamentos e da Resex CM, onde, apesar da ausência de uma política de fortalecimento do extrativismo ao longo da década de 1990, a possibilidade de manter-se na terra impedia o êxodo observado nas décadas anteriores.

Por mais que tenhamos falado rapidamente sobre a formação do seringueiro enquanto grupo social no capítulo 1, é necessário não perdermos de vista que o seringueiro impactado pelo processo de ocupação das terras do Acre pelos *paulistas* não é o nordestino de naturalidade, embora houvesse uma minoria, remanescentes do movimento migratório induzido pelo governo durante a segunda guerra mundial (a batalha da borracha⁸²). O contingente de expropriados era constituído da primeira e segunda geração de seringueiros nascidos no Acre, para quem referências ao sertão se faziam presentes somente através de relatos. Aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos da trajetória do seringueiro, até os dias atuais, apresentam elementos que são próprios de uma dada realidade, portanto temporal e espacialmente situados. Não tomar isto em conta pode induzir o leitor a conceber o seringueiro como nordestino nato e isto faz muita diferença. A experiência do nordestino, migrante, em termos de compreensão de diferentes realidades, diferentes pessoas, diferentes processos produtivos, diferentes meios físicos, é consideravelmente distinta da experiência de seus descendentes nascidos no Acre, cujas referências resumiam-se à floresta e à vida neste ambiente (ALEGRETTI, 2002).

Conforme assinalam Esteves (2009), Teixeira (2019) e Oliveira (2016), ao analisarem o primeiro movimento migratório para os seringais, o deslocamento de nordestinos, sobretudo cearenses, para o Acre é resultado não somente da ocorrência da seca na década de 1870, conforme apontado em certa literatura, mas obedece à dinâmica socioeconômica da região nordeste, indutora da dispersão de trabalhadores. Antes da crença na possibilidade de enriquecimento rápido, de acumular fortuna e retornar em outra posição social ao nordeste,

⁸² Como parte de compromissos do governo brasileiro em sua participação na Segunda Guerra Mundial, através dos “Acordos de Washington” (de 1942), a região entrou num ciclo de revitalização da produção gomífera. Não há consenso em relação à quantidade de migrantes recrutados como Soldados da Borracha, mas estima-se em mais de 80 mil, entre 1941 e 1944. A grande maioria também oriunda do sertão nordestino, onde um severo período de seca fez com que a oportunidade de deixá-lo, com o estímulo do governo, fosse recebida com expectativa positiva, apesar de a esta altura a má fama do “Amazonas” já se tivesse difundido (PORTO-GONÇALVES, 2003). Diferentemente do primeiro movimento migratório, este foi promovido pelo governo federal, com apoio técnico e financeiro dos EUA, que através da Rubber Development Corporation – RDC, além de na prática coordenar o processo de recrutamento e a viagem até o seringal, será oficialmente o controlador da comercialização e industrialização (estabelecendo o preço da borracha), inclusive criando normas que regulamentariam as relações entre seringalistas e seringueiros, através do “contrato-padrão” de trabalho. O controle da RDC sobre o processo de recrutamento se dava sob uma falsa autonomia do governo brasileiro, através de organismos burocráticos como o Departamento Nacional de Imigração - DNI e o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA (MARTINELLO, 2018).

ideias difundidas sobre o mito do “Eldorado” (lugar do “ouro negro”) por recrutadores dos seringalistas nas capitais do Ceará, Paraíba, Pernambuco, diz Esteves (2009, p. 100), ao migrante nordestino o deslocamento para a Amazônia,

[...] significava não a vida fácil, mas a oportunidade de trabalhar e se gratificar com seu esforço. Realizar-se como trabalhador significava a oportunidade de integrar-se à nação, pelo trabalho que o redimensionava como agente da proposta de anexação de territórios produtivos (ESTEVES, 2009, p. 100).

Ou seja, por mais que introduzidos em posições subalternas, em condições de servidão (TEIXEIRA, 2019), portanto, compartilhando um enredo pautado na subordinação, o migrante nordestino detinha uma experiência objetiva do mundo social (independente do ideário construído sobre riqueza e facilidades na Amazônia) relativamente mais complexa que a do seringueiro nascido no Acre. Esteves (2009) Explica que o mesmo sujeito, migrado do nordeste, empreendia “uma separação de seus bens, de sua concepção de tempo e espaço, de suas condições usuais de produção e de reprodução sociais” (ESTEVES, 2009, p. 103). A partir da ideia de “domesticação”, a autora ressalta que os reveses no transcurso da viagem maltratavam não somente o corpo do nordestino, mas anulavam profundamente as ilusões mais otimistas que povoavam seu imaginário quando decidira embarcar para a Amazônia.

Nas décadas de 1970 e 1980, era comum encontrar seringueiros, na faixa dos 30 anos, muitas vezes já casados⁸³, com três ou mais filhos, sem jamais ter ido sequer à sede de um município como Xapuri, por exemplo. Conforme assinalou Allegretti (2002) a maioria dos seringueiros do Acre àquela altura “nasceu ali, sem nunca ter saído da mata, mesmo depois de adulto” (ALLEGRETTI, 2002, p.177). São inúmeros os relatos, um tanto jocosos, que dão conta que durante as obras de abertura da rodovia BR-317 muitas pessoas ficavam abismadas, ou apavoradas ao se depararem pela primeira vez com um automóvel ou um trator de esteira.

A escassez de bens era constituinte da visão de mundo dos seringueiros na chegada da fronteira agropecuária, era naturalizada, portanto, da ordem das coisas. Estavam habituados à carência, à escassez, a não ter direitos. As pessoas mais antigas recordam episódios que indicam carência de vestuário, a primeira vez que calçou um sapato que não fosse o de seringa, as ocasiões em que membros da família não puderam comparecer em público por não haver roupas minimamente dignas para todos, ou as dificuldades para adquirir querosene para lamparinas e pilha para lanternas, itens de primeira necessidade naquele período. Isso vale também para uma visão de subalternização, no sentido de que o outro lhes negava certos

⁸³ Este termo aqui é usado para designar a união de um casal e não o sentido formal, segundo os preceitos religiosos e jurídicos.

direitos, certas possibilidades, certas liberdades, como ir e vir, não somente pelas distâncias, mas pelo controle baseado no monopólio absoluto da riqueza material. As datas anuais de idas às cidades eram reguladas pelos patrões que decidiam em que período pagariam os saldos daqueles que eventualmente tivessem direito.

Ressaltar esta diferença é de suma importância para que se vislumbre, o mais aproximadamente possível, a perspectiva de mundo inerente a uma grande parcela de seringueiros que se encontraram com os migrantes sulistas. Como compreender os dispositivos legais e instrumentos jurídicos de titulação de terras (Título Definitivo, Escritura Pública etc.), se ele próprio, às vezes adulto, não tinha uma certidão de nascimento? É ilustrativa a matéria do jornal *O Varadouro*, de março de 1978, que relata o caso de um seringueiro de 49 anos, que se dirigiu a Rio Branco com a ajuda de um conhecido em busca de resolução de problemas de invasão da Colocação onde morava, na região do Rio Iáco. Aquele seringueiro nunca tinha saído daquele lugar e a viagem de ônibus de Xapuri a Rio Branco teria sido um verdadeiro desespero. Este é um exemplo concreto da perspectiva que afirma que na fronteira entrecruzam-se agentes guiados por diferentes temporalidades (MARTINS, 2009).

Além desta diferenciação de natureza mais simbólica entre os agentes, sobretudo entre seringueiros e migrantes pretendentes de terras, alguns que se estabeleceram na região, ou mesmo aqueles especuladores, mas sem dúvida uma diferença favorável aos segundos, era também comum a prática de violência física, de acordo com várias denúncias feitas pelos sindicalistas, conforme observou Costa Sobrinho (2011):

[...] o emprego da violência não se constituiu em fato isolado, pois a truculência dos fazendeiros contra posseiros e seringueiros se tornara generalizada, sendo contumazes usuários dela os Barbieri, Carvalho, Meneses, Bonalume, Lemos, Luchesi, Tavares, Vilela, Junqueira, Atalla, Bordon, Arantes, Link, Valle, Dotto, etc., que trouxeram consigo a ‘lei’ que a selva até então desconhecia. (COSTA SOBRINHO, 2011, p. 41).

É fundamental compreender este processo enquanto política de Estado, que impunha um modelo para a conformação da estrutura fundiária aos interesses econômicos subjacentes aos planejamentos dos governos militares. Neste particular, é muito ilustrativo o caso da Área I – D – PROTERRA – “IRACEMA”, cuja destinação esteve a cargo da Comissão Especial de

Discriminação de Terras Devolutas da União no Estado do Acre – CE/AC-11, no âmbito do INCRA⁸⁴.

A Comissão Especial – CE foi criada em 28 de agosto de 1978 e, de acordo com o memorial descritivo, a Área “IRACEMA” possuiria aproximadamente 97 mil hectares, correspondentes ao somatório dos Seringais Europa, Nova Amélia, Boca do Lago (Antigo Palmari), Perseverança, Independência e Iracema, situados às margens da Rodovia BR-317, na ocasião todos localizados no município de Xapuri⁸⁵. O Edital de 3 de outubro de 1978, publicado na seção I – Parte II do Diário Oficial da União de 10 de outubro e republicado em 19 de outubro daquele ano, convocava 242 potencialmente interessados nos referidos imóveis, a comparecerem perante à CE, na cidade de Xapuri, no prazo de 60 dias, a contar da republicação, conforme determinava a Lei Nº 6383, de dezembro de 1976. Do total de convocados 49,6% eram qualificados como seringueiros; 28,5% como agricultores, ou lavradores; 14,9% como agropecuaristas, ou pecuaristas; 1,7%, pessoas jurídica; e 5,4% como outras categorias profissionais (topógrafos, comerciantes, professores, industriais etc.).

O próprio Edital apresentava inconsistências quanto à qualificação dos interessados, a princípio relacionados nominalmente em ordem alfabética. Havia, por exemplo, um caso em que o convocado constava como seringueiro, quando na verdade era reconhecido por todos na região como empresário madeireiro, migrante do sul do país. Também se constata a apresentação do nome de certas pessoas que, dispostos no início da relação, desobedecendo a ordem alfabética, vieram a confirmar-se como proprietários quando concluso o processo. Ademais, sabe-se que a relação dos que constam como “seringueiros” estaria incompleta, pois nos casos em que havia mais de um núcleo doméstico por Colocação, somente um deles era considerado. De outra parte, em 2012 localizamos, em Rio Branco e Xapuri, pessoas que tinham seus nomes mencionados no Edital, as quais nos afirmaram não terem tomado conhecimento de tal convocação à época e, portanto, não compareceram à Unidade Fundiária de Xapuri. A julgar pela exasperada reação de um vereador de Xapuri à época da convocação, quando falamos com ele a respeito do Edital, em 2012, fica evidente que houve um complô para que os seringueiros não tomassem conhecimento de que teriam algum direito.

⁸⁴ O PROTERRA foi o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, de 1971.

⁸⁵ Para uma noção da localização desta área, verificar a delimitação realizada no Mapa 1 desta tese.

O fato é que 40 anos depois desta convocação, a Área I – D – PROTERRA – “IRACEMA” se converteu na região onde se situam as maiores fazendas de gado no trajeto entre os municípios de Capixaba e Xapuri. À exceção da parte do Seringal Independência que se encontra à margem esquerda do rio Acre e passou a Reserva Extrativista Chico Mendes em 1990, todos os seringais relacionados no Edital foram transformados em pasto. É o trajeto que alguns viajantes atualmente denominam “Cemitério das Castanheiras”, uma vez que, devido à proibição legal de sua derrubada em 1977, esta foi a única espécie que restou de toda a biodiversidade destes locais, dispersas na vastidão das pastagens⁸⁶. É exatamente desta região que imigraram centenas de famílias para os seringais da Bolívia, cuja fronteira está há poucos quilômetros da rodovia.

Até o início da década de 1990, havia ao menos duas localidades que indicavam que toda esta região era habitada por seringueiros e colonos: nas imediações do ponto comercial chamado Araxá, cerca de 80 km distante da cidade de Xapuri, e na região conhecida como União Baiana, cerca de 25 km de Xapuri. Eram comunidades onde havia escolas, postos de saúde, igrejas, bares e muita movimentação durante embarque e desembarque nos ônibus que faziam a linha entre Rio Branco e Xapuri. Atualmente restam escombros de escolas e igrejas, e pequenos pomares de mangueiras e laranjeiras, dispersos na pastagem, indicando que naquele local havia uma moradia. Nos raros casos em que se estabeleceu o Termo de Acordo, previsto no Roteiro de Aplicação da EM 77/78, que conferia em torno de 50 hectares aos seringueiros, nenhum deles permaneceu no lugar (ALLEGRETTI, 2002). Quando firmava acordo com o “proprietário” e optava por permanecer na reduzida parcela que lhe era reconhecida pelo INCRA, o seringueiro via-se cercado de áreas desmatadas, muitas vezes tendo seu acesso à rodovia, ou mesmo ao Rio, bloqueado por cercas e portões no cadeado.

Fora de seu território temporária ou definitivamente, o seringueiro sem sua *Colocação*, no conjunto da sociedade daquela conjuntura, mesmo nos municípios pequenos como Brasiléia e Xapuri, era um sujeito constrangido, que em suas idas à *rua*⁸⁷, quando fora do tempo de festejo (mesmo aí não se demorava), em busca de remédio, de sal, querosene,

⁸⁶ A Lei Federal 4841, de 1942, previu que seringueiras e castanheiras somente poderiam ser abatidas com autorização do Estado. Entretanto, com a paulatina transformação da base econômica da região, do extrativismo para a pecuária, incentivada pelo próprio Estado a partir dos anos 1970, e sem meios efetivos para fiscalização, esta lei era praticamente ignorada.

⁸⁷ Em seu estudo sobre os trabalhadores do Rio Muru, no município de Tarauacá (AC), Gerson Rodrigues de Albuquerque (2005) captou e manteve em sua narrativa o termo “rua”, que é utilizado por trabalhadores rurais que entrevistou como referência à cidade, núcleo urbano. Em conversas informais e entrevistas realizadas para esta dissertação os entrevistados também usam esta terminologia para referir-se à cidade.

munição, ou a tratamento médico, dele ou dos companheiros que às vezes levava na rede por horas de caminhada, buscava ser o mais rápido possível, com um comportamento demasiadamente acanhado, caminhar rápido, cabisbaixo. Quando do sistema seringal, mesmo no âmbito de seu grupo social, o seringueiro que não possuísse *Colocação*, como por exemplo o “meeiro”, era um sujeito de posição social menor, geralmente calado, constrangido, vagando por anos numa vida solitária de trabalho. A identidade seringueira desde aquele contexto, portanto, do ponto de vista social, não se resume ao corte da seringa, mas a estar “colocado”.

A *Colocação*, neste caso, representa não somente uma unidade composta por um número determinado de árvores de seringueira, capazes de produzir determinada quantidade de borracha, tal qual era vislumbrada durante o período de vigência do sistema de aviamento pelos seringalistas, mas representava, sobretudo, o lugar onde o seringueiro poderia ser senhor de si, onde realizava seu conhecimento, sua experiência em totalidade, o território das estradas de seringa, do “igarapé bom de peixe”, da boa fonte de água, do bom barreiro ou da boa comida (copaíba, caxiguba etc.) onde pudesse caçar a ponto, ou fazer esperas de caça, atributos e benefícios nulos ou sem valor na sociedade urbana. A *Colocação*, que nos últimos anos passou por reconfigurações profundas, motivou a resistência seringueira frente ao processo de expansão da fronteira agropecuária no Acre (SILVA, 2004 e PORTO-GONÇALVES, 2003).

Além do esvaziamento da região, no que se refere a seringueiros e agricultores, o desfecho das ações da Comissão Especial, que ao final foi regida pela polêmica Exposição de Motivos N° 77, de 10 de outubro de 1978 – EM 77/78⁸⁸, portanto, editada uma semana após a assinatura do Edital já referido, permitiu, por exemplo, que nos registros do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA atualmente (2019) conste nada menos que 9.630,95 hectares (correspondendo a 9,9% da Área I – D – PROTERRA – “IRACEMA”), divididas em quatro imóveis sob a titularidade de pessoas vinculadas ao empresário que mencionamos acima, que no Edital era falsamente qualificado como seringueiro. Especificamente desta área, foram

⁸⁸ A Exposição de Motivos 77, de 10 de outubro de 1978, serviu de base para os trabalhos das Comissões Especiais de Discriminação de Terras, previstas na Lei 6.383 de 7 de dezembro de 1976. A EM 77/78 apresentava o Rol das Hipóteses de Convalidação de domínio de terras públicas por particulares, fosse por domínio titulado, ou domínio por ocupação. O rol das hipóteses preconizava que fossem “observados, sempre que possível, os requisitos de morada habitual e cultura efetiva” dos postulantes, convocados através de Edital. No caso específico da Área I – D – PROTERRA – “IRACEMA”, por nós mencionada neste trabalho, observa-se que ao final, nenhum dos seringueiros citados no Edital, que efetivamente moravam e trabalhavam no local, teve reconhecimento, enquanto empresários e pecuaristas tiveram o direito de domínio a terra.

despejadas dezenas de famílias. Mas a legitimidade da propriedade das terras situadas ao longo da rodovia BR-317, reconhecidas com base na EM Nº 77/78, que foi declarada inconstitucional pelos procuradores do INCRA em 1985, não é contestada judicialmente, da mesma forma que ocorre em Rondônia, por exemplo, em relação aos Contratos de Alienação de Terras Públicas – CATPs, instrumento também utilizado pelos governos militares para destinação de terras, com alguns cancelados pela justiça, por iniciativa de organizações representativas de camponeses.

A seção destinada à apuração da situação fundiária do Acre, no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica, de 2001, demonstra o quão arbitrários se suspeitos são os resultados da EM 77/78 no estado do Acre. Uma parte do relatório apresenta contundente ressalva, sugerindo que não se deve questionar o desfecho das ações das Comissões Especiais, visto que à época, os presidentes das Comissões estavam devidamente autorizados pela Presidência da República, que os atos praticados, há mais de vinte e cinco anos (em 2001), já repercutiram e foram aceitos pelos administrados e que, no âmbito das CEs, orientadas pela EM, teriam sido arrecadas cerca de 3 milhões de hectares hoje utilizadas em várias funções que beneficiam a coletividade, de sorte que não teria sentido aventar uma revisão dos atos praticados àquela altura (BRASIL, 2001).

A aplicação da EM 77/78, que, apesar de envolver o Ministério da Agricultura e Ministério da Justiça, na verdade representou uma intervenção direta do Conselho de Segurança Nacional (PAULA, 2013) naquela situação, invalida o lugar comum de que no Acre a questão fundiária seria especialmente complexa porque em determinados momentos devia-se reconhecer títulos expedidos pelos Governos da Bolívia, do Peru, do Estado do Amazonas e do Estado Independente do Acre (de Galvez), além das implicações da dubiedade da definição da extensão da faixa de fronteira. A EM 77/78 passou a reconhecer posse mansa e pacífica (à exceção os seringueiros), independente de documentação de dominialidade formal da terra⁸⁹ (WOLSTEIN et al., 2011).

Na prática, a EM 77/78, numa eleição por afinidades, optou por favorecer o reconhecimento da grande propriedade, no qual os requisitos de morada habitual e cultura

⁸⁹ A terminologia dominialidade formal aqui indica a existência de instrumento jurídico de reconhecimento da propriedade da terra (títulos emitidos pelo Estado, ou escritura públicas).

efetiva, condições atendidas pelos seringueiros, foram colocados em favor de outros agentes, conforme apontou Linhares (1992 *apud* PAULA, 2013, p.195):

[...] A existência do barracão, rancho ou casa passa a ser considerada prova de morada habitual, assim como os indícios de cultura efetiva ou exploração extrativa de castanhal ou seringal e campos de criar eram tomados como prova de exploração da terra, requisitos para a regularização da ocupação [...] Neste caso não se discutia o fato de que estas provas pudessem ser fruto da presença do seringueiro, ele próprio um ocupante de terras públicas. Suas Colocações no seringal, as fruteiras, a roça que plantou e seu gado eram tomados como prova da exploração do seringal pelo seringalista, este sim com “animus” de dono. (LINHARES 1992, *apud* PAULA 2013, p.195).

O caso específico do montante de terras ao qual nos referimos anteriormente (as 9.630,95 hectares dividida em quatro imóveis) é também o que mais concentra ações de *usucapião*, impetrados a partir do ano de 2014 por posseiros de Xapuri, que vivem na área que os proprietários destinaram a Reserva Legal destes imóveis. O mais curioso é que o advogado de defesa dos proprietários contra as ações de *usucapião* seja justamente uma pessoa que à época da destinação era servidor do INCRA no Acre e que, em 2000/2001, participou, na condição de representante do Governo do Acre, dos trabalhos da equipe local responsável pela colaboração com a Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica⁹⁰, que não por acaso, eximiu de qualquer responsabilidade ou críticas as Comissões Especiais que atuaram a partir de 1978, “regularizando” a situação fundiária no eixo da BR-317. Esta coincidência poderia ser ignorada, não fosse pelo que observou Linhares (1992) *apud* Paula (2013) a respeito da elevada capacidade dos servidores do INCRA incidirem sobre o desfecho dos processos de regularização fundiária na época.

Mas o exemplo da Área “IRACEMA”, apesar de demonstrar a covardia praticada contra os seringueiros que ali viviam, mostra-se inexpressiva, diante do total da área do Estado que seria repassada a particulares, pois no Vale do Juruá e Purus se localizavam latifúndios reclamados por grandes grupos empresariais (Nova Olinda, Consumar, Copersucar, Coloama, entre outras)⁹¹. Wolstein et ali. (2011) relata que com base na Lei 6.383, de 7 de dezembro de 1976, no período de 1976 a 1985, foram reconhecidos 2.345.234 hectares, como resultado dos trabalhos das Comissões Especiais que conduziram 44

⁹⁰ Presidida pelo Deputado Sergio Carvalho, do PSDB do estado de Rondônia, a CPI foi criada em 14 de março de 2000 e concluída em 29 de agosto de 2001. No período foram realizadas audiências públicas em todos os Estados da Amazônia Legal, à exceção do Maranhão e Tocantins.

⁹¹ A Edição do dia 15 Junho de 1979, do Jornal Varadouro, de Rio Branco, faz uma matéria onde chama a EM 77 de Lei Sigilosa. O jornal estima que estariam na iminência de serem repassados 5 milhões de hectares de terras a particulares, um terço do território.

procedimentos discriminatórios, envolvendo aproximadamente 5.575.837 hectares de terras no estado do Acre.

Para a compreensão do significado da criação das Reservas Extrativistas nesta região é absolutamente necessário levar em consideração exemplos como os da Área I – D – PROTERRA – “IRACEMA”. Os efeitos das políticas elaboradas nas esferas superiores da burocracia estatal, no âmbito do governo federal, operacionalizavam-se através de práticas que se ajustavam às tentativas de reafirmação da supremacia dos grupos dominantes em âmbito local. Durante as primeiras ações do INCRA no Acre, as velhas oligarquias vinculadas à economia da borracha sentiram-se incomodadas e recorreram ao governo federal para que fossem dados redirecionamentos que lhes garantissem reconhecimento de títulos antigos (PAULA, 2013), mas tendiam a acomodar suas demandas de maneira a não esgarçar suas relações com os novos agentes do campo econômico e burocrático (os *paulistas*). Em Xapuri, por exemplo, as famílias de tradição comercial, do serviço público e mesmo grupos ligados à Paróquia – Igreja Católica (chamadas “famílias tradicionais”), demonstravam-se dispostas a manterem sua distinção em relação aos seringueiros, associando-se aos recém-chegados do sul (ALLEGRETTI, 2002).

Tal associação entre *paulistas* e “famílias tradicionais” se manifestava em rotulações dos seringueiros como miseráveis, ignorantes e preguiçosos, recaindo na forma de calúnias e difamações sobre as lideranças ligadas aos STRs. Este tipo de divisão da sociedade da fronteira agropecuária na Amazônia, que possui especial relevância em nossa argumentação, também foi verificada por Teixeira (2019) em estudo realizado no final da década de 1970, no município de Humaitá (AM), na região do Médio Rio Madeira, área de influência da rodovia Transamazônica. Contudo, naquele município, que ao final tem suas diferenças em relação ao Alto Acre, ao analisar o processo das eleições municipais de 1976, Teixeira (2019) esclarece que as “famílias tradicionais” demonstraram insatisfação também com os “os de fora” que eram representados por um dos candidatos a Prefeito. No intuito de manter sua distinção em relação aos seringueiros, o candidato representante das “famílias tradicionais” se recusou a pedir voto nos seringais e acabou perdendo a eleição para o candidato “de fora”, que buscou o voto dos seringueiros.

Retomando o contexto da “regularização fundiária” do Alto Acre, o trabalho das lideranças de seringueiros, assessoradas pela Delegacia Regional da CONTAG, criada em 1975 no Acre, consistia na mobilização das famílias de posseiros, orientando-os à suspensão

do pagamento de renda aos patrões e a não negociarem com pretensos proprietários de terras. Na interpretação da representação da CONTAG a principal tarefa seria a de conscientização dos posseiros quanto ao seu direito de permanência na terra, com base na legislação que dispunha sobre essa questão, especialmente o Estatuto da Terra. Ricci (2009), esclarece que, não obstante articular e coordenar a maior estrutura sindical do Brasil, por uma série de razões que não cabe aqui debater, a CONTAG era marcadamente legalista, motivo que leva camponeses que não se sentiam representados pelo sistema *contaguiano*, como os seringueiros, a criarem institucionalidades específicas na esfera dos movimentos sociais a partir dos anos 1980. Também sob a ótica da garantia do direito a terra, segundo as previsões do Estatuto da Terra, deu-se a atuação de organismos pastorais vinculados à Prelazia do Acre e Purus, da Igreja Católica.

A CONTAG vislumbrava a garantia de terra para os posseiros através da desapropriação por interesse social, de áreas a serem convertidas em projetos de assentamento. Segundo Paula (2013), a postura legalista assumida pela CONTAG foi contestada por lideranças seringueiras, justamente em decorrência da edição da EM 77/78. A representação da CONTAG orientava os seringueiros que tivessem seus direitos reconhecidos pelo INCRA, a exigirem a demarcação e regularização nos termos da EM 77/78. Contudo, as lideranças dos STRs possuíam total clareza de que a EM 77/78 era autoritária e formulada para legitimar práticas fraudulentas, além de que afirmavam que as dimensões das áreas que o INCRA reconhecia como direito dos seringueiros, era incompatível com seu modo de vida.

A recusa à alternativa oferecida pelo governo pressionado, através dos projetos de assentamento do INCRA, e à saída inerente à EM 77/78, ambas as soluções concebidas nos debates com orientação da CONTAG, e a ampliação de articulações em nível de Acre, que representava a inclusão de novos atores e perspectivas, estão na gênese de uma problemática que, se não estava claramente elaborada, indicava que as opções dadas, embora naquele contexto já representassem um avanço, não estariam adequadas ao modo de vida dos seringueiros. Muitos seringueiros foram assentados em alguns projetos e não se adaptaram.

É neste contexto, de definição e consolidação de uma proposta que garantisse a permanência dos seringueiros na terra/floresta e da reconfiguração (dando autonomia aos seringueiros) e continuidade da economia do extrativismo vegetal, equacionando o dilema entre desenvolvimento econômico, crise social e conservação ambiental, que surge a proposta de reservas extrativistas. Desta forma, e na esteira das discussões em torno do PMACI, ou

mais precisamente, das condicionalidades estipuladas pelo BID para a concessão do empréstimo para pavimentação da BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco, os seringueiros passam a defender que as novas áreas desapropriadas no Acre não deveriam ser “cortadas” pelo INCRA (o modelo de lotes individualizados), dando origem aos primeiros Projetos de Assentamento Extrativistas (Reservas Extrativistas conforme dissemos no Capítulo 1).

Tabela 1. PAEs e RESEXs no Estado do Acre

Nome da Unidade	Município	Área (Ha)	Famílias Assentadas	Cap. Total de Famílias	Ano de Criação
PAE Santa Quitéria	Brasiléia	43.858	285	300	1988
PAE Remanso	Capixaba	43.228	209	189	1987
PAE Porto Rico	Epitaciolândia	7.858	74	73	1991
PAE Chico Mendes	Xapuri	24.098	86	88	1989
PAE Equador	Xapuri	7.840	35	36	2001
Resex CM	Vários	970.570	2175	2050	1990
PAE Porto Dias	Acrelândia	24.348	81	85	1989
PAE Riozinho	Sena Madureira	30.381	82	82	1989
RESEX Cazumbá Iracema	Sena Madureira	750.794	301	320	2002
PAE Canary	Bujari	8.053	26	26	1997
PAE Limoeiro	Bujari	11.150	17	17	1998
RESEX Alto Tarauacá	Jordão	151.199	292	300	2000
RESEX Alto Juruá	Marechal Thaumaturgo	506.186	1766	1500	1990
PAE Cruzeiro do Vale	Porto Walter	76.900	269	290	2001
PAE Barreiro	Porto Acre	8.151	17	20	2005
PAE Triunfo/Porongaba	Porto Walter	24.917	188	261	2008
RESEX Riozinho da Liberdade	Cruzeiro do Sul	325.602	421	350	2005

PAE Mundurucus	Cruzeiro do Sul	8.326	14	40	2010
Totais		3.023.459	6.338	6.027	

Elaborada por João Maciel de Araújo com dados do SIPRA/INCRA (2011/2017).

Porém, como já estava patente na postura vacilante do governo do estado do Acre de então, que por um lado precisava se envolver com o PMACI e dar respostas à crise socioeconômica decorrente da expulsão de seringueiros, mas por outro, comprometia-se também com os agentes do modelo produtivo da pecuária, o extrativismo vegetal (de borracha e castanha) praticamente subsumiu mediante a evolução da noção de desenvolvimento sustentável identificada com outros componentes da chamada economia florestal (entre elas a obsessão dos governos da FPA com a exploração madeireira). No plano nacional, as bandeiras e estratégias da classe ruralista, a partir do discurso do agronegócio, ressignificaram a questão fundiária da frente de expansão da fronteira agropecuária, recaindo sobre as práticas dos seringueiros das reservas extrativistas desta região.

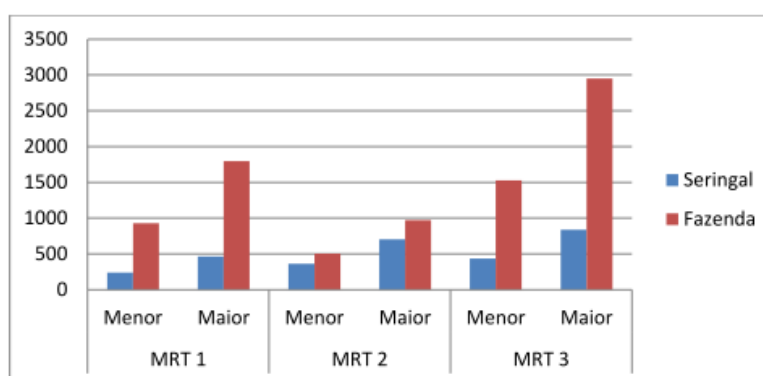
2.2 Dinâmica do mercado de terras no Alto Acre no século XXI

Embora as áreas de Reservas Extrativistas estejam formalmente excluídas do mercado de terras e mesmo a grande maioria dos seringueiros não classificando a terra como uma mercadoria (esta classificação começa a ser mais comum nas novas gerações), o cotidiano dos moradores dessas áreas é marcado pelo assédio para compra ou arrendamento de suas Colocações (ou frações de Colocações). Aos trabalhadores e outros agentes dos locais mais antigos da fronteira agropecuária (Mato Grosso, Goiás, Paraná) as notícias que lhes chegam é que o Acre é lugar de terra barata. Nesse sentido, da perspectiva destes agentes não há *a priori* distinção entre territórios protegidos e não protegidos (à exceção das terras indígenas) Em Santa Quitéria, por exemplo, encontramos migrante, de nascimento paulista, mas vindo do Mato Grosso do Sul, que chegou há pouco mais de 10 anos no local.

De acordo com o Relatório de Análise de Mercado de Terras – RAMT, produzido pela Câmara Técnica Agrônômica da Superintendência Regional do INCRA no Acre, divulgado em 2016, citando o Relatório de Mercado de Terras da Informa *Economics*, a valorização das terras da região Norte teria sido a maior registrada para o país entre fevereiro de 2013 e dezembro de 2015, com média de 67%. Segundo o relatório, investimentos em infraestrutura compensam eventuais entraves de ordem ambiental ou de documentação das terras (INCRA, 2016). Especificamente sobre o Acre, o relatório mostra que médios e grandes imóveis rurais

localizados nos municípios do Alto Acre encontram-se no grupo dos que possuem maior valor de mercado no Estado. Com base em informações do mercado imobiliário, excluindo os vícios de tendência especulativa do setor, e de amostragens que contemplam os usos econômicos predominantes (Fazenda ou Seringal), agrupados segundo três regiões geográficas que constituem o Estado, o Relatório permite uma visão panorâmica do nível de pressão a que estão submetidas as diferentes áreas, classificadas em três categorias de Mercado Regional de Terras – MRT.

Gráfico 2. Valores Referenciais Hectare por Regiões do Acre (R\$)



Dados: INCRA, 2017 – (Elaborado por João Maciel de Araújo)

No Gráfico 2 tem-se: Mercado Regional de Terras 1 – MRT 1, compreendendo os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves; MRT 2, compreendendo Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Santa Rosa do Purus e Jordão; e MRT 3, compreendendo Sena Madureira, Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Acrelândia, Senador Guimard, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil. O valor das terras MRT 3 é 64,08% maior que as do MRT 1 e 203,40% maior que as do MRT 2. Esta diferença ajuda a explicar porque um contingente considerável de assentados em Projetos de Assentamentos localizados no MRT 3, como por exemplo, do PAD Peixoto, em Plácido de Castro, tenham vendido seus lotes de pastagens e se deslocado para abertura de novas áreas em Manoel Urbano (MRT 2), ou mesmo para os municípios de Boca do Acre e Lábrea, no Amazonas, levando a uma reconcentração das terras neste Projeto de Assentamento.

O Gráfico 2 revela ainda que há uma diferença consideravelmente grande entre o valor da terra destinada a Fazenda (menor valor de R\$ 1.526,43, e maior, R\$ 2.950,24) e aquela

destinada a Seringal (menor valor R\$ 434,07, e maior ,R\$ 838,95) no MRT 3, o que representa uma valorização de 251,66 % entre as de maior valor para Fazenda e Seringal, e de 579,67% entre a de maior valor para Fazenda e a de menor valor para Seringal. O Relatório do INCRA esclarece ainda que entre os imóveis do “tipo seringal” terão maior valor aqueles que possuem Plano de Manejo Florestal, refletindo-se aí também uma elevação no preço da terra, sob a influência de uma atividade incentivada pelos governos nos últimos 20 anos, nos marcos da versão ecologizada do desenvolvimento.

Embora o relatório detenha-se na análise de médios e grandes imóveis, sabe-se que a valorização destes tipos repercute nos de menores dimensões e expõe os camponeses à pressão do mercado de terras articulado aos capitais vinculados ao agronegócio da pecuária bovina de corte, conforme mencionado no exemplo do PAD Peixoto⁹². Silva (2003, p. 152) notou que, a partir da década de 1990, na região de Brasília, empresários (na maioria comerciantes), políticos, profissionais liberais e pequenos agricultores que se sobressaíam em relação a outros, eram os compradores de terras dos assentados que, “desanimados com o descaso que sempre foram tratados”, migravam para as cidades. Nos últimos anos esta tendência se acentuou.

O RAMT 2016 indica que os imóveis mais valorizados são aqueles que dispõem de fácil acesso, notadamente os que estão às margens de rodovias pavimentadas, regra que se aplica também ao Acre. Neste aspecto cabe destacar que uma das principais mudanças pelas quais passou a região do Alto Acre, desde a criação das reservas extrativistas, foi justamente a vertiginosa ampliação das vias rodoviárias, através da abertura de ramais. A título de ilustração, cabe apontar que até o ano de 1995 a maioria das Colocações dos PAE Remanso, Chico Mendes (Cachoeira), Santa Quitéria, e Resex CM, não permitia acesso por meio de veículos automotores. Hoje esta situação (de restrição de trafegabilidade) restringe-se a uma minoria de comunidades situadas na Resex CM. Em Xapuri, por exemplo, em 1995 não havia sequer um quilômetro de ramal no interior da Resex CM; em 2018, apesar de, assim como nas outras áreas rurais da região haver grande reclamação quanto à precariedade das condições, estima-se em mais de 400 km.

⁹² Na reunião do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes, realizada em maio de 2019, o fracionamento e a comercialização de Colocações junto com o avanço da pecuária se apresentaram como os dois maiores problemas da Unidade, na interpretação das associações concessionárias. O presidente da AMOPREAB relata que há uma verdadeira corrida para compra de Colocações na Resex Chico Mendes, área de Assis Brasil, em razão dos boatos de que haverá um levantamento ocupacional na Resex, o que alimenta a expectativa de que uma vez comprada a Colocação, quando da passagem dos entrevistadores para o levantamento, aquele que ali se encontrar adquirirá direito a permanência na área.

No tocante à dominialidade formal, segundo os estatutos jurídicos que versam sobre direitos fundiários no meio rural, cabe esclarecer, no Alto Acre, o cenário atual não pode ser compreendido na chave clássica, em termos de proprietário, arrendatário, parceiro, meeiro, posseiro etc. Sendo uma área majoritariamente discriminada (embora por meio de instrumentos duvidosos como os decorrentes da EM 77/78 anteriormente mencionada), do ponto de vista oficial, da parte da classe capitalista, para quem a terra tem a função de acumulação (SILVA, 2004), embora cada vez mais crescente, são mínimos os casos em que se encontra a modalidade de arrendamento ou parceria, sendo geralmente o proprietário o mesmo agente que conduz o processo produtivo na fazenda. Da parte do campesinato, não obstante o contingente de posseiros em terras particulares, a apropriação se dá não necessariamente pela propriedade fundiária, mas, majoritariamente pelo direito de uso em terras públicas (Projetos do INCRA e Resexs).

Conforme registrou Almeida (1986), estudos sobre campesinato geralmente apresentam dificuldades de precisar quantidades de famílias, do ponto de vista estatístico, dadas as diferenças na definição dos termos. O que em alguns casos é contabilizado como várias famílias num Censo Demográfico, ou Censo Agropecuário do IBGE, para estudos que consideram questões de parentesco, pode ser considerado apenas uma família. Constatamos que há uma série de relações de co-trabalho, co-residência e/ou redistribuição de bens de forma multilateral, entre várias unidades domésticas situadas tanto no meio rural (Resex), quanto nas cidades. Em última análise este debate conceitual remete à discussão sobre configuração de casa e translocalidade avaliada por Sahlins (1997) numa escala ampliada, e utilizada por Comerford (2014) em seu estudo sobre camponeses da Zona da Mata Mineira. Em todo caso, a título de referência, podemos tomar dados de órgãos oficiais sobre família para construir um quadro aproximado da situação fundiária da região por nós estudada. Com base no cruzamento de dados do SNCR, no qual constam os proprietários de terras, incluindo os de assentados titulados e do SIPRA/INCRA, em que constam os detentores de lotes não titulados e as Colocações de Resexs, sob o estatuto da Concessão de Direito Real de Uso, a estrutura fundiária do Alto Acre apresenta perfil cuja concentração da terra é menor, ao contrário do que se desenha quando se considera somente o SNCR⁹³.

⁹³ Ainda sobre as fontes de dados relativas à estrutura fundiária há de se considerar também o banco de dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. Pelos dados do SICAR os imóveis seriam aproximadamente 886.

Para ilustrarmos o caso de um dos municípios do Alto Acre, a Tabela 2, embora não constitua com precisão os números em relação às Colocações (arredondamos para 700) da Resex CM⁹⁴, apresenta o quantitativo de estabelecimentos e áreas, cujos proprietários e camponeses possuem dominialidade formal, juridicamente reconhecida, estando, portanto, em situação de estabilidade. O quantitativo de pequenos (entre 100 e 400 Ha) e médios imóveis (entre 401 e 1.500 Ha) certamente é maior, uma vez que entre as grandes (superiores a 1.501 Ha), existem áreas de imóveis que se encontram efetivamente ocupadas por centenas de posseiros, como, por exemplo, os Seringais Albrácia e Porto Franco, que totalizam 13.339,22 hectares, mas no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, constam como 2 imóveis. Contudo, ao somarmos o número que estimamos para Colocações com os do SNCR, o resultado se aproxima aos do Censo Agropecuário 2017 (neste incluídos posseiros), que indica 1.881 estabelecimentos rurais para o município.

Tabela 2. Estrutura fundiária de Xapuri incluindo Resexs

Tipo	Quantidade	Área (Ha)	% Quant	% Área
Minifúndio	419	21.483,43	28,78	3,43
Pequena	142	25.557,60	9,75	4,08
Média	38	30.819,77	2,61	4,92
Grande	36	203.509,14	2,47	32,52
Colocações	821	344.451,00	56,39	55,04
Totais	1.456	625.820,94	100,00	100,00

Fonte: SNCR, 2019/SIPRA, 2019. (Organizado pelo autor)

Essa panorâmica sobre a situação fundiária e o mercado de terras na região, além de alertar para o quanto as áreas são cobiçadas e os moradores assediados, dá uma ideia de como seria difícil para os filhos de seringueiros atualizarem sua condição camponesa, não fosse buscando instalar-se junto aos pais, conforme é a prática mais adotada, em que pese às vezes a situação de conflito com as normas de gestão destas áreas⁹⁵. Esta é a realidade de toda a extensão da Rodovia BR-317, mas também da BR-364, e da BR-230 (Transamazônica), na

⁹⁴ Os resultados do Censo da Resex Chico Mendes, realizado em 2008/2009 numa parceria entre Secretaria de Meio Ambiente do Acre – SEMA e ICMBio indicam que as Colocações da Resex totalizariam 1932, assim distribuídas: 290 unidades em Assis Brasil; 764 em Brasiléia; 60 em Capixaba; 89 em Rio Branco; 69 em Sena Madureira; 657 em Xapuri; e 3 como Rio Branco/Capixaba. Entretanto, um levantamento ocupacional realizado pelo ICMBio na Resex Chico Mendes, no ano de 2019, estimou em 3.390 a quantidade de famílias vivendo na Unidade.

⁹⁵ Voltaremos a este assunto no capítulo 4 desta tese.

altura dos municípios de Humaitá, Manicoré, Apuí e Lábrea, no estado do Amazonas. Especificamente em relação à BR-317, cabe anotar que mesmo a população moradora das Terras Indígenas Apurinã, no trecho entre Rio Branco e o município de Boca do Acre, sofre igual assédio, tendo muitos deles adotado a prática de criação de gado.

Em face dos recorrentes crimes ambientais, trabalhistas, contra o patrimônio público e etc., em 2013, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o IBAMA do Amazonas protocolaram Ação Civil Pública contra a Agropam – Agricultura e Pecuária Amazonas S/A, empresa que administra o frigorífico Frizam, que abate bovinos no município de Boca do Acre e exporta para Manaus e outras regiões do país. Após extensa exposição que explicita os motivos da inusitada alta rentabilidade e articula diversos crimes ocasionados pela atividade pecuária na região de Boca do Acre, e de estipular em R\$ 50,00 (cinquenta reais) o valor a ser restituído à sociedade, por cada quilo de carne de animais abatidos (proveniente de áreas embargadas) e comercializado ilegalmente pelo Frizam durante os anos de 2010 e 2011, os procuradores pedem para que a 7ª Vara da Justiça Federal no Amazonas condene a referida empresa a pagar o valor de R\$ 262.560.000,00 (duzentos, sessenta e dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais) por dano moral ambiental e social coletivo. O valor deveria ser destinados ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Mas a sentença de 21 de agosto de 2014 extinguiu o processo (nº 6703-28.2013.4.01.3200), sem que a empresa pagasse qualquer valor, sob a justificativa de que em abril de 2014 o Ministério Público Federal e a Agropam firmaram um TAC Ambiental, no qual a empresa assume alguns compromissos a serem adotados daquela data em diante, no sentido de manter a “carne legal” e o MPF fica obrigado a não ajuizar qualquer ação contra ela, no que se refere aos termos do acordo. Entre as obrigações da Agropam está a de somente comprar gado de fornecedores que estejam em situação fundiária e ambiental regularizadas. O TAC foi aditado em 2016, passando a ter validade indeterminada, com avaliações anuais. Durante o processo, a estatal Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA e o Estado do Amazonas, pleitearam ingressar no processo como parte “assistente simples” da Agropam, ou seja, dispondo-se a ajudar a empresa, já que, segundo informações da própria estatal, a CIAMA aportou R\$ 4.960.994,11 (quatro milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e noventa e quatro reais, onze centavos), dos R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) do valor total do investimento

no frigorífico⁹⁶. O pleito de ingresso da CIAMA e do Estado do Amazonas no processo foi julgado desnecessário diante da homologação do TAC.

No curso da BR 317, no lado amazonense, a busca por terras para a criação de gado de corte mantém práticas de violência contra posseiros. Em 2018, jornais regionais noticiaram que fazendeiros mantinham milícias, compostas por policiais militares do Acre e Amazonas, para expulsar moradores de áreas situadas na divisa entre os dois Estados⁹⁷. Mas uma tática de expulsão de assentados de reforma agrária utilizada para viabilizar a pecuária é especialmente ilustrativa a título de comparação entre os dois cenários (Baixo Acre e Alto Acre), sobretudo porque no Baixo Acre se utiliza a pecuária para a tomada de áreas de reforma agrária por fazendeiros.

No município de Boca do Acre, é conhecida a prática de um fazendeiro, o empresário que responde pela Agropam, ligado a políticos do Amazonas, envolvido em esquemas de corrupção de agentes públicos para grilagem de terras e desmatamento ilegal⁹⁸, condenado por trabalho escravo, etc, que fazia contratos com cláusulas abusivas para forçar assentados do PA Monte a lhe venderem seus lotes. O fazendeiro oferecia vacas para criação em regime de arrendamento, com a condição de que o assentado que arrendasse o pasto lhe entregasse 40% do total de crias das vacas após um período de 4 anos. O detalhe é que a cláusula do contrato, que, apesar de abusivo em vários casos, foi reconhecido como legítimo em ações judiciais, determinava que os 40% teriam de ser de animais machos, de maneira que o não cumprimento daria o direito ao fazendeiro de forçar a liquidação da dívida tendo prioritariamente o imóvel do assentado como parte do pagamento (ou seja, o assentado deveria passar o lote ao empresário, que lhe pagaria a diferença). O agente da CPT de Boca do Acre estima que ao longo de mais ou menos uma década o fazendeiro tenha se apropriado de cerca de 300 lotes do assentamento, perfazendo em torno de 30.000 hectares.

⁹⁶ Informações dos valores obtidos na página da CIAMA: <http://www.ciama.am.gov.br/pagina.php?cod=26>. Acesso em 26 de julho de 2020.

⁹⁷ Em 16 de maio de 2018, a Polícia Civil do Acre prendeu 1 sargento da PM do Acre e 3 soldados da PM do Amazonas, numa área rural na divisa entre Porto Acre (AC) e Boca do Acre (AM). Os mesmos foram contratados por um fazendeiro para expulsarem pequenos posseiros numa área de que o fazendeiro alegava ser proprietário. Sobre a formação de milícias por fazendeiros de Boca do Acre, ver Denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal no Amazonas: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/denuncia-ojuara-crime-de-milicia>.

⁹⁸ Mais informações sobre denúncias de desmatamento, nesta nota de 2019, na página do Ministério Público Federal no Amazonas: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/723344193/operacao-ojuara-mpf-denuncia-22-envolvidos-em-crimes-ambientais-no-ac-e-no-am>.

Com base no adensamento demográfico na Reserva Extrativista Chico Mendes, ocasionado pela formação de novos núcleos domésticos, de filhos e netos, o Conselho Deliberativo da referida Resex expediu a Recomendação nº 001, de 31 de outubro de 2008, solicitando ao INCRA que cadastrasse os moradores em situação “irregular” na Resex CM, dando-lhes prioridade para assentamento em projetos a serem criados no futuro, uma vez ser impossível que estas famílias permanecessem na Resex. Desde a data da Resolução, o INCRA criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos, no ano de 2009, em Brasiléia, com área de 14.362,05 hectares (280 famílias); no ano de 2012, em Capixaba, o PDS Nova Promissão, 5.718,35 hectares (144 famílias) e o PDS Campo Alegre, 3.291,49 hectares (107 famílias), voltado ao assentamento de famílias com ordem de despejo da faixa de fronteira boliviana. Ou seja, a oferta de terras pela reforma agrária oficial, no período, foi limitada, se considerarmos a elevação da demanda não somente interna à região, como também de pessoas provenientes de outras regiões.

O melhoramento das vias de acesso às áreas de Resexs foi sempre colocado como demanda por parte dos seringueiros, tanto por questões do isolamento e dificuldades em casos de emergências de atendimento médico, por exemplo, mas, sobretudo, como necessidade para viabilizar o escoamento da produção. As iniciativas em torno do manejo madeireiro comunitário, e outras circunstâncias favoráveis ao diálogo dos camponeses com as diferentes esferas da administração pública, conferiram nova realidade à mobilidade no interior dessas áreas, e destas com os núcleos urbanos dos municípios. Na Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri, por exemplo, até 1997 não havia sequer um quilometro de ramal e em 2018 estimava-se em mais de 400 km. Neste quesito, a Resex CM não era exceção e praticamente todos os PAEs da região do Alto Acre se serviam de limitada quantidade de ramais que permitiam rodagem. Ao mesmo tempo que trouxeram maiores facilidades na locomoção dos moradores, os ramais funcionam como atrativos para aqueles que buscam terra para a formação de fazendas de gado.

Se os investidores mais “profissionais” da pecuária mantêm certo receio em imobilizar capital em terras que não sejam tituladas, tendo clareza quanto às restrições de uso de uma Resex do SNUC, ou mesmo de PAEs, e contornam este empecilho por outros meios (usando ‘laranjas’, quando se arriscam), “os aventureiros”, novos fazendeiros, oriundos das classes de servidores públicos ou comerciantes locais, não receiam, assediam os moradores e, se for o caso, compram áreas mesmo sabendo das restrições. Quanto melhor for o acesso, maior será o

valor oferecido. Contudo, deve-se observar que, de maneira geral, o acesso, ou o ramal, para os seringueiros, tem sentido maior que somente a valorização do lugar, embora não descartem e sintam orgulho por isso. Mas o ramal para seringueiros está mais associado à possibilidade de se locomover, conforme discutiremos no próximo capítulo.

O Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre – ZEE é muito superficial no que se refere à definição de zonas para o uso do solo. O atendimento à demanda econômica tem sido o fator primordial de definição das Zonas. Ou seja, se uma Zona já está desmatada pelo desenvolvimento da pecuária bovina, numa mesma microbacia é possível que haja outra, em contiguidade, que ainda está preservada em razão de ser Unidade de Conservação, possuindo para o ZEE outra função, com outros arranjos produtivos. Dispostas geograficamente uma ao lado da outra, é óbvio que haverá o estabelecimento de relações e fluxos entre pessoas e influência da atividade econômica mais consolidada em relação às menos consolidadas.

Esta lógica de condução do ZEE é ratificada pelo documento “Síntese do Documento Referencial de Elaboração do Mapa de Subsídios à Gestão Territorial e Ambiental do ZEE-Acre, ZEE Fase III – 2018”, que revela um incremento de 46,6% entre 2007 e 2018 na área da “Zona 1 – Consolidação de sistemas de produção sustentáveis”, que apesar do título é na realidade a área onde se consolida a pecuária. Esta Zona é constituída por Projetos de Assentamentos – PAs (Projetos de Assentamento diferenciados, PDS e PAEs, estão agrupados na Zona 2), pequenas, médias e grandes fazendas e seringais, e passou a ocupar 35,9% do território do Estado. Considerando que dados do INCRA revelam que no período de 2007 a 2018 foram criados somente nove novos Projetos de Assentamento na modalidade PA, perfazendo cerca de 38.669 hectares, é praticamente certo que o incremento se dá em função da regularização das propriedades maiores.

Esta hipótese se torna especialmente pertinente, na medida em que observamos as áreas que foram identificadas como demandadas para a criação de PAEs⁹⁹, portanto para a Zona 2, no documento “Indicadores para a Gestão Territorial, do ZEE Fase I”, das quais algumas apareciam sobrepostas no mapa com indicações voltadas à consolidação da produção, portanto, Zona 1. Um exemplo concreto é a área do Seringal Mercês, situado nos municípios de Rio Branco e Bujari, com 130.390 hectares e com expressivo conflito, pois o fazendeiro interditava vias de acesso, o que prejudicava cerca de 500 famílias de seringueiros, no início dos anos 2000: no primeiro mapa a área aparece como indicada para criação de um

⁹⁹ Segundo o ZEE Fase II eram 27 áreas, perfazendo cerca de 1.000.000 ha.

PAE, no segundo, como área com predominância de agricultura familiar, médios e grandes empreendimentos. No documento “Síntese do ZEE Fase II”, de 2010, a área já consta somente no mapa da Zona 1. E não foi criado PAE neste seringal, demonstrando a mudança de rumo que se processou desde a publicação da primeira fase do ZEE.

Por outro lado, a Zona 3 do ZEE – “Áreas prioritárias para ordenamento territorial – regularização fundiária” - apresenta uma redução de 51,7% entre 2007 e 2018, passando a corresponder a 12,5%. A Zona 3 foi classificada como foco principal do ZEE Fase III, uma vez que nela estariam incluídas as áreas de conflitos fundiários. Note que na lógica do que ocorreu em relação ao PAE que era reivindicado por seringueiros posseiros do Seringal Mercês em 1999, é possível que a redução da Zona 3 tenha se dado pela eliminação dos conflitos fundiários através do favorecimento à grande propriedade. Querendo ou não, o caso dos mapas superpostos do ZEE, especialmente no que concerne ao caso do seringal Mercês, é uma expressão das contradições do desenvolvimentismo e da própria experiência do período da democracia recente do país, com as classes historicamente dominantes agindo por dentro da burocracia estatal.

Costa (2003) menciona as ambiguidades e contradições do governo estadual em relação ao ZEE, ao notar que as áreas de interesses de particulares eram poupadas de eventuais imposições de regras voltadas à conservação, enquanto se acentuavam conflitos entre órgãos estaduais e federais, encarregados do encaminhamento de resoluções de demandas de diferentes populações (seringueiros, indígenas e assentados).

Uma das principais medidas no reordenamento territorial influenciadas pelos indicativos do ZEE no Estado do Acre, que demonstra o preterimento das Resexs nos últimos 20 anos, foi a criação do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório, no município de Tarauacá, em 2008, com 485.319 hectares, que removeu seringueiros do interior da floresta para áreas próximas à rodovia BR-364, com a finalidade de realizar concessões florestais à empresas.

Outro caso, ainda mais arbitrário, de desconsideração aos pressupostos e indicações explícitas do ZEE, diz respeito à atividade sucroalcooleira no Acre. Além de um polêmico debate nacional em torno das ressalvas a esta atividade na Amazônia, o ZEE do Acre não fazia qualquer menção a ela. Em 2011, a Lei nº 2.445, de 8 de agosto de 2011, e o Decreto 2585, de 13 de setembro de 2011, regulamentam a atividade e, em dezembro daquele ano, a Comissão de Incentivos à Política de Atividades Industriais do Estado do Acre – COPIAI,

através da Resolução nº 42 de 13 de dezembro de 2011, concedeu isenção de ICMS na ordem de R\$ 250.138.102,35 (duzentos cinquenta milhões, cento e trinta e oito mil, cento e dois reais e trinta cinco centavos, para um período de 10 anos) para a Alcooverde S.A. cuja usina para produção de etanol é instalada no município de Capixaba¹⁰⁰. A título de comparação, para ilustrar as inclinações econômicas do governo, entre outubro de 2009 e dezembro de 2012, por exemplo, a referida COPIAI aprovou concessões que somavam R\$ 6.577.707,08 (seis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e sete reais e oito centavos) em incentivos de ICMS à Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre – COOPERACRE. Ou seja, o governo concedeu à COOPERACRE uma média anual de 8,8%, do que concedeu à Alcooverde S.A.¹⁰¹.

2.3 Corrida pela terra e pecuária bovina de corte: por que os seringueiros criam gado?

Em maio de 1986, uma imobiliária denominada Terras do Acre Ltda., de propriedade de um empresário de Presidente Prudente (SP), anunciava no Jornal Folha de São Paulo, imóveis à venda, classificando o Acre em seu slogan como “O filé mignon da Amazônia”¹⁰². Uma série de vantagens comparativas confeririam, segundo a propaganda da imobiliária, um futuro promissor ao Acre, entre estes, a existência dos 1.300 km de rodovias. Destacava ainda que ali estaria o “Melhor rebanho bovino do Brasil”, que seria mérito dos pioneiros que formaram as primeiras fazendas no Acre.

No mesmo período deste anúncio, quando a ideia de Resex se difundia, Chico Mendes denunciava na imprensa local os preparativos dos fazendeiros para ampliação das áreas de pastagens a partir de grandes derrubadas durante o verão daquele ano, e que na prática representavam danos ambientais, econômicos e sociais ao Acre¹⁰³. Uma dessas derrubadas, que os seringueiros interromperam através de empate, repercutiu na imprensa nacional (por

¹⁰⁰ A Alcooverde S.A se instalou contrariando o Decreto Presidencial nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprovou o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, elaborado pela EMBRAPA, no qual o Acre, assim como os demais estados do bioma Amazônia, são excluídos do plantio de cana.

¹⁰¹ No período mencionado, a COPIAI aprovou também (em dezembro de 2009) a concessão das instalações de uma Unidade Industrial Processadora de Castanha do Brasil, localizada no Polo Agroindustrial de Xapuri, à COOPERACRE.

¹⁰² Lançado em abril de 1986, o empreendimento se voltava, entre outras, à venda de terras localizadas no município de Brasiléia. Em junho de 1986, durante o 1º Encontro Regional dos Seringueiros do Vale do Acre, realizado em Rio Branco, os seringueiros e movimentos sociais fazem uma crítica ao empreendimento, elegendo como tema de seu Encontro o slogan “O Acre não está a venda” (ALLEGRETTI, 2002).

¹⁰³ Em texto publicado em 17 de maio de 1986 no Jornal A Gazeta do Acre, de Rio Branco, para dar uma noção dos prejuízos econômicos, Chico Mendes fazia um balanço de quantas seringueiras e castanheiras já haviam sido derrubadas e apresentava uma projeção de quantas se perderiam naquele ano caso os fazendeiros realizassem o que estavam prometendo.

exemplo, Folha de São Paulo e Rede Globo de televisão, através de matéria no Globo Rural). Tratava-se do caso da Fazenda Nazaré (Fazenda Bordon), do empresário Geraldo Bordon, que possuía autorização do IBDF para desmatar 700 hectares de floresta naquele ano, para formação de pasto, na região dos seringais Nazaré e Floresta, em Xapuri. A intenção do Grupo Bordon na região, segundo declarava seu proprietário aos jornais, seria a de implantação de um frigorífico. O local onde seria instalada a Fazenda Nazaré compreende parte do que hoje é a Comunidade Rio Branco, na Resex CM, e até hoje o período do conflito é muito presente na memória de vários moradores.

O conflito envolvendo seringueiros e o grupo Bordon em Xapuri se arrastava desde o início dos anos 1980, mas em 1986 se tornou ainda mais relevante porque deu maior notoriedade aos desmandos do poder público na região do Alto Acre. Quando os seringueiros decidiram “empatar” o desmatamento, tendo em vista que afetaria estradas de seringa e moradias de Colocações de seringueiros, o juiz da comarca de Xapuri, baseado na licença concedida pelo IBDF, determinou que fosse destacado um grupamento policial para garantir que a derrubada tivesse prosseguimento. Os seringueiros mantiveram-se firmes em oposição, denunciaram que os procedimentos de concessão da licença eram torpes e que não refletiam a dimensão do impacto ambiental que o desmatamento geraria, e ocuparam, em protesto, a sede do IBDF em Xapuri. O episódio revelou que o conflito em Xapuri era tenso e aberto. Alguns alunos e professores da Universidade Federal do Acre e parte da opinião pública do Acre em geral se sensibilizaram com o caso, pressionando a governadora do estado a se posicionar (ALLEGRETTI, 2002).¹⁰⁴

A governadora, que assumira o governo em maio daquele ano, devido à vacância do cargo em função da saída de Nabor Júnior, eleito para o Senado Federal, fez declarações em favor do direito dos seringueiros e gestões junto ao Ministério da Agricultura, instância à qual o IBDF estava vinculado, pedindo anulação da autorização. Os seringueiros estenderam seus atos de protesto, ocupando o saguão da Assembleia Legislativa do Acre, em Rio Branco, e após inegável constatação de que a licença não tinha respaldo técnico, o juiz ordenou que a polícia militar se retirasse do local e se fizesse um acordo entre os seringueiros afetados e o gerente da fazenda. Mas, segundo denunciava Chico Mendes, o oficial de justiça se negava a cumprir o mandado.

¹⁰⁴ Marina Silva participou deste Empate, quando estabelecia seus vínculos políticos com o movimento seringueiro.

O exemplo deixa claro que ao contrário do que frequentemente se difunde no senso comum, o Alto Acre, como região de fronteira (geográfica e econômica) não era uma terra sem lei. Era uma terra cuja lei tinha um lado, que sem dúvida não era o do seringueiro (há relatos de maus tratos de seringueiros, torturas pela polícia encomendadas por patrões etc.). O episódio revelou, a quem estava distante, que o Estado se colocava contra os seringueiros. Seringueiros, por serem seringueiros, eram constrangidos a ponto de não se dignar a fazer uma queixa na polícia contra os abusos de patrões, fazendeiros ou marreteiros. Autoridades locais, prepostos da lei e do autoritarismo que emoldurava a ação do Estado na região, mantinham relações de cumplicidade e promiscuidade com os detentores de poder econômico, sendo tal estado de coisas concebido como normal pela grande maioria da população. O Prefeito de Xapuri, à época do assassinato de Chico Mendes, casou-se com a filha do irmão do assassino confesso, tendo como padrinho o delegado de Xapuri e um vereador de Brasília.

A resistência dos seringueiros e as denúncias de irregularidades no caso deste desmatamento, mais tarde culminaram com a transformação de boa parte da área de que o grupo Bordon dizia ser proprietário, na Resex CM. Aliás, desde a época do conflito dos seringueiros de Xapuri com a Bordon, ocorreram mudanças importantes em relação à agricultura no mundo, e apesar disso manteve-se em ritmo acelerado a expansão da pecuária bovina de corte no Brasil, e no Acre em particular. A Bordon, à época a principal empresa frigorífica de carne bovina do país, que no início dos anos 1980 decidira se instalar no Acre porque contava com irrestrito apoio das instituições públicas, passou a ser controlada pela JBS S/A – Friboi, nos anos 1990. O caso do controle da JBS S/A sobre o Grupo Bordon, assim como da Swift, Anglo, entre outros frigoríficos em praticamente todos os continentes, ilustra o estágio da mundialização da agricultura, que, conforme apresenta Oliveira (2016), passou a ser a regra da produção no campo.

O estágio atual caracteriza-se por práticas diferentes daquelas que o Grupo Bordon tentava concretizar no Acre, quais sejam, implantar uma fazenda para criação de gado, mas também um frigorífico para industrialização da carne. Em declaração registrada em documentário da série “A década da destruição”, o gerente da Fazenda Bordon, Tomaz Coelho, afirmava que, a partir de 1987, a Fazenda deveria desmatar uma média anual de 200 alqueires (em torno de 400 hectares), para garantir a pastagem necessária a manutenção e

expansão do rebanho, que àquela altura era de 3.782 cabeças¹⁰⁵. No modelo de domínio da JBS S/A, entretanto, que juntamente com a Marfrig Global Foods S/A e a Minerva S/A, integra um fortíssimo oligopólio, a produção de carne se expande pela monopolização territorial, através da subordinação dos produtores (incluindo camponeses), e o papel principal do oligopólio é a comercialização em escala nacional e internacional (OLIVEIRA, 2016).

Em função da oposição dos seringueiros, a Bordon não instalou o frigorífico que planejava, tampouco logrou a implantação anual de 400 hectares de pasto, o que significaria que em pouco mais de uma década, a região que hoje corresponde à comunidade Rio Branco estaria toda convertida em pasto, sem as cerca de 132 famílias que atualmente ali moram¹⁰⁶. Por outro lado, confirmando a dinâmica apresentada por Oliveira (2016), as observações em campo revelam que os que ali moram têm na criação de bezerros uma fonte de renda relevante. Bezerros estes que, se não exportados para outros estados, mais tarde serão abatidos em algum frigorífico vinculado a uma dessas grandes empresas que dominam o mercado da carne. Ou seja, não restam dúvidas de que a introdução da pecuária bovina no Acre é anterior ao processo iniciado nos anos 1970 e os seringueiros, como camponeses com ascendência sertaneja, há muito tinham o hábito de criar gado (SILVA, 2019). Mas sua participação na atualidade do Alto Acre, integrados marginalmente à cadeia da produção de carne bovina, deve-se a esta reconfiguração da dinâmica do capital no campo, levada a termo pelas facilidades concedidas pelo Estado.

Só se pode compreender a dinâmica do mercado de terras, ou da corrida pela terra no Alto Acre, buscando as causas do avanço da pecuária bovina de corte no estado e na Amazônia de maneira geral. Diante do que considerava até 2002 um incipiente aporte de financiamentos via FNO para investimento direto dos seringueiros na pecuária, Elder Paula (2013) suspeitava que a expansão do gado bovino em reservas extrativistas devia-se aos subsídios oficiais às atividades extrativistas, cujo excedente proporcionado se converteria em investimento em uma atividade mais segura, que seria a pecuária (apesar de ambos os componentes, financiamento e maiores ganhos do extrativismo, contribuírem para acreditamos que se deve minimizar a importância da participação dos ganhos com extrativismo – a exceção da castanha, que aliás por limitações ecológicas de ocorrência de

¹⁰⁵ A declaração do gerente pode ser vista a partir do minuto 9'45" do documentário de Adrian Cowell e Vincent Rios, "Chico Mendes: eu quero viver". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cUr2t3Te8Jo>.

¹⁰⁶ Dados do levantamento ocupacional realizado pelo ICMBio em 2019. Retomaremos a discussão sobre famílias que constituem uma comunidade.

castanheiras, não é expressiva em muitos casos – pois no caso da borracha a produção foi limitada e decrescente desde então).

Valério Gomes (2009) e Márcia Fittipaldy (2017), cada um a seu modo, relatam a preponderância da criação de gado como atividade produtiva em comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes, enquanto um sintoma da falta de políticas de apoio ao extrativismo, gerando desentendimentos entre os moradores e os governos, sendo que Fittipaldy (2017) levanta a hipótese de que a falta de apoio à produção extrativista seria proposital, para forçar os seringueiros a aderirem ao manejo madeireiro comunitário, pois assim, diz a autora, “[...] serão atendidos os interesses das grandes corporações e do agronegócio da madeira no Estado” (FITTIPALDY, 2017, p. 122). Por um lado essa suspeita não pode ser descartada, sobretudo quando ouvimos lideranças ou gestores do governo tecendo críticas aos moradores por preterirem o manejo, em relação ao gado. Porém, os interesses vinculados ao manejo não são necessariamente divergentes dos interesses da atividade pecuária, pois proprietários de madeira, não raro, são também fazendeiros.

De fato, todos os seringueiros com quem conversamos entendem a pecuária bovina como “um investimento seguro, uma poupança”. Apesar da referência à poupança, o conceito é relativamente diferente daquele empregado no sistema bancário, onde o valor poupado geralmente ali está para receber a remuneração. Classificar o gado como poupança tem muito mais a ver com a liquidez certa “numa hora de precisão”. Esta perspectiva reforça que eles agem como camponeses, tendo a garantia de sustento da família e do patrimônio a ser legado para os filhos como central. Nos últimos anos a relação dos seringueiros com a criação de gado tem se estreitado a ponto de, no aspecto produtivo, serem muito tênues as diferenciações entre o “camponês da lavoura” e o “camponês florestal”, pois, conforme notou Silva (2004) no início da década de 2000, a atividade produtiva deste último já não era necessariamente o extrativismo.

Nada do que os autores apontaram sobre a relação dos camponeses do Acre com a pecuária deve ser descartado. A “segurança” que os camponeses atribuem ao gado decorre de fatores macroeconômicos e do aporte institucional e fiscal dos governos. A expansão constante do mercado para carne bovina produzida no Brasil, o poder do patronato ruralista, as características da economia brasileira, mas também a debilidade dos incentivos a outras atividades, o rápido retorno e liquidez do gado, a facilidade no escoamento e tantos outros fatores são apresentados pelos camponeses, que, apesar de terem aí uma segurança, sobretudo

os de mais idade, fazem uma analogia ao caso da borracha para lembrar os riscos de quem depende de um único produto (risco da monocultura). Ademais, o que a princípio se apresenta como oposição, entre o grande pecuarista exportador e o camponês que possui poucas cabeças, na realidade está em estreitas interconexões.

Trata-se de um processo complexo, onde se entrelaçam diferentes capitais econômicos. Conforme observou Oliveira (2016), a partir da década de 1990, um número relativamente reduzido de empresas com alcance internacional atuam como *players* mundiais determinando a dinâmica da atividade agropecuária em todo o globo. Este processo implica na territorialização do monopólio e na monopolização territorial pelo capital, a partir da subordinação da produção no campo, neste último caso, favorecida por arranjos estatais que permitem a circulação e direcionamento dos capitais para a produção de determinadas *commodities*, cuja comercialização é controlada por empresas que em muitos casos não possuem terras, ou sequer participam da produção direta.

Ao passo que monopoliza o uso da terra, a pecuária bovina de corte, num movimento contraditório, une e separa os diferentes agentes, situados nas diferentes fases do ciclo da atividade. Em linhas gerais, pode-se observar: a fase de cria marcada pelo trabalho dos camponeses que cuidam do gado até a desmama; na recria estão situados predominantemente os criadores de médio porte; e a engorda é a fase em que majoritariamente estão aqueles mais capitalizados, que repassam aos grandes frigoríficos. Segundo dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, com 531 mil cabeças de bovinos, o Alto Acre concentra 25% do rebanho do estado. De aproximadamente 5.340 estabelecimentos onde se desenvolve a pecuária no Alto Acre, em torno de 56% corresponde aos que criam menos de 50 cabeças. É neste grupo que estão situados a maioria dos moradores das Resexs que criam gado, sendo, paradoxalmente, “livres” para comercializarem seus bezerros.

Cunha e Almeida (2017) esclarecem que a luta dos seringueiros do Juruá era contra a violência para a imposição do monopólio comercial dos patrões, tornando-os *cativos*, um dos elementos que distinguiam sua luta em relação aos seringueiros da região do Alto Acre. “Os seringueiros do vale do Acre, a leste, abandonados pelos antigos patrões que haviam vendido seus títulos aos recém-chegados fazendeiros, eram *libertos*, podiam vender a quem quisessem” (CUNHA e ALMEIDA, 2017, p. 286). É fato que na maioria dos seringais do Alto Acre, àquela altura, não havia seringalista. Entretanto, a liberdade para venda da produção a quem se desejasse, atrelada à noção de “seringueiro autônomo” (PORTO-

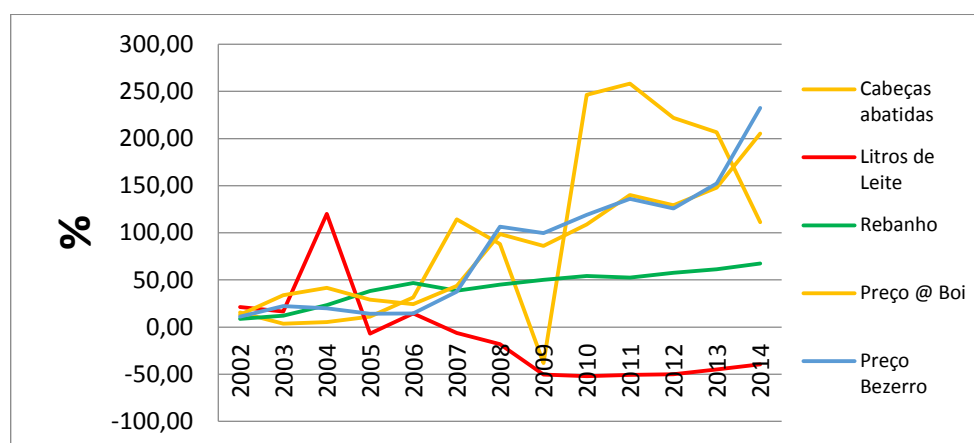
GONÇALVES, 2003; ALLEGRETTI, 2002), ou seringueiro *liberto*, era somente aparente, pois comerciantes com monopólio na distribuição de gêneros industrializados montavam redes de marreteiros por eles aviados, conforme notou Paula (2013). Portanto, a ideia de seringueiro autônomo em muitos casos oculta uma exploração ainda maior, pois na relação com marreteiros aviados a exploração se acentuava. Por isso, a partir dos anos 1990, no Alto Acre, a Cooperativa se fez tão relevante, uma vez que passou a regular o preço dos produtos extrativistas e a inviabilizar o esquema de super-exploração levado a cabo pelos marreteiros.

Conforme mencionamos no primeiro capítulo, a política econômica adotada pelos governos do PT do Acre teve como um dos pilares a proximidade com grupos de diferentes setores da economia. Assim, ao mesmo tempo em que a propaganda oficial fazia crer que o governo era “da floresta e dos povos da floresta”, em contraposição àqueles a quem os povos resistiram, o governo tomava as providências exigidas pelo patronato do agronegócio. Da mesma forma, ao analisarmos a contribuição do CEMACT ao processo de regulamentação (naturalização) do manejo madeireiro em comunidades, constatamos o quanto a Federação da Agricultura do Estado do Acre – FAEAC, vinculada à Confederação Nacional da Agricultura – CNA, teve presença decisiva naquele Conselho. Aliás, além de honorárias recebidas do Governo do Estado (assim como padrões com sobrenomes associados à pecuária do Acre), o dirigente da FAEAC é referência nacional do patronato rural em matéria de política ambiental, tendo sido, inclusive, o representante da CNA no processo de reforma do Código Florestal (AMPARO, 2016).

Se na esfera federal, as últimas décadas se caracterizaram por uma clara divisão entre Ministério da Agricultura para o agronegócio e Ministério do Desenvolvimento Agrário para a agricultura familiar, na esfera estadual, a correspondência foi: Secretaria de Agricultura e Pecuária – SEAP para o agronegócio e SEAPROF/SEATER para a produção familiar. Isto não significou uma divisão radical, mas incidia sobre a escolha do secretariado correspondente, sempre com a nomeação de alguém indicado, ou autorizado pela Federação patronal no caso da SEAP, e alguém vinculado a movimentos sociais no caso da SEAPROF/SEATER. Na prática esta divisão tem mais um caráter simbólico, visto que em relação a outros setores da administração pública, conforme demonstra o exemplo da política ambiental, mencionada no primeiro capítulo deste trabalho através da exemplificação das decisões do CEMACT em relação ao manejo florestal, em grande parte das decisões prevaleceram os interesses dos setores patronais.

Há uma previsão de retirada da vacina contra a febre aftosa no Brasil até 2026, sendo que o primeiro lote de estados a alcançarem o reconhecimento foram o Paraná, parte do Mato Grosso e, notem, Acre, Rondônia e parte do Amazonas. Ao serem reconhecidos como área livre de aftosa sem vacinação, estes estados, a vanguarda fitossanitária nacional, alcançaram em 2020 uma posição de vantagem comercial em relação aos demais, pois passaram a acessar novos mercados para a carne bovina que aí se produz. Está claro neste caso, que a inclusão do Acre neste primeiro lote, decorre da atenção dispensada pelos governos do PT ao setor durante os últimos vinte anos.

Gráfico 3. Variação Acumulada de Indicadores da Pecuária do Acre – 2001/2014
(cabeças)



Fonte: Acre em Números; CEPEA/ESALQ, 2018. – Elaborado pelo Autor¹⁰⁷.

O gráfico 3, acima, evidencia que a pecuária do Acre de fato especializou-se na criação de animais destinados à produção de carne, visto que a produção de leite decaiu no período observado (saiu de 8.577.300 litros em 2001, para 4.353.840 litros em 2014), o que é também verificável pela origem dos produtos lácteos nos supermercados do estado¹⁰⁸. Não

¹⁰⁷ Os dados relativos ao rebanho, cabeças abatidas e litros de leite produzidos são fornecidos pelo Instituto IDAF, em edições do Acre em Números (2003; 2005; 2007-2008; 2011; 2013; e 2017); o preço da arroba do boi e do bezerro (saindo de R\$ 312,20 em 2001 para R\$ 1.038,20 em 2014), a título de referência, é a média CEPEA/ESALQ. No caso do bezerro o indicador é ESALQ/BM&FBOVESPA – MATO GROSSO DO SUL.

¹⁰⁸ No início da década de 2010, houve um debate em torno de incentivos tributários à pecuária, no âmbito das discussões sobre o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA. O debate envolvia ONGs, órgãos oficiais de pesquisa, Secretarias de Governo e a organizações representantes da classe patronal mais vinculada ao agronegócio. Porém, neste espaço, havia especial atenção para formular incentivos à pecuária leiteira. Em relação a incentivos através do ICMS à pecuária de corte, deve-se observar que mesmo os cenários mais favoráveis a ela, indicados pelos especialistas, não se aproximavam do que efetivamente foi implementado. Os modelos apresentados à época, levando em conta questões ambientais e econômicas, previam incentivos que

temos a menor pretensão de fazer observações zootécnicas ou microeconômicas sobre a pecuária do Acre, mas sabe-se que dependendo da finalidade a que se destina, haverá implicações relativas ao uso e manejo de solo, emprego de mão-de-obra, e atividades de suporte associadas, em razão da produtividade e da renda. Na pecuária dedicada à produção de leite, uma quantidade de animais numa área de terra gerará uma renda diferente daquela destinada a corte. De outra parte, o gráfico 3 evidencia a evolução em ascendência constante do preço da arroba e do bezerro.

Curiosamente, a acentuação da alta no preço da arroba do boi/vaca, a partir de 2012 repercutiu reduzindo o volume de animais abatidos nos frigoríficos instalados no Acre (conforme Gráfico 3). A partir deste período se torna mais vantajoso aos grandes pecuaristas, especializados na fase de engorda, enviarem os animais para abate fora do estado, geralmente com preços mais elevados. Tal situação decorre da edição do Decreto 4955, de 11 de dezembro de 2012, que reduz em 60% para machos, e 45,45% para fêmeas, a cobrança de ICMS sobre operações de saídas de gado bovino para abate fora do estado, cujos efeitos foram ininterruptos, através de sucessivas reedições até 16 de setembro de 2013. Em seguida foram editados decretos de regulamentação do Convênio ICMS nº 126, de 11 de outubro de 2013, que autoriza o governo do estado do Acre a reduzir em até 80% a cobrança de ICMS sobre operações de saídas de gado bovino para abate nos Estados do Amazonas e Rondônia.

A dinâmica da expansão da pecuária na região do Alto Acre, exceto pela garantia dos territórios dos camponeses através da criação das Resexs, é similar ao que ocorre no município de Boca do Acre (AM), também na BR-317, na região da Ponta do Abunã (Distritos de Nova Califórnia, Extrema e Vista Alegre do Abunã) em Rondônia, e partes do município de Lábrea (AM), com acesso através da BR-364, ou por Boca do Acre. Relativamente mais afastado deste eixo, essa é a dinâmica também no município de Apuí, conforme demonstra estudo de Galuch e Menezes (2020). Muitos fazendeiros, estabelecidos em Rio Branco, são proprietários de fazendas no Acre e Amazonas, ou na Ponta do Abunã (ou nos três). Nesse sentido, além dos incentivos através do ICMS concedido no envio de animais para abate, na prática, as agências fiscais não possuem controle, pois um fazendeiro pode declarar que está transportando bois de uma propriedade do Acre para uma em Rondônia, ou Boca do Acre, quando na realidade está enviando para o frigorífico. Não obstante os

seriam repassados aos criadores (da fase de engorda), através da indústria frigorífica. Ou seja, não se cogitava incentivar a saída de animais para abate em outros estados.

constantes protestos de pecuaristas de Rondônia em relação à política do ICMS adotada durante os governos de Tião Viana, no novo cenário político (a partir dos resultados das eleições de 2018), os governos dos três estados falam na consolidação de um distrito agropecuário, cujo nome anunciaram em 2019 durante a Expoacre, AMACRO. A ideia da criação da AMACRO inspira-se na iniciativa MATOPIBA¹⁰⁹, que entre outras consequências, busca facilitar a aquisição de terras por investidores estrangeiros, conforme Silva & Calaça (2019).

A propósito de mercado deve-se levar em consideração que a pecuária de corte não gera somente uma variedade de cortes de carnes que são absorvidos por diferentes segmentos em diferentes estados do Brasil e outros países, há ainda couros, miúdos etc. Em razão dos objetivos de nosso estudo, para os quais a menção à pecuária bovina de corte no Acre tem caráter acessório, não apresentamos dados sistematizados sobre volume de exportação da indústria frigorífica do Acre, cabendo registrar, no entanto, que segundo dados do Instituto IDAF, divulgados nas publicações do Acre em Números, foram abatidas 5.516.638 cabeças de bovinos, entre os anos de 2001 a 2014 nos estabelecimentos sob inspeção sanitária estadual e federal. Dados da SEFAZ do Acre indicam que no período de 2008 a 2018 o Acre exportou cortes diversos de carne bovina para todos os estados da Federação, apesar do maior volume ser destinado a São Paulo.

A retomada do modelo primário-exportador da economia brasileira, especialmente no que concerne à produção de carne bovina, revigorou o avanço da fronteira agropecuária sobre a Amazônia brasileira. Dados do IBGE revelam que a região saiu de 14% em 2010, para 22% do rebanho nacional em 2017, saltando da quarta para a segunda posição, que também corresponde à posição quanto ao volume de animais abatidos. Para compreensão das condições que levam ao avanço do agronegócio é necessário considerar o conjunto de políticas a ele destinadas. Como ensina Pierre Bourdieu (2014), devemos buscar a compreensão para os desdobramentos desta esfera de poder como “atos de Estado”, uma concepção que admite as derivações e ordens dele imanente como “atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social” (BOURDIEU, 2014, p.39).

De acordo com Delgado (2012), a emergência do agronegócio remonta ao processo de penetração do capital na agricultura brasileira, a partir dos anos 1960, durante os governos

¹⁰⁹ Região de expansão da fronteira agrícola, que compreende porções de terras dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

militares que, sob o argumento que traria maior eficiência técnica para o setor, operou uma “modernização conservadora” no meio agrário brasileiro, visto não tocar na estrutura de concentração fundiária. Para Delgado (2012), em razão de modificações macroeconômicas, este processo teria perdido ritmo durante os anos 1990, sendo revitalizado a partir dos anos 2000, já sob a designação de economia do agronegócio. Delgado elenca 5 iniciativas que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, no final dos anos 1990, contribuíram para a expansão do agronegócio:

[...] (1) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (3) uma regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público as “terra devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; (4) a mudança na política cambial, que ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida; (5) reativa-se a provisão do crédito rural nos planos de safra, iniciada com o programa Moderfrota, e retomada com vigor no período 2003/2010 (DELGADO, 2012, P. 94).

A nosso ver, somar-se-ia aos fatores elencados por Delgado (2012) mais um ponto: a imunidade tributária, fruto do intenso lobby da bancada ruralista no período em questão. Para Silva, Calaça & Machado (2018), a ideologia do agronegócio oculta a questão agrária brasileira, ao passo que o pensamento econômico abandonou a categoria analítica da renda da terra, fundamental para a explicação do processo de reprimarização da economia nacional causado pela ação monopolista do capital no campo, cuja consequência é a constante acumulação de riquezas por um pequeno grupo que concentra a terra e a produção em grande escala para exportação.

Reforçados nos governos de Tião Viana (2011 a 2018), os incentivos através da isenção de ICMS à pecuária foram constantes nos governos do PT do Acre, seja pelo congelamento, ou redução do preço dos produtos na Pauta de Exportações (Portaria SEFAZ 441, de 18 de agosto de 2010, por exemplo), ou pelo tabelamento do valor do imposto a ser pago, independente do peso dos animais (Portaria SEFAZ 291, de 5 de novembro de 1999, por exemplo). No último estágio de ampliação do rebanho, correspondente ao período que observamos neste trabalho (até 2018), apesar da precariedade dos instrumentos jurídicos (Portarias e Decretos) e com períodos de vigência pré-determinados, estes incentivos passaram a ser permanentes, constantemente prorrogados, sob justificativas que alegam desde

questões climáticas, à garantia de comércio competitivo para o gado produzido no Acre. O governo de Gladson Cameli, que sucede o PT, apesar de apresentar algumas divergências com parcelas de agropecuaristas, mantém o generoso incentivo de, na prática, isenção do ICMS nas operações comerciais de retirada de bois e vacas para abate fora do Acre.

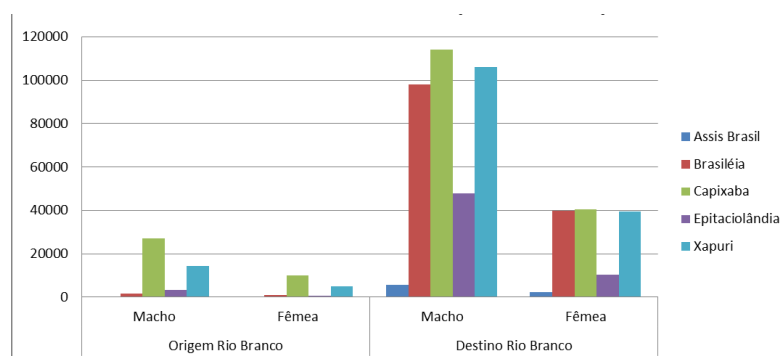
Embora do ponto de vista administrativo, conforme declaram analistas fiscais, não se tenha um controle de quanto gado está efetivamente saindo, tampouco havendo comprovação de que a renúncia tributária está dentro dos valores estabelecidos nas Leis Orçamentárias anuais, ou de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, esta postura tributária em relação à saída de gado para abate, somada com outros incentivos à indústria frigorífica e de beneficiamento de couros instaladas no Acre, constituem-se num potente incentivo para a expansão do rebanho e as lideranças e assessores do movimento seringueiro tinham total compreensão desta relação. No Documento Final do 2º Encontro Nacional dos Seringueiros, 1º Encontro Nacional dos Povos da Floresta, realizado em marços de 1989, na temática “Política de Preços e Comercialização”, o ponto 23 exigia explicitamente: “Fim dos incentivos fiscais para atividades agropecuárias em áreas de floresta e direcionamento dos recursos para políticas econômicas que beneficiem os povos da floresta” (Documento Final 1º Encontro dos Povos da Floresta, 1989, p. 1).

Há uma estreita relação entre pecuaristas situados no Acre e a indústria frigorífica de Rondônia, fato que tende a estimular a exportação de gado vivo do Acre, quando aquela indústria dispõe de algum benefício por parte dos órgãos fiscais de Rondônia. Ou seja, quanto mais isenção de impostos, melhor remunerado será o capital investido, mais vacas e bois gordos serão abatidos, no Acre, ou em outros estados e, portanto, mais demanda por bezerros e terras para criar estes bezerros. Os seringueiros não fornecem boi gordo em grande escala para frigoríficos, entretanto, são eles que criam boa parte dos bezerros que são repassados para as grandes fazendas especializadas na fase de engorda. Ironicamente, a julgar pelas medidas tributárias do governo estadual para a pecuária ao longo destes anos, os seringueiros mais envolvidos com a política parecem ter flexibilizado o posicionamento que tinham no final dos anos 1980 a este respeito, pois, praticamente não se ouviu na imprensa local, ou em manifestações públicas, qualquer crítica mais contundente que se opusesse aos incentivos do governo, à exceção de Dercy Teles, quando à frente do STR de Xapuri.

Em termos econômicos, mais do que o tamanho do rebanho, ou a taxa de crescimento absoluto do rebanho num dado período, importa observar o volume de gado comercializado.

Dados do IDAF, com base na emissão de Guias de Transporte Animal – GTA¹¹⁰, indicam que entre 2012 e 2018, os municípios do Alto Acre exportaram 591.755 cabeças de bovinos machos e 299.928 fêmeas.

**Gráfico 4. Movimentação de gado entre o Alto Acre e Rio Branco – 2012/2018
(cabeças)**



Dados: IDAF, 2018 (Elaborado por João Maciel de Araújo)

Além da movimentação entre Rio Branco, principal destino fora do Alto Acre, cabe destacar que no mesmo período, a microrregião foi responsável por 19,09% dos 69.286 bois exportados vivos do Acre para abate nos Estados de Rondônia e Amazonas, e por 18,28% das 10.495 vacas para mesma finalidade aos mesmos destinos.

Os moradores dos territórios extrativistas estão envolvidos nesses resultados da pecuária de corte do Acre. A estereotipagem da relação dos seringueiros com o meio ambiente articula alguns elementos que ao longo dos anos foram se mostrando superficiais ou fictícios, sujeitos ao contra-argumento fácil, mas que se tornou lugar comum da opinião pública. Em linhas gerais, a imagem é de um “guardião da floresta” que teria empreendido uma luta contra a devastação da Amazônia (representada pela pecuária bovina), para manter seu modo de vida. Ao analisar o imaginário sobre os seringueiros do Vale do Acre, difundido internacionalmente, Parente (2018) cunhou o termo “seringueiro pró-ambiente”. Logo, o senso comum e a visão romântica se revoltam contra o fato de os seringueiros não mais cortarem seringa, não se isolarem no meio do mato e, pior ainda, abrirem pastagens para a

¹¹⁰ Documento obrigatório para transporte de animais, emitido pelo IDAF.

criação de gado. É exatamente em cima destes pontos que as forças políticas e econômicas contrárias às reservas extrativistas fundam seus principais argumentos na tentativa de deslegitimarem as conquistas dos seringueiros.

No cotidiano do Alto Acre é muito comum que moradores dos núcleos urbanos manifestem hostilidades à história de resistência dos seringueiros e à própria ideia de conservação ambiental, caluniando lideranças, sobretudo deformando a memória de Chico Mendes, a quem não cessam as acusações de preguiçoso, ou agitador inconsequente, ou rotulando aqueles ainda vivos de oportunistas e espertalhões¹¹¹. É muito significativo que no final dos anos 1990, quando o município de Xapuri estava sob a administração do PT, tenha ocorrido um verdadeiro boicote de professores à iniciativa daquela administração de incluir elementos que lembrassem a memória de Chico Mendes no uniforme e outros materiais escolares da rede municipal de ensino. Por outro lado, como efeito da afetação pelo ideal do seringueiro “guardião da floresta”, entre os próprios camponeses, incluindo lideranças partidárias e pessoas à frente de organizações de representação, é recorrente a demonstração de incômodo com as mudanças das atividades produtivas, com intensas críticas à geração jovem, que no julgamento de inúmeras pessoas, pelas vestimentas e modo de pensar e agir, teriam aderido ao padrão *cowboy*, negando a origem seringueira.

Contudo, a borracha foi retirada dos seringueiros, forçado a modificar o estilo de vida. De um lado políticas de comércio exterior que retiraram competitividade da borracha produzida na Amazônia, de outro, todo o aparato tributário, creditício, agroindustrial em relação ao agronegócio da pecuária bovina de corte, segundo a divisão geopolítica definida

¹¹¹ O evento que lembrou o legado de Chico Mendes, realizado em Xapuri em dezembro de 2018, por ocasião dos 30 anos de seu assassinato, foi marcado pela indiferença ou mesmo hostilidade dos cidadãos de Xapuri. Durante a campanha eleitoral de 2020 a candidata a vice-prefeita pelo MDB em Xapuri usou uma rede social para atacar o PT através de críticas ao referido evento. Em 19 de outubro de 2020 a candidata publicou no Facebook o seguinte texto: “Nestas eleições, só espero que a população não esqueça do que os Vianas, em conformidade com a Prefeitura de Xapuri, representada na pessoa do atual prefeito fizeram na Semana de Aniversário de morte de Chico Mendes. Eles promoveram um vendaval de PORNOGRAFIA nesta cidade, escandalizando e afrontando, de forma desrespeitosa a Moral e os Bons Costumes da nossa pacata cidade. Fizeram apologia à Maconha e sabe-se lá mais o quê!!

Era tanta gente desconhecida nesta cidade vagando pelas ruas que parecia mais um bando de zumbis! A cidade cheirava mal por conta da queima da droga. A gente não conseguia respirar...! Mas ninguém falava nada. Só assistia..., falar para quem? Reclamar para quem? ... Era um evento cultural, kkkkk...! Todo aquele cenário ridículo foi pago com o nosso dinheiro (dinheiro público) é nosso. E, adivinhem: sabe quanto a Prefeitura de Xapuri recebeu de arrecadação?... Conta aí Prefeito!

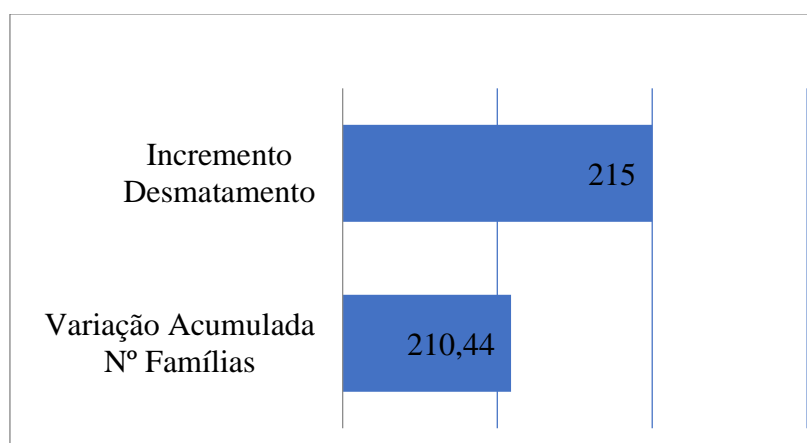
Até a alimentação veio toda de fora!

Espero, sinceramente que a população não se esqueça deste episódio ridículo que o PT dos Vianas trouxe para ridicularizar Xapuri.

VERGONHA VERGONHA VERGONHA.”

pelos poderes ruralistas, que determinaram que a Amazônia passasse a ser produtora de agrominerais. A adoção da pecuária é o ponto nevrálgico da crítica ruralista às áreas de Resex, sob o argumento de que as mesmas não teriam relevância para a conservação ambiental e que, dada a baixa tecnologia empregada nos sistemas de produção de seringueiros, estas terras estariam melhor aproveitadas pelo agronegócio. Contudo, dados de monitoramento espacial demonstram a relevância destas áreas para a conservação ambiental, quando comparadas ao que ocorre em outras modalidades de domínio, sobretudo quando se cruzam tais dados com estatísticas demográficas.

Gráfico 5. Relação evolução desmatamento/população Resex CM (1997 à 2018) - %



Fonte: PRODES/INPE – ICMBio – Plano de Manejo da Resex CM

Não obstante a constatação de que houve considerável aumento do desmatamento, em virtude, principalmente, da expansão da pecuária bovina, dados do PRODES/INPE, dão conta de que a área total desmatada na Resex CM em 2017 era de 6,06%, contra 2% em 1997. Este dado revela a relevância ecológica da Resex CM no contexto do Alto acre, quando comparado com os 25,51% em Xapuri, contra 17,91% em 2000; 34,89%, em Brasília, contra 24,53% em 2000; ou os 52,17%, em Capixaba, contra 37,91% em 2000. Por outro lado, os Projetos de Assentamento Agroextrativistas apresentam indicadores que mostram mais desmatamento em relação à Resex CM: Santa Quitéria, 45,47%, contra 22% em 1997; Remanso, 26,76%, contra 6% em 1997; PAE Chico Mendes (Cachoeira), 12,14%, contra 5% em 1997. Ou seja, está claro que essas áreas são relativamente conservadas, apresentando desmatamento acumulado inferior à média dos (à exceção de Santa Quitéria) municípios onde se situam.

Oliveira (1991), após uma observação detida sobre práticas agrícolas de seringueiros de Xapuri, advertia que o sistema rotacionado de roçados (sistema de coivaras, ou roça e queima), praticado em bases de baixa tecnologia, demanda desmatamento constante. Araújo (2013) observou que moradores do PAE Chico Mendes, uma das áreas com menor desmatamento, afirmavam que embora, do ponto de vista produtivo, os moradores dispusessem de um sistema que combinava extrativismo (de castanha e látex) e comércio de madeira, a adoção da criação de gado contribuía para reduzir o desmatamento, quando comparada com a agricultura. Nesse sentido, associa-se a criação de gado à economia doméstica e não à acumulação de capital.

2.4 A produção camponesa nas Reservas Extrativistas

Conforme temos demonstrado, os moradores dos PAEs correspondem a uma parcela da população seringueira que compunha o movimento seringueiro das décadas de 1970 e 80, o que *a priori* revela não haver diferenciações de expectativas, propostas e aspirações relacionadas a fatores de natureza socioeconômica e culturais que justifiquem a adoção de atividades diferentes das que são desenvolvidas pelos moradores da Resex CM, tal como o manejo florestal madeireiro, que, como vimos, constitui um ponto polêmico em relação às áreas extrativistas, dando origem a posições antagônicas entre diferentes atores sociais. Cabe, no entanto, fazer uma diferenciação entre estas duas modalidades, PAE e Resex, em relação a outras modalidades onde também habitam famílias de seringueiros.

Sem entrar no mérito do enquadramento jurídico destas áreas, é sabido que no caso das Florestas Estaduais de Produção, tanto a da Floresta Estadual do Antimary – FEA, nos municípios de Bujari e Sena Madureira (Baixo Acre e Vale do Purus/Iáco), quanto às do chamado Complexo de Florestas Públicas Estaduais do Rio Gregório (FE do Rio Liberdade; FE do Mogno; e FE do Rio Gregório), no município de Tarauacá, no vale do Juruá, as famílias submetem-se às demandas da política de concessão florestal para exploração madeireira por empresas.

No caso da FEA, vários episódios denunciados na imprensa local demonstraram a insatisfação das famílias seringueiras com a exploração de madeira que ali foi realizada. No caso do Complexo do Rio Gregório, o governo mobilizou grande aparato técnico para convencer as famílias seringueiras a se reorganizarem espacialmente no interior e, em muitos casos deixarem, essas Florestas. Ou seja, as famílias que vivem nestes territórios não tiveram as mesmas possibilidades (por mais restritas que sejam) de gestão que têm aquelas moradoras

de áreas de PAEs e Resex. A medida prática dos governos em Florestas Estaduais foi de, após restringir o uso na maior parte da Unidade, conduzir as famílias para o manejo madeireiro nas áreas destinadas a elas.

Dados da pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, do IBGE, indicam que em 1990, ano de criação da Resex CM, a produção de borracha do Acre foi de 11.844 toneladas, apresentando média de queda anual de 4,21%, considerando os 4 anos antecedentes. A queda acentuou-se nos anos subsequentes e em 1998, ano anterior à Lei Chico Mendes, a produção representou 19,68% da produção verificada em 1990. Em 1999, a produção apresentou crescimento de 15,32% em relação a 1998, crescendo também no ano de 2000, mas voltando ao patamar de 1998, no ano de 2001, com tendência descendente até 2017, ano em que a produção totalizou 181 toneladas, ou seja, apenas 1,53% da produção verificada em 1990¹¹².

A redução da produção tem relação com o desinteresse pela economia da borracha da Amazônia, visto sua falta de competitividade no mercado internacional e nacional, que é ao mesmo tempo causa e efeito do redirecionamento do planejamento estatal, influenciado por interesses ruralistas, e pelo discurso da segurança e integração nacional, entre outros. A rigor, esta redução é um produto do processo de mundialização da agricultura, que conforme assinalamos anteriormente, opera uma espécie de divisão territorial a ser monopolizada para a produção de *commodities* cuja comercialização é controlada por oligopólios (OLIVEIRA, 2016).

Ademais, tanto pela apropriação e criação de fazendas por latifundiários, quanto pelos próprios projetos de assentamento de tipo loteamentos com parcelas individualizadas, do INCRA, não se pode negligenciar o fato de que as próprias árvores de seringueiras já não se encontram na quantidade que proporcionava o volume anterior de produção de borracha (do seringal), pois foram retiradas para dar lugar ao pasto. Conforme discutimos no primeiro capítulo o manejo madeireiro foi apresentado por governos e algumas ONGs como alternativa econômica à pecuária e para tal contou com investimentos estatais e privados, contudo, os resultados foram limitados, já que os seringueiros rejeitaram a forma como este intervém em suas Colocações e na autonomia de seu trabalho. Neste sentido, o período aqui analisado

¹¹² Durante a década de 2000 como instrumento de estímulo foram criados subsídios municipais à produção de borracha em Assis Brasil, no Alto Acre e em Feijó e Tarauacá no Vale do Juruá.

indica que a garantia de permanência na terra e a relativa liberdade comercial constituem nova configuração para o campesinato do Alto Acre.

Apesar da repercussão política e dos impactos que a criação das reservas extrativistas causou na estrutura fundiária acreana e conseqüentemente sobre os planos de livre expansão agropecuária baseada no latifúndio, as medidas econômicas neoliberais, tomadas pelo governo brasileiro nos primeiros anos da década de 1990, debilitaram de maneira determinante as atividades ligadas ao extrativismo vegetal, especialmente a borracha, então principal produto do camponês florestal acreano. Neste sentido, concomitantemente à criação das reservas extrativistas se agrava a crise em torno da produção de borracha nativa, o que traz conseqüências determinantes sobre a vida das pessoas destas áreas e sobre a pauta do movimento seringueiro. Cabe lembrar que o próprio CNS tinha como uma das motivações de sua criação inserir-se no debate em torno da produção da borracha, como forma de se opor ao Conselho Nacional da Borracha¹¹³, colegiado supremo de discussão da política do setor gumífero do país, composto por industriais, grandes produtores de borracha e oficiais das forças armadas (ALLEGRETTI, 2002).

No final dos anos 1980 havia um programa de apoio à produção de borracha, lembrado até hoje por alguns moradores de Santa Quitéria como momento em que eles melhor viviam. Tratava-se do programa de implantação das mini-usinas para produção da folha fumada, uma técnica de produção de borracha natural, que estava a cargo da Superintendência da Borracha – SUDHEVEA, mas que foi extinto juntamente com o órgão em 1989. Como já mencionado, com o fim deste programa e durante toda a primeira metade da década de 1990, não houve apoio estatal concreto para o estímulo à produção de borracha.

Em 1998, Silva (2005) entrevistou lideranças camponesas ligadas ao STR de Brasília que relataram a situação pela qual passaram algumas famílias de Santa Quitéria durante aquela década:

[...] Agora a borracha como alternativa morreu; é lamentável a situação dos seringueiros que vivem só da borracha, por onde eu passei. Na casa dos coitados faz dó, trabalham na diária para um e para outro. Ele não se dá a desmatar para fazer o roçado dele e se faz, é bem pequenininho, pois como vender a produção? Agora a seringa caiu de preço e castanha dá um dinheiro, mas o atravessador é que abraça o resto. Acho que faliu, tem pessoas que estão sem roupas, não pode nem aparecer. Às vezes, nós chega na casa de um conhecido, ele vem conversar, mas a senhora dele

¹¹³ O Conselho Nacional da Borracha – CNB foi criado em 1967, através da Lei 5227, que reordenou a política relacionada ao setor gumífero no Brasil. Com extinção da SUDHEVEA em 1989, cujas atribuições foram absorvidas pelo IBAMA, as atribuições do CNB foram ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

nem sai, ninguém vê, porque o sufrágio é triste. Então pergunto, porque isso é assim e eles me respondem: - é que o meu negócio é a seringa e a seringa acabou e eu estou falido. (Jurandir Barbosa de Freitas em entrevista a Silvío Simione da Silva. 2005, p. 70).

Na primeira metade da década de 1990, o movimento seringueiro institucionalmente mantinha-se ativo através do CNS, que ou bem se dedicava na negociação para criação de novas reservas extrativistas¹¹⁴, ou bem se dedicava a firmar parcerias com governos e ONGs para a elaboração e execução de projetos de diagnósticos socioeconômicos e prospecção de produtos com potencial valor de mercado, como a implantação de SAFs e outros que pudessem suplementar a renda dos moradores destas áreas. Contudo, o esforço para reerguer os preços da borracha natural, esbarraram em fatores que lhes escapavam à governabilidade, e o corte da seringa entre os seringueiros declinou a tal ponto que muitos da geração mais jovem sequer sabem cortar seringa.

Paralelamente ao declínio do corte da seringa, as práticas agrícolas dos seringueiros também foram alteradas após a criação das Resexs. No período em que combinava produção de borracha, agricultura, coleta de castanha e outros frutos nativos para o consumo, caça e pesca, o tamanho do roçado dos seringueiros variava conforme a capacidade de trabalho da família e eles geralmente eram bem diversificados. Na abertura do roçado, de preferência em áreas de vegetação primária, ou capoeirões (áreas que passavam por longos períodos de regeneração e apresentavam vegetação secundária) inicialmente se consorciava milho e arroz, mas também melancia, abóbora; em seguida, a área, ou parte dela era ocupada com feijão; depois mandioca, banana e outras. Com a adoção da pecuária, na área aberta para o plantio de milho e arroz, semeava-se também capim braquiária (posteriormente também variedade brizanta) que se expandiria sobre toda a área do roçado após a retirada do milho e do arroz. Nos últimos anos, em alguns casos se abrem novas áreas para o plantio exclusivo de capim.

Não aprofundaremos em detalhes a descrição dos sistemas produtivos dos seringueiros, mas importa registrar que neste período suas práticas agrícolas foram substancialmente alteradas também pela proibição de uso do fogo no início da década de 2010, pelo governo estadual. A redução no cultivo de algumas espécies deve-se a este fato, já que o cultivo em áreas mecanizadas, além de não ser acessível a todas as famílias, requer tratamentos e níveis de trabalho diferentes daqueles inerentes à agricultura de corte e queima.

¹¹⁴ Embora após a criação das primeiras Resex Federais em 1990 as demais tenham ocorrido principalmente na década de 2000, o CNS articulava a criação de Resex pelos Estados e realizava trabalho de mobilização de comunidades cujas reservas foram decretadas posteriormente.

Não definir as práticas produtivas à base do cálculo voltado à acumulação, da maximização de benefício a qualquer custo, não significa ser indiferente aos resultados materiais do trabalho e da transformação dos recursos naturais, ou que não haja cálculo que considera o ganho material. O ganho exclusivamente material, no entanto, não é o elemento estruturante. O seringueiro leva em consideração o que será mais vantajoso economicamente: se criar gado, ou fazer manejo madeireiro, ou eventualmente comercializar madeira clandestinamente, ou cortar seringa, ou plantar milho, ou arroz, ou ocupar-se de outra atividade e comprar arroz e feijão. Essas decisões, evidentemente, não são meramente econômicas, passam por constrangimentos ou estímulos de ordem simbólica na esfera familiar e comunitária.

As inovações passam por resistências e tornam o processo de mudanças uma longa negociação, mas que, uma vez ocorrendo um caso, que por si já é favorecido por influências de circunstâncias externas, logo tende a ocorrer entre mais famílias numa comunidade (que ganha certa fama com isso) e depois em outra, e outra, até que a inovação seja percebida como natural, aceita tranquilamente.

Os cálculos para certas decisões de ordem econômica se dão com vistas à reprodução da família, numa escala geracional que eles próprios não se cansam de enunciar: “para filhos e netos”. Não é visto, no entanto, um seringueiro programando deixar um prédio, ou ações de uma empresa para seu neto, mas se preocupa em garantir meios de trabalho (seja a terra, ou mesmo o estudo, que se torna cada vez mais relevante em suas vidas). Assim, neste período os seringueiros buscaram esta garantia no campo econômico, mas também no campo político: criando gado sem muito devastar, não vendendo a madeira através do manejo madeireiro, reivindicando escolas e mesmo se esforçando para elevar a produção de maneira a custear estudos/escolaridade para filhos e netos. Esta lógica, este *ethos*, passa de uma geração a outra, não sem percalços, desvios, ou contradições, até pela ampliação do envolvimento que passaram a manter com outros contextos.

A modificação nos sistemas de produção do campesinato acreano, além de gerar críticas por parte de pessoas estabelecidas nas cidades, é também vetor de tensão geracional entre as famílias camponesas. Diante da redução da diversidade e quantidade da produção agrícola, são frequentes as críticas de pessoas de mais idade aos mais jovens, insinuando desleixo, preguiça, incompetência etc., sobretudo quando estes adquirem certos produtos agrícolas no mercado, na cidade, pois em seu julgamento este é um fato vergonhoso. Mas, de

maneira geral, o sistema de policultivo entre os camponeses que moram em Resex está mantido, embora mais restrito à horta e ao quintal. Mantem-se a produção de banana, abacaxi, macaxeira para consumo direto, ou para farinha, abóbora, melancia, galinhas e porcos, tanto para o consumo nas unidades domésticas das Resex, quanto das casas situadas nas cidades e mesmo para doação a vizinho em ambas as unidades. Durante nossa breve passagem pela casa de Maria das Dores, no PAE Remanso, pudemos observar que ela passava sementes de uma variedade de abóbora para uma vizinha que lhe fizera uma visita à noite. Naquela ocasião ela dizia que havia conseguido a semente com uma outra vizinha.

Alguns estudos sobre o extrativismo de látex para produção de borracha em seringais nativos desenvolveram cálculos de produtividade para avaliar sua viabilidade. Não temos a intenção de endossar ou negar tais perspectivas, mas importa observar alguns limites que esta atividade apresentaria, segundo a demanda de meios de vida, que atualmente são supridos por estas áreas de Resex através de outras atividades. Uma Colocação, para sustentar seis unidades domésticas (imaginando não numerosa), como atualmente é o caso daquela onde moram o Mundico, seus familiares (que era a do pai deles), deveria dispor de 18 estradas de seringa, segundo a base que eles faziam de três estradas de seringa por família e 100 hectares por estrada, 1800 hectares. Ou seja, considerando que nem todas as Colocações e nem toda safra tem boa produtividade de castanha e que o mercado da borracha tem outras prioridades, além do fato que as despesas domésticas se ampliaram, dificilmente eles se sustentariam.

Para que a produção extrativista permitisse que as famílias que moram nessas áreas aí se mantivessem, seria necessário um território muito maior. Santa Quitéria, segundo o presidente da AMPAESQ, atualmente tem mais de 400 famílias (entre assentados e agregados). Se mantido o parâmetro de 3 estradas de seringa por família, cada estrada com 100 hectares, o Santa Quitéria precisaria ter uma área mínima de 120.000 hectares (praticamente 3 vezes o tamanho que realmente possui, que é 43.858 hectares). E lá não há ninguém passando fome, nem entre as outras tantas unidades domésticas daqueles que vivem em trânsito, nas cidades (“na rua”), mas que tem no que é produzido naquele PAE sua fonte de suprimento. Até mesmo a Resex CM, com suas 3.390 famílias atualmente já estaria com uma área insuficiente.

Apresentando cenário inverso ao da borracha em termos de viabilidade econômica, a castanha, então o segundo produto em ordem de importância da atividade extrativista dos seringueiros, por sua vez consistia no exemplo concreto onde se apoiava o movimento

seringueiro para argumentar em favor da criação de novas Resexs como vetor de desenvolvimento adequado à região amazônica. Neste período, a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX cumpria um papel fundamental na divulgação e repercussão positiva em torno do movimento seringueiro. O repertório do movimento seringueiro até então compreendia a articulação de três fases: a resistência ao desmatamento através dos Empates¹¹⁵; a criação de Reservas Extrativistas; e a consolidação de uma proposta de viabilidade econômica de industrialização cooperativada dos produtos extrativos. Com o apoio de organizações internacionais e parceria com compradores do exterior, durante a década de 1990 a CAEX figurava como uma das principais empregadoras de Xapuri (PAULA, 2005; MICHELOTTI, 2000).

A inviabilidade econômica da produção de borracha nativa e as limitações de dividas ordens que condicionavam a abrangência da CAEX (e da Central de Associações de Epitaciolândia e Brasília – CAPEB) facilitaram a expansão da atividade agropecuária nas Resexs, portanto, favorecendo o desmatamento das áreas, o que se apresentava incompatível com os argumentos empregados para justificarem sua criação. Uma parte das esperanças de reafirmação da produção de borracha era depositada na atividade parlamentar dos políticos do PT do Acre, os políticos do movimento seringueiro. Na segunda metade da década de 1990 foi criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo – PRODEX, que abriu a primeira linha de crédito oficial para seringueiros, com recursos do FNO. Através do Banco da Amazônia, os recursos do PRODEX poderiam custear safras, ou outros investimentos, em atividades extrativistas na Amazônia.

Apesar do PRODEX o cenário da produção de borracha não se reverteu. Em muitos casos, moradores de Resexs continuaram deixando suas Colocações, e a expansão da pecuária entre os seringueiros começou a gerar desgastes entre as lideranças do movimento, lideranças comunitárias e alguns moradores, vista a necessidade de observância das regras e limites estabelecidos nos Planos de Utilização que foram formatados partindo do princípio de que as principais atividades seriam extrativas. O PAE Figueira, no município de Rio Branco, foi precocemente requalificado pelo INCRA como projeto de assentamento convencional em meados dos anos 1990, e já no início dos anos 2000 o PAE Porto Rico, no município de Epitaciolândia, encontrava-se com a maioria das Colocações fragmentadas em lotes

¹¹⁵ EMPATE, aliás era a marca da castanha beneficiada na cooperativa agroextrativista de Xapuri, dando ao produto final, o nome do produto inicial que o faria possível.

comprados para criação de gado. Atualmente, do ponto de vista das regras contidas nos Planos de Utilização, são identificados problemas em relação ao cumprimento das regras relativas a desmatamento e fracionamento de Colocações em todos os PAEs do Alto Acre a exemplo do que ocorre na Reserva Chico Mendes.

Este fato não só demonstra que não foram geradas alternativas para produção extrativista, como também revela uma crescente demanda por terra, por parte das próprias famílias que se encontravam nestas áreas à época de sua criação. Por outro lado, esta tendência de descaracterização dos PAEs, pelo fracionamento de Colocações, agiu de maneira a desqualificar a proposta de Resexs fazendo com que, ainda na década de 2000, aproximadamente 100.000 hectares de terras obtidas pelo INCRA, que segundo o ZEE possuíam potencial para destinação a esta modalidade, tenham sido colocadas a serviço da política local de apoio à atividade madeireira, através da criação de Projetos de Assentamento Florestais – PAF.

A produção nas Resexs, portanto, não é somente extrativista, mas é pecuária também, e somadas às políticas de direitos sociais de transferências de renda, fazem dos seringueiros um grupo que dinamizou a economia, notadamente o setor de serviços nos municípios do Alto Acre. Elder Paula (2013) apontara esta tendência com base na percepção dos comerciantes, que viam maior potencial de consumo local dos pequenos produtores, em comparação aos fazendeiros. Esta situação se delinea precisamente porque a renda derivada da produção camponesa, renda da terra utilizada por uma quantidade relativamente numerosa de famílias camponesas, tem sua circulação na esfera econômica local (em supermercados, lojas agropecuárias e de confecções, oficinas mecânicas etc.), diferentemente do que ocorre na produção capitalista em larga escala que se faz na grande propriedade fundiária, na qual tanto o lucro, quanto a renda fundiária, fluem diretamente para investidores e proprietários, na maioria dos casos situados em outras regiões. Ademais, conforme já mencionamos, com a expansão da pecuária, a atividade produtiva nesta região em certo sentido rompeu com a sazonalidade característica da produção camponesa, apesar de ser notória a acentuação na atividade no mercado de bens de consumo quando da safra da castanha¹¹⁶.

¹¹⁶ Apesar de ser uma atividade que exigia do seringueiro trabalho durante a maior parte do ano, cessando somente quando da intensificação do período das chuvas, do ponto de vista econômico, para o seringueiro, a produção de borracha apresentava-se como sazonal devido à prática da grande maioria dos patrões de, quando era o caso, pagarem o saldo somente uma vez ao ano, conforme nos relatou o Sr. Antônio Martins em relação ao

A dinâmica da atividade agropecuária e extrativista no Alto Acre, com o estabelecimento das Resex no Alto Acre, apesar das contradições que se possa levantar, ganhou perspectiva relativamente diferente dos contextos em que predomina a grande propriedade, pois, conforme assinala Fernandes (2013), sobre a renda sob a dinâmica do agronegócio:

É muita terra para poucas pessoas, que ficam com a maior parte dos recursos empregados na agropecuária e com a riqueza produzida e que recebem também parte da riqueza produzida pelo campesinato, por meio da renda capitalizada da terra, pois é o agronegócio que comercializa a maior parte da produção camponesa" (FERNANDES, 2013, p. 204)

2.5 O gado em Reservas Extrativistas, na prática

Os seringueiros não foram convertidos a vaqueiros. Dadas as circunstâncias, estão criando gado, mas isso não é a atividade exclusiva, tampouco significa ser definitiva. Não obstante o alcance simbólico da identidade seringueira projetada sob os auspícios do ideário de desenvolvimento sustentável e Florestania¹¹⁷ pelos governos do PT, no plano local, vivenciado nas diferentes redes de relacionamento nas quais os camponeses do Alto Acre estão envolvidos, também tem muita influência o simbolismo de criar gado. Esta atividade gera um *habitus cowboy* na forma de se vestir, na forma de se portar em público, sobretudo nos espaços destinados a lazer - consumir álcool, transgredir regras de boa convivência e normas de trânsito de carros e motos, depreciação de mulheres etc. Mas também é um rótulo que confere respeito, abre créditos em bancos, lojas e mercearias, facilita a negociação em compras de motocicletas, carros, terrenos e casas na cidade. Estas distinções exercem especial influência, sobretudo entre os mais jovens.

Definitivamente, os seringueiros não criam gado por puro fascínio ao *habitus cowboy*. Teorias dedicadas à análise de aspectos econômicos da unidade camponesa apontam para a tendência do campesinato não reter todo o potencial de mão-de-obra no processo produtivo, devido a limites tecnológicos e escassez de terras. Não sem resistência de órgãos de fiscalização ambiental, os seringueiros têm contornado estes limites através da abertura de novas unidades de trabalho nas Colocações das quais dispõe uma família, onde passam a criar

7 de setembro adotado pelo patrão do São Luiz do Remanso, e outros seringueiros de Xapuri, sobre o 20 de janeiro adotado por patrões de outros seringais da região.

¹¹⁷ É necessário que se diga que a ideia de Florestania praticamente não repercute entre os camponeses do Alto Acre, sendo mesmo um discurso que circulou entre grupos intelectuais e militantes vinculados aos governos do PT. Mas que também foi usado na retórica contestatória dos grupos de oposição ao governo. Voltaremos a este assunto no capítulo seguinte deste trabalho.

gado em pequena escala (como reserva de valor), que, associada a outras fontes de renda, tem permitido a reprodução de novas unidades domésticas, segundo os padrões de consumo atuais. Neste sentido, acreditamos serem muito pertinentes os apontamentos de Wanderley (2003) quando afirma que os estudos sobre campesinato no capitalismo, tendem a destacar aspectos mais problemáticos e negativos, sendo que poderiam colocar em relevo o potencial do campesinato na sociedade contemporânea.

Desta perspectiva, a adoção do gado pelos seringueiros, que se deu a contragosto de atores historicamente inimigos, como os fazendeiros que visavam lançar mão das terras transformadas em Resex, e até de aliados, como setores do ambientalismo, para o campo do desenvolvimento, ou da acumulação e distribuição, entretanto, o modelo que eles imprimiram é o modelo da agricultura familiar, que emprega mão-de-obra, produz riqueza e consome mercadorias industrializadas. Afinal, qual o impacto da permanência dos seringueiros nas Resex para o conjunto da economia do Alto Acre? Quantas geladeiras, televisores e motocicletas compraram no comércio local? Qual a riqueza por eles incrementada, quando comparada à quantidade de território por eles ocupada, quando se pensa numa área grande de pasto de uma grande fazenda, cuja riqueza produzida fica concentrada nas mãos de poucos que sequer moram no local? Estas são questões que nosso estudo não pretende responder. Mas está na perspectiva do consumo na economia capitalista que, se por um lado interessa a capitalistas manter, por outro incomoda ambientalistas, mas do ponto de vista de seringueiros, pode trazer facilidades e confortos. Por outro lado, surge a dúvida de por quanto tempo esta situação pode se manter? Ao que tudo indica, embora não preocupados em também buscar respostas a estas questões, a transitoriedade da conjuntura é por eles considerada, uma vez que suas práticas indicam procurarem não esgotar os recursos rapidamente. Em última análise, não estão seduzidos pelo dinheiro, caso contrário teriam vendido os lugares, apesar de saberem que isso levaria a confusões.

Conforme mencionamos anteriormente, aqui tratamos PAEs como Resex porque estes projetos derivaram de um mesmo processo, mas que em determinado momento foram separados do ponto de vista da administração pública, ficando a cargo do INCRA e da política de reforma agrária. Acreditamos ter muita relevância este fato pois, a notoriedade do avanço e os efeitos da criação de gado entre os seringueiros do Alto Acre se deram primeiramente nas áreas de PAEs, ou seja, houve uma repercussão negativa da criação de gado na Resex CM (tanto na visão de quem as defende, como de quem é contrário), mais em razão de seu *status*

de Unidade de Conservação, ou seja, segundo perspectivas de quem está situado no campo institucional, acadêmico, político etc. Mas, entre os seringueiros do Alto Acre, isto é relativamente normal, em se tratando da busca por meio de subsistência através do trabalho.

É simplista supor que os seringueiros destas áreas criam gado por mera escolha. Não é possível explicar este fato simplesmente indo até lá e ouvindo os seringueiros, conforme têm feito agentes do campo jornalístico. É um processo complexo. Nesta região da Amazônia Ocidental o processo de monopolização do território pelo capital se materializa pela superposição de diferentes frentes de investimento. Por exemplo, o capital bancário, oriundo de políticas de crédito oficial, via Banco da Amazônia, ou Banco do Brasil com o PRONAF, financiam diretamente o camponês para a aquisição de insumos da indústria agropecuária, necessários à formação de pastagens, construção de cercas e currais; e o investimento privado, através de fundos informais, atua comprando bezerros destes camponeses.

A política creditícia do FNO, por exemplo, que sob a justificativa institucional de corrigir desigualdades regionais, financiou boa parte da expansão da pecuária na região. Constatamos que até 2015 não havia por parte do órgão regulador de concessão de crédito, no âmbito do Banco Central, previsão de qualquer medida de precaução, ou impedimento de se financiarem grandes fazendas que estão no limite de UCs de Uso Sustentável, sem falar na infinidade de pequenos e médios colonos (colonheiros) que têm suas áreas também situadas na zona de amortecimento destas Unidades¹¹⁸. Ademais, soma-se a este fato a política de incentivos tributários que o governo do PT concedeu à pecuária, através da redução e isenção do ICMS e outros incentivos desta natureza no âmbito do governo federal.

Matéria do Jornal Folha de São Paulo, de 6 de março de 2020, intitulada “A segunda morte de Chico Mendes”, a respeito da criação de gado na Resex CM, foi ilustrada com o caso da família de Francisco Diogo e filhos, no Seringal Albrácia, em Xapuri. Não é simples nem generalizável como a matéria insinuou ser. De fato, à exceção do Seringal Nova Esperança, Albrácia é a região com maior desmatamento na Resex CM em Xapuri, inclusive

¹¹⁸ Não houve campanhas de incentivo para que os moradores de Resexs contraíssem crédito rural para investimento direto na pecuária. Contudo, sabe-se que muitos oportunizaram a oferta de créditos rurais com essa finalidade e outros aplicaram parte de financiamentos destinados ao custeio de outras culturas, como café e pupunha, e mesmo PRODEX, nos anos 1990. Em junho de 2015 o Conselho Monetário Nacional instituiu, através da Resolução nº 4422, uma série de condicionalidades para a concessão de crédito rural em municípios situados no Bioma Amazônia, prevendo, inclusive, as especificidades de moradores de UCs de Uso Sustentável. As exigências de comprovação de regularidade fiscal, fundiária e ambiental visam dificultar a concessão de crédito que agrave o desmatamento da região. Contudo, segundo alguns relatos de dirigentes de Associações, houve casos em que agências bancárias do Alto Acre não estavam cumprindo a normativa.

conhecida por ser um reduto no qual investidores em gado assediam e financiam seringueiros para a formação de pastagens, onde colocam seus rebanhos sob o sistema de meação. Há, portanto, grande desmatamento na região, incluindo áreas de posseiros situados fora dos limites da Resex. E a região é, a rigor, contígua às fazendas localizadas na Estrada da Variante, na margem oposta do Rio Acre. Há ainda relatos de que os próprios filhos de Diogo alugariam pastos a criadores de fora da Resex.

Em razão de meu envolvimento na assessoria a projetos dos seringueiros, no final dos anos 1990, conheci ainda crianças e adolescentes boa parte dos filhos do Diogo, que a matéria da Folha de São Paulo usa como exemplo. Segundo a reportagem, são os cinco filhos de Diogo que permaneceram na localidade os responsáveis pelo desmatamento mostrado. Outros cinco filhos teriam ido embora. Ora, em que outro lugar do Brasil uma família camponesa consegue reter cinco filhos em sua unidade, trabalhando e já com suas famílias? Ademais, não tenho chances de saber o que se passa na cabeça de cada um atualmente, mas vi a infância desta pessoas, que era extremamente precária. Além do fato de que parte deles trabalhava pela pouca comida, como trabalhadores volantes em Colocações de outras famílias, consideradas em melhor condições materiais.

Ou seja, a resposta à pergunta feita neste trabalho, e pelas inúmeras reportagens que vêm a público nos últimos anos, para dizer porque seringueiros criam gado, não se consegue simplesmente indo até estas áreas e perguntando aos criadores: há de se levar em consideração aspectos macrossociais, econômicos e políticos, além de históricos. A pecuária bovina de corte, querendo ou não, tem sido fomentada desde muito tempo, em detrimento do extrativismo e, querendo ou não, é interpretada pelos camponeses como uma atividade que lhes trouxe dignidade.

Um morador que acompanhou o processo de criação do PAE Santa Quitéria resume bem a trajetória dos seringueiros do Alto Acre nas últimas três décadas.

Nós ficamos, por uns tempos, abandonados aqui. A seringa ficou pra um lado, aí nós ficamos abandonados, porque o seringueiro não estava prevenido pra trabalhar na agricultura... e não sabia também. Nós passamos apurado nesse tempo, pra mudar da borracha pra agricultura. [...] Do seringal passou pra Sudhevea... o projeto da Sudhevea não deu muito certo. Sabe como é, quando o governo não está pelo meio as coisas não funcionam bem. Só funciona quando é do interesse do governo. Aí ficou nesse movimento da agricultura e tal e sei que agora estamos no pasto. Isso tudo aqui era mata, serrava esse caminho aqui. E aí está pasto e boi por aqui. Por que? Porque é um lado que o governo se interessou, então apoiou. Aí funciona desse jeito. É como eu falo pro povo: olha, se o governo quiser mudar da criação do gado pro milho ele muda. Muda! Porque com 24 horas você vai lá no banco e pega o recurso, o dinheiro pra trabalhar. (Antônio Araújo Ribeiro, em maio de 2018).

Em termos de maior relevância comercial há um extrativismo da seringa em algumas áreas, assim como da castanha, mas há também um extrativismo relacionado ao consumo doméstico, que certamente repercute na economia da família. Seringueiros, após fazerem uso mais frequente da agricultura, passaram a criar gado. Ou seja, muito antes da chegada da fronteira agropecuária dos anos 1970, conforme indicou Silva (2019). Contudo até este evento e inclusive como um modelo que prevaleceu até os primeiros anos da Resex CM, o gado bovino reduzia-se a uma ou duas vacas destinadas a produção de leite para o consumo da família e em alguns casos de vizinhos, e bois a serem adestrados para auxiliar como animais de carga em trabalhos na agricultura, sobretudo, mas também no transporte de cargas até as cidades, ou pontos comerciais de marreteiros que faziam as vezes de patrão. As primeiras matrizes eram adquiridas junto aos patrões que geralmente mantinham uma criação nas sedes dos seringais (local do barracão) com finalidade de produção de leite e carne para o autoconsumo do pessoal da sede.

Um fato que comprova a popularidade deste modelo de criação de bovinos entre os seringueiros do Alto Acre é que, logo após a criação da Resex CM, por volta de 1994/1995, seringueiros de Xapuri contraíram crédito do FNO-PRORURAL para a aquisição de vacas de raças leiteiras, derivadas de cruzamentos com vacas europeias para adaptarem-se a região, já que aquelas raças que eles criavam não eram geneticamente voltadas à produção de leite, sob o ponto de vista produtivista capitalista. Cabe destacar que tal financiamento fora uma experiência traumática para muitos que o fizeram, sobretudo por questões burocráticas e macroeconômicas (mas também devido ao manejo das vacas que era muito melindroso), levando-os a dívidas para as quais houve intervenção do governo federal, pelo então deputado federal do PT Nilson Mourão (Nilson Mourão mediou o processo, mas as dívidas foram atenuada graças à MP 114 do governo federal, de março de 2003, e os termos do empréstimo foram ajustados de maneira a possibilitar a liquidação da dívida – mas até hoje há pessoas que não conseguiram liquida-la). As raças até então comuns entre os seringueiros eram aquelas, zebuínas, entre eles conhecidas como “tucuras”, ou “pé duro”.

Certamente a carne de gado bovino se faz muito mais presente na alimentação das gerações de seringueiros da atualidade. Habitualmente um vizinho abate uma rês, divide entre a família e vende o restante para a vizinhança. O acesso à energia elétrica, *friezers* e geladeiras permitem acondicionamento por longos períodos. Mas a expansão da fronteira agropecuária, como já mencionado, foi destinada a produção de carne voltada ao

abastecimento de um mercado mais amplo. Com isso foi introduzida a raça nelore, ou "gado branco" como dizem alguns seringueiros. Esta raça, diferentemente da "tucura", produz leite em quantidade que mal sustenta o bezerro, não se prestando a produzir leite para o consumo doméstico. Também é demasiado arreadia para o trato nos currais.

O gado, sob a dinâmica da pecuária bovina de corte a que estamos nos referindo, chega juntamente com os ramais, mas não precisa muito de ramais para se estabelecer e se tornar fonte de renda, já que não tem problema de se deslocar com as próprias pernas, ou vencer o prazo de validade, conforme argumentou um camponês do Santa Quitéria por nós entrevistado, justificando a adoção do gado como fonte de renda, em comparação com a produção de hortaliças, que perecem rapidamente se não tiver um sistema de escoamento ágil. Por essas e outras, consideram estratégico ter, nas prefeituras, políticos que olhem por eles, investindo em apoio a outras culturas, para prevenir que mergulhem mais profundamente na dependência de compradores de gado.

A dinâmica destes arranjos no estado do Acre, Sul do Amazonas e Ponta do Abunã, em Rondônia, volta-se para a produção e exportação de carne bovina. Paradoxalmente, este processo confere ao camponês, morador das áreas extrativistas, certa margem de liberdade para escolher quando e a quem venderá sua produção (se considerarmos a relação de monopólio de patrões da borracha): se para o açougueiro, para um vizinho, ou, quando consegue vender algumas cabeças a mais, negocia diretamente com o frigorífico. Mas há um agente que tem se mostrado muito influente devido às práticas de proximidade que busca estabelecer com o camponês: é o comprador de gado. Portanto, o seringueiro integra-se a este ramo de maneira delicada e arriscada, mas, sobretudo, como uma maneira de, diante do quadro das outras atividades, viabilizar sua condição camponesa. Conforme anotou Neves (2009), a manutenção e mesmo ampliação do modo de organização social camponesa no Brasil, historicamente, depende da conjuntura em que se dá a facilidade para obtenção mercantil dos produtos do campesinato (neste caso o gado bovino) e das condições para a mobilização política com vistas à permanência desta condição.

As práticas do comprador de gado se assemelham às do marreteiro (em outras regiões da Amazônia chamado de regatão), que no final do século XX e até a criação das reservas extrativistas e Cooperativas, na década de 1990, corria os seringais do Alto Acre comprando borracha, castanha e outros produtos dos camponeses. O comprador de gado, neste contexto de fronteira, é o agente de interligação entre o sistema estruturado sob a lógica do

agronegócio e o sistema de reprodução camponesa. As principais diferenças entre o comprador de gado e o marreteiro que permitiu a sobrevivência da produção de borracha no final do século passado, então como um exemplo da expressão da imperfeita relação mercantil característica das frentes de expansão (MARTINS, 1996), primeiramente é o fato de que as negociações na atualidade são mediadas pelo dinheiro, e na relação dos seringueiros com o marreteiro do passado, geralmente se dava na base da troca da produção do primeiro por gêneros industrializados do segundo; em segundo lugar, devido a facilidades no acesso, em razão da abertura de ramais que permitem o tráfego de veículos automotores, não há exclusividade geográfica¹¹⁹ na atuação de marreteiros, o que os leva a disputarem a fidelização dos camponeses, geralmente com base num “agrado” (a concessão de uma gentileza), na busca de afinidade com a família, etc., demonstrando também que o preço da mercadoria, no caso o bezerro, é referido pelo mercado e não por algum tipo de dominação exercida pelo comprador.

Há registro de compradores de gado na região desde muito tempo atrás. Notei que (ARAÚJO, 2013) moradores do PAE Santa Quitéria, em Brasília, negociavam com um comprador de gado conhecido como “Seu Bio”, cujas aparições esporádicas no início de 1990, hoje são lembradas pelos moradores como uma manifestação de consciência de que a oferta de animais era baixa e o comprador não tinha concorrência que o motivasse a se aventurar com frequência naquelas exaustivas viagens, uma vez que os meios de transporte e acesso eram relativamente mais precários dos da atualidade. Sendo maior a cada ano a quantidade de nativos da região, o comprador de gado aumentou em número e modificou sua posição social e econômica.

No início dos anos 1990 eram figuras empoeiradas e geralmente famintas, que passavam dias em lombos de burros e cavalos nos varadouros, por locais longínquos, em busca de animais para os açougues locais, ou alguma encomenda feita por médios criadores que buscavam se estabelecer. Após alguns dias “palavreando” animais os mais diversos (novilhas, bois, garrotes, vacas etc.), o comprador retornava com sinueiros¹²⁰ para recolher o gado negociado. Atualmente são famosos “por terem bala na agulha”, expressão que designa

¹¹⁹ A exclusividade geográfica, ou seja, atuação do marreteiro em determinada região, reproduzia relações de patronagem sobre o seringueiro. Esta relação é lembrada pelos seringueiros, como sendo muito mais violenta e exploradora que a relação com os patrões seringalistas, ou seja, os marreteiros, apesar de em certas circunstâncias contribuírem no fornecimento de bens essenciais às famílias, não tinham obrigações de contraparte que eventualmente alguns patrões praticavam, como por exemplo, agradecer seus aviados para que zelassem pelas seringueiras e elevassem a produção.

¹²⁰ Bois treinados para a condução de gado a eles atrelados.

aquele que geralmente dispõe de dinheiro para honrar seus compromissos. Andam de motocicletas, ou caminhonetes à procura de animais com perfis os mais uniformes possíveis e recolhem o gado em caminhões boiadeiros, muitas vezes de sua propriedade. Muitos trabalham como parceiros de fazendeiros ou leiloeiros, com metas de aquisição de animais com perfis previamente definidos (o que não significa recusar animais com característica diferentes, quando julgam se tratar de bom negócio). De maneira geral, o negócio do comprador de gado (atravessador ou “marreteiro de gado”), não depende de posse de terra, já que, em regra, o capital envolvido deve ter circulação muito rápida. Ou seja, o comprador de gado ganha na comercialização, independentemente de em qual pastagem esteja o animal.

Uma de suas práticas que tanto tem a função de lhe garantir maiores ganhos, quanto a de estabelecer vínculos de “camaradagem” com o camponês é a de compra e pagamento de bezerros sem sequer examinar o animal. Conforme observamos anteriormente (ARAÚJO, 2013), os camponeses da região consideram positiva a extrema liquidez do gado, especialmente de bezerros. Um camponês afirma que “basta abrir a boca e dizer que tem um bezerro, os caras pagam pelo bezerro no bucho da vaca”. Em caso do surgimento de uma despesa inesperada, geralmente o camponês recorre à venda de gado, de sua propriedade, de um familiar, ou mesmo de um vizinho. A oferta é para compradores de gado, muitas vezes na cidade, que adiantam o dinheiro ao camponês, gerando incomensurável gratidão. Entretanto, o preço do animal, nas condições de adiantamento, geralmente fica abaixo do preço de mercado, o que confere ganho imediato ao comprador, sem o menor esforço.

É praticamente impossível precisar quanto efetivamente é movimentado pelos compradores/marreteiros de gado, pois, como intermediários que são, parte significativa das transações sequer são registradas no órgão público de controle das movimentações comerciais de gado¹²¹. São recorrentes os casos em que uma vez vendido o bezerro pelo camponês, antes de ser retirado de seu pasto, o animal é negociado três ou quatro vezes, em prazos de até três meses ou mais. Ou seja, no intervalo entre a data que deixa de pertencer ao camponês até a efetiva retirada da Colocação, o bezerro (ou garrote) tem a significativa elevação no preço pela especulação comercial do marreteiro e pela adição de trabalho, pasto e complementos

¹²¹ Cada criador possui um cadastro no IDAF, onde é registrado todo o rebanho de sua propriedade, por sexo e faixa de idade. O criador é responsável pela atualização deste cadastro, informando o cumprimento do calendário de vacinações e as operações de compra e venda, visto ser necessária a emissão de autorização para transportar o animal de uma propriedade a outra, ou aos estabelecimentos frigoríficos. O espelho do cadastro do criador no IDAF geralmente é utilizado como comprovante para garantia em empréstimos, crediários etc. No caso de morador da Resex CM, a abertura de novos cadastros precisa da autorização da Associação de Moradores.

minerais que correm por conta do camponês, sem qualquer subsídio do comprador de gado. Mas os camponeses não se tornam cativos e, ao se sentirem lesados, quase sempre rompem com aquele comprador. Apesar do iminente risco da subordinação por dívida em virtude do adiantamento no pagamento por animais, o comércio do gado é a negação do sistema de aviamiento na experiência seringueira, uma vez que não impõe que o camponês venda sua produção, definida *a priori*, a um determinado comprador.

Quando se capitaliza, o comprador de gado adquire maior autonomia e sua posição no mercado se torna mais dinâmica, arranjando algum preposto para realizar os trabalhos de maior esforço, podendo somente comprar e lucrar com a venda em períodos curtos de tempo. Não raro, há aqueles cujas atividades são permeadas por trapaças e ilegalidades, como junto aos órgãos de controle. Em todo caso, os compradores de gado são agentes que fazem a ponte entre os exportadores, frigoríficos e leiloeiros e os camponeses (entre os que detêm pequenos rebanhos, no geral).

A atividade dos compradores de gado também é alvo da regulação orientada ao protecionismo governamental da exportação de bois e vacas para abate em outros Estados. Na pecuária de corte, a fase de cria, produção de bezerros e garrotes, configura-se como uma das mais dispendiosas de mão de obra, devido aos cuidados requeridos durante a prenhez das matrizes e após o nascimento do animal. Nesse sentido há uma tendência de especialização segundo as fases, o que explica a demanda por bezerros machos. Sendo assim, os bezerros da região do Alto Acre são demandados por criadores de outros Estados, como Rondônia e Mato Grosso, por um lado ocasionando alta do preço pago ao camponês, mas por outro, colocando em risco a disponibilidade de bezerros aos exportadores de boi gordo para abate fora do Acre.

Um exemplo de medidas intervencionistas nessa direção são as Portarias SEFAZ, nº 28, de 22 de janeiro de 2015, e SEFAZ 475, de 19 de outubro de 2015. Conforme indica o Gráfico 3 (supra), a cotação do bezerro no ano de 2014 era de movimento ascendente. As referidas Portarias elevam o preço do bezerro na tabela da pauta de exportação, para fins de incidência do ICMS: a de janeiro faz um reajuste de 25%; e a de outubro, de 108% (atinge o preço de R\$ 1.250,00/bezerro) em relação ao preço de dezembro de 2014. Ou seja, a elevação do imposto a pagar eleva o custo, de maneira que os compradores de outros estados ficam desencorajados de buscar bezerros no Acre. Neste período, pagava-se um valor de ICMS menor na exportação de um boi de 18 arrobas para abate (que à época era vendido por aproximadamente de R\$ 2.500,00), do que na de um bezerro de 1 ano. Entretanto, não há uma

divisão radical entre porte do produtor e especialidade em determinada fase da cadeia de produção de carne bovina, ou seja, há também produtores considerados de médio porte que atuam na fase de engorda, assim como produtores considerados grandes especialistas na produção de bezerros, geralmente com apelo a melhoramento genético e intenso uso de tecnologia. Neste particular, paradoxalmente, os seringueiros e criadores de pequeno rebanho em geral, beneficiam-se com a pressão que estes criadores grandes fazem para ter facilitada a exportação de seus bezerros para outros estados.

A fase de engorda na pecuária bovina de corte exige relativamente menos trabalho e aprimoradas medidas zootécnicas de nutrição e níveis de sanidade animal que garantam boa rotatividade e constância na venda e reposição do rebanho, para que se mantenha uma renda mais ou menos estável (estabilidade em termos de quantidade de animais vendidos em determinado período até é possível, mas de renda é impossível, dadas as variações de demanda no mercado). Mesmo assim, situados na fase de cria, mais exigente de trabalho, com base na capacidade de previsão da quantidade de animais a vender num dado período, alguns camponeses adquirem certa autonomia sobre o planejamento de ampliação da renda (quando desejam adquirir certo bem, ou uma despesa adicional por um período, como colocar filhos para estudar na cidade, ou mesmo custear a realização de uma festa de aniversário, casamento etc.). Esta possibilidade é favorecida pela maior liberdade relativa de canais para vender o gado (compradores, açougueiro, frigoríficos e até vizinhos, ou parentes) de um lado e, por outro lado, pela elevação do número de opções de estabelecimentos comerciais onde se adquirem bens industrializados de manutenção/consumo da família. Em termos de mudanças, também não é menos relevante o fato de que a criação de bezerros, neste contexto, tenha alterado uma característica muito presente quanto à economia do campesinato amazônico, em especial ao campesinato florestal, qual seja, a sazonalidade. A venda de bezerros, embora seja facilitada nos períodos de estiagem, ocorre durante praticamente todo o ano. Em outras palavras, apesar de dependente do preço do produto no mercado, a taxa de exploração do trabalho a que estão sujeitos os seringueiros é relativamente mais maleável do que aquela que lhes era imposta no sistema de aviação.

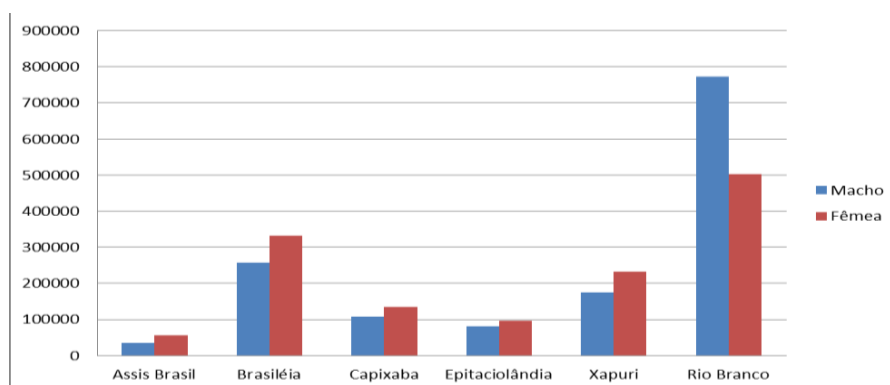
Entre outros fatores, o predomínio da pecuária nestas áreas deve-se à debilidade e instabilidade de outras atividades, como a extração da seringa (seja para borracha, a folha defumada líquida - FDL, ou o látex para a fábrica de preservativos) e, em menor grau, da castanha. Nesse sentido, a diretoria da AMOPREAB definiu, como base de seu planejamento

estratégico, buscar meios de fazer com que outras atividades do extrativismo passem a ser mais rentáveis do que o bezerro.

Segundo relatos dos moradores de Reservas Extrativistas, a baixa oferta de empregos e a vulnerabilidade dos jovens ao narcotráfico nos núcleos urbanos, somadas à melhoria das condições de moradia, transporte e serviços públicos, maior facilidade para redução do custo de vida através da pequena agricultura e uso de recursos florestais, e da obtenção de renda através da pecuária e extração de castanha nestas áreas, tem possibilitado que a população continue crescendo. Dados do Censo do IBGE indicam que, embora apresentando uma taxa menor que a verificada na década anterior, a população rural do Alto Acre cresceu 9,4% entre 2000 e 2010. É possível que esta redução do crescimento da população rural seja causada pela reconcentração da terra em outros modelos de Projetos de Assentamentos - PAs, em virtude do predomínio da pecuária de corte, uma vez que a possibilidade de transferência de lotes de terras dos PAs, através da compra por médios e grandes criadores, retira famílias do campo.

Se no registro da movimentação entre os municípios do Alto Acre e Rio Branco é nítida a predominância de bovinos machos saindo do Alto Acre, quando se trata do comércio interno aos municípios da microrregião, o perfil é invertido.

Gráfico 6. Movimentações Internas de bovinos no Alto Acre – 2012/2018 (cabeças)



Dados: IDAF, 2018 (Elaborado por João Maciel de Araújo)

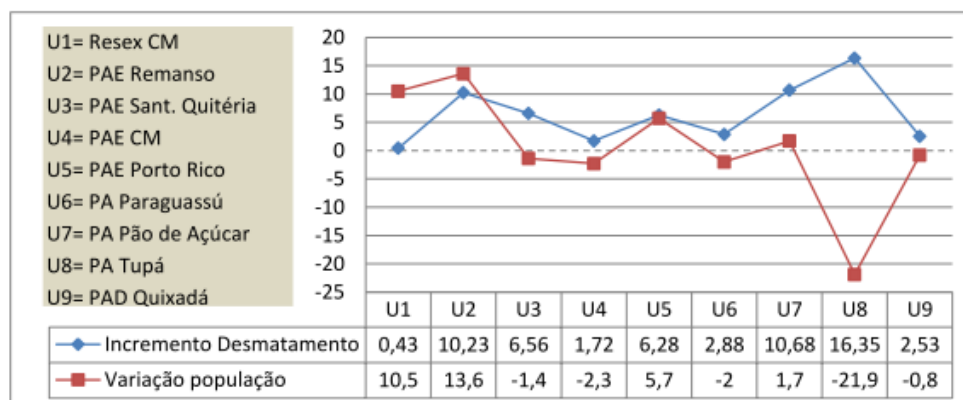
No Gráfico 6, supra, acrescentamos as movimentações internas ao município de Rio Branco, para demonstrar o contraste com o perfil majoritário da pecuária no Alto Acre. A movimentação mais elevada de fêmeas no interior de cada município é um indicador de que os produtores buscam adquirir matrizes (vacas e novilhas) que lhes aprimore a participação na

fase de cria, para a venda de bezerros machos, pois esta fase possui um ciclo menor, não sobrecarregando a pastagem. Já a maior movimentação de machos no município de Rio Branco, revela uma pecuária com perfil voltado à engorda de machos, devido a sua posição geográfica (relativamente mais próxima do mercado consumidor) e dotação de infraestrutura de frigoríficos. Além dessas segmentações (fase de cria, recria e engorda) observa-se que a partir da década de 2010 se fortalece um grupo de pecuaristas muito capitalizado, voltado ao melhoramento genético. Entre o patronato, observa-se com maior frequência a ocorrência daqueles que estão num segmento e noutro, mas entre os camponeses, a maior parte se concentra na cria.

Segundo o Censo da Resex CM, de 2008/2009, haveria um rebanho de 21.173 cabeças de gado bovino, sendo 46,32% de novilhas e vacas, o que indica um rebanho voltado à fase de cria (as fêmeas representavam 73,29% do rebanho total). À época, cerca de 56,3% (1.089) das famílias recenseadas declararam criar gado. A resolução nº 08, de 31 de outubro de 2008, do Conselho Deliberativo da Resex CM, que altera o P.U., determina que a criação de gado bovino no interior da unidade deve ser de no máximo 2 cabeças/hectare, com pastagem limitada a 15 hectares, independente do tamanho da Colocação, sendo permitido adensamento superior a este somente através da apresentação de comprovação de viabilidade técnica e econômica a ser aprovada pelo ICMBio, com anuência da Associação. Esta resolução inclui ao P.U. a proibição expressa de arrendamento de pastagem no interior da Resex, prática cada vez mais ambicionada por pecuaristas da região¹²².

As alterações no P.U. da Resex CM sobre a criação de gado bovino foram fortemente influenciadas pela dura atuação do IBAMA e do ICMBio, com apoio da Força Nacional de Segurança, Política Militar do Pará, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Exército, na região conhecida como Terra do Meio, realizada entre junho e outubro de 2008, no âmbito da Operação Boi Pirata, que combatia a criação de gado em áreas protegidas. Esta operação repercutiu em toda a Amazônia e, numa versão específica, no Acre foi operacionalizada sob o título de Operação Resex Legal, conduzida pelo IBAMA e Polícia Federal, assustando moradores da Resex CM que têm áreas de pasto relativamente maiores que a média.

¹²²Além dos que assediam os moradores de Reservas (mas também de outras áreas camponesas) para o arrendamento de terras, com acordos informais de meação e parceria, através do estabelecimento de regras quanto ao custeio dos insumos utilizados no trato sanitário e nutricional do rebanho, geralmente correndo por conta do camponês, há alguns pecuaristas que usam o artifício de protelar a retirada do animal do pasto do camponês, após a compra. Isso implica valorização pelo uso não remunerado do pasto, do trabalho e de insumos do camponês. Esta prática também é muito comum entre familiares que vivem na cidade e adquirem poucas cabeças de gado para criação nas Colocações.

Gráfico 7. Relação Ocupação de Resexs e Desmatamento – 2011/2017 (%)

Dados: SIPRA/INCRA e PRODES/INPE, 2018 (Organizado pelo autor).

O Gráfico 7, que considera PAE's e a Resex CM, mas também assentamentos de outras modalidades na região do Alto Acre, indica que não houve necessariamente uma relação direta entre crescimento da população e aumento do desmatamento. Ao contrário, chama atenção a inversão desta relação, quando se observa de um lado o caso da Resex CM, cujo incremento no desmatamento foi muito pequeno e a quantidade de famílias apresentou maior crescimento relativo, e por outro lado o PA Tupá, em Xapuri, onde no mesmo período, o desmatamento teve um incremento de mais de 16% e a população foi reduzida em quase 22%. Por outro lado, o gráfico demonstra a fragilidade deste arranjo para a manutenção dos camponeses das áreas extrativistas quando consideramos a dinâmica ocorrida no PAE Remanso onde esta relação apresenta índices mais elevados. É importante ter clareza da imprecisão dos dados em relação ao número de famílias, uma vez que nem todas as pessoas que efetivamente moram na Resex CM e PAEs são cadastradas, assim como é sabido que nas áreas de PAs é muito comum a utilização de “laranjas” para ocultar a concentração de lotes. Ou seja, é provável que a população das áreas de Resexs seja maior e que a dos PAs seja menor.¹²³

De acordo com o gráfico, o conjunto composto de PAEs e Resex CM, apresenta menor incremento no desmatamento quando comparadas com o conjunto composto pelas outras modalidades. O gráfico traz novamente à tona as consequências daquilo que, acompanhando Bourdieu (2014), poderíamos chamar “atos de Estado”. Os resultados apontados no PAE

¹²³ Conforme discutiremos à frente, na prática a população que efetivamente usa os recursos destas áreas para o sustento é mais ampla do que os cadastros do INCRA, ou do ICMBio, e as quantidades de famílias apontadas no Gráfico 6 têm a intenção primeira de apontar informações sobre desmatamento nestas áreas.

Remanso, que pude verificar durante visita realizada em 2018, indicam que por não estarem vinculadas ao SNUC, essas áreas se fizeram mais vulneráveis às investidas dos interesses econômicos. Em Santa Quitéria, a exemplo das demais áreas, o avanço do desmatamento é fator de conflito entre os moradores e o INCRA, sobretudo no tocantes às regras estipuladas no Plano de Uso e condições do CCDRU.

Neste sentido, atentemos para o relato de Raimundo Moreira, então presidente da Associação AMPAESQ, acerca do processo de reformulação do P.U. do PAE Santa Quitéria, que deveria ter se dado em 2017. Apesar de lamentado por técnicos do INCRA, especificamente sobre os modelos matemáticos que levariam a limitar a atividade pecuária a 30 cabeças de gado por morador, Raimundo Moreira relata:

Eles são muito inteligentes, tentando iludir todo mundo e colocar aquilo ali como que seja a verdadeira realidade. “Vamos limitar aqui”. Eu digo, não! Não tem que limitar nada não. Coloca o meu direito na minha área de limite, que aí eu sei quantas [cabeças de gado] eu posso criar lá dentro... “não, mas não pode seu Raimundo”. Eu digo, se não pode, eu não sou obrigado a concordar com vocês não. Se vocês quiserem levantar do banco e ir embora, pode ir, porque esse Plano não vai ser feito não. Na primeira reunião eu já cacetei pra eles... Mas é a discussão do Santa Quitéria! É a discussão do Santa Quitéria, que eu sempre estou junto com o pessoal e eu sei qual é a discussão. “Não, mas não pode ser assim e tal”... Eu digo, pois vai ser uma semana perdida para vocês. Se vocês quiserem fazer o Relatório, pode anotar dessa primeira reunião, que vai ser a última. Sei que tentaram... passamos seis reuniões e todas as seis só deu cacetada. Sei que na penúltima reunião, a Lucirene, era que estava pelo INCRA disse “é, infelizmente esse P.U. não vai ser feito”. Eu digo é, da forma que vocês trazem pra nós... Nós não podemos discutir Lei, mas não concordar nós podemos. Era um pessoal do Inca de Rio Branco e um pessoal do IMAC lá de Rio Branco. [...] Foram embora, tudo puto de raiva, mas ninguém concordou com a proposta deles. (Raimundo Moreira, em maio de 2018).

Importa, entretanto, lembrar a lógica da economia capitalista, para qual a atividade produtiva será mais atrativa quanto mais rentável ao capital ela possa ser, e entre fatores atrativos está a baixa carga tributária. O avanço da pecuária sobre o Alto Acre muito deve ao tratamento tributário que tem recebido, uma vez que demanda cada vez mais território. Neste quesito, além de ser diretamente beneficiada com os incentivos aplicados ao agronegócio de maneira geral no Brasil, tais como a Lei Kandir, que isenta de ICMS produtos primários destinados à exportação, e o Convênio CONFAZ ICMS N° 100¹²⁴, entre outras medidas protetivas, o governo do estado do Acre premiou tributariamente a pecuária de corte ao longo

¹²⁴ Com a adesão de praticamente todos os órgãos estaduais fazendários, o convênio favorece a circulação de insumos destinados a atividades agropecuárias, uma vez que permite que os Estados subnacionais reduzam em 60% a base de cálculo para a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Trata-se de uma medida que se mantém desde o governo militar, que instituiu o Convênio ICMS 08 no ano de 1978. Portanto, embora juridicamente possua caráter provisório, renovado sistematicamente, este benefício se mantém há praticamente 4 décadas.

das duas décadas que aqui consideramos, conforme demonstramos anteriormente. Neste sentido, o gado não só repercute no desmatamento praticado pelos seringueiros, como é motivo de procura pela terra, conforme esclarece a lúcida análise desta liderança:

[...] Essa é uma grande ameaça, exatamente por isso. Porque quem segura lá, agora mesmo a gente soube uma notícia que teve um policial, um policial militar, que comprou, uma Colocação, lá para dentro. A gente nem sabe se é verdade isso, mas vai ver... então, assim, essa é a... todo mundo quer ter uma terra. Como as áreas que estão fora da reserva, elas já estão muito ocupadas, e não tem... e o preço muito alto. [...] Mas todo funcionário público que tem mais uma condição ele comprou e aquele que não comprou, ele está forçando a barra para entrar na reserva, para entrar, então essa é uma ameaça. Ontem o menino estava falando aqui, a Ermenegilda está fazendo a DAP dele: “qual foi a tua renda em 2017?”, ele disse assim (começa a rabiscar um papel), “foi três mil reais de peixe, foi quatro mil reais de castanha e foi quarenta e dois mil reais dos bezerros”. Então, aí tu olha aqui: se ele teve três produtos que ele vendeu... aqui não foi quatro não, foi seis (corrige anotação no papel), foi três mil reais de peixe, seis mil reais de castanha, quarenta e dois mil de bezerros... aí é isso aqui, aí é isso aqui (aponta para a anotação correspondente ao valor do bezerro), que ninguém acha que tem que ter. Porque isso aqui (o bezerro) é a base! Então, por mais que a castanha, e a castanha está dando dinheiro, todo mundo sabe que... a outra grande, aonde dá, e a outra grande procura pelas áreas da reserva, de quem não é morador, nem beneficiário, é a castanha. Colocação que tem castanha, todo mundo está correndo atrás. [...] criando bezerro, que passa pro outro, e o outro acaba de criar. É porque ele não pode... a maioria dos que estão criando dentro da reserva, ele já sabe que tem que vender o bezerro porque não pode aumentar o pasto. Então é o manejo: todo ano ele tem que tirar aqueles bezerros, ele não pode deixar que aqueles bezerros cresçam, porque ele não tem muita área para fazer isso. Então é uma política de fora, que não foi discutida pela gente, não foi a gente que discutiu, que nem a gente estava falando aquelas outras, mas que influencia diretamente, por conta do ponto de vista econômico. [...] Enquanto a gente levou anos e anos para aprovar um PRONAF da vida, para aprovar uma Lei dos produtos da sociobiodiversidade, isso aqui está estabelecido há séculos e só sendo fortalecido a cada ano. Eu duvido, o cara, quem é que diz, “não, esse ano cortaram o dinheiro da...”, não corta! Por que que não cortam o do Pronaf? Porque boa parte do dinheiro do PRONAF vai para o boi. É muito dinheiro que as pessoa pegam. Na reserva não pegam porque não pode. Ninguém não pode financiar gado para a reserva. Mas quem está fora pega! E vai só aumentando isso, fortalecendo a política e quem está dentro da reserva pega 6 mil reais, 10 mil reais aqui de castanha e compra 5, 10 bezerros e começa a criação (Leide Aquino, em Julho de 2018).

O arranjo da política de incentivo à pecuária e as omissões diversas que fizeram da pecuária bovina de corte a principal atividade econômica do Acre não só incide sobre a organização interna no uso das Colocações, como nos últimos anos tem se mostrado elemento motivador de conflitos entre comunitários e nas famílias. Na medida em que o órgão sanitário (IDAF) exige que todas as pessoas que criam gado (que na prática são todos os moradores das Colocações), para realizar o cadastramento que habilita a comercialização dos animais, precisam comprovar que têm terras sob sua posse, em muitos casos gera desacordos entre parentes. Este fato desestabiliza as regras e acordos tácitos de divisão, além de favorecer o estabelecimento de mecanismos que estimulam a mercantilização da terra, já que uma vez formalizado o direito de um membro da família a uma porção da Colocação (através de uma

Declaração), mesmo que em instrumentos jurídicos precários, o assédio e possibilidade de convencimento para a venda clandestina a terceiros se acentua.

Todavia, em hipótese alguma estamos sugerindo um processo de harmonização entre camponeses e capitalismo, no qual os primeiros teriam neutralizado e triunfado sobre os efeitos e agentes do capital. Seringueiros são pressionados a terem seu trabalho apropriado pelo capital, na medida em que a tecnologia para produção de gado/bezerro vai avançando e elevando o custo de produção. Contudo, como ele produz uma mercadoria que é também produzida por parcelas do grupo capitalista envolvido nesta cadeia produtiva, acaba sendo momentaneamente beneficiado com os embates que se travam no seio do grupo dominante. Isto se faz relativamente claro no protecionismo para retenção de bezerro para engorda no próprio Estado do Acre, mas que contraria grandes fazendeiros que se dedicam à produção de bezerras e buscam melhores preços nos mercados de Rondônia e Mato Grosso. Instala-se um conflito de interesses entre estes capitalistas, que tende a favorecer indiretamente os camponeses, vez que não se permite que o preço do bezerro caia aos níveis desejados pelos fazendeiros especializados na fase de engorda. Entretanto, os próprios fazendeiros especializados na engorda (mas também médios criadores), reorganizam seus investimentos, no sentido de também produzirem bezerras, o que implica na busca por ampliação de suas terras e conseqüentemente maior pressão sobre os territórios camponeses.

No contexto atual a pecuária bovina de corte é o principal mecanismo de apropriação da renda e subordinação camponesa ao capital. À jusante do processo produtivo, isso ocorre pelo consumo e a dependência cada vez mais acentuada de agroquímicos e de combustíveis fósseis. Os insumos são relativamente poucos, se considerarmos que da forma como tem se dado, os anos iniciais não requerem preparação mecanizada de solo, mas geralmente por volta dos décimo ano, o pasto exige recuperação através do gradeamento a trator. Por outro lado, é cada vez mais comum o consumo de veneno através de aplicações indiscriminadas, para o controle de ervas nos pastos. Em muitos casos, na fase de abertura de pastos há crédito bancário, rural ou de outras modalidades de empréstimo¹²⁵. Mantêm-se linhas de crédito oficiais (participação muito forte de FNO e PRONAF), mas a cada dia a pecuária atrai mais investimentos privados, de maneira que se organizam fundos informais entre empresários e profissionais liberais para aplicação na atividade. E à montante do processo produtivo, a

¹²⁵ Há casos em que aposentados fazem empréstimos consignados para aquisição de insumos como arame para cerca, semente de capim etc., para formação de pastos.

apropriação da renda ocorrerá na indústria frigorífica e de couros, mas antes, com os compradores de gado (intermediários), transportadores e fazendeiros da etapa de engorda.

Apesar do que representa a pecuária em termos de geração de renda para os moradores destas áreas, que enche de entusiasmos as gerações mais jovens, para quem o cativoiro do sistema de aviação e a própria produção de borracha significam coisas do passado, as gerações mais velhas, dos seringueiros que vivenciaram esta transição ao longo dos anos, veem com muita lucidez e preocupação a ambiguidade por trás da criação de gado. São muitos os relatos como este de Antônio Martins, de 77 anos de idade (quando tivemos a entrevista em 2018), amazonense de Lábrea, chegado ao então Seringal Remanso em 1960. Antônio Martins demonstra orgulho do fato de seus 10 filhos (oito homens e duas mulheres) permanecerem na mesma Colocação, sem que tenham desmembrado qualquer fração para pessoas de fora. Seu Antônio afirma que houve melhoria das condições de vida das famílias na região, mas quando se refere ao rápido desmatamento observado no PAE, sobretudo devido à formação de pastagem, é enfático:

Vamos orar muito a Deus, que não aconteça com a venda de bezerros, o que aconteceu com borracha e castanha. Porque se acontecer com bezerro, nós estamos fritos! Vamos morrer trabalhando para o governo sem condição. Porque, quando nós nos achamos sem a castanha e sem a seringa, foi criar uma vaquinha. Porque quando chega o fim do ano o senhor tem um lucro de 10, 12 bezerros que nasceram. Aí o senhor vende aquilo, com qualquer ajudinha que o senhor fez numa roça, numa coisa, já dá de ir passando. Mas, se houver impedimento deste gado não ir mais para fora, nós estamos ferrados! (Antônio Martins, em junho de 2018).

CAPÍTULO 3 – OS SERINGUEIROS DO ALTO ACRE E AS DISPUTAS POLÍTICAS NO CONTEXTO DAS RESEXES

Na manhã do dia 10 de maio de 2003, em frente à casa onde morava e foi assassinado Chico Mendes, uma multidão enfrentava o sol escaldante para assistir ao ato que reunia autoridades que se sucediam em discursos ao microfone. Visitava Xapuri pela primeira vez, após ser eleito presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que acabara de sair de uma missa celebrada no túmulo onde está enterrado o mártir seringueiro. No ato público, Lula estava protocolarmente ladeado por Ministros de Estado e assessores presidenciais, mas também por familiares e companheiros de Chico Mendes. Além de outros políticos, ali se encontravam a senadora Marina Silva (então Ministra do Meio Ambiente), o Governador do Acre, Jorge Viana e o Prefeito de Xapuri, Júlio Barbosa¹²⁶. Os quatro políticos tinham em comum o fato de relatarem alguma convivência com Chico Mendes e serem filiados e eleitos pelo PT, partido que Chico Mendes e outros seringueiros ajudaram a fundar no Acre.

A princípio, o ato público poderia ser interpretado como mais um entre outros eventos então já registrados a partir da emergência dos seringueiros ao cenário político nacional, o que impunha que autoridades lhes dessem atenção e às suas reivindicações: Ulysses Guimarães, então presidente da Câmara dos Deputados, recebeu uma comissão de seringueiros em 1985, logo após a realização do 1º Congresso dos Seringueiros; o presidente José Sarney recebeu o seringueiro Osmarino Amâncio, por ocasião da criação da Resex CM; José Luttemberg, um dos articuladores da participação de Chico Mendes numa reunião da diretoria do Banco Mundial em 1987, em Miami, foi nomeado Secretário de Meio Ambiente no governo de Fernando Collor; Fernando Henrique Cardoso visitou o seringal Cachoeira em 1999; o ex-presidente do CNS, Atanagildo Matos, o Gatão, chefiou o CNPT de 2001 a 2003, portanto, trabalhando para o governo de Fernando Henrique Cardoso; entre vários outros casos, de pessoas vinculadas ao movimento seringueiro, sobretudo, assessores, que passaram por outros governos em nível ministerial.

Mas, conforme mencionamos anteriormente, a relação de Lula com os seringueiros do Alto Acre remonta a muito antes de maio de 2003. É anterior também às Caravanas da Cidadania do ano de 1993, quando visitou boa parte do país em campanha eleitoral, tendo iniciado a segunda pelo município de Assis Brasil. Também o ideário das Reservas Extrativistas há muito figurava no repertório do PT e de Lula. Durante o velório de Chico

¹²⁶ Nesta data os municípios de Assis Brasil e Brasília, também eram governados pelo PT.

Mendes, em dezembro de 1988, no Salão Paroquial da Igreja Católica de Xapuri, rodeado por seringueiros, sindicalistas e políticos de várias partes do país e de veículos da imprensa, em discurso exaltado que denunciava a promoção da violência no campo pela UDR e a negligência das polícias naquele assassinato, Lula defendia a transformação imediata da área do Seringal Cachoeira (PAE Chico Mendes) num projeto de reforma agrária onde os seringueiros pudessem trabalhar. Em 1989, já mencionando a terminologia Reserva Extrativista, a proposta consta como medida no item “Salvar a Amazônia”, no Programa Alternativo de Governo - PAG, por ocasião da campanha presidencial do PT.

A propósito desta campanha eleitoral, o Relatório da segunda reunião do Conselho Deliberativo do CNS, realizada em Rio Branco, em agosto de 1989, afirma que dirigentes e assessores discutiram qual deveria ser o posicionamento da entidade em relação ao campo partidário, sobretudo referente às eleições presidenciais. Naquele momento, havia uma opinião mais ou menos unânime entre os participantes, de que o CNS deveria sustentar uma postura autônoma, sem maiores vínculos com partido A, ou B, apesar de colocarem muito claramente que deveriam apoiar um candidato que fosse a favor da Reforma Agrária, e na conjuntura de então, Lula era o candidato mais favorável à causa. Contudo, um dos motivos, senão o principal, deste assunto constar na pauta da Reunião, foi justamente o fato de o nome de Júlio Barbosa ter sido levantado no âmbito do PT Nacional, como um possível candidato à vice-presidente de Lula. Segundo um dos participantes, essa teria sido uma sugestão de ambientalistas e petistas do Rio Grande do Sul (cogitou-se o nome de Júlio, ou Raimundo de Barros). No ano anterior, lembrava este participante, houve a sugestão de que Chico Mendes fosse o vice de Lula.

Independentemente da candidatura de um seringueiro a vice-presidente, naquela campanha a imagem e memória de Chico Mendes, ora associada à reforma agrária, ora ao meio ambiente, foram veiculadas nos programas que o PT produziu para o horário da propaganda eleitoral na televisão. No programa da Frente Brasil Popular de 25 de setembro de 1989, entre as sucessivas imagens num clipe com o *jingle* da campanha, há um pequeno vídeo em que Chico Mendes aparece discursando. Em 16 de outubro o programa cita Chico Mendes, remetendo a sua defesa da preservação da Amazônia e da sobrevivência dos povos da floresta. A imagem mostra Lula ao lado de Chico Mendes numa reunião comunitária.

Passada a eleição de 1989, a proposta de criação das Resexs mantém-se na agenda petista. No movimento “Governo Paralelo”, instalado em julho de 1990¹²⁷, esta era uma das medidas que o governo brasileiro deveria adotar em matéria de meio ambiente. O geógrafo Aziz Ab’Saber que coordenava o programa de Meio Ambiente do Governo Paralelo, apesar de fazer ressalvas em relação à viabilidade do extrativismo como única fonte de renda para as famílias que ali morariam, via e defendia as Resexs como medida que contribuiria para a conservação da biodiversidade amazônica.

Portanto, esta relação entre os seringueiros do Alto Acre e o PT em escala nacional não deve ser interpretada somente como algo que unilateralmente beneficiou, ou favoreceu, que se concretizassem as demandas dos seringueiros. A luta dos seringueiros no início dos anos 1980 contribuía para a constituição de um repertório que conferia amplitude nacional ao PT, ainda muito identificado como um partido de operários do ABC paulista. As reivindicações dos seringueiros davam conteúdo à pauta da reforma agrária, do combate à violência no campo, tal qual era a pauta do combate ao desemprego para os trabalhadores dos grandes centros, que juntas davam sentido ao que o partido formulava como “Brasil Real”, figura discursiva a partir da qual se fazia a crítica ao governo Collor. O caso dos seringueiros, de certo singularizando-se por acoplar a luta pela reforma agrária à então emergente questão ambiental, soma-se a outros exemplos de lutas camponesas e contra a violência no campo, tanto em outros pontos da fronteira agropecuária na Amazônia, como em outras regiões do país. É uma das vertentes na formação e coesão do PT, para quem os funerais de trabalhadores e trabalhadoras rurais convertem em capital simbólico uma mística dos mártires da igreja católica progressista da América Latina (DUSSEL, 1979).

Aquela visita de 2003 representou o momento de inauguração de uma participação junto ao Estado brasileiro em um patamar antes não experimentado pelos seringueiros. Dali extrapolava para a esfera federal dinâmica semelhante ao que no âmbito do Acre predominava havia 4 anos, com os movimentos sociais expressivamente presentes em fóruns do governo. No Acre, como se viu nos capítulos anteriores, esse cenário, que dava sustentação a um discurso de governo popular, era acompanhado de uma distorção das demandas dos seringueiros, ao passo que, em outra frente de negociações, o governo acomodava as

¹²⁷ O Governo Paralelo, que reunia intelectuais renomados do campo acadêmico e políticos ligados ao PT, foi uma iniciativa que buscava criar uma agenda com propostas de medidas alinhadas a demandas de setores sociais, em contraposição ao programa do governo de Fernando Collor. O programa do governo paralelo para o meio ambiente foi lançado por Luiz Inácio Lula da Silva em março de 1992, na sede das Nações Unidas, durante a Semana da Amazônia.

demandas extremadamente opostas de fazendeiros e madeireiros. A participação tanto em nível de governo federal, quanto estadual, de certo restrita ao sentido de consulta e, no melhor dos casos, deliberação, como mecanismo de legitimação das ações governamentais por parte daqueles delegados pelos camponeses, tem, por outro lado um efeito simbólico com repercussão no espaço social. Com despesas custeadas pelos governos, fato até então muito limitado e que faz toda a diferença para a participação de segmentos da sociedade civil historicamente dominados, tal cenário conduziu ao incremento de capital social, determinante nas disputas políticas locais.

Assim como aquele evento em frente à casa de Chico Mendes, o qual muitos moradores da cidade acompanhavam com certa distância e entre conversas de canto de boca, essa relação com os governos do PT é de fundamental importância para a compreensão da direção das mudanças, no plano simbólico, concernentes aos seringueiros do Alto Acre neste início de século. Tivemos a oportunidade de acompanhar a Semana Chico Mendes, que em 2018 celebrou sua memória nos 30 anos de seu assassinato, em Xapuri. Armou-se uma tenda grande em frente à Igreja Católica. Desde 1998, quando se tinham celebrado os 10 anos, o evento de 2018 representou o primeiro a ser realizado com o PT praticamente fora do governo do Acre. Mas o panorama do evento se assemelhava aos inúmeros promovidos naquela cidade ao longo destes anos, como rituais que inegavelmente contribuíram para a demarcação de identidades políticas, de parte a parte: muitas pessoas de fora, alguns seringueiros e praticamente ninguém da cidade de Xapuri, parte deles olhando e comentando a movimentação com um misto de desconfiança e inconformismo cidade afora. Aquele evento de 2018, conforme já mencionamos, foi utilizado durante a campanha eleitoral de 2020 por opositores para atacar os candidatos do PT.

A primeira seção deste capítulo consiste de breves apontamentos que situam os seringueiros como atores centrais no processo de democratização da política do Acre e do Alto Acre, a partir da criação das Resex nos anos 1990, através do PT. No decorrer das outras seções, apresentamos as principais características da relação entre seringueiros e PT. Embora o capítulo discuta separadamente cada forma de atuação política (aquela da participação direta nos espaços que contemplam a sociedade civil, daquela da representação por cargos eletivos), na prática esta separação não ocorre e cada uma influenciará e será influenciada pela outra.

A perspectiva aqui prevalente não é a da ciência política, ou mesmo de abordagens sociológicas que têm, em última instância, ideias de política e de democracia referenciadas

desde pontos de vistas da modernidade ocidental, notadamente as experiências europeias e norte-americana. Dialogaremos com alguns destes referenciais, pois em alguma medida eles são parte do processo estudado, mas não descartaremos outros elementos que geralmente são considerados como ilegítimos, ou indesejáveis nos processos de emergência e exercício de poder e de disputas eleitorais. Conforme observou Kuschnir (2007), análises da política em situações determinadas tendem a evitar noções de honra, gratidão, dívida moral, etc., como se estes elementos, que certamente fazem parte das relações estabelecidas entre diferentes agentes, desqualificassem o ideal democrático, enquanto modelo teórico. Nossa perspectiva procura mais compreender os sentidos que os agentes dão à política, do que fazer juízos a respeito das práticas adotadas. Daremos ênfase à política eleitoral, buscando ressaltar a relação dos seringueiros com o PT, pois, se por um lado eleições constituem processos próprios da política concebida sob a ótica do Estado, com regras pré-determinadas, por outro, eleições associam-se às formulações e classificações dos seringueiros em relação à política.

Por envolver um grande número de agentes, pessoas e grupos, cabe anotar minimamente traços que indiquem suas posições no campo político (e no espaço social de maneira mais ampla), para diferenciá-los, uma vez que as perspectivas correspondentes também diferem. Assim, quando nos referirmos às categorias: a) seringueiro político, estamos nos referindo ao sujeito ordinário, mas cujo posicionamento coletivo ou individual consiste numa ação política deliberada; b) políticos seringueiros, estamos nos referindo àqueles sujeitos com papéis de lideranças (sindical, associação, etc.), de militantes que se destacaram na estrutura do partido, alçando-se a disputas eleitorais¹²⁸; c) políticos do movimento seringueiro tratam-se daqueles que participam diretamente de processos eleitorais através do PT, que mesmo sem serem oriundos dos seringais, por razões de militância diversas, ou vínculos profissionais a organizações de seringueiros, contam com o apoio de políticos seringueiros, que mobilizam os seringueiros políticos para votarem nele; e d) políticos aliados ao movimento seringueiro, são aqueles sujeitos que, participando diretamente dos processos eleitorais e, sobretudo, ocupando cargos eletivos, apresentam postura favorável às reivindicações dos seringueiros, embora não sendo do PT.

¹²⁸ São os seringueiros que passaram a participar do *campo político*, como especialistas, no sentido de Pierre Bourdieu. Para muitos seringueiros, geralmente os políticos seringueiros são também denominados “o pessoal do movimento”. No âmbito de grupos políticos considerados cidadãos, moradores da zona urbana declaradamente opositores ao PT, os políticos seringueiros são classificados jocosamente como “os companheiros”, uma referência que se pretende depreciativa do tratamento muito usado entre integrantes do PT, como é nacionalmente sabido.

O Partido, neste trabalho é concebido como instrumento cujo objetivo é a imposição dos princípios para uma di-visão de mundo, com vistas a tomar o Estado (BOURDIEU, 2011) que, sobretudo devido às evidências da pesquisa de campo, compreende uma articulação entre diversos mecanismos de mediação, situados em diferentes instâncias nas quais se desenrolam as disputas próprias do campo político. Associação, Sindicato, CNS, PT e a própria comunidade informal, constituem um intrincado conjunto de organismos de mediação dos interesses dos camponeses na relação com as diferentes esferas do Estado. Partimos da tese de que nas três décadas que se seguiram à criação das Resex, os seringueiros se fizeram agentes determinantes quanto à dinâmica no campo político do Alto Acre. Conforme ensina Bourdieu (2011), “reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retiramos, as coisas se modificam significativamente)” (BOURDIEU, 2011, p. 202).

3.1 Seringueiros, partido e política no estado do Acre

Em sua tese sobre o processo de instituição (no sentido de um processo envolvendo vários agentes que instituem algo) das Resexs, Porto-Gonçalves (2003) identifica sete encontros que contribuíram para a formação de uma identidade dos seringueiros, materializada em uma territorialidade original, a territorialidade seringueira, em contraposição à territorialidade seringalista. Lembrando que a Resex é a expressão “teórico-prática” desta identidade, num determinado momento de sua história, o autor adverte que é necessário considerar o movimento que dá sentido e qualidade a tal identidade. Cada um destes encontros caracterizar-se-ia pela dispersão de diferentes sujeitos, em diferentes lugares e escalas, atuando com/contra os seringueiros. Sem negar que a criação da identidade se inicia com os próprios seringueiros, Porto-Gonçalves (2003) elenca os encontros: 1 - Com/contra o Capital; 2 – Com/contra o Estado; 3 – Com/contra a Igreja com suas Comunidades Eclesiais de Base e outros organismos pastorais mais ou menos ligados à Teologia da Libertação; 4 – Com/contra o movimento sindical, a CONTAG e os mais diferentes Sindicatos; 5 – Com/contra o movimento ambientalista que via mais a floresta que os povos da floresta; 6 – Com/contra os Partidos Políticos; e 7 – Com/contra o Movimento Cultural e a Imprensa.

Ao listar e caracterizar sucintamente cada encontro, assinalando os pontos em que convergem e em que divergem as perspectivas dos seringueiros das perspectivas dos agentes próprios de cada um deles, Porto-Gonçalves (2003) aprofunda a análise de quatro encontros que a seu ver, embora interdependentes dos demais, possuem importância concreta: o Estado,

a Igreja, a Cultura e Imprensa e, por fim, o Movimento Sindical. Sem a menor pretensão de dar continuidade à apurada perspicácia teórica da análise de Porto-Gonçalves, acreditamos que, à nossa maneira, alguns destes encontros foram mencionados ao longo dos capítulos anteriores, tanto em retrospectiva ao período estudado pelo autor, quanto sincronizando ao momento posterior à criação das Resexs no Alto Acre, quando abordamos o processo de instituição do manejo madeireiro e a expansão da pecuária nestas áreas.

Em nosso estudo, julgamos ser necessária uma discussão em torno do encontro entre seringueiros e partido político, pois este elemento foi central para que os seringueiros contornassem obstáculos que os relegavam à condição de grupo em extinção, quais sejam: a exclusão política e a marginalidade econômica. Embora já tenhamos suscitado esta relação, quando mencionamos o caráter ambíguo da participação dos seringueiros nos programas dos governos do PT, para este período é mister aprofundar um pouco mais a relação dos seringueiros com a política partidária, especialmente com o PT. Vale a pena lembrar o alerta de Bourdieu (2011) acerca dos partidos políticos: “uma grande parte das ações realizadas pelos políticos não têm outra função que a de reproduzir o aparelho e de reproduzir os políticos ao reproduzir o aparelho que lhes assegura a reprodução” (BOURDIEU, 2011, p. 205). Em todo caso, não se deve negligenciar o fato de que a relação dos seringueiros com o PT em muito pode explicar as mudanças socioculturais no Alto Acre.

Para além da já apresentada imbricação entre seringueiros e o discurso do desenvolvimento sustentável, de certo carregada de ambiguidades, no caso do Alto Acre, a relação dos seringueiros com a política institucional apresenta-se como uma mediação a atravessá-la. Constitui-se difícil tarefa (se não impossível) encontrar uma resposta cabal para a questão de quem teria sido mais beneficiado ao longo destes anos, tendo em vista serem processos iniciados concomitantemente: se a criação das Resexs favoreceu o fortalecimento do PT na região; ou se o fortalecimento do PT favoreceu avanços de ordem social e econômica dos moradores das Resexs?

Tende-se a responder que a criação das Resexs fortaleceu o PT, já que foram criadas antes do governo estadual e da chegada às prefeituras dos municípios da microrregião, inclusive com a contribuição indireta de políticos de outros partidos, e ainda, por mais que tenham sido muitíssimo importantes simbolicamente, as políticas do PT que tocam a Resexs estiveram alinhadas a interesses de outros grupos. Em se tratando do PT em nível estadual, talvez a relação mais patente e mais controversa, do ponto de vista de alguma filosofia

política ortodoxa (excluindo qualquer enviesamento interesseiro), pode-se facilmente dizer que a Resex fortaleceu o PT, pois a partir delas os governos estaduais acessaram vultuosos empréstimos e repasses de recursos federais durante os governos do PT, que permitiram maquiar o estado e garantir as sucessivas vitórias eleitorais, e mais ainda, que efetivamente o estado esteve governado pelas velhas oligarquias para quem o arranjo partidário é um meio indispensável. Mas, por outro lado [e esta é a dimensão simbólica], os governos do PT deram aspecto de legitimidade às demandas dos seringueiros, pois, estas eram (e algumas ainda são) desqualificadas por quem a elas se opunham, classificando-as como ilegítimas, e os seringueiros como agitadores e incapazes, etc.

Esta segunda resposta pode ser inferida quando ouvimos e vemos o que isto representou em termos simbólicos para os moradores destas áreas e também quando levamos em consideração casos como o que ocorreu, por exemplo, na Resex Jaci-paraná (RO), conforme mencionamos anteriormente (nos referimos à intrusão de fazendeiros e madeireiros naquela Resex, com a conivência do poder público. Não sem contradições, no contexto do Alto Acre, a associação e proximidade entre governos do PT e seringueiros, não somente incomodou as “aristocracias” locais, como inibiu a atuação mais truculenta de fazendeiros em relação à ocupação das terras das Resexs ali situadas.

Do ponto de vista das representações e ações mais rotineiras dos moradores das Resexs da atualidade, acreditamos que a dicotomia acima mencionada deve ser superada pela perspectiva de que na realidade estamos diante de problemáticas mais amplas: a da (re)configuração histórica (realmente autônoma) da política do Acre e, de maneira ainda mais ampliada, a da própria democracia no Brasil. O fato é que os seringueiros tanto deram conteúdos ao PT nacional, mas sobretudo estadual e municipais, que em boa medida se beneficiaram eleitoralmente, mas legaram resultados favoráveis a quem mora nestas áreas. O ideário da Florestania esteve no núcleo da relação dos seringueiros com o PT no Acre.

Qualquer pessoa que acompanhou minimamente a vida política, social, econômica e cultural do estado do Acre nos últimos 20 anos, seguramente ouviu, ou leu, o termo “Florestania”. Seria uma terminologia criada no Acre, no final do século passado, e tratar-se-ia de um conceito que preconiza a “preservação das riquezas naturais da floresta como condição para o desenvolvimento humano, econômico e social”. Seria, grosso modo, um substituto à noção de Cidadania condizente com as especificidades culturais e cosmovisões de povos que habitam e convivem com as florestas, uma vez que, na visão de seus idealizadores,

a Cidadania se vincularia a um ideal de mundo e civilização que historicamente subjugou a natureza e com isso causou graves problemas ambientais, econômicos e sociais¹²⁹. Foi em torno da Florestania, como ideário normativo (ao menos discursivo), que os governos do Acre criaram uma série de medidas e programas que estariam comprometidos com a conservação dos recursos naturais e com os modos de vida destas populações (GUIMARÃES JÚNIOR, 2008; PINHEIRO, 2009; PINHEIRO, 2010). No entanto, como discutimos nos capítulos anteriores, tais iniciativas apresentaram resultados aquém do que se supunha inicialmente, se considerarmos o avanço da pecuária bovina de corte, outrora símbolo da destruição da floresta e dos povos que nela vivem.

Analisar os fundamentos e emergência do ideário da Florestania requereria um profundo exercício que foge aos objetivos deste trabalho. Aqui, abordaremos esta trajetória dos seringueiros do Acre, enquanto uma expressão do campesinato brasileiro, nos marcos da noção de Cidadania, à luz do cenário que se configura a partir do final da década de 1970, culminando com a promulgação da Constituição de 1988 e chegando até os dias atuais, considerando as continuidades e discontinuidades próprias da dinâmica política. Partimos do pressuposto de que a experiência dos seringueiros do Acre, no processo de criação das Resexs e posterior ingresso no campo das discussões e delineamentos parciais de políticas públicas e acesso aos espaços institucionais de poder, constitui uma forma muito expressiva da emergência recente das forças *subalternas* do meio rural brasileiro. Discutiremos sua participação e influência numa escala que ultrapassa o país, sem perder de vista que as mudanças dos últimos 30 anos afetaram o conjunto do campesinato brasileiro (MOREIRA, 2014), extrapolando, portanto, os limites do estado do Acre e o próprio ideário de Florestania.

Apesar da sofisticação de sua construção, sugerindo rompimento com a tradição liberal colonialista, a Florestania acabou retendo muito mais uma tendência à folclorização do seringueiro, pois como se viu anteriormente, o Estado não foi redefinido, ou ressignificado, mantendo em sua essência um formato ajustado aos interesses do capital, ao criar instâncias e mecanismos que contribuíram para a expansão das atividades relacionadas aos dois modelos de desenvolvimento sobre os territórios de Resexs: o modelo do desenvolvimento sustentável através do manejo madeireiro; e o modelo de expansão da fronteira agropecuária, através da

¹²⁹ O termo Florestania tem-se difundido nos últimos anos. O teólogo e escritor Leonardo Boff, fala sobre Florestania como um ideal que concebe a floresta como um organismo com direitos a serem respeitados. A atriz Cristiane Tornloni, lançou em 2018, um documentário intitulado “Amazônia, o despertar da Florestania”. É inclusive possível encontrar no Youtube a oferta de viagens de imersão com a formação em Florestania.

pecuária bovina de corte. Ou seja, apesar da emergência política dos seringueiros e de sua relação intrínseca com o PT e seus governos, não se evoluiu para a consolidação do modelo de desenvolvimento pautado na valorização/modernização do extrativismo, por eles defendida nos anos 1990. Mas o PT foi sua via de ingresso na política e foi também hegemônico entre eles durante o período no qual se detém a presente pesquisa.

A Florestania, por mais que tenha consequências simbólicas em termos de ganhos de diversos capitais pelos seringueiros, não se manifestou em medidas que os valorizassem diferenciadamente (o PT do Acre foi até certo ponto contrário, pois manteve distribuição privilegiada de recursos aos projetos dos grupos antagônicos aos seringueiros). As medidas concretas que atribuíram direitos aos seringueiros são reflexo de um movimento de maior amplitude, de escala nacional com a Constituição de 1988, uma inflexão no sentido de conceber os seringueiros no mesmo nível de liberdade e igualdade tal qual preconizado pelas correntes políticas de inspiração liberal. Porém, por limitada que seja, esta inflexão não pode ser desprezada, considerando a posição dos seringueiros no espaço social do Alto Acre durante as décadas de 1970 e 1980.

Ao longo dos anos, a FPA (que governou o estado do Acre de 1999 a 2018) apresentou composições heterogêneas e muitas vezes contraditórias. Das legendas partidárias identificadas com o campo da esquerda, as que se mantiveram desde a criação do bloco foram PT, PCdoB, PV e PSB, este último sendo o único a ocupar a vice-governadoria em dois mandatos da coligação, através de um político do Vale do Juruá, primo do ex-Governador Orleir Cameli. Para se ter uma ideia da natureza contraditória das alianças, mencionamos apenas um exemplo: principal antagonista do PT em nível nacional, o PSDB integrou a FPA na eleição de 1998, com o vice-governador. Neste primeiro governo de Jorge Viana, Tião Bocalom, que tornou-se a principal liderança estadual do PSDB (e oposição aos governos do PT) nos anos posteriores, assumiu a Secretaria de Produção, Agricultura e Pecuária - SEAP, órgão responsável pelas demandas do patronato rural do Acre.

Esta contradição na composição da FPA, que, aliás, remonta à retomada do pluripartidarismo, quando o PMDB era seu principal articulador, teve como saldo, além dessa aliança com Partidos declaradamente mais conservadores, uma série de pessoas que ingressaram no campo político por meio da FPA, pelo PT ou outras legendas, mais tarde se tornando fortes opositoristas. O atual governador do Acre, Gladson Cameli, iniciou carreira política em 2006, sendo eleito deputado federal pelo PP, reeleito em 2010, então integrante da

FPA. Quanto aos partidos com legendas de esquerda, é necessário relativizar, pois sua formação nem sempre indica direcionamentos de grupos populares/trabalhadores, como por exemplo Cesar Messias, que foi por dois mandatos vice-governador pelo PSB, e que é empresário e fazendeiro. Neste sentido, a característica dos partidos políticos no Acre após a democratização seguiu tendência observada por Costa (1992). Para este autor, analisando o período de 1945 a 1978 da história política do Acre, os partidos caracterizam-se pelo fisiologismo e pelo esvaziamento e deslocamento de conteúdo ideológico. Apesar de não constituir um partido genuinamente camponês, a exceção a esta tendência, portanto, passaria a ser justamente os seringueiros e o PT, precisamente no Alto Acre a partir dos anos 1980.

A composição da FPA obedeceu a estratégias e barganhas complexas que levavam em consideração candidaturas ao legislativo e as eleições municipais em todo o estado, especialmente a de Rio Branco, colégio eleitoral que concentra 47,17% (dados de dezembro de 2019) dos votos do estado. Mas discutir em profundidade os detalhes da composição de alianças políticas do PT ao longo destes anos foge aos objetivos deste trabalho.

Conforme apontamos nos capítulos anteriores, articulados a atores externos e certas ideologias, como o desenvolvimento sustentável, o ambientalismo, correntes da Teologia da Libertação, da Igreja Católica, do marxismo, etc., os seringueiros constituíram uma identidade política, para quem no polo antagonista estava a construção do paulista (fazendeiro), como sujeito coletivo criado com a admissão parcial do próprio seringueiro. Em outras palavras: os fazendeiros/paulistas (assim como os políticos do sistema seringal e mesmo os seringalistas) estavam colocados de uma forma, portadores do progresso - e os seringueiros ressignificaram esta distinção em parte desejada pelos fazendeiros, usando isso para a construção de sua própria identidade (de seringueiro). Negando essa situação, os governos do PT em nível estadual e federal, com incentivos ao agronegócio, paradoxalmente, agiram como se fosse possível o consenso. Ou seja, ao reunir num conselho de política pública seringueiros, fazendeiros e madeireiros (trabalhadores e capitalistas), o PT operava a negação do antagonismo, algo impossível de desaparecer conforme apontado por Mouffe (2003).

O ideário da Florestania esteve efetivamente circunscrito ao nível do discurso (GUIMARÃES JÚNIOR, 2008), já que, como vimos, não foram tomadas medidas objetivas que levem a uma cidadania diferente, genuinamente expressiva dos valores dos povos da floresta, ou em consonância com a emergência das identidades dos povos da floresta nos anos

1970/1980. Os governos do PT, que se empenharam na difusão deste discurso¹³⁰, agiram mais do lado das identidades e interesses dos que se contrapunham aos ideais e interesses das identidades dos povos da floresta e que, inclusive, usaram o termo Florestania como bandeira a ser combatida (basta ver um dos motes da campanha eleitoral vitoriosa de 2018, que apresentava o agronegócio como extremo oposto de Florestania, a quem associavam o atraso do estado do Acre). Ou seja, mais se ajudou a fazendeiros e madeireiros (com incentivos fiscais e não demarcação de Resexs) do que propriamente implementaram-se políticas específicas em favor dos povos da floresta. Por isso não associamos alguns avanços de direitos civis, sociais, e políticos destas populações com o ideário da Florestania, mas sim com a ideia mesma de Cidadania. Isso não quer dizer que o ideário da Florestania não teve uma função simbólica para estas populações, sobretudo no caso do Alto Acre.

Ao privilegiarem a racionalidade econômica – em detrimento de outras formas de se situar e agir no mundo, conforme os seringueiros, outros camponeses em geral e populações indígenas têm proposto – os governos do PT operacionalizaram um processo extremamente contraditório: no discurso, acentuaram a diferença da identidade seringueira em contraposição a outras identidades, através da Fundação Elias Mansour – FEM e outros mecanismos, inclusive da retórica de políticos, lançando o seringueiro numa imagem “folclorizada” (caricaturada), ou pior ainda, adotando medidas de criminalização de algumas de suas práticas costumeiras; ao mesmo tempo, estes governos agiram como se fosse possível o consenso, ou pior ainda, agiram mais em favor de fazendeiros e madeireiros do que de seringueiros, no campo econômico. Mas os seringueiros que moram nessas áreas oportunizaram o ganho de capital social para se reposicionarem no espaço social do Alto Acre.

O PT é parte constituinte e constituída, dos processos políticos nos quais estiveram envolvidos os seringueiros neste período. A concepção de “processos políticos” está referida ao *campo político*, como campo de lutas, onde competindo para manter ou alterar sua estrutura, os agentes geram conceitos, propostas e programas que produzem uma representação do mundo social explicitamente formulada. O Partido político é o instrumento de objetivação da competição que visa o poder simbólico de impor uma di-visão de mundo, mas também o poder sobre os poderes públicos: “os partidos devem [...] elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos

¹³⁰ Para ter uma noção do aparato de comunicação utilizado pelos governos do PT para a difusão da Florestania, ver: Pinheiro (2009) e Pinheiro (2010).

e, [...] conquistar postos capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários” (BOURDIEU, 2010, p.174).

Enfatizamos a participação dos seringueiros nos processos das disputas eleitorais em municípios do Alto Acre, uma vez que avanços concretos passam pelas características e forças em disputas no âmbito local, embora não seja possível desconsiderar a posição política dos seringueiros em âmbito estadual e nacional. Este aspecto requer o resgate das articulações empreendidas por organismos de representação dos seringueiros, tanto com demais entidades da sociedade civil, quanto com os governos. Na tentativa de elucidar o movimento de influências de múltiplas direções, retomamos mediações amplamente discutidas por alguns analistas, como a relação com a Igreja Católica e com os intelectuais, mas buscando situa-las no entrecruzamento com o partido político.

Há o risco de sermos interpretados como superestimando a importância do partido, mas neste caso estaríamos ao lado dos que superestimaram a importância do sindicalismo, ou das ONGs ambientalistas. A nosso ver trata-se mais de colocar o partido na posição devida, o que só pode ser feito neste período histórico, apontando as virtudes, mas também as contradições desta mediação.

Aqui consideramos tanto representações que os seringueiros fazem da política, ou às circunstâncias as quais estão submetidos (no primeiro caso quando enxergam afinidade e familiaridade com o político e por isso votam livremente tanto no político e dão preferência à legenda, e no segundo caso, quando a estrutura comunitária, da liderança comunitária, às vezes pagas para manter projetos de poder que beneficiam mais aos outros, exerce uma pressão sobre a decisão de seus votos) sobretudo ao votar. Mas também consideramos as estratégias dos “seringueiros políticos”, aqueles diretamente envolvidos e já com amplo conhecimento das regras deste campo, onde, por exemplo, o aspecto moral difere da vida cotidiana dos seringueiros situados fora do campo político propriamente, a quem a *doxa* e a *illusio* do campo certamente é estranha.

Não pretendemos reconstituir a história do PT no Acre, nem a história política do Acre, ou mesmo da ação política do campesinato do Alto Acre, pois este grupo é heterogêneo, indo além dos seringueiros, inclusive no próprio PT, com expressiva presença de colonos migrantes do Centro-sul do país. Mas aqui discutiremos aspectos da política com relação direta aos seringueiros, atravessando sua trajetória. Tal trajetória é também determinante e constituinte da política, economia, cultura e etc., tanto do Alto Acre, quanto do Acre, da

Amazônia e mesmo do Brasil, como veremos. Mas reiteramos que a região a qual nos referimos é o Alto Acre, pois, como bem demonstraram Almeida (1992) e Porto-Gonçalves (2003), apesar de ambas as microrregiões (do Alto Acre e Alto Juruá) serem *locus* da criação das primeiras Resexs do SNUC, tratam-se de processos diferentes e também o cenário econômico é diferente, cabendo salientar, sobretudo no tocante ao que aqui discutimos, a dinâmica política é diferente, sem ser objetivo deste trabalho elucidar tais diferenças.

Basta apontar, no entanto, para o fato de que dois dos oito Governadores eleitos após a democratização do Acre (Orleir Cameli, em 1994 e o sobrinho Gladson Cameli, em 2018), pertencem a uma família de patrões que controlava o comércio de borracha e que, não por acaso, se opunha de maneira central e radical à criação da Resex do Alto Juruá nas lutas dos seringueiros daquela região nos anos de 1980 (ALMEIDA, 1992). A família Cameli possui estreita ligação comercial e política com o Estado do Amazonas e além de a época se opor a criação da Resex Alto Juruá, incluindo episódio de agressão física de Orleir Cameli a Antônio Macedo, então coordenador da Comissão Pró-Índio do Acre e dirigente do CNS na região de Cruzeiro do Sul¹³¹, protagoniza também, através da empresa Marmud Cameli, um conflito com os índios Ashaninka, que corre num moroso processo judicial, em razão da exploração de mogno em território indígena.

É a vinculação entre lideranças de seringueiros do Alto Acre, inicialmente através da Igreja Católica e do sindicalismo rural, num segundo momento e concomitantemente através do CNS e do PT, este último vindo a prevalecer posteriormente, que nos permite, e é ao mesmo tempo, a razão de falarmos sobre “Alto Acre” e não de Acre, de maneira geral, e menos ainda de Amazônia. Contudo, embora situados geograficamente em uma região específica (que é esta da fronteira agropecuária na Amazônia), com essa relação inegável de proximidade às figuras mais proeminentes da esquerda brasileira da história recente, e com esta singularidade de ter o PT como mediador, como linha de sustentação da mobilização política no que tange a questões locais, a trajetória dos seringueiros do Alto Acre é uma das mais relevantes na luta por reconhecimento de direitos territoriais, sociais e econômicos de comunidades tradicionais (camponeses) de toda a Amazônia. E isto é suficientemente claro para as lideranças desta região.

¹³¹ Segundo o Jornal o Estado de São Paulo, Orleir Cameli esmurrou Antônio Macedo em reunião realizada em janeiro de 1989, quando trabalhadores e patrões discutiam o pagamento da “renda” na região do Juruá. Jornal O Estado de São Paulo, 05 de março de 1989. Matéria “Medo domina a vida na região”, em matéria especial “Acre, onde o Brasil tem gosto amargo”, assinada por Mirian Guaraciaba.

Os governos do PT se tornaram o veículo que permitiu àquele grupo de lideranças seringueiras do Alto Acre manterem sua articulação. No início dos anos 1980, o sindicalismo manteve uma articulação que extrapolava a microrregião do Alto Acre, com um recorte mais amplo, no nível da Prelazia do Purus e Acre (depois Diocese de Rio Branco) e da própria FETACRE (havia mobilização em torno da Igreja Católica para Boca do Acre, no Amazonas e Sena Madureira, no vale do Purus, mas também com demais sindicatos). Com a abertura para eleições dos Prefeitos, e uma vez criado o PT, houve essa reorganização da atuação, centrando-se cada grupo mais ao nível de seus respectivos municípios. Nos anos 1990, o CNS manteve a articulação intermunicipal e até regional. Posteriormente serão os governos do PT uma espécie de correia de transmissão que faz funcionar esta articulação. Mas é também o fato dos municípios do Alto Acre, em dado momento, terem o PT à frente de duas prefeituras.

No Acre, cujas terras consistem na última porção territorial incorporada ao Brasil, foi praticamente nula a experiência democrática brasileira do pós-guerra, durante o chamado período do populismo de 1946 a 1964. De 1902 a 1962 encontrava-se na condição político-administrativa de Território Federal e após dois anos de governo autônomo como Estado, o golpe militar de 1964, e a cassação do mandato do primeiro Governador, recoloca o governo central como detentor do poder maior dos destinos políticos. A situação um tanto inusitada do estado do Acre, serve de alerta para a necessidade de se atentar às diferenças de cada região, cada estado federado, ao se falar de democracia no Brasil. Desde a perspectiva e possibilidades dos setores considerados subalternos, os *de baixo*, é importante levar em consideração as diferentes configurações das forças políticas. Certamente cada contexto será perpassado por particularidades destas configurações, o que pode conduzir a equívocos na adoção de estratégias políticas emancipatórias uniformes.

Os seringalistas detinham o poder sobre a dinâmica social e econômica da sociedade local, mas uma das características dos governos, enquanto campo burocrático, durante o período do Território Federal (1904-1962) era o caráter de improvisado, de transitoriedade, de exterioridade, de estrangeirismo. Nesse sentido, embora esse poder fosse delegado, e na maior parte do tempo era garantido e assim legitimado devido à condição do sujeito delegado, mais do que pela patente militar do escolhido, havia um vácuo a ser preenchido pelos nativos no campo burocrático, não se descartando aí as classes populares. Esta característica perdurou no campo do poder (partindo do princípio de que o campo burocrático constitui um sub-campo do campo do poder) durante a maior parte da história do Acre, ocasionando

certa indefinição que retardou (ou deu uma peculiaridade) a oligarquização da política local, em relação à tradição do país e da história de dominação mediada pelo Estado de maneira geral. Mas isso era pouco cogitado devido à assimetria entre sociedade civil e sociedade política - neste caso notadamente dominada por setores militares.

Esta situação ajuda a compreender também certas características socioculturais do Acre. O acreano assimilou, incorporou, articulou, combinou e ressignificou elementos dos costumes indígenas e dos sertanejos, mas desenvolveu também um comportamento de demasiada deferência ao estrangeiro ,percebido como em posição superior (atualmente cada vez mais este reconhecimento do outro, do estrangeiro, é tratada com hostilidade). Conforme notou Silva (2001), após a elevação à condição de estado, a administração pública no Acre funcionou como um canalizador de recursos públicos para sustentação de uma quantidade reduzida de famílias de “grife”, descendentes dos postos de comando (um segundo escalão) no período de funcionamento da economia da borracha. Durante o período do Acre como Território Federal, como vimos anteriormente, os cargos de comando para as funções públicas eram providos pelo governo central. Estes indicados pela União recrutavam localmente os que ocupariam os cargos mais baixos da burocracia estatal. Desta forma, a constituição de uma classe média, em boa parte composta de servidores públicos, por si uma distinção, passava por mecanismos como a proximidade e benevolência para com aqueles que chegavam por designação e investidos da autoridade do governo central.

Fora do serviço público, no comércio, por exemplo, atividade muito relevante na formação de elites econômicas, prevalecia também uma situação assimétrica que imprimia certa subserviência interesseira aos governantes indicados pelo governo central, visando auferir benefícios, privilégios e livrar-se do rigor do fisco. Para além da pouco expressiva criação de agremiações e partidos políticos locais no período do Território Federal, há de se considerar o estabelecimento de associações fraternais (Maçonaria em 1906 em Xapuri e Rio Branco; Rotary Club em 1948), sociedades recreativas etc., que obviamente aglutinavam interesses dos prepostos econômicos locais, buscando aproximar-se dos governadores/interventores. Mas estas aproximações estavam ainda sujeitas a mudanças repentinas, derivadas da interferência de políticos dos estados do Amazonas e do Pará, do governo central, ou mesmo de questões pessoais do governador de ocasião.

Estando o poder no Acre explicitamente assegurado pela força das armas, e estas sendo comandadas mais por grupos *de fora* do que pelos *de dentro*, não é difícil imaginar o

grau de opressão que plasma toda a sociedade, mas também o grau de insatisfação ali contida. Em última análise, é esta situação que nutre o sentido de acrianidade, tão bem analisado por Moraes (2008). Querendo ou não, os seringueiros compõem esta sociedade, e talvez seja o mais significativo segmento do grupo que primeiro se lançou a reverter essa história de “mando” externo. O período de maior abertura política na história do Acre, ensejando uma espécie de *Risorgimento* mutante, é justamente este no qual o PT esteve no governo estadual.

É possível que essa transitoriedade e poder exercido de fora e à força, somada à situação de fronteira agropecuária, tenha sido um dos fatores que contribuíram para que os seringueiros se projetassem (através das alianças com forças externas) e influenciassem a política no Acre, de uma maneira singular no conjunto do campesinato brasileiro. De maneira geral, as estruturas de poder e subjugação das classes trabalhadoras se dão na base de oligarquias muito mais maduras e relativamente coesas e autônomas do que a que havia no Acre nos anos 1980. Ou seja, os seringueiros, a contragosto de segmentos locais privilegiados pela política do favor e de conchavos, aproveitaram a primeira fresta de democracia no Acre.

O ressentimento por parte desses segmentos, que viram abalada a política do favor, a seu favor, se expressava, e ainda se expressa, em calúnias e acusações aos seringueiros. Há entre pessoas deste segmento chavões que impingem aos seringueiros rótulos de “vendedores da Amazônia ao estrangeiro”; “de apoiar e bajular pessoas de fora” etc. Ocultam, entretanto, que os grupos aos quais são organicamente vinculados são forjados na base da subserviência a quem administrava o Acre desde o governo central. Relatos de pessoas (baseio-me em relatos de Paulo Gaudêncio e Chico Ramalho, ambos de Xapuri) que à época da criação dos Sindicatos, do PT, de Cooperativas e Associações de trabalhadores rurais no Alto Acre, possuíam maior trânsito entre membros do grupo que dominavam a política e a economia local, indicam que, guardadas as devidas diferenças de contexto, as campanhas difamatórias e de ridicularização contra os seringueiros por pessoas das cidades, muito se assemelham ao que Comerford (2009) encontrou em sua pesquisa sobre o processo de formação de STRs em municípios da Zona da Mata de Minas Gerais.

Na situação analisada por Comerford (2009), os STRs foram criados a partir do final da década de 1980, num contexto em que a grande maioria das pessoas acreditava não haver a menor possibilidade de que trabalhadores rurais pudessem assumir certas tarefas de ajuda a outros, uma vez que suas experiências mostravam que tais ajudas só poderiam advir de pessoas “notáveis” (proprietários de terras, empresários e políticos), as únicas com

“condições” suficientes para auxiliar quem se encontrava em situação precária. Situações assim dão-se em espaços sociais nos quais as relações e avaliações entre indivíduos se efetivam em termos de valores morais (COMERFORD, 2009). A postura discriminatória em relação aos seringueiros, expressava na realidade a situação de dominados na qual estavam submetidos todos os grupos que constituíam a sociedade acreana de então, cujos *habitus* expressavam as condicionantes de estruturas estruturadas a partir do poder praticamente absoluto dos seringalistas.

Como exemplo desta reação de grupos então dominantes no campo político, contra a emergência dos seringueiros, tomemos uma passagem do livro de Revkin (1990, p. 247, *apud* PARENTE, 2018). O autor revela que Wanderley Viana, político vinculado às famílias tradicionais da política local (filho de um político que por várias vezes foi deputado estadual) e então vereador de Xapuri, ridicularizou, num programa de rádio da emissora pública municipal, um prêmio conferido a Chico Mendes no exterior. Como se sabe, Chico Mendes foi um dos fundadores do PT do Acre, concorrendo por este partido em todas as eleições até seu assassinato. Teria declarado o vereador Wanderley Viana: “Aquilo não foi uma medalha. Foi um chocalho para ser colocado no pescoço de um burro”. Em 1988, quando Chico Mendes foi assassinado, Wanderley Viana era prefeito de Xapuri e casado com uma sobrinha de Darly Alves, um dos assassinos do líder seringueiro.

Portanto, a eleição de seringueiros a cargos políticos, o que no Alto Acre, a partir dos anos 1990, dá-se preponderantemente através do PT, não representou simplesmente o acesso a cargos de vereadores, ou prefeitos, mas expressam objetivos que indicam ideias contrárias às forças conservadoras. A trajetória dos seringueiros constitui-se um caso empírico passível de análise sob diferentes perspectivas de expressão das variadas clivagens da filosofia política associadas à esquerda contemporânea e, em grande medida, estabeleceu relações e incorporou boa parte destas ideias. Para além das análises que situam os seringueiros, em escala mais ampla, de redemocratização da política brasileira, numa chave que une ambientalismo, acesso à terra e diversidade cultural, aqui buscamos um registro sobre a determinante participação dos seringueiros numa conjuntura que inaugura uma política democrática no Acre.

Sem a necessidade de discorrer sobre elementos que indiquem por qual filosofia política o PT governo, ou mesmo sem ter noção dos embates e conflitos internos ao partido, uma boa amostra da maneira como aqueles das gerações que lutaram pelas Resexs encaram a realidade atual, pode ser a fala de seu Antônio Martins, que vivenciou todo o processo de

mudanças que buscamos realçar, a partir da colocação em que mora no São Luis do Remanso desde 1960:

Meu amigo, eu vou dizer uma coisa para o senhor: com toda a crise que nós estamos passando, tudo caro, tudo lá... mas nós estamos nadando em ouro, em vista de quando nós chegamos aqui. É verdade que a borracha dava um bom dinheiro, e a castanha. Mas o senhor vê, naquele tempo quem possuía um relógio desses, um rádio, um motorzinho para botar na popa de uma canoa, era filho de seringalista, de uma coisa assim. Gente baixa não usava nem uma bicicleta. Nem ramal tinha! Depois que esse PT tomou de conta, eu não sei o que foi que ele fez, parece que tomou de quem tinha e deu a quem não tinha, porque todo mundo hoje é dono de uma moto, de uma bicicleta, de uma vaca de leite, de um cavalo... Ah, está muito melhor! Com toda a dificuldade que nós estamos vendo, está muito melhor do que o tempo antigo! (Antônio Martins, em junho de 2018).

É certo que esta opinião às vezes é desconsiderada por aqueles camponeses da geração em que políticas públicas e cidadania são categorias naturalizadas, uma vez que seu nascimento e socialização vêm se dando num ambiente em que as relações sociais se encontram relativamente distantes do sistema de aviação e da política calcada no coronelismo, em que viveu o autor do relato acima, que corrobora o ponto de vista exposto nas partes em debate numa reunião comunitária que tivemos a oportunidade de acompanhar em 2018¹³².

Antes de enfatizar dilemas e contradições do processo, cabe reconhecer que os agentes envolvidos com a criação do PT no Acre participaram ativamente da política, ou seja, há de se reconhecer que houve um grupo de líderes seringueiros, estudantes, intelectuais acadêmicos e outros apoiadores que deram primazia à prática, sem contudo, desprezar a teoria (teorias) como ferramenta para análise da estrutura, do momento concreto em que estavam inseridos e buscando a formulação de ideias e valores que permitissem a objetivação de horizontes alternativos ao que se apresentava como projeto hegemônico das classes que encarnavam os interesses do capital.

Do período de autonomia administrativa, com a elevação a estado em 1962, até 2018, o Acre teve dezessete governadores, dos quais somente oito foram eleitos pelo voto, sendo os demais ou nomeados pelo presidente da República, ou substitutos dos titulares que se afastaram. Dos nove mandatos decorridos após a redemocratização, os cinco últimos foram exercidos pelo PT (vinte anos contra dezesseis dos demais partidos). Tendo lançado candidato

¹³² Trata-se de reunião ocorrida em julho de 2018 na Comunidade Samaúma, na Resex Chico Mendes, município de Xapuri. Para ler a descrição sucinta da reunião ver: Araújo (2018).

a governador em todas as eleições após a abertura política, o PT é a expressão da política democrática no Acre.

Quadro 2. O PT na Política do Acre (1999 a 2018)¹³³

Mandato	Executivo	ALEAC	Câmara Fed.	Senado
1999/2002	Jorge Viana (PT)	2/24	2/8	2
2003/2006	Jorge Viana (PT)	7/26	3/8	2
2007/2010	Binho Marques (PT)	8/28	2/8	2
2011/2014	Tião Viana (PT)	3/24	2/8	2
2015/2018	Tião Viana (PT)	5/25	3/8	1

Ao longo do período considerado no Quadro 2, independente da quantidade de parlamentares efetivamente do PT, o executivo estadual manteve maioria, fosse na ALEAC, ou na bancada federal (Câmara dos Deputados e Senado), com exceção dos últimos quatro anos em que havia somente um senador aliado. Quanto aos vínculos com os seringueiros, em relação à ALEAC cabe destacar o seguinte:

- Período 1999/2002: Um dos deputados do PT foi o economista Ronald Polanco, com vínculo direto com os seringueiros do Alto Acre, tendo alavancado sua trajetória política por ocasião do desempenho de cargo técnico na CAEX e de ter sido candidato a prefeito de Xapuri pelo PT, derrotado em 1992, e eleito vice-prefeito de Júlio Barbosa em 1996.
- Período 2003/2006: Dos 7 deputados estaduais do PT, os dois com maior vínculo com os seringueiros foram Ronald Polanco, reeleito e Juarez Leitão, este último, ex-presidente do CNS entre 1998 e 2002.
- Período 2007/2010: Dos 8 deputados estaduais do PT, os dois com maior vínculo com os seringueiros foram Juarez Leitão, reeleito, e o Engenheiro Agrônomo Francisco Cartaxo, este último com histórico de participação em ONGs socioambientais e cargos de primeiro e segundo escalão nos Governos da FPA.
- Período 2015/2018: Nesta legislatura destaque-se a deputada Leila Galvão eleita pelo PT, professora do Ensino Fundamental, que exerceu o cargo de prefeita de Brasília por dois mandatos, possuindo estreita relação com os seringueiros do Alto Acre.

¹³³ No caso da ALEAC estão sendo considerados todos os deputados que passaram durante a legislatura, portanto, contabilizados também os casos em que o mandato foi dividido entre mais de um deputado. A quantidade é de deputados.

Este cenário, no entanto, não quer dizer que estes parlamentares, identificados com os seringueiros, tiveram atuação mais contundente em torno de suas demandas, muitos deles tendo sua contribuição reduzida a certos repasses de emendas orçamentárias a cooperativas, ou STRs. Mas o quadro mostra que este período é de franca hegemonia partidária do PT no plano estadual e em boa parte também no plano nacional. É um contexto que contrasta diametralmente com o final dos anos 1970, quando, entrincheirados nos STRs, resistindo e denunciando atos violentos de expulsão, os seringueiros compreendiam ser necessário canalizar suas demandas às instâncias do estado, e nesse sentido entendiam a urgência da criação de um partido que escapasse aos chefes políticos locais. O PT disputou as primeiras eleições estaduais após a abertura política e, naquela ocasião, entre os nomes considerados mais fortes na legenda estavam justamente presidentes de STRs, como candidatos a Assembleia Legislativa do Acre: Chico Mendes, de Xapuri, Leovigildo Pereira, de Rio Branco, e João Santana da Costa Campos, de Brasiléia. Ao longo dos anos muitos outros identificados como integrantes do Movimento Seringueiro, dos anos 1980, candidataram-se a cargos da esfera estadual e federal, como Osmarino Amâncio, Marina Silva etc.

Organizações como o CNS integraram, como representantes dos seringueiros, redes de movimentos socioterritoriais da Amazônia, caracterizando-os como inovações nas estratégias de luta política destes povos, enfrentando poderes coronelistas locais, mas se afastando das mediações tradicionais, como partidos políticos e sindicatos, extrapolando a delimitação espacial político-administrativa, para além de municípios (ALMEIDA, 2004). No caso dos seringueiros, estas redes conferiram capital social e simbólico, através do atendimento de reivindicações ao governo federal, que eram fundamentais para sua permanência nas áreas de Resexs. Todavia, ao longo destes anos, paralelamente a atuação numa escala espacial ampliada, os seringueiros mantiveram vinculação ao partido (PT), com um foco de atuação política no espaço jurisdicional de cada município, ao mesmo tempo em que recriaram sua articulação em âmbito de Alto Acre, como unidade político-territorial.

3.2 Seringueiros, Partido e fóruns da sociedade civil: alianças e cumplicidade com governos federal e estadual

Em que pesem diversas críticas a este entrelaçamento, conforme já mencionado, a partir dos anos 2000 intensificou-se a participação de populações camponesas em fóruns de discussão sobre agricultura familiar no Brasil. Ricci (2010) sustenta que o “participacionismo” se pôs como um elemento perturbador à matriz comunitarista que

organizou diversos setores populares do país: o comunitarismo cristão. Tal movimento tinha como base interpretativa o pressuposto de que os pobres estariam excluídos e, portanto, seriam anti-capitalistas, anti-estatistas e anti-institucionalistas. Diante da possibilidade de ingresso em estruturas institucionais do Estado, as Comunidades Eclesiais de Base, movimentos sociais e o próprio sindicalismo (RICCI, 2009), precisaram de reorientação. Ricci (2010) esclarece que no fundo o comunitarismo cristão, quando leva-se as CEBs ao plano da esquerda católica, inspira-se mais em concepções de Lenin, do que de Gramsci, ao passo que este segundo considera válida a “guerra de posição” e o primeiro, a revolução.

No caso da Amazônia, em particular, a participação da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais, em fóruns sobre desenvolvimento, assume um valor simbólico de extrema relevância, tendo em vista que neste campo, as formulações de planos e modelos historicamente se deram de maneira autoritária. Cabe mencionar a Operação Amazônia, idealizada pelo governo militar, na década de 1960, e que tanto impactou negativamente as populações nativas, que sequer foram consideradas, ou pior ainda, eram consideradas empecilhos, algo a ser superado, eliminado. Guardadas as devidas especificidades, o Conselho Nacional da Amazônia Legal (por alguns chamado de Conselho do [vice-presidente] Mourão), estruturado em 2020, e cuja composição não conta com a participação de representantes da sociedade civil, é uma medida que retrocede aos princípios que nortearam a Operação Amazônia¹³⁴.

Ou seja, se houve no Brasil uma tendência à estatização de demandas e reivindicações populares de diversas áreas a partir de 1980, em torno da ideia de políticas públicas¹³⁵, apesar de certas ONGs e movimentos sociais sustentarem uma postura de sociedade civil contra o Estado, para os seringueiros e outros grupos subalternos brasileiros, passar a se relacionar com o Estado, significou uma fresta para escapar aos abusos da dominação privada – do oligarquismo mais arcaico e privatista. No Alto Acre (nas Prefeituras e Câmaras de Vereadores) somente a partir deste momento, das Resexs, com o fim das nomeações de prefeitos, com seringueiros organizando e dirigindo partido político, seringueiros como vereadores, nas prefeituras e etc., o Estado escapa da condição de um instrumento exclusivo

¹³⁴ O Conselho Nacional da Amazônia Legal, presidido pelo Vice-presidente da República, possui em seu organograma 5 Comissões constituídas por representantes de diferentes Ministérios: 1) Comissão Integradora das Políticas da Amazônia Legal; 2) Comissão de Preservação da Amazônia Legal; 3) Comissão de Proteção da Amazônia Legal; 4) Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal; e 5) Comissão Nacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Além destas, há ainda 4 Sub-Comissões.

¹³⁵ O que é paradoxo, pois, neste período a tendência mundial era a de redução do Estado, quando medidas de austeridade passaram a dar a tônica na condução dos Estados Nacionais.

dos detentores de maior capital econômico, para se transformar num *locus* em que se defrontam forças divergentes.

Neste sentido, é importante ter em mente a análise de Montero (2012) sobre a relação entre religião e esfera pública no Brasil, sobretudo devido à influência da Igreja Católica na própria organização da sociedade civil. Para a autora os indícios da influência da Igreja Católica no período mais recente se fazem perceber na própria gramática do campo das políticas públicas, com categorias largamente utilizadas na mobilização popular realizada pela Igreja sob os auspícios da Teologia da Libertação (pobre, comunidade, caminhada, libertação, etc.), que orientam até hoje a ação de movimentos sociais na busca de incidir sobre o Estado para a objetivação de medidas que contribuam na consolidação das noções sobre direitos sociais e cidadania.

Neste período, ONGs e entidades do movimento seringueiro conformaram redes deliberadamente estabelecidas para a viabilização do desenvolvimento sustentável, dando substância de movimentos sociais ao desenvolvimentismo de novo tipo, sob a ideologia da participação. Ao mesmo tempo estas entidades constituíram redes de apoio aos governos do PT, como partido que se formou a partir das demandas dos movimentos sociais, cujas bandeiras não eram necessariamente tratadas como desenvolvimento, mas como cidadania e outras categorias da gramática política então em voga. Essas redes tiveram ainda uma terceira função (com outros resultados práticos) no sentido de incidir sobre a dinâmica política, o que constituiu um ganho de capital simbólico, uma vez que estavam próximas ao poder. Capital esse que se converte em benefícios práticos na distribuição de bens e recursos públicos (ramais, projetos etc.). Também conferiram capital político para aqueles diretamente envolvidos no campo, nos eventos e atos concretos, que, por sua vez, alimentam essa espécie de ciclo virtuoso na política para populações subalternas.

Desta perspectiva, o envolvimento das comunidades de seringueiros nestas redes de múltiplos e às vezes divergentes interesses, dados os aspectos históricos do contexto político em que estão inseridos, representam um ganho de capital que na pior das hipóteses lhes garante participação e ressignificação do desenvolvimento a partir do interior do campo. Caso semelhante foi observado por Castilla (2020) com populações indígenas de Pampa de Indio, na província argentina do Chaco.

Por outro lado, essa participação nos fóruns (e restrita aos fóruns), acompanhada da ideia de luta na terra, ao invés de luta pela terra, tem rebatimentos quanto à organização

comunitária que também se move, em relação à mediação, a partir da ideia de luta na terra, levando à banalização da relação com a terra/território entre as gerações mais jovens, que se encontram praticamente desprovidas da noção de que há uma disputa pela terra/território em que vivem. O fracionamento e venda de Colocações a terceiros, que atualmente se acentua nas áreas de Resex, é um indicador de práticas pautadas nesta perspectiva.

A imbricação entre entidades representativas dos interesses dos seringueiros e os governos do PT a partir da década de 2000 remonta a períodos anteriores, quando não se dava exclusivamente na esfera do Executivo. A Senadora Marina Silva, antes dos governos do PT, articulava algumas questões de interesse dos seringueiros, como tentativas do que àquela altura classificava-se como “modernização do extrativismo”, buscando alocar recursos do orçamento do governo federal para ações que levariam a tal propósito. Da mesma forma que articulava para dotação orçamentária e operacionalização da linha de crédito PRODEX. Reproduzimos pronunciamento de Marina Silva em 04 de março de 1997, no Senado Federal, por ocasião de ter mediado uma maratona de audiências dos seringueiros em Brasília, junto a órgãos relacionados à gestão das reservas extrativistas:

[...] Daqui a pouco eles estarão saindo em caravana nos seus ônibus, chegarão nas capitais dos seus Estados, pegarão barcos, canoas, andarão a pé, em varadouros e varações, e irão dizer para seus companheiros que ali ficaram do compromisso assumido de que a borracha terá preço, de que a borracha terá mercado, de que o Governo pagará por esse custo. E é fundamental que não seja apenas uma notícia do discurso da Senadora Marina Silva na Voz do Brasil, que não seja apenas uma notícia nas reuniões dos Sindicatos, ditas por seus líderes, mas que seja, acima de tudo, uma ação concreta do Governo brasileiro resgatando cem anos de solidão de uma categoria que muito contribuiu com este País, com esta Nação. (SENADO FEDERAL, 1997).

A partir de 1999, no que diz respeito ao Acre, e de 2003, no plano das políticas federais, o comportamento de lideranças que faziam a mobilização direta de moradores das áreas extrativistas, a quem Marina Silva se refere neste pronunciamento no Senado, ganha outra perspectiva, porque passaram a agir e falar como se fizessem parte mesmo do governo. Se intensificou entre eles a busca por viabilizar uma agenda de demandas e reivindicações históricas introduzidas na esfera governamental, mas também de uma agenda governamental que agregava inovações por vezes conflitantes com os interesses dos camponeses. No âmbito do Acre, por exemplo, esta postura pôde ser observada no esforço de implementação da Lei Chico Mendes, a lei do subsídio da borracha (demanda histórica); mas por outro lado, também houve empenho para tentar viabilizar o manejo madeireiro comunitário (inovação conflitante). Apesar de indicar empiricamente o que observa Miguel (2017) acerca do reducionismo à

esfera do Estado como única esfera legítima para a participação política, neste caso não pode ser classificada simplesmente como manipulação, ou trefismo a serviço do governo.

Carlos (2015) apresenta duas linhas de interpretação dos movimentos sociais: teoria do conflito – movimentos sociais são ações de enfrentamento com o Estado, de conflito; teoria dos novos movimentos sociais – se não tem conflito com o Estado, os movimentos sociais estão localizados/circunscritos à sociedade civil. Um terceira possibilidade de interpretação é partir do princípio de que não necessariamente os movimentos sociais estão em conflito com as estruturas do Estado, ou somente circunscritos à sociedade civil, assumindo, portanto, a possibilidade de haver pessoas no Estado que são afeitas às demandas dos movimentos sociais. Assim como as associações comunitárias, foram inovações democráticas (porque não foram somente instrumentos de manipulação de eleitores, apesar das tentativas de que a isso fossem reduzidas), também várias pautas entraram na agenda político-administrativa com a abertura forçada pelos movimentos sociais e mais ainda com os governos do PT.

Foram inseridas agendas no campo burocrático que, num primeiro momento, somente pessoas oriundas de movimentos sociais, de ONGs, ou mesmo de uma vanguarda acadêmica em humanidades, dispunham dos meios técnicos para, no interior dos governos (ou nas comissões legislativas – as próprias leis), formular mecanismos e coordenar a implementação de programas e políticas públicas. A este respeito, tomemos como exemplo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e secretarias correlatas em nível de governos estaduais, secretarias de igualdade racial e de gênero, divisões encarregadas de meio ambiente, etc., que foram instituídas no início deste século. Boa parte destas inovações em termos político-administrativo, que canalizou recursos da riqueza socialmente produzida, foi instituída por agentes que estiveram diretamente ligados ao PT e outros partidos de esquerda.

A atuação dos seringueiros enquanto movimento social não se restringe ao período da resistência e luta pela terra, mas se estende pela década de 1990, já não mais tendo o sindicalismo de trabalhadores rurais como referência institucional, oportunizando as circunstâncias políticas do país, que permitiram a instalação de mecanismos animadores da participação social. Conforme assinala Carlos (2015), a institucionalização de canais de interlocução entre sociedade e Estado, induz a alterações na ação coletiva, seja no sentido de potencializa-la, ou de constrange-la.

O CNS constituiu-se na principal agência para vocalização de um discurso de afirmação do seringueiro sob a lógica da comunidade, de identidade étnico-cultural, junto ao

Estado brasileiro, indicando uma virada da luta pela terra, do direito à posse para a busca por reconhecimento da “tradição”. Com a criação das primeiras Resexs, o CNS tornou-se a entidade central em debates em torno do extrativismo, da produção camponesa e dos grupos humanos que viviam desta atividade na Amazônia brasileira (PAULA, 1991), apresentando boa capacidade de articulação local, a partir do apoio recebido de instituições como o Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA¹³⁶, e nacional e internacional através de suas alianças com organizações sindicais e ambientalistas, mas especialmente pelo apoio do Instituto de Estudos Amazônicos – IEA. De forma deliberada, o IEA influenciou na construção da imagem dos seringueiros que ganhou maior projeção pública, conforme aponta o relatório de um Seminário: “[o IEA] procura fazer repercutir junto a opinião pública do país, alternativas de desenvolvimento baseadas na tradição local (da Amazônia). [...] contribui para a implantação de projetos que contemplem, ao mesmo tempo, as necessidades do homem e a adequada exploração dos recursos naturais” (IEA, 1988, p. 3)¹³⁷.

O CNS atuou na busca de alternativas econômicas e criação de novas áreas de Resexs, mas possuía como demanda emergencial a busca de medidas de combate à falta de serviços de saúde e educação nas áreas já garantidas para os seringueiros. Esteve muito presente nas áreas então criadas como Resexs a fim de estabelecer os critérios de uso e melhorias das condições sociais, articulando-se em Rio Branco com outros órgãos e entidades de apoio, discutindo e mobilizando comunidades do Alto Acre para a criação da Reserva Chico Mendes; assim como apoiando o trabalho de outros atores (como a imprensa) que eles julgavam importante na difusão de traços peculiares de sua identidade, ideais e aspirações.

¹³⁶ O Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA, fundado em 1984, deu continuidade ao trabalho com o projeto Seringueiro, de alfabetização e cooperativismo para seringueiros de Xapuri, iniciado pelo Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia – CEDOP (extinto em 1984). À época o CEDOP receberia apoio técnico do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, de São Paulo. (ALLEGRETTI, 2002).

¹³⁷ O IEA foi criado por Mary Allegretti em 1986. Nas palavras de Allegretti (2002, p. 464) “Logo após o Encontro Nacional, o INESC continuou dando suporte às primeiras iniciativas que consistiam na elaboração de projetos visando a captação de recursos financeiros. À medida, porém, que a demanda se tornava cada vez mais especializada, entrava em contradição com os objetivos centrais da instituição. Em função disso, em junho de 1986 decidi criar uma organização não governamental dedicada exclusivamente a assessorar o movimento dos seringueiros, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), que foi instalado em Curitiba, em setembro do mesmo ano. [...]A coordenadora da entidade, Maria José Jaime, não pretendia que o INESC se envolvesse com questões polêmicas que não faziam parte dos objetivos principais da entidade. Somando este fato, com esse posicionamento do IPEA e do PMACI, um mês depois, todas as alternativas de trabalho estavam fechadas, para mim, em Brasília. Foi por esta razão que decidi voltar a Curitiba, onde eu tinha infra-estrutura para viver, era reconhecida profissionalmente e poderia trabalhar com mais independência. Foi nesse contexto que, reunindo um grupo de pessoas com as quais já havia trabalhado, decidimos criar o Instituto de Estudos Amazônicos, uma ONG exclusivamente dedicada a assessorar o CNS.(p. 516).”

No início da década de 1990, a entidade possuía equipes em praticamente todos os Estados que integram a Amazônia Legal. Sua estrutura organizativa consistia nas seguintes instâncias: Deliberativas – Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria; Executivas: Coordenação Geral (Escritório em Rio Branco), Comissões Estaduais, Comissões Municipais e Representações. No caso do Acre, as comissões municipais mantinham estreita articulação com os STRs durante este período. Porém, com a vinculação cada vez maior das reservas extrativistas e das políticas produtivas destas unidades ao aparelho de governo voltado à conservação ambiental, a existência de projetos específicos para este segmento camponês e a emergência do associativismo rural, no final da década, a ligação desta instituição com os STRs perderia a força que possuía nos anos iniciais e resumir-se-ia praticamente a Assis Brasil, Brasiléia, Cruzeiro do Sul e sobretudo, Xapuri (ARAÚJO, 2013).

Apesar da amplitude territorial da atuação do CNS, a entidade possuía neste período uma dinâmica sistemática de reuniões e assembleias periódicas que garantia a conexão entre uma base comunitária e os dirigentes escolhidos, condição elementar no processo representativo, segundo Young (2006). Além da adoção do modelo delegatário de responsabilidades, como um elemento de autorização, tanto as reuniões quanto as assembleias específicas dos CNS, mas também as assembleias dos STRs proporcionavam a prestação de contas e o estabelecimento de uma agenda onde estavam bem definidos os principais pontos de disputa. Esta dinâmica mostra sinais de enfraquecimento a partir da década de 2000, quando se reduz o aporte de recursos que custeavam suas ações.

Na segunda metade da década de 1990, porém, o CNS se afastou sensivelmente dos PAEs e concentrou-se nas Resexs¹³⁸ do sistema de conservação ambiental, em decorrência do Projeto RESEX, no âmbito do PPG-7, que teria sido articulado pela entidade. Neste sentido, haveria naquele contexto a possibilidade de pessoas (técnicos de nível médio e superior) indicadas pela instituição serem contratadas para atuação, tanto na Resex CM, quanto na Resex do Alto Juruá, para mobilizar as comunidades em torno da execução de tal projeto. Este tipo de contratação dava-se através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, conforme previamente pactuado entre o CNS, o Centro Nacional das Populações Tradicionais – CNPT/IBAMA, Banco Mundial e Comunidade Europeia. O Projeto RESEX

¹³⁸ Resex Chico Mendes e Alto Juruá no Acre, Resex Rio Ouro Preto em Rondônia e Resex Rio Cajari, no Amapá.

foi um aporte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), firmado em 1992 e com recursos de países do G7, no total de US\$18 milhões, para um período de dez anos. Portanto, este projeto se inscreve como resultado direto da conjuntura onde a questão ambiental e a Amazônia e suas populações nativas, de maneira especial, chamavam a atenção da sociedade e dos governos em nível mundial (CUNHA, 2017).

A gestão técnica e administrativa do Projeto RESEX¹³⁹ estava a cargo do IBAMA, através do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais – CNPT, criado em 1992, que coordenava a equipe de profissionais atuantes nas áreas de Resexs, na sua maioria com formação em ciências agrárias, que eram temporariamente contratados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e que prestavam assessoria, sobretudo produtiva, às associações de moradores, criadas especialmente por ocasião do projeto. No caso da Resex CM, uma das beneficiadas com o Projeto RESEX, foram criadas três Associações que representariam os moradores, segundo o município em que se encontravam: AMOREAB – Associação dos Moradores da Resex CM área de Assis Brasil; AMOREB em Brasília e AMOREX, em Xapuri. Em apoio às Associações, na organização dos seringueiros das áreas, estavam representantes dos STRs locais que, não raro, também eram diretores da Associação (ARAÚJO, 2013). Assim como duas Cooperativas organizadas para a comercialização da produção dos seringueiros, as ações destas Associações contribuíram com a viabilização das pretensões eleitorais de lideranças a elas vinculadas.

O Projeto RESEX foi justamente um instrumento que permitiu o reestabelecimento de uma conexão entre comunidades (embora em seu escopo usasse a categoria núcleo de base) e a formação de uma rede intercomunitária em escala microrregional, já que, por exemplo, os STRs (que também faziam parte desta rede) faziam a mobilização comunitária circunscrita a nível municipal, e o CNS estava bem mais voltado para espaços em escala mais ampliada. Ademais, o Projeto RESEX era o instrumento a que estava reduzida a presença governamental em Resexs (ambientais) durante a década de 1990 em termos de apoio a organização e instalação de infraestruturas. A partir dos governos do PT aquelas comunidades que se articulavam em torno do Projeto RESEX passaram a ter sua rede viabilizada em parte com recursos do governo estadual, depois federal, eventualmente da prefeitura etc. Voltaremos a este projeto mais adiante.

¹³⁹ Para uma visão da dimensão simbólica do Projeto RESEX, ver: Cunha e Loureiro (2012).

A atuação do CNS na década de 1990 incluía a divulgação e apoio na elaboração de projetos para obtenção de recursos no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, do Ministério do Meio Ambiente¹⁴⁰. Neste período, o escritório de Rio Branco mantinha-se como sede oficial do CNS, mas havia se estruturado um escritório em Brasília que através de seu *know how* na área de cooperação internacional e políticas públicas, garantia a captação de recursos que custeavam a articulação política entre os escritórios regionais da instituição. Os períodos de maior dinamismo do CNS no Acre coincide com aqueles em que o presidente era uma liderança deste estado¹⁴¹. Neste período os principais órgãos estatais de interlocução dos seringueiros, através do CNS eram o IBAMA, o CNPT, o Ministério do Meio Ambiente – MMA e outros envolvidos com a execução do PPG7, como o próprio Grupo de Trabalho Amazônico – GTA.

A partir de 2003, com uma mudança na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, embora tenha sido nomeada Marina Silva, historicamente ligada ao movimento seringueiro, a possibilidade de captação de recursos para projetos mais vultuosos foi dificultada e, neste sentido, a equipe técnica que atuava no escritório do CNS em Brasília dissolveu-se e os regionais da instituição passaram a manter-se financeiramente de maneira autônoma. No caso do Acre, o escritório regional tinha no estabelecimento de convênios com o governo do estado, sob o comando do PT, a fonte de recursos para manutenção de uma equipe mínima em Rio Branco. Nestas circunstâncias, os recursos eram destinados a objetivos pré-estabelecidos no âmbito do planejamento do Governo. No segundo mandato do PT no Acre (2003-2006), o CNS Acre passou a firmar convênios com a Secretaria de Florestas, dando sinal de aproximação com a política de apoio à atividade madeireira em áreas extrativistas.

Diante deste novo contexto, as comissões municipais do CNS no Acre se encontravam praticamente inativas e a presença da instituição nos municípios se dava somente em Brasília e Cruzeiro do Sul, este último encerrando sua atuação em 2008. Reduzido ao escritório de Rio

¹⁴⁰A Secretaria de Coordenação da Amazônia foi criada em 1993 e a partir da reforma ministerial de 1999 teve a sua frente, até 2003, Mary Helena Allegretti, antropóloga que assessorou o movimento seringueiro e ajudou a dar visibilidade a sua causa através da articulação com a imprensa e movimentos ambientalistas nacionais e internacionais. <http://www.blogger.com/profile/01034962047449788890>. Durante o Governo Lula, a SCA passou a Departamento de Articulação de Ações da Amazônia, que continuou Conselho Nacional da Amazônia Legal – CONAMAZ e teve suas ações estruturadas a partir do Programa Amazônia Sustentável – PAS. <http://www.mma.gov.br/o-ministerio/estrutura-e-competencias#daaa>.

¹⁴¹ Após a saída de Júlio Barbosa, em 1994 a presidência do CNS retornaria a uma pessoa do Acre somente pela eleição de Juares Leitão que aí permaneceu até 2002. O GTA, uma articulação que congregava ONGs e movimentos sociais com atuação em toda a Amazônia brasileira, foi criado em 1992, em razão do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7. Disponível em: <http://www.gta.org.br/>.

Branco, praticamente sem atuação nas áreas de Reservas Extrativistas, e sem presença efetiva nas áreas de tensão pela posse da terra, o CNS passou a uma atuação nos Fóruns de validação das políticas de governo, como Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Conselho Estadual de Florestas, entre outros. A articulação com os STRs ocorria de maneira pontual sem que houvesse qualquer diálogo com as diretorias integradas por pessoas consideradas indesejáveis, como o STR de Xapuri, que a partir de 2006 foi dirigido por uma liderança crítica às medidas do governo do PT do Acre.

Respalhado muito mais pela legitimidade convenientemente conferida pelos governos do que pelas comunidades, mas procurando manter-se como organismo de representação dos segmentos ligados ao extrativismo na Amazônia, o CNS teve sua nomenclatura modificada em 2008 para Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Entretanto, não obstante a substituição do termo “seringueiro” por “populações extrativistas”, tanto no Acre, como em nível nacional, a instituição seguia uma agenda montada pelos governos, muito embora alguns itens desta agenda tenham sido provocados durante sua atuação política nas décadas de 1990 (ARAÚJO, 2013).

No campo burocrático relacionado a temas do socioambientalismo, a década de 2000 no Acre foi marcada pela presença determinante de ONGs em fóruns com a participação da sociedade civil, instituídos e coordenados pelo governo do Acre, que discutiam políticas relacionadas aos seringueiros. São os chamados “novos espaços de interlocução entre sociedade civil e Estado” (MIGUEL, 2017, p. 100), que no caso do Acre se dava predominantemente em eventos e reuniões realizadas em Rio Branco. Destaca-se uma rede formada pela Federação dos Trabalhadores em Agricultura – FETACRE, o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA e em menor grau o Grupo de Pesquisa em Sistemas Agroflorestais – PESACRE, o CTA e a SOS Amazônia, os três últimos diferenciados pela relativa alta capacidade técnica de seus quadros. A Central Única dos Trabalhadores – CUT, que em algumas ocasiões assumira a posição de liderança desta rede, fecharia o que poderia ser chamado de grupo dos movimentos sociais mais influentes da sociedade civil neste período¹⁴². Dada a diversidade de fóruns (Comitês, Comissões, Conselhos, Câmaras Técnicas, Câmaras Setoriais, etc.), a intensidade e velocidade com que se davam os eventos e a

¹⁴² Outras ONGs tiveram forte influência na formulação de políticas relacionadas ao meio ambiente e à produção florestal, como WWF e IUCN, mas com participações mais pontuais. As três ONGs que aqui incluímos na rede mais vinculada ao socioambientalismo possuíam uma relação mais próxima a estas entidades de representação dos camponeses, auxiliando na formulação de documentos técnicos, minutas de políticas, formando blocos para votação em conselhos de políticas públicas, etc.

concentração em Rio Branco, em vários casos o *staff* desta rede agia como representante autoinstituído, nos termos dos limites desta representação discutidos criticamente por Miguel (2017). Sem comprometimento com este grupo, mas também presente em várias instâncias e debates relativos aos camponeses e conflitos agrários, esteve presente a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que manteve certa distância dos chamados “espaços de participação”, principalmente a partir da segunda metade da década de 2000 (ARAÚJO, 2013).

A trama privada do Estado, portanto, ficou relativamente nebulosa: por um lado, grupos patronais continuaram dirigindo questões-chaves da produção econômica, de maneira mais ou menos discreta, já que os Diários Oficiais publicaram parte do que representava a captura do aparelho regulador fiscal, do direcionamento de créditos, dos ajustes ao ZEE aos seus interesses, etc.; mas, por outro lado, os movimentos sociais, certamente com preponderância das ONGs, têm uma participação inédita e expressiva em discussões sobre direitos, recursos públicos, etc.

A partir deste período predominou uma postura acrítica do CNS em relação aos governos. Tal postura, que em muitos casos transformava-se em função de auxiliar na implementação de agendas dos governos, não se resumia ao CNS, mas se estendia às lideranças em escala local, tanto aquelas à frente de entidades de representação dos seringueiros, como Associações e STRs, mas, principalmente, aquelas com mandatos eletivos nas casas legislativas municipais e estadual, conforme procuraremos demonstrar ao longo deste capítulo.

Em nível nacional, uma das ações que demandou maior envolvimento do CNS durante este início de século foi o estabelecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais, consolidada no Decreto 6040 de 7 de fevereiro de 2007. Tal política consiste no marco jurídico do governo brasileiro para a implementação dos princípios da Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, da qual o país é signatário¹⁴³. No artigo 2º desta lei constam os grupos considerados populações tradicionais, a saber: povos indígenas, extrativistas (seringueiros, castanheiros e pescadores) e ribeirinhos. Desta feita, a partir desta política derivou uma série de normativas relacionadas aos direitos destes povos durante sua

¹⁴³ Em 2018, a entidade ruralista Confederação Nacional da Agricultura – CNA protocolou pedido de revogação do Decreto 6.040/2007 junto à presidência da República, alegando inconstitucionalidade e outras coisas, inclusive, que o Decreto ameaçaria à propriedade privada.

regulamentação. O Estado do Acre, por exemplo, editou a Lei 1.460 de 3 maio de 2002 que cria o Programa de Apoio as Populações Tradicionais e Pequenos Produtores – Pró-Florestania.

Dada a inclusão das Resexs, as de maiores extensões territoriais, no arranjo institucional da política ambiental, a partir de 1990, de maneira geral, a presença do CNS nas comunidades dos PAEs do Acre passa ser cada vez mais rara e estas passam a ter nas associações a principal ferramenta de interlocução com o governo e com outras organizações. As cooperativas, mas principalmente as associações seriam as formas de participação direta dos seringueiros, de maneira institucionalizada, mas, em última análise, estes dois instrumentos se subordinariam ao que se consolidou como via prioritária para atuação do movimento seringueiro, a saber, a ocupação de mandatos eletivos, via PT, no executivo e no legislativo.

Numa escala mais próxima ao cotidiano dos seringueiros do Alto Acre, a proximidade (em certo sentido, lealdade) de sua ação em relação aos governos do PT, para além da preferência eleitoral (conforme veremos adiante), deu-se a partir da rede intercomunitária, articulada na forma institucional de associações de produtores e associações de moradores, ligadas aos STRs e cooperativas. Esta rede intercomunitária operou uma mudança estrutural na forma de atuação das prefeituras municipais e demais esferas de governo (e isto deve ser uma das mudanças mais profundas resultante da atividade política dos seringueiros, ou do movimento seringueiro no período aqui aludido). Foram instituídas novas práticas administrativas a partir da presença dos seringueiros na esfera pública, no campo político. O comunitarismo seringueiro ingressou e impôs um método de atuação ao campo burocrático em escala local, que nem mesmo os prefeitos de partidos opositoristas ao PT puderam ignorar: organizar o investimento de recursos públicos ao nível comunitário e não somente pensando no indivíduo. Apesar deste resultado, a rede intercomunitária não esteve livre de tensões e conflitos, um deles o da percepção de que, por razões diversas, o governo estadual direcionava recursos de maneira a privilegiar certas comunidades, em detrimento de outras.

3.3 Seringueiros, partido e intelectuais

Se é inegável que o movimento ambientalista contribuiu para a projeção dos seringueiros no mundo, é inegável também que o grau de envolvimento com a política nacional e estadual, tal qual mencionamos, somente se deu em razão de sua relação com o PT. Na base da projeção internacional dos seringueiros estiveram as relações entre as diversas

lideranças e intelectuais que enxergavam no PT um instrumento de denúncia e encorajamento ao empreendimento de ações locais. Em âmbito nacional o PT buscou publicizar as lutas dos seringueiros, visto que, em última análise, não obstante a inexpressiva quantidade de eleitores do Acre, estas lutas davam conteúdo ao repertório que o partido buscava para se firmar enquanto projeto nacional. Wilson Pinheiro, em que pese seu assassinato não ter repercutido tal qual o de Chico Mendes, visto que à época o sindicalismo ainda não havia encontrado o movimento ambientalista internacional, foi fundador do PT no Acre, sendo, segundo Porto-Gonçalves (2003), o primeiro sindicalista a se filiar ao partido. De sorte que seu envolvimento com o PT levou o partido a criar uma fundação de formação e pesquisa com seu nome.¹⁴⁴. Obviamente este não era um envolvimento exclusivo de Wilson Pinheiro naquele período.

Martins (1981) advertia que nenhum partido político, àquela altura, teria conseguido captar as reais demandas dos camponeses, da mesma forma que os próprios camponeses ainda não se faziam incisivos no cenário político partidário. Este estado de indefinições parecia realmente ser também o caso dos seringueiros que estavam no meio de um fogo cruzado de ideias. Matéria do Jornal A Gazeta de Rio Branco, escrita por ocasião da realização do 2º Encontro Nacional dos Seringueiros e 1º Encontro dos Povos da Floresta, traz a observação de um dos inúmeros jornalistas estrangeiros que a época foram ao Acre acompanhar o evento.

Entre os jornalistas norte-americanos há quem discorde do enfoque dado pelo “The New York Times”, que revelou Chico Mendes ao mundo como um ecologista. Tim Golden, correspondente do “The Miami Herald” na América do Sul, que esteve há duas semanas no Acre, saiu convencido de que, além do aspecto ecológico, o que está acontecendo em Xapuri, no Acre e por extensão na Amazônia, é uma disputa eminentemente econômica e política. De um lado, os proprietários de terra, organizados na União Democrática Ruralista (UDR), e de outro, os seringueiros e trabalhadores rurais organizados no PT, nas comunidades de base da Igreja progressista e em outras entidades de esquerda.

Para Tim Golden, que esteve em El Salvador, existe uma certa semelhança entre o que ocorre naquele país, com grupos paramilitares executando bispos, padres e líderes sindicais e políticos, com o que vem acontecendo no Acre. Nos quatro dias em que permaneceu no Acre, o jornalista do “The Miami Herald”, percebeu inclusive que há uma disputa entre as lideranças sindicais, uns ligados ao PRC, outros ligados ao PT independente e outros sob a órbita da Igreja progressista.

Por onde passou e com quem conversou, Tim Golden fez muitas perguntas sobre supostas “milícias armadas” que os seringueiros estariam formando para proteger seu líderes de ameaças de morte e se os fazendeiros pretendem reagir aos “Empates” – mutirões de seringueiros para impedir as derrubadas da floresta. (Matéria

¹⁴⁴ A finalidade da Fundação Wilson Pinheiro, que foi fechada por falta de recursos financeiros, era a mesma que hoje faz a Fundação Perseu Abramo. Informação em: https://www.youtube.com/user/FundacaoPerseuAbramo/about?disable_polymer=1. Entre os dirigentes do Conselho Curador da Fundação Wilson Pinheiro estiveram o economista Paul Singer (na Diretoria Executiva) e o sociólogo, ensaísta e crítico literário Antônio Cândido (no Conselho Curador). Em julho de 2009 criou-se outra Fundação que leva o nome de Wilson Pinheiro, desta feita, no município de Brasília.

intitulada: Acre é assunto para jornalistas de todo o mundo, assinada por Silvio Martinello. Jornal A Gazeta. Rio Branco, Acre, 26 de março de 1989, p. 12).

Havia disputas entre os intelectuais que àquela altura assessoravam, direta ou indiretamente, as várias frentes que se formavam, para a difusão de uma visão de mundo no qual cabiam os seringueiros e que a rigor, giravam em torno do PT, pois as linhas em confronto observadas pelo jornalista norteamericano mencionado na matéria de A Gazeta, na prática eram do PT. Conforme observa Fernandes (2018) eram muito as batalhas travadas no interior do partido. Mas também havia confrontos de ideias em ações mais específicas dos seringueiros (não necessariamente vinculadas ao partido), conforme Souza (2011) registrou sobre o Projeto Seringueiro.

Embora não livres de ambiguidades, os seringueiros ganharam relevância no cenário político partidário (e eleitoral) local, regional e nacional, devido a seus vínculos com o PT, conforme apontam Fernandes (2018) e Basílio (2019) em estudos sobre processos que dão origem a este partido no Acre. Assim, se considerarmos a conjuntura de onde partem, a experiência dessas duas décadas de Resexs e envolvimento direto ou indireto com o PT, sugerem que os seringueiros do Alto Acre figuraram como um ponto fora da curva da tradição de democracia controlada, ou fictícia, na política brasileira, onde os limites dos direitos de igualdade e liberdade das classes subalternas são muito reduzidos e determinados pelas classes historicamente dominantes.

Como se sabe, pela forma como se deu o apoio da igreja a sua criação, pela postura à frente dos governos e por declarações dada pelos próprios petistas, o PT não se coloca como um partido revolucionário em termos marxista. Ao contrário, surge no bojo duma crítica ao que seria um ranço ideológico marxista, que orientava o PC, segundo Lula: um partido para os trabalhadores, diferente do PT que seria um partido dos trabalhadores. Estas declarações sempre foram contestadas por integrantes do PC e outros partidos de esquerda, que acusavam Lula de ter sido construído politicamente por Geisel e pela imprensa burguesa, para manipular os trabalhadores e fazer o jogo das elites econômicas.

Entretanto, sabe-se que aí estiveram inseridos diversos grupos de orientação marxista-leninistas, maoísta e etc. No PT do Acre não foi diferente (FERNANDES, 2018; BASÍLIO, 2019), o que significa que sim, havia essa perspectiva marxista por parte de muitos que estiveram ao lado dos seringueiros. Souza (2011) apresentou as divergências em torno de grupos que relacionavam-se com os seringueiros e possuíam posições revolucionárias mais radicais. No Alto Acre é inegável que a grande participação e envolvimento maior foi mesmo

dos seringueiros que protagonizaram a formação do PT. O traço do marxismo-leninismo na maioria dos casos está afastado das representações e perspectivas dos seringueiros. Nem mesmo entre todos os políticos seringueiros, faz-se uso discursivo de conceitos e categorias que estruturam o marxismo.

Deve-se, complementarmente (e fundamentalmente), reconhecer os confrontos em torno das diferentes correntes internas ao PT. Com base em ampla revisão da literatura sobre o surgimento do PT, Barbosa (2007), após mencionar a heterogeneidade dos grupos que em diferentes pontos do território nacional sentiam a necessidade de criação de um partido novo, assevera o seguinte:

Por isso a história do PT é a história dos embates entre diferentes setores da classe trabalhadora: qual projeto de partido seria, afinal, viabilizado? Nem todos os que participaram das discussões sobre o novo partido optaram por ingressar no PT: defendiam projetos que, à medida que corria o processo, se tornaram incompatíveis com a versão que ia se tornando hegemônica. Outros como a corrente Organização Socialista Internacionalista (OSI) decidiram ficar de fora da fundação do PT e, alguns meses depois, mudaram sua posição. O processo de disputa pelo projeto de partido era, simultaneamente, o processo de disputa pela hegemonia no interior da nova organização. O núcleo inicial do que mais tarde seria a “Articulação” só se tornou a tendência hegemônica porque se saiu vencedor nesses embates. Sua arma mais poderosa nos confrontos foi sempre o número de militantes, mas não foi a única. Havia o peso da figura de Lula, identificado como o grande líder das greves metalúrgicas. E também, como parte das disputas para se tornar hegemônico, este grupo incorporou, muitas vezes, aspectos parciais dos projetos concorrentes. Esta perspectiva inicia uma interpretação um tanto diferente das narrativas baseadas no “mito fundador” (BARBOSA, 2007, pp. 128/129).

A relação dos seringueiros com intelectuais na formação do PT e, mais ainda, no que se deu posteriormente, não pode ser minimamente compreendida se reduzida aos embates das tendências que disputam o posto de melhor interpretação da teoria revolucionária marxista. Independentemente do que já fora levantado acerca da inclinação da igreja católica, da instrumentalização do sindicalismo rural e da formação do PT (com lideranças seringueiras em certo sentido sendo vanguarda), guardadas as devidas especificidades, convém resgatar as contribuições de Eric Wolf, ao analisar as guerras camponesas no século XX.

Utilizando o termo campesinato, para analisar privilegiadamente a relação destes grupos com o Estado, Wolf observou que entre os diferentes fatores que favoreceram um triunfo dos camponeses nas situações de insurgência por ele analisadas (causa externa expressa na expansão de acumulação do capital; causa interna, destruição da cultura, e crise de poder), está a aliança entre um “campesinato móvel” e “intelectuais marginais”, estes últimos capazes de transitar entre o Estado e o campesinato. Esta articulação pode levar à ocupação da estrutura do Estado, seja através de um exército, seja através de um partido

político (ALMEIDA, 2004b). No caso dos seringueiros do Alto Acre, duas diferenças das conjunturas das guerras estudadas por Wolf de imediato devem-se registrar: os seringueiros não constituíam um grupo a que se pudesse chamar campesinato móvel na perspectiva de Wolf, tampouco a crise de poder era da mesma natureza das consideradas pelo autor, pois no Alto Acre, apesar de haver a intervenção do poder central, as mudanças em curso não eram de transformação de uma sociedade agrária para uma propriamente urbana, capitalista.

Ribeiro e Feldman-Bianco (2003) destacam a formulação de Wolf sobre grupos que simultaneamente controlam poder em dois diferentes níveis e assim ajudam a organizar uma sociedade nacionalmente: um grupo voltado à (instituições da) nação; e um grupo voltado à (instituições da) comunidade. As tensões e contradições nas formas de relacionamento entre estes dois grupos engendram os eixos centrais do ponto de vista econômico e político. Haveria um terceiro grupo, intermediário, capaz de dominar em certa medida os pontos de interconexão entre os grupos situados mais aos polos.

A formulação teórica de Eric Wolf baseia-se em sua investigação sobre nacionalismo e campesinato. Mas acreditamos servir para uma nova perspectiva sobre o caso dos seringueiros e o Acre, mais precisamente, da participação dos seringueiros na política do Alto Acre, conforme estamos tratando, e que na realidade, se tomarmos a história realmente política deste Estado (tirando todos os períodos de tutela ao governo federal) não se apresenta tão tardia.

Wolf, esclarecem Ribeiro e Feldman-Bianco (2003), afirma que as fronteiras político-territoriais não são estáticas e nem ahistóricas, mas que são dinâmicas. As diferenças de identidade são simbolicamente construídas (não necessariamente seguindo diferenças de nacionalidades). Esta perspectiva nos permite melhor explicar a quase, e do ponto de vista dos nativos, indiferenciação cultural, entre, por exemplo, moradores dos municípios do Alto Acre (no Acre) e de Boca do Acre, Humaitá e Lábrea no Amazonas, ou de Guajará Mirim e Costa Marques em Rondônia e dos demais municípios do Acre, regiões que em maior ou menor grau, as pessoas tiveram contato com o processo expropriatório decorrente da expansão da fronteira agropecuária nos anos 1970. Sendo assim, se considerarmos que politicamente a posição dos seringueiros do Alto Acre difere substancialmente da posição do campesinato florestal nestas outras regiões, não podemos negar que ali houve um processo peculiar.

O caso do Alto Acre traz à tona o entrelaçamento entre a cultura, ou o conceito de cultura, e ideologia, quando pensamos em relações de poder. Ou seja, pode-se dizer que algo é

cultura, quando em realidade quer-se arbitrariamente chamar aquilo de cultura para ter um resultado previamente determinado (ideologia). Fornece os subsídios para a interpretação de como as ideologias se entrelaçam com o poder em torno das relações sociais fundamentais para a administração do controle social do trabalho.

Wolf percebe a “cultura como a matéria-prima a partir da qual as ideologias são construídas e ganham influência (...) a ideologia seleciona do plano mais geral da cultura aquilo que lhe é mais adequado, o que pode atuar como marcas, símbolos ou emblemas de relações que se quer destacar” (citado em Ribeiro 1998: 156). As ideologias “sugerem esquemas unificados ou configurações desenvolvidas para subscrever ou manifestar poder” (Wolf 1999: 4). (RIBEIRO e FELDMAN-BIANCO, 2003, p. 24).

Nesse livro, mais do que em qualquer outro, Wolf confronta o conceito de cultura, admitindo a sua utilidade desde que abarque “as práticas e compreensões específicas que as pessoas delineiam e desenvolvem para lidar com as suas circunstâncias” (Wolf 1999: 288-289). A fim de interrelacionar cultura e poder, aponta para a necessidade de tornar a sua formulação mais abrangente e flexível. Insiste que, ao invés de ser percebido como uma totalidade delimitada e homogênea, o conceito de cultura deve condensar as relações materiais, a organização da sociedade e as configurações das ideias. Assim, ao utilizar essa concepção, o analista poderá “captar o fluxo social padronizado em suas múltiplas dimensões interdependentes e avaliar como o poder dependente de ideias maneja esses fluxos através do tempo” [...] (RIBEIRO e FELDMAN-BIANCO, 2003, p.26).

Por sua vez, Almeida (2004b), também analisando as formulações de Wolf sobre as insurgências camponesas no século XX, destaca a relevância que o autor dá à cultura:

Assim, uma resposta adicional é que, para que os efeitos disruptores da acumulação capitalista levem à rebelião, é preciso que haja meios de formular uma crítica à destruição da vida tradicional em termos das culturas locais. Autores como E. P. Thompson, Barrington Moore Jr. e James Scott, entre outros, enfatizaram, indo nessa direção, aquilo que poderíamos chamar de componente cultural da resistência popular, presente nos motins urbanos e nas rebeliões rurais do século XX (ALMEIDA, 2004b, p. 118)

Ao considerarmos o ambiente político e econômico instaurado no Alto Acre a partir do final dos anos 1970, são preciosas as observações de Almeida (2004b), analisando a categoria de grupo "terceira parte" de Wolf, associando a figura do intelectual de Lenin e Mao, para quem os intelectuais, não estando dentro da estrutura produtiva burguesa ou do Estado, mas dotados de capacidades da ciência burguesa, operariam uma intermediação entre os trabalhadores e o Estado na formulação desta crítica à destruição da vida tradicional.

São também relevantes as observações de Almeida (2004b), sobre o que caracterizaria crise de poder, ou crise de hegemonia.

A crise é a seguinte. De um lado, as autoridades tradicionais – os chefes tribais, os mandarins, a aristocracia rural – perdem o poder no contexto da nova ordem capitalista mundial. De outro lado, ganham importância novas elites formadas por empresários, agiotas, agentes políticos, intelectuais, “profissionais”, além dos

trabalhadores urbanos. A questão poderia ser esboçada em termos de duas curvas: a curva descendente das classes dominantes rurais do passado e a curva ascendente das novas classes associadas ao mundo capitalista. Essa situação em que os antagonistas parecem “incapazes de neutralizar o poder um do outro” convida à perpetuação de um executivo central forte, que tenta, diz Wolf, colocar-se “acima” das partes em disputa, numa tentativa de preencher o vácuo de poder. Os intelectuais “desenraizados” são candidatos alternativos para ocupar esse vácuo. Essa categoria é exemplificada, no caso do México, pelos intelectuais “orgulhosos de seus diplomas e de sua educação”, mas que “não conseguiam encontrar emprego”. Dessa forma, em 1910, “a elite diplomada das províncias ergueu-se contra um regime composto de ‘cadáveres políticos’”(ALMEIDA, 2004b, p. 119).

Apesar de ser em parte fruto da luta mesma dos seringueiros, o PT do Acre constituiu-se num grupo de mediadores entre os seringueiros e a sociedade. Muitos dos quadros do PT eram seringueiros, mas outros não. Também foi mediador o grupo de intelectuais, que ao longo dos anos se distanciou relativamente do cotidiano dos seringueiros, da mesma forma que a Igreja Católica da teologia da libertação. Os intelectuais “acadêmicos” (aqueles que também participaram ativamente, mas se diferenciavam por ter formação acadêmica relativamente consolidada) foram fundamentais para a mediação entre os seringueiros e o Estado, no sentido apontado por Montero, Arruti e Pompa (2011, p. 31): “Uma mediação que não é pensada apenas como uma ação que se estabelece entre agentes e agências, mas como um campo de produção de significados que trabalha na constituição dos próprios agentes”.

Esse processo não representou simplesmente uma reprodução do quadro político do Acre, mas é possível identificar elementos de um verdadeiro híbrido de filosofias críticas contemporâneas aí abrigadas – marxismo, multiculturalismo, comunitarismo, feminismo, decolonialismo, etc. –, que, às vezes mais, às vezes menos, articuladas e coordenadas, contribuíram para extrapolar os marcos do liberalismo político, ainda que conformados nas estruturas institucionais que lhes dão objetividade. Lançaram-se à prática em busca de mudança por meio do partido¹⁴⁵. Registre-se no entanto, que nem todos os que colaboraram decisivamente com os seringueiros eram vinculados ao partido, embora suas contribuições tenham sido assimiladas pelo partido ao longo destes anos. Nem tudo resultou numa orientação programática.

A heterogeneidade de influências e da composição dos diferentes aliados dos seringueiros suscitou conflitos e disputas e muitas pessoas ficaram a meio caminho, sob acusações, calúnias, perseguições, conspirações. Mas tratou-se, antes de tudo, de um grupo

¹⁴⁵ Barbosa (2007), ao comentar a heterogeneidade das forças que compunham o PT, registra as 11 Teses sobre Autonomia, manifesto lançado por intelectuais paulistas em setembro de 1980, que convergia para a cultura política das CEBs, no qual se defendia que o PT deveria orientar seu projeto socialista e revolucionário para a autonomia dos movimentos sociais, e não via partido, como na tradição leninista.

constituído por pessoas de coragem e abnegação, tomando em conta o contexto de ditadura militar do Brasil e do poder da pistolagem no Acre. Podemos dizer que este grupo, que constituiu o movimento seringueiro (ALLEGRETTI, 2002) foi de intelectuais orgânicos na acepção de Antônio Gramsci, uma vez que tinham a prática, o envolvimento direto como forma de atuação. Não seriam *a priori* intelectuais orgânicos porque não eram seringueiros, mas são intelectuais orgânicos do movimento seringueiro. Não somente a prática voluntarista em anteposição à teoria, senão, a prática balizada pela teoria e para dar conta de teorizar o momento e as lutas nas quais participavam. O *habitus* que caracterizou esses intelectuais vinculados aos seringueiros, ao ideal que vai se formando sobre o seringueiro e suas aspirações, caracteriza-se pela participação ativa, de convivência nas lutas dos seringueiros.

As categorias sistematizadas na teorização dos intelectuais repercutem no campo político, do PT do Acre, mas não só no Acre. De acordo com Bourdieu (2011, p. 203) no campo político e nas disputas aí em curso:

[...] O que faz com que a política não seja poesia, que o campo político não seja como o poético, é o fato de que o que está principalmente em jogo nas lutas simbólicas e políticas sobre o nomos [...] são a enunciação e a imposição dos “bons” princípios de visão e de divisão. No campo político, se eu disser que a divisão principal é a divisão entre ricos e pobres, obterei uma determinada estrutura social. Se disser que a principal é a divisão entre franceses e estrangeiros, obterei uma estrutura inteiramente diferente. Em outras palavras, os princípios de divisão não têm nada de fortuito. Eles são constitutivos dos grupos e, portanto, das forças sociais. A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu nomos se tornar o nomos universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão. [...] As lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, têm um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado (que em certa medida põe fim à luta política, visto que as verdades de Estado são verdades transpolíticas, pelo menos oficialmente). As lutas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de divisão do mundo social opõem pessoas dotadas de poderes desiguais.[...] (BOURDIEU, 2011, p. 203)

Foi precisamente, num primeiro momento a formulação de uma narrativa crítica sobre a conjuntura socioeconômica e ambiental do Acre, e posteriormente em seminários sobre desenvolvimento, na formulação de planos que seriam mais ou menos transformados nos projetos que o PT apresentou aos bancos de cooperação internacional, que o grupo de intelectuais acadêmicos (mas que estavam na prática dos projetos) e não acadêmicos (aqueles deliberadamente situados na militância político-partidária do PT), formularam uma teoria da realidade na qual os seringueiros – que, na di-visão de mundo de seus antagonistas (políticos alinhados ao projeto de pecuarização) teriam que desaparecer – ganhavam centralidade.

Claro está que no caso por nós estudado, não se processou uma revolução, assim como está claro que marxistas-leninistas não eram dominantes no heterogêneo grupo de intelectuais mediadores da relação dos seringueiros com as diversas frentes com que se relacionavam. Todavia, não é plausível afirmar que tudo se mantivera como antes no campo político do Acre. Os intelectuais produziram a ideologia que animou o movimento seringueiro, nos termos apontados por Bourdieu *apud* Susen (2017): a ideologia nos faz naturalizar o social na medida em que nos induz a assimilar e generalizar esquemas de apreciação, percepção e reflexão historicamente contingentes (BOURDIEU *apud* SUSEN, 2017, p. 107).

A ideologia é um produto de luta entre atores em posições e com interesses diferentes. Uma ideologia, ensina Bourdieu (*apud* SUSEN, 2017) possui alguns aspectos universais: ideologia e prática; ideologia e coesão; ideologia e diversidade; ideologia e posicionalidade; ideologia e intersubjetividade; ideologia e diferencialidade; ideologia e parcialidade; ideologia e normatividade; ideologia e autenticidade; ideologia e autorreferencialidade; ideologia e hegemonia; ideologia e dominação.

Ainda para realçar o envolvimento de intelectuais com os seringueiros do Acre, retomamos a ideia de terceira parte, levantada por Almeida (2004b), quando conclui seu comentário refletindo sobre o Brasil, que nos anos 1990, apesar de reduzidos os intelectuais desenraizados (fora de lugar) e os campesinatos móveis, o partido político e o exército revolucionário teriam sido substituído por um mediador de tipo diferente/novas instituições. O CNS sem dúvida figurava como uma instituição de tipo diferente, no diálogo com o Estado. Contudo, e é ao que buscamos dar relevo, no caso do Alto Acre, em que pese a relevância do CNS, no início deste século o PT se constituiu no principal canal desta interlocução com o Estado (considerando a esfera municipal).

Em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura, em 1994, Marina Silva, recém-eleita senadora do Acre pelo PT, declara que foi a antropóloga Mary Allegretti quem formulou a ideia de Reserva Extrativista. Certamente muitos outros intelectuais participaram desta construção, conforme a própria Mary Allegretti (2002) afirma em sua tese de doutorado, mencionando outros cientistas sociais. Independentemente disso, essa entrevista serve para esclarecer que de fato a ideia de Resex é gestada não somente sob a influência do ambientalismo, mas de um processo que tinha em mente as correlações de forças na conjuntura política e econômica do Acre.

Assim como no final da década de 1970 e início de 1980 as críticas e denúncias de expropriação a camponeses no modelo de desenvolvimento da fronteira agropecuária passaram a circular em veículos de comunicação como o Jornal o Varadouro e o Boletim Nós Irmãos, e em instrumentos como o Catecismo da Terra (COSTA SOBRINHO, 2011), ou mesmo como a emblemática série “A década da destruição” do documentarista britânico Adrian Cowell (FERREIRA, 2018), ideias como Reserva Extrativista reverberaram em eventos acadêmicos, comitês de apoio, campanhas publicitárias, moções, passeatas, matérias de jornais impressos e televisionados e etc. Mas também operaram uma revisão da gramática que até ali orientava o discurso do movimento sindical entre lideranças seringueiras em sua rotina de mobilização.

A partir da análise daquele contexto, o grupo criou uma narrativa aprofundando a centralidade política dos seringueiros em relação à posição dos fazendeiros. Um dos momentos mais importantes de projeção dessas ideias em escala mundial, mas, sobretudo no debate público brasileiro, foi a realização do II Encontro Nacional dos Seringueiros, em março de 1989, em Rio Branco. A repercussão do assassinato de Chico Mendes na imprensa internacional em dezembro de 1988, conferiu ampla cobertura midiática ao evento, não somente por parte da imprensa internacional, mas com participação dos principais veículos de comunicação do centro-sul. Em 28 de março de 1989, ao passo que anunciavam a criação da Aliança dos Povos da Floresta, unindo índios e seringueiros em defesa de seus direitos e da Amazônia, os jornais Folha de São Paulo e Jornal da Tarde, publicavam matérias que indicavam quão significativo era o debate que estavam propondo os seringueiros do Acre: o primeiro, trazia a matéria intitulada “Militares são únicos interlocutores da questão ambiental, diz antropólogo”, relatando a apresentação crítica do antropólogo Alfredo Wagner de Almeida durante o II Encontro dos Seringueiros; e o segundo, trazia a matéria “UDR critica ‘dramatização’ dos seringueiros”, com a opinião do representante local da entidade, que se opunha totalmente ao que estava ocorrendo¹⁴⁶.

Por outro lado, em retrospecto, este exemplo revela a inflexão dos governos do PT do Acre, que, embora tendo tentado apropriar-se da teoria dos intelectuais dos anos 1980, buscaram a conciliação com os fazendeiros – embora premidos por circunstâncias macroeconômicas e políticas. Mas os fazendeiros, como o outro termo da relação dialética também foram premidos de suas intenções por forças macropolíticas, como a

¹⁴⁶ Folha de São Paulo, 28 de março de 1989, pg. A8; Jornal da Tarde, 28 de março de 1989, pg. 12.

redemocratização. Tanto é assim que, no alvorecer do momento político inaugurado com a eleição de Bolsonaro e Gladson Cameli, a partir de 2019, eles se sentiram livres e passaram a colocar o aprofundamento do agronegócio como única possibilidade econômica para o Acre.

Claro está que boa parte daqueles intelectuais acadêmicos, embora se possa chamar de “desenraizados” (como diria Wolf), não foram os que ocuparam cargos na estrutura do Estado com a eleição do PT. Muitos, embora situados à distância, tanto geográfica como em termos profissionais, mantêm vínculo ético até hoje, como foi possível verificar durante o evento em memória dos trinta anos de assassinato de Chico Mendes em Xapuri. Muitas lideranças, embora a maioria tendo ficado na região do Alto Acre, também tomaram direções de afastamento de uma militância mais efetiva (no STR, associações, ou partido) ou mesmo do meio rural - uma parte expressiva se aposentou e deixou as áreas extrativistas.

Mas não se pode negar que seu legado, produzido não exclusivamente por eles, mas no contexto de disputas políticas e de modelos de desenvolvimento daquela conjuntura, foi apropriado por aqueles que efetivamente ocuparam tais cargos. Em grande medida este legado foi matéria prima para a FEM.

Durante os governos do PT no Acre, a FEM, e toda sorte de arte por ela patrocinada, encarregou-se da difusão das ideias que estariam em consonância com as linhas interpretativas formuladas nos anos 1980. Com o objetivo de difundir uma imagem do movimento seringueiro e desta forma, pautada num conjunto de ideias que espelhavam uma situação histórica, trouxe o seringueiro de maneira folclorizada, orbitando em torno da ideia de Florestania e da categoria povos da floresta que, ao englobar todas as variantes desses povos, encobre suas especificidades.

Situando-se entre a missão de difundir os ideais de Florestania, e de manter o grupo político no poder, a FEM, como organismo oficial de produção de bens simbólicos, teve sua atuação marcada por buscar um seringueiro caricaturado, idealizado nos anos 1970, ou antes deste período, sem o correspondente empírico, devido a fatores econômicos externos relacionados à borracha, mas também aos internos, pelo avanço da pecuária como projeto ruralista (política e economicamente) de grande influência no interior do próprio governo estadual. Formulou-se uma narrativa que tanto forçou relacionar políticos aliados de momento, com as lutas históricas dos trabalhadores, quanto buscou apagar ditas relações passadas entre seringueiros e políticos que não fossem aliados do governo. Este constructo discursivo não é outra coisa senão o “mito fundador” do PT do Acre, com o qual os que o

difundiam, buscavam capturar a memória do partido em função de legitimar-se e assim manterem-se influentes nas disputas internas e externas. Em que pese o apoio do governo aos STRs, contraditoriamente a FEM restaurava símbolos arquitetônicos da sociedade seringalista, como as casas comerciais no bairro do Segundo Distrito da cidade de Rio Branco e do Centro Comercial de Xapuri.

Vale recordar a projeção em escala internacional e nacional de que o que os seringueiros protagonizavam no Acre tanto inspirava o movimento ambientalista quanto repertoriava as luta pela democracia e pela “emancipação” da classe trabalhadora no interior do PT, nas bandeiras da reforma agrária e da “salvação da Amazônia”. Mas é também destas sínteses que se cria a imagem do seringueiro ecologista, tão bem explorada, e atualmente questionada nas capciosas matérias jornalísticas sobre criação de gado nas Resexs. Tal situação se dá porque, em grande medida, a teoria elaborada para fazer a crítica inseriu-se no campo do desenvolvimento, conforme colocamos no primeiro capítulo, e desta forma submeteu-se aos constrangimentos próprios deste campo, tendo que se apresentar não somente como uma defesa pura e simples da cultura dos seringueiros (do direito à diferença)¹⁴⁷, mas tendo que dar respostas a questões econômicas e ambientais. Mantendo-se no campo do desenvolvimento, parte desta visão de mundo que colocaria o seringueiro em posição importante, mais tarde será caudatária de expressões como “vocação florestal do Acre”, economia baseada no valor da “floresta em pé” e toda sorte de transmuta es elaboradas pelo grupo do PT no poder, e que tentavam arrastar os seringueiros, tendo mesmo algumas lideranças e dirigentes partidários, elaborado um discurso de defesa das atualiza es.

Os intelectuais contribuíram para que fossem criadas as condi es para que os seringueiros ganhassem competência, no sentido de Bourdieu, de fazer parte do campo político, de ter o direito e o dever de lidar com certos assuntos, buscando esse direito de se ocupar da política, de elei es. Do sindicato da luta pelo direito a terra, ao partido da luta por direitos civis, sociais e políticos, somando-se a amplas mobiliza es da sociedade brasileira,   aquela altura sufocada pelas duas décadas de ditadura. Ou seja, a restaura o da democracia,

¹⁴⁷ “A questão ambiental, formulada em termos de “desenvolvimento sustentável”, foi a estratégia discursiva que conseguiu legitimar o reconhecimento das diferenças étnicas no plano dos direitos. Esta articula o foi possível porque suas resultantes não ameaçavam dois dos princípios históricos fundamentais da soberania do Estado nacional brasileiro: a preserva o da integridade territorial e a subordina o política das comunidades étnicas ao poder estatal. Assim, apesar do abandono do modelo  tico da mestiçagem, a matriz da integra o nacional em termos de território e aparato estatal foi, e continua sendo, a nosso ver, uma condi o *sine qua non* e um limite claro no processo brasileiro de reconhecimento e acomoda o dos pleitos de respeito às diferenças” (MONTERO, 2012b, p. 94).

somada com a trajetória dos seringueiros do Alto Acre na política, foi extremamente positiva para as gerações camponesas subsequentes.

Com as possibilidades advindas da reabertura política e dispondo de uma teoria capaz de disputar os princípios de visão de mundo naquele contexto em transformação (com Resex já demarcadas, cooperativas de comercialização de produtos extrativistas, etc.), os seringueiros passaram a uma posição diferenciada no campo político, fortalecendo-se na medida que elegem vereadores e prefeitos no Alto Acre.

À medida que o campo político avança na história e que, notadamente com o desenvolvimento dos partidos, se institucionalizam os papéis, as tarefas políticas, a divisão do trabalho político, aparece um fenômeno muito importante: o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido. Nós não damos suficiente importância a essa noção extraordinária de investidura. Atualmente, o partido é uma espécie de banco de capital político específico, e o secretário geral de um partido é uma espécie de [...] que controla o acesso ao capital político, burocratizado, burocrático, garantido e autenticado burocraticamente pela burocracia de um partido. (BOURDIEU, 2011, p. 204)

Neste ponto cabe recordar a perspectiva de Gramsci, segundo a qual o partido elabora seus intelectuais orgânicos, estando para a sociedade civil como o correspondente ao que o Estado está para a sociedade política. Seringueiros contribuíram para a formulação de uma teoria que considerasse a importância da Mata como fonte de modo de vida e de possibilidade de um desenvolvimento diferente. E, na perspectiva de Gramsci, também foram intelectuais na medida que localmente formularam estratégias nas disputas que travaram eleitoralmente.

A teoria (teoria revolucionária) da realidade que dava base à ação do partido (prática revolucionária) dos trabalhadores do Acre, cuja base seria o seringueiro, em parte residia na influência do extrativismo, enquanto antítese ao avanço da pecuária. A defesa do “corte da seringa” para produção de borracha, foi matizada pela ideia de neoextrativismo inicialmente, enveredando para a ideia de economia florestal, incluindo a madeira, matizado também com outras ideias de cooperativismo, agricultura familiar etc - floresta em pé - capitalismo verde - desenvolvimento sustentável.

A base, constituída de seringueiros, se não formulou claramente uma teoria revolucionária, que fosse assimilada no programa do Partido e depois dos governos (apesar dos planos de desenvolvimento sustentável, do ZEE etc.), tinha como latência a indignação e a revolta contra as precárias condições de vida e exclusão social e política. Ademais, não houve uma unidade, ou coordenação em torno de uma teoria, capaz de conferir harmonia entre os diferentes níveis e locais institucionais nos quais se inseriram os seringueiros, ou seus

"representantes", via PT. Assim, os vereadores e os prefeitos, além de tentarem responder ao conjunto da população local, incluindo a não seringueira, tinham posturas e atitudes diferentes das verificadas entre os deputados estaduais, por exemplo. Ou seja, é difícil estabelecer uma linha programática clara de atividade parlamentar que leve a alguma sociedade diferente, em que pese o fato de combater a exclusão social, a discriminação etc. - o que, no contexto analisado, não é pouca coisa.

Para encerrar estes comentários sobre a relação dos seringueiros do Alto Acre com intelectuais e o PT, cabe destacar as análises de Souza (2011) sobre as várias etapas do Projeto Seringueiro. O autor mostra o vínculo de seringueiros de Xapuri com o PRC, ao mesmo tempo em que esclarece que este projeto se transformou numa porta para o contato dos seringueiros com vários intelectuais, estudantes universitários e recém formados que, mais tarde, expurgados os mais radicais, serão nomes de destaque na política acreana e nos governos do PT (incluindo Arnóbio Marques, o Binho, que foi vice-governador no segundo e governador no terceiro mandato do partido).

Sobre o Projeto Seringueiro, que à época era fruto de especulações e difamação por parte da sociedade política de Xapuri, que não entendia, nem se agradava da presença daquelas pessoas de fora junto aos seringueiros, Allegretti (2002) assegurava que o mesmo redefiniria a atuação do intelectual, pois “o foco é a capacitação do sujeito e não que o intelectual seja o detentor de capacidade de análise e repasse a ele”, e dizia tratar-se, portanto, de um projeto político de longo prazo (p. 385). Os intelectuais terão papel decisivo nos programas de alfabetização que era instrumento para enfrentar as trapaças de patrões e marreteiros, mas era também estratégico, pois os seringueiros estavam impossibilitados de participar de eleições, conforme salientou Marcos Fernandes referindo-se ao pleito de 1982.

Ao longo destes anos após a criação das Resex, a relação dos seringueiros com intelectuais acadêmicos foi profundamente modificada, por razões que não é nossa intenção esgotar. Importa, no entanto, registrar que as teorizações antes elaboradas por este tipo de intelectuais, acadêmicos, cede lugar a formulações de políticos com mandato. Por exemplo: Jorge Viana, Sibá Machado, ou técnicos na função de secretários de estado. Ou seja, a leitura para a teorização acerca da realidade passa por um filtro que leva em conta a condição de estar no poder em um governo no regime de democracia liberal, que requer atender interesses divergentes dos interesses dos trabalhadores para manter-se no poder. Por esse motivo, da

parte dos governos e da parte de lideranças petistas, ao longo deste período foram rejeitados intelectuais críticos como assessores.

3.4 Seringueiros, Partido e as disputas eleitorais no Alto Acre

Deve-se considerar as características da sociedade civil àquela altura no Acre, apesar de, no geral, esta encontrar-se relativamente neutralizada, uma vez que o país vivia sob uma ditadura militar. No Acre, naquela conjuntura, a sociedade civil se apresentava extremamente indefinida e por isso altamente débil. Aproximava-se, por assim dizer, de um quadro semelhante ao da sociedade civil do oriente, quando analisada sob a ótica gramsciana, onde o Estado era tudo e a sociedade civil, nada.

Mas a ambiguidade deste processo surgido pela apreensão dos seringueiros no âmbito dos governos do PT do Acre, mas que é deveras influenciado pelo que ocorre em âmbito nacional - redemocratização e governos federais do PT - somente pode ser percebida quando se procura evidenciar o aspecto simbólico do processo, que, antes de tudo, manifestam-se em práticas políticas, econômicas, sociais e culturais dos seringueiros do Alto Acre. Os palanques dos comícios dos candidatos do PT em nível municipal, e também os atos como o mencionado no início deste capítulo, sobre a presença de Lula em frente à casa de Chico Mendes, encarnam estes rituais com grande poder simbólico no processo eleitoral (PALMEIRA, 2010), geralmente, e sobretudo, alguns deliberadamente organizados com o intuito de trazer esse impacto, com a presença de autoridades estaduais em apoio aos “companheiros” dos municípios. Entre estas autoridades de projeção nacional esteve Jorge Viana, que se converteu em exímio orador, e cuja retórica procurava potencializar seu carisma, através da menção a pessoas que se encontravam no palanque, ou a quem ele enxergava de longe, no público, sugerindo extrema intimidade.

Bourdieu (2019), em artigo sobre cultura e política, suscitando a noção de *fides implicita* – fé implícita, diz que quanto mais uma categoria social é desprovida de competência estatutária e técnica, por conseguinte de competência social para assuntos de política, mais se entregará a um partido, e conseqüentemente este partido terá mais autonomia, no tocante à definição de estratégias para concorrer/disputar com seus antagonistas/concorrentes. Assim, em suas origens, o PT ocupa esta posição em sua relação com os seringueiros, contando com fé implícita entre a maioria, tem liberdade de manobra - considerando alianças, barganhas em nível local e estadual.

Em termos de política eleitoral, deve-se considerar que o seringueiro, como camponês, não é o camponês volante, itinerante, conforme apontado por Martins (1981). É um camponês que, não sem percalços, fixou-se no local em que nasceu, a partir da garantia da Resex. Além do mais, para acentuar a diferenciação, no campo político do Alto Acre dos anos 1980 em diante, ele participará mais ativamente, pois é do local (de certo até aí dominado no campo político), conhece as diferentes forças políticas locais, ao contrário, por exemplo, do camponês migrante (forâneo) que está chegando através dos projetos de colonização e assentamentos do INCRA. Compartilham a condição de trabalhador rural, mas com trajetórias diferentes, o que denota formas diferentes para se colocar politicamente, eleitoralmente, inclusive.

Esta especificidade da condição do seringueiro, como nativo, far-se-á incidir também muito pela conjuntura política dos anos 1970 e 1980. Estando correta esta suposição, e é provável que esteja, já que as gerações de migrantes da colonização e projetos de assentamento do INCRA (e também os fazendeiros que chegaram ao mesmo tempo) ingressaram nas disputas eleitorais locais, há de se atentar (empírica e teoricamente) para a relevância da reforma agrária no processo de democratização da política e a dinâmica reconfigurada das lutas políticas dos camponeses neste início de século: debates em torno de agricultores familiares, dilemas de movimentos sociais – política sob a ótica da territorialidade identitária etc. O PT do Alto Acre tem grande participação de trabalhadores migrantes do Sul que, apesar das diferenças na maneira de conceber o mundo, cooperaram com os seringueiros na luta pela terra.

A diferença entre a condição dos seringueiros do Alto Acre e a de outros grupos a quem o Estado instituiu a previsão de direitos por suas especificidades étnicas, vem à tona quando consideram-se outras situações, também nesta fronteira. Indígenas de Boca do Acre (AM), ou mesmo de Assis Brasil (AC), embora tendo direito a demarcação de território e a serviços de saúde diferenciados, não possuem maiores liberdades para transitar nas cidades locais, constrangidos que são pelas constantes demonstrações de discriminação e hostilidades por parte dos cidadãos. Sem dúvida é uma comparação forçosa, mas os seringueiros do Alto Acre tanto se diferenciam porque entraram e ganharam disputas políticas locais, quanto porque se articularam, para o bem, ou para o mal, com o mercado da bovinocultura de corte. Em Assis Brasil, há alguns anos, indígenas lançam candidatos em eleições municipais e, em Boca do Acre, há uma movimentação deles para criação de gado.

No Alto Acre, ou, mais precisamente, nos três municípios existentes até o final dos anos 1980, Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri, deve-se ter claro que a política, a administração pública e certa postura de uso patrimonialista e exclusão social por meio das estruturas do Estado, dava-se pelas mãos de poucas pessoas, notadamente, as chamadas “famílias tradicionais”. Quando falamos em alteração no campo político e campo burocrático, referimo-nos, sobretudo, ao fato de que estas famílias perderam a condição de dominantes, muito embora possam ter mantido dominação em outros campos, como o comércio (veja que não trata-se de manterem-se dominantes no campo econômico, pois os fazendeiros passaram a suplantar o comércio, que era dominante). A política, e por consequência as instituições públicas (com características patrimoniais, privadas, usadas mesmo para exclusão social e alcance de diferenciação no espaço social local) eram dominadas por não muito mais que uma dezena de sobrenomes.

Não somente os seringueiros (e seus aliados no Acre e fora dele) contribuíram para o enfraquecimento político dessas famílias, mas também os fazendeiros que se instalaram na região. Na conjuntura das transformações do modelo econômico do Acre, com o início da implantação da pecuária bovina de corte, que suplantou o sistema do seringal, a disputa para ocupar o vazio de poder correspondente se travou mais acirradamente entre representantes de fazendeiros e de seringueiros. Portanto, os fazendeiros passaram a apresentar uma tese sobre o que deveria ser feito no Alto Acre, em parte, sobretudo materialmente falando, tese bem sucedida, enquanto os seringueiros, portadores de uma antítese (baseada no extrativismo, socioambientalismo, inclusão social), em parte participam da concretização da tese dos fazendeiros, devido, ironicamente, ao peso do simbolismo que lhes conferiu sua tese original. Ou seja, embora efetivamente não tenha sido fortalecido o extrativismo que os seringueiros defendiam como modelo econômico, a proximidade aos governos do PT mantiveram-nos atuantes na esfera pública.

Paula e Silva (2005) observaram que a partir da segunda metade da década de 1990 sobressaía-se muito claramente a estratégia de líderes seringueiros de Xapuri na disputa quanto aos cargos eletivos locais, em detrimento de outras formas de atuação que mantivessem a amplitude do projeto alternativo representado pela emergência daquele campesinato nas décadas anteriores. Da perspectiva destes autores, a subordinação que se percebia na atuação do STR e o foco nas disputas eleitorais locais impunham limites decisivos que minimizavam o potencial da ação dos seringueiros enquanto projeto emancipatório.

Contudo, ao que tudo indica, a atuação na esfera local sempre foi um dos objetivos, não somente da mobilização dos seringueiros, mas também de indígenas¹⁴⁸.

Se, como instância de monopólio da violência física, fiscal e simbólica, o Estado (BOURDIEU, 2014) é fundamental no processo de reconhecimento de direitos dos indivíduos, até o fim da década de 1970 seria impossível vislumbrar a cidadania para os seringueiros do Acre, dada a sua exclusão das instituições estatais. Seja no contexto de pleno funcionamento do sistema de aviação, mas também nos momentos de crise deste sistema, o seringalista, o patrão, o coronel de barranco, centrava-se na figura de um único agente, o dono da terra, do capital e dos meios de transporte, dono do direito, da justiça e das leis que ele próprio estipulava em sua relação com os seringueiros. A condição de subalterno se refletia através da imputação de estigmas na interação dos seringueiros com os moradores das pequenas cidades. Morar no seringal, ser seringueiro, era sinônimo de pobreza, que suscitava a compaixão e a caridade de alguns, ou o preconceito e desprezo de outros. A categoria pobre foi fundamental no processo de mobilização através das CEBs, conforme discutiremos adiante.

A ausência de direitos políticos se fez acentuada no Acre e, de uma maneira ou outra, mesmo as classes investidas de poder econômico estiveram a mercê de decisões políticas arbitrárias. Contudo, também destacamos que esta ausência de direitos políticos era bem mais pesada para os seringueiros, que estiveram à margem deste campo até a década de 1970. Porto-Gonçalves (2003) percebeu que os seringueiros tinham em seu imaginário que eram importantes (tinham orgulho) para o mundo, tanto pela produção de borracha, como no processo de anexação do Acre ao Brasil, participando do levante armado sob o comando de seringalistas que culminou com o Tratado de Petrópolis¹⁴⁹. Esta autorrepresentação, segundo Porto-Gonçalves (2003) seria um dos elementos importantes como força instituidora da autonomia dos seringueiros.

¹⁴⁸ Embora suas afiliações partidárias sejam mais diversificadas, a história recente do Acre registra várias candidaturas a cargos eletivos entre os indígenas Manchineri, Kaxinawá, Apurinã, Yawanawá, Ashaninka, entre outros, em âmbito estadual e municipal. Para um estudo que aborda tal temática, a partir do caso do município de Jordão (AC), ver Iglesias (2003).

¹⁴⁹ Firmado entre Brasil e Bolívia em 1903, na cidade de Petrópolis (RJ), o Tratado pôs fim ao litígio entre os dois países em relação a área que compreende o Estado do Acre. O Tratado estabeleceu compensações do governo brasileiro à Bolívia, através da cessão de áreas de terras próximas à foz do rio Abunã e na Bacia do Rio Paraguai, além do pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e de outros benefícios alfandegários.

Quando consideramos os trabalho de Allegretti (2002), Rodrigues (2009) e, sobretudo, de Grenzer (2013), a respeito da atuação de Chico Mendes como vereador de Xapuri, no período de 1977 a 1982, fica evidente que a disputa no campo político, com a finalidade de ocupar as instâncias constitutivas do Estado por meio das eleições, jamais esteve ausente do horizonte da luta dos seringueiros do Alto Acre. Tanto é assim que uma consulta às relações de nomes nos registros de filiados ao PT, nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri, revelará a sobreposição de nomes que eram ao mesmo tempo lideranças sindicais daquele período. Ademais não é desprezível as candidaturas de certas lideranças seringueiras, inclusive de Chico Mendes (em todas as eleições após a fundação do partido) a cargos eletivos estaduais e municipais pelo PT. Conforme escreveu Allegretti (2002), dos sete seringueiros processados no caso do *empate* a desmatamento no Seringal Santa Fé, em 1982, cinco eram candidatos a vereador pelo PT no município de Xapuri naquele ano. Acreditamos que as ênfases ao ambientalismo, ou mesmo à questão agrária sob o viés da reforma agrária, nas várias análises sobre as experiências dos seringueiros do Alto Acre, ofuscaram sobremaneira sua trajetória nas disputas eleitorais, que àquela altura contava com o engajamento de muitas lideranças.

Em razão de mudanças eleitorais determinadas pelo contexto de transição do regime militar, Chico Mendes teve um prolongado mandato de vereador. Inicialmente previsto para encerrar-se no final de 1980, o mandato daquela legislatura foi prolongado até o final de 1982, devido à emenda constitucional nº 14. Ao longo deste período, Chico Mendes eleito pelo MDB, exerceu a função de vereador, apoio a organização do STR de Xapuri, aproximou-se da Igreja Católica e foi um dos principais articuladores da fundação do PT, tendo sido indiciado na Lei de Segurança Nacional, devido a seu discurso em ato público no município de Brasiléia por ocasião do assassinato do sindicalista e seu companheiro Wilson Pinheiro. Ou seja, durante este período, reconhecido por vários estudiosos como o da emergência do movimento sindical rural, do trabalho de conscientização pela Igreja Católica, dos movimentos populares em busca de reconhecimento e do embrião do que mais tarde viria ser uma aliança com povos indígenas e movimento ambientalista, é também o período de intensa atividade no interior de organizações da política institucionalizada. Nosso recorte neste capítulo tem sido justamente observar os desdobramentos desta última.

Allegretti (2002) e Grenzer (2013) informam que Chico Mendes ingressou na política institucional em 1976, a convite de Félix Pereira, então deputado estadual pelo MDB. A partir

de relatos de lideranças que conviveram com Chico Mendes e dos trabalhos de Allegretti (2002) e Grenzer (2013), que trazem um apanhado significativo de fragmentos das Atas das Seções realizadas na Câmara de Vereadores de Xapuri neste período, percebe-se a relação de Chico Mendes com os seringueiros no geral¹⁵⁰, mas com o STR em particular (há um episódio de acusações e ameaças a Chico Mendes por seus colegas vereadores, que se incomodaram por ele ter realizado uma audiência com sindicalistas na Câmara, o que repercutiu na imprensa de Rio Branco). Chico Mendes divergia dos vereadores (mesmo de seus correligionários quando ainda filiado ao MDB), sobretudo quando radicalizava em posicionamentos que o aproximavam do “povo” e não de políticos ou partidos. E isto acentuou-se à medida que os conflitos com os fazendeiros se exacerbaram, o que levou à ruptura total de suas relações com os políticos de Xapuri, que iniciaram campanhas para desacreditar e desmoralizar o vereador, então já representante do PT naquela Câmara. Portanto, Chico Mendes não exerceu de forma isolada o mandato de vereador, mas o inseriu na luta coletiva que então tomava corpo.

São esclarecedoras as curiosidade em torno da articulação da candidatura do ex-padre Gilson Pescador à prefeitura de Xapuri, em 1988. Com base no resultado das eleições de 1985, em que Chico Mendes fora derrotado, a decisão de lançar aquele candidato pelo PT foi uma tentativa de contornar a rejeição que os cidadãos, especialmente as chamadas “famílias tradicionais”, que viam ameaçada a manutenção de seus privilégios, expressavam pelos seringueiros. Chico Mendes teria sido um dos idealizadores desta estratégia, pois antes de qualquer projeto pessoal, estaria o projeto coletivo e ocupar a prefeitura seria um passo importante nesse sentido.

Mas os seringueiros de Xapuri tiveram que esperar por mais duas eleições para elegerem um candidato que os representasse, conforme ficou nítido na incomum comemoração durante a grande festa popular após o resultado das eleições de 1996. Neste aspecto creio ser pertinente a discussão feita por Cardoso de Oliveira (2004), que amplia a noção de cidadania para além da concepção comumente aceita, como um conjunto de direitos civis, sociais e políticos, que se lega na esfera individual. Tal ampliação insere o quesito da *substância moral das pessoas dignas*, manifesta pela reivindicação de reconhecimento de identidade, ou de *consideração*. A comemoração observada após a divulgação do resultado da votação, ganhou contornos de extravasamento frente a anos de discriminação e insultos

¹⁵⁰ Em Mary Allegretti (2002) Chico Mendes declara que sua eleição a vereador devia-se a uma pequena ajuda financeira que lhe deram seringueiros do Seringal Porvir.

morais, de depreciação da condição de seringueiro, encontrada nas atitudes de moradores do núcleo urbano. Meses depois, seringueiros de todas as comunidades acorreram a Xapuri em apoio ao prefeito, num controverso, inédito e fracassado processo de *impeachment*¹⁵¹.

Mais uma vez recorremos a um paralelismo com o trabalho de Comerford (2009), pois, guardadas as devidas diferenças, ocorreu no Alto Acre um processo muito parecido com o que se deu no campo político dos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais, analisado pelo autor. No Alto Acre também alguns seringueiros passaram a figurar como pessoas “notáveis”, como é o caso do próprio Júlio Barbosa, eleito prefeito de Xapuri em 1996. As constantes viagens nacionais e internacionais em razão das atividades à frente do CNS, a administração da CAEX, expressiva empregadora no núcleo urbano durante a primeira metade dos anos 1990 (PAULA, 2005; MICHELOTTI, 2000), a relação com intelectuais diversos, a proximidade com políticos do PT que administraram a prefeitura de Rio Branco (1993 a 1996)¹⁵², entre outros fatores que conferiam um novo *quantum* de capital social e simbólico aos seringueiros, contribuíram para atenuar a imagem de pessoas “sem condições”, sem competência (BOURDIEU, 2011) para se meter em política e na administração pública.

Com a eleição do PT ao governo do Estado em 1998 e ao governo federal em 2002, e a ampliação do número de parlamentares, promovendo atos públicos como os relatadas anteriormente (sobre a visita de Luiz Inácio Lula da Silva a Xapuri em maio de 2003), os políticos do PT no Alto Acre ganharam ainda mais notoriedade. De acordo com Bourdieu (2011), o peso de um político será o peso que possui seu partido, e o peso que este político possui no interior do partido. Políticos seringueiros passaram a figurar nos dispositivos de honra de eventos públicos ao lado de autoridades judiciais, senadores, governadores, presidente da República etc. Enraizou-se no imaginário de Xapuri, não somente entre os seringueiros, uma narrativa que afirma ter sido o primeiro mandato de Júlio Barbosa a melhor gestão de todos os tempos.

Conforme Bourdieu (2011),

Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável. Daí

¹⁵¹ Em julho de 1997, a Câmara de Vereadores de Xapuri aprovou, por sete votos a dois, o prosseguimento do processo de impeachment de Júlio Barbosa, acusando-o de ter aumentado os salários dos cargos comissionados sem autorização do legislativo.

¹⁵² Parte do *staff* da administração petista na prefeitura de Rio Branco compôs o secretariado municipal de Júlio Barbosa em seu primeiro mandato.

o papel muito importante da televisão, que introduziu algo extraordinário, pois as pessoas que só eram conhecidas pelas reuniões eleitorais nos pátios das escolas não têm mais nada a ver com esses subministros que, suficientemente poderosos em seus partidos para aparecerem na televisão, têm seus rostos conhecidos por todo mundo. O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido (BOURDIEU, 2011, p.204)

Neste momento os seringueiros e sua articulação encontravam-se relativamente modificados e um tanto fragmentados, o que ao nosso ver decorre deste determinante processo de abertura política e possibilidade de concorrer ao comando do executivo municipal, com a extinção das restrições às eleições municipais em 1984. A base do PT nestes municípios era o sindicalismo rural e, dadas as possibilidades de eleição, o PT dos municípios passou a uma disputa eleitoral aberta, adaptando-se ao que é próprio das táticas eleitorais.

Nossa insistência em destacar a imbricada relação dos seringueiros com o PT tem o intuito de desfazer certos extremismos a este respeito: seja quando se situam os seringueiros como centrais e prevaletentes nas diretrizes da atuação deste partido no Acre, seja quando se afirma que estes seriam meramente manipulados em torno de questões eleitorais, dominadas por interesses das classes historicamente vinculadas ao poder econômico local e internacional. Foi por esta via, em grande medida criada por eles próprios, que algumas lideranças seringueiras ocuparam cargos eletivos nas Câmaras e prefeituras da região, embora inegável que a ênfase nas disputas eleitorais ocasionou certas modificações nas perspectivas inicialmente encontradas na luta dos seringueiros.

No ano 2000, além da reeleição em Xapuri, o PT elegeu os Prefeitos dos municípios de Assis Brasil e Brasiléia, sendo os dois primeiros oriundos de comunidades de seringueiros. A partir deste período, as prefeituras destes municípios instalaram diversos fóruns colegiados com o propósito de pensar o desenvolvimento territorial do Alto Acre, como um todo. A presença de dirigentes de entidades representativas dos seringueiros sempre foi muito expressiva nestes espaços de viés deliberativo. Além da experiência no poder executivo, também através do PT, seja pela lógica da representação, através de intelectuais e técnicos (os políticos do movimento seringueiro), especialmente autorizados pela cúpula partidária, seja pela lógica da presença, os ideais seringueiros seriam defendidos através de vários cargos legislativos na esfera estadual e federal (Câmara dos Deputados e Senado).

Deve-se levar em consideração o fato de no processo de organização dos seringueiros para o enfrentamento da expropriação decorrente dos planos dos governos militares, que coincide com o período de criação do PT, os municípios desta região estarem saindo da condição de “Área de Interesse da Segurança Nacional” (de 1968 a 1984), o que implicava na

nomeação (sem eleições) do chefe do executivo municipal pelo presidente da República, por indicação dos governadores¹⁵³. Com o fim da restrição às eleições diretas municipais, os seringueiros entraram na disputa pelos cargos majoritários nas prefeituras da região, como instrumento de fortalecimento de suas reivindicações, sendo estratégico o engajamento em um partido não dominado pelas elites políticas locais.

Os primeiros anos desta nova conjuntura exigiram do reduzido quadro de vereadores do PT, mas sobretudo dos dirigentes dos STRs (praticamente todos filiados ao PT) uma ferrenha oposição às administrações das prefeituras, àquela altura nenhuma petista, através da mobilização das comunidades. Tal mobilização favoreceu a fragmentação/reconfiguração - trouxe outra configuração, pois cada STR se dedicava, antes de tudo, à jurisdição de seu município, embora uma modesta coordenação por parte da Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Acre – FETACRE. Na nossa interpretação este fato contribuiu para a fragmentação e finalmente a reconfiguração da rede de lideranças em torno da causa seringueira que existiu durante os anos 1970 e 1980, sobretudo em articulação para a resistência à expropriação ao longo da BR-317 que, indiferente a limites político-administrativo, mobilizava os STRs de Xapuri, Brasília e até Boca do Acre, já no estado do Amazonas¹⁵⁴. Com a criação da Resex CM, as lideranças do Alto Acre voltam a se realinharem em escala microrregional, ajudados pelas atividades em torno do Projeto RESEX.

Quadro 3. Desempenho do PT em Eleições 1996 a 2016 - *

	Eleição	Assis Brasil		Brasília		Capixaba		Epitaciolândia		Xapuri	
		Exec	Leg	Exec	Leg	Exec	Leg	Exec	Leg	Exec	Leg
Alto Acre	1996	NÃO	2	SEM	2	NÃO	1	NÃO	0	SIM	2
	2000	SIM	4	SIM	2	COLIG	1	NÃO	3	SIM	4
	2004	SIM	5	SIM	3	NÃO	2	COLIG	3	NÃO	4
	2008	SIM	4	SIM	4	SIM	3	COLIG	1	SIM	3
	2012	NÃO	4	NÃO	4	COLIG	3	NÃO		NÃO	4
	2016	NÃO	1	SIM	3	NÃO	1	NÃO	2	SIM	3
Baixo Acre		Acrelândia		Bujari		Plácido de Castro		Porto Acre		Senador Guiomard	
	1996	SEM	0	NÃO	0	NÃO	0	NÃO	2	SEM	1
	2000	COLIG	2	NÃO	2	COLIG	2	SEM	2	NÃO	2
	2004	NÃO	2	SIM	3	SIM	2	NÃO	2	NÃO	3
	2008	SEM	2	NÃO	3	SIM	3	SIM	1	SEM	2
	2012	NÃO	2	SIM	4	COLIG	3	NÃO	1	NÃO	1

Dados: TSE, 2018 (Organizado pelo autor).

¹⁵³ Previsão na Lei 5449, de 4 de junho de 1968.

¹⁵⁴ A historiografia registra o episódio que ficou conhecido como "mutirão contra a jagunçada", um "empate, liderado por Wilson Pinheiro, realizado na BR-317, município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas em setembro de 1979 (PAULA, 1991).

* No Quadro 3, Exec = abreviação de Executivo; Leg = abreviação de Legislativo; COLIG refere-se aos casos em o PT estava coligado ao eleito; SEM, indica que naquela eleição o PT não teve candidato.

O Quadro 3 evidencia quão forte se tornou o PT na região do Alto Acre, a partir da segunda metade da década de 1990, embora, na prática, nem todos os eleitos pelo partido sejam vinculados à luta dos seringueiros, ou nele tenham se mantido após as eleições (caso de alguns vereadores). Em todos os municípios do Alto Acre, tanto as lideranças mais vinculadas ao partido, quanto os camponeses mais afastados, reconhecem que durante o processo de barganhas e acordos que antecedem a divulgação das candidaturas, os grupos ligados aos trabalhadores rurais têm participação ativa. Independentemente dos acordos partidários empregados nas coligações que influenciaram cada mandato, em cada município, entre os moradores de áreas extrativistas é recorrente a avaliação de que há uma facilidade incomparável no diálogo com a administração local, e conseqüentemente, na resolução de suas demandas (melhoria de *ramais*, serviços de educação e saúde, etc.), quando o chefe do executivo municipal é um político do PT.

Avaliações desta natureza, que decerto indicam mais uma perspectiva de proximidade, de acessibilidade, do que a concordância com a noção do ideal de representação política do chamado *mainstream* da teoria democrática liberal, podem ajudar na compreensão de porque, mesmo sendo as eleições de 2012 as que indicam os piores desempenhos para cargos do executivo no Alto Acre, os candidatos a prefeito pelo PT em Assis Brasil e Xapuri, apesar de derrotados, tenham obtido maioria dos votos nas áreas extrativistas¹⁵⁵. Ou ainda, o fato de que apesar das conjunturas políticas nacional e estadual dominadas por políticos rivais, nas eleições municipais de 2020 o PT foi eleito para 3 das 5 prefeituras do Alto Acre: após oito anos retornará ao Executivo de Assis Brasil; e reelegeu a prefeita de Brasiléia e o prefeito de Xapuri, este último, com uma trajetória política organicamente vinculada ao movimento seringueiro, tendo chegado à região nos anos 1990, atuando como assessor na Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, fundada por Chico Mendes. Nos três casos da eleição de 2020, o desempenho dos candidatos a prefeito pelo PT nas seções de votação situadas em áreas extrativistas foi superior ao obtido no resultado geral.

¹⁵⁵ Para o que estamos chamando de “áreas extrativistas”, as estatísticas eleitorais mencionadas consideram resultados (entre 2008 e 2020), em seções de votação localizadas em comunidades da Resex Chico Mendes e PAEs Chico Mendes e Remanso, além de seções localizadas nas proximidades das comunidades que aqui consideramos, e que se sabe são seções onde muitos moradores votam. As observações se deram através de Boletins de Urnas destas seções, através do website do Tribunal Superior Eleitoral. A relação completa das seções consultadas, bem como os respectivos endereços, encontra-se como anexo XX.

Também os resultados das eleições gerais, marcadas pela distância entre candidatos aos cargos majoritários e eleitores, indicam que os moradores das Resexs deram preferência aos candidatos do PT. Em 2010, sob a gestão municipal de prefeitos petistas, cuja votação foi desfavorável à candidata do PT (a exemplo do resultado no Estado do Acre), à exceção de duas das comunidades de Assis Brasil e Xapuri, sua votação esteve acima de 60% tanto no primeiro quanto no segundo turno. Nas eleições de 2014, ocasião em que as administrações municipais de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri não estavam com o PT, o resultado foi semelhante, inferior a 50% somente em duas comunidades de Brasiléia. Nas eleições de 2018, embora derrotados, os candidatos a governador e a presidência da república pelo PT foram os mais votados nas urnas das comunidades das áreas extrativistas.

Martins (2016) afirma que na política brasileira "um dos grandes eleitores é a cultura comunitária de extensa parcela da população votante. O PT se apoderou desse comunitarismo sem entendê-lo e o interpretou como lealdade cega e obediente, coisa que não é, menos ainda em face de candidatos ricos que se passam por pobres". (MARTINS, 2016, p. 174). Deve-se, no entanto, ter em mente que no Alto Acre a cultura comunitária se estabelece justamente com a contribuição de agentes que criavam o PT. Em que pese esta realidade, opositores políticos do PT e do grupo local que representa o partido, também se deram conta desta cultura comunitária, buscando instrumentalizá-la em seu favor. Há em Xapuri, por exemplo, uma comunidade identificada como contrária ao PT, onde lideranças se candidatam por outros partidos, com expressiva votação. Trata-se da comunidade Maloca, no seringal Nova Esperança, Resex CM, onde as Colocações foram fracionadas e vendidas sem qualquer controle a comerciantes, funcionários públicos e pequenos pecuaristas, tornando-se lugar de intensos conflitos entre os moradores e o ICMBio. Quatro pessoas com interesse direto nesta área foram recebidas pelo Ministro do Meio ambiente, em 2019, com repercussão amplamente conhecida.¹⁵⁶

Destacar o posicionamento dos seringueiros nas disputas eleitorais no Alto Acre não se prende à tentativa de dar relevo a estratégias que estariam reduzidas à obtenção de votos. Este destaque serve inclusive para rebater rotulações reducionistas que classificam

¹⁵⁶ Não vamos aprofundar o estudo sobre o caso desta comunidade. Importa registrar, entretanto, que esta é uma área de concentração do desmatamento na Resex Chico Mendes. Trata-se de um problema bastante controverso na região, mas, uma das versões explicativas, afirma que a inércia da AMOPREX em relação ao problema da rápida ocupação, é de que até o início dos anos 2000, havia o entendimento, baseado em informações do IBAMA, de que aquela área não estaria dentro dos limites da Resex. Outra versão é de que houve condescendência da AMOPREX, exatamente para não causar desgastes com os moradores, devido a interesses eleitorais do PT no município.

seringueiros políticos como oportunistas ou traidores. Do ponto de vista das lideranças comunitárias, é extremamente estratégico ter à frente de uma prefeitura políticos comprometidos com a proposta das Resexs e dos seringueiros, fomentando ações para produções outras que não somente a pecuária, que, ao final, caminha para uma captura dos camponeses nas redes de compradores de gado. Conforme apontaram alguns moradores, por exemplo, a cessão regular de máquinas e caminhões para escoamento da produção agrícola, ou extrativista, traz confiança ao camponês que, dentro dos limites impostos pela legislação ambiental, dedicará parte de seu trabalho a essas atividades.

A relação de comunidades (às vezes por meio de Associações, às vezes informalmente) com a política local se fez necessária para inserir as Resex na agenda das administrações municipais. Não é desprezível o fato de que após a criação da Resex CM a única via de relação das comunidades com a esfera de governo se desse preponderantemente através do Projeto RESEX. Grupos à frente do governo estadual e prefeituras concebiam a Resex e, por conseguinte seus moradores, como não sendo algo sob suas responsabilidades. Era, grosso modo, como se fosse um Distrito Federal, que não fazia parte das obrigações dos municípios. Para a cultura política local, em grande medida alimentada pela postura assistencialista de políticos vinculados às “famílias tradicionais”, conservava-se uma ideia de que o bom prefeito é aquele que mantém regular o serviço de coleta de lixo e faz reparos nas ruas, conservando a cidade limpa e sem buracos - ainda hoje essa concepção é muito forte entre quem mora nas cidades.

No limite, pode-se dizer que a mudança de concepção quanto às necessidades de ampliação da ação do município seja uma consequência das previsões constitucionais que atribuem mais responsabilidades a esta esfera da administração pública, mas isso se dá de forma mais contundente com as prefeituras do PT na região. Júlio Barbosa, quando prefeito de Xapuri, cujo *slogan* do primeiro mandato era o emblemático “Xapuri para Todos”, não somente abriu ramais que facilitaram o acesso às comunidades da Resex CM, mas com isso buscou inserir estas comunidades na agenda da administração municipal. Essa mudança de postura, que implicou num planejamento que buscou articular ações com vistas a colocar o município como tributário e participante ativo nas discussões sobre o controverso desenvolvimento sustentável, não resultou de inclinação pessoal de Júlio Barbosa, mas antes tratou-se de algo demandado pelas comunidades, que foram geradas com o propósito mesmo de sair da invisibilidade, como já indicavam os pronunciamentos de Chico Mendes na Câmara

de Vereadores de Xapuri no final dos anos 1970. Esta postura também será levada aos demais municípios, sobretudo quando da eleição de prefeitos alinhados ao PT, que, entre outros atos, culmina com a criação de instâncias como o CONDIAC¹⁵⁷ e Território da Cidadania do Alto Acre e Capixaba.

Contudo, o quadro com resultados de eleições nos municípios e os resultados das votações nas seções localizadas nas comunidades rurais, indicando maioria para os candidatos do PT, ocultam prática “viciosas” das quais a história do partido não está livre no Alto Acre. Embora cada diretório municipal possua dinâmica própria, neste período ocorreram alianças e manobras espúrias para o acesso, ou manutenção, a cargos eletivos, contrariando princípios e valores que inspiraram a fundação e a participação nas primeiras disputas eleitorais. Neste sentido, tanto a forma como eram conduzidas e propostas as políticas dos governos estaduais do PT, que favoreciam o interesse de empresários e capitalistas em detrimento do meio ambiente e dos trabalhadores rurais; as eventuais interferências da direção estadual do PT sobre os diretórios municipais, e as contradições observadas nos processos eleitorais locais, foram elementos que contribuíram para o afastamento de algumas lideranças que possuíam grande influência nos anos 1980. Com base em informações disponibilizadas no site do Tribunal Superior Eleitoral, sobre financiamento de campanhas, citamos dois casos ocorridos nas eleições municipais de 2016, relativamente extremados, mas que ilustram essas posturas.

O primeiro relaciona-se a uma aliança com caciques da velha política, verificado no município de Brasiléia, onde o PT lançou uma candidata cuja origem familiar e práticas adotadas naquele pleito apontam para a forma patrimonialista com que historicamente fora utilizada a administração pública. Trata-se da família Hassem, cujos antepassados ocupavam posições de “mando” na sociedade do sistema de aviação. Parte dos candidatos a vereador do PT, e do bloco de sua coligação, recebeu doações financeiras de um cidadão da família da candidata a prefeita, nomeado secretário de finanças da prefeitura, em 2019, passando também a compor um colegiado vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, que influencia na determinação dos montantes de valores oriundos do ICMS repassados aos municípios. Na eleição anterior (de 2012), o mesmo cidadão havia patrocinado a candidatura e ocupado também o cargo de secretário de finanças no município de Epiaciolândia, onde seu primo

¹⁵⁷ Criado em maio de 2004, em boa medida devido ao alinhamento político dos prefeitos e governos estadual e federal (com franca hegemonia do PT), o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba – CONDIAC, congregava as prefeituras dos 5 municípios.

elegeu-se prefeito por outro partido. Ou seja, um caso típico de uso da política para alçar-se a posições estratégicas nas estruturas administrativas do poder público.

O segundo caso refere-se à aproximação do partido a fazendeiros em litígio com trabalhadores, ocorrido no município de Xapuri. Cabe registrar que no início da década de 2000, quando Júlio Barbosa era prefeito daquele município, os que dirigiam o partido localmente consideraram um acinte o pedido do vereador Daniel Dorzila, sobrinho de Darly Alves¹⁵⁸ para filiar-se ao PT. Ou seja, eles tinham plena clareza do que aquilo significava em termos simbólicos. Porém, nas eleições de 2016, a candidatura do PT à prefeitura de Xapuri, cuja candidata a vice era do PSB, recebeu doação financeira de um fazendeiro que a partir do ano de 2015 deu início a ações de reintegração de posse para a retirada de agricultores de uma área da Fazenda Soberana (que, ironicamente, é uma parte do que foi a Fazenda Bordon). As ações judiciais, que seguem em tramitação, foram extremamente polêmicas, pois surpreenderam os posseiros que habitavam o local havia décadas, alguns deles recorrendo ao STR em busca de auxílio para sua defesa judicial¹⁵⁹. Certamente estes não foram os primeiros casos de contradição. Temos consciência de que as informações declaradas à justiça eleitoral nem sempre são fidedignas, com o que não se descarta a existência de caixa dois. Mas foge a nós, neste trabalho, aprofundar esta dimensão.

Houve casos que, adotando antigas práticas eleitorais, comum entre outros partidos, líderes comunitários que, como políticos seringueiros, foram contratados pelo governo ou mesmo como assessores de parlamentares do PT (deputados e senadores), o que seguramente influencia na decisão do voto. Assim como a presença dessas pessoas pode de fato facilitar a resolução de certas demandas que atendem o conjunto da comunidade, ela também favorece relações de “clientelismo” e a geração de compromissos que são retribuídos na forma de voto. Conforme anotou Kuschnir (2007), para as pessoas envolvidas nessas práticas, antes de serem rotuladas depreciativamente, estas constituem artifícios para que certos grupos sociais tenham acesso a bens públicos a que possivelmente não teriam de outra maneira, uma vez que historicamente tais bens foram monopolizados por elites econômicas e políticas locais. Sem

¹⁵⁸ Darly Alves foi o fazendeiro que mandou matar Chico Mendes.

¹⁵⁹ De acordo com o Processo Nº 070194-42.2018.8.01.007, do Tribunal de Justiça do Acre, de setembro de 2018, o pecuarista Júlio Cezar Moraes Nantes, ingressou com ação na Comarca de Xapuri, contra quinze camponeses, moradores da área da fazenda Soberana. O STR de Xapuri articulou com o advogado Gomerindo Clovis Garcia Rodrigues para representar os trabalhadores. Segundo informações de prestação de contas das eleições de 2016, Júlio Cezar Moraes Nantes foi um dos financiadores da campanha eleitoral do candidato do PT.

desconsiderar sua proximidade ao PT, as representações dos seringueiros sobre a relação com políticos indicam ser este também o caso no Alto Acre.

Mas os compromissos estabelecidos com base nestas práticas não necessariamente passam pela concessão de um favor relacionado à administração pública, ou à obtenção de um benefício para toda a comunidade, mas, às vezes, dá-se na esfera pessoal ou familiar, como um empréstimo de dinheiro ou um bem do qual o eleitor não dispõe em caso de emergência. Palmeira (2010) aponta este tipo de relação como sendo mais determinante na formação de lealdade do voto do que relações familiares ou afiliações partidárias. Nesse sentido, há entre os seringueiros uma perspectiva de voto familiar, aquele em que se produzem autoridades nesta matéria no interior da família, de maneira que uma regra implícita faz com que nenhum membro da família se pronuncie acerca de seu voto individual, sem antes ter certeza de em quem a família votará, segundo as determinações daquele que é reconhecido como autoridade neste assunto. Historicamente esta função de autoridade é a do chefe da família, do pai, que, por sua vez, pode seguir uma referência em termos de liderança comunitária, sindical, ou do partido, ou motivado por um ato de solidariedade a ele ou a um membro da família. Mas é cada vez mais comum que esta função possa ser exercida por outro membro: por um filho que mora na cidade e pede que todos votem em quem seu chefe diz que os funcionários da empresa devem votar, por um que está estudando e tem pretensões de emprego público, por outro que teve problemas e foi ajudado etc. Nestes casos há sempre uma tensa negociação.

A interferência do diretório regional do PT nas eleições locais tem muito mais a ver com a distribuição de fundos para campanha de candidato A ou B. No geral, a decisão sobre quem passa na convenção como candidato a vereador é uma decisão do local, ficando o regional envolvido com a discussão/composição sobre o majoritário. Nesse sentido, há pessoas que são as referências para fazer a ponte, fornecer análises sobre os candidatos a vereador, influenciando que o regional destine fundos arbitrariamente. As figuras de certos articuladores políticos da FPA são veneradas, temidas, ou odiadas por seu poder de decisão. Essa é uma das críticas dos políticos seringueiros em relação ao envolvimento da direção regional do PT nas eleições municipais.

Quanto às candidaturas a vereador, são levados em conta potenciais de liderança, a mobilização e organização de certos grupos, de maneira que consiga ganhar votos para si, o que gera automaticamente a expectativa de voto para o majoritário, mesmo que se saiba que em muitos casos o esforço é centrado na própria eleição, deixando o eleitor livre para votar no

prefeito de sua preferência. Porém, quando se trata de alguém de uma família numerosa e notadamente coesa, as chances de direcionamento de votos ao candidato a prefeito aumentam, já que há a clareza de que se o vereador pertence ao mesmo partido do prefeito, as oportunidades serão maiores. É um jogo complexo de muitas possibilidades e quase sempre atravessado pelo interesse individual e a deslealdade, apesar dos discursos demagógicos de parte a parte (candidato e eleitor). A outra questão é que nem todos os que se candidatam (aliás, a maioria), são políticos, no sentido de dominarem a dinâmica do campo político, conforme explicou Bourdieu (2011).

No caso das eleições municipais (mas não só nessas), os resultados das votações nas comunidades são muito influenciados quando algum morador, ou parente das famílias mais influentes que vivem no local ou em comunidades próximas, lançam-se como candidatos. Há ainda a influência decorrente da existência de laços de proximidade do candidato com a comunidade, muitas vezes estabelecidos em circunstâncias anteriores, não raro quando o candidato estava à frente de um STR, ou associação de moradores. Esta lógica não se aplica apenas aos candidatos do PT e é cada vez mais frequente que políticos de partidos vinculados a grupos que historicamente se opunham aos seringueiros e suas causas, ou mais diretamente as lideranças seringueiras, passam a também se aproximarem das comunidades, buscando realizar favores. É relativamente comum que técnicos da extensão rural, ou outros agentes públicos que realizaram trabalhos mais constantes nas comunidades se tornem políticos.

É importante registrar que nas comunidades camponesas de seringueiros desta região, a partir da redemocratização (no caso do Alto Acre democratização), que marca a inserção efetiva de certas lideranças sindicais no *campo político*, não havia qualquer cuidado em ocultar a preferência pelo PT, por isso tratamos de uma certa unanimidade deste partido até o final dos anos 1990. Neste sentido, era comum a declaração pública do voto para mostrar sua adesão a uma *facção*, uma demonstração de posicionamento em um determinado lado da sociedade, o que implica numa relação que vai além do voto daquela eleição, conforme práticas identificadas por Palmeira (2010) em outros contextos envolvendo populações camponesas do Brasil. Havia uma rigorosa vigilância por parte dos grupos de lideranças, que eram também líderes comunitários e dirigentes partidários, no sentido de estabelecer hegemonia eleitoral nas comunidades.

Ou seja, o processo eleitoral, da definição do voto, neste caso, não se resumia a explicitação da adesão à facção no *tempo da política*, nos termos apontados por Palmeira

(2010), mas se estendia ao longo do tempo, durante a “assistência” dada por certos políticos a determinadas comunidades. Os seringueiros demonstram adotar classificações para tipos de políticos e temporalidades da política, o que rebata nas relações que estabelecem com determinados políticos. Assim como comumente se verifica em outros meios populares, é relativamente recorrente o uso de representações em formulações como: “fulano vem aqui para fazer política”, ou “fulano só aparece no tempo da política”. Na maioria dos casos estas assertivas servem para designar aquele que não é digno de voto, pois suas aparições demonstram que é uma pessoa “interesseira”. Os candidatos em que votam, porém, não são representados sob esta ótica, mas percebidos como alguém mais próximo, alguém que se pode encontrar numa “reunião comum”, numa reza, ou num culto na casa de alguém, num futebol de domingo, ou simplesmente em passeio na casa de membros da comunidade, independente de situações extraordinárias (inaugurações, torneios de futebol, churrascos etc.). Apesar de não se tratar de uma situação que caracterize a existência de um chefe político (embora às vezes líderes [ou pretensos líderes] comunitários apelem para que os camponeses votem em determinado candidato), ou sequer uma situação de voto comunitário deliberado em negociações ou decisões tomadas coletivamente (embora às vezes seja aquela a localidade de maior votação de um determinado candidato), a presença constante destes políticos nas comunidades inibia a presença de políticos de outros partidos. A influência da liderança política no tocante à decisão do voto depende de sua reputação como líder, condição muitas vezes alcançada em razão da reputação de sua família.

Enfatizo, no entanto, dois aspectos das mudanças que ocorrem a partir do ano 2000, que, de uma maneira ou outra afeta esta dinâmica de funcionamento e de tomada de decisão que favorecia a votação em políticos do PT: a “militância” petista na região passou a caracterizar-se pela forte presença de servidores públicos provisórios das administrações petistas; e com a abertura dos *ramais* e a circulação maior dos seringueiros no espaço público, foi facilitada a presença de políticos de outros partidos nas comunidades.

O Alto Acre representava 9,72% do eleitorado estadual em 2000 quando eram alistados 332.781 eleitores. Em dezembro de 2019, quando o eleitorado era de 541.787, a expressividade numérica do Alto Acre havia caído a 8,61% do eleitorado. Os dados sobre alistamento eleitoral não condizem com a população que efetivamente vive nos municípios, porém, em termos de participação, vale anotar a proporção de alistados: em 2000, os alistados correspondiam a 97,49% da população em idade de votar (contabilizando os que têm a

liberdade de votar facultativamente); em 2010, os 469.797 eleitores correspondiam a 96,72% dos habitantes em idade de votar. Importa anotar que no caso do Alto Acre, tanto em 2000, quanto em 2010, na relação moradores/eleitores, à exceção de Eptaciolândia, o número de eleitores é superior aos moradores recenseados. Este fato é muito corrente, pois domiciliado em um município, vota-se em outro, como é o caso do PAE Chico Mendes (Cachoeira), onde parte dos moradores é domiciliado em Eptaciolândia, mas é alistada eleitoralmente em Xapuri. A prática de ser domiciliado num município e votar em outro é inclusive mantida para se barganhar votos: patriarcas cujos filhos estão em outra cidade barganham localmente; troca-se o voto por passagens, sobretudo de Rio Branco para os municípios para rever a família, etc. Em Rio Branco, no ano de 2000, os alistados correspondiam a 92,96% dos moradores em idade de votar e em 2010 a 91,17%, indicando onde está domiciliado o excedente de eleitores em relação aos habitantes, no caso dos municípios¹⁶⁰.

A maioria dos seringueiros não votava nas primeiras eleições no Alto Acre. O que não significa que não fossem influenciados a se posicionarem ao lado de políticos defendidos por seus patrões, que não raro eram os próprios políticos. Na Câmara de Vereadores de Xapuri, or exemplo Euclides Brasileiro, da Arena, não vacilava ao defender os seringais, já que ele era seringalista. Também em Xapuri, alguns políticos locais ganhavam a simpatia dos seringueiros por defenderem a economia da borracha, por perceberem o desmonte avassalador que esta enfrentava com a implantação das fazendas. Ou mesmo por entoarem discursos de preocupação com o meio ambiente e com a Amazônia.

Complementarmente ao fato de seringueiros estarem de início impedidos de votar, por serem na maioria analfabetos, outros dois fatores ajudam a compreender certa fidelidade dos camponeses a políticos do PT, observada até meados dos anos 2000. O primeiro diz respeito a ausência dos seringueiros na esfera pública até a criação deste partido no início dos anos 1980. Esta ausência acarretava sua exclusão da pauta do arranjo político-administrativo, como recorrentemente apontava Chico Mendes no final dos anos 1970, em seus pronunciamentos na Câmara de Vereadores de Xapuri (GRENZER, 2013). Esta ausência era decorrente do distanciamento de políticos tradicionais, uma vez que, em sua maioria, membros de famílias vinculadas à economia da borracha (as “famílias tradicionais”) não necessitavam

¹⁶⁰ Chegamos a estes dados através do cruzamento das estatísticas dos Censos 2000 e 2010 e do TSE, referentes a outubro de 2000 e dezembro de 2010, respectivamente. Não são dados precisos, visto que um dos grupos de idades que utilizamos foi o de 15 a 19, portanto, incluindo o conjunto de pessoas com 1 ano abaixo da idade para alistamento eleitoral.

comprometer-se com demandas dos seringueiros. O segundo fator deriva do primeiro, pois a inserção destes camponeses na pauta das políticas públicas, como sujeitos de direitos, requeria o domínio de procedimentos que seriam facilitados pela mediação de terceiros, como é o caso dos processos de aposentadoria rural, que exigiam uma série de documentos e trânsito em órgãos públicos, com os quais os seringueiros não estavam habituados a lidar. Pela proximidade, devido ao trabalho no STR, na associação, ou mesmo por ser morador da comunidade, não raro esse apoio como mediador foi dado por uma liderança ligada ao PT.

O vereador de Brasília Rosildo Rodrigues, sem apontar a relação orgânica entre candidatos pelo PT e o voto das comunidades do município, faz uma análise, até certo ponto pessimista, com base nos resultados das eleições de 2018, segundo a votação em seções situadas em comunidades rurais:

Nós aqui em Brasília, nós tivemos, na área de reserva mesmo aqui... nós temos aqui, no [Km] 59 nós temos duas [urnas]; nós temos duas [urnas] no [Km] 52; temos duas [urnas] no [Km] 84; temos uma [urna] no [Km] 67; temos uma acho que é no... temos duas [urnas] aqui no [Km] 19; temos aqui no [Km] 26, aqui são três [urnas], aqui no 26; Acho que é só! A [urna] do 84 veio para o [Km] 69. Nós só perdemos aqui... no 69 nós tivemos empate ali, mas nas demais tudo é 80%! Tudo é 80% foi voto para a gente. É porque o trabalhador identificava ali o seu potencial com as coisas que ele recebeu. Estamos fazendo muito essa avaliação. E aí ele valorizou muito, porque antes ele não tinha o ramal, agora ele tem, antes ele não tinha filho estudando, hoje ele tem o filho estudando, antes ele não tinha. Então ele se achou dentro desse processo como um beneficiário e através daquilo ali, dá como voto para continuidade. Então tem muito isso ainda. Agora tem mais pouco. (Rosildo Rodrigues – Entrevista a João Maciel em janeiro de 2020).

Por um lado, a prática dos dirigentes partidários conduziu ao estreitamento dos laços entre eleitor e determinados políticos, através de discursos que buscam uma personificação das conquistas (terra, *ramal*, aposentadoria, escolas e etc.), ao associarem determinadas pessoas às lutas históricas dos seringueiros, percebe-se claramente uma narrativa sobre uma história heroica (SAHLINS, 2011)¹⁶¹ entre os seringueiros. É possível que estas práticas produzam efeitos do tipo gratidão. Por outro lado, há indícios de que as gerações atuais (netos dos que se mobilizaram nos anos 1970 e 1980) enxerguem os direitos à cidadania de maneira naturalizada, como obrigação dos governos para com as pessoas.

¹⁶¹ Sem dúvida o mais evidente indicativo da presença da ideia de história heroica entre os seringueiros dá-se a partir das narrativas em torno da atuação de Chico Mendes no processo de criação das Resex. Contudo, é possível também percebê-la em eventos mais localizados, em nível municipal e comunitário, através da exaltação de nomes de outras lideranças que participaram ativamente do processo. Aliada à narrativa que denota uma história heroica, estabelece-se também uma tendência a respaldarem-se descendentes e parentes de certas lideranças do período, para legitimar disputas na direção de sindicatos, associações, ou candidaturas a cargos eletivos, conformando certas linhagens para ocuparem cargos dirigentes. A ideia de história heroica será retomada em nossa argumentação no capítulo seguinte desta tese.

Em todo caso os municípios em si, as administrações municipais, vereadores etc, incidiram minimamente em questões de apoio ao extrativismo ou iniciativas dessa natureza. O que talvez vá nessa direção, além da lei específica de subsídios ao extrativismo da borracha do município de Assis Brasil (criada durante gestões petistas), é a manutenção de feiras livres periódicas, que ajudam aquelas famílias situadas próximas aos ramais das linhas de caminhões de transporte da produção. De maneira geral, os prefeitos foram cobrados a seguir na promoção do agronegócio. Todavia, os mandatos de políticos do PT vinculados ao campo inseriram o comunitarismo como elemento novo nas administrações municipais, como instância legítima de reivindicação e viabilização de direitos, recaindo sobre a própria forma de funcionamento dos governos municipais.

Mas, no geral, os moradores dessas áreas demonstram certa desconfiança de políticos, julgando-os como não cumpridores de promessas que muitas vezes são criadas por eles próprios. Ou seja, no “*tempo da política*” (período de campanha eleitoral) o político aparece, faz uma, ou várias, promessas, que nem são reivindicações da comunidade e depois não cumpre. Quanto a este comportamento, Palmeira (2010) observou que certas obrigações de retribuição de voto, às vezes, são geradas durante o período de campanha eleitoral. É prática comum que candidatos promovam torneios de futebol, doando uniformes, bolas e troféus aos times. Os políticos também têm a fama de só quererem se dar bem.

Na relação entre partido e STRs, estabeleceu-se uma complexa dinâmica (envolvendo vários agentes: de ONGs, a líderes carismáticos) na escolha dos dirigentes, que tanto leva em conta lealdades e comprometimento com o “projeto de poder da Frente Popular” em nível estadual, mas também as ambições de ocupar espaços públicos locais, sejam os cargos eletivos municipais (legislativo e executivo), ou a direção de órgãos estaduais. Isto implica um envolvimento direto de estrategistas eleitorais do PT nas disputas pelas diretorias sindicais e das associações de moradores das reservas extrativistas, muitas vezes com financiamento por parte do governo estadual ou de políticos com mandato (senadores, deputados, vereadores).

Mesmo que a tática de envolvimento de políticos nas eleições sindicais e das associações tenha sido adotada por outros partidos, da parte do PT ela se mostra claramente desgastada e abertamente criticada pelos camponeses, que a entendem como sendo intervenções arbitrárias de dirigentes do partido, com a finalidade exclusiva de manutenção de poder. O esgotamento de uma prática eleitoreira que incluía a tutela partidária às entidades dos

camponeses deve-se às próprias mudanças ocorridas ao longo deste período. Não depende somente de uma suposta conscientização por parte dos seringueiros, mas também à avaliação de que uma aproximação mais estreita com os seringueiros traz danos ao próprio partido.

Por exemplo, embora o suposto compromisso com a conservação ambiental, mote publicitário dos primeiros governos da FPA, tenha permitido a captação de recursos junto a bancos da cooperação internacional, operou-se um gradativo ocultamento do componente ambiental nos discursos durante as campanhas eleitorais por parte dos candidatos do PT (sobretudo a partir de 2014). Esta mudança se deve ao fato de a noção de Florestania estar associada ao que popularmente se considera maior rigor da legislação ambiental, portanto não agradando uma parcela significativa de eleitores. Aliás, embora não seja prática exclusiva de políticos do PT, as normas ambientais acabaram se transformando em moeda de troca nos processos eleitorais do Alto Acre. Os camponeses constantemente relatam, em tom irônico, que nos anos de eleição o Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC não aparece nas áreas e que poderiam desmatar à vontade. Esta afirmativa coincide com os dados do INPE.

Por outro lado, aqueles que outrora foram declaradamente inimigos mortais dos seringueiros também não pararam um só instante com sua movimentação política na região do Alto Acre, lançando candidatos a prefeitos e às câmaras de vereadores. Na maior parte do período aqui considerado, prevaleceu uma correspondência entre legendas e programas dos partidos, segundo a origem dos políticos, quando referidos aos do PT e àqueles classificados como conservadores (DEM, PSDB, PP e MDB). Assim, também os dissidentes do PT se filiaram a partidos de esquerda, sobretudo aqueles que até hoje mantêm-se na FPA. Por mais que eventualmente convidassem e acolhessem um político seringueiro (fato pouco recorrente) os partidos conservadores são controlados por pessoas cujas práticas, trajetórias e visão de mundo se colocam em oposição às dos seringueiros, embora não tenham sido raros os casos em que políticos de famílias e trajetórias conservadoras tenham-se filiado ao PT, mantendo-se por breves períodos.

Da parte de militantes de primeira hora as relações conflituosas, desencadeando críticas internas ou mesmo as dissidências, nos casos mais extremos, ou o distanciamento em casos mais leves de discordância, deram-se tanto por questões de vaidades pessoais, quanto por questões éticas. As discordâncias, que afloraram principalmente a partir dos governos estaduais do PT, manifestaram-se em atitudes que variaram desde o embate franco em reuniões do partido, dos que afastaram-se mas mantiveram-se filiados e com uma crítica

discreta na esfera pública; passando por aqueles que desligaram-se do partido e da política em geral mantendo uma crítica moderada; até aqueles que migraram do partido, tecendo duras e abertas críticas. Não faltam exemplos que se encaixem em cada um desses perfis.

Em relação a alterações na dinâmica política em escala municipal, tomemos três casos que ilustram as mudanças ocorridas no envolvimento de moradores destas áreas em eleições municipais a partir da segunda metade da década de 2000.

O primeiro é a eleição a vereador do município de Capixaba, em 2008, de Armando D'aines de Freitas, que se apresentava como “Armando do PSDB”. Morador do PAE Remanso, “Seu Armando”, como era conhecido pelos moradores, projetou-se politicamente por declarar oposição ao projeto de incentivo ao Manejo Florestal, que, coordenado pelo CTA, em parceria com o governo estadual, era executado pela Associação de Moradores do PAE Remanso - AMARCA. Tendo ingressado no PAE a partir da compra de uma fração de Colocação, no final dos anos 1990, Armando, que era paulista e evangélico, declarava ser contra a manutenção dos moradores do PAE na condição de extrativistas e, na Associação AMARCA, protagonizou tensos embates com moradores do PAE participantes do manejo madeireiro, com políticos e autoridades vinculadas aos governos do PT e com técnicos e dirigentes de ONGs. Armando faleceu durante o mandato, e na eleição de 2012 sua esposa candidatou-se, pelo mesmo partido, apresentando-se como “Maria do Armando”, obtendo votação que a levou à suplência de uma vaga na Câmara de Vereadores de Capixaba.

Outro caso é o de Ivanaldo da Costa Rufino que, em 2012, elegeu-se vereador do município de Brasília pelo Partido Republicano Progressista – PRP, numa coligação que se opunha ao grupo do candidato do PT à sucessão da prefeita, que concluíra seu segundo mandato. Natural e morador da comunidade da Aurora, no PAE Santa Quitéria, “Naldo” partilhava com Armando, supramencionado, somente o fato de ter também uma postura crítica em relação às políticas dos governos estaduais para as áreas de PAEs. Devido a este posicionamento, Naldo se colocava de maneira igualmente crítica quanto à atuação do STR de Brasília e da Associação AMPAESQ, interlocutora dos moradores do PAE com o INCRA. Durante o mandato de vereador, Naldo foi envolvido em denúncias de corrupção e outros crimes cometidos pelo prefeito eleito, do MDB, e não se candidatou a reeleição.

O terceiro caso é o de Eliomar Soares, eleito vereador de Xapuri na eleição de 2012, pelo PT. Conhecido como “Galego”, Eliomar é nascido e criado na cidade de Xapuri e havia se filiado ao PT no final dos anos 1990, elegendando-se vereador nas eleições de 2000 e 2004,

com maioria da votação obtida junto ao eleitorado cidadão. Aliás, a popularidade junto ao eleitorado da cidade conferiu a Galego uma posição central na articulação política do PT no município durante vários anos. Por volta de 2010, por ocasião de um contrato provisório de professor da rede estadual, o político passou a morar na região do PAE Chico Mendes (Cachoeira) e a figurar no quadro de lideranças comunitárias, isto culminando com sua eleição em 2012, na qual obteve 65,75% dos 146 (do total de 279) votos atribuídos a vereadores do PT na seção de votação localizada na comunidade. Galego foi o vereador mais votado da coligação da qual fazia parte o PT naquelas eleições, voltou a morar na cidade e, em 2019, sem mandato, criticou as administrações estaduais petistas e flertou com os novos governantes.

Nos três casos, não podemos afirmar que os resultados das eleições deram-se exclusivamente em razão dos votos dos moradores das respectivas áreas nas quais moravam os candidatos mencionados. Cada caso obedece a embates de forças mais amplas e específicas do processo eleitoral em cada município. Mas, seguramente, a participação destes candidatos no pleito eleitoral e no próprio campo político guarda total dependência das relações que estabeleceram nas comunidades correspondentes. Os dois primeiros casos, em que pesem as diferenças de trajetórias dos dois candidatos, retratam situações em que os políticos, moradores das comunidades, vinculando-se a outros partidos, colocam-se em oposição ao discurso destinado a imprimir uma visão que representa a emergência e hegemonia do PT no Acre. O terceiro caso retrata a nova posição ocupada pelos seringueiros no espaço social da região, sobretudo no que se refere ao campo político, em que um agente de tal campo, passando-se por comunitário, aproveita o potencial eleitoral que este grupo representa na atualidade.

Nos dois primeiros casos a postura crítica dos candidatos os projeta como alternativas às insatisfações geradas pelas medidas dos governos do bloco no poder. No terceiro caso é justamente uma maior adesão ao projeto do PT que contribui para a eleição do candidato a vereador (embora não reeleito, o candidato do PT obteve 65,95% dos votos da seção ao cargo de prefeito). Independentemente da efetiva contribuição do voto dos moradores destas áreas na eleição de cada um, não se pode ignorar que entre os camponeses do São Luis do Remanso e da Aurora (Santa Quitéria), o Cachoeira é representado como comunidade privilegiada no contexto das políticas públicas, para onde, segundo eles, direcionavam-se desproporcionalmente os investimentos. Para além da *fides implícita* (BOURDIEU, 2019),

que seguramente influenciou a decisão dos votos dos eleitores, em Cachoeira, conhecida pelos moradores de outras áreas através das frequentes visitas técnicas promocionais do Manejo Madeireiro, estabeleceu-se um dos polos de sustentação do discurso dos governos do PT, fosse por investimentos em infraestrutura, fosse pelo engajamento (às vezes remunerado) de algumas lideranças vinculadas ao partido, atuando interna e externamente.

Nos três casos há um misto de tipos de votos observados por Kuschinir (2000). A autora identifica três tipos de votação: votos concentrados num bairro ou região (candidatos como representantes de uma localidade), votos espalhados (candidatos como representantes de uma categoria profissional, étnica ou religiosa) e o voto ideológico (candidato como representante de certos valores morais). Segundo a autora, o voto inscreve-se num circuito de trocas entre candidatos e eleitores; desse modo as “estratégias comunitárias/assistencialistas e ideológico-política”, expressas nos tipos de votação, “refletem tipos de trocas distintas”.

Nas eleições de 2020 se aprofundou a tendência dos políticos seringueiros se vincularem a outros partidos para lançarem suas candidaturas. A vice-presidente da AMOPREB e o ex-presidente da AMPAESQ, associações dos moradores da Reserva Chico Mendes e do PAE Santa Quitéria, respectivamente, no município de Brasiléia, candidataram-se ao cargo de vereador por outros partidos da coligação que reelegeu a candidata do PT à prefeitura. Em Xapuri, uma liderança do PAE Chico Mendes, primo de Chico Mendes, com trajetória extensa em associações e cooperativas e nos governos da Frente Popular, candidatou-se pelo PSB, levando a esmagadora maioria dos votos das seções eleitorais situadas naquela comunidade.

Os moradores do Alto Acre identificam facilmente os sujeitos que representam uma nova elite agrária local. Famílias que, paradoxalmente, consolidaram-se enquanto proprietárias de terra, vinculados ao comércio, detentores de grandes rebanhos bovinos, justamente no mesmo período em que os seringueiros desenvolvem suas estratégias de manterem-se nas áreas de reservas extrativistas. Tanto em Xapuri, como em Brasiléia, por exemplo, é sintomático que membros destas famílias possuam áreas de terras nas imediações das Resexs, indicando que se não é pela demarcação destes territórios, muito provavelmente seus domínios apresentariam a contiguidade típica do latifúndio. Direta ou indiretamente esses sujeitos se lançam a cargos eletivos e também é constante a representação de seus interesses nas instituições municipais.

A democracia liberal representativa, delegada, na experiência dos seringueiros do Alto Acre, matizou-se e caminhou de maneira tensa entre a representação e a manutenção de estruturas políticas coletivas, baseadas no costume, em laços de parentesco e lógicas produtivas não totalmente mercantilizadas.

CAPÍTULO 4 – “NO MATO E NA RUA”: COMUNITARISMO E FAMÍLIA APÓS A CRIAÇÃO DAS RESEXES

As primeiras visitas à casa de Maria das Dores começam quando o sol nem bem nasceu. O que não chega a ser um incômodo para ela, que por volta das cinco da manhã já está com o café no fogão (a gás). Naquela manhã dum sexta-feira de junho, primeiro veio uma filha, que tem a casa a cerca de 200 metros da sua, na Colocação chamada “Estrangeiro”. Chegou perguntando sobre a saúde da mãe, pois se preocupam ainda mais quando o filho mais novo, que mora com Maria, está viajando, o que é relativamente recorrente, já que como Técnico Florestal (cursado na Escola da Floresta), o jovem frequentemente se desloca a serviço de empresas que trabalham com manejo florestal na Amazônia. Naquela data (junho de 2018), ele estava trabalhando na região de Madre de Dios, no Peru.

Cerca de meia hora depois, Maria tem uma visita rápida do genro (casado com a filha mais velha, que é professora), que também tem sua casa a poucos metros da casa da sogra. Além de se informar sobre sua saúde, o genro busca confirmar se alguém saberia se naquela manhã haveria o transporte para os alunos da escola. Pouco depois, chega um vizinho em busca de usar o telefone rural que Maria tem instalado em casa. O homem precisa telefonar para a esposa que se encontra em Rio Branco, para reiterar o lembrete de que ela deve trazer uma peça de sua motocicleta, pois ele já estaria cansado das caminhadas pelos ramais.

Aproxima-se das sete horas da manhã, Maria serviu banana frita com café e leite em pó e todos que estão por ali tomam um gole de café, comem um pedaço de banana. As conversas são diversificadas e o ruído de vozes dá a impressão de haver ainda mais pessoas, em razão do televisor manter-se ligado desde o início do telejornal matinal transmitido pela rede Globo, no horário de Brasília, já que a sintonia se dá através de antena parabólica.

Algumas pessoas que seguem caminho, numa caminhonete do governo do estado do Acre, confirmam que o transporte escolar está a caminho, mas que será necessário levar as crianças ao encontro, num determinado ponto do ramal. Esta informação reorienta algumas pessoas, e a neta de Maria das Dores, próxima de completar 18 anos, e comenta seus planos para o ENEM (pretende cursar pedagogia e futuramente ser professora, a exemplo da tia), rapidamente lança mão da motocicleta de seu tio e começa a transportar as crianças para o ponto indicado. A jovem dirige a moto de 150 cilindradas, transportando três crianças em meio às estreitas trilhas no pasto de capim braquiária, ainda molhado pelo orvalho, enquanto alguns que se encontram na pequena varanda da casa de Maria das Dores elogiam sua

habilidade. O ponto a que se dirige fica a cerca de 1 km, pouco depois da casa do filho mais velho de Maria das Dores.

Cerca de meia hora após terem passado, os ocupantes do carro do governo retornam e também encostam na casa de Maria das Dores para tomar o café. Haviam se dirigido a uma Colocação ali próxima, para transportar um lote de castanha do Brasil que foi vendida por um seringueiro à COOPERACRE.

Guardadas as peculiaridades do lugar e das pessoas, muitos dos elementos constantes nesta breve descrição estão presentes na atualidade das dezenas de comunidades de seringueiros da região do Alto Acre: realidade inimaginável há 50 anos. A paisagem; as várias casas numa mesma Colocação; o filho relativamente escolarizado que passa uma temporada trabalhando fora; as motocicletas; o transporte escolar; a expectativa da jovem em relação ao ENEM; a TV; o telefone; o carro do governo a serviço da cooperativa de comercialização de produtos extrativos, etc. Na base desta realidade está um processo de mobilização, resistência e luta pela terra, que culminou com a criação das Resexs. São mudanças que decorrem diretamente da mobilização e articulações comunitárias, na maioria dos casos, via associativismo formal, com agentes situados nos inúmeros campos que constituem o estado e o mercado. Tal articulação se deu com a mediação dos sindicatos, como outrora, mas se intensificou, no período aqui considerado, a participação de técnicos do governo e de ONGs, e militantes e dirigentes de partidos políticos, notadamente, do PT.

Foi a partir de uma dinâmica intensa de reuniões periódicas (com representantes de sindicatos; com técnicos de ONGs; com políticos seringueiros e outros), ou de ações mais ordenadas, como na iniciativa dos Plano de Desenvolvimento Comunitários – PDCs, ou ainda através da participação em projetos executados por ONG's de clivagem socioambientalista, que as comunidades se consolidaram como organismos centrais na dinâmica política do campesinato do Alto Acre durante o início deste século. E é agora a comunidade um elemento central na organização das ideias e ações dos seringueiros, portanto, um elemento que, intrinsecamente dinâmico, ajustou-se e incorporou-se à cultura seringueira no início do século XXI. Tal qual a noção de desenvolvimento sustentável, a comunidade (não necessariamente adjetivada tradicional) é um elemento vivido no cotidiano dos seringueiros, diferenciando-se daquele, porque sua influência tem maior alcance quanto às distinções de gênero, geração, ocupações, etc.

Neste capítulo daremos continuidade à apresentação de elementos que indicam mudanças socioculturais na região do Alto Acre, aprofundando, desta feita, aspectos da organização “interna” do campesinato, com ênfase nas comunidades e na configuração da casa. Isto desdobra-se à dimensão externa, no sentido de buscar destacar como a dinâmica da organização intracomunitária repercute e ao mesmo tempo reflete fatos da dinâmica externa – deste intuito deriva a utilização das categorias “no mato” e “na rua”, que para grande parte dos seringueiros daquela região significa indicação geográfica de Resex e cidade, respectivamente. Nos capítulos anteriores, realçamos as linhas de forças “externas” e em que direção estas alteram suas configurações, bem como de que maneira os seringueiros ressignificam estas forças em suas práticas, pois não há uma ordem estática de organização ou de posicionamentos. Entre as mudanças já apontadas denota-se que a organização dos seringueiros os alçou à condição de agentes em vários campos do espaço social do Alto Acre. Ou seja, os seringueiros não figuraram como meros receptores, ou somente se ajustaram às mudanças, mas foram agentes da mudança no plano não somente local.

A partir de 2019, há de se reconhecer, com a saída dos governos do PT (estadual e federal), houve um refluxo da relevância das comunidades enquanto *locus* e instrumento de interlocução com o Estado na mobilização por busca de direitos. Antes de indicar um esgotamento deste comunitarismo seringueiro, o refluxo é um sintoma claro da mudança política ocorrida em escala nacional e estadual, cujos grupos nos governos declaram-se contrários a inúmeros valores que perpassam e mantiveram vivos o comunitarismo seringueiro. Especialmente no caso do Acre, o grupo à frente do governo em grande medida constitui-se de políticos que nunca esconderam sua reprovação à proposta de Resexs. Camponeses relatam que a frequência de reuniões arrefeceu e tem levado preocupação a muitos. Resta aguardar como os camponeses reagirão frente a esta nova conjuntura.

Ao longo deste trabalho apontamos alguns eventos que marcam o conjunto de mudanças no Alto Acre: a criação das Resexs, a eleição de políticos do PT em todas as esferas, isoladamente, mas, sobretudo quando se deu simultaneamente e o PT se fez hegemônico em todas as esferas da administração pública, pois a partir destes acontecimentos há o que se chama de atualização da conjuntura. Esta atualização repercute simbolicamente para quem tem proximidade, quem é afetado pelo evento, o que, de alguma maneira será refletido nas práticas. As práticas dos seringueiros, no tocante à produção, neste período, são marcadas pela sua ideologia e transformadas com a liberdade que adquiriram com as Resexs,

ao mesmo tempo em que confirmadas pelas determinações decorrentes do poder dos fazendeiros, do capital da pecuária de corte para exportação. De alguma maneira, também suas práticas são influenciadas pela conquista de direitos e investimentos públicos conseguidos pelas comunidades (isso também prática que reflete seu sistema de significados, embora condicionados a possibilidades desta esfera, que é burocrática seguindo um ordenamento jurídico fundado em disputas) e influenciadas também pela legislação ambientalista, que tem a ver com outras forças capitalistas, sobretudo externas.

Conforme é sabido, em âmbito estatal, no que se refere ao conjunto das políticas públicas afeitas ao tema, as Resexs pressupõem a existências de humanos em comunidades tradicionais. Não intencionamos aprofundar o debate acerca deste conceito. Contudo, é indispensável alguns apontamentos.

A “tradição”, na representação corrente em vários campos, ora invocada com romantismo, ora com desprezo, inclusive no campo acadêmico, sugere a ideia de manutenção/conservação de práticas e valores que remetem a tempos passados. É uma das dicotomias que orientam boa parte dos estudos das ciências sociais: tradição e modernidade, esta última como uma síntese de valores, conduta pessoal e relações sociais da sociedade capitalista, que contrastam e suplantariam os valores da tradição. Numa região de expansão da fronteira capitalista, certamente esta perspectiva supõe o deslocamento de relações de produção antigas por relações capitalistas. Ora, no caso dos seringueiros, e de outros grupos étnicos, imaginar a conservação das relações sociais de tempos passados teria sido lutar para manterem-se dominados!

Acreditamos ser oportuno considerar as observações de Montero (2012b) sobre a decisão de criar Resex nos marcos de uma política ambiental, devido à relativa simplificação naquele contexto, comparado com as limitações enfrentadas no âmbito do debate sobre a questão agrária:

A questão ambiental, formulada em termos de “desenvolvimento sustentável”, foi a estratégia discursiva que conseguiu legitimar o reconhecimento das diferenças étnicas no plano dos direitos. Esta articulação foi possível porque suas resultantes não ameaçavam dois dos princípios históricos fundamentais da soberania do Estado nacional brasileiro: a preservação da integridade territorial e a subordinação política das comunidades étnicas ao poder estatal. Assim, apesar do abandono do modelo ético da mestiçagem, a matriz da integração nacional em termos de território e aparato estatal foi, e continua sendo, a nosso ver, uma condição *sine qua non* e um limite claro no processo brasileiro de reconhecimento e acomodação dos pleitos de respeito às diferenças.

Entretanto, se as causas ambientais articularam com sucesso a proteção de direitos culturais à manutenção da soberania nacional via conquistas territoriais, isto não se

deu exatamente porque havia “culturas em perigo”, como sugere Taylor. Pelo menos nos casos aqui mencionados, como o das “populações tradicionais” ou dos “quilombolas”, esse “perigo” dizia mais respeito a questões de desigualdades econômicas e igualdade de oportunidades do que de tradições a serem preservadas, já que estas não estavam presentes de antemão. Elas teriam como funcionalidade primeira criar instrumentos alternativos para que parte da população pudesse acessar o Estado.

Ainda assim, nos parece que a euforia bem intencionada de muitas das agências de mediação que usam estrategicamente a produção das diferenças para a conquista de direitos e correção das desigualdades deveria ser matizada pela percepção de duas dificuldades principais: de um lado, os grupos assim adstritos nem sempre estão interessados em comportar-se e apresentar-se segundo o figurino identitário que os constituiu; de outro, nos processos de reconhecimento dos pertencimentos o direito desempenha, como vimos, um papel fundamental na criação e na reificação das identidades étnicas. Deste modo, não se pode esquecer que, como bem observa Sérgio Costa (2006: 29), a construção de identidades coletivas acaba sempre levando a algum tipo de essencialização e, por via de consequência, engendrando novos mecanismos de exclusão (MONTERO, 2012b, 94-95).

Neste sentido, o tradicional de nova perspectiva (de comunidade tradicional), para os seringueiros, foi ocorrendo na medida em que rompia com a manutenção de laços de dependência a um chefe econômico, fundiário e político, sem, no entanto, instituir relações predominantemente capitalistas. Conforme salientaram Cunha e Almeida (2017), estas populações constituíram uma vanguarda da modernidade quando propuseram Resexs e, de certa forma, deram um passo além de certos valores e perspectivas tidas como próprias da modernidade. Isto pode ser confirmado pela introdução (mesmo que informal) das comunidades no ordenamento administrativo das prefeituras, por exemplo.

No limite, as comunidades representam formas extraparlamentares de atuação política ligeiramente diferenciadas de movimentos sociais, que se colocam no âmbito da sociedade civil e se configuraram no Brasil pela assunção de uma forma preenchida por ONGs, mediando a relação de comunidades/cidadãos e o estado. Certamente atravessadas por tensões internas e enfrentando grupos antagônicos externamente, alcançam os governos e os forçam a investir naquilo que eles levantam como demandas e reivindicações, como ramais, escolas etc. Neste caso, esta situação foi favorecida pela relação de proximidade com os grupos à frente dos governos. Deve-se reiterar a lembrança de que a relação com o estado, no caso dos seringueiros, representa rompimento com uma dominação histórica de caráter pessoal.

Tratando-se de processos de criação de Resexs, a comunidade desde cedo é uma espécie de escudo contra ameaças à vida. Toda reserva extrativista guarda uma história particular de risco de morte, de medo e de coragem, de enfrentamento a grupos poderosos. Em muitos casos o desfecho foi trágico, mas aqueles que foram assassinados se converteram em energia para a coesão dos que ficaram. Esta conversão quase sempre requer um trabalho

de mobilização de inspiração martiriológica ou hagiográfica. Neste sentido, no Brasil, a comunidade será escudo não só no caso de Resexs, mas também de toda forma de afrontar os interesses de grupos latifundiários ou a eles associados. No caso aqui analisado, a comunidade, enquanto organismo dinâmico de agenciamentos, tornou-se neste início de século, o elemento que distingue mais expressivamente a especificidade dos seringueiros enquanto grupo sociocultural.

Em perspectivas de agentes do campo acadêmico, ou dos governos, é recorrente procurar destacar, em comunidades de Resexs, exemplos de iniciativas comunitárias voltadas à produção, geração de renda, ou de uma divisão do trabalho numa iniciativa de produção e distribuição de mercadorias, sobretudo as que se classificam como inovações alinhadas ao desenvolvimento sustentável, como o uso de novas tecnologias, industrialização ou comercialização coletiva da produção em cooperativas etc. Neste capítulo, entretanto, buscamos destacar a dimensão comunitária, do comunitarismo, no que ele explicita de questões políticas internas (intracomunitária) e externas (da comunidade com outras comunidades e outros agentes de diferentes campos), além de seu poder simbólico, que se constitui em *habitus* das antigas e novas gerações.

A comunidade no âmbito das Resexs, embora não livre de conflitos internos, é representada pelos seringueiros como uma esfera social composta pela vizinhança, de parentes e conhecidos, na qual apesar das diferenças de níveis de afinidades e alianças, não há alguém melhor ou mais poderoso, alguém a quem seria inútil se opor, pois este poderoso manipularia as instituições a seu favor, ou usaria violência física, como ocorria na relação com patrões, fazendeiros e membros da “aristocracia” local. Seringueiros classificam as diferenças sociais em termos da posição em relação ao conjunto da sociedade, como trabalhadores, e aos direitos comuns atribuídos na esfera do Estado, o que se traduz na noção de “igual a nós”. Há, no entanto, aqueles percebidos como influentes, ou notáveis, mas que todos pressupõem não se tratar de alguém dotado de superioridade absoluta, que possa ser aplicada a todo e qualquer ponto de divergência. Neste sentido, são especialmente notáveis lideranças que conduziram mais diretamente instituições como o STR, o CNS ou o PT, os “políticos seringueiros” a que nos referimos anteriormente, e que comumente são classificados pelos moradores das comunidades, como “o pessoal do movimento”.

A comunidade é, portanto, um ambiente vivenciado como de igualdade em termos de condições econômicas e de demanda por direitos. Sobre as diferenciações entre seringueiros, não há alguém percebido como imbuído de poder sobre os demais, como se houvesse uma regra de obediência. Há, por motivos variados, adesões a certas lideranças, mas não propriamente obediência. No passado, a figura do monitor da CEB, ou do delegado sindical (sobretudo este), tinham poder em termos de convencer para a tomada de decisões, muito pelo que estava envolvido, que era a questão unânime da busca do direito a terra. O presidente de uma associação, nos anos que se seguiram, já não terá o mesmo patamar de influência e mais tarde passa a ser visto mesmo como aquele que deve se esforçar para viabilizar que certas políticas públicas cheguem à comunidade, principalmente entre aqueles em dia com sua contribuição (mensalidade/anuidade).

Discutir a comunidade é falar do lugar da participação política direta, diferentemente do que discutimos no capítulo anterior, da participação política mediada pelo partido, ou por uma entidade representativa de classe. Neste aspecto reiteramos que os seringueiros do Alto Acre, com a eleição de vereadores e Prefeitos, foram relativamente bem sucedidos quanto a seu reposicionamento no espaço social e no campo político mais especificamente. O comunitarismo, porém, fez-se inserir nas estruturas governamentais, não por mérito das administrações petistas, embora classificadas pelos seringueiros como mais democráticas que outras, mas como um indicativo de vitalidade deste campesinato enquanto sujeito coletivo. Basta dizer que a ideia de orçamento participativo foi abandonada pelos prefeitos do PT na região e que a maioria dos moradores das cidades não participaram tanto quanto os camponeses participaram das administrações petistas.

Com base no debate sobre a ideologia realizado por Bourdieu e Boltanski, discutido por Susen (2017), em última análise, entendemos o comunitarismo seringueiro como um quadro ideológico, com função vinculativa e integrativa que ordena as práticas dos seringueiros do Alto Acre em relação à política e à sociedade regional de maneira geral, fortalecendo a coesão, a partir da valorização de um senso de solidariedade. Este quadro, notadamente dotado de elasticidade e adaptabilidade, se construiu-se a partir das diversas influências, muitas delas divergentes e contraditórias, num complexo processo envolvendo múltiplos agentes na formulação de uma narrativa que pressupunha uma hegemonia dos seringueiros (trabalhadores rurais, desenvolvimento sustentável, populações tradicionais, povos da floresta, Florestania e etc.), conforme discutimos no capítulo anterior. Ao longo

destes anos, essa ideologia jamais prescindiu da “organização comunitária” (contraponto ao individualismo), embora esta categoria tenha assumido diferentes sentidos aos envolvidos.

No decorrer do tempo, além de se desprender da vertente mais cristã (católica) e se aproximar da noção de política pública, da lógica predominante no campo burocrático, portanto, do Estado, o comunitarismo se torna cada vez mais parte constituinte da identidade desses moradores¹⁶². Ou seja, o aspecto comunitarista que buscamos evidenciar difere relativamente daquele que remete à cooperação produtiva, de troca de trabalho, de partilha de bens etc., mas trata-se de concebê-lo como instrumento deliberadamente político. Sem negligenciar que a comunidade é pré-existente, mas que a igreja e o sindicalismo contribuem para a projeção desta na esfera pública a partir dos anos 1970, o que fora intensificado pela participação durante os governos do PT, sustentamos, em última análise, que, neste caso, para além da fórmula clássica terra, trabalho e família, os seringueiros em Resexs, conformaram uma articulação, terra, trabalho, família e comunidade.

Trata-se, no limite, do que Woortman (*apud* ALMEIDA, 1986) observou na forma cooperativa com que os camponeses reagiram a ameaças de desintegração pelo processo de expansão capitalista, contudo, neste caso, novamente no aspecto político, pois o cooperativismo dos seringueiros, já no final dos anos 1980, embora com finalidades econômicas, era político, pois visava permitir que permanecessem no campo em outros patamares de condições de vida. Portanto, o elemento, digamos, original do caso dos seringueiros é imaginar o componente do político, e político partidário mesmo, nos termos da política institucional - embora no caso deles, a forma como aí ingressam seja singular e exija a articulação com diversos atores e outros mecanismos que não somente o partidário.

A rigor, o comunitarismo observado a partir do início deste século, seja na forma de associações burocráticas, ou de maneira informal, foi a ferramenta local para lidar com as Resex, enquanto política que muito teve a influência de decisões em nível internacional, pelo movimento ambientalistas e os estados-nações no âmbito da ONU, que pressionou os governos de Sarney e Collor. Ademais, acreditamos estar diante de uma demonstração da maneira com que os de baixo buscaram contornar os limites do estado-nação/grande política.

¹⁶²No tocante ao comunitarismo e à identidade do seringueiro, acreditamos ter grande relevância o fato da gestão fundiária das Reservas Extrativistas determinarem a participação decisiva da comunidade. Dedicaremos-nos a esta face do comunitarismo mais adiante.

4.1 Seringueiros e comunitarismo e o comunitarismo seringueiro na política do Alto Acre: a gênese no comunitarismo cristão

O comunitarismo cristão, mencionado no capítulo anterior como um dos elementos de criação e fortalecimento do PT no Acre (e no Alto Acre em especial), foi ao mesmo tempo a base para a constituição da principal ferramenta da relação dos seringueiros com o estado no período aqui analisado, em boa medida através da formalização em associações rurais e de moradores (associações burocráticas). Esteves (2010), referindo-se à criação política das comunidades, por meio da atuação da Igreja Católica e seu impacto em relação ao que a autora analisou como “sistema seringal”, que antecede a criação das Resexs, diz que:

Essa ideologia transformou os seringais em “comunidades”. Lideranças e trabalhadores se referem às “comunidades” do Independência, Dois Irmãos, São Pedro, entre outras, e não mais ao seringal, como outrora. Numa referência às mudanças ocorridas, um seringal significa hoje um termo para caracterizar a disposição física de uma área, mas não como lugar de morada para os seringueiros (ESTEVES, 2010, p. 145).

Já neste período observado pela autora, mais do que a própria Resex, portanto, é a comunidade a nova base de referência territorial que leva à constituição de associações burocráticas. A organização espacial das comunidades de seringueiros do Alto Acre difere do formato que com maior frequência vê-se em outras regiões da Amazônia, caracterizadas pela aglomeração de residências dispostas lado a lado, em formato de aldeias ou vilas, às margens dos rios, ou mesmo das agrovilas de assentamentos da reforma agrária. No caso de assentamentos projetados pelo Incra, a definição do local da escola e outros equipamentos de serviços sociais é feita por técnicos do órgão, reservando uma área que eles chamam institucional. No caso dos seringueiros, ao contrário, foram eles que decidiram a localização para a instalação destes equipamentos.

Neste caso, do ponto de vista nativo, a comunidade implica numa quantidade de famílias que habitam uma área, mas mantêm-se relativamente distantes espacialmente umas das outras, conforme definido quando do estabelecimento dos seringais, portanto, da distribuição das Colocações¹⁶³ de seringa. A distância entre as Colocações que geralmente constituem uma comunidade varia de 6 a 18 quilômetros, aproximadamente, o que, no

¹⁶³Aqui também é necessário reiterarmos a ambiguidade e imprecisão carregados pelo termo “família”. Constatamos que há uma série de relações de co-trabalho, co-residência e/ou redistribuição de bens de forma multilateral, entre várias unidades domésticas situadas tanto no meio rural, quanto nas cidades. Neste sentido, a comunidade, como a compreendemos analiticamente neste trabalho, não se limita àquelas famílias que moram exclusivamente no meio rural/reserva extrativista, sendo mais adequado operarmos com a ideia de translocalidade.

período de sua formação, implicava em caminhadas que variavam de 1 a 3 horas até o local por eles escolhidos para reuniões. Neste sentido, em boa medida, como referência na formação de uma comunidade, mantiveram-se aquelas Colocações pertencentes a um mesmo seringal, até pelo fato de que os seringueiros eram motivados a reunirem-se devido a problemas decorrentes de decisões dos seringalistas/patrões/gerentes sobre o seringal em que viviam, tal como a exigência do pagamento abusivo de renda, ou mesmo a venda do seringal para fazendeiros que os ameaçavam expulsar.

Antes da instituição das comunidades que, motivadas pela fé, passaram a problematizar e buscar meios de resistir ao processo de expropriação que se avizinhava, a partir dos anos 1970, os seringueiros mantinham laços comunitários que remontam à introdução e expansão das atividades agrícolas nos seringais. Neste sentido, Porto-Gonçalves (2003) destaca a importância das mulheres e o estabelecimento das famílias para a constituição das primeiras comunidades nesta parte da Amazônia. Aí também as experiências em torno da religiosidade têm influência como elemento de agregação comunitária. Não propriamente a religião católica institucional, cujo contato àquela altura, resumia-se às viagens esporádicas (uma vez por ano, ou em intervalos mais prolongados) de sacerdotes aos seringais, a convite, ou apoiados pelo seringalista, atraindo os seringueiros aos barracões das sedes dos seringais para os ritos da eucaristia.

Embora legitimada pela autoridade dos chamados “bispos progressistas” (NOVAES, 2001), a presença da igreja por meio das CEBs, no entanto, é a face laicizada do catolicismo. É onde o “monitor do evangelho”, que cria o grupo do “povo de Deus” – a identidade que referencia a formação da comunidade – se apresenta mais relevante que os sacerdotes da hierarquia clerical. Sendo assim, o termo “comunidade” assumirá significados diversos ao longo da história dos seringueiros, chegando, na relação com o Estado, ao sentido de comunidade étnico-cultural (comunidade tradicional). Inicia-se com um comunitarismo estabelecido no autorreconhecimento das condições sociais e econômicas, instrumentalizado politicamente, a partir da comunidade cristã da CEB, concomitantemente ao sindicalismo de trabalhadores rurais, cuja célula era a delegacia sindical, que correspondia à mesma unidade geográfica da CEB. Iniciou-se, portanto, como comunitarismo cristão, na perspectiva apresentada por Guimarães (2006).

O catolicismo aí subjacente não é o mesmo da tradição do catolicismo vinculado às estruturas de dominação estatal e patronal, dos santos padroeiros das cidades, cujas

celebrações anuais, a despeito da devoção ao santo/santa através dos ritos que incluem novenários e sobretudo a procissão, misturava-se com a manifestação de obediência aos chefes políticos locais, distintivamente ocupando lugar cativo nas primeiras fileiras de bancos das paróquias durante as missas e mesmo junto a sacerdotes e ao andor com a imagem do santo, durante o cortejo das procissões. Porto-Gonçalves (2003) menciona o mal estar das elites regionais com o fato do pároco de Sena Madureira, o padre italiano Paolino Baldassari, recusar as hospedagens oferecidas pelos patrões seringalistas, passando a se hospedar em meio a indígenas e seringueiros a partir dos anos 1970, durante suas desobrigas.

As Colocações estabelecidas como referências para a edificação da pequena capela onde se realizavam, semanal ou quinzenalmente, as reuniões do evangelho da CEB, mas também da delegacia sindical, do partido, do núcleo de base, ou mesmo da sede de associações, não raro é aquela da moradia de uma liderança comunitária. Mas isso não foi um critério invariante, havendo casos em que a referência seguiu critérios relacionados à posição geográfica da Colocação, buscando-se locais de certa maneira centralizados em relação à distância das demais moradias, para facilitar o deslocamento para as reuniões da igreja, mas posteriormente também para a edificação da escola, do posto de saúde, da cantina da cooperativa e de outros equipamentos destinados a atender a coletividade, como a peladeira de arroz, e mais recentemente o posto de coleta de látex para a fábrica de preservativos instalada em Xapuri, ou mesmo a seção eleitoral. A instituição destas Colocações como áreas de referência para se implantarem as instalações necessárias à prestação de serviços públicos, mas também os templos religiosos, o campo de futebol, o galpão da associação etc., em muitos casos faz com que os seringueiros se refiram a elas como comunidade.

O comunitarismo cristão, apesar de fundante da ação coletiva dos seringueiros, ao longo dos anos se matizou com outras vertentes comunitaristas, inclusive, em alguns momentos, buscando o coletivismo produtivo afeito a propostas socialistas de inspiração marxista. Mas independente da relação necessária com o PT, para se projetar na esfera institucional, a comunidade é, neste período, a célula coletiva que imprime uma postura de identificação e combate na luta de classes no contexto do Alto Acre, notadamente no que toca ao campo/floresta e à luta pela terra/território especificamente: de um lado, fazendeiros buscando apropriar-se de terras; de outro, seringueiros em comunidades para, buscando melhores condições de vida, garantir sua “permanência” na terra-território.

Após a criação das Resexs o comunitarismo passou a lidar com políticas públicas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990. Parte destas políticas está sob o ideário da “comunidade tradicional”, portanto, um comunitarismo de novo tipo, ligeiramente diferente do comunitarismo cristão. Somam-se à figura do monitor da CEB e mesmo do delegado sindical, outros atores neste comunitarismo: o técnico da ONG ou do projeto, os políticos locais etc. Este comunitarismo é, pois, o instrumento que conduz, apesar das discontinuidades, deformações, readaptações etc., o processo de mudança sociocultural, econômico e sobretudo político, iniciado com os levantes seringueiros a partir da segunda metade dos anos 1970.

Mas elementos do comunitarismo cristão se mantêm após décadas de contato com outras matrizes coletivistas e comunitaristas que se apresentaram aos seringueiros. É, sobretudo, a base do ensinamento da partilha, da vida de sofrimento compartilhada e que somente seria superada a partir da união, da “luta do povo de Deus”. O comunitarismo cristão, ensina Dussel (1979) após esclarecer sobre a diferença entre “Instituição Igreja e Igreja Popular”, é um elemento de esperança. Do comunitarismo das CEBs nasce uma tradição discursiva e prática, cujo quadro de referência será incorporado a aspectos da terra/território e da produção extrativista/agropecuária dos seringueiros, em certa medida de maneira tensa, à lógica da autonomia e da centralidade da família nestes dois aspectos. É nos marcos de categorias como “caminhada do povo de Deus” (que remete ao livro bíblico de Êxodo, onde a salvação não é individual, mas de todo um povo, comunitária), das CEBs, da categoria “luta”, (também presente no sindicalismo rural) e tantas outras expressas nas interpretações do evangelho, ou simplesmente no cancionário das CEBs¹⁶⁴, que se desdobra e se renova o comunitarismo do tempo presente. A categoria “treinamento” é exemplar quanto à influência das CEBs na atuação política dos seringueiros no período após a criação das Resexs: mesmo com a imersão no universo do socioambientalismo, das “capacitações”, “cursos” e “oficinas”, para os seringueiros, por muito tempo permaneceram sendo chamadas de treinamentos. Vale lembrar que o Centro de Treinamento da Diocese de Rio Branco é local do qual lideranças mais antigas têm sempre algum episódio, ou um momento de mística ali vivido, a recordar.

¹⁶⁴ Bruno Ulhôa Santos (2018) se dedicou ao estudo de um caderno com canções entoadas no cotidiano das ações da Comissão Pastoral da Terra, para compreender o conceito(s)/prática(s) de mística vivenciados/incorporados pelos membros da CPT e propagados por ela socialmente e entender especialmente como a música exerce papel fundamental na construção desse processo.

Apesar das inúmeras tentativas, o comunitarismo seringueiro não foi instrumentalizado para o ambientalismo ou para o próprio cooperativismo em si, mas se mostrou persistente e em certo sentido viável aos seringueiros nos assuntos que eram debatidos ainda no âmbito das CEBs: a superação da pobreza material, a conquista da “terra prometida” e de direitos a dignidade, enfim, os elementos que animavam a utopia de um mundo melhor e mais justo. Tais temas foram abrigados de maneira sistematizada na noção de políticas públicas que se introduz a partir dos anos 1990, colocando-se acima das tensões, das divergências de valores e comportamentos, e mesmo político-partidárias, decorrentes de diferenças de confissão religiosa que se acentuaram ao longo destas três décadas¹⁶⁵.

Reinaldo Ferreira, presidente da Associação Fé em Deus do PAE Chico Mendes; os irmãos José e Antônio Ribeiro, fundadores de uma Associação paralela à AMPAESQ, no Santa Quitéria; e o ex-presidente da Associação Vicente de Melo, também do PAE Santa Quitéria, Reginaldo de Lima, todos entrevistados por ocasião desta pesquisa, são convertidos a confissões evangélicas, mas pautam suas análises no reconhecimento da relevância da comunidade, chegando, no caso dos três primeiros, a desenvolver formulações de enaltecimento da atuação da Igreja Católica no processo de garantia de permanência na terra e obtenção do reconhecimento de direitos. Tal situação indica uma tendência muito semelhante ao que Novaes (2001) apontou sobre a participação de evangélicos em comunidades e a relação de tal participação com o comunitarismo em favelas do Rio de Janeiro a partir da década de 1990, onde, não livre de contradições, predominava o “efeito de agregação social e ajuda mútua” (NOVAES, 2001, p.73).

Ou seja, a comunidade seringueira nasce, a rigor, com o comunitarismo cristão católico das CEBs, fundado na Teologia da Libertação (incorpora outros matizes, conforme temos discutido ao longo deste trabalho – ambientalismo, desenvolvimento sustentável, trabalhadores rurais etc.), mas não recuou diante do declínio relativo da hegemonia católica no meio rural. É este fato que justifica dedicação maior ao tema do comunitarismo cristão iniciado pelas CEBs, uma vez que esta esfera indica ter comportado, durante este período, a ideia de democracia agonística descrita por Mouffe (2003), como um modelo no qual se trava uma luta entre adversários e não entre inimigos, visto terem antes de qualquer coisa concordância quanto ao modo de vida, ultrapassando diferenças de valores morais.

¹⁶⁵ Em que pese a relevância de mudanças no campo religioso para nosso estudo dizerem respeito às que ocorrem nos anos 1990, cabe anotar que Regina Novaes (2001) cita um relato de Francisco Julião sobre a participação de evangélicos já nas ligas camponesas nordestinas.

Neste trabalho, a religiosidade entre os seringueiros é mais um entre tantos assuntos tratados marginalmente. Contudo, o tema deste capítulo requer que mencionemos algumas constatações subjacentes às representações e práticas dos sujeitos, percebidas nas observações durante a pesquisa. Em que pese a expansão das confissões evangélicas, ou outros referenciais sobre religiosidade entre os seringueiros de outras regiões do Acre¹⁶⁶, queremos destacar que no Alto Acre este campo se caracteriza por uma série de influências mantidas ao longo dos anos, por meio das experiências litúrgicas nas CEBs e da vivência em família. Outrossim, constata-se que a expansão das religiões pentecostais e mesmo o estreitamento das relações com diferentes linhas de atuação no interior da Igreja Católica, conduzem à reformulação das percepções sobre o cristianismo entre os seringueiros, para quem até pouco tempo (mas ainda entre muitos atualmente), a categoria “cristão”, de maneira geral era utilizada para diferenciar as pessoas (os seres humanos), “dos bichos brutos” (os animais irracionais).

Da parte dos que se declaram católicos prevalecem representações que denotam um sentido monoteísta de Deus como ser supremo e justo que tudo controla, evitando, ou permitindo acontecimentos de ordem natural e social, segundo a conduta de cada pessoa, todas fruto e filhas da vontade divina. Ser abençoado, ou amaldiçoado, sob esta perspectiva, que não necessariamente tem a escritura sagrada como referência, passa pela obediência a uma série de regras (como a saudação em que se pede a bênção a parentes biológicos e rituais) por parte da pessoa, ou mesmo de seus antepassados, para com Deus. A recompensa ou o castigo merecido pela obediência, ou desobediência a estas regras, em muitos casos é interpretada como um “acerto de contas” entre a pessoa e Deus, numa relação que se dá sem intermediação de sacerdotes e sem a eucaristia. Mas esta representação, na prática, dilui-se pela relação com a crença no poder dos diversos santos e santas, que agem como reguladores de condutas no que concerne ao trabalho, à saúde, ao calendário, a ritos matrimoniais e outros sacramentos - terços e novenas anuais, por exemplo. Esta relação é marcada por devoções e interdições que afetam relativamente a vida de homens e mulheres ao longo da existência.

Ainda entre estes (os católicos), não raro ocorre a fé na existência de entidades/espíritos específicos que protegem animais, que protegem as águas; há a fé no poder de cura de benzeduras e benzedores/benzedoras; de que há horários sagrados, assim como

¹⁶⁶ Pantoja (2008) relata a experiência do uso de Ayauasca por um grupo de parentes que por várias gerações habita os seringais da região do Alto Juruá. É provável que haja experiências como estas entre os seringueiros do Alto Acre, mas sem dúvidas com alcance reduzido em número de praticantes. Almeida (2004), informa que nos anos 1980 o uso da Ayauasca entre seringueiros do Rio Tejo, no Alto Juruá, contribuía para a coesão do grupo que empreendia as críticas mais contundentes contra o regime de exploração naquela região.

horários em que as pessoas se tornam mais vulneráveis a poderes malignos; palavras que não se devem pronunciar de qualquer forma e em quaisquer circunstâncias sob pena de castigo divino; a ocorrência de certos sonhos durante o sono, que orientam o comportamento durante dias sucessivos, para evitar, ou fazer com que tal sonho se concretize; há a fé de que, assim como determinados animais que trazem sorte, ou malogro (agourentos), existem pessoas com imunidade e poder para curar outras pessoas e animais picados de cobras; pessoas do corpo fechado para determinados males; pessoas com o poder de “atalhar” (mudar o curso) incêndios, ou atalhar ventos e tempestades; mas também pessoas com a infeliz propriedade de causar, involuntariamente, doenças a plantas, a animais e a outras pessoas (pessoas do olho ruim). Enfim, há a fé de que além de santos canonizados, da Virgem Maria, de Jesus Cristo, de Deus, dos santos populares¹⁶⁷ e de espíritos/entidades capazes de intervir no mundo sensível, existem também pessoas com poderes sobrenaturais capazes de agir sobre o humano e sobre o natural. Assim como há animais e plantas com estes atributos.

Por fim, cabe registrar aspectos da relação destes seringueiros com a morte e com os mortos: o temor que algumas pessoas assumem ter da morte, mas também das almas em geral e das almas de certos mortos especificamente (medo de visagens e malassombros); a reverência, orações e oferta de velas acesas em casa, túmulos, ou locais de morte para as almas dos entes queridos. Em suma, entre os autodeclarados católicos são muito expressivos os ritos e crenças recorrentes entre populações “caboclas” amazônicas, conforme Maués (2005) e, especialmente sobre os seringueiros do Acre, de acordo com Assis (2012).

Quanto aos que se autodeclararam convertidos a confissões evangélicas, que normalmente se autoqualificam como aqueles que passaram “a conhecer a palavra”, além da crescente negação de muitas das práticas e crenças acima relacionadas, destacam-se a adoção de referências a textos sagrados (evidentemente com destaque para profecias do “fim dos tempos”) em conversas ocasionais, a repreensão a comportamentos ditos mundanos (de costumes a vestimentas) e a realização de cultos de oração periódicos, nos templos edificadas nas comunidades e mesmo na casa dos “irmãos da igreja”, como maneira de preparar-se para a “volta de Jesus”. Entre estes, o temor às tentações “do inimigo” parece ser bem mais evocado do que o temor ao “cão [que atenta]”, como comumente se referem os “católicos” em relação a forças que representariam o mal, o extremo oposto de Deus.

¹⁶⁷ Por exemplo: São João do Guarani em Xapuri; Santa Raimunda do Bom Sucesso em Assis Brasil; e Santa Euricléia em Brasília.

Tomando como base os Censos do IBGE, entre o ano 2000 e 2010, houve um avanço de 3,38% das denominações pentecostais e neopentecostais entre moradores das áreas rurais na microrregião de Brasiléia, enquanto, embora mantendo-se como religião majoritária, o catolicismo recuou -8,85%. No período, houve um avanço de 4,21% na quantidade de pessoas das áreas rurais que se declaravam sem religião. No mesmo período, os resultados considerando todo o estado do Acre, revelam que o catolicismo recuou mais acentuadamente nas áreas urbanas, com redução de -18,44%, enquanto as denominações Evangélicas teriam avançado 7,63% nas áreas urbanas.

Tabela 3 Percentual de Religiões entre a população, segundo situação de domicílio

Local	Religião ¹⁶⁸	Urbana		Rural	
		2000	2010	2000	2010
Acre	Católica	66,35	47,91	71,49	62,60
	Evangélica	20,86	28,49	18,45	22,30
	Sem Religião	9,88	12,71	9,33	9,81
Microrregião Brasiléia	Católica	72,77	57,48	75,91	67,05
	Evangélica	14,98	25,27	17,97	21,34
	Sem Religião	11,32	10,40	5,52	9,73
Capixaba	Católica	68,44	40,72	71,56	51,45
	Evangélica	21,24	36,01	18,89	38,00
	Sem Religião	9,93	15,02	8,77	8,38

Apesar de defasados, os números mostram uma tendência observada já a partir dos anos 1990. Não há dúvida de que esta dinâmica acentuou-se ao longo da década de 2010¹⁶⁹.

A relação dos seringueiros com as CEBs e com a política partidária revela o quadro político brasileiro, a partir da problematização da questão agrária. Neste momento da história do país, diz Raimundo Santos (1999), a igreja, com a criação da CPT em 1975, e da Assembleia da CNBB em Itaicí em 1980, tensiona e traz nova luz interpretativa sobre a

¹⁶⁸ Optamos por apresentar somente as religiões com maior expressividade numérica e a diferença no somatório entre estas diz respeito à ausência do total das outras denominações, ou declarações que expressam dúvida. Na variável “Evangélica” está o somatório das denominações das religiões Evangélicas de Missão e Evangélicas de Origem Pentecostal, segundo classificação do IBGE. Cabe destacar que entre as Evangélicas, as principais em número de fiéis são a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil.

¹⁶⁹ Uma pesquisa do Instituto Datafolha apontou que em 2019, na região Norte do país, as denominações evangélicas alcançaram 39% da população, enquanto os católicos seriam 50%.

situação do campesinato e da questão agrária de maneira geral no Brasil. Na interpretação deste autor, a intromissão da igreja neste debate é acompanhada de um deslocamento dos camponeses da dimensão política para a social, de maneira que este deslocamento representa uma modificação no modo de agir das esquerdas brasileiras, notadamente do PCB, que passa a aproximar-se da política democrática. Mas esta disputa quanto à hegemonia na mediação política dos camponeses no Brasil remonta aos anos 1960, sobretudo, com a possibilidade de criação de sindicatos rurais.

O PT surgiu sob esta perspectiva que insere os camponeses no âmbito social, não propriamente político, mas como uma categoria que, no Brasil, diferentemente de outras experiências, não se proletariza, pois, ao ser expropriado no processo de expansão do capital (este é ponto central na diferença entre o agrarismo de José de Souza Martins e da igreja (SANTOS, 2015) com Caio Prado Jr.), ressurge em outro lugar. Na visão da igreja, segundo Camerman (1980), os camponeses

[...] iriam assumir uma posição de grande identificação com a saga deste povo oprimido, que rejeita a consciência opressora que nele habita, encontra a sua própria linguagem e torna-se, ele próprio, menos dependente dos modelos impostos, mais livre e comprometido na transformação e construção da Sociedade. [...] saga de uma luta entre o homem com a sua "terra de trabalho" ("conceito da mais bela atualização da concepção maior, bíblica, da terra, como um bem comum, um dom de Deus à criatura para ela ser transformada pelo trabalho de todos") e a "terra de negócio", território do grande capital protegido pelo Estado (CAMERMA, 1980: 23-24).

O ponto central na relação dos seringueiros com as CEBs e a política partidária, em que pese o fato de que Chico Mendes¹⁷⁰, Raimundo de Barros, Júlio Barbosa e outros líderes seringueiros fundadores do PT no Acre, estarem vinculados a correntes mais ortodoxas do marxismo-leninismo, através do PRC (FERNANDES, 2018; SOUZA, 2011), é justamente esta explicação dada por Raimundo Santos (1999), qual seja: a da reformulação do debate agrarista no Brasil, da crítica da igreja e José de Souza Martins, entre outros, ao leninismo no campo. Esta crítica origina e baliza o aporte da igreja à organização dos camponeses e, neste sentido, os resultados – advindos da dialética: questão política x questão social - a que se chegam quase meio século depois, em que pese seu aspecto paradoxal (foi a negação da política para ser questão social, mas que ao fazê-lo incide determinantemente

¹⁷⁰ Os nomes com que batizou o casal de filhos que teve com Ilsamar Gadelha, não deixam dúvidas de que Chico Mendes era simpático à causa revolucionária. À filha mais velha deu o nome de Elenira, em memória a Helenira Resende de Souza Nazareth, militante do PCdoB e integrante das Forças Guerrilheiras do Araguaia. O filho mais novo recebeu o nome de Sandino, em homenagem ao líder revolucionário nicaraguense Augusto Cesar Sandino.

sobre a política) continuam coerentes com o início desta jornada, da práxis católica imanente da Teologia da Libertação e da incorporação desta ideologia pelas lideranças seringueiras.

Assumida esta matriz explicativa e confrontando-a com a nova posição dos seringueiros no espaço social, acreditamos ser equivocado deduzir que a organização dos seringueiros não levou a alteração do quadro político e social, sobretudo no contexto do Alto Acre. Este processo instituiu, na mais modesta das hipóteses, o mais vigoroso e relevante movimento de democratização da política no Acre, conforme discutimos no capítulo anterior.

Ainda com o intuito de contribuir para melhor compreensão da influência do comunitarismo cristão e como este, articulado à política partidária, configura o comunitarismo seringueiro do Alto Acre durante o início deste século, é necessário observar a dinâmica desta relação em escala mais ampliada do que a das comunidades por nós diretamente observadas. No que concerne à relação entre movimentos sociais e PT, no período e região considerados neste estudo, conforme já mencionamos, não se pode perder de vista que as lideranças comunitárias são os fundadores e durante alguns anos os principais quadros do próprio PT.

O PT surge destes movimentos, ao mesmo tempo em que bandeiras desses movimentos sociais ganham força na medida em que algumas lideranças passam a disputar e mesmo ocupar posições nas instituições do Estado. É verdade que muitas vezes esses movimentos, até pela conjuntura em que surgem, tiveram manifestações de apoio ou mesmo relação mais direta com políticos de outras agremiações, como é o caso de Geraldo Mesquita que, na condição de governador nomeado, apoiou a criação de STRs a partir de 1975¹⁷¹; da ex-governadora Iolanda Fleming e seu posicionamento favorável aos seringueiros dos Seringais Floresta e Nazaré, no conflito com a Fazenda Bordon; do senador Mario Maia, que usou a tribuna para também falar sobre os conflitos envolvendo a Fazenda Bordon; e mesmo o estímulo de Júlio Figueiredo e do farmacêutico conhecido como Tico (políticos de “famílias tradicionais”), de Xapuri, na fundação do STR. Mas foram deliberadamente se afastando destes outros partidos, com a possibilidade da criação do PT.

¹⁷¹ Em determinado momento, Geraldo Mesquita, ex-deputado federal pela ARENA entre 1963 e 1971 e ex-governador nomeado pelo regime militar para governar o Acre entre 1975 e 1979, teve reconhecimento nas versões da história desenvolvidas para legitimar o grupo à frente dos governos do PT no Acre, ao longo destes anos. Querendo ou não, este reconhecimento explica o fato de seu filho, Geraldo Mesquita Júnior (então filiado ao PSB) praticamente sem ligação com o Acre, tenha sido indicado e eleito como candidato da FPA ao Senado Federal pelo Acre na eleição de 2002, num voto “casado” com Marina Silva. Posteriormente o Senador deixa a base de apoio ao governo e termina seu mandato já filiado ao PMDB.

O processo que busca alinhar e subordinar esses movimentos em apoio aos governos estaduais do PT originou um repertório e uma versão da história recente da política do Acre que buscou ocultar as relações dos movimentos sociais com políticos de outros partidos, àquela altura, final dos 1990, políticos ativos, fora do PT, em disputa com o PT. Nesse caso, deu-se um relevo supervalorizado, em alguns casos irrealistas mesmo, ao que teria sido a relação dos novos nomes mais expressivos dos quadros do PT com os movimentos sociais. Contudo, o que se registra é que, se é verdade que durante os governos do PT no estado do Acre, os movimentos sociais institucionais, que compunham a sociedade civil em fóruns de políticas públicas, apoiaram incondicionalmente o governo, é verdade também que a grande maioria destes movimentos sempre foram o PT.

Neste ponto voltemos ao posicionamento da CPT que, conforme registrado anteriormente, afasta-se do grupo mais ativo de instituições da sociedade civil com interface aos seringueiros durante os governos do PT. Este fato pode ser parcialmente explicado pelo argumento de Martins (2016), segundo o qual mesmo na base da fundação do PT, essa instituição (não necessariamente um movimento social), nasce para ser oposição e não votada a superação. Mas no caso do Acre há de se levar em consideração que Dom Joaquim Pertinez, bispo que assumiu a Diocese de Rio Branco em 1999, adota uma postura que sugere indiferença ao legado e envolvimento político da Igreja na história recente do Acre.

A Igreja foi determinante no período de criação do partido e nos eventos que culminaram com sua eleição ao governo do Acre. Tanto é assim que são incontáveis as homenagens que os governos do PT renderam a Dom Moacyr Grechi, ou mais especificamente em relação aos seringueiros, nas missas e eventos anuais de celebração da memória de Chico Mendes. O grupo que até hoje é tido como liderança dos seringueiros, em boa medida constituído por dirigentes partidários, é muito identificado com a igreja católica e neste sentido destoa sensivelmente da nova realidade “religiosa” das comunidades, já que as confissões pentecostais são muito presentes, a exemplo do que ocorre em todos os lugares do Brasil.

Apesar das diferentes tendências marxistas presentes no processo de mobilização dos seringueiros, naquilo que culmina com a criação do PT, o elemento fundamental/determinante para o grau de organização dos seringueiros foram as CEBs, cujo fundamento, motivo de divergência entre as diferentes tendências no processo de criação do PT no Acre, era mesmo o evangelho de Jesus Cristo, atravessado pela política na base da Teologia da Libertação. Nas

CEBs do Acre, a Teologia da Libertação, ou a radicalização da cultura católica latinoamericana, no dizer de Löwy (1989), teve uma versão original, a “*teologia pé no chão*”¹⁷².

Sem negar as afinidades entre marxismo e Teologia da Libertação, Löwy (1989), assinala as diferenças entre as duas:

Seria forçoso explicar unicamente por *influência do marxismo* a hostilidade da Teologia da Libertação (ou dos bispos que lhe são chegados) à ordem econômica existente. A sua rejeição ao *espírito do capitalismo* é antes de tudo ética e remonta às fontes antigas e pré-modernas da cultura católica — o que a torna muito mais intransigente do que a de muitas correntes marxistas. Um exemplo basta para ilustrar esta afirmação aparentemente paradoxal: enquanto o Partido Comunista Brasileiro explicava nas resoluções de seu IV Congresso (1967) que “a socialização dos meios de produção não corresponde ao nível atual da contradição entre forças produtivas e relações de produção”, em outros termos, que o capitalismo industrial pode ainda desempenhar um papel progressista no Brasil — os bispos da região Centro-Oeste do Brasil publicam, em 1973, um documento, *O Grito das Igrejas*, cuja conclusão afirma: “É preciso vencer o capitalismo. É ele o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos: a pobreza, a fome, a doença, a morte da grande maioria. Por isso é preciso que a propriedade dos meios de produção (das fábricas, da terra, do comércio, dos bancos, fontes de crédito) seja ultrapassada” (LÖWY, 1989, 51-52).

Neste ponto, há uma aproximação da organização dos seringueiros com os pressupostos do marxismo latino-americano de José Carlos Mariátegui, no que se refere ao ingrediente da fé, na mobilização das massas oprimidas, conforme notou Löwy (2005). Nilson Mourão, eleito para dois mandatos de deputado estadual do Acre e três mandatos de deputado federal pelo PT, podendo ser classificado na categoria “político do movimento seringueiro”, e que participou ativamente das CEBs do Acre, desde a primeira hora, citado por Marcos Fernandes (2018), expressa sua admiração e estupefação diante da sensibilidade e engajamento do povo a partir da fé.

Tanto de uma perspectiva externa quanto de uma interna (perspectiva dos camponeses e agentes da Igreja), importa notar que o comunitarismo cristão constituía-se de todos os cristãos naquele contexto excluídos socioeconomicamente e em precárias condições de vida — aí se encontram diferentes categorias profissionais, grupos étnicos e gênero (operários, desempregados, sem terra, etc.). No cerne do comunitarismo cristão engendrado nos marcos da Teologia da Libertação há o pressuposto da crítica ao liberalismo e sua consequente ênfase

¹⁷² O teólogo Clodovis Boff, um dos pensadores mais renomados da Teologia da Libertação, escreveu e publicou pela editora Vozes as obras “Deus e o Homem no Inferno Verde: quatro meses de convivência com as CEBs do Acre”; e “Teologia Pé-no-Chão”, em parte como fruto de sua convivência com estas comunidades no final dos anos 1970. Tanto Clodovis, quanto seu irmão Leonardo, também expressivo nome da Teologia da Libertação, são lembrados por lideranças seringueiras mais antigas, em decorrência das inúmeras ocasiões em que os mesmos atuaram como mediadores na formação de lideranças.

ao individualismo, tão caro a formações sociais fundadas na desigualdade, embora não se possa associar sem cautela tal crítica ao quadro do marxismo (LÖWY, 1989). O comunitarismo cristão, portanto, coloca-se como uma base para um comunitarismo identitário a se desenvolver posteriormente à abertura democrática.

De outra parte, o elemento comunitarista como instrumento de reação e organização dos seringueiros (desdobrando-se em delegacias sindicais, associações burocráticas, cooperativas e etc.), apontando para um coletivismo supostamente espontâneo (de proximidade cultural ao socialismo, ou herança da organização dos povos indígenas, que no entanto se choca com a realidade dos seringueiros, voltados à família e não à comunidade), ganha outra perspectiva, quando esclarecido que: a) conforme explicou Porto-Gonçalves (2003), não havia comunidade durante a empresa seringalista; e b) que as comunidades são formadas, de certa forma mecânica, para celebrações religiosas, embora nos marcos do comunitarismo cristão dos organismos pastorais da doutrina social da igreja católica.

O comunitarismo seringueiro se apresenta, portanto, como a combinação entre a vertente cristã da Teologia da Libertação das CEBs, e relações baseadas em laços parentais consanguíneos e rituais, aos quais mais tarde se adicionam elementos advindos do processo de reconhecimento de direitos territoriais, viabilizando a operacionalização de políticas públicas que conferem direitos havia muito tempo reivindicados por estes camponeses. É fundamental considerar este conjunto de influências em sua gênese, pois num contexto do debate mais recente sobre comunidades tradicionais e uso de recursos naturais, corre-se o risco de se supor equivocadamente, por exemplo, que eles dão primazia à comunidade em detrimento da esfera familiar. Representações deste tipo cristalizaram-se na perspectiva de agentes do Estado e de outros campos afeitos ao socioambientalismo. Le Tourneau & Beaufort (2017), que estudaram o caso do PAE Chico Mendes (Cachoeira), notaram que se estabeleceu um lapso semântico entre “áreas gerenciadas comunitariamente” e instituições “coletivas” ou “bens comuns”, sugerindo que todos os grupos tradicionais possuíam sistemas de gestão compartilhada dos recursos, independentemente da realidade e complexidade dos arranjos locais. Este fato terá implicações relevantes no que concerne à rejeição de políticas como o Manejo Madeireiro Comunitário, como vimos, e sobre as estratégias de reprodução social, no aspecto da sucessão geracional, conforme abordaremos adiante.

Sobre tentativas entusiasmadas de agentes externos para a coletivização da produção e comercialização de bens, mas que foram frustradas pela dinâmica organizacional dos

seringueiros, acreditamos que no caso aqui estudado tenha ocorrido com muita similaridade o que identificou Esterici (2008), quando analisou o caso da relação entre a Igreja e camponeses do vilarejo de Santa Terezinha, no estado de Mato Grosso, nos anos 1970.

Daí a necessidade de considerarem-se as conjunturas em que se fazem certas experiências, as propostas políticas e a formação ideológica daqueles que assumem essas iniciativas (Novaes: 1984; página 65). O não entendimento do que estivera em jogo, na prática, nas experiências de trabalho coletivo realizadas por Jentel (o padre que coordenava o coletivo pastoral na região) durante o conflito, levou alguns membros da equipe que assumiu o trabalho pastoral em Santa Terezinha depois de seu afastamento a considerar que seria possível, agora que os posseiros já haviam obtido suas terras, pôr em prática uma nova experiência do tipo que supunham terem sido as experiências anteriores. (ESTERCI, 2008, p. 138).

Rudá Ricci (2010) explica que o comunitarismo cristão no Brasil, notadamente a partir das CEBs em localidades rurais e seu recurso à memória camponesa, perturbada pelo avanço da lógica empresarial no campo, esteve marcado por um sentido anti-capitalista e anti-institucionalista que gerava um sentimento de injustiça, frente ao histórico de marginalização vivido pelos segmentos camponeses. Neste ambiente, o ressentimento cumpria a função de dispositivo mobilizador, animado pela mística, portanto a organização fundava-se na moral, mais que em regras formais. De maneira geral, avalia Ricci (2010), o comunitarismo que envolve as CEBs reflete a perspectiva de supremacia da comunidade sobre o indivíduo, de onde decorrem metodologias e práticas como o assembleísmo. Embora muito fechados na comunidade, dada a capilaridade que alcançaram, os fundamentos deste comunitarismo criaram uma nova cultura social e política no Brasil, mas apresentaram limitações num contexto de participacionismo crescente, inaugurado pela Constituição Federal de 1988.

Souza (2008) salienta que, de uma perspectiva interna à Igreja Católica, o comunitarismo cristão surge de modificações na forma deste organismo relacionar-se com a política e a economia nos países da periferia capitalista. O autor demarca o ponto de partida, no caso do Brasil, na criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, em 1952; aponta ainda que as mudanças se viabilizaram com o Concílio Vaticano II (1962-1965) e após a realização da segunda e terceira Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano, realizadas em Medellín (1968) e em Puebla (1979). Esta reorientação da atuação da Igreja Católica na América Latina, caracterizada por uma “Opção Preferencial pelos Pobres”, com acentuada participação do laicato, que mobilizaria o povo oprimido pelo regime militar, utilizando do método ver-julgar-agir, marcaria o surgimento da “esquerda católica brasileira”.

Dussel (1979) detecta com clareza as vacilações da Igreja Católica nos diferentes países latino-americanos, no processo de “opção preferencial pelos pobres”, que representaria uma passagem da igreja de instituição da sociedade política para a sociedade civil e do estabelecimento de uma “Igreja Popular”. Estas vacilações eram reflexo da sua composição, em boa parte derivada de estratos da pequena e média burguesia local. O caso brasileiro é relativamente peculiar, pois, segundo Dussel (1979), apesar dos conflitos internos, a articulação da cúpula episcopal com as bases constituía-se único canal de expressão frente ao governo autoritário, devido sua inegável força política, uma vez possuir a supremacia no campo religioso de então¹⁷³. O autor constata a centralidade das CEBs como instrumento de evangelização no âmbito do cristianismo católico no país, quando identifica que a CNBB decidiu “intensificar a vida comunitária na Igreja e integrar as pessoas nas estruturas cada vez mais adequadas da Igreja Particular, ou Local”, constante no 2º Plano Bienal da instituição, para 1973-1974¹⁷⁴. Não obstante as críticas ao reducionismo do socialismo sob a ótica ortodoxa marxista, a Igreja tenderia, segundo Dussel (1979), a caminhar para o favorecimento de um sistema socialista, sem um modelo definido, sabendo-se apenas que seria algo autêntico para os países da América Latina e estaria alinhado com uma concepção do cristianismo enquanto religião e não como sistema político-ideológico.

Neste movimento da igreja católica, um evento permite melhor compreender a intensidade do trabalho das CEBs no âmbito da região abrangida pela então Prelazia do Acre e Purus, mais tarde transformada em Diocese de Rio Branco. O ano em que é designado o bispo catarinense Dom Moacyr Grechi para assumir a Prelazia coincide com a realização do quinto Encontro Inter-regional dos Bispos da Amazônia, realizado em Santarém (PA), em maio de 1972. O “Encontro de Santarém”, como ficou conhecido, está para a atuação da igreja católica na Amazônia, como Medellín está em relação à América Latina. Conforme expressa a “Carta de Santarém”, com base em profunda reflexão sobre as mudanças econômicas, políticas e ambientais com ônus sociais e culturais então em curso, à luz do Concílio Vaticano II e inspirados nas palavras do Papa Paulo VI de que “Cristo aponta para

¹⁷³ Dussel (1979), assinala os embates travados internamente à CNBB, em momentos em que bispos se pronunciaram em jornais de circulação nacional, classificando o trabalho através das CEBs como perigoso ao governo militar, ou atacando bispos mais vinculados a estas Comunidades, rotulando-os de marxistas infiltrados na igreja.

¹⁷⁴ Outros documentos de referência para a ação pastoral da Igreja Católica do Brasil reforçam a relevância das Comunidades Eclesiais de Base e dos Leigos em regiões Missionárias, então sob a coordenação de Prelazias. Constatamos esta relevância nos documentos: 3º Plano Bienal dos Organismos Nacionais – 1975/1976 e 4º Plano Bienal dos Organismos Nacionais – 1977/1978, nos quais as Comunidades Eclesiais de Bases constituem o Programa nº 1; e nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil – 1975/1978.

Amazônia”, ali se estabeleceram as duas diretrizes que passariam a orientar a ação pastoral na região: a primeira era a encarnação da realidade amazônica pelo conhecimento e convivência com o povo; e a segunda, a evangelização libertadora, através da Opção Preferencial pelos Pobres. As diretrizes se desdobram em quatro prioridades, entre elas a formação de agentes de pastorais e a comunidade cristão de base (MURAD, 2019).

Porto-Gonçalves (2003), ao abordar a relevância das CEBs no processo de criação dos sindicatos rurais, cita trabalho de Nilson Mourão quantificando em 1200 o número de monitores das CEBs no Acre, em sua maioria em áreas rurais, *locus* de maior violência do confronto entre diferentes grupos que disputavam a terra. Nos Grupos de Evangelização das CEBs rurais, a partir dos anos 1970, os monitores terão na cartilha “Catecismo da Terra” seu principal instrumento de mobilização dos trabalhadores rurais que, em linguagem simples e permeada pela Teologia da Libertação, busca esclarecer os seringueiros quanto a seus direitos previstos no Estatuto da Terra, para a fúria das classes patronais no campo acreano, conforme o relato de uma liderança sindical da região.

Eu acompanhei todo aquele processo também. O processo da Reserva Extrativista Chico Mendes. Quando foi criado o CNS eu estava ali presente, constantemente com o companheiro Sandoval (Batista de Araújo)¹⁷⁵ e outros companheiros que, inclusive, alguns já morreram, João Correa e outros companheiros já se foram, mas a gente acompanhou muito de perto todo esse processo. Eu até digo pra vocês que pra mim foi um segmento que muito me ajudou na caminhada política, social, do movimento social, foi a Igreja Católica. Eu tenho muito que agradecer isso porque a Igreja Católica foi quem abriu os horizontes pra essa luta: luta do desenvolvimento social, do agricultor, do ribeirinho, do indígena, do seringueiro, enfim. E daí a gente não parou mais daquela época para cá. Eu me lembro que na data de fundação dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que está aqui, está ali em cima, eu e aquele companheiro ali (referindo-se à fotografia de Sandoval estampada na fachada da sede do STR) fomos fundadores do movimento, do movimento do Sindicato, e daí a gente não parou mais. A gente como partido, como sindicato, como igreja, sempre a gente estava na linha de frente (Izaías Lopes, em maio de 2018).

Portanto, grande parte dos monitores das CEBs eram também os agentes do partido, do sindicato, mais tarde da associação etc. Esta perspectiva é confirmada por moradores da comunidade da Aurora, em Santa Quitéria, como nos relataram os irmãos Antônio e José Ribeiro; e também na comunidade do Chora Menino, no PAE Chico Mendes, conforme

¹⁷⁵ Sandoval Batista de Araújo era natural do Rio Grande do Norte, mas tendo chegado ainda jovem ao Acre participou ativamente do movimento dos seringueiros do Alto Acre, nas décadas de 1970 e 1980. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Brasil, do CNS e do PT, pelo qual elegeu-se vereador por vários mandatos naquele Município. Pelo PT, seu sobrinho foi eleito prefeito de Assis Brasil em 2000 e reeleito em 2004. Além de ter sua fotografia estampada na fachada da sede do STR, Sandoval dá nome à Escola de Ensino Fundamental e ao edifício onde funciona o Forum da Comarca de Assis Brasil, uma homenagem do Tribunal de Justiça, em 2009, já que uma de suas principais reivindicações era o Registro Civil para os trabalhadores Rurais da região.

expressou Reinaldo Ferreira. Ambos acompanharam os processos de criação dos dois PAEs, atuaram como delegados sindicais e, até hoje morando em suas respectivas Colocações, há vários anos são convertidos a denominação religiosas pentecostais, mas não omitem a participação decisiva da Igreja Católica¹⁷⁶. Conforme constatou Fernandes (2019), “as CEBs vão se constituir na matriz de movimentos sociais mais amplos, cujas maiores expressões são os Sindicatos Rurais e o PT” (FERNANDES, 2019, p. 46).

Com a abertura democrática a CNBB tem suas diretrizes relativamente reformuladas, mas as CEBs mantêm posição de destaque na ação da Igreja: no Plano Bianual dos Organismos Nacionais 1983/1984, a entidade estabelece como Programa 1 –Linha 1: Dimensão Comunitária e Participativa, como “essencial para a vida de fé”. No mesmo documento as CEBs figuram como mecanismos para ação social da igreja e estratégicas para o Setor de Ação Social e Setor de Educação, constituintes do Programa 6 – Linha 6: Dimensão Profética e Transformadora. A propósito do Setor de Educação, para quem os agentes de pastorais que coordenam CEBs constituem um público a ser cada vez mais capacitado, é válido reproduzir um trecho do Plano, no qual é explicitado um princípio da concepção de educação calcada no comunitarismo:

A educação libertadora-evangelizadora desafia, a partir da realidade social e das exigências da fé, os conteúdos, as metodologias, as relações educativas, o educador e as instituições, exigindo a revisão de práticas educativas que, muitas vezes, favorecem as desigualdades sociais, a eliminação dos mais pobres, reforçando o individualismo, a competição, enfim, o próprio sistema injusto que se denuncia verbalmente (CNBB, 1983, p. 31)¹⁷⁷.

Nos anos 1980 a Igreja Católica segue seu apoio aos seringueiros, contribuindo não somente com o aporte na formação de lideranças através de treinamentos, ou cedendo seus salões paroquiais para a realização de assembleias dos sindicatos, mas, sobretudo pelo ganho simbólico que estas ocasiões nas cidades de Xapuri, ou Brasília, reunindo centenas de trabalhadores, representava para a inserção destes camponeses no campo político. Os eventos, que duravam de dois a três dias e alteravam a rotina das sedes municipais, eram apenas uma demonstração do trabalho que corria ininterrupto no meio rural, conforme descreve Basílio (2019) sobre a atuação da igreja católica no processo de organização de camponeses nos Vales do Purus e Acre.

¹⁷⁶ Reinaldo segue a Congregação Cristã do Brasil. e os irmão Ribeiro a Assembleia de Deus há mais de 15 anos.

¹⁷⁷ CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 7º Plano Bienal dos Organismos Nacionais. 1983-1984. Brasília: CNBB, 1983. Disponível em: <https://efosm.files.wordpress.com/2013/02/cnbb-doc-29-7c2ba-plano-bienal-dos-organismos-nacionais-e28093-1983-1984.pdf>. Acesso em 5 de março de 2020.

Na zona rural, as CEBs reuniam grupos de famílias (10-20 pessoas) aos sábados ou domingos. Caso todos não pudessem comparecer, pelo menos o marido ou a esposa com os filhos lá estavam. A presença feminina, no entanto, era bastante considerável. Talvez, porque nos “Chapéus de Palha” (chamados de Centro Comunitários) construídos por eles e localizados à beira das estradas ou no interior dos seringais, realizavam-se missas, batismos, crismas, além das reuniões.

O monitor (na ausência do padre) fazia uma oração e leitura do Evangelho, em seguida, abria a discussão com perguntas por meio de um roteiro preparado pela Igreja sobre seus problemas atuais, buscando conjuntamente os mecanismos de resolução. Esse método de ação era chamado de: Ver, Julgar e Agir (BASILIO, 2019, p. 147).

Esta foi a atuação da igreja na formação das CEBs no Alto Acre, em contraposição ao que ocorria no Vale do Juruá, na Diocese de Cruzeiro do Sul. Em meados dos anos 1980 eram públicas as diferenças entre as orientações do Bispo da Diocese de Rio Branco e de Dom Luis Herbest, da Diocese de Cruzeiro do Sul: enquanto o primeiro havia contribuído para a estruturação de canais de comunicação que dessem voz aos seringueiros e indígenas e intensificado o trabalho das CEBs nos municípios das paróquias por ele supervisionadas, o outro se colocava claramente em favor dos patrões, a ponto de censurar a veiculação de uma mensagem de um dos dirigentes do CNS a seringueiros do Alto Juruá, na rádio de propriedade da Igreja, sob o pretexto de que a mensagem incitava os homens contra os patrões¹⁷⁸.

A partir da abertura política as CEBs orientam os fiéis quanto à importância do voto para impedir a perpetuação da dominação das classes políticas vinculadas aos setores dominantes e exploradores do trabalhador. Em 1982 a orientação era direta: os cristãos deveriam votar em candidatos de partidos que estivesse nas mãos da classe trabalhadora. Essa perspectiva se modificará com o passar dos anos, em parte devido às divergências entre os diferentes grupos que constituíam o partido, sendo que nas eleições de 1988 os cristãos do PT passam a priorizar a busca da eleição dos seus (agentes de pastoral, monitores etc.) (BARBOSA, 2007).

Esta constatação não quer dizer que há equívocos na interpretação que classifica os seringueiros como grupo comunitário social da Amazônia, pois, conforme observou Porto-Gonçalves (2003), as comunidades se iniciam de maneira autônoma e concomitantemente ao estabelecimento de uma nova configuração social na região, a partir da formação de famílias e da ampliação da agricultura, favorecendo o desenvolvimento de relações de parentesco e vizinhança, através de adjuntos (mutirões) para a troca de trabalho, partilha de sementes e

¹⁷⁸ Jornal O Estado de São Paulo, 05 de março de 1989. Matéria “Igreja convive com orientações opostas”, em matéria especial “Acre, onde o Brasil tem gosto amargo”, assinada por Mirian Guaraciaba.

resultados de colheitas e carne de caças abatidas, etc. Mas o comunitarismo se dá pelo fortalecimento mecânico e coordenado através das CEBs, ganhando mais força com a criação das Resexs, tanto pelas previsões formais/legais de participação de comunidades na gestão do território e uso de recursos como também no decurso dos governos do PT - governos pós-constituição de 1988 de maneira geral - que adota a comunidade como instrumento para a concessão de direitos e implementação de políticas públicas, ou seja, alocação de recursos públicos segundo reivindicações dos comunitários.

Nos anos 1990, essa base do comunitarismo cristão associado ao sindicalismo se deparou com os novos movimentos sociais, de inspiração multiculturalista gestados em países do primeiro mundo urbanizado, que não raro levado a termos maniqueístas, preconizou identidades em guerra fundamentalista com o Outro¹⁷⁹. Em grande medida estes novos movimentos sociais conquistaram espaço (em parte devido a sua capacidade de transitar no campo burocrático, resultado das melhores condições de acesso a meios de comunicação, instrução escolar etc.) cada vez maior no âmbito de correntes do PT do Acre. Esta permeabilidade do PT, que até então se movia heterogeneamente nos marcos de outras orientações ideológicas, aos pressupostos dos novos movimentos sociais, opera uma espécie de influência mútua: entre o comunitarismo cristão e o sindicalismo, ao multiculturalismo identitário gestado no primeiro mundo, este último, com fortíssimos traços que indicam colonialismo sobre os primeiros.

Por outro lado, conforme indicou Barbosa (2007), nos anos 1990 há um enfraquecimento das CEBs, devido ao fim do socialismo real e das políticas neoliberais e pelo avanço do pentecostalismo, cuja posição em relação à política se mostrava antagônico ao evangelismo libertador das CEBs. Mas pelo que se verifica da relação entre as CEBs e os movimentos sociais e populares, e da própria criação do PT, à luz do documento de Itaiçá, as CEBs teriam como foco justamente a redemocratização. Esta perspectiva dialoga com o que Ricci (2010) afirma sobre a negação da institucionalidade e anti-capitalismo que estariam na gênese das CEBs. Obviamente, para usar um jargão comum, houve um esvaziamento dos quadros das CEBs com a mudança da conjuntura política, pois muitos foram para disputas

¹⁷⁹ Estudiosos da Teologia da Libertação ensinam que a ação da Igreja Católica nela fundamentada pressupõe, antes de tudo, o combate a toda forma de opressão: de condição econômica; de gênero; de raça; de etnia, etc. Contudo, sabe-se que o multiculturalismo a que aludimos como de países de primeiro mundo é relativamente distinto. E de início a prioridade era a luta pela terra.

eleitorais, ou mesmo eleitos, ou ainda, passaram a ser comedidos na cobrança aos governos, já que em alguns casos colegas de CEBs (ou ex-colegas) atingiram funções no Estado.

Montero (2012a) identifica três grande momentos da atuação da Igreja Católica que influenciaram a formatação da sociedade civil e o processo político como um todo. Ao período considerado em nosso trabalho corresponderia o momento em que a Igreja Católica passa a atuar na defesa de direitos étnicos, inspirada numa “teologia da inculturação”, em defesa de povos indígenas e populações tradicionais. A atuação da Igreja, sob esta perspectiva, em relação aos seringueiros do Alto Acre, não se fez tão relevante quanto em momentos anteriores. Tanto é assim que não surgiu outro serviço pastoral explicitamente identificado com a “teologia da inculturação” e mesmo a CPT ficou cada vez mais afastada das comunidades. Conforme já levantamos, o relativo distanciamento da Igreja Católica neste período é influenciado pela postura do Bispo da Diocese de Rio Branco, onde ganhou muito mais espaço a linha da Renovação Carismática¹⁸⁰, em detrimento da teologia libertadora. Mas também porque muitas pessoas que integravam os quadros do serviço pastoral vinculado à teologia da libertação fizeram parte dos governos do PT. Complementarmente, deve-se considerar a inegável conquista de maior espaço nas comunidades pelos evangélicos.

Conforme apresentado na Tabela 3 o pentecostalismo avançou expressivamente no meio rural do Alto Acre. Nas comunidades por nós estudadas são especialmente relevantes as missões e obras da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil. Certamente essa expansão das ideias pentecostais influencia e seguirá influenciando este comunitarismo, assim como teve influência o catolicismo das CEBs. Nosso intuito aqui não é aprofundar a influência do pentecostalismo no comunitarismo seringueiro, mas cabe anotar a coincidência de casos de oposições e disputas intracomunitárias (como em processos eleitorais para Diretorias de Associações, ou mesmo a criação de novas Associações) correspondendo a diferenças de religião.

Não podemos afirmar que questões morais, sobretudo de cunho religioso, tenham sido colocadas na esfera privada, porém nos parece que, apesar da tensão perceptível a este respeito, até o momento elas não foram determinantes para o esgarçamento das relações e vínculos que dão coesão à comunidade enquanto esfera política. Alguns democratas deliberativos, diz Chantal Mouffe (1997), embora fracassando, defendem que estes assuntos,

¹⁸⁰ A Renovação Carismática Católica é um movimento que busca incorporar ao catolicismo alguns elementos do pentecostalismo protestante.

do ponto de vista da aceitação de um pluralismo de valores, não devem ser levados à esfera pública/da política, mantendo-se como questões privadas, já que não são pontos passíveis de consenso.

Apesar das mudanças na atuação política dos seringueiros, com ênfase na organização e criação de associações e cooperativas, ou buscando viabilizar a eleição de representantes através do partido, de ações no âmbito dos sindicatos, ou na relação direta com os governos, a influência das CEBs está na base desta organização. Não é somente o fato já bem explorado sobre as atividades dominicais das reuniões comunitárias: primeiro a reunião do evangelho, depois a do sindicato, depois a da cooperativa, da associação, etc. Há um entrelaçamento entre estes instrumentos, de maneira que ao analisa-los passando de um a outro, como campos relativamente autônomos, sobretudo do ponto de vista burocrático, negligencia-se o fato de que a perspectiva que embasa o coletivismo, da qual dependem todos esses instrumentos/instituições, é o comunitarismo cristão, de certa forma surgido da experiência por eles já vivenciada.

O componente chave das CEBs, além de promover a reflexão coletiva e encorajar a denúncia, é “a esperança do povo de Deus na caminhada rumo a uma nova sociedade”. Desta perspectiva, o martírio e os mártires têm uma relevância central no processo de dar sentido à mobilização para a ação política. A inscrição de um assassinato na causa coletiva (dos pequenos, dos pobres, dos oprimidos – o conjunto das classes exploradas, das raças desprezadas e das culturas marginalizadas), de confronto aos interesses de poderosos (ao latifúndio, ao capital, ao opressor etc.), aliada à solidariedade de pessoas de fora daqueles contextos do poder coronelista, produzem narrativas que revelam o *modus operandi* da pistolagem nos assassinatos de lideranças; as lembranças de cada um daqueles que conviveram com o mártir, narrativas que se transformam, desdobram-se em interpretações que revigoram o comprometimento dos que “permanecem na luta”.

Montero et al. (2011), registram esta influência da igreja católica no debate público brasileiro:

[...]Tendo em vista a já conhecida e bem demonstrada centralidade histórica da igreja católica no processo de constituição da sociedade civil brasileira desde a República, não é de causar surpresa a intensa circulação de categorias religiosas nas estratégias contemporâneas de formulação e visibilização de demandas. Além disso, é possível arriscar o suposto de que a matriz ideológica implícita nas políticas de reconhecimento tenha sido inspirada no conceito cristão de tolerância e diálogo religioso. De qualquer modo, não se pode deixar de sublinhar a importância da igreja católica, e cada vez mais das protestantes, no debate e na deliberação pública, mobilizando categorias tais como pobreza, solidariedade e esperança, que parecem

ter, mais do que qualquer outras, e em particular mais do que a linguagem da cidadania, capacidade de mobilizar e dar legitimidade ao modo como os grupos de apresentam na cena pública. (MONTERO, ARRUTI & POMPA, 2011, p. 36).

Do ponto de vista da atuação das CEBs, o martírio e os mártires identificam-se às causas generalizáveis na amplitude das categorias da gramática da teologia libertadora, mas serão evocados com mais intensidade naquelas causas mais específicas, de maneira a orientar a ação voltada a fins concretos: cada direito dos trabalhadores estará associado a um mártir ou mais. Não raro o significado dos mártires e do martírio é objeto de apropriação em proveito de grupos políticos, como o foi de maneira amplificada com os governos do PT do Acre que, como é sabido, procurou associar diretamente suas gestões a Chico Mendes, desenvolvendo narrativas que sugeriam proximidade e mesmo relações de amizade com políticos do PT.

Em boa medida, o comunitarismo que seguiu após a criação das Resex também se referenciou na vertente martiriológica das CEBs e, de uma maneira ou de outra, permeou a coesão em associações e influenciou a dinâmica eleitoral. Paradoxalmente este comunitarismo é também objeto de que os grupos oposicionista ao PT procuram se apropriar com finalidades eleitorais, passando a ter presença cada vez mais frequente em reuniões de associações. Repetimos a citação de Martins (2016) quando afirma que na política brasileira "um dos grandes eleitores é a cultura comunitária de extensa parcela da população votante. O PT se apoderou desse comunitarismo sem entendê-lo e o interpretou como lealdade cega e obediente, coisa que ele não é, menos ainda em face de candidatos ricos que se passam por pobres". (p. 174). Deve-se, no entanto, ter em mente que esta citação deve ser contextualizada, de maneira a não perder de vista que a cultura comunitária no Alto Acre se estabelece justamente com a contribuição de agentes que criavam o PT.

O comunitarismo entre os seringueiros está em processo. Inclusive porque após a demarcação das Resexs, o seringueiro passou a ter a possibilidade (e isso é na prática mais adotado) de se fixar por muito mais tempo num lugar, o que não era muito comum antes (OLIVEIRA, 1991). O comunitarismo seringueiro recebeu influência determinante do comunitarismo cristão para se alçar à política, mas não pode ser confundido com comunitarismo cristão, nem mesmo da CEB e da Teologia da Libertação, pois em última análise, essa pressupõe o cristianismo e o seringueiro em boa medida é comunitário porque nasce dentro dos pressupostos morais e costumeiros de uma comunidade, para a qual o cristianismo não é necessariamente o núcleo estruturante. A religiosidade do seringueiro é marcante, mas a religiosidade popular.

4.2 Tensões políticas internas e estratégias políticas externas

Da maneira como conduzimos até aqui a apresentação e discussão sobre a comunidade na trajetória política dos seringueiros, corre-se o risco de induzir a um entendimento de que tratamos de um todo homogêneo e harmônico. De fato, a construção política da identidade tem o intuito de assim o fazer crer, mas nesta seção queremos ressaltar que a imagem, ou posicionamentos que emergem como sendo pontos de vistas dos seringueiros, como sujeito coletivo (supostamente homogêneo), derivam de situações de oposições e disputas, ou, no melhor dos casos, não são isentos de conflitos intracomunitários. Simplória e didaticamente, podemos dizer que a comunidade é uma esfera política dentro de outra mais ampla, interpenetrando-se mutuamente. No caso destas comunidades de Resex há ainda uma comunidade política intermediária representada pelas associações que fazem a interlocução formal com o poder público. Assim, o político (nos termos apresentados por Mouffe (2003), parece ser reconhecido duas vezes: internamente ao grupo e externamente entre o grupo e outros grupos do espaço social em que interagem (competem e cooperam). Neste sentido, vale mencionar o caso de uma reunião que tivemos a oportunidade de observar na Comunidade Samaúma, na Resex CM, área de Xapuri: até o encaminhamento de uma proposta para resolução de demandas comunitárias ao poder público, a reunião esteve constantemente permeada de tensões entre comunidade e representantes da prefeitura, mas também entre os camponeses (ARAÚJO, 2018).

Independente dessas disputas, concorrências, diferenciações etc., as comunidades contribuíram para a segurança e garantia da condição camponesa dos seringueiros. Isso é verificável quando se compara com o desfecho que tiveram outras comunidades camponesas nesta região ao longo desses anos (que tiveram suas terras apropriadas por fazendeiros). É fundamental entender a comunidade como uma peça num complexo jogo político, no qual acentuou-se a relevância pela busca dos seringueiros de incidirem, e antes, disputarem estar, de alguma maneira, no controle das instituições públicas como prefeituras e câmaras, no intuito de viabilizarem melhorias nas Resex. Conforme ensina Bourdieu (2013, p. 138):

As lutas pelo espaço também podem se realizar em escala coletiva, através notadamente das lutas políticas que se desenrolam desde o nível nacional, com as políticas habitacionais, até o nível municipal, notadamente através da construção e atribuição de moradias sociais ou das escolhas em termos de equipamentos públicos: elas têm efetivamente como objeto a construção de grupos homogêneos de base espacial; ou seja, uma segregação social que é simultaneamente causa e efeito da posse exclusiva de um espaço e dos equipamentos necessários ao grupo que o ocupa, e à sua reprodução. (A dominação do espaço é uma das formas privilegiadas do exercício da dominação, e a manipulação da distribuição dos grupos no espaço foi

sempre colocada a serviço da manipulação dos grupos – pensa-se aqui particularmente nos usos do espaço pelas diferentes formas de colonização.) (BOURDIEU, 2013, p. 138).

As CEBs foram o instrumento que colocou o comunitarismo já existente em contato com o ideário da cidadania. Foi o elemento da coesão comunitária, uma vez que estabeleceu entre os camponeses o reconhecimento das circunstâncias em que se encontravam e a ideia de superação, que mesmo sem um programa genuinamente deles e pragmaticamente indicativo de tarefas a esta superação, assume o horizonte de cidadania (depois agregando outras coisas que para eles pareciam admissíveis), criando uma espécie de autoridade moral e de ética que os vincula. Este cenário manteve viva a utopia de que se haveria de avançar, embora não se tenha estabelecido o local onde parar, ou mesmo se haveria um ponto onde se pudesse revisar a trajetória.

Desta situação se depreende a ideia de *societas*, associação civil (que é diferente de associação burocrática-cartorial), trabalhada no texto de Mouffe (1997), citando com as devidas ressalvas o conservadorismo de Oakeshott, que só consegue supor o “nós” retirando o conflito com o Outro/inimigo: estas consistem num complexo de regras ou de prescrições de semelhante caráter, que não prescrevem as satisfações a serem perseguidas, ou as ações a serem realizadas, mas "considerações morais que especificam condições a serem subscritas na escolha das performances". Seguindo esta perspectiva podemos vislumbrar o comunitarismo seringueiro (que não é somente cristão, ou de busca de direitos especiais em função de um suposto singular e estático padrão étnico) como esse tipo de associação. Comunidade política num sentido não-instrumental, um tipo ético de vínculo entre pessoas, enquanto as afasta da existência de um bem comum substantivo. Na verdade vai falar sobre direitos e daí isto evolui nos anos 1980 para, com o partido, a ideia de cidadania, e o governo do PT do Acre emenda com a invenção da Florestania (GUIMARÃES JÚNIOR, 2008), em boa medida como peça publicitária mesmo.

Reiteramos que apesar de determinante nos que se seguiu, as CEBs não constituem o ponto inicial para o desenvolvimento de um comunitarismo cristão entre os seringueiros do Acre. Quando do início da criação das CEBs, havia uma célula comunitária básica, a partir de relações de parentesco reais e rituais. Como descendentes de sertanejos, os seringueiros tiveram suas referências culturais marcadas pelo catolicismo popular: os dias santos dividindo com o regime de chuvas amazônico, e as variações no ecossistema, o referencial de seu calendário (nasceu no dia do Santo/Santa fulano de tal; nasceu no dia de uma chuva); o

compadrio; os nomes dos filhos e filhas; as promessas de votos e sacrifícios a determinados santos por conseguirem uma graça; nomes de lugares etc.

Mas também deve ser levado em consideração, para que não haja risco de confusão com um comunitarismo indígena, sobretudo, no que se refere às cosmovisões e sentidos relacionados aos recursos naturais. O comunitarismo, levado à confusão por parte de quem pretende analisar o sistema de organização sociocultural dos seringueiros, pode induzir a visões que antes de reconhecerem os agentes como sujeitos históricos, leva a sua folclorização, que induz a visões caricaturais, o que ,acreditamos estar deixando claro neste trabalho, foi rejeitado pelos próprios seringueiros do Alto Acre.

Em última análise, as comunidades são a esfera de mediação mais próxima das famílias, na qual mantêm maior controle e autonomia sobre diferentes aspectos da vida social. O comunitarismo, com as características e dinâmicas que se pôde observar, não se fez espontaneamente, mas, tal como se apresentou e comportou nestes últimos anos, reflete as circunstâncias que ele próprio engendrou na relação com estes outros organismos de mediação. É um organismo que se autonomiza em relação às pretensões do indivíduo, mas também em relação às pretensões do partido, do sindicato e até da associação como esfera formal mais imediata deste processo. Os demais organismos são relativamente mais estáticos, em função das condicionantes burocráticas de um Estado que é historicamente fiador das classes dominantes econômica e politicamente, as classes de onde provêm historicamente os que produzem as normas legais que incidem sobre o mundo social (BOURDIEU, 2014).

A comunidade, informal que é (não é espontânea, mas informal, relativamente mais livre de amarras burocráticas), constitui-se numa força onde se processam demandas verdadeiramente reais das famílias em sentido ampliado. Ou seja, nestes casos, a comunidade é o local que extrapola aquele ambiente de debate e das deliberações colocados na agenda das associações burocráticas e que estaria alinhado ao que querem os governantes. As pautas de governos, as agendas que chegam intempestivamente por meio das associações ou STRs (ou mesmo ONGs), com prazos para um posicionamento “comunitário”, não oferecem tempo suficiente (pois quase sempre restritas a uma reunião para apresentação de uma resposta) para a tomada de posição, de maneira que as diferentes forças comunitárias se expressem suficientemente para gerar decisões que incorporem as dinâmicas de cada comunidade. As associações burocráticas, em muitos casos, são vistas como instrumentos, cuja finalidade maior é legitimar algo previamente determinado e que se coloca sob o verniz de ato

democrático. Daí que quando uma comunidade, em sua dinâmica real, passa a refletir sobre as consequências, em médio e longo prazo, de determinada proposta/oferta destes agentes estatais, os acordos intempestivamente assumidos, às vezes pela associação em ato formal de assinaturas rituais de adesão, passam a ser generalizadamente quebrados, o que apesar de contar com a maioria da comunidade, gera conflitos e desgastes internos.

Se as comunidades são representadas, tanto pela visão de agentes do Estado, que no máximo as enxergam como uma teia de comunidades rurais, ou, sobretudo, por correntes do socioambientalismo que as concebem como unidades contidas no interior de uma Unidade de Conservação, ou mesmo pelos próprios camponeses que em certas circunstâncias aderem a esta perspectiva, conforme frisamos anteriormente, este não parece ser o caso, pois, na prática uma comunidade configura-se como um fluxo organizado de pessoas (VINCENT, 1987). Neste sentido a comunidade é o *locus* no qual se devem considerar as tensões internas e a produção de estratégias com vistas a fins externos, ou mesmo como agentes externos, ou relações com agentes externos, ou coisas externas, influenciam na dinâmica interna, e vice e versa. Ou seja, apesar do comunitarismo ser assumido pelos seringueiros como instrumento de reconhecimento e afirmação frente ao Estado, as comunidades não são fechadas e na prática alinham-se à concepção de comunidade diversificada em sua constituição e fluxos de relações com agentes do mundo exterior, como a concepção apresentada por Vincent (1987), sendo muito tênue, e analiticamente arriscada, a delimitação de esfera interna *versus* esfera externa.

Seringueiros operam com um esquema de classificação social fundamentado no parentesco. Em muitos casos, o marcador de identificação de membros de uma determinada família, numa dada comunidade, expressa um sobrenome, ou apelido/alcunha, geralmente do patriarca, que se estende a todos os demais, tanto de familiares por laços consanguíneos quanto rituais. Esta categoria é também associada às relações políticas de âmbito exclusivamente comunitário (num esforço para delimitar o “interno”). Internamente a uma comunidade, as partes que eventualmente protagonizam divisões, tensões, conflitos e disputas (por prestígio, por terra, por legitimidade no aparelho de bens públicos etc.) são representadas pelo sobrenome, ou aquele nome com que a família é reconhecida pela comunidade e até fora da comunidade, ao invés de uma filiação político-partidária (apesar de em alguns casos de fato a divisão corresponder a preferências partidárias divergentes). Pode ser dito em termos de "os Mendes", por exemplo, ou, "esse pessoal dos Mendes", ou ainda "família de Mendes", no

PAE Chico Mendes; “os Martins” no PAE Remanso; “os Pereira” na comunidade Rio Branco; “os Assis” ou “o pessoal do Macacheira” no PAE Santa Quitéria e etc.¹⁸¹

Esta classificação baseada no parentesco é também uma forma de sentir-se pertencente a um determinado grupo no espaço social, numa escala mais ampla do que o pertencimento a uma família (núcleo doméstico), geralmente expressa em sentenças como “Antônio do Chico”, “Raimunda do Tião” etc. utilizadas para indicar filiação e uniões matrimoniais, respectivamente. Neste sentido, a própria comunidade, que em última análise é mesmo uma unidade constituída por parentes e conhecidos, referida não em termos de sobrenomes de família A, ou B, mas remetendo a referências do sistema seringal do qual se emanciparam, agrega-se como elemento identitário, como pode ser expresso nas sentenças: o pessoal do Rio Branco; o pessoal do São Luis do Remanso; o pessoal da Cachoeira etc., passando a vigorar o que mencionamos anteriormente para a atualização da condição camponesa com base na articulação terra, trabalho, família e comunidade.

A diferenciação entre seringueiros pode se dar em razão da capacidade de trabalho de uma formação doméstica, ou da quantidade de estradas de seringa ou localização de uma colocação, por exemplo. Pode ainda relacionar-se a um apelido/alcunha decorrente de uma posição de ofício em determinado momento exercido por um patriarca, ou uma proximidade a determinada pessoa notável (um seringalista, um empresário, um político etc.), ou mesmo a atributo físico (corporal), forma de se expressar (gesticulação excessiva, ou tom da voz, etc.), etc. Esta classificação se torna central num contexto marcado pela construção e desconstrução de reputações, o que possui implicações quando levadas à política, ao comunitário, à posição de liderança, enfim, à formação dos espaços de coletividade.

Contudo, não há, em âmbito comunitário, elementos percebidos como de distinção, que configurem uma hierarquia social exacerbada, apesar do surgimento e crescente diferença religiosa, ou mesmo da notabilidade que vai se adquirindo ao longo do período aqui analisado, em termos de influência política. Estes elementos de diferenciação, à exceção daquele inerente à influência política, comumente classificando os membros deste grupo como o “pessoal do movimento”, poderiam ser observados anteriormente à criação das Resexs, sobretudo em relação ao tamanho da família – aquele tipo de rede parental que ,ao

¹⁸¹ A antropóloga Mariana Pantoja (2008) expressa essa forma de os seringueiros se nomearem através de patronímicos. No livro “Os Milton”, a autora analisa a trajetória de uma rede de parentes nos seringais da região do Alto Juruá, no Acre. Ali está colocada a mobilidade espacial dos seringueiros, além de outras informações que poderíamos dizer também se aplicarem aos seringueiros do Alto Acre.

tornar-se notável, seja pela quantidade de membros, seja por algum tipo de reputação (com base em atributos considerados honoríficos, ou atributos indesejáveis), passa a nomear inclusive quem não é parente consanguíneo, tal como genros e noras.

Neste sentido, reproduzem-se na atualidade diferenciações decorrentes da condição econômica da família. Assim, uma família que, além de desenvolver as atividades de extrativismo de castanha, pequena agricultura, eventualmente corte de seringa e criação de animais, quando se envolve com o comércio, por exemplo, passa a ser percebida de maneira diferente, uma vez que estabelece relações mediadas pelo dinheiro e troca assimétrica de bens com outros membros internos e externos¹⁸². Este tipo de diferenciação se dava em tempos passados, conforme apontou Teixeira (2019), quando descreveu e analisou a prática do estabelecimento de prepostos de patrões em determinado momento do sistema de aviação.

Famílias percebidas como em melhores condições materiais não raro eram aquelas a quem os pais preferiam dar os filhos para batizar, estabelecendo um laço parental. Mas esta escolha geralmente representava menos um interesse em auferir algum benefício material imediato para o afilhado/afilhada (embora não fosse totalmente descartado), senão colocar-se numa situação de segurança e tranquilidade de espírito, pela certeza de que o filho/filha não seria abandonado à própria sorte, caso os pais viessem a falecer, ou mesmo diante de um eventual colapso nas condições econômicas da família, o que levaria a doação do afilhado para o padrinho criar. Desta lógica, a prática de doação de filhos, segundo um critério das escolhas de bons padrinhos (diferenciados economicamente), mantinha esta diferenciação, uma vez que o padrinho quase sempre dispunha de um bom número de afilhados a trabalhar sob sua coordenação e que, após emanciparem-se, geralmente o acompanhavam com lealdade nas opiniões e deliberações.

Portanto, no esquema de classificação aqui apontado, são acionados princípios de distinção igualmente encontrados em esquemas que dão prestígio e capital político e simbólico a membros de oligarquias que historicamente manejam a política, dominam o comércio, são proprietários de terras e cujas gerações se sucedem em posições destacadas no campo político, ou cargos de direção (no Acre, estas posições se sustentavam em favores e proximidade a políticos e comerciantes influentes nos períodos de autoritarismo). No caso dos

¹⁸² Klaas Woortmann (1990) em seu conhecido trabalho, "Com parente não se negueira: o campesinato como ordem moral", relatou essa postura junto a camponeses de estados do nordeste, para quem as relações de trocas comerciais implicavam perturbação à ordem moral camponesa, já que via de regra uma das partes teria que perder, para a outra poder ganhar.

seringueiros, que são percebidos com distinção, o fundamento não é exclusivamente a propriedade de bens materiais, mas principalmente a honra, a fama de trabalhador, de honesto, de solícito ou mesmo a fama de destemidos e valentes (este último atributo às vezes está associado a desordens em festas), inclusive. Em todo caso, este reconhecimento, pautado em atributos morais, mesmo sem preconizar hierarquizações nas relações estabelecidas entre os seringueiros, às vezes confere àquela família uma posição de destaque nos campos político, econômico etc.

Esta classificação é por vezes manejada por políticos (seringueiros políticos, políticos do movimento e ultimamente políticos vinculados a facções adversárias do movimento seringueiro) com fins eleitorais, a partir do ingresso dos seringueiros na política eleitoral – sobretudo ao adquirirem direito de voto. Se é mais rara uma explicitação de que a comunidade fulana "fechou" [em apoio] com candidato fulano, é mais comum e moralmente aceitável que se diga que a família fulana “fechou” com o candidato sicrano. Mesmo sendo muito comuns as placas de determinados candidatos nas residências das famílias, há um certo cuidado em não associar explicitamente determinada comunidade a um partido ou candidato, apesar da votação das urnas revelar que há uma inclinação preferencial para com o PT, conforme mencionamos no capítulo anterior. No entendimento dos seringueiros, a comunidade deve ser considerada como esta unidade formal, partidariamente imparcial: como um lugar neutro, antes de tudo, votada a viabilizar direitos e políticas públicas, independentemente de quem esteja à frente dos órgãos do poder estatal.

Famílias percebidas como notáveis, que em muitos casos através de alianças políticas têm mantido sua influência nas organizações locais e dissimulado suas divergências/concorrências em suas respectivas comunidades, estabeleceram contatos entre si, formando uma rede em nível municipal e no Alto Acre, através da organização sindical, das ações após a criação da Resex CM e do PT. Antes disso, suas demandas tinham a ver com o âmbito do seringal onde moravam e eventual influência ficava mais resumida àquela delimitação espacial, reclamando, sobretudo, algum reconhecimento por parte do patrão. Com o Sindicato e o partido a intercomunicação entre as diferentes comunidades se potencializou. No âmbito dos treinamentos das CEBs a articulação também era favorecida, mas ali, como lugar também de rezar, essa dimensão do poder e das disputas por poder entre eles ficava diluída em razão de que se pressupunha uma unidade contra os algozes, o latifúndio, o Estado etc.

A permeabilidade das comunidades ao socioambientalismo e a emergência do associativismo burocrático trouxe outros elementos de diferenciação interna às comunidades. Tanto famílias mais envolvidas com projetos experimentais de ONGs, ou do governo, ou membros de direção de associações, sobretudo, o presidente, estão sujeitas ao distanciamento relativo de algumas pessoas, sobretudo, dependendo do tipo de relação que se estabelece entre estes e seus interlocutores externos – técnicos de determinada ONG, políticos do PT, dirigentes de determinado setor do poder público etc. Diferenciação desta ordem já aparece com o sindicato, ou mesmo na CEB, mas uma diferenciação mais tênue e menos cobrada que a de um presidente de associação, sobretudo, a partir dos governos do PT e a ideia de esta manter-se alinhada ao governo e ter responsabilidades na viabilização das políticas públicas. Também as mudanças quanto à confissão religiosa traz modificação nestes padrões de diferenciação.

Como parte das novas estratégias de alianças para manutenção da unidade da comunidade, registram-se os processos de definição de nomes a ocuparem cargos em diretorias de associações ou outras instâncias comunitárias, como negociações e acordos para a composição de “chapa única” em pleitos eleitorais destas organizações, de maneira a garantir que integrantes das diferentes famílias sejam incluídos. Também há processos que dizem respeito a grupos de famílias envolvidas em projetos experimentais, mas que exigem decisões que afetam a totalidade da comunidade, gerando impasses que devem ser contornados a partir de delicadas negociações envolvendo concessões de parte a parte (tanto de famílias moradoras como dos agentes externos envolvidos nestes projetos). Quando, no entanto, não se alcança uma negociação considerada satisfatória para as partes envolvidas, devido a influências diversas (pontos de vista racionalmente divergentes, mas também uma mágoa amorosa de membro da família, uma disputa por um recurso, um ressentimento qualquer etc.), não é raro o surgimento de práticas subversivas a certas deliberações e encaminhamentos aprovados em reuniões de associações.

Em muitos casos transparece que o desacordo latente (o desacordo não declarado e mais ainda, o desacordo não declarado publicamente nos ambientes de reuniões) é encaminhado tomando como base o pertencimento e a unidade “família” como fator determinante quanto a decisões coletivas. Na verdade na maioria dos casos de questões que geram impasses as decisões são permeadas pela influência do pertencimento quando uma das partes envolvidas sente-se contrariada, invocando-se justificativas como “na minha casa,

associação ou liderança fulana de tal não manda, quem manda sou eu”. Todavia, comumente se instalam tensões que minam a influência dos patriarcas, autoridades naquelas famílias numerosas, que buscam controlar as associações ou mesmo estabelecer delicada disputa com as associações. Os conflitos intracomunitários, que remetem a conflitos inter e intrafamiliares, dão-se sob certa discricção, correspondente ao processo que possibilitará, no espaço público, um acionamento do nós, naqueles casos em que fazem frente aos órgãos públicos. São processos silenciosos, quase sempre uma solução capaz de evitar uma confrontação pública com um notável, ou o presidente da associação, que às vezes apoia o discurso ou proposta de alguém externo à comunidade, como comerciante, governo, ONG etc.

As divergências entre famílias numa determinada comunidade quase sempre são ocultadas em reuniões com presença de estranhos (sobretudo se for a primeira vez que o estranho está presente). Mas um pouco mais de convivência na comunidade, e conquista de confiança, dará a um estranho (que já não será mais tão estranho) a dimensão das tensões intracomunitárias. A criação de outras associações, que em muitos casos coincide com a comunidade de religião diferente, é pois, um fechamento e um retrocesso na ideia de democracia agonística, já que é uma forma de fugir ao debate político e prender-se a sua comunidade de identidade (os evangélicos, o pessoal do manejo etc.).

Pontos divergentes que levam a impasses mais prolongados e tensos geralmente dizem respeito a mudanças percebidas pelas gerações mais velhas, ou por aqueles que seguem mais rigorosamente o ponto de vista destas gerações, como sendo de alto impacto em práticas costumeiras no que concerne a aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Neste sentido é que mencionamos impasses em torno de projetos do socioambientalismo. Todavia, conceber a comunidade da perspectiva dos fluxos organizados de pessoas implica a constatação lógica de que também o mercado, a religião e a própria reconfiguração dos meios de transporte e comunicação são ativadores das situações de impasse.

No centro destes processos estão as pessoas, não individualizadas, pois, tanto na família, como na comunidade, as pessoas representam unidades interligadas umas às outras. Em escala doméstica as mudanças almejadas por um membro rebatem sobre os demais, de maneira que a escala se ampliará ao nível da comunidade e depois, ao intercomunitário. Isso tanto tem a ver com membros parentes, a quem há uma espécie de obrigação em ajudar - dádivas e contradádivas arbitradas sob a busca de se manter em consonância com a justiça do Deus cristão - mas também com estes outros agentes, com quem se estabelece algum tipo de

relação percebida como contribuição para o bem estar dos membros da família. Assim, por exemplo, para além de conflitos geracionais que a adoção de certos hábitos de consumo instalam temporariamente no interior da família, esta inovação acabará organizando o trabalho e o uso dos recursos advindos da produção, ou políticas de distribuição de renda, para que seja provido o desejo de consumo motivado pelas mudanças nos padrões de deslocamento e trânsito em vários campos (que pode ser de um jovem que deseja uma motocicleta, ou de um idoso, a quem o acesso a serviço médico abre a perspectiva de realizar uma cirurgia para tratar uma enfermidade).

Primeiramente, a vontade de introduzir a inovação, que desestabiliza o que o chefe da família tem projetado para os filhos (que é pensado a partir de suas referências, portanto ancorado naquilo que existe numa fase de sua vida, mas que a evolução técnica vai sobrepujando) será submetida a um esforço de dissuasão: geralmente uma empreitada que tem à frente de batalha o casal, pais daquele que pretende inovar. Esta batalha é delicadíssima, fragiliza alguns laços e reforça outros, que tendem a retornar a níveis de equilíbrio com o passar do tempo, seja quando ocorre a dissuasão ou quando a ideia da inovação/novidade prevalece. Esse é um período em que emoções e razão caminham lado a lado em conflito acirrado, sabendo-se que o desfecho, para um lado, ou outro, pode levar a rompimentos permanentes, mas nunca sem sequelas. Pode ser mais ou menos complicado, muito em função, inclusive, do número de pessoas na família. Os pais não querem desagradar a nenhum dos filhos e nesse sentido são muitas as conversas em separado com um e outro, que sofre a influência de terceiros (genros, noras, netos, ou até vizinhos etc.). Vale dizer que as tentativas de dissuasão não partem somente dos pais, mas também da esposa/esposo. Não tem a ver somente com despesas extras, que envolvem gastos, mas tem a ver também com a negação, ou afronta a um valor moral, a um tabu religioso, a um medo etc.

Em escala doméstica o novo hábito (a inovação) pode ser inclusive a mudança de religião, ou uma mudança para a rua, o casamento, a abertura de um roçado em uma nova área, o voto em candidato de outro grupo, o estabelecimento de parcerias comerciais com alguém de má reputação, o consumo de bebidas, a ida a uma festa, uma viagem e tudo mais que se julgue novidade.

Assim também será com inovações que se pretende alcançar a família, mas isto passa pela comunidade. São inovações advindas de várias frentes, passam por um tratamento crítico no âmbito da família e ,se não houver consenso que possa ser levado a público, em uma

reunião, ou petição etc, passará por resistências ou mesmo boicotes no cotidiano, até que se possa levar novamente ao debate comunitário. Isso é bem o que aconteceu com o manejo madeireiro, mas também com os projetos do desenvolvimento sustentável calcados na vertente que privilegia a conservação da biodiversidade através da adequação técnica da produção, relegando aspectos sociais a segundo plano – a naturalização do social (TEIXEIRA, 2005).

Muito do que vem à esfera pública como uma decisão racional (a assinatura de um contrato, a adesão a uma política pública etc.), é a forma mais ou menos acabada de uma negociação complexa, travada na família, na vizinhança, na comunidade. Quanto às generalizações das inovações sociais, culturais, políticas e principalmente econômicas, basta que um membro de uma comunidade as inicie. Aquele início passa a influenciar sua comunidade e depois as demais, como numa onda.

O caso da reunião da comunidade Samauma (ARAÚJO, 2018), ilustra muito bem essa realidade de relação tensa entre as influências da igreja católica, a autoridade tradicional do pai, o estado e o PT. E as relações interpessoais no âmbito de uma realidade onde se avança as relações capitalistas a partir da criação da Resex – não necessariamente pela criação da Resex – mas que eles só puderam se deparar, naqueles termos, porque criaram as Ressex, pois do contrário provavelmente teriam sido expropriados e não mais estariam ali.

As comunidades de seringueiros do Alto Acre não são como comunidades ribeirinhas - aqueles povoados/aldeias -, ou comunidades de bairros, urbanas. Por mais que as motocicletas e carros tenham trazido outras perspectivas e práticas em relação à convivência comunitária, a dispersão das famílias leva a que moradores de uma mesma comunidade passem períodos prolongados sem reencontrar-se (há fatores como período do ano, ou mesmo se tratar-se de ano eleitoral, de festa, de trabalho etc.). Não raro o morador tem intensificado contato com o exterior, para resolver questões comerciais, de burocracia, de saúde ou de assistência a familiares morando na cidade. Mais até do que visitas aos vizinhos de outras colocações (importante registrar que o mesmo padrão não se aplica aos moradores de uma mesma colocação, a partir da prática de divisão entre filhos, irmãos etc, cuja interação é muito intensa ao longo do dia).

Nesse sentido, os atores externos, que constituem o “outro” se fazem manifestar muito fortemente na construção, coesão e manutenção do “nós”. No PAE Remanso isso ficou claro quando os moradores outrora diretamente envolvidos com manejo relatavam que fazia

tempo que não viam os demais também envolvidos. O INCRA, ou outros órgãos governamentais, assim como ultimamente agentes de saúde, professores filhos da comunidade, ou da cidade, são relevantes neste processo, ao longo dos anos, e, neste sentido, há uma sucessão entre agências, às vezes sobrepondo-se, mas que cada uma terá maior centralidade na interlocução com a comunidade, dependendo da demanda que se coloca, que pode ser de iniciativa dos seringueiros, ou da própria agência, fomentada por interesses diversos¹⁸³.

Mas é nesse sentido que faz a diferença considerar outros atores externos que não somente os de instituições de Estado, que funcionam como o outro na relação com os diferentes atores internos que constituem o nós da comunidade: o comprador de gado, o comerciante da cidade, o visitante, o parente da cidade, a vizinhança da segunda casa na cidade, o padre, o vendedor de crediário, o freteiro do ramal, o mototaxista, camponeses de outras modalidades de projeto de reforma agrária (ou posseiros), ou mesmo outra comunidade de seringueiros, da mesma reserva ou de outras, etc.

Externamente, independente da relação, necessária com o PT, para se projetar na esfera institucional, a comunidade foi, neste período, a célula coletiva que imprimiu o caráter identitário aos seringueiros e uma postura de combate na luta de classes do contexto do Alto Acre, notadamente no que toca ao campo e à luta pela terra especificamente: de um lado, fazendeiros buscando apropriar-se de terras, de outro, seringueiros em comunidades para, buscando melhores condições de vida, garantir sua “permanência” na terra/território.

Neste sentido, se da parte das políticas de desenvolvimento, concebidas nos marcos do capitalismo agrário, da agricultura familiar, *a priori* atribuindo ao camponês a responsabilidade por encontrar-se em estado de pobreza, subtraindo as relações de forças que assim conformam a realidade social e econômica, da parte dos seringueiros, as comunidades se constituem neste mecanismo que revela as assimetrias de poder dos contextos locais e neste caso são armas de enfrentamento a seus oponentes na disputa pelo poder. Assim, pode-se com

¹⁸³ Durante nossa pesquisa de campo em função do Mestrado em Desenvolvimento Regional, tivemos conhecimento de uma situação do PAE Porto Dias, município de Acrelândia, administrativamente considerada microrregião do Baixo Acre. Ali, durante os anos 2007 e 2008 foram estabelecidas duas comunidades enquanto instâncias legítimas para dialogar com o governo estadual, exatamente devido ao interesse de madeireiros da região, que pressionaram a Secretaria Estadual de Florestas, que chegava a anuir os contratos abusivos entre madeireiros e seringueiros. Os seringueiros, que não se sentiam representados pela comunidade já existente, por sua vez, tinham interesse em que fosse aberto um ramal; outros moradores vislumbravam uma forma de regularizar seu direito as frações de Colocações que adquiriam ilegalmente, e assim se engajavam nas discussões sobre manejo madeireiro comunitário.

certa nostalgia, lamentar a falta ou o esvaziamento do sindicato, mas as comunidades pós-Resex e, mesmo que com deformações, as associações e a busca por viabilizar políticas públicas de acesso a direitos e mesmo as comunidades como salvaguardas nas eventuais subversões às imposições do Estado, são pois instrumentos de luta neste período, pois as mudanças percebidas como melhoria das condições de vida tornam possível a permanência das famílias nestas áreas.

Em abril de 2018, acompanhei uma oficina realizada na comunidade Rio Branco, em Xapuri, na qual se buscavam subsídios para a edição de uma Portaria do ICMBio, em que se deviam estabelecer os critérios que definam o “perfil dos beneficiários e dos usuários” da Reserva Extrativista Chico Mendes. É uma ação iniciada em 2016 nas Resex Federais e que, segundo representantes do ICMBio, estaria atrasada na Resex CM (Ainda em 2017 haviam sido publicadas as Portarias que aprovaram o perfil da Família Beneficiária da Resex Alto Tarauacá e Resex Riozinho da Liberdade, também no Acre) ¹⁸⁴.

Esta oficina foi significativamente expressiva do cenário econômico, social, político e cultural que atualmente toca aos moradores destas áreas. Durante aquelas quase seis horas de reunião, que contou com a expertise em mediação de processos comunitários de uma consultora contratada pelo ICMBio, ficou evidente o esforço (e dificuldade) dos cerca de vinte participantes em expressarem claramente qual seria a designação a ser utilizada, considerando a pluralidade das categorias com que são reconhecidos pelo Estado e daquelas com que se autoclassificam (agricultor familiar, extrativista, população tradicional, trabalhador rural, colonheiro, seringueiro etc.), mas, sobretudo, pelas múltiplas situações que são vividas pelos próprios sujeitos. A respeito do “perfil do beneficiário”, apesar de tratar-se de uma Resex e de, com o estímulo da consultora, mencionarem aspectos de ancestralidade e perfil cultural específico, os participantes deixaram claro não ser possível restringir as atividades às práticas extrativistas. E quanto ao “perfil dos usuários”, chamou a atenção o fato dos participantes terem incluído o “peão de boi”, no rol de categorias que interagem com a comunidade. De outra parte, com importância central para as conclusões a que chegamos nesta tese, os comunitários demonstraram preocupação em garantir que entre as regras constasse expressamente que os filhos que saem da área para estudar não podem correr o risco

¹⁸⁴ Claramente a mediação tinha como um de seus referenciais a definição de Povos e Comunidades Tradicionais constante no Art.3º do Decreto 6040/2007. Cabe observar que embora representantes do ICMBio demonstrassem empenho para aprovar a norma antes da mudança do governo federal, até março de 2020 a Portaria com o Perfil da Família Beneficiária da Resex CM ainda não havia sido publicada.

de serem excluídos da condição de beneficiários, porque esta tem sido uma situação recorrente não somente naquela comunidade, mas também nas outras observadas.

Naquela oficina (mas também em outras ocasiões e em outros locais), as gerações mais jovens quase não se posicionavam quanto à tentativa de uma identidade coletiva, e quando o faziam, não evidenciavam discursivamente maior preocupação com a questão ambiental. Praticamente não se verifica a designação população tradicional entre os mais jovens. A escolha identitária, conforme discutem Cunha e Almeida (2017) sobre a assunção da identidade de comunidade tradicional, seguindo o caso dos próprios seringueiros, mostrou-se mais política que antropológica. Seringueiro, como uma expressão do campesinato brasileiro, é uma categoria que expressa outras dimensões, não exclusivamente a econômica (que neste aspecto esteve mais associada à categoria “extrativista”), assim como Populações Tradicionais, notadamente vinculada a políticas públicas e ao Estado de maneira geral.

Governos e outros atores (ONGs, Associações, e mesmo Sindicatos) buscaram difundir a ideia de “desenvolvimento sustentável” acoplando-a à noção de “luta na terra” (SILVA, 2004), sugerindo que estes sujeitos estariam num segundo estágio, e que haveria cessado a “luta pela terra”. No período aqui considerado este discurso foi exaustivamente repetido como retórica oficial de governos do PT. A política de manejo madeireiro comunitário é uma referência desta manobra que, discursivamente, buscou deslocar a luta pela terra (e conseqüentemente o camponês que luta pela terra) para a luta na terra e na floresta, assim como outras medidas, que Elder Paula (2013) denomina “capitalismo verde”, tensionando a constituição de uma identidade substituta à de camponês: a de “manejador”. Mas na dinâmica própria da fronteira de expansão agropecuária, no mundo vivido pelo campesinato do Alto Acre, esta tentativa foi pouco ressoante.

Agentes externos levaram a construção de uma imagem folclorizada dos seringueiros e das próprias comunidades de seringueiros, o que, entre outras coisas, pressupunha uma visão de comunidade fechada, de cultura arcaica e estática, da produção de borracha no defumador com a *poronga*¹⁸⁵ na cabeça etc., da cura a partir do uso exclusivo de ervas da floresta, lugar de harmonia absoluta entre as famílias etc. Elementos que viraram grife, estilo, nome de bandas de rock, tentativas de desenvolvimento de peças de vestuário pop, como o sapato de

¹⁸⁵ Artefato constituído por uma lamparina em alumínio, geralmente alimentada com querosene, ou óleo diesel, adaptada para prender-se a cabeça. Seringueiros usam a poronga quando saem na madrugada ainda escura para riscar as árvores de seringa. A poronga é o logotipo do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

seringa etc.. parecido no caso dos quilombos, ou mais precisamente com a ideia por trás da categoria “remanescente de quilombo”, conforme notou Ilka Boaventura Leite (2000). Apesar do valor simbólico na atualidade há muita diferença desse estereótipo.

A ruptura com a ordem seringalista inaugurou uma espécie de história heroica entre os seringueiros do Alto Acre, engendrando tentativas de estabelecimento de uma ordem de linhagem, em alguns casos, muito claramente delineadas. A sucessão busca articular o prestígio na comunidade (autoridade decorrente de influências fora da comunidade, com vínculos parentais, carisma e mais recentemente até de títulos escolares), com a capacidade de se colocar e ter legitimidade fora, inclusive e talvez centralmente no PT.

Faz-se uso de técnicas de promoção de imagens através de símbolos, fotografias, eventos e discursos em homenagem a alguém que participou ativamente dos eventos da história heroica (a fundação de um STR, a participação em um Empate etc.). Sem sombra de dúvidas, neste aspecto, um dos artifícios mais usados neste período foi recorrer a certa proximidade com Chico Mendes, ou participação em algum evento notadamente importante na historiografia da luta dos seringueiros, como tentativa de obter legitimidade por parte de pessoas, de governos, pesquisadores e etc. No plano comunitário os meandros são relativamente diferentes, como dizer que foi o fundador de uma Associação, ou que coordenou alguma ação em benefício da comunidade. Em muitos casos, busca-se contemplar descendentes consanguíneos de pessoas notáveis da idade heroica na composição de diretorias de Associações, ou STRs, e para candidaturas nos pleitos eleitorais municipais. Mas também pode-se indicar alguém com lealdade reconhecida a estes notáveis.

Fotografia 1. Sede do STR de Assis Brasil, com uma fotografia de liderança histórica na fachada.



Fotografado por João Maciel de Araújo em maio de 2018.

As comunidades de seringueiros, com suas lideranças na forma de delegado sindical, monitor do Evangelho, com um prestígio local muitas vezes legado de seu vínculo consanguíneo ou ritual com uma família numerosa, inauguram nova configuração dos sistemas de poder no Alto Acre, cujo reflexo se mostra também na política institucional: sepulta-se o poder baseado no seringalista e os “aristocratas” do comércio e da burocracia a eles associados, ao mesmo tempo em que seus principais oponentes serão os fazendeiros ,que tanto eles quanto o Estado tinham como certo substituírem os seringalistas, já contando com a simpatia de parte da “aristocracia” local. Em cada comunidade, antes dominada por um seringalista, terá lugar uma liderança comunitária seringueira, das quais algumas, inclusive, havia sido uma espécie de preposto de antigos seringalistas. Apesar desta liderança comunitária, ou delegado sindical, não determinar em quem se deva votar, seguramente terá influência.

As comunidades foram o substrato para a formação de uma extensa rede de lideranças, mais ou menos delimitada por questões políticas municipais. Nos anos 1990 e início da década de 2000, o CNS figurou como entidade que as interconectava; assim como o próprio Projeto RESEX que possuía especial relevância no caso das comunidades da Resex CM¹⁸⁶;

¹⁸⁶ No escopo do Projeto RESEX, as comunidades eram nominadas como Núcleos de Base. Diferentemente dos STRs que permitiam a interconexão comunitária em nível municipal, ou mesmo do CNS que estava também muito voltado a questões de todos os Estados da Amazônia, este Projeto permitiu o fortalecimento desta rede em

a FETACRE também contribuía para esta interconexão, de maneira indireta, por meio dos sindicatos; e nas décadas anteriores tal articulação se dava mais fortemente através da Igreja Católica, por meio das CEBs. Em escala municipal as associações da Resex CM e eventualmente alguma cooperativa contribuía para a manutenção da interconexão entre as lideranças e comunidades. A participação em eventos de amplitude municipal, estadual e nacional sedimentava a liderança de certos seringueiros, como alguém a quem se delega a condução de processos decisórios que afetam a comunidade. Certamente este processo de instituição da liderança remete a motivações outras de ordem interna, conforme temos apontado.

Ambos os instrumentos de interconexão foram atravessados pela presença do PT (uma vez que a grande maioria das lideranças comunitárias que compunham a rede eram vinculados ao partido), sendo que com a chegada deste partido ao governo estadual, tal interligação foi favorecida, pelos aportes governamentais na promoção de atividades de amplitude microrregional e estadual relacionadas a políticas públicas (tal como custeio da realização de seminários para discussão de ações voltadas à produção, congressos sindicais etc.). Esta situação se intensificou com a chegada do PT ao governo federal.

Diferente das associações dos PAEs (e da maioria das associações rurais no Acre), geralmente constituídas por uma Diretoria (Presidente e Vice, Secretário Geral e Tesoureiro), o Conselho Fiscal (três titulares e três suplentes) e a Assembléia Geral como instância deliberativa, as Associações criadas em razão do Projeto RESEX (na verdade, em razão da lei que institui as Resex como UCs de Uso Sustentável) possuíam uma estrutura político-administrativa relativamente extensa, permitindo a participação de lideranças de um bom número de comunidades sob a jurisdição de cada uma delas: além da Assembleia, órgão geralmente de votação simbólica¹⁸⁷; uma instância executiva, com diretorias definidas segundo temáticas de atuação que diziam respeito a vários aspectos da vida dos moradores da Resex; uma instância de fiscalização, o conselho fiscal; e uma instância política, o conselho deliberativo da Associação, composto por representantes de núcleos de base, ou seja de cada comunidade.

nível microrregional. Ademais, o Projeto RESEX representava na década de 1990 a principal intervenção do governo federal em favor das Resexs, o que era determinante nesta articulação, uma vez que o governo estadual se mostrava relativamente apático, senão contrário mesmo à proposta.

¹⁸⁷ Porque na realidade, as propostas eventualmente conflitantes que entravam na pauta de votação, ou mesmo somente referendadas, eram uma síntese de negociações de "bastidores", envolvendo lideranças e interesses em outras ordens que não somente aquelas vinculadas a Associação, ou à Resex estritamente.

Esta estrutura, apesar de não contemplar a participação de representantes dos moradores dos PAEs, contribuía para a articulação e a consolidação da rede de lideranças do Alto Acre, a qual nos referimos. Com os escritórios das Associações situados nas cidades e com a previsão de recursos destinados a ajudar os custos de mobilização, os diretores adotaram um sistema de rodízio entre eles, de maneira que todos pudessem assumir as atividades na cidade por períodos pré-estabelecidos. A agenda do diretor responsável naquela semana, poderia contemplar diversas atividades relacionadas a execução do Projeto RESEX, como: reuniões com técnicos do CNPT, entrevistas a pesquisadores e jornalistas, viagens a Rio Branco, ou outros municípios do Alto Acre etc., mas, seguramente haveria agendas relacionadas a articulação política dos seringueiros, como reuniões com STRs e mesmo com o partido. Além disso, o Projeto RESEX previa recursos para comunicação, o que levou as diretorias das Associações a criarem programas regulares nas emissoras de rádio locais, e a instalação de um sistema de radiofonia (rádio amador), que na opinião de muitos, revolucionou a comunicação entre os seringueiros das comunidades da Resex¹⁸⁸.

Tratou-se desta rede de comunidades, aparentemente iguais, constituídas até certo ponto ao custo da abnegação de lideranças sindicais e partidárias¹⁸⁹. A rede intercomunitária se converteu em mecanismo que viabilizou o acesso a recursos e serviços públicos, cuja distribuição antes era restrita a um grupo de famílias incrustado no campo burocrático cuja ação era restrita às cidades, ou aquelas famílias que dominavam o comércio local e regional. A partir dos governos do PT, algumas comunidades se tornaram mais “notáveis”, de certa forma, locais com prioridade para investimentos públicos, como lembram várias lideranças a respeito da Cachoeira (PAE Chico Mendes) – neste caso devido à história diretamente vinculada a Chico Mendes. Mas outros critérios conferiam notabilidade junto ao governo entre as comunidades, tal como a longa distância das áreas urbanas, caso da comunidade Icuriã, em Assis Brasil e da comunidade Samaúma, em Xapuri. Posteriormente, um critério

¹⁸⁸ Foram instalados aparelhos de rádio amadores em várias comunidades da Resex e nos escritórios sedes das associações nas cidades. Através deste sistema as diretorias da associação conversavam diretamente com líderes comunitários, obtendo informações sobre as ações do Projeto RESEX, mas também os seringueiros comunicavam sobre ocorrências de desvio das regras dos Planos de Uso e mesmo pediam ajuda em casos de emergências médicas.

¹⁸⁹ Em 2012, por ocasião de nossa pesquisa durante o mestrado, localizamos nos arquivos do escritório do CNS em Rio Branco, um relatório das atividades desenvolvidas por Raimundo de Barros em Janeiro de 1990. Naquele período o líder seringueiro era tesoureiro do CNS. Chamou-nos a atenção a dedicação desta liderança na realização de várias atividades, mesmo sendo janeiro, mês de intensas chuvas no Acre. Além de detalhar cada atividade que promovera, ou acompanhara, Raimundo de Barros encerra o Relatório com o seguinte: “Neste mês de trabalho, caminhei 52 Km de varadouro, todos de pés; 720 Km de ônibus e caminhão; 150 de Toyota e outros carros. Pernoitei 12 noites nos seringais e 5 noites em Rio Branco”(CNS, 1990 *apud* ARAÚJO, 2013).

para ser notável passou a ser justamente a disposição da comunidade em aderir ao manejo madeireiro. Ou seja, a notabilidade se dava em razão da importância histórica, como caso a agregar na narrativa publicitária da Florestania e do desenvolvimento sustentável, mas também devido ao vínculo e prestígio de lideranças junto ao partido.

Entre os favorecimentos conferidos pela condição de notável estava a prioridade durante a distribuição de recursos para recuperação de ramais, cotas para participação de pessoas da comunidade em eventos nas cidades, ou cursos oferecidos pela Escola da Floresta etc. Contudo, a competição (mais ou menos leal) entre as comunidades na relação com o governo, alimentava uma dinâmica favorável ao fortalecimento do comunitarismo de maneira geral, quase sempre com benefícios ao conjunto dos moradores. Em última análise este quadro trouxe notabilidade e funcionou como salvaguardas aos seringueiros destas áreas de Resexs contra as intenções de outros agentes ávidos por suas terras e por explorá-los.

Não obstante as alianças com setores oligárquicos, é evidente a influência dos seringueiros no primeiro governo encabeçado pelo PT no Acre, cujo *slogan* (Governo da Floresta), logomarca (uma árvore estilizada) e inspiração ideológica (a noção de florestania) adotadas, faziam referências à história de luta dos seringueiros. Conforme assinala Bernard Manin (2013), o núcleo executivo dos governos está nas mãos dos partidos políticos, e neste sentido, uma parte de lideranças sindicais e de outras organizações representativas dos seringueiros assumiram diversos cargos em órgãos do governo, nos municípios do Acre a partir deste período.

Está claro que o PT não teve como ser um instrumento de representação corporativista exclusiva dos trabalhadores brasileiros. Neste sentido, uma vez no governo, operou a premissa básica do processo político de representação que é “filtrar e dar conta da parcialidade irreduzível das identidades sociais e culturais, tornando-as matérias de alianças e programas políticos” (URBINATI, 2006, p. 219). Sendo assim, em nível de Acre, apesar da utilização discursiva de símbolos ligados aos seringueiros¹⁹⁰ e de incorporar várias lideranças seringueiras à sua administração, o PT promoveu uma revisão sistemática (às vezes aberta) das demandas históricas dos seringueiros, para poder manter o apoio de outros grupos sociais e econômicos historicamente antagônicos aos seringueiros, como madeireiros e pecuaristas.

¹⁹⁰ Sobre a utilização da construção discursiva em torno do movimento seringueiro por parte do governo do PT do Acre ver: MORAIS, M. J. **Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”**. In. CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Dossiê Acre: o Acre que os mercadores da natureza escondem – Documento Especial para a Cúpula dos Povos. Rio Branco: 2012.

Para manter o apoio dos grupos interessados no padrão latifundiário, apesar de desenvolver um discurso que sugeriria a superação de um modelo econômico apoiado na concentração da terra, na prática o governo do PT deu continuidade a uma política macroeconômica que viabilizou a consolidação do modelo econômico baseado na pecuária e, conseqüentemente, no desmatamento de floresta para instalação de pastagens, até mesmo no interior das Resexs, conforme demonstramos anteriormente. O desdobramento dessa política gerou conflitos entre órgãos ambientais e moradores de Resexs. Paradoxalmente, muitas das lideranças mais vinculadas ao governo, sobretudo aquelas que ocupavam cargos públicos, em muitos casos se colocavam do lado do governo.

Cabe anotar que devido a certos posicionamentos de lideranças em favor do governo, em conflito com a comunidade, mas também por uma série de fatores que não cabe aqui aprofundar, a fidelidade dos seringueiros ao PT já não condiz com o cenário que predominou até o início dos anos 2000, quando este partido era hegemônico entre os moradores de Resexs. Ademais, se as gerações mais velhas, que viveram a dominação e condições desfavoráveis do sistema seringal, associam as melhorias obtidas à atuação das lideranças, portanto do PT, as gerações mais jovens (mas não somente elas) também associam o que as contraria ao PT e a essas lideranças, especialmente as ações dos órgãos ambientais dos governos. Atualmente, não somente candidatos de outras denominações possuem eleitores entre os seringueiros, como até mesmo os políticos seringueiros se candidatam por meio de outros partidos, conforme mencionamos anteriormente a respeito das eleições de 2012 e 2020.

Para além da eficácia eleitoral, pois os seringueiros elegeram pessoas a quem se propuseram, é importante que outros estudos possam dedicar-se à eficácia de tal relação quanto aos interesses e ideais efetivamente pautados pelas comunidades. Todavia, o estabelecimento da rede intercomunitária de seringueiros do Alto Acre se fez notar no campo político, mudando práticas e discursos de todos os agentes aí inseridos.

4.3 A burocratização e os elementos da coesão comunitária

É inegável que nos últimos dois anos a pujança do comunitarismo seringueiro, tal como mostrou-se nas últimas três décadas, está sob ameaça. Na verdade, há muito tempo se alerta para o provável efeito degenerativo de uma relação tutelada destas comunidades pelos governos do PT (SILVA, 2004; ARAÚJO, 2011). Esta é uma opinião corrente entre várias lideranças. Para efeitos de nosso estudo, entretanto, importa discutir as mudanças ocorridas após a criação das Resex e ao longo da década de 2000, período em que, embora mantidas

influências anteriores, operam-se modificações significativas em relação à organização dos seringueiros. Uma das principais mudanças foi a formalização da organização comunitária, notadamente por meio de associações burocráticas (cartoriais).

Não há, desde a criação das Resex, qualquer pessoa que more nestas áreas que não tenha algum conhecimento sobre o papel da associação, embora em alguns casos as interpretações, e conseqüentemente as opiniões, sejam divergentes. Nascido no São Luis do Remanso e após uma “temporada” em busca de estudos e emprego nas cidades de Senador Guimard e Rio Branco nos anos 1990, Raimundo Nonato de Oliveira, o Mundico, hoje com 44 anos, compartilha uma Colocação que era de seu pai e atualmente abriga cinco residências neolocais: a dele com esposa e filha, a de 1 irmão, as de 2 irmãs e a de 1 sobrinho. Mundico é presidente da Associação AMARCA, aquela que faz a interlocução entre moradores do PAE Remanso e o INCRA e suas reflexões sobre o papel da Associação reflete bem o que estamos apresentando neste estudo.

Inicialmente cabe registrar que o pai de Mundico, já falecido, não participava de associação e não gostava de reuniões. Mundico se diverte lembrando que o pai tinha verdadeira aversão a reuniões e sentia-se maltratado nestes ambientes, pois, na avaliação do mesmo, nos espaços de reuniões só tinha direito quem era “pessoal grande” (as pessoas que aqui temos tratado como notáveis). Mundico lembra que seu pai relatava uma reunião em que havia participado, por ocasião do processo de criação do PAE Remanso, com Chico Mendes e outras lideranças, e que aquela experiência era por ele avaliada como extremamente negativa, pois sequer teve direito a tomar café, já que a garrafa não saía da mesa do “pessoal grande”. Por sua vez, Mundico não deu prosseguimento às opiniões e posturas do pai em relação à associação e as reuniões.

Ao relatar sobre as motivações para seu ingresso na associação, o que fala imediatamente após informar que só concluiu o ensino médio após retornar ao Remanso, no início dos anos 2000, e não quis encarar uma faculdade, Mundico lembra que já com família:

[...] a gente vai começando a participar das reuniões, e tal... vai ouvindo e estudando, e se comunicando com as pessoas que já eram de dentro, e a gente vê como é que era as *políticas públicas*, para a gente... a gente foi vendo negócio de manejo e CTA, aqui e acolá, a mulher [sua esposa] foi secretária do outro presidente [da Associação], foi vice [vice-presidente da Associação] não sei de quem e assim[...] (Raimundo Oliveira (Mundico), em junho de 2018.).

É exatamente neste ponto que, não sem resistência, apresenta-se como inevitável para a comunidade da geração de Mundico o contato com uma Associação burocrática: no

momento em que se insere no universo do comunitarismo seringueiro o ideário do direito e das políticas públicas, vinculadas ao discurso do desenvolvimento sustentável. Nesta nova conjuntura, Mundico, e tantos outros de sua geração, compreendeu que os caminhos para alcançar dignidade eram os mesmos que lhe garantissem a manutenção de sua condição camponesa, sem necessariamente a chancela de um título escolar superior.

As associações tal qual foram dadas são, igualmente ao CNS, meios de atuação política informados pela lógica burocrática dos Estados modernos. Busca de meios modernos para a reprodução de modos de vida tradicionais. Assim também podem ser interpretadas as cooperativas criadas para a valorização da produção extrativista, em relação ao mercado.

Diferentemente de associações rurais de outras modalidades de Projetos de Assentamento e principalmente de associações de produtores de maior porte, as associações das Resexs, no sentido que aqui temos utilizado, têm a peculiaridade da prerrogativa jurídica de incidir sobre questões de direitos fundiários das áreas em que localizam-se as comunidades. As estruturas decisórias e executivas destas associações são como miniaturas das estruturas do Estado, no sentido técnico-administrativo, com regras de tomada de decisão e direção, direitos e deveres etc., seguindo a lógica do liberalismo político, centrado no indivíduo. Conforme já mencionamos, os caminhos costumeiros para a tomada de decisões dos seringueiros obedecem a outras lógicas que não necessariamente a utilitarista, ou individualista, embora nem sempre essas lógicas estejam guiadas pela busca do bem comum - comunitário. Mas os seringueiros não recusaram e, apesar dos limites e das tentativas de instrumentalização destas associações para a concretização de interesses de outros agentes, em posições opostas às dos seringueiros, criaram associações burocráticas, e em certa medida buscaram reproduzir este arquétipo de Estado presidencialista.

Não se pode ignorar que o comunitarismo, na forma de organizações instituídas formalmente (cartoriais), foi incentivado após a Constituição de 1988. O pragmatismo desta lógica, no entanto, ensejou certa confusão, ou mesmo imposições que visavam transmutar o comunitarismo em coletivismo, notadamente na forma de cooperativas ou da atenção preponderante ao componente produtivo no âmbito das associações. As associações burocráticas baseiam-se num contratualismo com cláusulas estandardizadas definidas sob uma perspectiva liberal e à revelia dos camponeses; ademais, no caso dos seringueiros do Alto Acre, manteve-se uma tensão entre o comunitarismo (através das associações) como

instrumento de participação e democratização, e o comunitarismo (também através das associações) como instrumento de tentativas da centralização do poder (ARAÚJO, 2011).

O associativismo (burocrático) assumiu mesmo a forma de condicionalidade para a inserção dos seringueiros na esfera pública e para viabilizar o acesso às diferentes instâncias do poder público. Entretanto, o comunitarismo dos seringueiros em relação às instituições burocráticas e à política em geral, configurou-se como um resultado de um processo contraditório: deu-se por dentro dos contornos institucionais (dá-se pela relação com as instituições), mas aos mesmo tempo contra os limites das instituições políticas. Não se trata, portanto, de um mero processo de subalternização, de acomodação, ou de tutela (como em realidade é a intenção dos dominantes nas mais variadas escalas), e também não é ruptura e negação dessas instituições (como podem esperar os revolucionários. Tratou-se mais de buscar superar seus limites. O comunitarismo é um elemento que perpassa todas as matizes que influenciaram a ideologia do movimento seringueiro, por isso mesmo tornando-se fundamental para viabilizar empiricamente a ideia de comunidade tradicional.

De acordo com Lüchmann (2012), há uma dificuldade considerável para se chegar a uma definição precisa do que seria associação. Recorrendo a uma literatura proeminente sobre o tema, a autora identifica três correntes teóricas com as quais é possível empreender análises do associativismo: a teoria da democracia participativa, que dá ênfase às associações face-a-face, enfocando organizações locais; a teoria da democracia deliberativa, que coloca as associações e movimentos sociais como atores centrais ao conceito de sociedade civil; e a teoria da democracia associativa, que dá ênfase às corporações mais estruturadas e de maior amplitude, como sindicatos e corporações profissionais. Um traço comum entre estes tipos reside no fato de enxergarem-nas como estando muito mais ligadas à vida cotidiana, portanto, não inseridas no campo político mais amplo, como os partidos políticos.

Conforme mencionamos anteriormente, os seringueiros e suas estratégias apresentam um espectro mais amplo do que delimita esta orientação interpretativa, visto que, em fases diferentes, ocorreu uma aproximação predominante com o partidarismo político. Contudo, para o que pretendemos enfatizar nesta parte do trabalho, centraremos nossa atenção, no que concerne ao associativismo, segundo as três vertentes referidas, com a ressalva de que, orientados pela sequência cronológica, a ordem em que serão realizadas as discussões é a seguinte: ênfase aos movimentos sociais (agenda crítica à ordem social); ênfase ao modelo das grandes associações (acrescentando mais informações sobre a atuação do CNS – CNS,

abordado no capítulo anterior); e ênfase às associações face-a-face (associações comunitárias das Resexs).

Como reforço à diferenciação entre as formas de associativismo e a atuação política dos grupos sociais, podemos tomar Urbinati (2006, p. 220), inspirada por Tocqueville: “[...] as associações civis reúnem (e dividem) os indivíduos de acordo com seus interesses ou opiniões específicos e, a maior parte do tempo, unidimensionais; e associações partidárias, que reúnem (e dividem) os cidadãos ao longo das linhas de suas interpretações avaliativas de problemas que são gerais, ou de igual importância para todas as partes do país”. Para esta autora as primeiras dependem do relativo fechamento de seus limites e as segundas interrompem a fragmentação, não pela homogeneidade ou ocultação das diferenças, mas pela criação de novas formas de diferença entre os cidadãos.

A experiência dos seringueiros em relação ao campo político tradicional, notadamente a via partidária e instituições do Estado, não pode ser separada do associativismo, mesmo que não seja possível estabelecer uma hierarquia ou uma coordenação deliberada entre estas variantes da ação coletiva. Apesar de em termos analíticos ser possível classificar a atuação dos seringueiros segundo as correntes teóricas assinaladas por Lüchman (2012), na prática não há essas divisões estanques, ou separadas, embora seja possível perceber traços predominantes, segundo diferentes momentos históricos. Por exemplo, no capítulo anterior destacamos a atuação do CNS que, dada a amplitude de sua atuação, poderia ser lida numa chave da democracia associativa, mas ao mesmo tempo pode-se realizar uma leitura na chave da democracia deliberativa, visto que este encontra-se na sociedade civil, e ao mesmo tempo, poder-se-ia situa-lo como um meio da democracia participativa, já que sua ação em escala mais ampla era respaldada pelas associações face-a-face.

Conforme abordado anteriormente, sobre a relação dos seringueiros com o PT e seus governos, através do CNS, a análise da ação política deste segmento, em termos de movimento social, não cabe em perspectivas teóricas que limitam esta classificação à instituições situadas somente no âmbito da sociedade civil e em conflito com o Estado. Abers e Bulow (2011) defendem que, apesar das limitações de ordem funcional, não se pode excluir aprioristicamente a possibilidade de existirem afinidades de identidades e perspectivas entre indivíduos no interior das estruturas burocráticas de Estado, assim como grupos ativistas tendem a utilizar estrategicamente a hierarquia do Estado para fortalecer suas reivindicações.

Em todo caso, para efeitos analíticos, a face associativa dos seringueiros, enquanto movimento social, situar-se-ia, em termos cronológicos, entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira da década de 1980. Pode-se interpretar a ação coletiva dos seringueiros neste período a partir da perspectiva teórica da “rede de atores” (ABERS & BULOW, 2011), visto tratar-se da articulação informal com uma constelação de indivíduos e de organizações não governamentais que compunham o movimento ambientalista, sobretudo, mas também movimentos contestatórios da ordem social vigente.

O sindicalismo foi a base da atuação política dos seringueiros nos primeiros anos de resistência e no processo que esteve na gênese da proposta de reservas extrativistas. O sindicalismo rural desenvolvido na região amazônica possuía como principal reivindicação a luta pela terra. Conforme assinala Paula (1991), na origem deste movimento está uma crítica ao chamado sindicalismo de Estado, do peleguismo e da falta de representatividade dos sindicatos de então às demandas dos trabalhadores. Na essência filosófica e operacional deste sindicalismo estão as CEBs e sua Teologia da Libertação, permeada por influências socialistas e a perspectiva da luta de classes. O principal elemento animador do sindicalismo é a instalação de uma delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura – CONTAG, no Estado do Acre, que assessora na fundação de STRs, primeiramente em Brasília e depois em Xapuri, ainda na década de 1970.

Igualmente importante na constituição dos seringueiros enquanto movimento social foi a aproximação com outros povos da floresta, notadamente com organizações representativas de povos indígenas. Como movimento social, as principais bandeiras foram a crítica ao modelo latifundiário e à violência e degradação ambiental por ele gerados e a reivindicação de direitos à permanência na terra. A tática do ativismo, através dos “Empates”, caracterizava a ação coletiva dos seringueiros neste período, justamente pela inexistência de inserção política local, de uma esfera pública na qual pudessem ter seus interesses levados em consideração, e mesmo da falta de interlocutores na esfera governamental, já que todo o aparato estatal do período visava viabilizar os interesses opostos aos deles.

Porém, a atuação dos seringueiros enquanto movimento social não se restringe a este período, mas se estende durante todo o período aqui considerado, apesar de modificar-se em razão das circunstâncias políticas do país, que permitiram a instalação de mecanismos animadores da participação social. Conforme assinala Carlos (2015), a institucionalização de canais de interlocução entre sociedade e Estado, induz a alterações na ação coletiva, seja no

sentido de potencializa-la, ou de constrange-la. Neste sentido, as ações do CNS, como uma espécie de grande associação dos seringueiros (com uma mobilização das bases comunitárias, mas também uma projeção em nível nacional e internacional) é a maior expressão a ser considerada, conforme apontamos anteriormente.

De acordo com Allegretti (2002, p. 744) “as Reservas Extrativistas criadas em 1990²⁸ passaram a se beneficiar de recursos financeiros oriundos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), firmado em 1992 por meio de cooperação não reembolsável com países formadores do G7, no total de US\$18 milhões, para um período de dez anos”. Com participação determinante do CNS no processo de negociação, o Projeto RESEX, no âmbito do PPG7, embora sem relação direta com as comunidades dos PAE's, inscreve-se como resultado direto da conjuntura em que a questão ambiental e a Amazônia, e suas populações nativas, de maneira especial, ganhavam a atenção da sociedade e dos governos em nível mundial.

Cunha e Loureiro (2012, p. 1), ao analisarem documentos relativos ao período de 1995 a 1999, demonstram a “contraposição dos princípios contidos nos sujeitos coletivos que originaram as Reservas Extrativistas e aqueles produzidos, transmitidos e difundidos através do Projeto RESEX”. Entre outros aspectos, que em parte deviam-se às condicionantes pré-estabelecidas pelos doadores dos recursos financeiros, os autores destacam a redução do princípio da “autogestão” ao da “cogestão” e destacam ainda as ações voltadas à “capacitação” dos moradores, que assentariam num saber técnico ajustado às exigências do mercado e assim lançavam o saber local ao descrédito, classificando-o como inapto para a gestão das Resexs.

Todavia, conforme apontamos acima, o que de certa forma manteve vivo o contato entre as lideranças do movimento seringueiro em cada município do Alto Acre, de maneira menos acentuada em Capixaba e Epitaciolândia, foi a execução do Projeto RESEX, porém num contexto que tensionava à uma situação de tutela das Associações de Moradores pelo CNPT/IBAMA

Nas seções e capítulo anterior foram apresentadas evidências suficientes para demonstrar o quão imbricado esteve esse movimento com as instituições do Estado (governos, instituições participativas etc.). Também há de se enfatizar a relação com o mercado, característica que perpassa a trajetória dos seringueiros no que concerne à motivação para as associações face-a-face, sobretudo as iniciativas relacionadas às cooperativas voltadas a

organização da produção agroextrativista, mas também das associações de moradores e produtores.

Além das associações, as cooperativas constituem outra forma de organização que a partir da década de 1990 tem impacto direto no cotidiano de grande parte dos seringueiros da região em análise. Em 1988 o apoio da cooperação internacional, obtido sob a liderança e articulação de Chico Mendes, propiciou a criação da CAEX¹⁹¹ que teve crescimento considerável de suas atividades comerciais e industrial (com as usinas de beneficiamento de castanha do Brasil), recebendo mais de 2 milhões de dólares em doações ou financiamentos no período de 1989 a 1994 (PAULA, 2005). A cooperativa buscou incidir na melhoria dos preços de produtos extrativistas e posteriormente no seu beneficiamento, o que contribuiu para a projeção política dos seringueiros em âmbito local, através da geração de emprego e renda no núcleo urbano do município, no início dos anos de 1990 (MICHELOTTI, 2000). Experiência similar à da CAEX em Xapuri, dava-se com a CAPEB, em Brasília e Epitaciolândia.

Todavia, é necessário ter em mente que as cooperativas produtivas constituem tentativas de transmutação do comunitarismo cristão, instrumentalizado e modificado sensivelmente para atuação coletiva relativamente eficaz através do sindicalismo, para a coletivização da produção. Desta tentativa destacaram-se alguns limites: primeiro porque o camponês busca uma margem de liberdade para organizar sua produção com base na família e no uso privado dos recursos disponíveis em sua unidade; segundo porque a cooperativa é em certo sentido e na experiência dos seringueiros um padrão, um aparato comercial administrado por um corpo de técnicos.

Contudo, os recursos empregados em infraestrutura e contratação de serviços diversos, exigidos pelas atividades desenvolvidas pela CAEX de Xapuri e CAPEB e pelas associações de moradores da Resex CM (AMOREX, AMOREB e AMOREAB) por meio do Projeto RESEX, instituíram um poder concorrente à administração pública destes municípios e, por conseguinte, uma forma de enfrentamento aos interesses das “aristocracias” locais. De uma

¹⁹¹ Mary Allegretti (2002), apoiada em impressionante acervo documental, resgata o caso de uma cooperativa criada por seringueiros de Xapuri, já no ano de 1981, como medida de fortalecimento da organização dos moradores do Seringal Nazaré, que estavam em conflito com proprietários da Fazenda Bordon. A iniciativa, seguramente entre as primeiras em cooperativismo na região e que envolveu também moradores do Seringal Floresta (ambos hoje Resex Chico Mendes), fez parte do Projeto Seringueiro, “voltado para educação e cooperativismos” (p. 351), explica a autora.

maneira, ou de outra, este poder foi utilizado no fortalecimento das estratégias eleitorais do PT nos municípios, conforme abordamos em seções anteriores.

Embora as cooperativas criadas nas décadas de 1980 e 1990 tenham encerrado suas atividades por questões administrativas, em relação ao período que nos dedicamos a estudar, podemos citar duas como as mais ativas cooperativas que congregam os seringueiros. A COOPERFLORESTA, conforme mencionamos, foi criada em 2005, com franco estímulo do governo do Acre para estimular o envolvimento de seringueiros com a exploração de madeira. De maneira geral, a COOPERFLORESTA teve alcance resumido e geralmente é lembrada com más impressões entre aqueles que retiraram madeira de suas Colocações com a mediação da cooperativa. Outro caso, com uma abrangência muito maior, é o caso da COOPERACRE que, criada em 2001, funciona como cooperativa central de associações, ou seja, tem na existência das associações sua célula vital.

Obedecendo ao arranjo político institucional formatado pela administração do governo estadual no sentido de canalizar o apoio financeiro à produção familiar rural, via isenções tributárias, programas de subvenção, custeio e crédito oficial, a COOPERACRE tem seu plano estratégico-operacional baseado nas cadeias produtivas da castanha do Brasil, látex, borracha natural e polpa de frutas. Com abrangência em mais de 50% dos municípios do Estado, mas com maior atividade na região do Vale do Acre, desde sua criação, a COOPERACRE, que recebeu considerável aporte financeiro e intervenções do governo estadual, não obstante a questionável efetividade de participação de sua base social, mantém-se no cenário agrário estadual. Assim como os objetivos que originaram a CAEX, no final dos anos 1980, a COOPERACRE buscou elevar o preço pago por produtos extrativistas, notadamente a castanha do Brasil. São comuns avaliações positivas sobre a atuação da COOPERACRE entre os seringueiros do Alto Acre.

Silva (2004), numa análise sobre o campesinato do Acre, destacou as associações como uma das bases da organização deste segmento social a partir dos anos 1990. Embora não disponhamos de dados precisos sobre a quantidade de associações de pequenos produtores rurais, é inegável a ampliação de seu número a partir do início da década de 1990. Apesar de condizente com a abertura do regime autoritário, no Acre, a expressividade da quantidade de Associações criadas tem influência das conquistas dos anos anteriores, que reconheciam o potencial do associativismo. A partir deste período o STR, célula catalisadora da organização de resistência dos seringueiros, passa a uma condição coadjuvante na

representação deste segmento, que no caso das áreas extrativistas em parte pode ser explicada pela relação direta estabelecida entre o órgão responsável pela gestão territorial/fundiária e as associações que se constituíram como interlocutoras formais entre este e os moradores.

A associação, que traduz, não sem ruídos, a dinâmica política da comunidade, anima paradoxalmente sua manutenção, deve ser entendida como instância de participação que vai além do Estado, pois, apesar de referida às relações ele, extrapola os rituais formais e categorias pelo Estado liberal legadas à esfera política, já que processos decisórios se dão considerando as forças intracomunitárias, as tensões e outros atores que não estão dados como legítimos naquilo que as instituições do Estado pautam como assuntos a serem deliberados. Ou seja, aqueles agentes do campo burocrático, próprios do Estado, pautam o que deve ser deliberado (embora geralmente já tenham a decisão que pretende convencer um grupo a concordar) e automaticamente determinam quem seriam os sujeitos com direito a opinar, e quando e onde isso deve acontecer, como se esses sujeitos não fizessem parte de outras redes sociais. Este foi o *modus operandi* empregado por agentes dos governos do PT e representantes de órgãos de gestão das Unidades de Resexs na relação com os seringueiros. Mas o comunitarismo interpelou as administrações públicas, mesmo estando fora das previsões estatais.

Em que pese a organização de cooperativas, entre os seringueiros, o associativismo como instrumento de interlocução da comunidade com o Estado também se mostrou afetado por questões produtivas, sintoma mesmo do envolvimento com o ideário desenvolvimentista. Ou seja, se este associativismo guarda no DNA o comunitarismo cristão (que por ser católico, por si só já traz uma tensão com o advento da expansão do pentecostalismo e neopentecostalismo) e a influência do sindicalismo e do ambientalismo, é também marcado pela influência do desenvolvimentismo sustentável. Estas influências guardam diferença quanto a outros aspectos da sociabilidade seringueira, como as diferentes redes de parentesco que por vezes comportam intrigas e disputas na vizinhança por questões que estão além da produção, como desavenças em namoros entre pessoas de famílias diferentes etc.; também as dissidências político-partidárias que se acentuaram nos últimos anos. Estas disputas intracomunitárias tensionam a experiência do associativismo burocrático vivenciado pelos seringueiros.

Mesmo a introdução do debate sobre políticas públicas mais gerais, como demanda por escola, serviços de saúde, são permeadas pela noção de desenvolvimento sustentável, ou

desenvolvimento comunitário, estando condicionadas a discussões sobre produção, como ocorreu com a ação do governo estadual na elaboração dos PDCs, que por sua vez, financiados por organismo internacionais, têm no cerne a questão da economia verde.

Entre os anos 2009 e 2011, uma ação, envolvendo secretarias do governo estadual, às vezes secretaria municipais e representações de órgãos do governo federal, sindicatos, associações e ONG`s, carregava a expectativa de ordenar demandas comunitárias relacionadas à produção e serviços públicos. Foi o período de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Comunitários – PDCs. Como parte de um complexo planejamento governamental, que em última análise estaria baseado no ZEE, a estratégia de elaboração do PDC mantinha uma abordagem que, segundo o entendimento comum da numerosa e interdisciplinar equipe técnica, estaria assentada na participação comunitária. Da parte dos camponeses, era como se estivessem assistindo a um capítulo repetido de novela. Em todo caso, a insistência de algumas lideranças e a expectativa de conseguir certos benefícios garantia que de fato as reuniões para esta finalidade fossem sempre mais numerosas que as rotineiras.

Segundo informou o governo do estado do Acre, o PDC seria parte do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Acre – PROACRE e foi realizado em dezenove comunidades do Alto Acre, das trezentos previstas para todo o Estado. O PROACRE foi executado a partir de empréstimos contraídos pelo governo do Acre junto ao Banco Mundial e, na prática, os recursos financeiros destinados às comunidades viabilizaram aquisição de veículos para escoamento e construção de armazéns para a produção, além de outros investimentos. Além disso, o PDC deveria levantar demandas da comunidade para os diferentes órgãos estaduais. Em contrapartida, a comunidade se comprometeria a buscar meios que minimizassem a degradação ambiental

Na essência das ações do PDC estão os elementos historicamente associados ao desenvolvimentismo, ou seja, o Estado e seus técnicos; o Capital e seus bancos e empresários. Da mesma maneira, o PDC buscou um revestimento que incorporasse meio ambiente e justiça social ao discurso do desenvolvimentismo do final do século XX e início do XXI, ou seja, “processo participativo”, “protagonismo”, “cuidado com meio ambiente” etc. A julgar pelo que assinalou Mauro Almeida (2001), ao olharmos para a experiência do PDC, estaríamos diante de um caso concreto do novo paradigma desenvolvimentista, articulado no âmbito da ONU, que

[...] associa ‘povos tradicionais e indígenas’, ‘ambiente e recursos naturais’ e ‘desenvolvimento’. Em vez de ‘pobres’ genéricos, passaram a surgir no discurso público como parte legitimamente interessadas nas políticas de desenvolvimento e conservação (ALMEIDA, 2001, p. 5).

Sem entrar no mérito de possíveis clientelismos envolvendo essas ações do PDC, o fato é que muitas das pessoas que fizeram parte das discussões em torno da formulação dos Planos de Desenvolvimento de suas comunidades, não imaginavam que cerca de vinte e cinco anos antes a proposta do PDC¹⁹² (não necessariamente sob este título) era discutida no âmbito do CNS, como diretriz maior na gestão das Resexs, então em fase de formulação. O PDC, em última análise, é uma expressão condensada do tempo da política pública entre os seringueiros. O desenvolvimento não reflete pessimismo entre os seringueiros.

Mais do que produzir para enriquecimento próprio, o ambiente do associativismo socioambiental é atravessado por uma postura discursiva que compele a uma espécie de engajamento, às vezes um constrangimento mesmo, na busca de uma solução, uma receita de atividade produtiva socioambiental, capaz de alavancar o desenvolvimento regional. Neste sentido, é muito ilustrativo o fato das usinas para embalagem a vácuo de castanha do Brasil, administradas pelas cooperativas, por exemplo, serem altamente festejadas como símbolo de modernização da atividade extrativista, uma busca por elevar e apresentar números cada vez maiores de volume produzido, de contribuição ao PIB do estado, etc. Trata-se, pois, de violência simbólica. Em escala comunitária, é comum que nas reuniões, permeadas pelo ideário socioambientalista, ocorra uma apresentação inicial padrão dos participantes, na qual, após dizer nome e onde mora, geralmente se diz que a expectativa é saber o que os que vêm de fora "vem trazer de melhoria pra nós". É como se fossem forçados a apresentar resultados, muito menos por consciência de que há forças econômicas que querem capturar seus territórios, mas mais por certa deferência aos agentes encarregados de projetos, representantes de governo etc.

Como observa Schneider (2010), o entendimento político-administrativo sobre agricultura familiar foi estendido a todos os grupos sociais que constituem a população rural do Brasil, e neste sentido, os residentes de UCs de uso sustentável e outras áreas oficialmente

¹⁹² Mauro Almeida (2009) informa que em julho de 1988 o CNS havia elaborado o “Plano de Desenvolvimento Comunitário da Reserva Extrativista da Bacia do Rio Tejo”. A intenção era fundar uma cooperativa de trabalhadores para gerenciar a produção, levando em conta cuidados ambientais para não exaurir a floresta.

reconhecidas como de “populações tradicionais”¹⁹³ foram compelidos a se constituírem juridicamente em organizações formais. Tanto há esta ligação entre política de promoção da agricultura familiar com os camponeses moradores de UCs que as associações criadas por ocasião da execução do Projeto RESEX, no Acre, acrescentaram a letra “P”, de produtores em suas siglas, para poderem habilitar-se a determinadas linhas de crédito oferecidas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Assim a AMOREAB, passou a chamar-se Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativistas Chico Mendes em Assis Brasil – AMOPREAB, a AMOPREB em Brasiléia e a AMOPREX em Xapuri.

De maneira geral, pode-se dizer que pela rápida proliferação das associações, na década de 1990 e início dos anos 2000, estimulada pela necessidade de oferecer crédito rural a moradores de projetos de assentamento, ou áreas extrativistas (como o foi com o Programa de Desenvolvimento do Extrativismo – PRODEX), ou mesmo em busca de viabilizar o acesso a outras políticas dirigidas à produção, como o subsídio inerente à Lei Chico Mendes¹⁹⁴, seguindo um modelo administrativo que requer um razoável domínio sobre questões burocráticas, o processo pode ter sido inadequado para a realidade sociocultural dos camponeses, visto que muitas associações criadas já não existem, ou foram reduzidas a interesses eleitoreiros, gerando em muitos casos forte rejeição ao associativismo por parte das comunidades. Como apontou Silva (2004, p. 212) “o Estado, no âmbito de sua opção pelo ‘desenvolvimento sustentável’, tomou a formação de associações e Cooperativas como meta de políticas públicas, quando na verdade seu papel estaria em apoiar a formação de uma mentalidade cooperativista/associativista para que cada grupo forme suas organizações”.

No caso das Resexs, as associações seguindo um organograma presidencialista/centralista, e absorvendo demandas gestadas no processo de discussão de um modelo de Resexs, possuem poderes regulamentados e reconhecidos pelo INCRA

¹⁹³ Ver Lei 9985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de UCs da Natureza; ou o Decreto 6040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Populações Tradicionais.

¹⁹⁴ Lei Estadual 1.277/99 de 13 de janeiro de 1999 - Dispõe sobre concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre e dá outras providências. A criação desta Lei nos primeiros dias do governo da Frente Popular, alimentaria uma falsa expectativa do interesse do governo quanto ao apoio à produção extrativista. Esta Lei foi implementada pela Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo – SEFE, no segundo mandato passou à SEPROF e depois à SEAPROF. Além do gerenciamento da implementação da Lei do subsídio, como ficou conhecida, estas secretarias concederam alguns kits de utensílios para a produção de borracha (tigelas, facas, baldes, bandejas).

e ICMBio sobre a gestão fundiária e territorial das unidades, portanto, seguindo o P.U.¹⁹⁵ da unidade, podendo arbitrar sobre o direito de ingresso, permanência ou exclusão de pessoas destas áreas. Esta prerrogativa, uma particularidade das associações das áreas extrativistas, ao mesmo tempo em que confere a possibilidade de reconhecer uma determinada pessoa como beneficiária da reforma agrária e, por conseguinte, lhe confere uma série de direitos sociais e econômicos, às vezes transforma-se num dilema para as associações e associados que, não raro, devem punir seus vizinhos ou familiares que descumprem o P.U..

Este tipo de disjuntiva, mas também aquelas por nós apontados anteriormente, em relação às discrepâncias entre o caráter idealizado de projetos de promoção de experiências produtivas alinhadas ao discurso da sustentabilidade socioambiental, em tensão com as possibilidades e as relações dos camponeses com agentes do mercado, notadamente aqueles vinculados à pecuária bovina de corte, guardadas as devidas especificidades, pode ser explicada pelo que Paoliello (2007) observou entre remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, em São Paulo. A respeito das divergências observadas entre a perspectiva explícita no âmbito de movimentos sociais e as práticas dos sujeitos, a autora sustenta que:

Em parte, a orientação política de um movimento social dá conta de agregar as demandas locais para esse fim, e mediar as relações com as agências de governo. No entanto, outra parte destas demandas escapa à ação do movimento, na medida em que elas resultam de processos históricos e sociais tecidos em uma multiplicidade de relações, em contextos espaciais e temporais distintos, em cujo curso os atuais quilombolas se vão constituindo como sujeitos capazes de formular, para suas ações, orientações diversas e por vezes divergentes daquelas que o movimento organizado pode agregar. Com isso, colocam, para este e para as agências públicas, a dificuldade de promover sua constituição como um sujeito coletivo e, em certa medida, estável. (PAOLIELLO, 2007, p. 129).

A associação, além de lugar da conversa política voltada indiretamente à eleição, ou a viabilização de direitos civis, sociais e econômicos, é lugar também de familiaridade com a retórica do campo burocrático e do campo socioambiental, segundo o discurso do desenvolvimento sustentável, calcado na conservação, esta perspectiva que opera a naturalização da sociedade, na medida em que desconsidera sua especificidade, já que a razão das técnicas produtivas tem que garantir a conservação da biodiversidade (TEIXEIRA, 2005).

Mas o caráter participativo das associações deu prosseguimento a certas práticas que remontam às CEBs, como a constância das reuniões, eventos de caráter ritual que contribuíram para o fortalecimento do comunitarismo. A reunião, para além de ser uma

¹⁹⁵ Documento, que em tese é elaborado pelos moradores e reconhecidos por Portaria dos órgãos gestores, onde estão dispostas as regras para uso dos recursos naturais e convívio no interior das Resex's e PAE's.

tradição assembleista da esquerda, ou das CEBs, ou mesmo a expressão de um ideal democrático, assume para os seringueiros a forma de um fato social total: na essência do comunitarismo, em muitos casos sob sua forma burocratizada, a associação, a reunião é ao mesmo tempo um fato social que influi no econômico, político, cultural e até religioso¹⁹⁶. A reunião é, assim, parte constituinte da identidade coletiva dos seringueiros e sua relação com as Resexs, muito mais que o “cortar seringa”, inclusive. Na reunião se cimenta o comunitarismo seringueiro.

Fotografia 3. Reunião numa comunidade da Resex CM em Xapuri.



Fotografado por João Maciel de Araújo em julho de 2018.

As reuniões da associação, nas formas como se processam (locais e periodicidades pré-definidos) e segundo as diferentes condutas dos diversos comunitários e os diferentes resultados, podem ser encaradas como ritual de constituição e manutenção da identidade seringueira. Como rituais que são, "reafirmam e reforçam, simbolicamente, as fronteiras comunitárias, alimentam e revigoram a pertença identitária" (COHEN, 1992, p. 53). Estes rituais, conforme já dito, remontam às CEBs e ao movimento sindical.

As representações dos camponeses indicam haver tipos diferentes de reunião: reuniões comuns, “só nós mesmo” (geralmente aquelas do calendário definido pelos moradores – mensal, bimestral etc); reuniões tranquilas (geralmente quando os encaminhamentos são relevantes a todos e ocorre sem embates); reuniões tensas (para tratar sobre desvios quanto ao

¹⁹⁶ Diferentemente das reuniões de que tivemos a oportunidade de participar nas cidades, por ocasião da pesquisa de campo, nas reuniões que acompanhamos nas comunidades (Oficina na Comunidade Rio Branco e reunião entre camponeses e representantes da Prefeitura de Xapuri) havia um momento onde se facultava a palavra para quem quisesse fazer algum tipo de oração. Para uma breve descrição da reunião na Comunidade Samaúma ver: Araújo (2018).

Plano de Uso, mas também para avaliar projetos, gestões e condutas em geral); reuniões memoráveis (geralmente aquelas onde se tomaram decisões que instituem mudanças em práticas e regras, mas também as reuniões tensas e vexatórias); reuniões vexatórias¹⁹⁷ (quando há embates, acusações, bate-bocas entre comunitários na presença de interlocutores etc.) etc.

A cada tipo de reunião (à exceção do tipo “só nós mesmo”) corresponde um tipo de interlocutor, a quem se dispensará algum nível de empatia, ou antipatia. Cito como exemplo as reuniões com técnicos do INCRA, ou ICMBio, para tratar assuntos relativos a desvios quanto ao P.U.. Nestes casos, a relação dos diretores da associação com os interlocutores (sobretudo o presidente), que precisam viabilizar as reuniões, não raro são colocadas sob suspeita, arranhando sua imagem perante os demais comunitários. Por outro lado, quando são encaminhados temas que beneficiam todas as famílias o prestígio da diretoria eleva-se. Mas em geral, o presidente é percebido (pois de fato assim lhe é exigido que se comporte) como mantendo com os interlocutores relações distintas daquelas que mantém com os demais comunitários. Há certas posturas assumidas coletivamente nas reuniões, a depender do interlocutor e o assunto: ser cordial ou hostil com o visitante, conforme evidenciou a fala de Raimundo Moreira sobre a reunião para reformulação do Plano de Uso do Santa Quitéria, que reproduzimos no terceiro capítulo desta tese.

Quando do início das reuniões, geralmente a brincadeira, ou “mulecagem”, como geralmente são referidas as chacotas que fazem rir de si mesmos ou dos parentes e vizinhos, a partir de episódios cotidianos, deve dar lugar a uma postura sóbria, formal. Sobretudo quando na pauta estão assuntos burocráticos, sobre questões fundiárias, de crédito, de direito etc. Pautas e posturas quase sempre empregadas quando em reuniões com interlocutores externos à comunidade: “pessoal da rua”, “o pessoal do INCRA”, “o pessoal de Brasília”, “o pessoal da Secretaria”, “o pessoal de Rio Branco”. Nos intervalos, no entanto, a brincadeira retoma seu lugar de identificação mútua entre eles, sendo que um estranho que se arrisque em participar igualmente das brincadeiras, trilhará entre a aceitação imediata, ou a rejeição, sendo mal interpretado, facilmente classificado como “pra frente”, “enxerido” etc. Independente de haver, ou não, presença de “pessoas de fora”, a reunião é um ambiente no qual se condena veementemente o uso de bebidas alcoólicas ou encontrar-se bêbado.

A postura sóbria das reuniões, na discussão de assuntos considerados sérios, que se eles não tratam como sérios, vivenciam-nos como sérios e fundamentais para sua reprodução

¹⁹⁷ Os camponeses não designam propriamente como “reuniões memoráveis” e “reuniões vexatórias”.

social, não suplantou a brincadeira no agir seringueiro. Aqueles que se ofendem com brincadeiras são compreendidos e poupados das chacotas (pelo menos em sua presença), pois, não raro, ocorrem episódios de discussões por parte daqueles que se sentem ofendidos e dizem não tolerar “mulecagem” e que lugar de reunião não é lugar “desse tipo de brincadeira”.

Mas, em linhas gerais, não se pode tomar a mudança de postura durante as reuniões como censura. É verdade que ânimos exaltados são mais recorrentes nas falas contestatórias antes e depois das reuniões com decisões controversas que, a depender do encaminhamento, possivelmente não serão cumpridas, ou serão revistas em outras ocasiões. Há geralmente um clima de tensão que antecede uma intervenção na reunião, para proposições que se sabe contrariarem lideranças estabelecidas ou valores do socioambientalismo (do desenvolvimento sustentável baseado na conservação da biodiversidade pelo ajuste das técnicas produtivas de uso dos recursos naturais), de técnicos de governo ou políticos parceiros. O clima de tensão, que é partilhado pela maioria, ou por parcelas dos participantes da reunião, deve-se às conversações (articulações de bastidores) ocorridas nos dias que a antecederam. Nestes casos, quando alguém levanta o posicionamento contestatório, mesmo que receoso, mais participantes se colocam a seu lado levando a discussão para outro nível de encaminhamento. Vejamos um exemplo da percepção de liberdade que os seringueiros julgam encontrar através da associação:

[...] Inclusive vai ser outra briga com eles [técnicos do INCRA] que agora nós vamos ter, se a capacidade [de famílias assentadas] é 300, nós vamos atingir as 300. [...] Tem uma placa lá [na entrada do Ramal do Arraial], dizendo que tem 289 assentados. Mas a capacidade é pra 300. Ai depois que fizeram aquelas placas... porque assim, eles fizeram um levantamento aqui, acho que deve está com uns três anos, aí não encontraram esses 289, mas mesmo assim fizeram as placas de 289 famílias assentadas... tinha 285 o que foi encontrado... Se for jogar os agregados, aqui vai dá pra mais de 400 famílias já, dentro do Santa Quitéria. O agregado tem uma moradia. O filho de um assentado que fez uma moradia, arrumou família e tem uma moradia.... ele é totalmente separado do assentado. O Incra não quer reconhecer. Não tem porque nós ignorarmos. O cara é filho de um assentado, o pai vai botar ele para fora, porque o INCRA profbe? Não. O prazer de todo mundo é que a família fique em volta, né? Mas o INCRA não quer reconhecer. E aquele desgraçado (o agregado) fica lá sem direito nenhum (Raimundo Moreira, em maio de 2018).

Não iremos aprofundar sobre questões relacionadas a conflitos intracomunitários que muitas vezes foram diretamente causados por tensões entre propostas de experiências produtivas do discurso do desenvolvimento sustentável e os interesses opostos de associados, bastando somente indicar que quando parcelas da comunidade se indispõem entre si, em casos extremos, como já foi dito, cria-se outra associação.

As associações são os canais de expressão direta das demandas econômicas e sociais dos seringueiros, enquanto sujeito coletivo. São organizações que assumiram a função de prolongar as intenções e a implementação do projeto sociopolítico do movimento seringueiro. Inicialmente mantendo uma proximidade e atuando em parceria com os STRs e o CNS, a partir dos anos 1990, embora nem sempre com total legitimidade comunitária, acompanharam os governos e ONGs.

Em muitos casos, antes de se constituírem em instrumentos para viabilizar, ou buscar a melhoria das condições de vida dos comunitários, as associações constituem-se em ferramenta típica da ação neoliberal no processo de aceleração da reprodução do capital. Entre outros exemplos podemos citar a função da associação para viabilizar o acesso ao crédito rural, que financia insumos, combustível e outros artifícios utilizados nos novos processos de produção destes camponeses. A associação agiliza a emissão de relações de nomes de indivíduos, de CPF's de beneficiários de políticas públicas concebidas em grande medida para atender ao consumo de determinado produto ou serviço prestado pelos grupos de maior poder nas instituições estatais. Neste sentido, assim como em todas as áreas da vida social nas sociedades capitalistas, o capital impõe o ritmo de seu tempo, mais acelerado. Desta perspectiva, as associações são instrumentos de homogeneização segundo os fundamentos operacionais que garantem o capitalismo, ou seja, dentro da institucionalidade estatal que privilegia o capital em detrimento dos demais fatores de produção. Reduzidas a esta dimensão, elas não passariam de substitutas, ou um organismo paralelo à comunidade, enquanto coletivo. Entretanto, há a constante ressignificação das associações pelos camponeses, buscando manter certa autonomia em relação ao mercado e ao capital.

No caso das Resexs, a associação se aproximou de uma formação política extraparlamentar, articulada ao sistema das instituições da democracia formal para melhor alcance do objetivo de acesso a direitos. A facilidade no diálogo com os governos se fez constante no período em questão. Todavia, tal diálogo não se deu sem entraves, ou mesmo sem riscos de retroceder e perder o espaço que abriu junto às esferas do Estado: é limitado já que não há uma previsão legal de sua legitimidade em todas as esferas (há previsão quanto à gestão fundiária); apresenta contradições, pois não raro contribui para reprodução de relações assimétricas de poder intracomunitário (certamente menos injustas e rígidas do que aquelas decorrentes da relação seringueiro/patrão); tem riscos de dar em nada (na medida que, por exemplo, não buscou-se, programaticamente, incluir leis que reconhecessem cada vez mais a

comunidade como esfera legítima). Mas é inegável que neste período a Associação figurou como novidade que incidiu no ordenamento político-administrativo do Alto Acre, motivando a ação política dos seringueiros no período considerado em nosso estudo.

Ainda do ponto de vista político-administrativo, a associação se constituiu numa quarta escala administrativa (governo federal, estadual e município). Difere do Distrito, na medida em que contempla a iniciativa da comunidade e não um administrador distrital, nomeado pelo prefeito, bem como a possibilidade de se criarem outras associações quando se conclui que a unidade territorial abrangida pela primeira está de tal maneira ampla que inviabiliza o acesso de parcelas dos moradores a determinados direitos. Esta configuração, embora informal, ganha relevância ao se constatar que a escala da associação (comunidade) é o que permite que grupos sociais em condições mais específicas tenham acesso a recursos públicos (infraestrutura, direitos sociais e previdenciários, etc.).

Em certa medida, a aproximação a vereadores alinhados aos prefeitos favoreceu o encaminhamento e atendimento de demandas junto aos municípios. Não se pode negar questões mais gerais relacionadas aos investimentos dos municípios e especialmente dos governos estaduais durante este período, uma vez que financiamentos por esta esfera obtidos junto a organismos da cooperação internacional tinham como condicionante o investimento em comunidades de seringueiros, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA I e II (recursos do BID) e Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Acre – PROACRE (recursos do BIRD), de grande amplitude onde seguramente o que efetivamente investiu-se diretamente nas comunidades foi uma fração muito pequena; em segundo lugar, investimentos, tanto estaduais quanto federais, são influenciados pelo alinhamento com a política local. Contudo, resta claro que sem a participação via PT, isso não teria acontecido, pois não haveria prefeitos do PT sequer.

A comunidade não se restringe à associação, mas esta se configurou, a um só tempo, como resultado e agência da comunidade. Por contraditório que pareça quando a tomamos como uma sociedade contratual com fins previamente estabelecidos (sendo vista como artificial e mesmo antagônica à natureza da comunidade como lugar de virtude pela espontaneidade - ou propriamente o significado da tradição, da comunidade tradicional, em detrimento da associação contratual/estatutária), a associação inegavelmente cumpriu, a partir da criação das Resexs, neste tempo das políticas públicas, um papel fundamental. Assim

como a comunidade, a associação está passível de tentativas de manipulação e dominação política.

Na relação com o governo para viabilizar demandas comunitárias como saúde, educação e aporte a produção, manifesta-se de maneira geral o poder das associações rurais no Acre, mas no caso das Resexs este poder comporta ainda a influência (na verdade uma prerrogativa formal) sobre a gestão fundiária e ambiental. Sendo assim, não obstante o desinteresse por parte de muitos em participar de cargos de direção das associações (justificados geralmente por razões que seriam de ordem pessoal, como falta de tempo disponível, ou de saber, estudos etc.), AMOPREX, AMOPREB e AMOPREAB, foram objeto de disputa e de atenção por parte de quem está em outras posições de poder, ou que almeja estar nestas posições (não necessariamente pela interferência sobre quem fica na terra). Agentes situados em órgãos estatais e ONGs que, por força de determinações legais, ou espontânea e estrategicamente, mantêm relação com os camponeses, buscam influenciar, ou tutelar estas organizações e se envolveram diretamente nos processos de eleições de diretorias, conforme análise de Rosildo Rodrigues a respeito do município de Brasiléia:

Aqui a tendência, de disputa política, de espaço, de poder é um dos municípios que tem mais influência. Hoje, numa eleição de uma, não sei se de agora para frente vai ter, mas até o ano passado uma disputa de uma Associação, era como quem estava disputando um pleito político, porque tinha interesses de vários lados. Nós tivemos uma eleição da AMOPREB aqui que foi disputada igual uma eleição municipal, com os embates, com... o Sindicato do mesmo jeito. Com embates políticos fortíssimos! E nessa parte da área da política como um todo é uma disputa muito forte. Eu não conheço nenhum município do Acre que tenha essa característica igual tem em Brasiléia. Hoje, qualquer eleição que tiver numa Associação, ali tem uma disputa serena. [...] (Rosildo Rodrigues, em janeiro de 2020)

A associação surge como instância mediadora entre camponeses e Estado (e outros atores não governamentais) e o mercado, num momento de multiplicidade de identidades sociais, para as quais o sindicalismo apresentaria limites de representações (RICCI, 2009). Na conjuntura em que as associações ganham mais influência que os sindicatos, os quadros para dirigirem tais entidades, via de regra, são oriundos do movimento sindical. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, fosse através dos próprios STRs, CPT, ONGs, ou CNS, fosse através de órgãos dos governos, quantidade expressiva de moradores das Resexs (homens e mulheres) tiveram acesso a cursos rápidos sobre associativismo, com noções elementares de trâmites burocráticas de registro cartorial, organização de reuniões, prestações de contas etc. Num primeiro momento voltado ao funcionamento das associações até aquele momento fundadas, este conhecimento sobre associativismo contribuiu para que, no decorrer do tempo,

os conflitos intracomunitários precipitassem a criação de novas associações, que com base na interpretação de que certas comunidades eram subrepresentadas e com isso prejudicadas, desencadearam um arranjo de partilha do poder. A criação de novas associações teve consequências quanto à previsão legal da co-gestão fundiária destas áreas, às vezes levando à concorrência, às vezes cooperação e em outros casos umas associações substituindo outras na relação formal com o Estado, assumindo o posto de concessionárias responsáveis pelo CCDRU.

No contexto do Alto Acre, as associações representaram um reforço na inserção dos seringueiros em outras esferas de poder. Ser presidente de associação implica um esforço de manter mobilizada a comunidade, mas também assunção de diversas tarefas burocráticas e consequentemente, maior trânsito em bancos, cartórios etc. Com a chegada do PT ao governo estadual, essas tarefas se intensificam, assim como as viagens às cidades do Alto Acre e Rio Branco para participação em eventos promovidos pelo governo e por ONGs. Esta dinâmica acentuou o ganho de capital social, político e simbólico entre os seringueiros do Alto Acre, não sendo poucos os casos em que diretores de associações foram assediados por pessoas não moradoras destas áreas, buscando ilicitamente a regularização de compra de Colocações, declarações para contrair crédito oficial etc.

Do ponto de vista de seu funcionamento a associação burocrática pressupõe relações impessoais, estabelecidas na base do contrato, do estatuto, dos direitos e deveres dos associados em dia com suas obrigações. Associações são formalmente o lugar da tomada de decisões democráticas: cada sócio um voto. Contudo, no fazer seringueiro das associações de moradores e produtores, coexistem outras instâncias que influenciam a tomada de decisões sobre questões que afetam a comunidade, uma espécie de colegiado virtual¹⁹⁸, do qual fazem parte diferentes pessoas da comunidade, nem sempre coincidindo com aqueles notáveis vinculados à política, quase sempre mantendo a função de simples associado, sem assumir cargos de direção na associação, mas legitimamente consultados e levados em consideração, em função de posição e prestígio familiar.

As ponderações e decisões que daí emanam, as vezes se contrapõem ao que é deliberado na assembleia da associação, sem, contudo, ser resultado de conspiração, mas antes, de alianças, cumplicidades e reciprocidades mútuas, construídas por relações de parentesco e vizinhança. Geralmente são ponderações democraticamente apresentadas

¹⁹⁸ O que está longe de ser um conselho de anciãos imbuído da decisão final, ou algo que o valha.

no âmbito das associações, por aquela pessoa de prestígio, ou por outra que com ela manteve conversas sobre o assunto, mas que por razões circunstanciais são reprovadas. Quando reiteradas propostas e ponderações emanadas de membros com este prestígio, todas tratando de assuntos de muitíssima relevância (como gestão da terra e etc.), são sistematicamente rejeitadas, cria-se outra associação.

Houve uma tendência em priorizar a eleição dos mais jovens para cargos de diretorias de associações, em razão de serem alfabetizados, mas sem perder de vista as articulações que visam compor diretorias que contemplem o conjunto das famílias influentes (notáveis e, em muitos casos, da linhagem daqueles inscritos na história heroica). Mas, mesmo sendo eleitos para a diretoria, geralmente os mais jovens não se posicionam com a mesma determinação, firmeza e sobretudo, desenvoltura de oratória, de lideranças experientes, oriundas do sindicalismo e do partido, que constituem o grupo de notáveis.

Mas é imprescindível ter clareza de que as associações não foram meros instrumentos de manipulação em favor do interesse de políticos seringueiros (do grupo de notáveis). Como vimos, os políticos do PT em escala estadual, no caso do manejo madeireiro, por exemplo, assumiram uma postura em favor dos interesses dos grupos patronais e a relação com lideranças locais ocorria mais como tentativa de manobrar os comunitários. Contudo, isso não ocorreu passivamente, pois eles, via comunidade, ou na esfera familiar, mas como comunidade, souberam se desvencilhar, subverteram essas tentativas e nem por isso houve qualquer sanção generalizada. Ou seja, não foi exatamente como o líder queria, ou que o governo queria, ou que o político queria, ou que o partido queria. Sem negar os conflitos internos, foi mais o que a comunidade quis, e esse negócio de ramal, de luz para todos etc, em comparação com o manejo, ou mesmo o negócio de corte de seringa (vista por eles como inviável economicamente, relativamente ao bezerro, como mostra a AMOPREB) mostra muito bem isso. Até no caso de cumprir os estatutos, os planos de uso, por exemplo - os laços de solidariedade informais, parentais, são mais fortes do que os contratuais formais.

De outra parte, os camponeses assimilaram muito as possibilidades de instrumentalização das associações para viabilizar o direito ao reconhecimento de seus familiares e vizinhos como assentados. Isto fica muito claro no relato de um camponês por nós entrevistado, referindo-se a disputas com o INCRA, em Santa Quitéria:

A matriz é a AMPAESQ, que é de todas as comunidades... que são trezentos e poucos moradores. Aí tem as [Associações] das comunidades... porque aquela área fica distante para participar... aqueles assuntos que a gente resolve na Associação,

não precisa levar para lá [para AMPAESQ]. Às vezes, um projeto que nós tínhamos para nossa comunidade, aí lá não queriam. Mas para nós serviam, porque nós estávamos mais perto da estrada, tem mais acesso... A comunidade aqui pensava diferente da... por exemplo, do começo aqui da Santa Quitéria, no fim da Santa Quitéria, os projetos deles já são outros, pertence a Assis Brasil, eles têm a comunicação baseada em Assis Brasil e nós baseada em Brasília. Aí os planejamentos são diferentes! [...] Está faltando só o presidente, mas tem a Associação, a Plácido de Castro. A Plácido de Castro conseguiu 60 cartões de assentamento¹⁹⁹, porque já era fechado [a quantidade de famílias reconhecidas pelo INCRA], a gente conseguiu fazer um movimento grande, eu era presidente, fomos em Rio Branco, com o diretor do INCRA e conseguimos 60 assentamentos, para cá, para dentro do Santa Quitéria, porque estava precisando e o pessoal não estava... não reconhecia, porque não tinha força, porque a diretora, o diretor lá [da AMPAESQ] não apoiava. Como é que ele ia buscar para nós uma coisa que ele não estava apoiando? E aí o Sindicato não estava apoiando, nem a Central [AMPAESQ]. Aí nós fizemos outro movimento diferente, fizemos uma Comissão e fomos em Rio Branco e aí conseguimos esse direito. Só morador daqui mesmo! Eu sou um, moro ali na frente, meu irmão Francisco, do lado ali, onde tem aquela casa de alvenaria... tudo isso é do nosso projeto. Hoje temos casa de alvenaria! [...] A visão deles, do nosso diretor, da diretoria [da AMPAESQ] era uma e a visão nossa é de ficar o povo, o que nascemos, ficar na Reserva. E a visão deles não, era ficar o dono. Os filhos... tinha que correr atrás. Por exemplo, nós eramos 12 moradores colocados na casa do pai, era para morar no campo assim, para o pai ver a casa e os filhos nunca mora do que é deles. E os filhos não querem isso. Cada um que tem sua família quer tocar sua vida! Aí, só quem tinha direito, o crédito habitação só vinha para o pai. Aí, nós tivemos a ideia, eu mais os meus irmãos aqui, que nós somos uma família grande aqui dentro, somos 6 pessoas que moramos aqui, 7 com meu filho lá no outro ramal... a gente criou uma ideia diferente, porque os filhos tinham que sair daqui, para ir para Rondônia trabalhar, ser pião de boi, outros para a cidade, ganhar um salário e aí foram saindo a família, porque acharam que só o pai tinha apoio e eles não tinham. E os diretores não estavam vendo isso. Eles queriam manter a Reserva, mas manter como, se nós temos assim, a Reserva já estava toda cheia?! “Mas vai vir gente de fora”, como, que não temo como! Aí quando assentou 60 cartões, já estavam morando nas casas, já tinham filho! Era só legalizar. (José Ribeiro, em maio de 2018).

Este caso demonstra que os camponeses adotam as associações como instrumento para o que lhes é mais caro, o acesso e direito à terra. A associação, neste caso, constitui elemento de luta pela terra, em momentos anteriores função assumida pelo sindicalismo. Neste sentido os seringueiros, através das associações, interpelam as perspectivas consagradas para explicação de um campesinato móvel de fronteira, que busca incessantemente terras livres, deslocando-se e imprimindo um sentido de fronteira em movimento. Com as Resexs, por meio das associações e oportunizando as circunstâncias políticas simbolicamente favoráveis, os seringueiros do Alto Acre, que atualizam sua condição camponesa, tendo que libertar terras que formalmente pertencem ao Estado, estão a princípio a salvo da especulação imobiliária e da concentração latifundiária. Sem comunidade, sem regras, a médio e longo prazo essa situação tende a reverter-se em favor destes especuladores. Neste aspecto, a prática dos seringueiros do Alto Acre, oferece evidências para melhor compreender o que se passou após

¹⁹⁹ Este reconhecimento se deu no ano de 2006.

a criação das Resex, quando Almeida (2004b) advertira sobre a armadilha de se pensar a relação dos camponeses com o Estado unicamente em termos de campesinato móvel.

A comunidade seringueira é ao mesmo tempo a esfera de se usufruir dos direitos de "igualdade" pelo reconhecimento da liberdade que os seringueiros conquistaram - direitos civis, políticos e sociais - e também o instrumento de participação direta, autoprotetora, que articula formas costumeiras e formais de representação, como a cobrança a vereadores e inovações como as provocações a parcerias com as prefeituras para resolução de suas demandas. Neste caso, vereadores, a política via democracia representativa convencional de maneira geral, é uma espécie de amarração necessária, no sentido de criar garantias de liberdade, direito básico que em períodos relativamente recente lhes era negado (como foi apontado nos capítulos anteriores), ao mesmo tempo em que nutrir e animar a comunidade representa uma política de democracia direta, no âmbito da comunidade, mas que também chega a vereadores e escala municipal em geral.

Neste sentido apresenta-se a especificidade de sua relação com o PT, pois os representantes, embora um ou outro tenha agido contrário a estas práticas, foram pessoas que mantiveram mandatos consagrados a participar de reuniões semanais, em diferentes comunidades e não somente naquelas às quais eventualmente pertencem. A presença destes políticos seringueiros nas comunidades difere profundamente daquela já cristalizada no imaginário popular, do político que só aparece a cada quatro anos para pedir votos. Definitivamente não foi este o caso da relação dos seringueiros com políticos do PT no Alto Acre. Nos casos em que não compareciam pessoalmente, como deputados e senadores (os políticos do movimento), seus prepostos eram lideranças do PT local, que participavam ativamente dos processos de mobilização comunitária. Neste último caso, eventualmente fazendo uso dessa posição para tirar algum proveito pessoal, mas no intuito de manter o político informado quanto à comunidade.

Mas o associativismo, enquanto instrumento comunitário que se encontra com a política convencional, apresenta limites, na visão de alguns assentados, conforme a leitura realizada por Raimundo Moreira:

Eu acho que a fragilidade das comunidades está sendo por conta das políticas públicas. Porque no início do governo do PT começou a melhorar as coisas. Melhorou até um certo patamar. Aí as representações antigas se aliaram ao PT. Aí começou a cair. Porque uma coisa é tu ser parceiro, outra coisa é tu ser aliado. Aliado não tem coragem de atingir o companheiro, e aí isso aí virou fragilidade. Hoje o Sindicato não tem credibilidade, as associações também não têm, porque tu vai para uma reunião para uma discussão de benefício para a comunidade, quando tu

chega lá tu escuta mil promessas, mil promessas de melhoria. Aí tu volta para repassar o que tu ouviu, quando aqui ali não acontece o mentiroso é tu. Foi tu que trouxe a mal notícia. O que poderia ser uma boa notícia virou mal, porque não aconteceu. E aí aquilo ali foi fragilizando as comunidades. Hoje, é tanto que aqui dentro do Santa Quitéria mesmo acabou aquelas comunidades, as associações que tinha acabaram. Hoje tem a AMPAESQ que é a do Assentamento, fraca, e a Vicente de Melo... são as duas associações que tem aqui. E era nove associações. Chegou a ter nove associações ativas, com documento e tudo. E era forte. Mas aí, por conta dessas questões políticas fragilizou: o pessoal não vem mais para uma reunião. (Raimundo Moreira, em maio de 2018).

Ao classificar as “representações antigas” como “aliados” dos governos do PT, Raimundo Moreira explicita o predomínio das intenções político-eleitorais que passaram a prevalecer no período analisado e os aspectos negativos de tal relação.

A visão crítica em relação ao estado atual das Associações está também presente na avaliação de Mundico, do PAE Remanso:

A gente faz uma reunião, quatro, cinco, dez pessoas que vêm, só aqueles que têm mesmo interesse de ver alguma coisa andando, pra se unir, porque associação é uma organização, uma união de uma comunidade. A associação não sou eu, sozinho. Associação é um grupo de pessoas. Eu estou no segundo mandato. São dois anos o mandato. Eu estou no segundo mandato. Eu tinha uma diretoria, a diretoria me deixou abandonado, sozinho. A gente vira para um lado, vira para o outro. Aí chegou o período que era para fazer outra [diretoria], não apareceu nenhum outro candidato. Eu me candidatei de novo, aí me reelegi. Só troquei alguns membros da diretoria, tirei uns de um cargo, coloquei em outro, transferi, assim... tinham outros que tinham saído fora, abandonado, nunca tinham vindo, tinham só dado o nome lá que era para ser membro da diretoria, mas passou o mandato todinho nunca apareceu numa reunião, nem nada. Digo, esse não me serve! Que é... Diretoria tem que estar, pelo menos a diretoria, tem que estar ali, conversando, pra vê o que que a gente vai... [...] Toda ultima sexta feira do mês a gente faz reunião. Eu já deixei, já bem no começo da minha gestão, já digo olha... porque antes era o Almir. O Almir fazia, tipo assim, trimestral, de três em três meses, quatro em quatro meses, uma vez por ano... fazia uma reunião quando tinha algum projeto de alguma coisa, fazia uma reunião, chamava aquele pessoal... aí muita gente reclama: ah porque nem reunião não tem, a gente não fica sabendo de nada, não sei o que... ai quando entrei eu falei, não, vou mudar: toda ultima sexta do mês, vamos fazer uma reunião que é pra gente ver como é que está o andamento, quem foi que entrou, quem saiu, como é que está, como não está... [...] Hoje nós estamos com... porque sócio tem muito, por causa que, tipo assim, está precisando de alguma coisa, está precisando de uma auxilio maternidade, está precisando de uma coisa, o cabra vem, chega vem animado, porque lá eles pedem declaração da associação, declaração do sindicato, pede isso, pede aquilo... aí tem cara que foi sócio lá, há cinco, seis anos atrás, aí acha que ainda tem o mesmo direito de chegar aqui e dizer “Mundico me dá uma declaração aí, faz uma declaração pra mim, porque eu estou precisando disso, disso, daquilo outro, pra eu me aposentar, ou então de um auxilio doença, ou um auxilio maternidade.” Eu digo, ah não, tu não é, tu já saiu fora da lista dos sócios. Tem a AMARCA, só que as outras são tudo filial dela, tem a [associação] Boa fé, tem uma lá na beira do rio, que é a do seu Pacheco, tem uma ali no Ramal do Tracuá. São quatro associações. Todas elas vão lá [no INCRA], mas aí quando é para fazer, tipo assim, um chamamento do INCRA, ou algum órgão do governo vem para... destinado ao Assentamento, chama a AMARCA. (Raimundo Oliveira (Mundico), em junho de 2018.).

Portanto, nestas áreas as Associações andam no limite entre a mera instrumentalização para execução de políticas ou formalidades a projetos definidos por terceiros (Estado e

ONGs), e a potencialização da democratização do poder. Permitem por definição conceitual e previsões legais ir além do STR que deve ser único por município. Ou seja, mais do que fragmentação da representatividade, da forma coletiva de se colocar o interesse dos seringueiros, como foi no Sindicato, ou no CNS durante um período e numa escala geográfica e institucional mais ampla, as associações foram instrumentos usados para contornar a centralização de poder e buscar impor-se na esfera pública local (prefeituras e etc). Através do comunitarismo seringueiro impuseram-se novas práticas administrativas entre prefeituras e governos, ao mesmo tempo em que se complexificaram as relações de poder em âmbito microrregional, pela rede de lideranças. É importante registrar que tanto Mundico, presidente da AMARCA, Raimundo Moreira, da AMPAESQ e Reinaldo da Fé em Deus, não são lideranças oriundas das linhagens da história heroica. Em boa medida, a formação destes presidentes de associações (à exceção de Reinaldo) dá-se no tempo da emergência das política públicas para os camponeses. Portanto, uma novidade, se considerarmos o que foram os seringueiros e quem impunha as práticas administrativas e quem as detinha de forma centralizada, excluindo seringueiros.

A associação foi o instrumento de interlocução com o Estado mas, assim o sendo, tornou-se uma espécie de proteção legítima para a interlocução com outros agentes, não moradores das áreas, situados em outros campos, como comerciantes e outros agentes em geral. Em boa medida, da parte destes agentes não situados no campo burocrático, a associação causou/causa desconforto ou mesmo desencadeia certa hostilidade. Mesmo sendo uma tentativa de contratualizar as relações comunitárias, podendo ser interpretada como violência simbólica, a associação foi um instrumento importante para a manutenção e atualização da coesão em tempos de avanço de elementos que levam à diferenciação intracomunitária, como o pentecostalismo no meio rural: um evangélico se sente parte de uma associação e não de uma CEB da Igreja Católica.

Neste sentido, a associação figura como elemento de extrema relevância para o comunitarismo seringueiro do início do século XXI. O que não significa que a participação seja de cem por cento; não quer dizer que não ocorram acordos com base em autoridades tradicionais, de famílias e líderes patriarcas que atropelam as instâncias contratuais de direção e deliberação da associação; e não quer dizer muito menos que elas não tenham sido alvo de tentativas de manipulação em torno de interesses particulares e partidários (de governos). Ou seja, a associação não foi somente uma estrutura burocrática engessada, introduzida pelo

Estado burguês para dominar e manipular os seringueiros, mas foi também um instrumento que permitiu atualizar o comunitarismo frente a diversas mudanças, e às intenções dos que se colocam contra os seringueiros e tentam deslegitimar a proposta das Resexs.

Associação, Sindicato, CNS, PT e a própria comunidade (sem a qual nenhuma destas variantes organizativas existiria, ao mesmo tempo em que a influência destes instrumentos fizeram com que elas incidissem inovadoramente nas estruturas político-administrativas) foram organismos de mediação dos interesses dos camponeses na relação com as diferentes esferas do Estado, assim como as cooperativas (mas em grande medida também estes outros organismos) na mediação da relação com o mercado. Do ponto de vista da organização das redes de relações intracomunitárias, com intuito de expressão coletiva para o exterior, os seringueiros caminham num equilíbrio entre o sistema burocrático, do associativismo cartorial, e do sistema de relações informais, dando origem (com originalidade mesmo) a um associativismo cartorial que reconhece as relações imanentes de práticas costumeiras (isso é de certa forma focado neste reconhecimento do tradicional, ressoando sobre a categoria “comunidade tradicional”, inscrita na identidade e reconhecida pelo Estado e políticas públicas correlatas). Isso transpõe-se de maneira tensa e contraditória ao campo burocrático como um todo (prefeituras, câmaras de vereadores, secretarias do governo do Estado etc.), no caso do Alto Acre.

Eu acho que foi trabalhado muito essa parte do empoderamento da organização. Foi dado muito espaço para as organizações poderem trabalhar. O que agora começa a diminuir, por conta que quem está na liderança hoje não tem mais esse perfil de debate, de ir para o enfretamento. Porque hoje o que mais fortalece é você ir de confronto com os órgãos que estão ali para fazer o atendimento ao cidadão. E aí como não está tendo muito isso, as pessoas vão se dispersando, achando que tudo aquilo é normal, não tem mais... e isso pode, nos próximos... vai mostrar agora nas próximas eleições. Não vai ter muitas pessoas interessadas. Porque falta o debate! Falta essa parte da inclusão, desses espaços na disputa vindoura. “Ah, isso aí, não cuida disso aí não, rapaz! Isso aí... é melhor tu ficar fora disso!”. Então as pessoas mesmo vão desestimulando (Rosildo Rodrigues, em janeiro de 2020).

4.4 Direito à terra e mobilidade: dilemas e paradoxos da sucessão e reprodução social a partir das Reservas Extrativistas

Seringueiros não haviam experimentado direito formal de apropriação da terra, portanto práticas sucessórias e de partilha não eram vivenciadas como atualmente, no contexto das Resexs. A relação entre as regras costumeiras (da tradição) e as normas jurídicas de uso dos recursos naturais (do moderno) é uma relação contraditória que reconfigura e reordena a prática dos seringueiros. Roçar, derrubar, queimar uma área e abandoná-la depois de três ou quatro anos, passando para uma nova, foi uma prática restringida pela legislação

que proíbe o uso do fogo e limita as áreas a serem desmatadas. Diante desta realidade, somada à debilidade econômica do extrativismo, a saída tem sido fazer pastagens para otimizar o uso das áreas abertas, já que uma área de pastagem se usa durante décadas.

A *priori*, isto parece paradoxal para quem teve a autodeclaração de comunidade tradicional como justificativa para ter direito ao território. É verdade que os acordos relativos à partilha do território, da organização da produção em si (combinações quanto a locais de colocar roçados, de construir as moradias, de colher a castanha, de usar as estradas de seringa etc.), dão-se muito mais no plano familiar do que no comunitário. O comunitário está presente, na medida em que o contato, a identidade compartilhada por vizinhos (até por força de elementos eminentemente modernos, decorrentes da própria proposta das Resexs), engendra referências práticas que são moralmente aceitas, que devem ser preservadas, como a boa vizinhança, pois através da imagem de coletivo, todos passam a ganhar direitos. O comunitário se manifesta também quando a identidade demarca o direito de quem ali está (e os que não estão mas pela origem são igualmente considerados) em relação ao que vem de fora, que não pode se apropriar daquelas terras (e é reprovada a venda de Colocações à revelia dos demais, apesar de alguns o fazerem), e também pela consciência de que não se pode apropriar-se de caças ou madeiras de maneira ilimitada.

Neste sentido, fica mais evidente que a justificativa de que são comunidades tradicionais não é exatamente o fato de desempenharem uma atividade econômica do passado, numa associação simplista do passado ao tradicional, como a seringa, ou mesmo de terem técnicas de uso dos recursos naturais determinadas pelo foco na conservação tal qual preconiza o SNUC. Mas são tradicionais no sentido de que entre eles existem práticas pautadas em valores tradicionais, não exclusivamente modernas, contratuais, apesar de fazerem cada vez mais uso de práticas referidas à modernidade, como a ciência, os contratos etc... Em suma, as práticas dos seringueiros enquanto comunidades tradicionais não se restringem a um único aspecto, tampouco pressupõem o congelamento temporal de hábitos e estilos (de *habitus*). Há uma dinâmica especial e estas três décadas têm demonstrado isso. Podemos, no entanto afirmar (conforme dados quantitativos) que do ponto de vista da manutenção da floresta eles tiveram extrema relevância no contexto regional.

Fotografia 2. Seringueiros conversam após reunião comunitária na Resex CM em Xapuri.



Fotografado por João Maciel de Araújo em julho de 2018.

As mudanças advindas da possibilidade de estabelecimento de vários filhos e netos numa Colocação (atualmente as novas gerações dão prioridade em permanecer, a migrar sem saber exatamente o que fazer), combinada com o acesso relativo a instrumentos motorizados, introduz novas formas de relacionamento entre os vizinhos de Colocação. Ou seja, este novo formato de Colocação, com vários membros adultos da família estabelecidos em unidades domésticas no que outrora compreendia uma Colocação, quase sempre é suficiente para prover as demandas por trabalho para a maioria das atividades atualmente desenvolvidas, reduzindo práticas como troca de dias de trabalho. Ao mesmo tempo em que indica uma modificação em termos das tendências apontadas teoricamente sobre a relação dos camponeses na fronteira, uma vez que não foram deslocados, indicando que ali houve, como estamos sustentando, uma fundamental importância dos meios de organização que adotaram após a criação das Resexs.

Neste sentido, recorreremos novamente ao caso da Resex Jaci-Paraná, em Rondônia, cujas condições da localização em muito se assemelham às Resex CM, para confirmar que o simples ato de demarcação de Resex pode ser revertidos ou alterado conforme a conjuntura política. Pode-se considerar também o caso da Resex Rio Ouro Preto que, em 2018, teve seu tamanho reduzido, sob a desculpa de que a área seria compensada pela ampliação da Resex do Lago Cuniã, a centenas de quilômetros de distância. Lei de autoria do senador Valdir Raupp, de Rondônia, relatada por Jorge Viana, que apresentou um substitutivo, não concedendo a totalidade da área inicialmente proposta por Raupp, e com a proposta de compensação em

outra Resex. Trata-se de proposta anterior, encaminhada no Governo FHC, cuja tramitação foi interrompida em 2007 a pedido da então ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Importa anotar que ao ser retomado após o golpe ao governo de Dilma Roussef, em maio de 2018, o projeto de Raup, modificado por Jorge Viana, levou somente vinte e dois dias para tramitar e ser aprovado. Fatos como este não ocorreram nas Resexs do Alto Acre, apesar das pressões de ordem externa.

Para a geração atual, o principal é manter seu direito à terra, conforme o fora para seus pais. A borracha e a castanha, do extrativismo, que garantia sua sobrevivência anteriormente (desde a chegada do sertão), acaba se convertendo numa bandeira de luta política, que tanto lhes permitiu barganhar para ficarem na terra, como também foi o mote para um discurso constituinte de programa político e social (com políticos profissionais e intelectuais). Esse extrativismo, metamorfoseado no socioambientalismo, no desenvolvimento sustentável, será muito mais uma ideia, até descontextualizada da realidade (da naturalização do social) e, entre os camponeses das gerações mais velhas, funciona como um objetivo, como uma moral, como norma. Este ideário do extrativismo, que ao final é representado por produtos tradicionais voltados ao mercado (borracha e castanha), já que não houve investimenros mais sérios na produção de outros, lega todo um instrumental institucional, no qual ele é o motivador: as Associações, as lideranças, os Sindicatos, as Cooperativas, o governo, etc. Este instrumental, longe de manipular os mais jovens, das gerações de Mundico, por exemplo, manteve a coesão entre eles, a partir da ideia de permanência na terra, e o fato de não viverem exclusivamente do extrativismo não os abala, nem constrange, diferentemente das representações que fazem os mais velhos, sobretudo quando são lideranças interpeladas sobre a coerência das Resexs.

O comunitarismo ganhou cada vez mais força enquanto esfera de nova subjetividade, que embora não condizendo com as formulações e diretrizes normativas de populações tradicionais na perspectiva de setores acadêmicos e agentes públicos, contribui mais do que qualquer outra coisa para que eles permanecessem ali. Paradoxalmente, a adoção da pecuária entre eles gera inúmeras manifestações de ajuda mútua: esticar arames de cercas, vacinação de gado, cessão de árvores para madeiras de estacas, ou currais; compra de encomendas na casa agropecuária, oportunizando viagens, etc.

O tradicional neste período esteve em movimento (quer dizer, o tradicional aqui não é o passado, ou estático, mas o novo - no sentido vislumbrado por Cunha e Almeida (2017); é

coerente levar em conta o que disse Salisbury (1984), citado por Sahlins (1997), sobre intensificação cultural, muito mais para dizer que não se vai converter totalmente à modernidade, ou abrir mão de costumes não modernos:

[...] Tal como descrita por Salisbury, essa "intensificação cultural" é um projeto seletivo e orientado de desenvolvimento integral, que reflete noções tradicionais da "boa vida", associado a uma promoção explícita da "cultura" indígena — ainda que materialmente fundada em uma articulação com o mercado e por isso, em última análise, ameaçada por uma condição de dependência [...] (SALISBURY, 1984 *apud* SAHLINS, 1997, p.53).

A diferença entre representações dos mais velhos e jovens aparece precisamente numa discussão sobre classificação - que classifica e relaciona posições no tempo e no espaço, conforme notou Almeida (1986):

Tocamos assim na questão do papel ideológico dos modelos cognitivos (K. Woortmann, 1984). Ao classificar o mundo do trabalho, camponeses naturalizam as relações familiares (Garcia Jr., 1983 e Heredia, 1979). Esse mapa naturalizado espacializado é, além de instrumento cognitivo, um elemento de poder familiar. É um mapa que faz coisas: como um mapa de terra, o mapa cognitivo cria direitos. Na ideologia camponesa, o trabalho legitima o acesso à terra e ao produto dela derivado.[...]. (ALMEIDA, 1986, p. 10).

Os seringueiros se fazem seringueiros no século XXI por manterem-se na terra. Não necessariamente porque extraem seu sustento material exclusivamente da floresta, mas porque esta lhes concede sustento simbólico, constantemente ressignificado. Por mais que tenham lutado por uma porção delimitada de floresta, não o fizeram devido a um recurso específico e sim pela terra, pois ela os faz existir simbolicamente.

Uma coisa é falar do seringueiro explorado, discriminado, marginalizado. Aquele seringueiro do final do século XIX, que veio do sertão, foi introduzido na floresta e viveu em condições sub-humanas. Isso é uma realidade bem remota. É a família do seringueiro que aqui analisamos. No momento em que chega à concretude do programa de expropriação dos governos militares na região, na década de 1970, já não é o seringueiro isolado, mas a família do seringueiro. Inclui a juventude seringueira, por exemplo. Pensar o seringueiro excluído não é mais somente pensar sobre um indivíduo, sozinho no meio do mato, mas pressupõe famílias excluídas. Considera-se a família de seringueiros excluídos, o jovem seringueiro excluído da cidade, motivo de chacotas que remetiam o seringueiro a posições inferiorizadas. Tanto é assim que, como proteção, alguns pais somente levavam os filhos na cidade quando estes já eram maiores de idade (às vezes quando adoeciam). Se era possível o jovem ir pela primeira vez à cidade após a maioridade, também eram inúmeros os casos de óbito de crianças, de doenças infecciosas, porque as mulheres também não transitavam nas cidades. Ou seja,

alguém pode falar “legal, o filho somente foi à civilização após ser maior de idade, nunca precisou durante anos”. Tudo bem! Só que esta exclusão significou também inúmeros óbitos (infantis, puerperais, etc). Esses eram excluídos, ou seja, a família.

Atualmente, quem circula livremente pela cidade, sem maiores distinções perceptíveis visualmente, são os filhos dos filhos de uma geração que fora protegida pelos pais, ao sofrerem hostilidades naquelas cidades do Alto Acre. O *habitus* incorporado ao corpo do seringueiro, a cor da pele, a estrutura e a postura corpórea, o jeito de caminhar etc. O seringueiro praticamente não dispunha de capital econômico, a não ser o trabalho, que mesmo assim era controlado. Com a Resex, vem o primeiro capital econômico: a terra, em consequência, o empréstimo bancário etc. No processo de resistência, a igreja, através da CEB, e os intelectuais se somam; posteriormente ampliam o capital social dos seringueiros. Este capital social será muitíssimo incrementado durante os governos do PT, no Acre, no governo federal, mas também nas prefeituras, nas associações, nas cooperativas, etc., razão pela qual estas instituições não devem ser menosprezadas.

As gerações jovens da atualidade, portanto – com capital econômico, social, simbólico, diferente de seus avós -, apresentam outro *habitus* incorporado, que denota indiferença às discriminações passadas. Essa é a mudança! Sem querer atribuir qualquer sentido de valor aos resultado do processo (se foram mudanças positivas, ou negativas), a participação dos seringueiros no debate em torno do desenvolvimento sustentável conferiu capital social e simbólico aos seringueiros, na medida que os colocou em contato com intelectuais, com lideranças nacionais e mundiais. Ambiguamente, a Resex, e mais tarde o próprio gado, a condição de possuir uma mercadoria para vender na hora em que decidir, sem ser cativo, confere um novo quantitativo/incremento de capital econômico ao seringueiro. Já não é cativo para vender a um patrão específico.

Fotografia 4. Motocicletas estacionadas enquanto camponeses participam de reunião em Comunidade da Resex CM em Xapuri.



Fotografado por João Maciel de Araújo em abril de 2018.

Os seringueiros passaram a conceber os planos para reprodução familiar em termos de geração (filhos e netos), não somente anual (o pagamento do saldo, uma única viagem à rua etc.), como a referência ao fábriço da borracha que o condicionava a dedicar-se a formular e empregar estratégias para melhor fazer render seu trabalho, dedicado o máximo possível à ilusão de “saldar” (liquidar) uma “conta” virtual que contraiu ainda adolescente, a fim de que seus filhos passassem o mínimo de “precisão” (necessidades) naquele ano. Assim, a liberdade em relação ao patrão, advinda com a Resex, no que se refere à liberdade na produção, acentua a preponderância do familiar, em detrimento da coletivização.

Ao longo deste trabalho temos apresentado alguns indicadores de mudanças relativas à produção camponesa das áreas de Resex no Alto Acre (sobretudo no capítulo 2), indicando que, apesar da persistência, o extrativismo de látex para a produção de borracha foi reduzido consideravelmente desde a criação destas unidades. Iniciemos, porém, um exercício para visualizar a natureza das mudanças espaciais, das práticas de uso da terra e recursos naturais pelos seringueiros e, conseqüentemente, da reconfiguração social de uma Colocação, tendo em mente a breve descrição (no início deste capítulo) sobre as primeiras horas do dia na Colocação de Maria das Dores, no PAE Remanso, contrastando elementos de tal descrição com o fragmento do texto de Mauro Almeida, que apesar de referir-se à realidade de um seringal na região do Alto Juruá, em meados dos anos 1980, em muito se assemelha ao que ocorria na região do Alto Acre no mesmo período, mesmo em áreas onde os seringueiros

eram “libertos” do vínculo a um patrão (o seringueiro autônomo) e tinham o extrativismo de borracha como a principal fonte de renda monetária:

A mata, que é fonte de terrenos para roçado, é também espaço de caça e de coleta com seu estoque bem conhecido e explorado pelos seringueiros que ao longo dos caminhos, do roçado, das estradas de seringa e dos varadouros conhecem cada madeira, cada oco de abelha, cada cacho de patoá ou de açai, cada envira, cada vereda de animal. Animais de mata alimentam os moradores, cachorros e animais domésticos também se alimentam dos roçados e das capoeiras. Observamos que o igarapé, o terreno, o campo, os roçados, as capoeiras, e a mata interligam cadeias de equilíbrio delicado.

Roçados em demasia reduziriam o tempo de regeneração da mata e degradariam a floresta; animais demais representam predação dos roçados; porcos em demasia, ou gado, constituem outra ameaça aos roçados; muita caçada ou superexploração das seringueiras reduzem a produtividade dos recursos.

A extração pode ser, em suma, degradativa.

A economia extrativa das Colocações possui mecanismos de equilíbrio. O primeiro é baseado em alertas. Terreiros que empobrecem, pragas que invadem a casa, conflitos por estradas, caça escassa e seringueiras improdutivas são motivos para abandonar uma Colocação. Gado ou porcos excessivos são abatidos ou vendidos quando ameaçam roçados.

Esse primeiro tipo de mecanismo reduz a pressão dos recursos via diminuição da população, gerando um padrão desigual de ocupação das Colocações, e permitindo ‘micro-santuários’ para regeneração da caça e da floresta. Entre os seringais, áreas assim constituem verdadeiros refúgios. Tal mecanismo, porém, supõe que:

- Haja floresta disponível, acima da capacidade de sustentação de curto prazo;
- Não haja propriedade individual da terra. (ALMEIDA, 1992 apud PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 247-248).

As áreas de Resexs do Alto Acre estão relativamente conservadas e as gerações atuais de seringueiros mantêm um conhecimento detalhado dos recursos e, com base neste conhecimento e nas atuais circunstâncias sociais e econômicas, planejam as atividades a serem desenvolvidas, ou não, em suas Colocações. Mas, se observarmos as dezenas de comunidades localizadas nas Resex do Alto Acre, com facilidade verificaríamos que descrições como estas sobre os anos 1980, realçam traços que são, *a priori*, relativamente difíceis identificar atualmente. Os aspectos que mais diferem são as condições de acesso às Colocações, a paisagem natural, as moradias, a diversidade de pessoas, enfim, aspectos de mudanças dos últimos trinta anos em praticamente todos os lugares do mundo.

Portanto, as mudanças socio-históricas que afetam a configuração do campesinato desta região se processam mediante transformações ocorridas na base produtiva e nos mecanismos de apropriação da terra, levando ao estabelecimento de relações sociais diferenciadas de uma época a outra. Por sua vez, tais transformações se apresentam como reações dos diferentes grupos da sociedade local a mudanças de ordem econômica e política ocorridas numa escala mais ampla: em níveis de Brasil e internacional. Assim, as

características socioculturais do campesinato, quando da introdução da agricultura, diferem das que predominavam na época de dedicação exclusiva à produção de borracha, que também difere de quando ocorre um relaxamento relativo da presença dos patrões seringalistas e é favorecida a inserção dos marreteiros. Conseqüentemente, a demarcação de Resexs, como novo mecanismo de apropriação da terra e uso dos recursos naturais, acompanhada da introdução da pecuária como atividade predominante no campo, levou a reconfigurações.

Dos ideais que mobilizavam os seringueiros na luta pela terra o mais eminente era justamente a possibilidade de garantir que sua descendência não fosse forçada a deixar os lugares pelos quais lutavam. No entanto, a partir dos anos 2000 se instaurou um cenário de tensão entre atividades produtivas e conservação ambiental. Mesmo assim, o desenvolvimento de práticas relacionadas à partilha das Colocações e sucessão geracional, produto da relação dialética entre princípios de reprodução social e autoritarismo estatal, têm garantido uma presença expressiva do campesinato seringueiro no Alto Acre.

Na Tabela 1 (no segundo capítulo) apresentamos uma estimativa de quanta população viveria atualmente em Resexs e, a julgar pelos números (certamente imprecisos) e também pela característica demográfica passível de inferir na descrição sobre o amanhecer na Colocação de Maria das Dores, muito facilmente se deduz que algumas estratégias dos esquemas de manejo dos recursos praticados pelos seringueiros dos anos 1980, então observados por Mauro Almeida, seriam praticamente impossíveis, ou inviáveis atualmente. Há, conforme mencionamos anteriormente, um grande número de famílias que não vivem do extrativismo e há mesmo uma geração que sequer sabe cortar seringa.

A produção de borracha foi deslocada de sua posição como referência central no ordenamento da vida dos seringueiros. Tudo se dava em torno da produção de borracha (se fala mais em borracha para tratar de economia mesmo), no “tempo da seringa”, “do corte da seringa” conforme os seringueiros recordam o passado. Tempo em que o tempo, a circulação e também o horizonte de perspectiva do seringueiro, do morador do seringal, era controlado e determinado pelo patrão seringalista. No plano da vida de um homem, a infância (e mesmo a infância já tinha essa determinação, de privação de roupas etc.) se encerrava quando se começava a ajudar na “colha do leite”, a juntar coquinho, ou cavaco para queimar no defumador; a adolescência inaugurava precocemente a vida adulta, ao passo que a partir daí assumia-se a responsabilidade por uma estrada de seringa para cortar e colher sozinho, ou com a ajuda de um irmão mais novo. E assim sucessivamente, abrindo novos ciclos da vida: o

namoro, o casamento, a condição de chefe de família e etc. Também outras atividades, como a agricultura, as caçadas e pesca etc., eram determinadas por essa linha tracejada em tom mais forte que era o “corte da seringa”, durante o período do “fábrico”. Este sistema que ordenava o tempo e a vida dos seringueiros, baseava-se numa rede cujos agentes que intermediavam o contato do seringueiro com o mundo externo à Colocação, eram também dominados pelo seringalista. Esta situação começou a se desfazer com a falência dos seringalistas.

As gerações mais jovens têm outras perspectivas, uma vez que não sabem o que é padrão e outros agentes do sistema seringal. Ouvem falar, mas, definitivamente, não têm interesse em experimentar este mundo controlado. As narrativas de um jovem seringueiro da atualidade sobre seu lugar é permeada pelo que lhe contam seus pais e avós, mas também o que escutam e leem, na escola, na televisão, na internet e tantos outros espaços aos quais seus antepassados não tiveram acesso ou circulação, dado que nasceram e cresceram praticamente circunscritos às Colocações. Conforme disse Sahlins (1997), sobre a filosofia de Herder, o mundo é ensinado.

Mas tudo se passa em relação ao lugar, referencia-se ao lugar. Às vezes essa centralidade do lugar é percebida e representada, às vezes, não. Mas ela é vivenciada e repassada aos filhos, às novas gerações, mesmo que, paradoxalmente, eles transitem muito mais nas cidades que os seringueiros de outrora.

Às vezes, os pequenos produtores usavam o termo lugar com o sentido de espaço construído ou em construção - fruto do exercício de atividade do homem sobre a natureza: "estava começando a fazer o lugar", "já tenho meu lugar arrumadinho, já posso levar minha família". Lugar significando o espaço de morada trabalhado ou para trabalho e propriedade remetendo, além disso, à relação do homem com o espaço em questão. (ESTERCI, 2008, p.76)

Seringueiros mais velhos ultimamente referem-se às colocações como “lugar”. “Esse meu lugar”, revelando a condição secundária a que ficou relegado o “corte da seringa”. Este é possivelmente motivo do dilema no julgamento das representações sobre o passado: por um lado há aspectos de que parecem ter saudades, de outro, tem coisas que dizem ser muito piores no passado. Na verdade, essa avaliação negativa é preponderante: há vários aspectos do passado que acham negativos. Em suas representações sobre o tempo passado estão também sentimentos de saudade da juventude, da saúde, em muitos casos já debilitada.

Atualmente o tempo e o espaço têm outros referenciais, que certamente não são os da produção de borracha, mas também não é somente a criação de gado, nem exclusivamente a safra anual de castanha, ou o trabalho no roçado. Com a Resex foi inserida também a cidade

neste referencial, através dos direitos, etc. Por isso a consideração sobre a família, ao invés do seringueiro, da produção de borracha, que inclusive ainda estava muito presente no período de criação de cooperativas e de busca da reativação da economia da borracha nos anos 1990.

Os princípios e instrumentos jurídicos de ordenamento e gestão territorial são os mesmos para ambas as modalidades destas terras públicas: os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (inicialmente Projetos de Assentamento Extrativistas), vinculados ao INCRA e classificados como “Projetos Diferenciados”; e a Reserva Extrativista, vinculada inicialmente ao IBAMA e posteriormente ao ICMBio, previstas no SNUC e classificadas como “UCs de Uso Sustentável”.

Em ambos os casos, estas “Reservas”, como a elas se referem os seringueiros, mantêm as configurações espaciais e indivisibilidade da colocação por família que, em outros tipos de assentamento, eram desconsideradas e divididas em lotes simétricos com base no módulo fiscal; atribui-se a concessão de direito real de uso aos moradores por tempo determinado, mediado por uma associação que assume a condição de concessionária; e adota-se o Plano de Uso, documento elaborado com a participação dos moradores, em que se estipulam regras e procedimentos a serem aplicados em diversas circunstâncias relativas ao uso dos recursos e à gestão territorial. Assim, nos casos aqui considerados diretamente, concessionárias são a Associação Fé em Deus no PAE Chico Mendes (Cachoeira), AMARCA no PAE Remanso, AMPAESQ no PAE Santa Quitéria e AMOPREX no caso da Comunidade Rio Branco e da Resex CM, área de Xapuri.

Após debates sobre o instrumento a ser utilizado para garantia de permanência dos seringueiros em Resexs, sobretudo pensando em resguardar estes territórios do mercado de terras (CUNHA e ALMEIDA, 2017; ALLEGRETTI, 2002), optou-se por um estatuto fundiário em que a terra fosse propriedade da União e repassada aos seringueiros através de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, previsto primeiramente no âmbito do INCRA, através da Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, e mais tarde no Decreto 98.897 de 30 de janeiro de 1990, que remete ao Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, ajustado à realidade das Resexs pela Lei 11.481/2007, que dá nova redação ao Art. 7º²⁰⁰.

²⁰⁰ Redação dada ao Art. 7º do Decreto-lei nº 271/1967, pela Lei: 11.481/2007: “É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas”.

Do ponto de vista oficial, a dominialidade formal²⁰¹ da terra conferida aos moradores de Resexs pressupõe que sua gestão se dê comunitariamente, através de regras definidas e seguidas coletivamente, expressas num documento formal, o P.U. – P.U, cuja elaboração se orientou pelas leis de proteção ao meio ambiente, mas, sobretudo, buscou incorporar práticas de produção e uso dos recursos naturais instituídas ao longo dos anos pelos seringueiros²⁰². O CCDRU da Associação Fé em Deus, do PAE Chico Mendes tem validade de 09 de dezembro de 2016 até 2046 (30 anos) condicionando-se ao cumprimento do P.U., que no caso deste PAE foi reformulado em 2017.

Assim, em última análise, o CCDRU, instrumento de pactuação entre poder público (INCRA no caso de PAEs, e IBAMA/ICMBio no caso de Resexs do SNUC) e a concessionária, entidades jurídicas representantes dos moradores (no caso Associações de Moradores e Produtores), condiciona sua manutenção e prorrogação ao cumprimento do P.U.²⁰³. Neste sentido, percebe-se que as regras relacionadas ao uso de recursos comuns, como a caça, pesca, rios, igarapés e vias de acesso²⁰⁴, são estritamente observadas pela grande maioria dos moradores destas áreas, que não hesitam em repreender invasores e formalizar denúncias aos órgãos competentes. Entretanto, regras do P.U referentes ao contexto doméstico, como as atividades produtivas e formas sucessórias, são geradoras de conflitos entre moradores e órgãos de fiscalização.

Le Tourneu e Beaufort (2017), em estudo sobre a relação entre uso coletivo e uso individual da terra e dos recursos naturais no PAE Chico Mendes, aplicando um modelo de gestão de RPC (Regime de Propriedade Comum), notou que há uma tensão conflituosa em tal

²⁰¹ Utilizamos a terminologia dominialidade formal para indicar a existência de um estatuto jurídico que permite a apropriação (não a propriedade) da terra/território pelos camponeses.

²⁰² Os Planos de Usos das Resexs aqui estudadas (PAEs do Alto Acre e Resex CM) possuem uma matriz comum e foram elaborados no início dos anos 1990, sob a coordenação do CNS.

²⁰³ Em 17 de dezembro de 2018, o INCRA expediu a Instrução Normativa N° 97. Publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2018; a IN N° 97 “normatiza os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse do Incra ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)”. A Concessão de Direito Real de Uso – CDRU é um dos instrumentos de titulação definitiva de terras previstos na IN N° 97. As Seções III e IV da IN N° 97 dispõem especificamente sobre a CDRU, prevendo a transferência da Concessão entre beneficiários após decorridos 10 anos da primeira concessão. Esta é, portanto, uma novidade trazida pela referida IN, uma vez que, até então, as experiências dos PAEs eram as de CDRU Coletivas por tempo determinado. Não temos ainda dados sobre a repercussão desta IN nos PAEs que consideramos neste estudo. Sendo assim, nossas considerações são sobre as práticas de partilha e sucessão dos seringueiros no período anterior à publicação desta norma.

²⁰⁴ Praticamente todas as comunidades de Resexs do Alto Acre atualmente têm seu acesso principal por meio de ramais (estradas de rodagens), o que representa uma de suas peculiaridades em relação a outras Resexs do estado do Acre, como Alto Juruá e Alto Tarauacá, por exemplo, cujo acesso principal é fluvial.

relação, que tende a se estabelecer em razão da unidade individual (a Colocação) figurar como a unidade de produção relevante, o que lhe confere um caráter misto, ou híbrido, no regime de gestão das terras naquela unidade, que tanto considera as regras estabelecidas formalmente na associação, quanto aquelas decisões tomadas em função da organização doméstica (LE TOURNEAU e BEAUFORT, 2017).

Sem disfarçar certo desapontamento, os autores sugerem não haver maior participação efetiva da comunidade nas decisões, já que a palavra final é do INCRA, e o governo estadual também influencia. Considerando que o manejo madeireiro não foi implantado como desejava o governo e que as pessoas continuam dividindo as Colocações, à revelia dos órgãos públicos formalmente incumbidos da gestão fundiária, fica evidente que na verdade os seringueiros mantêm certa autonomia e o que de fato ocorreu foi não considerar, desde o início, este comunitarismo cristão como um elemento mais de atuação política do que de organização produtiva, acrescido da característica moral camponesa de legar um patrimônio territorial a sua descendência, sendo central o domínio da família.

Esta prioridade conferida à propriedade talvez explique por que a "medição" que preservou os lotes individuais, mas implicou na perda das áreas de uso comunal, foi vivenciada como vitória, enquanto que a proposta de coletivização que implicava na eliminação da propriedade foi percebida como ameaça à liberdade - já que ameaçava o espaço de autonomia da unidade camponesa. Esta compreensão parece mais adequada do que seria pensar que o ritmo, a produtividade e as demais expressões aparentes do distúrbio produzido pelo trabalho coletivo possam ser decisivos para a avaliação da inviabilidade do projeto de coletivização. Entender a liberdade no sentido de autonomia da unidade camponesa implica pensar a forma pela qual esta unidade se organiza internamente com liberdade, ou seja, segundo os padrões socioculturais do grupo. (ESTERCI, 2008, p. 143)

Esse modelo de gestão, pautado na CCDRU e com base no P.U., que teve sim a participação das comunidades, mas foi também fruto da participação de intelectuais, resulta dos processos de mediação intercultural, nos termos apontados por Paula Montero et al. (2011) sobre o que correu no Brasil a respeito das comunidades tradicionais, e que esperamos ter demonstrado que foi o que aconteceu com os seringueiros desde sua emergência, ainda com outros objetivos e, sob outras perspectivas, ainda com as CEBs. Conforme assinalado por Almeida (2012, p. 126), referindo-se à proposta de Resexs, o modo de vida florestal desenvolvido pelo seringueiro na Colocação, após o colapso do mercado mundial da borracha da Amazônia, a partir do final da primeira década do século XX, foi “o embrião de um modo de adaptação humana à floresta tropical que é social, ecológica e economicamente promissor”. A institucionalização das Resexs como um “sistema das Colocações”, como unidades autônomas em relação ao “sistema de seringais”, buscou traduzir práticas do modo

de vida florestal dos seringueiros ao nível do campo burocrático, em que uma das premissas era o reconhecimento da indivisibilidade das Colocações.

Os Planos de Uso, tanto no caso de PAEs, quanto da Resex CM, foram elaborados com a mediação do CNS no início dos anos 1990, embora a Reserva Extrativista tenha passado por modificações com a elaboração do Plano de Manejo da Unidade. Os P.Us. das Resexs aqui consideradas elencam uma série de regras relativas às Colocações, enfatizando o carácter de indivisibilidade das mesmas, conforme destacamos a seguir:

[...] 14) Cada família só poderá ter uma Colocação. É considerada uma Colocação uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa de no mínimo 200 hectares. Cada estrada de seringa deve ter no mínimo 100 árvores de seringa; [...] 17) No caso da ocupação de Colocações abandonadas deve ser dada a preferência para que a ocupação seja prioritariamente por parte dos filhos de moradores que já compuseram família e que mantêm a condição de extrativistas. Para que a Colocação seja considerada abandonada, deverá ser ouvida a Associação; 18) Por ser de domínio público e ter seu uso concedido, é proibido o loteamento e venda das Colocações existentes na Reserva; 19) A transferência de uma Colocação deve ser aprovada pela comunidade, com registro em ata na presença da Associação de Moradores e Produtores, IBAMA e outros parceiros do Conselho Deliberativo. No caso de vendas ilegais de parte da Colocação, o negócio deve ser desfeito para a recomposição da Colocação; 20) Caso o morador queira sair da Reserva, a venda da benfeitoria só poderá ser feita para outro extrativista. No caso de venda ilegal o morador poderá ser expulso da reserva sem direito algum [...]²⁰⁵.

Conforme depreende-se dos itens 17 e 20 do fragmento transcrito, o contexto em que foi elaborado o P.U. indicava não ser raro o abandono de Colocações, o que atualmente não ocorre. O item 19, por sua vez, indica a possibilidade de trocas de Colocações entre os próprios seringueiros, o que também não era raro, mas hoje praticamente não ocorre. Oliveira (1991), em estudo realizado nos seringais da Resex CM, na área de Xapuri, no início dos anos 1990, apontou para as constantes transferências de Colocações entre os seringueiros, em parte devido à falta de estabilidade quanto à dominialidade formal da terra e das precárias condições de vida das famílias. Esta situação foi profundamente alterada e após a criação das Resexs são mínimos os casos de transferências internas (entre seringueiros), sobretudo em decorrência de melhorias nas condições de acesso e instalação de infraestrutura de serviços públicos, mas também pelas perspectivas de valorização das benfeitorias, como casas e infraestrutura produtiva (inclusive as áreas de pastagem – cercas e currais).

²⁰⁵ Os fragmentos de Plano de Utilização transcritos neste trabalho foram retirados do Plano de Manejo da Resex Chico Mendes, elaborado por exigência da Lei nº 9885/2000 – Lei do SNUC. O Plano de Manejo, aprovado em 2006, incorporou o Plano de Utilização, que fora atualizado também em 2006, modificando-o em relação ao original, do início dos anos 1990.

A inexistência de Colocações abandonadas que possam acomodar as gerações mais jovens, quando do matrimônio, num primeiro momento, levou à subdivisão das Colocações dos pais, observando o limite de 2 estradas de seringa, previstas no item 14. Esta prática originou várias Colocações, quando do recadastramento de moradores realizado pelo IBAMA no final dos anos 1990, que se expressa pelo acréscimo de um número após o nome da Colocação de origem. Assim, por exemplo, nas Colocações de nome “Bom Futuro” inicialmente constituída de 6 estradas de seringa, as neolocalidades passaram a se chamar Bom Futuro 2 e Bom Futuro 3. Com esta prática, que ocorreu na Resex CM por ocasião do aludido recadastramento, mas também ocorreu em PAEs, conforme a possibilidade da quantidade de estradas de seringa, os filhos e filhas, geralmente os mais velhos, que moravam nestas novas Colocações, foram reconhecidos como beneficiários. Nestes casos, a nova moradia geralmente era construída afastada dos pais, a distâncias percorridas entre 10 e 30 minutos de caminhada.

Com o passar dos anos, no entanto, ficou cada vez mais difícil realizar esta prática e a exigência de criação de neolocalidades levou os camponeses, e os órgãos envolvidos, a recorrerem à categoria de “agregado”, que por mais que permita a permanência da nova unidade doméstica (família conjugal) onde moram os patriarcas (outra família conjugal), não a reconhece como beneficiária, alijando-a de uma série de direitos conferidos aos assentados da reforma agrária e gerando um mal-estar constante entre todos. *A priori* não há observância rigorosa quanto ao critério entre patrilocalidade, ou matrilocidade, e o novo casal constrói sua casa na Colocação dos pais daquele que ainda tiver condições de comportar mais uma família, quando tanto o noivo quanto a noiva são filhos de moradores de Resexs. Nos casos em que somente um destes seja de Resexs, havendo concordância do outro em morar na Colocação, e após negociação que envolve os pais e, se for o caso, os irmãos/cunhados, ambos são aceitos pela família e a decisão é geralmente respeitada pela comunidade e pela associação, uma vez que, nestes contextos, para além de regras estabelecidas nas políticas oficiais de gestão das áreas, prevalece a condição de pertencimento a um grupo por laços de descendência, alianças e filiação como definidores de direitos territoriais, a exemplo do que constatou Paoliello (2009) entre remanescentes quilombolas do Vale do Ribeira. Nestes casos, a moradia é construída na mesma clareira das já existentes, sendo possível avistar de uma casa a outra e revelando o adensamento populacional que ocorre nas Resexs.

Como em regra, a nova família conjugal constitui-se como unidade relativamente autônoma de produção e consumo, o mal-estar de figurar oficialmente (na classificação dos órgãos estatais) como agregado é especialmente acentuado, quando se consideram as regras do P.U referentes às atividades produtivas, conforme fragmento a seguir:

[...] 31) As atividades complementares poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da Colocação sendo que o tamanho máximo destinado às atividades complementares não poderá ultrapassar 30 hectares por Colocação. 32) Após zoneamento específico de áreas sem recursos extrativistas em potencial, poderá ser estendido o limite de 20% da Colocação para atividades complementares, não podendo ultrapassar 40 ha, sendo esta decisão condicionada a apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo. [...] 36) A criação de grandes animais, como o gado, será permitida até o limite máximo de 50% da área da Colocação destinada para atividades complementares. 37) Fica estabelecido, para efeito de benfeitoria, que as áreas de pastagens terão valor menor se comparadas a outras benfeitorias como, por exemplo, sistemas agroflorestais. Esses valores serão ainda fixados após estudo técnico que poderá contar com o apoio de universidades e instituições de pesquisa; [...] 52) O não cumprimento do presente P.U. significa quebra do compromisso do Direito de Uso da Reserva por parte dos moradores, de modo a conservá-la para os filhos e netos, tal como a receberam, e poderá resultar na perda dos direitos de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas neste P.U.. [...] 67) Quando um seringueiro extrativista solicitar a transferência ou troca de sua Colocação por outra, a transação só poderá ser efetuada após aprovação da comunidade e desde que aquela Colocação esteja bem cuidada (estradas limpas, recursos ambientais conservados). Deve-se fazer o registro em ata comunitária. 68) Fica proibida a ocupação de Colocações e utilização de residências por pessoas não extrativistas, salvo pessoas que comprovadamente prestem serviço à comunidade[...] ²⁰⁶.

Conforme indica o texto do P.U, partiu-se do princípio de que a atividade principal a ser desenvolvida era o extrativismo, o que efetivamente não ocorreu por questões alheias aos moradores, conforme pudemos mencionar anteriormente neste trabalho. Mesmo assim, as gerações mais jovens das Resexs compartilham referenciais simbólicos e práticos forjados na relação entre os seringueiros e a natureza. Os limites e extensões territoriais entre as Colocações, por exemplo, são reconhecidos a partir de estradas de seringas, de *piques de castanha*²⁰⁷, apesar da crescente imposição para adoção de parâmetros “modernos” como os trazidos pelo zoneamento das Colocações por ocasião do Manejo Madeireiro, onde é cada vez mais recorrente os moradores adotarem o hectare como unidade de medida. Mas no quadro atual do Alto Acre tem sido cada vez mais difícil cumprir as regras dos P.U. referentes à produção, pois está evidente que elas expressam certas aspirações colocadas num momento

²⁰⁶ Idem nota de rodapé nº 189.

²⁰⁷ O *pique de castanha* é uma trilha relativamente estreita aberta na floresta, que, ao mesmo tempo em que dá acesso às castanheiras para a coleta dos ouriços, delimitam o conjunto destas árvores em uma determinada região de uma colocação.

historicamente dado, atualmente contrastando com a dinâmica dos agentes no espaço social (BOURDIEU,2010).

Neste sentido, apesar de buscarem observar as disposições do P.U no tocante à procura da anuência das comunidades, associações concessionárias e órgãos estatais pertinentes, quando do assentamento de famílias das gerações mais novas, os seringueiros do Alto Acre têm o desafio de pensar sua manutenção a partir do equacionamento entre atividade produtiva e conservação ambiental. Isto tem incluído a renda obtida através das aposentadorias rurais, a otimização do acesso a créditos oficiais e das áreas desmatadas para a criação e venda de bezerros, a precaução de não aderirem incondicionalmente à proposta de manejo madeireiro e a avaliação de que a prática agrícola leva ao desmatamento sem retorno econômico compensatório. Suas práticas atuais são orientadas para garantir acolhida e permanência de seus descendentes conforme narrativas semelhantes à deste morador do PAE Remanso, ao refletir sobre sua condição camponesa:

Tipo assim: pra mim sair daqui, pra mim ir para outro canto, só se for questão de uma doença que eu não possa mais trabalhar, nem nada. Assim, que eu fique de uma forma que eu vou ver o que já fiz, o que eu já tenho hoje, se acabando sem eu ter como estar mantendo nem o que eu tenho, né?! Porque por outra, está muito bom aqui! Pra mim aqui está ótimo! Muitos pensam assim aqui. Aqui está uma questão muito grande [como exemplos], que você às vezes, pessoas que já foi proprietário de terra, já teve alguma colônia e tal, vendeu, achando que aquele dinheiro iria dá pra ele ir pra rua, sustentar o filho, a família toda e não ia mais precisar de... e hoje?! Às vezes está querendo um pedacinho de terra, quer voltar e não tem condições mais. Às vezes outros venderam, achando que ia investir em alguma coisa, ou investisse só na cachaça ia dá pra ele... aí acabou com tudo também... tem muitos que fizeram isso, que nem ali, pertinho da Associação, um lugar chamado Pernambuco... venderam, aí hoje os caras: tem um alí na Capixaba, vivendo de favor...não tem uma casa, não tem um salário, não tem nada; Aí o outro ... com os filhos, que a mulher tinha se matado aí, e aí uma filha está na penal, o outro [filho] já mataram, o outro está na facção e ele está vendendo aquelas trufinhas de chocolate. (Mundico, em junho de 2018).

As Resexs são a porção de terra reclamada pelos seringueiros três quartos de século após a anexação do Acre ao Brasil (sugerindo um direito a reparação a sua participação neste processo). E o período que estamos estudando é justamente aquele onde se reconfiguram e se desenvolvem, aprimoram-se, ou mesmo se inauguram formas de sucessão, de gestão da posse e uso da terra/território. É importante anotar esta diferenciação, embora muitas das redes que permitem a reprodução dos seringueiros se assemelhem do que observou Paoliello (2009) para o caso de camponeses do Vale do Ribeira. Naquele caso, as práticas de sucessão seriam modificadas a partir do reconhecimento como remanescentes de quilombos. Os seringueiros, entretanto, põem em prática pela primeira vez formas de sucessão.

A valorização da terra no Alto Acre faz com que dirigentes sindicais e lideranças comunitárias avaliem como extremamente perigosa a prática de fracionamento de Colocações que se observa nas Resexs da região. Direta e indiretamente, os maiores pecuaristas do Alto Acre, mas também de outras regiões, bem como comerciantes ou funcionários públicos que veem na pecuária uma oportunidade de investimento, assediam cotidianamente moradores das Resexs para a compra de Colocações, inteiras ou frações, e estimulam a formação de pastagens para que sejam arrendadas a eles posteriormente. Das áreas que estudamos, esta situação tem sido relativamente forte no PAE Remanso, no município de Capixaba.

Regido pela *doxa* (BOURDIEU, 2010) do campo da conservação ambiental, o combate à fragmentação de Colocações tende a incriminar os filhos e filhas de seringueiros que buscam instalar-se junto a seus pais nas Resexs. Muitos partilham a experiência de terem deixado a casa dos pais, nos anos 1990, período de precariedade no meio rural, diante da falência da economia da borracha e da falta de um produto “substituto”, e também de baixa ou inexistente infraestrutura de serviços públicos, mas, diante da falta de oportunidades de emprego e agravamento da violência nos núcleos urbanos, buscam retornar. Sem outra alternativa as novas gerações foram se acomodando, embora contra a vontade de ambientalistas.

O problema empírico interpela a teoria sobre a fronteira no que tange à questão da propriedade da terra como característica central da frente pioneira: as Resexs no Alto Acre, neste sentido, funcionam como elementos novos. Não são terras que se transformaram em reservas ecológicas, apesar de alguns assim as conceberem. Conforme temos demonstrado, em razão de vários fatores, estas terras são retiradas do mercado imobiliário, mas se integram, através dos camponeses, ao sistema de produção capitalista. Se por um lado a demarcação de Resexs e suas regras impôs modificação à concentração de terras na mão dos fazendeiros, que compram várias áreas não contíguas, por outro trouxe aos seringueiros, como camponeses que são, a possibilidade de continuar numa área característica como frente pioneira, como se encontrassem numa característica frente de expansão, dotada de “terra livre” para novas moradias e produção.

Nesse sentido, reiteramos que é equivocado falar que não mais haveria uma luta pela terra. Há uma pujante luta pela terra, tanto no que se refere a mantê-la fora do mercado imobiliário voraz, quanto em tentar acomodar as gerações atuais. Talvez se configure um exemplo, na melhor das hipóteses, de uma luta pela libertação da terra para o trabalho. As

constantes divisões de Colocações, que são radicalmente condenadas pelo Estado, pelos opositores da Reserva e até por aqueles que se dizem favoráveis à causa seringueira, desviam o foco da acelerada concentração, consentida e financiada pelo Estado, que ocorre fora das Resexs, bloqueando a oportunidade de acesso à terra por camponeses da geração atual, em quantidades até aqui não calculadas. O Estado consente e financia a tensão nesta problemática do fracionamento de Colocações, na medida em que elege como política econômica a pecuária bovina de corte.

O certo é que esta demanda por terra nunca cessou, por isso não é plausível afirmar que se passou de um estágio da luta pela terra ao da luta na terra, incluindo terra indígena e outras unidades com rigorosas restrições de uso, como as Florestas Estaduais. Um exemplo de que essa demanda sempre existiu se expressou no processo de seleção de beneficiários a serem assentados nos Pólos Agroflorestais implantados em Brasília, Capixaba, Epitaciolândia e Xapuri entre os anos de 1999 e 2001. A esmagadora maioria dos candidatos era composta por ex-seringueiros, ou filhos de seringueiros que habitavam precariamente as periferias destes municípios, após amargarem uma década de 1990 decadente em termos de economia extrativista quando também era ainda inexpressiva a pecuária como alternativa de geração de renda entre os seringueiros.

Essa procura por terra, no que se refere ao migrante que fora assentado em Projetos de Assentamento Dirigido do INCRA, portanto, uma frente camponesa que se diferencia da frente capitalista na fronteira agropecuária, prossegue se deslocando em direção ao Vale do Juruá, no Acre e ao Sul do Amazonas. Ocorre inclusive em direção ao Alto Acre e aos PAEs e Resex CM. Este fator é um dos que mais impacta na dinâmica comunitária destas áreas atualmente, conforme o relato de Reinaldo sobre “o pessoal de Rondônia”, cuja lógica e dinâmica de trabalho assustam²⁰⁸.

Quando da preponderância do sistema seringal (ESTEVEZ, 2010) durante o século XX e mesmo nos momentos em que crises do sistema de aviação ocasionavam um relativo

²⁰⁸ Durante a pesquisa de campo, foram muito expressivas as referências que os camponeses das Resex fazem ao “pessoal de Rondônia”. Segundo eles, tem se acentuado a frequência com que pessoas de Rondônia passam em busca de terras para comprar. Há um caso no PAE Chico Mendes, no qual primeiramente chegou o pai e agora está se instalando um filho, ambos com a finalidade de criar gado. Outro relato dá conta de que a partir da margem do Rio Espalha, no limite da Resex Chico Mendes, nas imediações da região que compreende a Comunidade Samaúma, estão instaladas mais de 10 famílias oriundas de Rondônia, que fizeram aberturas relativamente grandes de áreas para o cultivo de cacau e café. Segundo o que nos foi dito, neste último caso, além da forma organizada com que estas famílias estão lidando com a implantação destas lavouras, há um componente comunitário, a partir da religião: são famílias evangélicas, da Igreja Congregação Cristã do Brasil.

relaxamento no controle do trabalho, a permanência dos seringueiros em uma Colocação dependia da autorização do patrão seringalista. Assim, quando da transferência para outra Colocação, ou da busca para instalação de novas unidades domésticas em decorrência de matrimônio, os pais dos recém-casados, na condição de “chefes da família”, intermediavam a solicitação ao patrão, ou preposto, na forma de avalista, ou mesmo se responsabilizando pela conta do pretenso novo freguês do barracão²⁰⁹. Estas condicionantes ensejavam o estabelecimento de famílias extensas (por uxorilocalidade ou virilocalidade) que, conforme notou Woortmann (1998), eram recorrentes em seringais do Acre no início dos anos 1990. Este fato se dava devido a nem sempre o patriarca estar em condições econômicas, ou morais, de fazer a solicitação ao patrão, ou mesmo de não haver disponibilidade de Colocações desocupadas naquele seringal.

No início dos anos 1990, Wawzyniak (2003), ao analisar processos de herança entre os seringueiros do município de Guajará Mirim, em Rondônia, diante da possibilidade desta prática passar a compor a realidade daqueles sujeitos, com a recém-criada Reserva Extrativistas do Rio Ouro Preto, notou que a partilha de Colocações entre familiares tendia a inviabilizar a atividade extrativista, visto causar uma superexploração dos recursos naturais. No caso do Alto Acre não seria diferente e o que tem permitido que, onde no passado apenas uma família conjugal vivia (apesar de à época a composição ser mais numerosa), atualmente viverem quatro ou até cinco famílias conjugais, conforme notamos ser recorrente na região, são, paradoxalmente, as mudanças das atividades, aliadas a uma série de direitos adquiridos.

Neste sentido, cabe notar que se é verdade que, quando da reivindicação da criação das Resexs, registravam-se casos de seringueiros que de longa data habitavam uma mesma Colocação, não é menos verdade que, por inúmeras razões, mas certamente influenciados pelo fato de não ter qualquer domínio formal na apropriação da terra, um número expressivo de famílias de seringueiros mudava-se com bastante frequência no interior de um mesmo seringal, ou entre seringais, conforme relatos de algumas pessoas por nós entrevistadas, e como já notara Oliveira (1991) em sua pesquisa nos seringais Floresta, Boa Vista e Nazaré, em Xapuri, no início dos anos 1990, no contexto de recém-criação da Resex CM. Ou seja, e esta é uma das principais mudanças que nosso trabalho quer realçar, a possibilidade de

²⁰⁹ Freguês era o termo que identificava o seringueiro em relação ao patrão seringalista, e que na análise de Teixeira (2019) constituía um dos elementos de dominação ideológica no contexto do aviamento, pois passava a falsa imagem de que a relação comercial se dava entre indivíduos igualmente emancipados.

estabilidade trazida com as Resexs impôs o desenvolvimento de certas regras e práticas que até então não se apresentavam à experiência dos seringueiros da Amazônia. Ou seja, para sua reprodução, enquanto grupo sociocultural, foi necessário inovar.

Isso implica a atualização de especificidades culturais, mas também reconfiguração do padrão demográfico nestas áreas, para além de questões relativas à paisagem regional. Tomemos como exemplo o caso do Seringal Floresta no qual se encontra a maioria das Colocações que constituem a Comunidade Rio Branco: ali houve um crescimento de 330% (em 2019 seriam 132 famílias reconhecidas) no número de famílias oficialmente classificadas como residentes entre 2012 e 2019. Estendamos ainda esta relação ao caso da Resex CM, de maneira geral, na qual a quantidade de famílias saltou de cerca de 1900 famílias em 2009, para 3390 famílias (em torno de 178%) em uma década²¹⁰. Lembramos, do ponto de vista ambiental, que a região que compreende a comunidade Rio Branco é a mesma em que se instalava na década de 1980 a fazenda Bordon, cujo gerente declarava em 1986 que a partir do ano seguinte passaria a desmatar 400 hectares anualmente para comportar o crescimento de seu rebanho bovino.

Em que pesem suas contradições, o estatuto CCDRU de dominialidade fundiária, em contraponto à propriedade privada, permitiu a emergência de perfis como o de Mundico, que experimentou períodos fora do meio rural, retornou e se estabilizou no campo. Ou seja, sem muito esforço, em perspectiva contrafactual, fica evidente vislumbrar qual seria o destino destas áreas e destas pessoas num período relativamente curto. A julgar pelo que ocorreu nos projetos de colonização e assentamentos de reforma agrária titulados pelo INCRA a famílias individuais, nos quais é pública e sabida nas mãos de quem acontece a reconcentração (família Batoque, no PA Quixadá, em Brasília; Ribeiro no PA São Gabriel, em Capixaba; os Alves na União Baiana - Aquidaban, em Xapuri, etc.), muito provavelmente, estes seringueiros teriam deixado estas áreas sem a oportunidade de retornar. Teriam vendido ainda nos anos 1990 a baixos preços e não mais conseguiriam voltar, a menos que fosse na condição de peões. Isso é fundamental levar em conta, pois segundo os dados populacionais da reserva Chico Mendes, por exemplo, no final dos anos 1990 reduzia-se a quantidade de moradores por ali.

²¹⁰ Levantamento de moradores da AMOPREX de 2012 indicava que no Seringal Floresta havia 40 famílias. Levantamento populacional do ICMBio, de 2019, aponta que naquele seringal residiam 132 famílias. Dados do Censo da Resex Chico Mendes, de 2008/2009 e dados do SIPRA/INCRA, de agosto de 2011 apontam para uma quantidade de famílias residentes na Resex CM, oficialmente reconhecidas, na casa das 1900. O levantamento populacional realizado pelo ICMBio em 2019, indica um total de 3390 famílias residentes na referida Resex.

Este resultado se deve não somente à proibição de venda das Colocações, que em determinado momento teve um controle maior - sabe-se que nos anos 1990, muitos abandonavam o lugar sem mesmo vender. Mas essa possibilidade de sair e retornar se deve também à resistência de quem queria lá permanecer, até pelo conhecimento de que teria direito a aposentadoria rural em menos tempo, ou mesmo por acreditar que as melhorias viriam, com as mudanças políticas que começavam a surgir. Os números oficiais de famílias assentadas nestas áreas também não são precisos pela seguinte modificação: a permanência de algum membro da família na Colocação torna-se um ponto seguro para aqueles por uma razão, ou outra, migram para cidades, inclusive por períodos mais prolongados. Da percepção dos seringueiros a ter direito à terra, através da Resex, eles passaram a ter também direito às cidades. Isso pode ser fundamental para o reposicionamento mesmo do debate contemporâneo sobre populações camponesas.

O camponês não é, pelo que eles expressam em falas e em ações, aquele que luta para ficar circunscrito/confinado numa terra que eventualmente consiga por meio da reforma agrária, produzindo para alimentar a cidade. Ele luta pela terra para poder ter direito à cidade. Assim, a luta pela terra é a luta pela cidade. Não porque a cidade seria o lugar de uma modernidade fascinante aos olhos do sujeito rude e de experiência limitada e insignificante já que baseada em relações de parentesco e vizinhança etc. Ou porque os camponeses seriam aculturados pelos valores da cidade, como lugar do consumo. Mas porque enxergam a cidade como um lugar em que historicamente lhes foi negado o direito de estar e até de transitar. Eles não desejam se mudar para a cidade - há idades (estudantes e idosos) que exigem que assim o façam, mas sempre com o pé no campo. É isso que tem ocorrido.

Essa mobilidade não os impede de contribuírem com o desenvolvimento econômico das regiões onde estão inseridos, de serem um elo que proporciona o sustento de vários outros atores sociais e econômicos dessas regiões. É, pois, a própria alternativa ao projeto concentrador de riqueza do agronegócio.

Ex-seringueiros, no sentido do extrator de látex, encontram-se por toda parte das cidades amazônicas. Aqueles que saíram dos seringais nas décadas de 70/80 e se arranjaram como comerciantes, ou às custas de esforço pessoal, ou, por relações clientelísticas, ingressaram no serviço público, ou mesmo aqueles que até hoje vivem em empregos precários, ambulantes etc. Nesses casos, certamente há a influência do que viveram enquanto moravam no seringal e isto é repassado a seus descendentes, na maioria dos casos já

totalmente vinculados ao universo urbano. Não que atualmente não haja casos de pessoas e famílias que saiam definitivamente, mas quando aqui afirmamos que hoje seringueiros estão na floresta e “na rua”, referimo-nos a estes que mantêm um lugar na Resex, por direito, ou pela relação com os pais, ou com avós etc. São estes que, direta, ou indiretamente, vivem uma experiência comunitária até então inédita, que se inicia com a criação das Resexs.

O padrão de mobilidade existente entre o meio rural e o urbano, “entre o mato e a rua”, o que em muitos casos implica unidades domésticas (domicílios) em ambos os lugares, traz ainda maior complexidade às estratégias empreendidas para a reprodução das famílias. Estabelecem-se relações de co-trabalho, co-residência e/ou redistribuição de bens de forma multilateral, entre várias unidades. São relações de produção e consumo que envolvem as unidades do meio rural (que podem ser vários domicílios - famílias conjugais – numa mesma Colocação - unidades técnicas parcialmente autônomas) e as unidades da cidade (também famílias conjugais, em muitos casos sendo o próprio patriarca, já idoso), muitas vezes com alternância entre quem conduz, e de certa forma arbitra, as decisões quanto às atividades a serem desenvolvidas. Pode ser, inclusive, que demandas das unidades domésticas da cidade possam condicionar o que se faz nas unidades rurais, mas mesmo assim a unidade técnica rural (ou unidades técnicas), considerando as partes que mantêm relação, tem primazia, é central. Quer dizer, estas relações não prescindem das unidades rurais, não somente do ponto de vista material, mas também simbólico.

O estabelecimento de moradias fora da Resex, não se dá exclusivamente por questões demográficas, mas é influenciado também pela nova posição social dos seringueiros, em virtude de sua nova posição política. Quer dizer, tem uma "viabilidade" objetiva, vista a aquisição de capital econômico, mas também uma motivação simbólica, de afirmar o direito de participar na cidade também. Não é que a questão demográfica não seja observada, mas ela não é determinante como naqueles casos em que os filhos migram precocemente porque a terra não oferece condições de sobrevivência para o grupo. Colocar alguém a estudar é motivo de orgulho para o grupo, ou pelo menos para aqueles que no grupo tomaram essa decisão.

É importante observar que as relações de interdependência entre unidades não derivam de acordos explícitos, contratuais, tampouco apresentam um arranjo hierarquizado e procedimentos padronizados *a priori* para sua manutenção. Sequer elas exigem o envolvimento de todas as unidades que derivam de uma mesma Colocação. Ou seja, uma Colocação na qual vivia um casal quando da criação da Resex, uma família conjugal com

filhos - uma Colocação matriz - como já vimos, é fracionada em várias unidades que adquirem uma relativa autonomia (sempre haverá decisões que dependem do conjunto delas, como por exemplo observar questões da legislação ambiental, de conservação e uso recursos como água e madeira etc.); estas unidades parcialmente autônomas, correspondendo a uma família conjugal, não raro chegam à quantidade de cinco, ou mais, considerando a classificação de Colocações e “agregados”, reconhecidas pelos órgãos ambientais. Ainda tem aqueles casais (netos do primeiro casal) recém-casados e com filhos que moram na casa de agregados, não configurando nova unidade parcialmente autônoma, e sim um caso de família extensa do tipo família-tronco. Neste último caso, estando os demais filhos do primeiro casal acomodados, possivelmente o neto herdará aquela porção dos avós. Isso se dá em virtude de uma ideia que orienta a herança entre os seringueiros, no sentido de manter o patrimônio familiar, é um cuidado em garantir meios de vida àqueles descendentes que atingiram a condição de pais²¹¹.

Assim, tanto da unidade matriz (chamaremos para efeitos deste trabalho, deixando claro que esta também é uma unidade parcialmente autônoma a partir do momento que dela derivam outras Colocações), do primeiro casal (família conjugal), derivam unidades domésticas na cidade, como das outras unidades parcialmente autônomas estabelecidas no meio rural também derivam unidades na cidade. Nesse sentido, as relações mais estreitas geralmente se dão entre a unidade parcialmente autônoma da Colocação (que é corresponde a uma família conjugal) e suas derivadas diretas na cidade (não raro outras famílias conjugais), no sentido de produção e manutenção do consumo e ampliação de bens em ambas. Mas em casos mais excepcionais, podem envolver todas, em outros tipos de combinações (por exemplo, um sobrinho numa unidade parcialmente autônoma no meio rural, estabelece relação com um tio de uma unidade da cidade, para criar gado em parceria etc).

Este arranjo de relações interdependentes entre as unidades parcialmente autônomas tem na melhoria das condições de vida nas comunidades seringueiras sua razão de existir. Desde a garantia do direito à permanência na terra, com a criação de PAEs e a Resex CM, até as políticas públicas de melhoria de vias de acessos e condições de moradia, que só se concretizaram em função das organizações comunitárias, do comunitarismo seringueiro. As viagens cotidianas dos diversos sujeitos que as constituem (filhos, genros, pais, etc...) demonstram esta centralidade das unidades da zona rural (as Colocações) e da comunidade. A

²¹¹ Woortmann (1990) também observou esta prática entre camponeses de outras regiões do Brasil.

complementaridade destas unidades parcialmente autônomas nas Colocações, das unidades domésticas nas cidades e da própria comunidade das quais aquelas parcialmente autônomas fazem parte, manifesta-se claramente em eventos festivos, aniversários, casamentos, celebrações religiosas etc., ocasião em que se reúnem em confraternização os que moram na cidade e os que moram nas Resexs. Ou seja, a partir da Resex, os seringueiros do Alto Acre passam a um padrão do que Almeida (1986) identificou como família extensa do tipo ramificada, já ocorrendo também nesta primeira geração de nascidos nas reservas o tipo família-tronco.

Conforme apontamos anteriormente, o ganho material não é o elemento central nas ações, mas o seringueiro leva em consideração aquilo que será mais vantajoso economicamente para a reprodução de sua família, seguindo um princípio de família como valor, conforme observado por Woortmann (1990) em outros contextos camponeses. São cálculos de ordem econômica cuja decisão se fundamenta em uma de suas preocupações centrais, expressa com muita frequência na necessidade de legar alguma garantia de sobrevivência “para filhos e netos”. Desta perspectiva sobressai um cuidado em se garantir meios de trabalho aos descendentes (seja a terra, ou mesmo o estudo, que ganha cada vez mais relevância na organização de suas vidas), e a terra é o principal destes meios. Neste período os seringueiros buscaram esta garantia através da articulação entre produção e acesso a políticas públicas, tanto na cidade quanto nas Resexs.

Nas relações de cooperação entre as diferentes unidades da zona rural e da cidade, o trabalho nas unidades da zona rural está em ambas as localidades (quer dizer, tanto dos que moram efetivamente na zona rural, quanto nas horas vagas daqueles que estão na cidade e eventualmente se deslocam para trabalhar diretamente na zona rural). Há casos, no entanto, em que o trabalho daquele da cidade chega na forma de contratação temporária (geralmente diárias pagas) de trabalhadores de fora da unidade, sendo, na maioria dos casos, algum vizinho. Ou seja, tem este fator ainda: a cooperação entre as unidades diretamente vinculadas pode ajudar na economia da vizinhança, da comunidade como um todo. Mais um sentido do comunitarismo na atualidade: o econômico.

Para além do trabalho compreendido como produtivo, há ainda os fluxos que referem-se a cuidados. Uma sobrinha que passa a morar na casa da tia na cidade para ajudar na criação dos primos e estudar ao mesmo tempo. Embora nem sempre essa conciliação seja possível. Um neto que, com o mesmo propósito de estudar, passa a morar com os avós na cidade, onde

resolve questões cotidianas para os idosos, ou o neto que, sem perspectivas ou na iminência de enveredar pela delinquência e criminalidade, ou, como dizem, “está dando trabalho”, é mandado pelos pais para morar com os avós na zona rural. Nesse sentido, são tentativas de afastamento de “má companhia”.

Não se pode generalizar que onde essas relações se dão elas estão completamente livres da lógica capitalista. Mas, estas relações efetivamente existentes (reitero que não estamos afirmando que assim seja com todas as famílias que moram nestas Resexs) não são consideradas pelos órgãos diretamente vinculados à gestão destas UCs. Estas relações se estabeleceram em razão de múltiplos fatores, conforme acreditamos ter demonstrado (desde a garantia de permanência na terra – Colocação - , passando pelo movimento mais geral do comportamento do agronegócio no Brasil, dos acontecimentos políticos em nível nacional, do estado do Acre e de Alto Acre etc.). Entretanto, há uma tendência de que os órgãos ambientais responsáveis pela gestão de UCs, bem como alguns órgãos de governos, ONGs, e as próprias associações que existem sob uma lógica socioambientalista, conforme já falamos, centrem-se na quantidade de famílias que enxergam no interior das unidades, sem levar essa complexidade em consideração, supondo que quem ali mora não tem relações com o exterior, ou que podem tomar decisões que dizem respeito à vida de seus familiares e às suas próprias, olhando unicamente para as normas que não consideram quem está fora, a não ser como sendo invasores, pessoas indesejadas e etc.

Nos primeiros anos após a criação da Resex CM, por exemplo, muitos moradores passaram a ter problemas com vizinhos, pois parentes que os visitavam queriam caçar com cachorros, como eram habituados a fazer quando moravam no local antes da área ser convertida a uma unidade de conservação. Com o passar dos anos, práticas como essas foram repelidas pela comunidade. Entretanto, estas relações familiares com os que “estão do lado de fora” não podem ser facilmente suprimidas, o que, não raro, causou bastante indisposição entre os órgãos do Estado e as próprias lideranças, e os moradores, pois tudo recai sobre os moradores. Na maioria dos casos eles são os únicos a quem se pode imputar alguma sanção direta, sem que os detalhes sejam levados em consideração. Ao longo dos anos foram recorrentes os episódios de hostilidade dos filhos e parentes que moram nas cidades com as pessoas ligadas a estes órgãos, por entenderem que seus familiares estariam sendo tratados como prisioneiros de regras absurdas.

Certamente esta realidade, em muitas ocasiões, é perversa com quem vive nestas áreas. Mas por outro lado, insistimos que o desvelamento destas relações indica que a avaliação quanto à contribuição destas áreas para a economia do Alto Acre é deveras subdimensionada quando se restringe a observação aos números relacionados à produção de toneladas de borracha ou latas de castanha colhidas. As Resexs cumprem um papel de inclusão produtiva de milhares de famílias dentro e fora de seus limites, o que não ocorreu com as áreas transformadas em fazendas de gado, que emprega um número reduzido de pessoas. Permanecendo no campo, estes camponeses não contribuem somente para a busca de vida digna a si e aos seus, mas ativam consideravelmente toda a economia regional, em comparação ao que oferecem em matéria de empregos e consumo local as fazendas exportadoras de gado.

Figura 1. Diagrama de uma Comunidade Extensa de Seringueiros no Alto Acre²¹²



Esta dinâmica da quantidade de casas na rua, quase correspondendo à quantidade de casas na Resex, variará de acordo com diversos fatores, entre eles o tamanho da família e a proximidade da cidade. Quanto mais próximas da cidade e melhores as condições de trafegabilidade das vias de acesso, mais este arranjo se estabelecerá. Neste sentido, um dos pontos fundamentais a ser apontado, sem qualquer sombra de dúvidas, é o fato de que a

²¹² No diagrama da Figura 1, as casas em tonalidade cinza, no tamanho maior representam as moradias do casal pai e as menores, dos filhos/filhas/netos, situadas na colocação; as casas em tonalidade clara representam as moradias destas famílias nos núcleos urbanos. Portanto, o diagrama representa o que seriam as moradias vinculadas a quatro colocações, em termos quantitativos.

família do seringueiro reduziu o número de filhos nos últimos anos. Por isso também reduziu a taxa de exploração do trabalho dos membros da família, apesar e devido a uma parcela destes não trabalharem, por dedicarem-se à escola; mas diminuiu também em razão de maiores possibilidades de escapar ao monopólio na venda de sua produção e de aquisição de bens de consumo.

Conforme vimos nos capítulos 1 e 2 deste trabalho, tanto a vertente do desenvolvimento sustentável quanto a do alargamento da fronteira agropecuária, cada uma a seu modo, são expressões do avanço capitalista sobre os territórios das populações desta parte da Amazônia, acarretando mudanças nas relações socioeconômicas, ambientais, culturais e políticas. Estamos falando, em última análise, da fronteira como um processo no qual alguns agentes empreendem ocupação de novas terras. A malha rodoviária é sem sombra de dúvidas um dos principais motores das mudanças ocorridas neste processo: é a partir desta, por exemplo, que a referência a lugares passa a expressar-se em novos termos, como por exemplo, ao invés de Alto Acre, nomear a região de Estrada do Pacífico, ou Rodovia BR 317, ou em outros lugares a região da Transamazônica, por exemplo.

A relação dialética que engendra suas práticas é essencialmente derivada da tensão entre tentativas de controle pelas normas impostas pelo Estado - as leis ambientais - e o Mercado - exploração de madeira e gado por um lado, e de sua determinação em manter-se na terra com melhores condições de vida, por outro lado. Não são simplesmente voltados ao mercado, à produção compulsiva de mercadorias, ou ao consumo excessivo, mas não mantêm um padrão material em níveis que se constatava nos anos 1980 (com base nas condições de moradia etc.); também não são totalmente submissos às tentativas de controle do Estado como demonstrou sua rejeição ao manejo comunitário; e não são meros coagidos pela legislação ambiental; tampouco são devastadores de florestas.

Em termos comparativos ao período do sistema seringal fica evidente a diversidade de atores com quem os seringueiros passaram a interagir no período pós-criação das Resex: profissionais diversos, ONGs, órgãos de governos em várias áreas do serviço público, instituições financeiras, cooperativas e associações, deles e de outros, etc. Parte deste aparato se dá pelo esforço direto e específico dos seringueiros. Outros são desdobramentos do que ocorreu de maneira mais ampla no país neste período.

Fotografia 5. Dupla de jovens em motocicleta trafega por Ramal no PAE Chico Mendes, em Xapuri.



Fotografado por João Maciel de Araújo em junho de 2012.

Os ramais foram mudanças na infraestrutura que favoreceram a configuração da moradia e a locomoção. A eliminação das longas e demoradas viagens, além de dispensar o ritual que preparava a partida (com farofa e angústia da parte de quem viajava e de quem ficava), também eliminou aqueles lugares que eram conhecidos como pontos de encontro, de acolhimento, que além da fraternidade, eram pontos de interconexão, de troca de informações sobre o que ocorria em um lugar e outro. Mudanças nos meios de comunicação, de maneira geral, favorecem a manutenção de dois lugares de morada, em comparação com tempos passados em que uma viagem para a cidade era um martírio, devido à falta de comunicação.

Fotografia 6. Residência de seringueiros no PAE Chico Mendes em Xapuri.



Fotografado por João Maciel de Araújo em setembro de 2019.

Por outro lado ir à cidade também trás mudanças de comportamento de outra ordem, que não somente este novo fato de socializarem de maneira diferente das gerações passadas, mas do convívio mesmo com o ambiente e grupos de moradores “urbanos”, sobretudo dos filhos de trabalhadores das periferias. O receio de que um jovem estabeleça algum envolvimento com drogas, ou, mais ainda, com as facções de tráfico de drogas, perturba profundamente a paz das famílias. E isso é cada vez mais iminente, justamente devido a sua condição de trânsito, de estar no seringal e estar no bairro.

Verificam-se algumas tendências que passam a ordenar a organização e ações práticas dos camponeses: elevaram-se as exigências de consumo necessárias à reprodução da família (sem uma motocicleta, por exemplo, a família camponesa está fadada a inviabilizar-se economicamente); com a interligação do Acre a outras regiões do país, produtoras de gêneros alimentícios, e em razão desta divisão regional do trabalho na agricultura instalada no Brasil, e de restrições da legislação ambiental, torna-se mais sensato comprar alguns gêneros antes por eles produzidos, como o arroz ou o próprio frango, que é possível serem adquiridos graças à renda obtida com as mercadorias que produzem, o gado (bezerro) sobretudo; a possibilidade e vontade de ampliação do estudo escolar das gerações mais novas, em muitos casos impõe o estabelecimento de uma moradia na cidade. Portanto, é cada vez mais comum que a família seja constituída em mais de um núcleo de consumo, mantido pelo que se produz e extrai na Colocação e na comunidade (a começar pela própria madeira empregada na construção do domicílio adicional destes núcleos extras), mas também com o concurso de rendas obtidas por atividades nas cidades.

Os membros da família que se estabelecem por períodos breves, ou mais prolongados, nestes núcleos extras “da rua”, ou mesmo em Rio Branco, têm na Colocação uma fonte de recursos: para, por exemplo, a produção de feijão, farinha de mandioca, frutas a serem consumidas durante o ano, ou para investir o excedente de proventos que eventualmente conseguem em empregos (isso é muito significativo e muito comum no Alto Acre). É comum que o trabalhador de uma empresa, ou mesmo servidor público – e a esta altura alguns aposentados – dos municípios do Alto Acre com esta origem e vínculo com o seringal, esteja constantemente procurando uma folga para ir para a “colônia”, como eles dizem, e é reconhecido como alguém que se destaca entre os colegas de emprego, pois geralmente, em decorrência de possuir maiores ganhos, em muitos casos possui mais bens materiais, ou leva uma vida de “curtição” e viagens.

Motocicleta tem também um sentido simbólico de construção da identidade dos camponeses atualmente; por exemplo, o uso da motocicleta é preenchido de expectativas e formas rituais que se colocam ao longo da juventude do seringueiro atual, o que se exprime naquela expressão "já dirige moto?", mas não impede que para o mesmo jovem rapaz, minutos depois se pergunte "já matou algum bicho grande?". Em relação à motocicleta os rituais são: ter contato, andar na garupa, aprender a conduzir, pegar escondido, fazer a primeira viagem sozinho no ramal, adquirir uma motocicleta, tirar a habilitação, ir pela primeira vez na cidade etc. E isto não diz respeito somente ao universo masculino, conforme mencionamos o caso da neta de Maria das Dores.

Conceber o campesinato do Alto Acre como comundo unidades coletivas que ultrapassam os limites geográficos mais restritos do *locus* rural, as Resexs, certamente é estranho a uma imagem que se formou ao longo dos anos em relação às comunidades rurais, ou aos órgãos responsáveis pela gestão ambiental e fundiária destas áreas, mas, certamente estará em consonância com a ideia de comunidades rurais como fluxos organizados (Vincent, 1987).

No tempo passado, que muitos associam à ideia de tradição, ou de características que sustentariam uma coerência na invocação de tradicionalismo, as instituições do Estado lhes eram negadas, assim como mecanismos do mercado capitalista. Condições ideais para os que associam estas duas categorias abstratas à perda de autonomia, à degeneração da humanidade, à fonte do mal e etc. Mas não se deve esquecer que, no caso dos seringueiros, essas duas instituições, para eles negadas, eram manifestas na figura de um senhor. A eles não havia a possibilidade de auferir qualquer benefício mínimo do Estado de bem estar, como vacina aos filhos, assim como não tinham liberdade para efetuar uma transação econômica em que pudessem regatear um valor ao produto de seu trabalho. Por essas e outras, pode-se dizer, como Cunha e Almeida (2017) que, ao proporem as Resex, os seringueiros se apresentaram como vanguarda da modernidade naquela época.

A ideia de permanência de um luta pelo direito à cidade, que não pode ser reduzida de maneira alguma à ideia de luta por morar na cidade, ou a dizer que o campo se urbanizou, ou ainda, que as pequenas cidades do interior do Brasil são cidades rurais, tem sentido ser percebida como ainda existindo, quando o seringueiro ainda anda clandestinamente em suas motos. Ser habilitado, ou guiar uma motocicleta com a documentação regular e podendo transitar livremente por onde queira, sem se esconder das *blitz* da polícia de trânsito, leva ao

sentimento de poder, de liberdade, de dignidade. Ou seja, paradoxalmente, a experiência na cidade, inscrita como traço distintivo das sociedades modernas, é para os seringueiros, no tempo das políticas públicas, justamente o que confere o sentido de ser tradicional. A subjetivação da comunidade tradicional passa pela liberdade de transitar na cidade.

A divisão em unidades na cidade e na Resex resulta de razões que extrapolam o fato de membros da família serem forçados a buscar trabalhos temporários fora da localidade devido a limites da terra. Isto também ocorre. Mas, em grande medida, esta nova configuração de casa é produto do maior acesso a direitos e do incremento de renda, que permitem, por exemplo, colocar filhos para estudar na cidade ou ter uma moradia própria na cidade, onde os mais velhos possam passar temporadas em tratamento de saúde.

Essa dinâmica e a percepção que eles têm do direito a cidade, do que foi portanto uma luta pela terra e pela cidade, até certo ponto atingida, também é cheia de riscos, de equívocos e problemas, de incompletudes. Interessante notar que os velhos patriarcas seringueiros também são referências nos bairros que ocupam nas cidades. Estamos diante da formação de um único campo sociocultural e identitário a partir de uma estrutura translocal, a exemplo do que trata Sahlins (1997b) em seu balanço sobre estudos desta natureza, realizados a partir dos anos 1960 em todo o planeta e do estudo de Comerford sobre camponeses da Zona da Mata Mineira, no Brasil.

A comunidade constitui-se como referência principal, devido às mudanças percebidas como conquistas de melhorias no meio rural, como ramais e eletricidade (são comuns falas que demonstram orgulho da nova condição, do tipo, “o carro vai até a porta agora!”, ou, “tem luz elétrica, televisão, tem tudo!”), mas também pela possibilidade de renda a partir dos trabalhos que o acesso à terra possibilitou, inclusive o gado.

4.5 As mulheres nas Reservas Extrativistas: breves notas sobre conquista de direitos

O reconhecimento dos seringueiros, ou seja, sua nova posição no espaço social do Alto Acre, dá-e concomitantemente a uma série de mudanças que se operam no âmbito produtivo, organizacional e representativo, de hábitos alimentares, de modificação de padrões da moradia, de religião, de relações intra e interfamiliares, comunitárias, de modificações das vias de transporte e comunicação, etc. Na base deste reconhecimento estão a liberdade obtida pela conquista da terra e o acesso a certos direitos e bens, uns diretamente ligados à condição de beneficiários da reforma agrária, outros ligados à condição sócio-histórica inerente à democracia e suas ressignificações, a partir de 1988.

Vamos encerrar este trabalho com um caso que envolve uma moradora da Comunidade Rio Branco que, apesar de ser uma indicação de mudança, é praticamente imperceptível diante daquelas já apresentadas: seringueiros em motocicletas nos ramais que cortam as áreas de Resex; seringueiros disputando e ocupando cargos na política; Colocações com várias moradias e seringueiros integrados ao negócio da pecuária de corte etc. Mas certamente esta mudança não está desvinculada das demais.

Em junho de 2014, parte da imprensa acreana difundiu um *release* produzido pela assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça do Acre, o qual noticiava uma sentença proferida pelo juiz da comarca de Xapuri. Em linhas gerais, tratava-se de um processo iniciado em 5 de maio de 2009, no qual o juiz condenou o Estado do Acre a indenizar, por danos materiais e morais, uma paciente do Hospital, conforme mostra o fragmento abaixo:

[...] O magistrado entendeu que houve “conduta negligente da equipe médica pertencente ao Hospital de Xapuri”, que tardou em tomar a decisão de encaminhar a autora a um hospital onde fosse possível a realização de parto cesáreo, o que resultou na morte da criança.

Entenda o caso

Luzia Pereira da Silva alegou à Justiça que em decorrência de uma gravidez buscou atendimento médico junto ao Hospital Epaminondas Jácome, no município de Xapuri, na madrugada do dia 28 de março de 2008, tendo sido informada de que a dilatação (primeira fase do parto) já havia começado e que o procedimento a ser adotado seria o de parto natural.

No entanto, como todos os exames realizados durante o pré-natal apontavam para a necessidade de realização de parto cesáreo em razão de um problema de saúde, a autora informou à equipe médica acerca dessa condição, apresentando, inclusive, os exames que comprovariam o diagnóstico.

Os profissionais, porém, mantiveram a indicação de parto normal, apesar dos protestos da autora. [...]

[...] Ainda assim, só às 21h30min a autora foi finalmente deslocada para a capital em caráter de urgência, sendo que ao chegar à Maternidade Bárbara Heliodora novamente foi reencaminhada, dessa vez em razão da ausência de vagas, para o Hospital Santa Juliana, onde ficou constatado que a criança já estava morta.

Por esses motivos, a autora ajuizou a ação indenizatória nº 0000360-95.2009.8.01.0007, requerendo a condenação do Estado do Acre ao pagamento de indenização por danos morais em razão de erro médico.

Sentença

Apesar das alegações do Estado do Acre de que houve, no caso, a ocorrência de força maior ou caso fortuito, o que em tese implicaria na responsabilidade subjetiva (sem obrigação de indenizar) do Ente Público, para o juiz Luís Pinto “restou clara a conduta negligente por parte da equipe médica do Hospital”. [...] ²¹³

Mais de 5 anos se passaram desde a emissão da nota acima transcrita e após sucessivos recursos, em 21 de agosto de 2019, o processo foi extinto, segundo o Tribunal de

²¹³ Nota do Tribunal de Justiça do Acre, de 05 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/noticias/erro-medico-comarca-de-xapuri-condena-estado-do-acre-ao-pagamento-de-indenizacao/>. Acesso em 10 de março de 2019.

Justiça do Acre, em razão da comunicação do pagamento da dívida do Estado para com a paciente. Em nosso entendimento, este episódio é muito significativo para a compreensão do que veio a ser a posição dos seringueiros do Alto Acre neste início de século.

Luzia é a quinta dos nove filhos (sendo cinco mulheres) do casal Beatriz e Raimundo. Nascida em 1975, nos seringais de Xapuri, portanto fazendo parte da terceira geração de seringueiros nascidos no Acre, Luzia compartilha com sua mãe e sua avó materna (já falecida) a dolorosa experiência de perder uma filha. A diferença entre seu caso, o de sua mãe, o de sua avó e de milhares de outras mulheres que habitaram os seringais da região do Alto Acre, é que Luzia impetrou uma ação contra o Estado, com base num direito que a ela é garantido, que por mais que houvesse previsão, as gerações anteriores de mães daquela região desconheciam até o início da década de 1990, assim como toda sorte de direitos sociais que eram negados aos seringueiros como um todo.

Luzia e seu companheiro, juntamente com sua primeira filha, hoje com 18 anos, vivem no Seringal Floresta, juntamente com seus pais²¹⁴ e mais três de seus irmãos (também constituindo família conjugal), numa Colocação próxima ao seu local de nascimento. Assim como os demais moradores da Comunidade Rio Branco, a família de Luzia experimenta várias mudanças culturais, econômicas e sociopolíticas, ocorridas desde a insurgência dos seringueiros e a criação da Resex CM. Este fato parece prosaico, não fosse o fato de que, conforme é sabido, até a década de 1980, os seringueiros serem tidos como grupo em extinção, devido às intenções do planejamento econômico formulado pelo governo federal para a região (ALMEIDA, 2012). Na prática este processo não representava somente a cooperação de autoridades locais para a expulsão dos seringueiros de suas terras, através das ações fraudulentas do que então era chamada “regularização fundiária”, representava a total marginalização dos seringueiros em relação aos direitos civis, sociais, políticos e humanos.

Uma matéria intitulada “Porque transferiram o doutor”, publicada no jornal o Varadouro em março de 1978, relata um caso envolvendo uma trabalhadora rural no hospital do município de Brasiléia, que de certa forma nos ajuda a montar uma imagem do que consistia a [não] relação dos seringueiros com os serviços públicos de saúde:

[...] Para se conseguir atendimento médico naquela casa de saúde é preciso ‘ter sorte’, o que essa senhora não teve: naquele dia, o médico Assuero de Carvalho estava comemorando um aniversário em sua residência e não quis interromper a

²¹⁴ Os pais de Luzia passaram praticamente todo o ano de 2020 na cidade de Xapuri, em razão de complicações de saúde de seu pai.

festa só para ir atender a parturiente que, segundo algumas enfermeiras, estava precisando urgentemente de uma cesariana. Resultado: no dia seguinte, quando já havia terminado a festa, o Dr. Assuero e o médico de Cobija (Bolívia), que presta serviços naquele hospital, foram atender a mulher, mas a criança já estava morta no ventre da mãe e a esta o médico boliviano deu o seguinte diagnóstico: ‘se operar morre, se não operar, morre também’. E foi o que aconteceu. (P. 7. Jornal o Varadouro, Ano I, Edição n 8, de março de 1978).

Este fato, assim como outros relatados pelo mesmo jornal ao longo de sua existência no final dos anos 1970 e início dos 1980, dá-nos uma ideia do tratamento dispensado aos seringueiros daquela região. Ademais, a exemplo do que ocorrera com a mãe e a avó de Luzia, sabe-se que milhares de outros casos de complicações relacionadas à gravidez sequer eram levadas aos hospitais da região, a ponto de não existir um registro confiável sobre a mortalidade infantil ou materna²¹⁵. Como é sabido, nesta região, até os anos 1990, era muito comum que as mulheres contabilizassem os filhos a que deram à luz, fazendo um destaque entre os que criara e os que perdera, para destacar seu orgulho por ter conseguido contornar as adversidades que dificultavam a sobrevivência.

Nossa interpretação estabelece uma relação entre o descaso do poder público para com os seringueiros e o fato de à época os administradores locais serem definidos com base na outorga de poderes a partir da nomeação feita pelos governantes em nível estadual e federal. Não obstante a tardia emancipação do Acre, chegando à categoria de Estado em 1962, medidas do governo federal posteriores ao golpe de 1964, classificava parte de seus municípios como área de interesse de segurança nacional, o que implicava a não eleição direta dos Prefeitos²¹⁶. Ademais, o campo político era dominado pelos herdeiros dos postos de elite da economia da borracha (sistema de aviamento), não havendo participação de representantes das classes trabalhadoras.

A busca da evidenciação de motivações simbólicas que orientam as ações cotidianas das diferentes gerações de seringueiros, relacionadas à política, aproximou-nos da noção de *insulto moral*, apresentada por Cardoso de Oliveira (2004) como ponto que contribui para melhor compreensão de tensões e reivindicações de reconhecimento de identidades e busca

²¹⁵ A seção Estatísticas Vitais, do DATASUS, registra 30 óbitos infantis no município de Brasiléia e 10 em Xapuri, no ano de 1980. Do total de Brasiléia, 14 teriam ocorrido em domicílio, os demais no hospital. Em Xapuri, os 10 óbitos teriam ocorrido no Hospital, sem nenhum registro em domicílio. No entanto, qualquer pessoa que conheceu minimamente aquele município afirma que seria impossível não terem ocorrido óbitos infantis em domicílios situados nos seringais, naquele ano.

²¹⁶ O Art. 2º da Lei 5449, de 4 de junho de 1968, previa que os prefeitos dos municípios especificados (no caso do Acre, Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira e Xapuri) deveriam ser nomeados pelo governador do estado, mediante aprovação prévia da presidência da república. Os efeitos desta previsão somente cessaram em dezembro de 1984.

de cidadania em sociedades que se pretendem democráticas. Nesta perspectiva são consideradas as relações entre razão e sentimento, que permeiam o plano das atitudes e intenções dos atores. Sobretudo entre os seringueiros das gerações mais velhas, há uma ênfase em afirmar que para além da conquista da terra, sua resistência foi motivada pela busca de “consideração e respeito” num contexto local de hostilidades explícitas, até os anos 1980, o que as gerações mais novas desconhecem. Neste caso, também dialogamos com o que preconiza a ideia de *luta por reconhecimento*, que segundo Axel Honneth (2003), tendo o conflito como base da interação, pode ser desencadeada em situações de *desrespeito social*.

O infortúnio de Luzia se deu num momento em que os seringueiros do Alto Acre há algum tempo experimentavam esta ambígua relação com a política, mas que os inseriu nos processos de disputas em torno das instituições do Estado. Em relação a serviços de saúde pública, especificamente, cabe destacar que de acordo com informações do Ministério da Saúde, Xapuri ingressa no século XXI com cerca de 73,5% da população rural atendida pelo Programa Saúde da Família²¹⁷. Almeida (1986) indicou que para os camponeses seringueiros, a falta de acesso a educação escolar e serviços médicos era por eles interpretada como privação.

Certamente o aprofundamento do acesso a serviços médicos (não somente pelas políticas públicas dos governos brasileiros, mas também através das clínicas situadas em Cobija – Bolívia²¹⁸), a vacinas e medicamentos de farmácia alteram aspectos de ordem cultural que se observava mais recorrente, ou mesmo exclusivamente entre os seringueiros até o final dos anos 1990, quando o assunto era mais a cura do que a doença. Aí se sobressaíam conhecimentos e práticas fundadas na relação com outras matrizes de religião, sobretudo indígena, magias da mata (rituais de simpatias que envolvem dias e horas para poder surtir efeito), do catolicismo seringueiro (as promessas a santos), mas também das crenças em ervas para curas (chás, garrafadas e emplastros) etc. Pode-se dizer que há mesmo uma gramática diferenciada da saúde e da doença (o peito aberto, o vento caído, a vermelha etc.²¹⁹) e da

²¹⁷ Chegamos ao percentual de 73,5% através do cruzamento entre dados do DATASUS, que contabiliza o número de pessoas atendidas pelo Programa Saúde da Família e do IBGE, que com base no Censo, estima a população rural do município.

²¹⁸ A busca por clínicas da cidade de Cobija, na Bolívia, intensificou-se em razão da elevação da renda das famílias, que, quando de problemas de saúde, seja com recursos das aposentadorias, ou pela venda de gado, não ficam esperando por atendimentos através dos SUS e agilizam as viagens àquela localidade. Dos municípios do Alto Acre, somente Capixaba foge a esta tendência.

²¹⁹ O termo “peito aberto” é utilizado quando uma pessoa sente dores na região torácica, geralmente após ter realizado um grande esforço físico. “Vento caído” é utilizado para designar os casos de mal estar em recém-

própria anatomia humana (o pano da costela, a fonte, o vazio etc.²²⁰). Neste sentido, havia especial reconhecimento de que a saúde e a doença estão estreitamente ligados aos efeitos dos alimentos (sobretudo no que se refere ao poder de fazer adoecer se consumido por determinadas pessoas, ou em determinadas circunstâncias, ou formas de preparos etc), o que se manifesta pela considerável quantidade de tabus.

No caso da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, em que pesem por um lado alguns saberes tradicionais sobre a gestação terem minimizado sua influência na geração mais jovem (simpatias para antecipar o conhecimento sobre o sexo do bebê, comportamentos alimentares que facilitariam na hora do parto etc.), há entre as mais velhas a percepção de que o acesso ao acompanhamento pré-natal, e mesmo a relativa facilidade para se chegar às maternidades, tenham reduzido os casos de morte materna. Além disso, o uso de métodos contraceptivos reduziu radicalmente a quantidade de filhos entre as famílias de seringueiros. Diferentemente de sua mãe (que teve nove gestações), Luzia teve duas gestações; sua irmã mais velha uma; uma das irmãs mais novas teve duas gestações; outra mais nova três; e a mais nova, por enquanto, somente uma gestação. Luzia diz que aconselha sua filha a tomar pílulas anticoncepcionais para evitar filhos, não somente por causa do trabalho que dá cria-los, mas para manter o corpo em forma. Esta redução no número de filhos, associada a outros fatores, veio acompanhada da redução de uma prática que, muito recorrente até os anos 1990, possuía grande relevância na configuração das redes parentais entre os seringueiros: a doação de filhos.

Assim como a redução na quantidade de filhos, há outros fatores que certamente influenciam no novo perfil da condição da mulher no campesinato seringueiro. Um dos mais relevantes é a introdução das escolas de funcionamento regular neste universo. Apesar das inúmeras dificuldades por eles relatadas, como a precariedade do transporte escolar, prejuízo de dias letivos etc., este elemento, por si só, é um fator de modificações nas relações sociais da comunidade e da família dos seringueiros, como bem destaca o relato de uma moradora do PAE Chico Mendes:

Eu não aprendi porque não tinha escola. [...] Eu quando eu tinha 14 anos, na companhia dos meus pais, eu já trabalhava para me manter. Eu trabalhava para me

nascidos, quando geralmente os sintomas são febre e às vezes diarreia e vômito. O termo “vermelha” é utilizado quando nos casos de erisipela.

²²⁰ O termo “pano da costela” (ou capa da costela) é utilizado para indicar tanto a região esquerda, quanto direita, na altura do tórax. “Fonte” é utilizado para indicar as têmperas. E “vazio” (ou vazí), para indicar tanto a região esquerda, quanto direita da parte inferior do abdômen.

manter e ajudava meu pai. Porque eu trabalhava na mata, no roçado, eu trabalhava no grosseiro e estudar, eu aprendi assinar meu nome por causa de um velho, que trabalhava ambulante por aí. Então chamaram o velho, meu pai e o vizinho que morava aí... porque eu sou meio veterana aqui... eu terminei de me criar aqui nesse lugar... aí o velho veio e dava aula para nós. Ensinava nós a assinar o nome. Aí eu leio, algumas coisinhas, coisa pouca, meu saber é meio pouco. Mas agora... nessa época, também não foi muito para frente, porque nós trabalhávamos e estudávamos. Agora, a minha menina comigo, já é outra diferença. Ela sai quatro e meia da madrugada, faz a partida dela, aí ela chega duas horas, ela chega as duas horas da tarde. Toma banho, come alguma coisa por aí e tal... vai dormir um sono. Ela vai dormir. Eu não empato dela dormir. Aí passa dois, três dias assim, só chegando e dormindo, aí eu, alerta: “não, vai fazer alguma coisinha em casa que é para poder ir dormir.” E nós passamos nossa vida assim. Mas a maioria, ela não trabalha, ela não trabalha... já começa daí... porque os que estudam aqui também eles não chegam cedo em casa. (Francisca Queirós da Silva, em setembro de 2019.).

A partir deste fragmento, apesar de tratar-se de um caso excepcional (a filha de Francisca e mais três jovens da Comunidade estudam numa Escola situada próxima à cidade de Eptaciolândia e diariamente deslocam-se por praticamente 60 Km²²¹), ficam evidentes mudanças de uma geração a outra. Quando tinha a idade que sua filha tem atualmente, Francisca estava praticamente circunscrita ao ambiente doméstico e aos trabalhos na agricultura e “na mata”. Em contrapartida, na atualidade das crianças e adolescentes da geração da filha de Francisca, parte considerável de seu tempo está dedicado a permanência na Escola e no trajeto entre a Escola e a casa. Para além do que é propriamente ensinado nas aulas, o contato precoce de meninos e meninas com pessoas externas ao ambiente estritamente doméstico sem dúvida confere outros padrões de sociabilidade e visões de mundo a esta geração, e outras perspectivas em relação à posição das mulheres nesta sociedade.

As novas perspectivas podem ser vislumbradas diante do caso da filha de Francisca, da neta de Maria das Dores e seus planos para o ENEM de 2018 e do caso de Mundico que, juntamente com sua esposa, planejavam alugar um apartamento na cidade de Capixaba para que sua filha tivesse condições de melhor se preparar para o ENEM, que faria em dois anos. Também denota mudança o fato de meninos e meninas compartilharem o mesmo ambiente social (a escola) desde muito cedo, se comparados com seus pais e avós. Esse compartilhamento, extra ambiente doméstico, contribuiu para que aumentasse expressivamente a presença de mulheres nas reuniões comunitárias e nas diretorias de associações (caso da esposa do Mundico), antes bem restritas à participação dos homens, que

²²¹ Francisca e Reinaldo contam que lutaram junto à prefeitura de Eptaciolândia para garantir o transporte escolar diário para a filha e os outros três colegas da Comunidade. O casal considera “fraco” o ensino ofertado na Escola da comunidade e a filha, que na data da entrevista que tivemos com o casal estava concluindo o Ensino Fundamental, pretende seguir estudando até concluir uma faculdade.

discutiam quase que exclusivamente assuntos voltados à produção. Por fim, as novas perspectivas são reveladas quanto à reorganização do trabalho doméstico, a partir do momento em que, frequentando a escola, não se dispõe de tempo para tarefas que no passado eram próprias das crianças sob coordenação da mãe (suprimento de água e lenha na casa; ajuda no cuidado aos irmãos mais novos etc.).

Em que pese a relevância da atuação de Dercy Teles, Leide Aquino, Regina Rodrigues, Neide Lima, Luisa Carlota, mulheres cuja origem é o seringal, que com trajetórias relativamente distintas, ocuparam posições de destaque na condução de organismos da luta dos camponeses do Alto Acre ao longo destas três décadas, deve-se ter em mente que embora surgindo como vanguarda em matéria de práticas produtivas ecológicas, ou formas de organização igualitária, a sociedade seringueira àquela altura era extremamente patriarcal²²². De certa forma consagrou-se a imagem da participação direta das mulheres nos Empates, que com crianças, colocavam-se nas primeiras fileiras dos atos que impediam a continuidade do trabalho dos peões encarregados de desmatamento. Mas no cotidiano as mulheres estavam mais restritas ao nível doméstico, e quando da presença de visitas, inclusive restritas à cozinha, ou ao quarto.

Não temos a menor pretensão de levantar hipóteses sobre mudanças que confirmariam emancipação e autonomia das mulheres. Indicaremos, entretanto, que neste tempo da política pública sua presença no espaço público é bem mais constante que antes. A começar pela ampliação da participação das mulheres nos assuntos que dizem respeito à comunidade: as mulheres foram fundamentais ao comunitarismo seringueiro, na medida em que certas demandas que entraram na agenda de associações foram determinadas por sua influência, como saúde e educação. Ao longo deste período, fundamentalmente por meio das comunidades, as mulheres foram informadas sobre direitos, acessaram benefícios financeiros com importância na reprodução familiar (aposentadoria rural, bolsa família etc.).

Nos anos 1990, mulheres participavam em igualdade com os homens, quando não eram maioria, nas "reuniões do evangelho". Mas, tratava-se do mesmo recinto, muitas vezes parte delas se retirava quando começava a "reunião da associação". Inclusive era relativamente comum o entendimento de que das associações participasse apenas um membro do grupo doméstico, via de regra, o homem. Na medida em que, a partir do anos 2000,

²²² Basta ter em mente representações que ao recordar sobre a união de casais, da perspectiva do homem a referência é ao "roubo" da esposa, e da perspectiva das mulheres, à "fuga" da casa dos pais.

acentuou-se a oferta de cursos e oficinas sobre associativismo, também aumentou a participação das mulheres nas reuniões e também nas diretorias de associações. Especificamente sobre estes cursos, havia uma convenção em âmbito doméstico de que quem deveria participar era a mulher, pois partia-se de uma representação de que aquilo era serviço maneiro, adequado a mulheres, enquanto homens dariam prioridade aos treinamentos sobre produção agrícola etc.

Sua maior participação em reuniões deu-se sob a influência de mudanças mais abrangentes na sociedade brasileira. Mas não se pode ignorar trabalhos específicos na busca de equidade de gênero feito por projetos de ONGs e principalmente decorrentes da reorganização das estruturas de entidades representativas dos camponeses, que criaram setores específicos com esta finalidade (CNS Mulher, Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, etc.). Neste sentido, além de campanhas informativas sobre direitos, ocorreram também atividades que estimularam trocas de experiências e transmissão de conhecimentos sobre sexualidade. Por fim, há de se reconhecer que muitas mulheres participaram de cursos e iniciativas voltadas à geração de renda (oficinas de artesanatos com sementes, corte e costura etc.), uma vez que as comunidades de seringueiros figuravam nas Secretarias de Governo como prioridades na destinação de ações desta natureza. É verdade que estas iniciativas quase sempre eram permeadas por expectativas econômicas muito além das possibilidades. Mas nem por isso deve-se menosprezar o efeito simbólico e prático de reorientação da posição das mulheres nestes espaços.

É igualmente importante notar que alguns tabus que colocavam as mulheres em condição de inferioridade e acarretavam interdições foram perdendo força a partir das mudanças materiais. Sardenberg (1994) faz uma socioantropologia da menstruação, a partir da constatação de que várias sociedades desenvolvem ordens prático-simbólicas da menstruação, como um sistema de signos, significados e práticas. Entre os seringueiros observavam-se algumas interdições aplicadas a mulheres durante o período menstrual: não poder comer determinados alimentos; não tratar ou preparar carne de caça para não dar panema²²³ no caçador; não transitar em todos os ambientes sociais; não montar a cavalo para não adoecer o animal, entre outras. Algumas dessas interdições perdem a razão de existir, na medida em que

²²³ Panema é um encanto, com variadas causas, que impõe azar ao caçador e requer alguns rituais para que o mesmo seja quebrado e o homem volte a matar caças. Gumercindo Rodrigues (2009) anotou a lúcida observação de dona Cecília Mendes (já falecida), conhecida matriarca na Comunidade da Fazendinha, no Seringal Cachoeira (PAE Chico Mendes) e tia de Chico Mendes, sobre o fim da panema, ou sobre o fim da crença na panema: segundo ela o fim da panema, nada mais era um indicativo de que estava ocorrendo também o fim caça.

mudam hábitos alimentares (em alguns lugares com importância reduzida da carne de caça), meios de transportes (com os ramais e motocicletas, o cavalo praticamente deixou de ser meio de transporte em alguns lugares), entre outros.

A participação de crianças no trabalho familiar não ocorria somente entre os seringueiros e era bem comum entre praticamente todos os grupos camponeses brasileiros até a década de 1980. De acordo com Almeida (1986) o trabalho se iniciava, na forma de ajuda em tarefas diversas, a partir dos 7 anos de idade e quando se atingia idade próxima aos 14 anos, passava-se a assumir trabalhos integrais. Atualmente, se as crianças estão na aula (ou dormem o sono a tarde), praticamente sem trabalhar, o trabalho doméstico, em boa medida exclusivamente da mulher, foi relativamente reduzido, devido ao tamanho da família²²⁴ e ao acesso a inovações como motosserra, peladeiras de arroz, fogão a gás (que não significa extinção do fogão a lenha), bomba d'água etc. Ou seja, apesar de ainda soar estranho aos seringueiros o fato de crianças e adolescentes passarem boa parte do tempo na escola, ou no deslocamento entre a casa e a escola, o fato é que as condições de trabalho atualmente são infinitamente mais favoráveis e confortáveis do que antes.

Ainda sobre a divisão do trabalho doméstico no novo contexto de acesso a máquinas elétricas e a combustão, destaquemos o uso da motosserra e da peladeira de arroz, que modificaram a execução de tarefas que antes implicavam alto dispêndio de trabalho de mulheres e adolescentes. Tanto a motosserra quanto a peladeira de arroz chegam mais ou menos no mesmo período. A peladeira, que muitos governos doaram a comunidades na perspectiva da elevação do volume e beneficiamento da produção de arroz a ser comercializada no abastecimento do mercado local, teve sua permanência defendida em muitos casos, não obstante ser também uma fonte geradora de conflitos comunitários, devido à ajuda nas tarefas domésticas. A máquina peladeira de arroz relegou o pilão a um uso reduzidíssimo, mais até que aquele a que a motosserra relegou o machado, ou que a roçadeira costal, de introdução bem mais recente, relegou o terçado/facão.

A julgar pelo uso dessas máquinas e de outras, que na perspectiva dos camponeses têm mais a ver com a redução de penosidade do trabalho, nota-se que o tempo economizado em certas tarefas não necessariamente será destinado a mais trabalho, mas pode ser utilizado para

²²⁴ Na mesma entrevista, dona Cecília diz a Gumercindo Rodrigues (2009) que o grande número de filhos que as mulheres seringueiras tinham no passado gerava sofrimento devido à sobrecarga de trabalho.

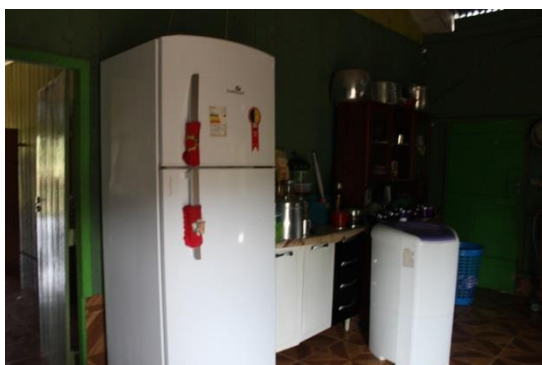
realizar visitas aos membros da família que estão na cidade etc. Vê-se aí, claramente, um contraste com a lógica moderna, que concebe motores, antes de tudo, como instrumentos para elevação da produtividade e do lucro.

A motosserra, aliás, não obstante o simbolismo negativo de quem acentua o caráter ecologista dos seringueiros, é objeto de manutenção de laços de reciprocidade que favorecem a unidade comunitária, através de empréstimos, ou de cessão de dias de trabalho aos vizinhos. O Censo da Reserva Extrativista 2008/2009 indicou que àquela altura cerca de um quarto das famílias que ali moravam possuíam motosserra (declararam 566 unidades), a mais recorrente entre os instrumentos a combustível fóssil empregados em atividades produtivas, sendo, aliás, em maior quantidade do que aquelas que possuíam motor de casa de farinha (467 unidades). Este instrumento entra na mesma categoria de objetos como uma junta de bois, uma zorra, uma carroça etc. Com o passar dos anos a motosserra passa a ser uma máquina básica como instrumento de trabalho, não somente para desmatar, mas como auxílio nos trabalhos de cozinha, como abastecer de lenha, já que o fogão a gás não é usado ininterruptamente.

Tal qual o desenvolvimento de habilidades para manejar as motocicletas, operar motosserra também é uma novidade, mas que indica uma mudança considerável. Não porque os seringueiros passaram a ser devastadores de árvores, ou algo do gênero, mas antes, saber operar a máquina inscreve-se no sistema de avaliação da capacidade e aprimoramento do trabalho, como marcador indicativo de uma fase na vida do seringueiro, na assunção de responsabilidade e na aceitação de uma condição de autonomia no trabalho, portanto já habilitado a casar, constituir família etc.

Claro está, portanto, que as máquinas não são valoradas em termos de bem ou mal, senão no de melhoria e redução da penosidade do trabalho. O uso desses bens acarreta despesa mensal fixa no orçamento doméstico, mas o peso deste custo talvez não exija a metade do esforço empregado para arcar somente com os custos da aquisição do querosene que alimentava as lamparinas no passado de precariedade e exploração do sistema de aviamento ou nas garras de marreteiros.

Fotografia 7. Eletrodoméstico em cozinha de residência de seringueiros no PAE Chico Mendes, em Xapuri.



Fotografado por João Maciel de Araújo em setembro de 2019.

Nos planos social e cultural, assim como as modificações relativas à aquisição de bens materiais, a introdução das escolas no universo seringueiro foi acompanhada de outros eventos (celebrações) que exigem gastos, como é o caso da formação escolar (em nível de faculdade) dos filhos e netos. A introdução de escolas trouxe novas perspectivas em relação às representações sobre as responsabilidades dos pais para com os filhos. São recorrentes as declarações que demonstram orgulho por ter todos os filhos alfabetizados e mais ainda quando entre estes encontram-se exemplos de filhos e filhas que, estudando a maior parte do tempo na comunidade e oportunizando programas estaduais e federais de formação para professores, são hoje professores em suas comunidades. Paulo Gaudêncio, da Comunidade Semitumba, tem dois filhos nesta condição e ao mencionar tal feito deixa transparecer que para além de destacar os méritos individuais de seus filhos, está o reconhecimento da conquista dele e dos companheiros levando escolas às comunidades²²⁵.

Assim também é o caso de um relato que expressa orgulho por ter participado de ações que permitiram que uma geração de seringueiros tivesse acesso a escolaridade nas comunidades e ali se mantivessem contribuindo com o bem estar no local. É, pois, um daqueles sonhos que os movia nos anos 1980 para conseguir escolas àquelas crianças. Reinaldo Ferreira manifesta essa satisfação ao citar o caso de um questionamento feito pela Controladoria Geral da União ao constatar que algumas pessoas que constavam como assentados do PAE Chico Mendes eram também funcionários públicos. Reinaldo expôs os

²²⁵ Lançado em 2018 e abordando diversos assuntos, o livro “Dentro dos Seringais da Resex CM”, de autoria de Paulo de Souza e Silva, o Paulo Gaudêncio, que junto com o irmão forma a dupla de patriarcas da comunidade Semitumba, é uma amostra riquíssima da perspectiva da geração de seringueiros que criaram as reservas extrativistas. Tivemos a oportunidade de entrevista-lo em fevereiro de 2020.

argumentos apresentados por ocasião dos esclarecimentos ao INCRA e à Controladoria Geral da União, que acataram a justificativa:

Porque na verdade, tem muitos que são funcionários públicos e que se encontravam dentro do assentamento como assentados aí, tranquilos, sem dar nenhuma justificativa. Teve muitos que eles (a CGU e INCRA) aceitaram, depois da gente sentar e fazer uma audiência pública, aí veio o pessoal das entidades governamentais, não governamentais, aí sentamos aí e aí... a juíza esteve aí também, chamamos ela. Aí fomos explicar para eles a nossa situação, como é que funcionava aqui. Aí eu digo: “olha, esse pessoal que hoje vocês estão considerando como funcionários públicos, esse pessoal, eles estudaram aqui, eles nasceram aqui, cresceram, estudaram e se empregaram aqui”. Que nem tem deles aqui, o Sebastião Aquino, a esposa dele, a esposa do Sebastião Aquino nasceu aí, na [Colocação] Santa Cruz, estudou aqui, saiu só ali para Xapuri, para fazer a formação dela. Quando voltou, como agente de saúde, aí não queriam mais aceitar, porque era funcionário público. Tudo bem, é funcionário público, mas ganhou tudo aqui! Então, nasceu e criou-se e não pode exercer o trabalho aqui dentro da comunidade?! Aí esses, nós conseguimos. Agora, para outros funcionários públicos, aí eles não aceitam não. (Reinaldo Ferreira, em setembro de 2019).

Mas independentemente de seguir para uma faculdade, possibilidade que começa a se vislumbrar a partir do redirecionamento do Projeto Seringueiro ainda nos anos 1980, que passou a buscar viabilizar escolas não somente para os adultos se prepararem para mudar sua realidade a partir da alfabetização nos termos *paulofreirianos*, mas para atender uma demanda de seringueiros para seus filhos (SOUZA, 2011), a nova geração é alfabetizada, diferentemente das gerações antigas. Não há maiores dificuldades para ler uma placa indicativa, rótulos de mercadorias, um cupom fiscal de compra, ou uma Guia de Transporte Animal – GTA, dispondo, por exemplo, da competência necessária para ser aprovado no processo formal de habilitação como motorista (carteira de motorista), que na atualidade ganha cada vez mais aspecto de rito de passagem. É comum que as gerações mais velhas aguardem os filhos chegarem da escola para ler algum informativo, ou uma bula de remédio: "fulano, olha aqui pra mim". Esta geração já não precisa recorrer a desculpas, muitas vezes usadas na presença de estranhos quando, embaraçados por não saber escrever, pedem para assinar com a digital do polegar já que "esqueci meus óculos".

Segundo informações do Núcleo da Secretaria Estadual de Educação do Acre, em 2019, havia noventa e quatro alunos de ensino médio, distribuídos em oito turmas, de cinco escolas localizadas em comunidades de Resexs em Xapuri. Destaque-se a Escola Esperança do Povo, situada na Colocação Fazendinha, no PAE Chico Mendes, que neste ano era a única ter alunos nas três séries do Ensino Médio, num total de quarenta e dois. Para além das turmas regulares nas escolas situadas nas áreas de Resexs, desde 2005 há um programa estadual de ensino público específico para atender crianças de comunidades afastadas de escolas,

denominado Asas da Florestania. Em 2018, o Asas da Florestania contabilizou 9.866 alunos matriculados, dos quais 235 eram do Ensino Fundamental II – EF (6º ao 9º ano) e 59 do o Ensino Médio – EM, no município de Assis Brasil; 103 EF e 169 EM, em Brasília; 44 EF em Capixaba; 75 EF e 09 EM em Epitaciolândia; e 321 EF e 54 EM em Xapuri. A maior parte destes números refere-se a moradores das áreas das Resexs que aqui consideramos.

Possivelmente as matrículas nas escolas têm a ver com a exigência para ter direito ao Bolsa Família, mas o principal motivo é seguramente a nova posição dos seringueiros no espaço social do Alto Acre, cujas gerações anteriores batalharam para que seus filhos fossem à escola²²⁶. Mundico faz parte da primeira geração de seringueiros que teve contato com escola na infância, em suas comunidades. Mas aquelas escolas que por muitos anos ofereceram somente até a quarta série do Ensino Fundamental, combinada com a precariedade da economia do extrativismo, sem perspectivas aos jovens, funcionou naquele período muito mais como fator de expulsão. Com as mudanças econômicas, na política educacional e demais áreas, este quadro foi sensivelmente modificado e muitos, como o Mundico, avaliam que o pouco de estudo escolar ao qual tiveram acesso, aliado à possibilidade de produção na terra, são o bastante para a atualização de sua condição camponesa.

O caso de Luzia revela o acesso a justiça, mas também a serviços médicos e de educação escolar, indicando mudanças relacionadas ao universo da mulher na sociedade seringueira do Alto Acre. Há de se ter clareza que certas modificações trazidas pela lógica da modernidade, pelo desenvolvimento, que implicam mudanças objetivas no transporte, produção etc., muitas vezes interpretadas como negativas por observadores externos, operam no sentido de trazer mudanças na condição dos membros das sociedades avaliadas, que interpretam tais mudanças como positivas. Esta é, na maioria dos casos, a máxima destas mudanças que introduzem uso de máquinas etc., e de mudanças que levam a objetivas mudanças nos padrões comportamentais e mais especificamente em relação à situação das mulheres. A relação dos seringueiros com o desenvolvimento, alterando sua posição no contexto do Alto Acre, não representou somente mudanças no padrão de consumo de bens materiais pela ampliação de acesso a bens modernos, mas, por meio de alguns desses bens, o próprio sistema de relações internas da sociedade seringueira se modificou.

²²⁶ Assim como a maioria do público beneficiário do Bolsa Família, seringueiros são alvo de críticas e acusações de que queriam viver às custas de programas socioassistenciais do governo. No caso destas populações talvez o indicador mais revelador de que eles não querem viver as custas do governo seja o salário maternidade, que embora passando a ser acessível, nem por isto foi fator de crescimento demográfico: neste período a família reduziu em número de membros.

7 CONCLUSÃO

Analisar a trajetória política dos seringueiros é um exercício que permite reconstruir a dinâmica política brasileira, a partir dos últimos anos dos governos militares. Assim como outros grupos sociais, historicamente à margem dos núcleos decisórios, os seringueiros desenvolveram diferentes estratégias, que vão do ativismo à margem dos espaços institucionais, até a articulação em partidos políticos a fim de disputarem cargos eletivos para representantes de seus interesses nestes espaços considerados tradicionais à democracia política. Entre estas duas táticas, localizadas em polos extremos, os seringueiros experimentaram inúmeras formas de participação política, oportunizando as circunstâncias favoráveis à redemocratização política do país (e sua inegável proximidade a grupos governantes nos últimos vinte anos), seja por meio dos fóruns de inspiração deliberativa, ou através da criação de associações que lhes facilitaram constituir-se enquanto sujeitos coletivos. Em última análise, os seringueiros levantaram salvaguardas políticas que lhes permitiram certa margem de liberdade para afirmarem sua autonomia frente a diferentes projetos de desenvolvimento com os quais estiveram envolvidos.

Conforme discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, o chamado manejo madeireiro comunitário, associado ao ideário do desenvolvimento sustentável, aos poucos ganhou importância nas ações dos governos do estado, quanto à relação com os moradores de áreas extrativistas do Alto Acre, em detrimento de apoio à produção extrativista de borracha, castanha, ou da prospecção de outros produtos, conforme o movimento seringueiro propugnava de maneira incisiva quando da criação das primeiras Resexs. Processo iniciado a partir dos anos 1990, resultando num conjunto de medidas visando transformar a atividade florestal madeireira, de maneira a compatibilizar sua continuidade com as exigências e críticas ambientalistas, o manejo madeireiro comunitário teve pouca repercussão concreta entre os seringueiros, apesar de estarem em áreas de considerável potencial madeireiro, conforme indicavam os estudos no âmbito do ZEE do Acre: o volume de madeira que foi efetivamente explorada através de Planos de Manejo Comunitário é relativamente baixo.

Na Resex CM, apesar de constituir-se como primeira UC de Uso Sustentável do SNUC na qual se protocolou um Plano de Manejo Comunitário para exploração de madeira, surgiu uma série de ponderações impostas pelos moradores, como em Brasília e Assis Brasil, e mesmo nas áreas onde se deu a exploração em Xapuri. Em boa medida, as objeções a esta atividade surge no âmbito das medidas que buscaram promover-la como, por exemplo, o caso

de seringueiros que fizeram curso técnico florestal por incentivo do governo, mas que desenvolveram visão crítica, alertando para a necessidade de alteração dos procedimentos. Assim como tivemos a oportunidade de ouvir as contraposições de seringueiros dos PAEs Remanso, Chico Mendes e Santa Quitéria, Perez (2018) também observou argumentos de moradores das comunidades da Resex CM, em Xapuri, justificando não terem aceitado a exploração de madeiras de suas Colocações: de maneira geral, os seringueiros classificam como invasão de suas Colocações o fato de terceiros tentarem impor o uso que eles devem dar aos recursos ali existentes.

Embora desenvolvidas com base em observações de outros contextos, as formulações sobre resistência cotidiana de camponeses, apontadas por Scott (2002), parecem contribuir para compreender a baixa adesão ao manejo madeireiro em comunidades do Alto Acre. Ao fazerem a leitura de que o manejo representa uma forma de tentar impor domínio sobre recursos e territórios, além de ações mais diretas de rejeição, conforme se deu em Santa Quitéria, onde os camponeses interromperam o trânsito de caminhões toreiros (que transportam madeira em toras) que deterioravam o ramal, prejudicando a todos, fazendo com que os diretamente envolvidos desistissem, mas também em forma de resistência passiva, não participando de reuniões para dar encaminhamento a processos de licenciamento de PMFS, ou alterando as áreas que inicialmente haviam indicado. A morosidade nos processos de licenciamento, que o governo buscou contornar criando o Escritório de Manejo, em parte se deu pela própria inércia de muitos seringueiros envolvidos, pois não tinham interesse no prosseguimento do processo. Para irritação de empresas de logística e engenheiros florestais, foram muitos também os casos de desistência, antes mesmo de começarem a derrubar as árvores. Muitos aderiram ao manejo simplesmente para que se justificasse a abertura de ramal até suas Colocações, melhorando o acesso. Ou seja, havia desacordos com o que vinha do governo e de certas lideranças, mas por uma série de nuances e assimetrias de poder, os desacordos não foram declarados, ou, mais precisamente, não houve uma declaração coletiva sobre este desacordo.

Um dos fatores que levam os seringueiros a rejeitarem o manejo madeireiro, tal qual foi delineado ao longo dos anos, é justamente o fato de não possuírem o controle sobre a comercialização, mas também sobre o processo de trabalho. Esta perspectiva dos seringueiros, nem sempre verbalizada, contraria frontalmente o argumento de um secretário da Secretaria Estadual de Florestas que, na tentativa de convencê-los, proferia um discurso, nas inúmeras

reuniões em que dava audiência, em função da proximidade com certas lideranças, de que, se o seringueiro aderisse ao manejo, não precisaria esforço para aumentar sua renda. A maioria prefere manter as árvores na floresta, para uso futuro, ou mesmo arriscar-se a retirar algumas pranchas e vender clandestinamente.

A exploração madeireira enseja uma rede de sociabilidade formada por agentes situados em outras localidades. Parte das questões relacionadas ao manejo, como licenciamento e a própria negociação para comercialização, requerem delegação para que sejam tratadas por terceiros, cabendo aos camponeses somente a resposta quanto aos termos de negociação que são apresentados. Desta feita, a participação é entendida como artificial e fora do horizonte da rotina dos camponeses. Ademais, o manejo madeireiro, da forma como se deu nestas comunidades, guardadas as devidas diferenças, aproxima-se do sistema de aviamiento, no que concerne à dominação do território e seus recursos naturais, que passam a ser controlados por madeireiros.

Adicionalmente, os seringueiros criticam a “brutalidade” com que se dá a exploração, que derruba outras árvores, abre clareiras onde nascem cipós e espinhos, alteram cursos d’água, afugentam animais e danificam vias de acesso que servem a todos. Ou seja, denunciam claramente que o manejo florestal madeireiro se choca frontalmente com elementos fundamentais de seu conhecimento sobre a natureza. Manter esse conhecimento seguramente contribuiu para a baixa adesão à forma como se quis introduzir o manejo, pois, embora desmatando algumas áreas para pasto, assim como fazem para os roçados, mesmo aqueles que vivem boa parte do tempo nas cidades, constantemente dão demonstrações do quanto valorizam estes conhecimentos relativos à experiência da vida na floresta.

Por fim, o preço pago pela madeira é baixo e muitas árvores derrubadas acabam apodrecendo nas esplanadas de estocagem de toras. Contudo, deve-se ter em mente que, por mais inexpressiva que tenha sido a exploração madeireira no interior da Resex CM, o arcabouço normativo criado ao longo dos anos abriu caminho para esta atividade não somente na referida Resex, mas em todas as outras Resexs Federais.

Apesar da polêmica em relação à criação de gado em Resexs, há de se reconhecer que os seringueiros a praticam, não porque lhes foi diretamente incentivado pelos governos, ou pela classe patronal rural, que acumula riquezas explorando indiretamente seu trabalho e território. Mas, porque resistiram e resistem diariamente à expropriação. Conforme indica a literatura especializada, e demonstramos com base no caso da Área I – D – PROTERRA –

“IRACEMA”, se dependesse dos governos e pecuaristas, os seringueiros não habitavam o espaço rural do Alto Acre.

Nesse aspecto, a forma de apropriação dos seringueiros sobre o território, através da Concessão de Direito Real de Uso, também se mostra controversa, uma vez que se critica o fato de não ser por meio de títulos de propriedade. Porém, quando se articula o desfecho do processo envolvendo a Área I – D – PROTERRA – “IRACEMA”, à dinâmica atual do mercado de terras na região e os incentivos à pecuária bovina de corte, podemos ter uma ideia dos níveis de reconcentração a que estariam sujeitas estas áreas, caso fosse permitida a transferência de dominialidade formal por transação comercial de títulos fundiários. Tanto é assim que, nas áreas de Projetos de Assentamento convencionais das regiões do Alto e Baixo Acre, os lotes foram reconcentrados nas mãos de poucos proprietários e muitas famílias inicialmente assentadas buscam novas terras na região do Purus e do Juruá.

Por outro lado, a falta de alternativas, seja pela inviabilidade econômica como é o caso da borracha, seja pela inviabilidade econômica e ameaça à autonomia de seu trabalho e território, como foi o caso das “facilidades” oferecidas para ingresso no manejo madeireiro, a atualização da condição camponesa do seringueiro em boa medida depende de sua inserção na cadeia produtiva da pecuária bovina de corte. Paradoxalmente, sua participação nessa atividade lhe permite uma liberdade comercial até então não conseguida nas experiências vinculadas a produtos extrativistas. Do ponto de vista simbólico, a criação de gado articulada a outras mudanças, como o acesso a serviços, melhoria nas condições de trafegabilidade, etc. contribui para o novo posicionamento do campesinato seringueiro no espaço social do Alto Acre.

Embora na Resex CM, apesar do aumento expressivo da quantidade de moradores, serem observadas taxas de desmatamento menores do que em outras áreas rurais da região, o avanço da pecuária traz riscos constantes, não somente fundiários e econômicos (ao tentarem impô-la como único produto da região), mas ambientais. Do ponto de vista fundiário, o avanço da pecuária tem favorecido desde práticas relativamente sutis de aliciamento de moradores por fazendeiros, através da oferta de gado para criação em sistema de meação, até o encorajamento crescente da entrada de pessoas estranhas às áreas, comprando colocações, ou parte de colocações, onde se instalam, erodindo a coesão comunitária. Em termos de impactos ao ambiente natural, observa-se facilmente o baixo volume de água, ou mesmo desaparecimento de alguns igarapés.

Fundamentos de diferentes correntes da filosofia política contemporânea permearam e embasaram a ação política do campesinato seringueiro ao longo dos anos. Isso fica claro quando se leva em conta as diferentes alianças: a relação com a Igreja Católica, organizações ambientalistas, movimento sindical e grupos acadêmicos, etc. Naturalmente isso não ficou restrito às lideranças, mas repercutiu no dia a dia dos seringueiros mais anônimos, da mesma maneira que suas práticas são refletidas nos intelectuais do campo acadêmico. Seringueiros participaram ativamente na formação de pensamento crítico acerca das estruturas socioeconômicas do Acre, da Amazônia e do Brasil.

Especificamente no que se refere ao Acre, o campesinato seringueiro integrou um agrupamento do que se poderia chamar de vanguarda progressista, incidindo para a conformação de um ambiente em direção à política democrática. A fração do Alto Acre logrou ser mais enfática e determinante através de seu envolvimento com o PT. Com a proposta de Resex, não somente determinou modificações na estrutura fundiária regional, mas perfilou-se aos grupos de críticas mais contundentes aos temas centrais da esfera pública nacional do final do século XX. E em grande medida prosseguiu coerentemente, pautando ou contribuindo com outras demandas do campesinato em escala nacional. Nosso trabalho buscou realçar a tensão entre projeto de sociedade e projeto de poder, manifestado ao longo desses anos, pela relação dos seringueiros com a política partidária, especialmente com o PT. A experiência política dos seringueiros, no período aludido, não se restringiu ao fato de passarem a exercer o direito de voto, com a reabertura democrática do país, pois extrapolaram tal direito, ocupando instâncias do campo político antes reservadas aos grupos dominantes, e tornando-se agentes inegavelmente relevantes no processo político do Acre, embora de maneira ambígua.

Aqui procuramos enfatizar a posição dos seringueiros do Alto Acre no espaço social mais imediato. A demarcação das áreas de Resexs não só influenciou nos destinos dos seringueiros, mas também de toda a região do Alto Acre, não somente no aspecto econômico, mas no estabelecimento de um novo padrão de interação entre moradores do campo e das cidades, conforme se constata nos intercâmbios que passam por trabalho e estudo, casamentos, festas e etc. Enfim, na perspectiva de uma comunidade que vai além de uma delimitação geográfica enclausurada nos confins rurais. A dinâmica comunitária relativamente intensa no contexto de Alto Acre em muito se deve à questões eleitorais, aos mandatos de vereadores e às associações e STRs, "manobrados", ou não, pelos Governos do

PT. Dadas as forças políticas em disputas no contexto local (com interesses de fazendeiros de um lado e articulações de políticos representantes das “famílias tradicionais” de outro), não fosse a participação dos STRs e associações como cumpridores de agenda destes governos (com políticas às vezes perversas), a dinâmica teria sido outra e provavelmente em prejuízo aos seringueiros. Ainda sobre este aspecto, acreditamos ter esclarecido que tanto associações, quanto sindicatos, enquanto organismos burocráticos, contribuíram para a ampliação de espaços de poder que, antes de serem simplesmente manipulados por grupos partidários, inseriram-se nas tramas das disputas internas das comunidades, ao mesmo tempo em que influenciaram sobremaneira na forma de condução das administrações municipais, de maneira a disputarem recursos públicos antes exclusivamente controlados por grupos que se opunham ao campesinato.

Procuramos demonstrar que análises da trajetória do movimento seringueiro estritamente em termos de movimentos sociais podem ofuscar os resultados alcançados na dimensão das disputas pela via partidária, que, conforme os fatos corroboram para o esclarecimento, sempre esteve presente. Nas circunstâncias atuais da política brasileira, sugerir que esta dimensão é ilegítima é correr o risco de somar-se aos discursos anti-política. Tal postura pode ser observada na imprensa e mesmo em outros agentes que se desvincularam do grupo dos políticos seringueiros do PT, por divergências ideológicas ou pessoais, embora eles próprios não tenham abandonado definitivamente a via partidária. Porém, o simples fato de reconhecer esta relação com a via partidária não significa que a mesma tenha sido a mais eficaz, ou a mais coerente com os princípios que animaram a mobilização inicial. Há de se analisar a postura e a atividade legislativa daqueles que se elegeram tendo como base os seringueiros (deputados, senadores, etc), ou mesmo eventuais privilégios da direção do partido, o que foge ao objetivo de nosso trabalho.

Nem bem iniciou-se o governo sob comando das forças vinculadas ao discurso ruralista, após debochar da importância de Chico Mendes para as discussões relacionadas à conservação ambiental, o ministro do meio ambiente fez uma visita, articulada por parlamentares da bancada federal acreana, a uma comunidade localizada no município de Epitaciolândia, e declarou ter se deparado com uma situação de extrema pobreza, discurso há muito tempo criado por políticos locais para depreciar os governos petistas. Ao longo do ano de 2019 foram intensificadas as críticas de políticos à viabilidade das Resexs e desengavetadas proposta de desafetação de áreas e mudanças na legislação ambiental, com o

intuito de permitir a intensificação do desmatamento para formação de pastagens. No segundo semestre, repercutiu na imprensa nacional uma audiência que o ministro do meio ambiente teve com parlamentares do Acre e um grupo de pessoas que se apropriaram irregularmente de áreas na Resex CM, entre eles políticos de Xapuri, interessados em “abrir” a reserva para o público em geral.

A introdução das Reservas Extrativistas como instrumentos de garantia de permanência na terra e, por conseguinte, garantia de direitos e da construção da cidadania entre os camponeses, foi o maior feito da ação política de enfrentamento às forças opressoras ao campesinato brasileiro e que historicamente negam sua condição cidadã. É necessário, porém, ter clareza de que este processo não está encerrado. Seringueiros estão passando por adaptações, mudanças em decorrência de uma série de medidas impostas pela legislação ambiental por um lado, e da política econômica por outro.

Através de sua relação com o PT, os seringueiros, longe de pretenderem uma separação com base em suas particularidades culturais, alinharam-se a uma perspectiva de nação que busca o reconhecimento e o respeito à pluralidade. Ou seja, é pretensioso afirmar que, ao participar do jogo político partidário, houve uma concordância subalternizada, já que suas práticas políticas demonstraram claramente uma oposição ao projeto de nação homogeneizante que é guiado por interesses financeiros exteriores ao país, e que permite prepostos nacionais a ganhar uma recompensa pelo domínio imediato da maioria da população. Tratou-se, portanto, de buscar viabilizar um projeto de autodeterminação para uma sociedade brasileira que é fundamentalmente diversificada social e culturalmente.

Não condizem com a realidade as afirmações de que moradores de Resexs seriam entusiastas do manejo madeireiro e que usariam esta atividade como alternativa ao avanço da pecuária²²⁷. Mas está longe de ser verdade que as Resexs do Alto Acre estariam devastadas e que seus moradores estão saindo em massa para as periferias dos municípios. Isso não significa que os seringueiros, como camponeses, não tenham cuidado com os recursos naturais, ou que devam ser lançados no grupo dos devastadores da Amazônia. A Resex CM

²²⁷ Além dos PAEs, onde esta atividade iniciou-se e atualmente está praticamente parada, a única experiência de efetiva exploração madeireira, através do Manejo Florestal na Resex Chico Mendes se deu em Xapuri, onde envolve cerca de 97 famílias, que representam 4,4% do total de famílias da unidade.

tem 6% de sua área desmatada, abaixo da média para o conjunto dos municípios do Alto Acre, que é de 34%²²⁸.

Não livre de polêmicas, a dominialidade formal da terra adotada pelas Resexs conferiu estabilidade aos seringueiros e impediu a reconcentração da terra. Procuramos evidenciar as práticas das gerações atuais de seringueiros no que tange ao uso dos recursos e permanência de suas famílias na terra, buscando identificar também mudanças na organização interna destas famílias camponesas, que se processaram na contradição entre o acesso a direitos e as ameaças da conjuntura política e econômica atual do Brasil.

A expressão “para filhos e netos”, antes de indicar um código, ou um domínio de códigos legais, indica a mudança na condição do seringueiro, que teve sua experiência inicial baseada na submissão total ao patrão. A sobrevivência nas Resexs gera antes de tudo um impacto sobre a realidade social do Alto Acre. Para além das exigências imputadas pela burocracia estatal, as práticas de sucessão e partilha de terra (Colocação) em Resexs procuram um equilíbrio entre a autoridade da comunidade, as normas que se observam no ambiente doméstico, da família e os estatutos jurídicos representados pelo Plano de Utilização e o contrato de Concessão Real de Uso. Na prática, a participação da comunidade (núcleo de base) e da associação tem sido acionada quando da entrada de pessoas estranhas à comunidade, embora sejam recorrentes os casos em que este critério é subvertido.

Por outro lado, a peculiaridade das Colocações, enquanto unidade territorial baseada no conhecimento prático dos seringueiros, e sua relação com o meio natural, passam por modificações, refletindo as mudanças ocorridas no âmbito produtivo, mas também pelo fato dos seringueiros terem a “garantia” de permanência na terra, algo inédito até então. Apesar de constatar que áreas de PAEs foram mais afetadas e registram mais saídas de seringueiros para cidades ou outras áreas, independentemente dos mecanismos norteadores, as Resexs contribuíram para a manutenção destas populações na região.

Se a geração de seringueiros que chega ao final dos anos 1970 com uma experiência coletiva construída pelos patrões e as lutas protagonizadas pelos patrões, com a experiência e eventualmente uma narrativa que denotava um orgulho de ter seus antepassados se envolvido na conquista do Acre para o Brasil, para a nação (na verdade para os seus patrões) e naquele

²²⁸ A Resex Chico Mendes possui 970.570 hectares, a maior parte distribuída nos municípios do Alto Acre (SIPRA/INCRA, 2018). Dados de desmatamento: PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php>).

momento começavam a enxergar que a nação conquistada contra o estrangeiro os estava oprimindo (o estrangeiro era quem lhe estava servindo de abrigo - na verdade uma situação bem amarga porque na Bolívia também eram explorados e sujeitos a arbitrariedades de autoridades), a geração que ingressou no século XXI representa a primeira nascida em Resexs, para quem a referência de ação coletiva remete as reuniões e a uma memória de enfrentamentos dentro da própria nação para superar as condições de precariedade e exclusão a que estiveram submetidos seus antepassados.

No que se refere às relações no interior da família seringueira, certamente o caso de Luzia, que não é o único por ali, não resistiria a uma crítica mais contundente em termos de igualdade de gênero, tal qual ocorreria em relação à participação das mulheres nas disputas eleitorais e nos embates no interior do partido dos trabalhadores. Entretanto, não é desprezível que sua condição tenha sido notadamente ampliada na esfera pública, em relação às gerações que lhe antecederam, experimentando direitos sociais e almejando acesso à justiça. À sua filha (que corresponde à primeira geração nascida no contexto de Reserva Extrativista), a realidade de exclusão da esfera pública e de clausura às vertentes de água e interior das cozinhas no ambiente doméstico, nas quais viveram suas bisavós, é parte de um mundo inimaginável, não fosse pelos relatos que ouve das professoras e líderes comunitárias. Na mesma direção está também as preocupações das netas de Maria das Dores com o ENEM, ou de Mundico e Reinaldo e dona Francisca para quem o futuro das filhas, passa pela formação escolar.

Sendo assim, não obstante as ambiguidades e contradições verificadas na atualidade da condição camponesa dos seringueiros, em relação ao período de sua inserção política no enfrentamento aos grupos historicamente dominantes do mundo agrário brasileiro, pode-se afirmar que eles tanto contribuíram com o processo mais amplo de democracia experimentado no país, como as gerações atuais mantêm-se ativas, oportunizando-o politicamente e buscando autonomia. O que buscamos ressaltar é a constatação de que estes homens e mulheres se constituem sujeitos ativos durante o período recente de vida democrática. Isso deve ser estudado com maior profundidade, sobretudo diante do cenário de mudança de direção das políticas públicas voltadas ao campesinato de maneira geral, mas das comunidades e povos tradicionais mais especificamente.

O campesinato seringueiro não mais está restrito ao seringal, também não mudou-se definitivamente para a cidade, mas agora estabelece um trânsito entre cidade e floresta, sendo que essa última exerce preponderância no ordenamento de suas atividades.

Antes de terem cristalizado uma identidade, de certo estratégica, os seringueiros eram vítimas de um processo vil que visava sua aniquilação pela falta de conhecimento que tinham, pelo analfabetismo, pelas precárias condições de moradia, tal qual foi o obscuro processo de destinação das terras ao longo da BR-317, até hoje mal explicado. A disputa por impor uma visão de mundo em dado momento gera narrativas que sobressaem-se e objetivam-se, mas que, aos poucos, dadas as interrelações com variados campos, conduzem mudanças no *habitus*, e estas narrativas perdem a eficácia, sendo necessário aos grupos se reorganizarem e produzirem outras narrativas. Sob uma perspectiva relacional, ingressando nas disputas em determinados campos, o alcance pode ser amplo em termos geográficos, assim como os eventos localizados recebem interferência do que ocorre em outros lugares. Neste sentido, as perspectivas dos seringueiros extrapolam em muito o território do Alto Acre e repercutem no Brasil e no mundo, ou seja, não somente, como em geral se lê, as forças que dominam a economia mundial impõem aos de baixo suas vontades.

É necessário, porém, ter clareza de que este processo não está encerrado. No Acre, as Resexs acabaram funcionando como instrumento de diferenciação social e unidade territorial referencial para a concessão de direitos e de serviços públicos. Perversamente, aqueles que não se encontram nestes territórios, não são reconhecidos como populações tradicionais e, portanto, permanecem na condição de posseiros, relegados à própria sorte e às determinações dos acontecimentos que levam à expansão do capital, como outrora ocorreu na região de nosso estudo, mas como acontece atualmente no Purus, no eixo da BR-364, como manifestado pela elevação do número de conflitos agrários.

Ao longo deste período, os moradores que formam estas comunidades incorporaram a noção de desenvolvimento em suas representações e, portanto, em suas práticas. Não necessariamente nas práticas produtivas, mas, sobretudo, na ideia de serem sujeitos de direitos, que esteve acoplada ao discurso do desenvolvimento sustentável, vale dizer. Portanto, duas categorias são incluídas e ressignificadas como constituintes identitárias e nas práticas dos seringueiros no decorrer do período aqui considerado: a de comunidade (que não é necessariamente tradicional em seus discursos) como instância garantidora de permanência na terra com direitos; e, sobretudo entre os homens de uma geração intermediária, nascida na década de 1970, a noção de desenvolvimento sustentável em sua vertente associada à conservação dos recursos naturais. De maneira geral, os homens da geração mais velha (nascida da década de 1960 para trás) e da mais jovem (nascida a partir da década de 1980)

não são tão influenciados pelo discurso do desenvolvimento sustentável nessa acepção, embora os mais novos, em alguma medida, tenham suas práticas marcadas, às vezes a contragosto, por esta noção. Os mais velhos acompanharam o processo de difusão dos conceitos a ela associados, mas mais como a composição de um discurso, cujo conteúdo seria até certo ponto exótico, ou sem importância, frente às práticas anteriores legadas de seus pais, elas sim preenchidas de conteúdo cujo sentido, em última análise, seria verdadeiramente sustentável.

Até os anos 1980, aos seringueiros foram negados direitos básicos, inclusive humanos. Nos trinta anos que se seguiram à criação das Resexs, passaram a ter legitimidade para falar sobre produção, sobre desenvolvimento (sem entrar no mérito da ambiguidade do termo). Falam sobre financiamento, controlam organizações e equipamentos, enfim, por mais que seja contraditório e que isto implique numa desqualificação de seus propósitos e da contribuição que estes supostamente teriam dado para a construção de uma história diferente, emancipatória, estes se sentem reconhecidos, capazes de negociar, de serem considerados e ouvidos no conjunto da sociedade local.

É possível identificar a existência de um seringueiro, surgido a partir dos anos 1980, que através do [e somente através deste] movimento político (CNS e parte dos STRs) esteve afiliado ao ideário do “desenvolvimento sustentável” e seu grupo promotor (agências internacionais e parcelas dos governos nacionais). Evidentemente, ao longo dos anos, o discurso ambientalista, ou conservacionista, aparece incorporado aos argumentos dos próprios moradores das áreas extrativistas (PAEs e Resexs), uma vez que isto favorece sua permanência nestes territórios. Através do comunitarismo e do PT, os seringueiros disputaram recursos antes apropriados de maneira “naturalizada” pelos grupos dominantes econômica e politicamente.

REFERÊNCIAS

ABERS, R. & BULOW, M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo na fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

ACRE, Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: indicativos para a gestão territorial do Acre – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V.3.

_____. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000**. Rio Branco: SEMA, 2010.

ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em números 2009**. Rio Branco: Departamento de Estudos e Pesquisas Aplicadas a Gestão – DEPAG, 2010.

ACRE. Procuradoria Geral do Estado. **Coletânea de normas ambientais do Estado do Acre**./ Rodrigo Neves (org.), Procuradoria Especializada do Meio Ambiente. 3ª Edição. Rio Branco. PGEAC, 2010.

ALBUQUERQUE, G. R. História e historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e a lógica do progresso. **Revista Tropos**. ISSN: 2358-212X, volume 1, numero 4, edição de dezembro de 2015. pp. 1-19.

ALCOREZA, R. C. P. **La alternativa al desarrollo**. Disponível em: <http://www.creadess.org/ellos-dicen/la-alternativa-al-desarrollo-raul-prada-alcorea>, 2010. Acesso em 30 de agosto de 2011.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais – Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 827p., mm, (UnB – CDS, Doutorado, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002.

_____. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, Nº 18, pp. 39-59, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas**. Ano 4, n. 1(2004). – Manaus: Edua/FAPEAM, 2004.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, São Paulo, nº 1, Jun, 1986. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/01/rbcs01_06.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2020.

_____. **Rubber tappers of the upper Jurua river, Brazil: the making of a forest peasant economy**. A dissertation submitted by a candidate to the Ph.D. degree at the University of Cambridge. Cambridge University, 1992.

_____. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, São Paulo, Vol. 19, Nº 55, pp. 33-53, 2004.

_____. Eric Wolf, o marxismo, as revoluções camponesas e os intelectuais. **Crítica Marxista**, Nº 19. 2004b. Pp.114-123. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario19comentario1.pdf. Acesso em 22 de agosto de 2019.

_____. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **RURIS**, Campinas (SP), Vol. 1, Nº 2. pp. 157-186, 2007.

_____. Floresta que sangra. **Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro**, ano 4, n. 44, 2009.

_____. As Colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. **MEDIAÇÕES**, Londrina (PR), Vol. 17, Nº 1. pp. 121-152, 2012.

AMPARO, A. P. **A consolidação do novo código florestal no Acre: desregulação ambiental e transgressão de direitos**. (Dissertação). Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre. Rio Branco: Mimeo, 2016.

ARAÚJO, J. M. Novas contradições do desenvolvimento na Amazônia brasileira: a indústria florestal e a invisibilidade dos trabalhadores do setor marceneiro de Xapuri. **Anais da II Conferência do Desenvolvimento – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – II CODE/IPEA. Brasília: IPEA, 2011.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area5/area5-artigo3.pdf>. Acesso em julho de 2018. Acesso em 10 de abril de 2012.

_____. **Manejo florestal madeireiro em projetos de assentamento agroextrativistas do Alto Acre: para onde caminham os seringueiros?** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Acre –MDR/UFAC. Rio Branco: Mimeo, 2013.

_____. Subserviência na política tributária e a monopolização de territórios camponeses pela pecuária na tríplice fronteira Brasil, Bolívia e Perú. **Libro de Actas: XII Reunión de Antropologia del Mercosur – RAM. Experiencias etnográficas, desafios y acciones para el siglo XXI. Posadas: Ana Maria Gorosito, 2018.** Disponível em: www.ram2017.com.ar. Acesso em 13 de julho de 2018.

ASSIS, F. P. **Veneração e fé: viver entre lutas, resistências e milagres na floresta Amazônica 1970 – 2010.** Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: Mimeo, 2012.

AZEVEDO, G. G. & ASSREUY, V. B. **Manejo Sustentável da Madeira no município de Xapuri-AC.** Relatório Técnico. EAESP-FGV. São Paulo: EAESP-FGV, 2012. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/relatorio_cliu_-_manejo_florestal_comunitario_madeireiro_-_geiza_e_vitor.pdf. Acesso em 15 de maio de 2018.

BARBOSA, I. A. **A esquerda católica na formação do PT.** Dissertação de Mestrado. Marília-SP: Mimeo, 2007.

BASILIO, S. T. C. **A luta pela terra e a igreja católica nos Vales do Acre e Purus (1970/1980).** Rio Branco: EDUFAC, 2019.

BLASER, J., SARRE, A., POORE, D. e JOHNSON, S. **Status of Tropical Forest Management 2011**. ITTO Technical Series No 38. International Tropical Timber Organization, Yokohama, Japan, 2011.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 1ª reimpr. – São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. (Coord.). **A miséria do mundo**. Vários Tradutores – 7ª ed. – Petrópolis (RJ): Vozes, 2008b.

_____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 14ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa – 11ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2011a.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

_____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

_____. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 de fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 30 de agosto de 2019.

CAMERMAN, C. "Terra de trabalho e terra de exploração" (comentários ao documento da CNBB: Igreja e problemas da terra. Itaici, 1980). In: MATHIAS M. L. (coord.). **A Igreja e a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1980.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Direitos republicanos, identidades coletivas e esfera pública no Brasil e no Quebec. In: PALMEIRA, M. e BARREIRA C. (orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo Antropologia da Política/UFRJ, 2004. pp. 51-86.

CARLOS, E. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **RBCS**. vol. 30, n. 88, junho/2015.

CARVALHO, R. S. **Desenvolvimento, sustentabilidade e manejo madeireiro em comunidades no sudoeste da Amazônia: um olhar para além da engenharia florestal**. Lavras: UFLA, 2009.

CASTILLA, M. I. Políticas de desarrollo y ordenamiento territorial: un análisis acerca de la vinculacion de agencias internacionales, organismos gubernamentales y no gubernamentales y población indígena. **Mana**, vol.26 no.1 Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n1a203>. Acesso em 14 de julho de 2020.

CHAVES, M. P. S. R. **De “Cativo” a “Liberto” – O processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2011.

CNS. Conselho Nacional dos Seringueiros. **Resoluções do I Encontro Nacional dos Seringueiros**. Relatório Final. Brasília: CNS, 1985.

CNS. Conselho Nacional dos Seringueiros. **I Seminário Desenvolvimento e Meio Ambiente do Estado do Acre**. Relatório Final. Rio Branco (AC): CNS– Gráfica e Editora Poronga, 1993.

COHEN, A. P. **The Symbolic Construction of Community**. Londres: Routledge, 1992.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta: sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. “Como uma família”: Sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, 1984-2000. In.: FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S. e PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Pp. 307-324.

_____. Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o "rural" e o "urbano". **RURIS - Revista Do Centro De Estudos Rurais** - UNICAMP, 8(2) (2014). Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1986>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

COSTA, E. M. L. Notícias da floresta durante o “Governo da Floresta” – Considerações sobre as implementações de políticas para uso e conservação da biodiversidade no Estado do Acre entre 1999 e 2002. In.: BENSUSAN, N. (Org.). **Análise de implementação de políticas para uso, conservação e repartição dos benefícios da Biodiversidade na Amazônia brasileira: Juruá/Purus/Acre**. São Paulo: Instituto Socioambiental; Brasília, DF: WWF – Fundo Mundial para a Natureza, 2003. pp. 13-24.

COSTA, H. O. Os partidos políticos no Acre (1945-1978). **Cadernos UFAC**, Série A – Estudos Sociais. Rio Branco, nº 2, 1992. pp. 43-68.

COSTA, F. P. **Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal 1904/1918**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife: Mimeo, 2002.

COSTA SOBRINHO. P. V. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história das lutas sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Edufac, 1992.

_____. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental.**

2ª. Ed. Rio Branco, AC: M. M. Paim, 2011.

CRAVEIRO COSTA, J. **A conquista do Deserto Ocidental: subsídios para a história do território do Acre.** Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1998.

CUNHA, C. C. **Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em psicossociologia de comunidades e ecologia social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CUNHA, C. C. e LOUREIRO, C. F. B. Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas. In. **R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 52-61, jan./jun. 2012.** Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/.../24905/22004. Acesso em janeiro de 2013.

CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. W. B. (Orgs.). **Enciclopédia da Floresta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. W. Populações Tradicionais e conservação ambiental. In. CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Ubu Editora, 2017. Pp. 267-292.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965/2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DUSSEL, E. **De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança. Volume I – de Medellín a Sucre, 1968-1972.** Tradução Luís João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa[online].** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 149p. ISBN: 978-85-99662-51-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ESTEVEZ, B. M. G. O seringal e a constituição social do seringueiro. In.: NEVES, D. P. e SILVA, M. A. M (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Vol. 1: Formas tuteladas de condição camponesa.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Pp. 91-111.

_____. **Do “manso” ao guardião da floresta.** Rio Branco: Edufac, 2010.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **El estado de los bosques del mundo.**/ Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). Roma (Italia): FAO, 2012.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In.: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-liberais: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. pp. 191-206.

FERNANDES, M. I. **PT: A expressão política de amor ao Acre.** Natal: Offset Editora, 2018.

FERREIRA, G. H. C. **A obra cinematográfica de Adrian Cowell: legado de resistências e territorialidades para a Amazônia.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa Pós-graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da FFCLH-USP. São Paulo: Mimeo, 2018.

FITTIPALDY, M. C. P. M. **Reserva Extrativista Chico Mendes: dos empates à pecuarização?** Rio Branco: Edufac, 2017.

GALUCH, M. V.; MENEZES, T. C. C. Da reforma agrária ao agronegócio: notas sobre dinâmicas territoriais na fronteira agropecuária amazônica a partir do município de Apuí (Sul do Amazonas). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 388-412, jun. 2020.

GOMES, C. V. A. **Twenty years after Chico Mendes: extractive reserves's expansion, cattle adoption and involving self-definition among rubber tappers in the brazilian amazon.** Doctor's dissertation. University of Florida, 2009.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRENZER, M. **Chico Mendes como vereador xapuriense (1977-1982)**. Dissertação de Mestrado em História Social – Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo: PUC, 2013.

GUIMARÃES, J. R. O cristianismo e a formação da moderna questão agrária brasileira. In. PAULA, D. G.; STARLING, H. M. M. e GUIMARÃES, J. R. (ORGs) **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Pp. 198-234.

GUIMARÃES JÚNIOR, I. S. **A construção discursiva da Florestania: comunicação, identidade e política no Acre**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Mimeo, 2008.

HÉBETTE, J. e MOREIRA, E. S. Contradições sociais, utopias agrárias e utopias ambientais na Amazônia. In. STARLING, H. M. M.; RODRIGUES, H. E e TELLES, M. (Orgs.). **Utopias Agrárias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. pp. 84-107.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Projeto de apoio ao manejo florestal integrado e sustentável de florestas naturais na Amazônia**. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Brasília: IBAMA/MMA, 1995.

IEA. Instituto de Estudos Amazônicos. **Seminário: Planejamento e gestão do Processo de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia – Carta de Curitiba**. Curitiba: IEA, 1988.

IGLESIAS, M. P. Ocupando e comprando para construir o território: estratégias Kaxinawá para o reconhecimento e a regularização de novas terras indígenas no Município de Jordão, Estado do Acre. **Anais do XXVII Encontro Anual da ANPOCS. GT Povos Indígenas. Caxambu (MG): 2003**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt15-20/4243-miglesias-ocupando/file>. Acesso em 19 de abril de 2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de

Projetos de Assentamento/DTI – Coordenação Geral de Implantação/DT/SIPRA. Brasília: 2011. Disponível em: www.incra.gov.br: acesso em junho de 2012.

INCRA. **Relatório de Análise de Mercado de Terras – RAMT/Ano 2016**. Câmara Técnica Agronômica da SR-14. Rio Branco, AC: INCRA, 2016.

KUSCHNIR, K. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.22, n. 64. São Paulo, Jun., 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000200014>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

LEITE, I. B. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppga/wp-content/uploads/2020/03/9.4-LEITE-I.-Quilombo_-questoes-conceituais.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2020.

LE TOURNEAU, F. e BEAUFORT, B. Exploring the boundaries between individual and collective land use management in a CPR system the PAE Chico Mendes (Acre, Brazil). **International Journal of the Commons**, Vol. 11, No. 1 (2017), pp. 70-96. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26522908>. Acesso em 3 de março de 2020.

LIMA, A. C. B., KEPPE, A. L. N., et al. **Impactos da certificação florestal FSC em comunidades agroextrativistas do Acre/Imaflora** – Piracicaba, SP: Imaflora, 2008. Disponível em <http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/files/ImafloraComun.pdf>. Acesso em 23 de fevereiro de 2013.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – Universidade de Brasília. Brasília: Mimeo, 2006.

LOUREIRO, A. J. S. **A grande crise**. 2ª ed. – Manaus: Editora Valer, 2008.

LÖWY, M. O catolicismo latino-americano radicalizado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n.5, Abr. 1989. pp.50-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000100005>. Acesso em 14 de Abril de 2020.

_____. Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião. **Estudos Avançados**, São Paulo, 19 (55), 2005. pp. 105-116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300008>. Acesso em 19 de Setembro de 2020.

LÜCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Revista de Sociologia e Política (UFPR)**, v. 20, pp. 59-80, 2012.

MANIN, B. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos CEBRAP**, 97, novembro 2013. pp. 115-127.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**. 2. ed. - Rio Branco: Edufac, 2018.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes, 1981.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social, Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. 1. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

MAUÉS, R. H. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **ESTUDOS AVANÇADOS**. USP. S. Paulo, 19 (53), 2005. pp. 259-274.

MICHELOTTI, F. Beneficiamento local da produção extrativista e agroflorestal: o caso da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX. **Novos Cadernos NAEA**, [S.I.], v. 3, n. 2, dez. 2000. pp. 16-43.

MIGUEL, L. F. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 100, p. 83-118, jan./abr. 2017. Disponível em: Acesso em 19 de fevereiro 2018. doi: <http://de.doi.ori/10.1590/0102-083118/100>.

MONTERO, P. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 32(1): 167-183, 2012a.

_____. Multiculturalismo, identidades discursiva e espaço público. **Sociologia & Antropologia**. V.02.04. pp. 81-101, 2012b. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v2n4/2238-3875-sant-02-04-0081.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

MONTERO, P., ARRUTI, J. M. & POMPA, M. C. Para Uma Antropologia do Político. In LAVALLE, A. G. (org.). **O Horizonte da Política – agendas de pesquisa e questões emergentes**. São Paulo: EdUNESP, 2011.

MORAIS, M. J. “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ): Mimeo, 2008.

MORAIS, M. J. Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”. In. **CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Dossiê Acre: o Acre que os mercadores da natureza escondem – Documento Especial para a Cúpula dos Povos**. Rio Branco: 2012.

MOREIRA, R. J. Subalternia, estudos rurais e política no mundo rural brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril de 2014, vol. 22, n. 1, pp. 55-87.

MOUFFE, C. A cidadania democrática e a comunidade política. **ESTUDOS DE SOCIOLOGIA**, Nº 02. FCL/UNESP. 1997. pp. 59-68.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade, Revista de sociologia política**, n. 3, outubro de 2003. Pp. 11-26. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2015/1763>. Acesso em 24 de julho de 2020.

MURAD, A. Uma igreja com rosto amazônico: memória e profecia a partir do contexto brasileiro. **Revista Perspectiva Teológica. Belo Horizonte**, v. 51, n. 1, p. 31-54, Jan/Abr de 2019. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2019/6000-1560371702.pdf>. Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

NARAHARA, K. O quebrar castanha e o criar gado em um seringal acreano. **Campos**, 13 (1). 2012, pp.61-79.

NEVES, D. P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In.: NEVES, D. P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Pp. 303-324.

NOVAES, R. R. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **REVISTA USP**, São Paulo, n.49, p. 60-81, março/maio 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, R. L. **Extrativismo e meio ambiente: conclusões de um pequeno estudo sobre a relação do seringueiro com o meio ambiente**. Rio Branco, AC: Mimeo, 1991.

PACHECO, J. S. **Análise da autonomia das populações tradicionais no manejo comunitário de recursos florestais madeireiros em UCs da Amazônia**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: NAEA/UFPA, 2017.

PALMEIRA, M. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, M. e HEREDIA, B. M. A. (orgs.). **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010. pp. 15-26.

PANTOJA, M. C. **Os Milton: cem anos de história nos seringais**. 2. ed. Rio Branco (AC), EDUFAC, 2008.

PANTOJA, M. C.; COSTA, E. L; e POSTIGO, A. A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais/UFMA**. V.6, nº 12 (2009).

Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/60>. Acesso em 29 de junho de 2019.

PAOLIELLO, R. M. As comunidades tradicionais no Vale do Ribeira: da “reprodução camponesa” às ressignificações dos patrimônios territoriais. **AGRÁRIA**, São Paulo, nº 3, pp. 58-82, 2006.

_____. Remanescentes de Quilombos: redes sociais e processos políticos. In. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, pp. 127-159, jul./dez. 2007.

_____. “Condição Camponesa” e novas identidades entre remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira de Iguape. In. GODOI, E. P; MENEZES, M. A; e MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades, v.1**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Pp.229-250.

_____. Mediação e processo de reconhecimento: subjetivação para além da produção do consenso único. In. **Estudos de Sociologia**, Araraquara v.24 n.47 p.109-136 jul.-dez. 2019. Pp. 109-136.

PARENTE, I. C. I. **O Amazonismo e as representações sobre os seringueiros e a natureza**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília: Mimeo, 2018.

PAULA, E. A. **Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí – RJ: Mimeo, 1991.

_____. **[Des]envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: EDUFAC, 2013.

_____. **Capitalismo verde e transgressões: Amazônia no espelho de Caliban**. Dourados – MS: UFGD, 2013b.

PAULA, E. A. e SILVA, M. C. R. Sindicalismo Rural, Poder Local e Ambientalismo na Terra de Chico Mendes. **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, FAFICH/ Belo Horizonte-MG, 31 de maio a 3 de junho, 2005**. Disponível em:

[file:///C:/Users/Jo%C3%A3o/Downloads/sbs2005_gt11_elder_de_paula%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Jo%C3%A3o/Downloads/sbs2005_gt11_elder_de_paula%20(2).pdf). Acesso em 30 de agosto de 2018.

PAULA, E. A. e SILVA, S. S. No limiar da resistência: uma luta pela terra e ambientalismo no Acre. In. MANÇANO, B. F. et al (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora da UNESCP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

PAULA, E., MORAIS, M. J., e SILVA, S. S. Cercamento das florestas sob o capitalismo verde: miradas desde a fronteira trinacional Brasil/Peru/Bolívia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 18, n. 1, pp. 215-233, jan-jun. 2015, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

PEIRANO, M. G. S.. Onde está a antropologia?. **Mana [online]**. 1997, vol.3, n.2, pp.67-102. Acesso em 24 de abril de 2019.

PEREZ, P. C. R. **A produção da floresta em pé: Resex CM (AC), do projeto à realização**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo: Mimeo, 2018.

PINHEIRO, F. M. A invenção da Florestania - A Cidadania da Floresta Vista a Partir dos Conceitos de Biopolítica, Significantes Vazios e Ecologia dos Saberes. **Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009**. Pp.1-14. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0264-1.pdf. Acesso em 4 de novembro de 2020.

_____. Florestania - A Cidadania da Floresta Vista a Partir dos Conceitos de Biopolítica, Significantes Vazios e Ecologia dos Saberes. **Anais do Intercom–Sociedade Brasileirade Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010**. Pp.1-15. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2515-1.pdf. Acesso em 4 de novembro de 2020.

PORTELA, M. C. **Varadouro-um jornal das selvas: um estudo sobre a vida no alternativo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: Mimeo, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003.

_____. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia – IBICT. **Revista IBICT**, v. 21, n. 1 (1992). Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/460>. Acesso em 27 de setembro de 2019.

_____. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 80, São Paulo, março de 2008. pp.109-125. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100008>. Acesso em 27 de setembro de 2019.

RIBEIRO, G. L e FELDMAN-BIANCO, B. Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf. **Etnográfica**, Vol. VII (2), 2003, pp. 245-281.

RICCI, R. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In.: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. V. 2: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Pp. 321-338.

_____. Comunitarismo e democracia no Brasil. **Domtotal**, 19 de março de 2010. Disponível em: <https://domtotal.com/artigo/1274/2010/03/comunitarismo-e-democracia-no-brasil/>. Acesso em 2 de fevereiro de 2020.

RODRIGUES, G. **Caminhando na Floresta**. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2009.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**; tradução de Rosa Freire d'Aguiar.- São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAHLINS, M. D. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). *Mana [online]*. 1997, vol.3, n.1, pp.41-73. ISSN 1678-4944. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>. Acesso em 7 de outubro de 2019.

_____. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). *Mana [online]*. 1997b, vol.3, n.2, pp.103-150. ISSN 1678-4944. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200004>. Acesso em 6 de outubro de 2019.

_____. **Ilhas de história**. tradução Bárbara Sette; revisão técnica Márcia Bandeira de Mello Leite.- 2 ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SANTOS, B. V. U. **"QUEM CANTA SEUS MALES ESPANTA": 40 anos de Mística e Música na CPT a partir da análise do Cancioneiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História (Profissional). Catalão, GO: Mimeo, 2018.

SANTOS, R. **Camponeses e democratização no segundo debate agrarista**. Artigo em meio digital. 1999. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=100>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

_____. O agrarismo de José de Souza Martins. In. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, 2015, pp. 214-231.

SARDENBERG, C. M. B. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva socio-antrpológica. **Estudos feministas**, Vol. 2, No. 2 (1994), pp. 314-344.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SCHOLZ, I. **Comércio, meio ambiente e competitividade: o caso da indústria madeireira do Pará**. Belém: SECTMAN, 2002.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. **Raízes**, Campina Grande, vol 21, nº 1, p. 10-31, jan/jun. 2002.

SFB. **Florestas do Brasil em Resumo 2010: dados 2005-2010**./Serviço Florestal Brasileiro – SFB. Brasília: SFB, 2010.

SFB. **Serviço Florestal Brasileiro. Boletim do Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF 2018**. Brasília: SFB/MEA, 2019.

SHANIN, T. El campesinado como factor político. **Sociological Review**, vol. 14, 1966.

SILVA, A. A., CALAÇA, M. & MACHADO, L. H. B. **Compreendendo a relação entre a questão agrária e o movimento de reprimarização da economia no contexto dos BRICs**. Brasília: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS); UNB, 2018.

SILVA, J. P. A (de)formação da burocracia pública acreana. **Jornal O Estado – 16 a 22/12/2001**. Disponível em: <http://www2.ufac.br/site/noticias/ufac-na-imprensa/edicoes-2001/dezembro/a-de-formacao-da-burocracia-publica-acreana>. Acesso em 23 de março de 2018.

SILVA, S. S. **Na fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente (SP); Rio Branco (AC): UFAC – Laboratório de Estudos Urbanos, Populacionais e Agrários em Geografia – LEUPAG – Depto. Geografia. 2003.

_____. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente: [s.n] 2004.

_____. Vida e resistência na floresta: os movimentos sociais e a luta camponesa na Amazônia-acreana pós 1970. **Boletim de Geografia**, Ano 23 (1), pp. 65-94. São Paulo: 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12030/7245>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

_____. No rastro do boi em terra de floresta: a formação da pecuária bovina no Acre. In.: SIVIERO, A., SANTOS, R. C. e MATTAR, E. P. L. (ORGs.). **Conservação e**

tecnologias para o desenvolvimento agrícola e florestal do Acre. 1ª edição. Rio Branco: IFAC, 2019. Pp. 635-698.

SILVA, A. A. & CALAÇA, M. A centralidade da questão agrária no Brasil diante da reconfiguração do poder econômico global. **Anais do XIII ENANPEGE – A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento.** São Paulo: 2 a 7 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562966835_ARQUIVO_SILVA_AndersonAntonio-B.pdf. Acesso em 2 de fevereiro de 2020.

SOBRAL, L. et al. **Acertando o alvo 2: consumo de madeira amazônica e certificação florestal no Estado de São Paulo.** Belém: IMAZON, 2002. Disponível em <http://www.imazon.org.br/publicacoes/livretos/acertando-o-alvo-2-consumo-de-madeira-amazonica-e>. Acesso em 30 de agosto de 2012.

SOUZA, I. P. D. Ser social e consciência: uma abordagem sociológica da construção histórico-social da “consciência ambiental” na Amazônia-acreana. **Anais da XIII Jornadas Andinas de Literatura Latino Americana.** Rio Branco: Nepan, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jfYAhWC5MZcQotznm68lX4R0q7IWyxGh/view>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

SOUZA, J. D. **Entre lutas, porongas e letras: a escola vai ao seringal - (re) Colocações do Projeto seringueiro (Xapuri/Acre - 1981/1990).** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2011.

SOUZA, R. S. R. O comunitarismo cristão e suas influências na política brasileira – uma revisão bibliográfica sobre o comunitarismo católico no Brasil. **HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião.** v. 6, n. 12, p. 41-68, jun. 2008.

SUSEN, S. Reflexões sobre a ideologia: as lições de Pierre Bourdieu e Luc Botanlski. Tradução: Fernando Bee e Raphael Concli. Revisão: Arthur Bueno. **Perspectivas,** São Paulo, v. 49, p. 101-137, jan./jun. 2017. Pp. 101-137. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/10983/7119>. Acesso em 30 de maio de 2020.

TECMAN, Tecnologia e Manejo Florestal. **Plano de Manejo Florestal Sustentável Madeireiro Comunitário – Associação dos Moradores e Produtores da Reservas Extrativista Chico Mendes em Xapuri – AMOPREX**. Rio Branco: Mimeo, 2011. Disponível em http://cooperfloresta.com/home/pmf/pmfs-pleno_resex-amoprex_27-jun-2011.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em UCs: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. RBCS Vol. 20 n°. 59 outubro/2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a04v2059.pdf>. Acesso em 4 de dezembro de 2019.

TEIXEIRA, C. C. **Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2019.

TOCANTINS, L. **Formação histórica do Acre**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 2 v.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**. São Paulo, n° 67, 2006. pp. 191-228.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. [online] Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2009, 243p. ISBN 85-99662-92-2 Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

VINCENT, J. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In. FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. pp. 375-402.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, pp. 42-61.

_____. O O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, pp. S025-S044, 2014.

WAWZYNIAK, J. V. “Quem não quer de dono não cuida”: processos de herança entre seringueiros de Rondônia. **Campos**, 4. 2003, pp.67-92.

WOORTMANN, E. F. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In. NIEMAYER, A. M & GODOI, E. P. (orgs). **Além dos territórios: por uma troca entre a etnologia indígena, os estudos rurais e estudos urbanos**. 1ed. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998. V. 1. pp. 1-50.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, nº 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo brasileiro, 1990.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minoria. **Lua Nova**. São Paulo, nº 66, 2006. pp. 139-190.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GUIA PARA OBSERVAÇÕES DURANTE VIAGENS A CAMPO (2018/2019)

- Observar a posição/status (e suas causas) das famílias em cada comunidade;
- Buscar identificar se existem padrões para as uniões matrimoniais (da mesma família, famílias vizinhas, companheiros/companheiras de fora);
- Buscar captar as percepções deles quanto a referências a lugares (reserva, Colocação, comunidade, município, associação etc.);
- Observar a dinâmica de fracionamento de Colocações (o que origina, as dimensões, o que determina as dimensões, quem tem direito, se são as mais comuns serem vendidas a pessoas de fora). Antes, como é feita a gestão fundiária da Colocação? Quem da família determina o que e onde deve ser feito (como roçados ou áreas de manejo)? Quem opina sobre essa gestão fundiária familiar? Procurar sempre um paralelo com como isso funcionava antigamente e se as eventuais modificações tem alguma relação com a criação da Reserva, ou PAE.
- Dá especial atenção aos casos de famílias nas quais algum dos filhos foi morar na cidade: quais os motivos? Para onde foi? Qual a faixa etária quando partiu? Mantém vínculo e de que maneira é o vínculo? Qual a avaliação dos que ficam em relação a isso? Eventualmente procurar alguém que está nesta condição.

Quanto à composição da família

- Divisão do trabalho (quem faz o quê, o quanto é “importante” para a economia doméstica);
- A organização e referência espacial dos extrativistas/seringueiros (ver como contrasta com a espacialidade tipicamente geográfica);
- Como se autodenominam e como se enxergam no contexto comunitário, municipal e regional (como se dá em homem, mulher, faixa etária); Eles veriam alguma diferença em

relação aos colonos de assentamento, bolivianos/peruanos ou fazendeiros no meio rural? E quanto aos grupos das cidades? Buscar se há uma variação histórica e temporal (de geração), quando for o caso.

- Implicações da pecuária sobre o trabalho cotidiano;
- Diversidade/especialidade do trabalho do extrativista/seringueiro;
- O calendário semanal/mensal/anual. Observar a mobilidade para a cidade, assim como os meios de transportes e motivos das viagens.
- Observar quais os mecanismos de repasse de valores, crenças, de relação com a natureza, para as gerações futuras e se há uma mediação mais acentuada da natureza nestes mecanismos.
- Buscar captar como avaliam o presente em relação ao passado, no aspecto material, meios de sobrevivência.

Quanto ao Manejo madeireiro

- Quem aderiu (é novo, velho, do lugar, ou de fora, de Colocação nova (fração), ou da parte original)? Houve adesão ao manejo como estratégia para ser reconhecido pelo INCRA, ou ICMBio, ou associação? No âmbito familiar (marido, esposa, filhos) tem igual percepção quanto ao manejo? E quanto à pecuária, ou mesmo qualquer atividade produtiva?

Quanto a dinâmica comunitária

- Verificar qual a origem da comunidade, se derivada de comunidade católica/religiosa, ou STR/delegacia sindical, ou outro tipo de instituição e verificar a história do surgimento da associação.
- Procurar detectar se há conflitos acirrados/hostis entre famílias.
- Verificar como se dá a interação no lazer, no trabalho, na vida religiosa etc.

Em cada comunidade, buscar algumas narrativas acerca da introdução do manejo madeireiro e da própria exploração madeireira na localidade, levantando elementos que

permitam uma análise acerca dos pontos destacados em cada um, confrontando a percepção dos camponeses quanto aos objetivos dessa atividade, com os objetivos do governo e madeireiros. Nesta análise, confrontar as dissonâncias nas terminologias próprias de cada lógica aí investida (técnicos e governos de um lado, camponeses de outro – e quem sabe até mais agentes). Poderia também buscar uma narrativa a respeito do gado, ou uma narrativa maior a respeito do cenário econômico, onde pudesse aparecer ambas as atividades.

Bom também ter um relato sobre a área (PAE, ou RESEX), sempre caracterizando o narrador e as circunstâncias em que se deu a narração, para contornar eventuais falseamentos inerentes a situação da narrativa.

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTAS CAMPONESES (2018/2019)

- 1) Conte um pouco da história da sua vida;
- 2) Fale o que você conhece sobre a história do PAE/comunidade;
- 3) Quais as atividades que você realiza atualmente na sua Colocação/lugar?
- 4) Quantas pessoas moram atualmente na Colocação/lugar?
- 5) Com qual frequência você vai à cidade? Para que?
- 6) O que você conhece sobre o processo do manejo madeireiro comunitário desenvolvido no PAE?

APÊNDICE C – QUADRO COM DISPOSITIVOS DE INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS (ICMS) À PECUÁRIA NO ACRE

Dispositivo	Ementa	Justificativa	Data Publicação	Prazo de Vigência
Portaria SEFAZ Nº 258, de 10 de outubro de 1999.	Altera Portaria nº 182, de 28 de julho de 1999, reduzindo o preço de referência para incidência do ICMS sobre operações com Couro Salgado, de R\$ 5,00, para R\$ 2,50.	-	10 de outubro de 1999.	Vigência da Portaria 182.
Portaria SEFAZ Nº 285, de 04 de novembro de 1999.	Fixa em R\$ 11,48, o valor de ICMS nas operações internas, por animal bovino.	-	Publicada em 04 de novembro de 1999.	Vigência de 04 de novembro a 31 de dezembro de 1999.
Portaria SEFAZ Nº 291, de 05 de novembro de 1999.	Fixa em R\$ 21,78, o valor do ICMS sobre operações interestaduais com gado bovino para abate.	-	Publicada em 05 de novembro de 1999.	Vigência de 05 de novembro a 31 de dezembro de 1999.
Portaria SEFAZ Nº 188, 09 de junho de 2004.	Estabelece Pauta de Preços Mínimos, para servir de base de cálculo do ICMS. O Anexo II da Portaria, determina que o ICMS a recolher nas operações internas, se manterá em R\$ 11,48, por animal bovino; As operações com gado para abate em outras UFs a alíquota incidente é reduzida de 12% para	Necessidade de atualização dos Preços Mínimos de todas as mercadorias que entram e saem do Estado do Acre.	Publicada em 09 de junho de 2004.	Vigência da Portaria 188.

	3%, por unidade; Reduz em 67,67% a alíquota incidente nas exportações de couro curtido <i>wet blue</i> .			
Portaria SEFAZ Nº 395, de 18 de setembro de 2006	Atualiza preços de referência para cálculo incidência de ICMS, sobre operações de Entrada e Saída de mercadorias do Estado. Uma Nota da Portaria, determina que a alíquota para a cobrança sobre operações com gado destinados ao consumo interno será de 1,75% e os destinados a abate em outras UFs será de 7%.	Necessidade de atualização dos Preços Mínimos de todas as mercadorias que entram e saem do Estado do Acre.	Publicada em 18 de setembro de 2006.	Vigência até 15 de maio de 2008.
Portaria SEFAZ Nº 367, de 4 de setembro de 2009.	Reduz valores de referência do preço da pauta de exportação produtos derivados de curtumes instalados no Estado do Acre em 25%, sendo que para o couro salgado a redução é de 63,63%..	Necessidade de atualização do preço mínimo destas mercadorias.	DOE nº 10.128, de 10 de setembro de 2009.	Vigência da Portaria Nº 367.
Portaria SEFAZ Nº 441, de 18 de agosto de 2010.	Altera valor da pauta de exportação, reduzindo para R\$ 150,00 a base de cálculo para incidência de ICMS nas saídas de boi e vaca para abate.	Prolongado período de estiagem.	DOE nº 10.360, de 19 de agosto de 2010.	60 dias da publicação no DOE.
Portaria SEFAZ Nº 527, de 03 de	Altera valor da pauta de exportação, reduzindo para R\$	Prolongado período de estiagem.	DOE nº 10.650, de 05 de outubro de	60 dias da publicação

outubro de 2011.	150,00 a base de cálculo para incidência de ICMS nas saídas de boi e vaca para abate.		2011.	no DOE.
Decreto 4955, de 11 de dezembro de 2012.	- Reduz em 60% a alíquota incidente sobre operações de saída de boi gordo para abate; - Reduz em 45,45% a alíquota incidente sobre operações de saída de vaca gorda para abate;	Oferta de gado para abate superior à capacidade dos frigoríficos do estado do Acre; Viabilizar a competitividade no mercado nacional para o gado bovino do Acre;	DOE nº 10.945, de 12 de dezembro de 2012.	Até 15 de fevereiro de 2013.
Decreto 5264, de 20 de fevereiro de 2013.	Prorroga os efeitos do Decreto 4955 de 11 de dezembro de 2012.	Manutenção das circunstâncias que justificaram o Decreto 4955.	DOE nº 10.992 de 20 de fevereiro de 2013.	Até 30 de abril de 2013.
Decreto 5758, de 08 de maio de 2013.	Prorroga os efeitos do Decreto 4955 de 11 de dezembro de 2012.	Manutenção das circunstâncias que justificaram o Decreto 4955.	DOE nº 11.044 de 09 de maio de 2013.	Até 30 de junho de 2013.
Decreto 5815, de 20 de maio de 2013.	Prorroga os efeitos do Decreto 4955 de 11 de dezembro de 2012.	Manutenção das circunstâncias que justificaram o Decreto 4955.	DOE nº 11.055 de 24 de maio de 2013.	Até 30 de junho de 2013.
Decreto 6020, de 3 de julho de 2013.	Prorroga os efeitos do Decreto 4955 de 11 de dezembro de 2012 e passa a exigir a apresentação da documentação fiscal na saída.	Manutenção das circunstâncias que justificaram o Decreto 4955.	DOE nº 11.082 de 4 de julho de 2013.	Vigência de 1º de julho a 31 de agosto de 2013.
Decreto 6278, de 13 de agosto de 2013.	Prorroga os efeitos do Decreto 4955 de 11 de dezembro de 2012.	Manutenção das circunstâncias que justificaram o Decreto 4955.	DOE nº 11.123 de 30 de agosto de 2013.	Vigência de 1º a 16 de setembro de 2013.
Decreto 6635, de 14 de novembro de	- Regulamenta o Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro	Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº	DOE nº 11.178 de 18 de novembro	Até 31 de dezembro de

2013.	de 2013, que autoriza o Estado do Acre a reduzir em até 80% a alíquota incidente sobre operações de saída de boi e vaca gordos para abate nos Estados do Amazonas e Rondônia; Reduz a alíquota nas saídas de boi em 60% e de vaca em 45,45%. - Revoga o Decreto 4955 de 11 de dezembro de 2012.	126 de 11 de outubro de 2013.	de 2013.	2013.
Decreto 6873, de 9 de janeiro de 2014.	Prorroga os efeitos do Decreto 6635, de 14 de novembro de 2013 e dá outras providências.	Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013.	DOE nº 11.219 de 10 de janeiro de 2014.	Vigência de 1º de janeiro a 31 de março de 2014.
Decreto 7537, de 06 de maio de 2014.	Prorroga os efeitos do Decreto 6635, de 14 de novembro de 2013.	Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013.	DOE nº 11.298 de 08 de maio de 2014. Republicado por incorreção no DOE nº 11.299 de 09 de maio de 2014.	Vigência de 1º de abril a 30 de junho de 2014.
Decreto 8051, de 17 de julho de 2014.	Prorroga os efeitos do Decreto 6635, de 14 de novembro de 2013.	Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013.	DOE nº 11.351 de 18 de julho de 2014.	Vigência de 1º de julho a 31 de dezembro de 2014.
Decreto 438, de 22 de janeiro de 2015.	Altera o Decreto 6635, de 14 de fevereiro de 2013, de maneira que a redução da alíquota para incidência de ICMS sobre operações com gado	Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013.	DOE nº 11.484 de 26 de janeiro de 2015.	-

	bovino destinados ao abate nos Estado do Amazonas e Rondônia passa a 20%.			
Decreto 2883, de 07 de julho de 2015.	Prorroga os efeitos do Decreto 6635, de 14 de novembro de 2013.	Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013.	DOE nº 11.592 de 08 de julho de 2015.	Vigência de 1º de junho a 31 de dezembro de 2015.
Decreto 3012, de 22 de julho de 2015.	Prorroga os efeitos do Decreto 6635, de 14 de novembro de 2013, ampliando a redução da alíquota incidente sobre operações com gado bovino para abate nos Estados do Amazonas e Rondônia, de maneira que o desconto volta a ser de 60% para boi e 45,45% para vaca	Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013.	DOE nº 11.605 de 24 de julho de 2015. – Republicação do Decreto 2883 por incorreção.	Vigência de 24 de julho a 22 de agosto de 2015.
Decreto 3210, de 20 de agosto de 2015.	Altera o Decreto 6635, de 14 de fevereiro de 2013, de maneira que a redução da alíquota para incidência de ICMS sobre operações com gado bovino destinados ao abate nos Estado do Amazonas e Rondônia passa a 20%.	Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013.	DOE nº 11.624 de 21 de agosto de 2015.	Vigência de 23 de agosto a 31 de dezembro de 2015.
Decreto 5124, de 19 de julho de 2016.	Altera o Decreto 6635, de 14 de fevereiro de 2013, ampliando a redução da alíquota incidente sobre operações com gado bovino para	- Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013. - Viabilizar a	DOE nº 11.851 de 20 de julho de 2016.	Vigência de 20 de julho a 18 de agosto de 2016.

	abate nos Estados do Amazonas e Rondônia, de maneira que o desconto passa a ser de 80%.	competitividade para o gado bovino do Acre.		
Decreto 5324, de 1º de setembro de 2016.	Reduz a alíquota incidente sobre operações com gado bovino para abate nos Estados do Amazonas e Rondônia, de maneira que o desconto passa a ser de 80%.	- Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013. - Viabilizar a competitividade para o gado bovino do Acre. - Prolongado período de estiagem.	DOE nº 11.883 de 02 de setembro de 2016.	Vigência de 02 de setembro a 30 de outubro de 2016.
Decreto 7059, de 20 de junho de 2017.	Reduz a alíquota incidente sobre operações com gado bovino para abate nos Estados do Amazonas e Rondônia, de maneira que o desconto passa a ser de 80%.	- Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013.	DOE nº 12.078 de 21 de junho de 2017.	Vigência de 21 de junho a 31 de julho de 2017.
Decreto 4649, de 11 de novembro de 2019.	Reduz a alíquota incidente sobre operações com gado bovino para abate nos Estados do Amazonas e Rondônia, de maneira que o desconto passa a ser de 80%.	- Necessidade de regulamentação do Convênio ICMS nº 126 de 11 de outubro de 2013.	DOE nº 12.678 de 12 de novembro de 2019.	Vigência de 20 de novembro a 20 de dezembro de 2019.

**APÊNDICE D - VARIAÇÃO NÚMERO DE FAMÍLIAS E INCREMENTO DO DESMATAMENTO EM ÁREAS RURAIS DA
FRONTEIRA AGROPECUÁRIA (%)**

Local	1991 a 2000	2001 a 2010		2011 a 2016		Acumulada	
	Famílias	Famílias	Desmata.	Famílias	Desmata.	Família	Desmata.*
Resex CM	-40,6	76,9	125,0	75,5	40,0	84,4	215,0
Feijó (AC)	45,2	15,4	30,1	-12,3	19,5	46,9	55,43
Senador Guimard (AC)	9,9	-24,8	24,3	-38,6	2,65	-49,3	27,59
Sena Madureira (AC)	8,3	10,5	52,9	-20,5	21,86	-4,9	86,27
Xapuri (AC)	-17,1	7,0	28,7	14,1	12,4	1,1	44,7
Apuí (AM)	146,2	11,6	81,7	-58,9	51,3	13,1	174,9
Boca do Acre (AM)	-9,1	5,1	70,1	6,6	27,4	1,8	116,7
Guajará (AM)	-26,2	0,9	41,9	-38,9	10,6	-54,5	56,9
Humaitá (AM)	-48,6	83,3	26,2	-76,5	22,8	-77,9	55,0
Lábrea (AM)	-37,3	72,1	146,2	-26,3	50,0	-20,4	269,3

Fonte: Censos IBGE 1991, 2000, 2010; Censo Agropecuária IBGE 2016; Plano de Manejo Resex CM e dados ICMBIO.

* Variação acumulada considerando somente 2001 a 2016 (Dados da Reserva Chico Mendes são singulares)

APÊNDICE E - SEÇÕES ELEITORAIS CONSIDERADAS NA PESQUISA

ASSIS BRASIL – Zona 006

Seção: 78

Local: ESCOLA BAIXA VERDE -(DIVISÃO) 40 KM DE RAMAL. Endereço: SERINGAL ICURIÃ -DIVISÃO

Seção: 79

Local: ESCOLA 07 DE NOVEMBRO -SERINGAL ICURIÃ KM 76. Endereço: SERINGAL ICURIA KM-76

BRASILÉIA – Zona 006

Seções: 55; 56; 112 e 137

Local: ESCOLA FRANCISCO GERMANO DA SILVA -KM 68. Endereço: BR 317 KM 68
Seções: 100 e 140

Local: ESCOLA FULGÊNCIO DE PAIVA -KM 59 MAIS 18 DE RAMAL. Endereço: BR 317 KM 59 MAIS 18 KM DE RAMAL -COMUNIDADE LUA NOVA

Seção: 102

Local: ESCOLA PRINCESA IZABEL -KM 84 MAIS 07 KM DE RAMAL. Endereço: BR 317 KM 84 MAIS, 07 KM DE RAMAL -SERINGAL ETELVE

Seção: 117

Local: ESCOLA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA -KM 59 MAIS 60 DE RAMAL. Endereço: RESERVA CHICO MENDES-BR317 -KM 59 MAIS 60 KM DENTRO DO RAMAL 59

Seção: 132

Local: ESCOLA GETULIO VARGAS (ZONA RURAL). Endereço: BR 317 KM 84, SERINGAL AMAPÁ, COLOC. BELEM, RAMAL SANTA LUZIA

CAPIXABA – Zona: 002

Seção: 87

Local: ESCOLA MUNICIPAL RURAL SÃO FRANCISCO. Endereço: RESERVA SÃO LUIZ-REMANSO, MARGENS RIO ACRE

Seção: 99

Local: ESCOLA MUNICIPAL LIMEIRA. Endereço: BR 317 KM 100, RAMAL LIMEIRA KM 07

Seção: 101

Local: ESCOLA MUNICIPAL MARIA FERNANDES DE AMORIM. Endereço: BR 317 KM 116 RML ZE DO COCO KM18 MARGENS DO RIO ACRE

Seções: 102 e 103

Local: ESCOLA ARISTON FERREIRA DA CUNHA. Endereço: BR 317 KM 100 EPITACIOLÂNDIA – Zona: 006

Seção: 98

Local: ESCOLA LAGO -KM 05 MAIS 28 DE RAMAL (SERINGAL PORONGABA). Endereço: BR 317 KM 05 MAIS 28 KM DE RAMAL -SERINGAL PORONGABA

XAPURI – Zona: 002

Seções: 32 e 40

Local: ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÍMO -COMUNIDADE SÃO JOÃO DO GUARANI. Endereço: RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES -SERINGAL FLORESTA

Seções: 33 e 44

Local: ESCOLA 5 DE DEZEMBRO -COMUNIDADE NOVA VIDA. Endereço: RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES -SERINGAL FLORESTA

Seção: 34

Local: ESCOLA MUNICIPAL RURAL -SEDE DOIS IRMÃOS. Endereço: RESERVA
EXTRATIVISTA SERINGAL DOIS IRMÃOS

Seções: 35 e 39

Local: ESCOLA ESPERANÇA DO POVO -FAZENDINHA. Endereço: SERINGAL
CACHOEIRA -RESERVA EXTRATIVISTA

Fonte: <https://www.tre-ac.jus.br>

